

EVANGELHO DE LUCAS

COMENTÁRIO ESPERANÇA

autor

Fritz Rienecker

Editora Evangélica Esperança

Copyright © 2005, Editora Evangélica Esperança

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados pela:

Editora Evangélica Esperança
Rua Aviador Vicente Wolski, 353
82510-420 Curitiba-PR

E-mail: eee@esperanca-editora.com.br
Internet: www.esperanca-editora.com.br

Editora afiliada à ASEC e a CBL
Título do original em alemão

Das Evangelium des Lukas

Copyright © 1972 R. Brockhaus Verlag

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Rienecker, Fritz

Evangelho de Lucas: comentário Esperança/ Fritz Rienecker; tradução Werner Fuchs. -- Curitiba, PR : Editora Evangélica Esperança, 2005.

Título original: "Wuppertaler Studienbibel" Das Evangelium des Lukas

"Citações bíblicas: RA (quando não indicada outra versão)"

ISBN 85-86249-80-7 Brochura

ISBN 85-86249-81-5 Capa dura

1. Bíblia. N.T. Lucas - Comentários I. Título.

05-2586 CDD-226.407

É proibida a reprodução total ou parcial sem permissão escrita dos editores.

O texto bíblico utilizado, com a devida autorização, é a versão Almeida Revista e Atualizada (RA) 2ª edição, da Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 1993.

Sumário

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

INTRODUÇÃO

COMENTÁRIO

SEÇÃO I: Sobre os precedentes do precursor e de seu Senhor - Lc 1.5-2.52

SEÇÃO II: O início do ministério de Cristo - Lc 3.1-22

- A. João Batista, o precursor do Cristo
- B. O batismo de Jesus e a consagração do Cristo (Messias) – Lc 3,21s
- C. A genealogia de Jesus, o Cristo (do Ungido) Lc 3.23-38

SEÇÃO III: Jesus de Nazaré em sua atuação como Cristo (Messias) da Judéia até a Galiléia – Lc 4.1-9.50

- A. Primeiro raio – O Cristo (Messias) sai vitorioso da tentação.
- B. O segundo raio: O Cristo atua de cidade em cidade e de aldeia em aldeia. – Lc 4.14-5.11
- C. O terceiro raio - Continuação da atividade milagrosa do Cristo (Messias) e seus adversários – Lc 5.12-6.11
- D. Quarto raio - O Sermão do Monte de Cristo - Lc 6.12-49
- E. Quinto Raio – Lc 7.1-8.3
- F. Sexto Raio - O peregrino e Senhor sobre as potestades – Lc 8.4-9.7
- G. Sétimo Raio - Jesus é o Senhor de plenos poderes no grupo de seus discípulos e na atuação pública – Lc 9.1-50

SEÇÃO IV: A trajetória de Jesus da Galiléia para Jerusalém – Lc 9.51-19.27

- A. O começo da viagem da Galiléia para Jerusalém – Lc 9.51-13.21
- B. Outros episódios na viagem de Jesus da Galiléia para Jerusalém – Lc 13.22-17.10
- C. As últimas experiências de Jesus no percurso da Galiléia para Jerusalém – Lc 17.11-19.27

SEÇÃO V: A última permanência de Jesus em Jerusalém – Lc 19.28-21.38

SEÇÃO VI: Paixão e morte de Jesus em Jerusalém – Lc 22.1-23.56

- A. A preparação para o sofrimento – Lc 22.1-46
- B. Paixão e morte de Jesus – Lc 22.47-23.56

SEÇÃO VII: A ressurreição e a ascensão de Jesus Cristo – Lc 24.1-53

ORIENTAÇÕES PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS

Com referência ao texto bíblico:

O texto do Evangelho de Lucas está impresso em negrito. Repetições do trecho que está sendo tratado também estão impressas em negrito. O itálico só foi usado para esclarecer dando ênfase.

Com referência aos textos paralelos:

A citação abundante de textos bíblicos paralelos é intencional. Para o seu registro foi reservada uma coluna à margem.

Com referência aos manuscritos:

Para as variantes mais importantes do texto, geralmente identificadas nas notas, foram usados os sinais abaixo, que carecem de explicação:

TM O texto hebraico do Antigo Testamento (o assim-chamado “Texto Massorético”). A transmissão exata do texto do Antigo Testamento era muito importante para os estudiosos judaicos. A partir do século II ela tornou-se uma ciência específica nas assim-chamadas “escolas massoréticas” (massora = transmissão).

Originalmente o texto hebraico consistia só de consoantes; a partir do século VI os massoretas acrescentaram sinais vocálicos na forma de pontos e traços debaixo da palavra.

Manuscritos importantes do texto massorético:

Manuscrito: redigido em: pela escola de:

Códice do Cairo (C) 895 Moisés ben Asher

Códice da sinagoga de Aleppo depois de 900 Moisés ben Asher

(provavelmente destruído por um incêndio)

Códice de São Petersburgo 1008 Moisés ben Asher

Códice nº 3 de Erfurt século XI Ben Naftali

Códice de Reuchlin 1105 Ben Naftali

Qumran Os textos de Qumran. Os manuscritos encontrados em Qumran, em sua maioria, datam de antes de Cristo, portanto, são mais ou menos 1.000 anos mais antigos que os mencionados acima. Não existem entre eles textos completos do **AT**. Manuscritos importantes são:

- O texto de Isaías
- O comentário de Habacuque

Sam O Pentateuco samaritano. Os samaritanos preservaram os cinco livros da lei, em hebraico antigo. Seus manuscritos remontam a um texto muito antigo.

Targum A tradução oral do texto hebraico da Bíblia para o aramaico, no culto na sinagoga (dado que muitos judeus já não entendiam mais hebraico), levou no século III ao registro escrito no assim-chamado Targum (= tradução). Estas traduções são, muitas vezes, bastante livres e precisam ser usadas com cuidado.

LXX A tradução mais antiga do **AT** para o grego é chamada de “Septuaginta” (**LXX** = setenta), por causa da história tradicional da sua origem. Diz a história que ela foi traduzida por 72 estudiosos judeus por ordem do rei Ptolomeu Filadelfo, em 200 a.C., em Alexandria. A **LXX** é uma coletânea de traduções. Os trechos mais antigos, que incluem o Pentateuco, datam do século III a.C., provavelmente do Egito. Como esta tradução remonta a um texto hebraico anterior ao dos massoretas, ela é um auxílio importante para todos os trabalhos no texto do **AT**.

Outras Ocasionalmente recorre-se a outras traduções do **AT**. Estas têm menos valor para a pesquisa de texto, por serem ou traduções do grego (provavelmente da **LXX**), ou pelo menos fortemente influenciadas por ela (o que é o caso da Vulgata):

- Latina antiga por volta do ano 150
- Vulgata (tradução latina de Jerônimo) a partir do ano 390
- Copta séculos III-IV
- Etíope século IV

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

I. Abreviaturas gerais

AT	Antigo Testamento
NT	Novo Testamento
gr	Grego
hbr	Hebraico
km	Quilômetros
lat	Latim
opr	Observações preliminares
par	Texto paralelo
qi	Questões introdutórias
TM	Texto massorético
LXX	Septuaginta

II. Abreviaturas de livros

- GB W. GESENIUS e F. BUHL, *Hebräisches und Aramäisches Handwörterbuch*, 17ª ed., 1921.
LzB *Lexikon zur Bibel*, organizado por Fritz Rienecker, Wuppertal, 16ª ed., 1983.

III. Abreviaturas das versões bíblicas usadas

O texto adotado neste comentário é a tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada no Brasil, 2ª ed. (RA), SBB, São Paulo, 1997. Quando se fez uso de outras versões, elas são assim identificadas:

- RC Almeida, Revista e Corrigida, 1998.
NVI Nova Versão Internacional, 1994.
BJ Bíblia de Jerusalém, 1987.
BLH Bíblia na Linguagem de Hoje, 1998.
BV Bíblia Viva, 1981.

IV. Abreviaturas dos livros da Bíblia

ANTIGO TESTAMENTO

- Gn Gênesis
Êx Êxodo
Lv Levítico
Nm Números
Dt Deuteronômio
Js Josué
Jz Juízes
Rt Rute
1Sm 1Samuel
2Sm 2Samuel
1Rs 1Reis
2Rs 2Reis
1Cr 1Crônicas
2Cr 2Crônicas
Ed Esdras
Ne Neemias
Et Ester
Jó Jó
Sl Salmos
Pv Provérbios
Ec Eclesiastes
Ct Cântico dos Cânticos
Is Isaías
Jr Jeremias
Lm Lamentações de Jeremias
Ez Ezequiel
Dn Daniel
Os Oséias
Jl Joel
Am Amós
Ob Obadias
Jn Jonas
Mq Miquéias
Na Naum
Hc Habacuque
Sf Sofonias
Ag Ageu
Zc Zacarias
Ml Malaquias

NOVO TESTAMENTO

Mt	Mateus
Mc	Marcos
Lc	Lucas
Jo	João
At	Atos
Rm	Romanos
1Co	1Coríntios
2Co	2Coríntios
Gl	Gálatas
Ef	Efésios
Fp	Filipenses
Cl	Colossenses
1Te	1Tessalonicenses
2Te	2Tessalonicenses
1Tm	1Timóteo
2Tm	2Timóteo
Tt	Tito
Fm	Filemom
Hb	Hebreus
Tg	Tiago
1Pe	1Pedro
2Pe	2Pedro
1Jo	1João
2Jo	2João
3Jo	3João
Jd	Judas
Ap	Apocalipse

PREFÁCIO AO COMENTÁRIO DO EVANGELHO DE LUCAS

Como nos comentários anteriores, também neste volume estão interligados o comentário bíblico e sua aplicação.

Uma vez que no entendimento da Bíblia é fundamental e igualmente relevante compreender a palavra de Deus, cumpre iluminar o teor da Bíblia por todos os ângulos e, por meio de todos os recursos disponíveis, torná-lo vivo para o momento atual e para a consciência pessoal. Para tanto não bastam tão-somente a exegese e a explicação gramatical, que permitem constatar elementos de fato importantes, mas não influenciam a personalidade e a mentalidade, o coração e a vida.

Pelo fato de as figuras lingüísticas portarem revelação do santo Deus, *por um lado* o cristão está sempre muito empenhado em considerar a forma literal com precisão e seriedade, ou seja, pesquisar a palavra de Deus com a maior fidelidade possível. *Por outro lado*, o cristão sempre tem consciência e convicção de que unicamente o Espírito Santo é o verdadeiro intérprete da palavra que ele mesmo escreveu. Por essa razão a pesquisa e exegese dedicadas não excluem, antes incluem, a prece pela assistência do Espírito Santo.

As traduções realizadas sob pontos de vista exegéticos são citadas por meio de sua referência ou transcrição parcial, para tornar possível uma apreciação dinâmica do texto da Escritura. Também no presente comentário a linguagem não emprega termos técnicos teológicos, mas pensamentos propositadamente reproduzidos em palavras de fácil compreensão.

Apesar de todo o trabalho realizado, o autor tem plena consciência da própria incapacidade. Por isso tem um único anseio, o de que Deus, com Sua bondade, abençoe também a presente explicação bíblica, para a glorificação de seu nome.

INTRODUÇÃO

1. Lucas, simultaneamente médico e escritor

Cf. as preciosas explicações dos teólogos F. Godet († 1900) e Prof. Zahn († 1933).

Três passagens do Novo Testamento citam Lucas pelo nome: as duas primeiras passagens bíblicas são **Cl 4.14**: “Saúda-vos **Lucas**, o médico amado, e também Demas”, e **Fm 23s**: “Saúdam-te Epafras, prisioneiro comigo, em Cristo Jesus, Marcos, Aristarco, Demas e **Lucas**, meus cooperadores.”

Dessas duas saudações resulta o seguinte:

- 1) Lucas foi um dos colaboradores de Paulo no trabalho missionário entre os gentios.
- 2) Uma vez que em **Cl 4.10s** Paulo destaca os colaboradores da circuncisão de forma específica, sem arrolar Lucas entre eles, não pode haver dúvida de que Lucas era de família não judaica. Logo, Lucas era um gentio cristão.
- 3) Do título de médico, atribuído a Lucas em **Cl 4.14**, deduz-se que ele era cientificamente instruído.

Entre os primeiros pregadores do evangelho Lucas é, provavelmente, ao lado de Paulo, o único que havia adquirido uma sólida formação científica.

A terceira passagem em que Lucas aparece é **2Tm 4.11**: “**Somente Lucas** está comigo.” O apóstolo está no final de sua vida. Está preso em Roma pela segunda vez (por volta do ano 66). Seus colaboradores estão todos em viagens missionárias, apenas Lucas lhe faz companhia na prisão, pouco antes de Paulo morrer no martírio. Impõe-se a pergunta: há quanto tempo aproximadamente existe o relacionamento cooperativo mais próximo entre Paulo e Lucas? – Como Lucas, o médico, escreveu dois relatos – os Atos dos Apóstolos e o terceiro evangelho –, é possível afirmar com certeza que o relacionamento entre Paulo e Lucas existiu pelo menos desde a época em que Paulo viajou de Trôade para a Macedônia (**At 16.10**).

Perguntamos: Por acaso o apóstolo Paulo não teria conhecido Lucas bem antes disso? De onde era Lucas? Eusébio e Jerônimo relatam, indubitavelmente com base em tradições antigas, que Lucas era natural de Antioquia. Em “*Exkursen zur Lebensgeschichte des Lukas*” [Excursos sobre a biografia de Lucas] Zahn chama atenção para um manuscrito grego escrito por volta de 300 d.C., cuja tradução reza: “Lucas é um sírio de Antioquia, médico de profissão, aluno de apóstolos. Mais tarde, porém, ele acompanhou a Paulo até o martírio deste. Depois de servir ao Senhor incansável e desinteressadamente, adormeceu, aos 84 anos de idade, na Beócia (ou em Tebas, capital da Beócia) cheio do Espírito Santo”

O teólogo Godet afirma: na narrativa acerca da constituição da igreja de Antioquia (**At 11.20-24**) chamam involuntariamente a atenção a vitalidade e o frescor com que esse episódio é relatado. Predomina nela um traço de entusiasmo. Tem-se a impressão de que o autor escreveu essas linhas sob o impacto das mais fiéis recordações pessoais. Se isso for verdadeiro, Lucas e o apóstolo Paulo, que atuou vários anos nessa jovem igreja, devem ter sido velhos conhecidos. Compreende-se facilmente, pois, que em Trôade o apóstolo o tenha nomeado imediatamente como seu colaborador para a incipiente obra de evangelização na Grécia. Concomitantemente, isto serve para confirmar a idéia que se impõe automaticamente durante a leitura de **At 16.10ss**, a saber, que nesse primeiro *trecho na primeira pessoa do plural* e, por conseqüência, também nos outros dois trechos formulados com “nós”, o autor narra acontecimentos de que participou pessoalmente. A partir daqui se explica naturalmente todo o relato subsequente de Atos dos Apóstolos. A primeira pessoa no plural, “nós”, deixa de ser usada no momento em que o apóstolo e seus companheiros Silas e Timóteo saem de Filipos, exatamente porque Lucas permanece nessa cidade para apoiar a jovem igreja. O “nós” volta a ser usado no instante em que Paulo, no final da terceira viagem e a caminho de Jerusalém, novamente aparece em Filipos (**At 20.5**) e Lucas torna a acompanhá-lo. Naturalmente isso acaba quando chegam em Jerusalém, uma vez que a partir daí a narrativa se refere unicamente a Paulo.

O “nós” reaparece na partida para Roma (**At 27.1**) e dura até o final do livro, do que se depreende que Lucas e Aristarco (**At 27.2**) formavam a comitiva de viagem do apóstolo. Por essa razão, pois, esses dois também são mencionados nas saudações finais das duas primeiras cartas que Paulo escreveu em Roma (Colossenses e Filemom). Segundo **2Tm 4.11**, poucos meses antes do martírio do apóstolo tão-somente Lucas ainda acompanhava Paulo no cativeiro.

A maioria de seus amigos deixou-o, em parte para servir a Deus, em parte por amor ao mundo, como Demas. Não sem motivo supõe-se que Lucas foi aquele “irmão” do qual **2Co 8.18** diz que seu “louvor no evangelho está espalhado por todas as igrejas”, e que ele foi enviado com Tito a Corinto em uma viagem para arrecadar ofertas. De acordo com as pesquisas do estudioso Zahn, após a execução de Paulo em Roma no ano de 66 ou 67 d.C., Lucas dirigiu-se à Grécia, permanecendo ali por algum tempo como servo itinerante da palavra de Deus.

2. Teófilo, destinatário do Evangelho de Lucas, uma pessoa de renome

Ambos os escritos, tanto o evangelho de Lucas quanto os Atos dos Apóstolos, foram dedicados à mesma pessoa. Considerando que em **Lc 1.3** Teófilo é considerado e interpelado como “**excelentíssimo Teófilo**” (o título “excelentíssimo” era usado naquele tempo para senadores e cavaleiros - *clarissimus* -, como os procuradores romanos Félix, em **At 23.26; 24.3**, e Festo, em **At 26.25**), ele parece ter sido um homem **renomado**. O teólogo Zahn traduz a interpelação com “excelência”. A dedicatória a Teófilo evidentemente não exclui a possibilidade de que esses livros desde já visassem um grande círculo de leitores. Assim como hoje, também na Antigüidade dedicava-se livros a determinadas pessoas.

Onde vivia Teófilo? O país em que devemos localizar Teófilo depreende-se da percepção de que Lucas considera necessário explicar lugares, costumes e peculiaridades palestinas, cretenses, atenienses e macedônias, enquanto

pressupõe como conhecidas todas as localidades na Sicília e na Itália (At 28 - particularmente o centro-sul da Itália, até Roma), até mesmo pequenos vilarejos (At 28.15). Talvez por isso devamos situar Teófilo na Itália. Contudo, a familiaridade também é pressuposta no caso das viagens de Antioquia para Chipre e pela Ásia Menor até Trôade (At 13.4-14.26; 15.40-16.11).

As *recognitiones* (atestações) clementinas, de meados do século II, relatam que, após a pregação de Pedro, Teófilo, detentor da posição máxima entre todos os cidadãos proeminentes de *Antioquia*, teria cedido o grande pórtico (salão ou colunata) de sua casa para as reuniões de culto a Deus.

A visão histórica abrangente dada em Lc 3.1s, bem como a característica de todo o escrito, demonstram que Lucas escreveu a um amplo círculo de leitores de origem grega, cujo representante ele considerava ser Teófilo.

Além disto, essa dedicatória não significava mera questão de honra. Até o surgimento da imprensa, a edição de um livro era algo muito dispendioso. Por essa razão, os autores costumavam dedicar suas obras a uma personalidade abastada que, caso aceitasse a dedicatória, era considerada, por assim dizer, “*patronus libri*”, padrinho do escrito. Esse *patronus libri* encarregava-se de abrir caminho na opinião pública para a nova obra. Para isto ele criava oportunidades para que o autor apresentasse textos de sua obra perante um círculo seletivo. Igualmente encomendava por sua conta as primeiras cópias.

A redação do evangelho de Lucas geralmente é situada no período entre 63 e 66 depois de Cristo.

3. As fontes do Evangelho de Lucas

A primeira fonte dessas narrativas evangélicas é, incontestavelmente, a pregação dos apóstolos. Não por acaso esses apóstolos foram contemporâneos e **testemunhas** da vida de seu Mestre. O próprio Senhor Jesus os havia escolhido para essa finalidade e transformado em seus acompanhantes. Jesus designa-os com frequência como suas testemunhas convocadas, p. ex., em Lc 24.48: “Vós sois testemunhas destas coisas”, em At 1.8: “Sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra”, e em Jo 15.26s: “O Espírito... dará testemunho de mim, e vós também testemunhareis, porque estais comigo desde o princípio.” Essa qualidade de testemunha ocular portanto também passou a ser determinante para os apóstolos quando trataram de eleger um apóstolo para substituir Judas, após a Ascensão; cf. At 1.21s.

Em seguida, quando At 2.42 fala do ensino dos apóstolos (*didaché ton apostolon*), cumpre entendê-lo inegavelmente acima de tudo como as narrativas dos apóstolos acerca da vida e do ensinamento de Jesus. Naquele tempo essa era a única dogmática, o único catecismo dos cristãos.

Há mais uma outra circunstância que explica aquelas forma definidas que nos surpreendem nas narrativas sinóticas. Nos primeiros tempos, a proclamação evangélica indubitavelmente acontecia no **dialeto aramaico**, que era a linguagem do povo e dos apóstolos. Contudo havia em Jerusalém uma numerosa população judaica que falava exclusivamente o grego, os chamados helenistas. Afirma-se que tinham mais de três sinagogas em Jerusalém, nas quais o AT era lido **somente em grego**, na tradução da Septuaginta [LXX]. Por essa razão, desde o princípio foi necessário cuidar das comunidades gregas, reproduzindo a tradição oral no idioma grego. Contudo isso representava um trabalho árduo. Tratava-se especialmente de verter os discursos doutrinários de Jesus para um idioma cujo espírito era completamente diferente. Pelo menos não se lidava levemente com essa tarefa, deixando-a nas mãos de qualquer pessoa. Supervisionar a tradução era uma incumbência dos próprios apóstolos, pelo menos daqueles apóstolos que falavam o grego, o que valia, p. ex., provavelmente para André e Filipe (cf. Jo 12.20ss.) e certamente para Mateus, que havia sido oficial de alfândega.

Com esse modelo do idioma grego, para o qual os tradutores autorizados verteram os relatos acerca da vida de Jesus, o relatório sobre a vida e o ensinamento de Jesus revestiu-se de uma configuração mais sólida do que antes. Nesse formato ele pôde ser preservado facilmente até ser fixado por escrito. A tradição viva era a rica fonte a que todos recorriam.

Godet escreve: “A meu ver, temos na tradição oral um princípio suficientemente firme e ao mesmo tempo flexível para esclarecer tão notável relação entre os três sinóticos: por um lado sua semelhança, com uma coincidência até mesmo parcialmente *literal*, por outro lado, porém, também sua *diversidade*!” R. Seeberg (Berlim) afirma: “Essa é, pois, a maravilha: que apesar de suas diferenças e peculiaridades todos os quatro evangelhos, tomados em conjunto, expuseram em admirável harmonia e concórdia a gloriosa figura de Jesus. O problema não é: como explicar as diferenças? mas: como, afinal, é possível essa maravilhosa concordância?” Respondemos: isso é possível e verdadeiro unicamente pela condução do Espírito Santo. Uma profecia jamais foi proferida a partir da vontade humana, i. é., a partir do intelecto das pessoas, mas elas falaram pelo impulso do Espírito Santo.

Antes de finalizarmos, porém, o presente capítulo sobre as fontes de Lucas, cumpre acrescentar ainda algo que o já mencionado professor de teologia Zahn declarou a esse respeito. Ele afirma: “Lucas não diz absolutamente nada em seu prefácio sobre as fontes escritas das quais colheu seu material (Lc 1.1-4). Realmente não lhe faltaram oportunidades de explorar os informes *orais* das testemunhas que viram e ouviram Jesus. Os cristãos que foram de Jerusalém para a Antioquia por volta do ano 34, depois da morte de Estêvão, despertando por sua pregação uma igreja e permanecendo ali como *mestres* dessa igreja (At 11.19ss; 13.1), eram todos *ex-alunos de apóstolos* (At 21.16), e seria estranho supor que um ou outro deles não tivesse tido a oportunidade de ver e/ou ouvir pessoalmente a Jesus.”

“Por volta de 40 d.C., Lucas, que deve sua conversão a eles, já se encontrava sob a influência da memória recente de cristãos hierosolimitas. Alguém como Manaém, por exemplo, amigo de adolescência do tetrarca Herodes, poderia ter informado o jovem ávido de conhecimento sobre as condições dos poderosos na Palestina nos tempos em que Jesus viveu (Lc 3.1,19; 23.7-12).”

“Assim como a mãe de Jesus, como membro da igreja de Jerusalém, sobreviveu à ressurreição de seu filho, quiçá por longo tempo (At 1.14; Jo 19.27), também o acervo de suas reminiscências deve ter sido um bem comum dos cristãos de Jerusalém durante os anos 30 a 40, ou seja, também dos primeiros pregadores em Antioquia; e duas vezes (Lc 2.19,51) Lucas dirige o leitor com intenção inequívoca para Maria, como fiel depositária desse tesouro.”

“Quando Lucas viajou com Paulo para Jerusalém na época do Pentecostes de 58 d.C., teve oportunidade já durante a jornada, por ocasião de uma permanência de vários dias em Cesaréia, de viver na casa de um ‘dos sete homens que haviam sido escolhidos em Jerusalém’, provavelmente também testemunha ocular da história evangélica (At 21,8 [BLH]; cf. o que é observado abaixo, sobre Lc 9.61). Chegando a Jerusalém, ele visitou com Paulo a casa de Tiago, que havia crescido sob o mesmo teto com seu irmão Jesus em Nazaré (At 21.18). Se Lucas, como parece, permaneceu na Palestina do Pentecostes de 58 até o fim do verão do ano 60, quer ininterrupta quer predominantemente, ele tinha à disposição ali as mais produtivas e numerosas fontes do ensinamento histórico sobre as palavras, os feitos e sofrimentos de Jesus.” Até aqui as pertinentes exposições do professor Zahn.

4. Plano e estrutura do evangelho de Lucas

Como os outros três evangelistas, Lucas também não narrou a história apenas por causa da história. Os quatro evangelistas tiveram por objetivo a salvação e apresentam os fatos de tal maneira que são reconhecidos pelo leitor como objeto da fé.

Mateus mostra a relação da história de Jesus com a revelação do AT. Na realidade ele descortina uma vasta perspectiva para a obra missionária futura em suas palavras finais. Apesar disso está fundamentalmente voltado para o passado.

Lucas na verdade também salienta a relação entre a antiga e a nova aliança, mas acima de tudo ele busca na atividade e no ensinamento de Jesus o ponto de partida e o começo da nova criação espiritual; seu olhar está voltado para o futuro.

Em sua apresentação, **Marcos** não enfoca nem o passado nem o futuro, mas única e exclusivamente o espetáculo incomparável que se descortinava diante da testemunha da vida de Jesus. Visa retratar o próprio Jesus, como ele vivia e agia, com nenhum outro objetivo além de suscitar da forma mais completa em seus leitores a impressão que as testemunhas de fato haviam recebido de sua personalidade.

O evangelista **João**, por fim, fixa o olhar no Jesus que é a eternidade que penetrou no tempo, a vida divina que ingressou na humanidade, oferecendo-a a todos que almejam esse alvo supremo.

É fácil de entender que justamente o evangelho de **Lucas**, aquele dentre todos os quatro evangelhos que explicita o nexos mais estreito com a evolução ulterior do cristianismo, tenha obtido uma continuação em Atos dos Apóstolos. O evangelho de Lucas e os Atos dos Apóstolos formam uma unidade integrada, razão pela qual também o andamento de ambos os escritos exibe uma marcante semelhança. O conteúdo do evangelho pode ser sintetizado em três nomes: *Nazaré, Cafarnaum, Jerusalém*. Do mesmo modo o conteúdo de Atos dos Apóstolos pode ser resumido em três nomes: *Jerusalém, Antioquia, Roma*. Em Cafarnaum manifesta-se o que foi gerado no silêncio de Nazaré. Em Jerusalém completa-se o que foi preparado em Cafarnaum. O mesmo ocorre em **Atos dos Apóstolos**. Em Antioquia vemos em flor a sementeira que germinou no Pentecostes em Jerusalém. Em Roma constatamos que a nova aliança se desprende cabalmente do velho solo e foi transplantada para o novo solo, sobre o qual desde então produz seus frutos. Enquanto o evangelho descreve a maneira e a forma como a salvação em Israel se concretizou, apesar das hostilidades de seus líderes e da obcecação do povo, Atos dos Apóstolos mostra que a fundação do reino de Deus entre os gentios não aconteceu seguindo o curso normal, com Israel (o povo convertido de Deus acolhendo em seu seio os gentios), mas que, pelo contrário, a fundação do reino de Deus foi permanentemente confrontada com resistência por parte de Israel, tanto na Palestina quanto nos países gentios, até Roma, onde finalmente aconteceu a ruptura completa.

Quanto às demais características do evangelho de Lucas, Lange (Lange, *Bibelwerk*) afirma: “O terceiro evangelho é o que traz as marcas mais nítidas da individualidade do autor, conforme já nos familiarizamos com elas em outros locais. Uma vez que reconhecíamos em Lucas um cristão dentre os gentios, sua obra também se identifica com uma característica decididamente universalista. Ele não remete à origem do Senhor somente até Abraão, como Mateus, mas até Adão, e esforça-se menos em apresentar a relação do Cristo de Deus com Israel e mais a relação com toda a humanidade.”

Ademais, nenhum outro evangelho permite entrever vestígios tão nítidos do espírito de Paulo como precisamente o evangelho de Lucas. É bem verdade que não seja provável que Paulo tenha tido em mente uma narrativa escrita de Lucas quando menciona o seu evangelho (Rm 2.16; 2Tm 2.8), mas apesar disso ambos convergem da maneira mais perfeita na descrição da instituição da santa ceia (Lc 22.19s; cf. 1Co 11.23-29), no relato da aparição de Cristo quando se manifestou a Pedro (Lc 24.33s; cf. 1Co 15) e em outros detalhes.

O evangelho de Lucas é um comentário contínuo ao misterioso dizer do apóstolo: “Deus enviou seu Filho, que veio na forma da nossa natureza pecaminosa a fim de acabar com o pecado” (Rm 8.3). É como se Lucas tivesse visto sua própria função sendo exercida na atividade de Jesus. Mais do que os outros, ele descreve o Senhor **Jesus como médico**, precisamente como o Grande Médico, que veio não apenas para **servir** (Mt 20.28), mas que andou por toda parte fazendo o bem (At 10.38), demonstrou compaixão com todos os doentes do corpo e do espírito, liberou poder de si para restaurar (Lc 5.17)! Todos relatam acerca da tentação de Jesus no deserto, mas unicamente Lucas acrescenta: “apartou-se dele o diabo, até momento oportuno” [Lc 4.13]. Todos relatam seu sofrimento no Getsêmani, mas somente Lucas preservou para nós o relato comovente do suor que “como gotas de sangue caindo sobre a terra” [Lc 22.44], e do anjo que o fortalecia. Todos falam do arrependimento de Pedro, mas unicamente Lucas menciona o olhar do Senhor [Lc 22.61].

O terceiro evangelho é a coroa dos evangelhos sinóticos.

5. Porventura o estudo sistemático de fontes exclui a inspiração divina? Lc 1.1-4

O primeiro olhar sobre os vv. 1-4 permite perceber que o autor é instruído em grego e no respectivo estilo lingüístico. As expressões que Lucas utiliza neste prefácio não pertencem ao vocabulário hebraico do NT, mas são emprestadas do grego clássico. Ao invés da lacônica adição das frases que é própria do estilo hebraico, deparamo-nos no vv. 1-4 com o bem-estruturado *período sintático* grego, e a tradução em português não é capaz de proporcionar uma idéia da *elegante estruturação* e da *sonoridade rítmica* do original grego. Filólogos do ramo apreciaram significativamente o estilo do prefácio. O erudito Wilhelm Bousset afirma: “Lucas domina a prosa artística grega melhor que Paulo” (Bousset-Heitmüller, *Die Schriften des NT*, p. 392).

Lucas constrói um *prefácio* tão deslumbrante pelo fato de que esta obra é apresentada a um homem distinto e erudito, a saber, o grego Teófilo.

No entanto, não somente a forma exterior de seu prefácio, mas igualmente a circunstância a seguir anunciam sua formação científica. Lucas é o único evangelista que, segundo o exemplo dos historiadores gregos, inicia sua obra com uma breve dedicatória. Se compararmos esse prólogo com o prefácio dos historiadores gregos Heródoto, Tucídides e Políbio, temos de dizer que Lucas foi um excelente conhecedor da literatura das obras historiográficas clássicas.

Os historiadores gregos escreviam suas obras a fim de preservar os grandes feitos dos helênicos na memória da posteridade. O interesse ao qual Lucas agora dedica sua pena, é de cunho extremamente superior ao dos mestres gregos, cujo método ele segue. Ele deseja dar notícia do maior acontecimento da história mundial, do tema que abarca céu e terra, tempo e eternidade, passado e futuro, referente ao Deus eterno e seu Filho eterno.

Aquilo que Lucas apresenta na dedicatória de seu escrito evangélico, a fim de justificá-lo, não é nada mais que a menção de uma investigação histórica exata.

Nesse prólogo Lucas se reporta ao incondicional *testemunho ocular* de seus informantes. Afinal, era a história sagrada que ele escrevia, história que trata do bem e da desgraça de toda a humanidade. Aqui a demonstração da veracidade possui uma relevância soteriológica (referente à doutrina da salvação). O *espírito* da verdade e a determinação em prol da verdade vicejavam com vigor juvenil nas testemunhas que haviam visto, face a face, a própria Verdade, a saber, Jesus Cristo.

1 – Visto que muitos houve que empreenderam uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram,

2 – conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra:

Na expressão “**empreenderam**” reside uma leve alusão ao fato de que os autores anteriores provavelmente não tenham recorrido a todos os auxílios. Por essa razão Lucas não envia simplesmente um dos escritos mais antigos a Teófilo, mas empenha-se pessoalmente em anotar a trajetória de vida de Jesus, a fim de proporcionar a seu eminente amigo um conhecimento plenamente autêntico (confiável) daqueles episódios históricos.

A palavra “**entre nós**” é a mesma de João 1.14, com a única diferença de que lá uma das testemunhas iniciais fala em nome de suas co-testemunhas, ao passo que aqui fala alguém que recebeu das testemunhas oculares e originárias a notícia dos acontecimentos ocorridos.

As duas expressões, “**testemunhas oculares**” e “**ministros da palavra**”, referem-se tão-somente aos *crentes*, ou seja, à Igreja de Jesus. Lucas visa anotar não o que alguém como Pilatos ou Herodes ou Caifás e Anás, fariseus ou escribas, têm a relatar sobre a vida, paixão e morte do Senhor (de que todos na verdade também foram “testemunhas oculares”), porém unicamente aquilo que membros da Igreja do Senhor dizem sobre Jesus de Nazaré, como **testemunhas oculares e pregadores do evangelho**.

O fato de que milhares que não faziam parte do círculo da Igreja ouviram sermões de Jesus e presenciaram seus feitos, de que Pilatos e Caifás trocaram palavras com ele e que o imperador e os mais elevados magistrados em Roma ouviram de Paulo e de Jesus, por meio do procurador Festo (At 25.14; 19.26), revela que todos aqueles contemporâneos que estavam fora da Igreja no fundo não viram nem ouviram nada a respeito do evento supremo

ocorrido sobre a face da Terra. Nada perceberam precisamente pelo fato de que não queriam ver nem ouvir nada (Lc 8.10; 10.23).

Aqui, portanto, não se trata de um sistema de idéias, mas de fatos. Os apóstolos não seguiram fábulas inventadas, mas foram pessoalmente testemunhas da glória sobrenatural de seu Senhor (2Pe 1.16).

Obviamente ter noção da existência de um Jesus e de seus apóstolos ainda não é “fé”. Os contemporâneos incrédulos de Jesus também sabiam da existência de um homem que se chamou Jesus de Nazaré, e apesar disso não creram nele. Alcança essa fé somente aquele que deseja crer e que pretende chegar a Deus com veracidade e retidão na maior profundidade do coração. Para aquele tempo e para hoje vigora: “Quem deseja chegar a Deus tem de *crer* que ele é.”

A expressão “transmitiram” não possui aqui qualquer definição mais precisa. Quando não houver definição mais precisa, a palavra refere-se a uma tradição oral (At 16.4; 1Co 11.2,23; depois 15.3). Igualmente o substantivo “tradição” (Mt 15.2,3,6; Cl 2.8; 2Ts 2.15, etc.) refere-se à tradição oral. Antes de qualquer escrito já havia, pois, “tradição”, e também o que hoje chamamos de “evangelho” e “Sagrada Escritura” já foi, antes de sua anotação escrita, parte da “tradição” oral.

A expressão **desde o princípio** refere-se ao começo da vida do Senhor. – Quem relata todos esses “eventos do princípio” não são “ministros da palavra” no sentido mais restrito, mas no mais amplo – por exemplo, Maria, mãe do Senhor, que talvez também tenha transmitido tudo o que lhe havia sido relatado por Zacarias e Isabel, por Simeão e Ana.

3 – igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem (de tudo),

4 – para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído.

Esse versículo 3 forma a frase principal. Por meio da expressão em bom grego “igualmente a mim me pareceu bem”, Lucas aponta para a resolução de tornar-se um historiógrafo da história de Jesus! Na expressão “desde sua origem” (*anóthen* = de cima para baixo) Lucas parece comparar-se com um peregrino que tenta avançar até a nascente do rio para depois percorrer todo o curso posterior do rio. – A narrativa e proclamação apostólicas, integralmente dominadas pela finalidade prática do anúncio da salvação, começaram somente com a atuação pública de Jesus. No entanto Lucas sentiu-se pressionado a retroceder mais e iluminar os primeiríssimos começos da história de Jesus - veja-se o capítulo 1 e 2 (relatos da infância). Assim como completou a “tradição” nessa direção, ele também se esforçou em colecionar os fatos e discursos de Jesus que faltavam naquela. Isso está fixado no “*pasin*” = “todos”. O evangelho de Lucas demonstra isso em todas as suas partes.

Quanto a Teófilo, veja acima, a Introdução, pág 12

Depois que Lucas desvendou seus trabalhos preparatórios, ele passa a expor a finalidade de seu escrito: trazer ao coração de seu eminente protetor a incontestável e inabalável verdade e o fundamento do ensinamento da fé, o qual Teófilo havia recebido dele no passado.

COMENTÁRIO

SEÇÃO I

SOBRE OS PRECEDENTES DO PRECURSOR E DE SEU SENHOR - Lc 1.5-2.52

Diferente de Mateus, Lucas aborda o objeto da narrativa com o modo de pensar de um grego, visando examinar, como já ouvimos no prólogo de Lc 1.1-4, os fatos da história de Jesus até em seus primórdios. Reflete consigo: um evento tão extraordinário como a manifestação pública de Jesus não pode ter acontecido sem preparação. Jesus não pode ter caído do céu como homem adulto, aos trinta anos de idade, como imaginou Marcião; Teófilo e os cristãos hão de indagar qual poderia ter sido a origem de uma pessoa tão extraordinária. Por essa razão ouvimos, nos cap. 1 e 2, as histórias do começo da vida de Jesus.

1. O ponto de conexão - Lc 1.5-6

A história de Zacarias e Isabel abre o drama messiânico. Quando Deus começa uma nova obra, ele não joga fora a antiga, mas estabelece uma conexão com ela! No seio de Israel, em Jerusalém, no templo (o centro da vida cultural de Israel), Deus engendra o surgimento da nova aliança.

Também Schlatter chamou atenção para esse aspecto da conexão do novo com o antigo. “No templo começa a história narrada pelo evangelista Lucas. Ao templo também é trazido posteriormente o recém-nascido Messias-Cristo, como a lei prescrevia. Do mesmo modo, Jesus, aos doze anos de idade, ao visitar pela primeira vez o templo, entra nele com a idéia de que agora se encontra naquilo que pertence a seu Pai...”

Com essas frases no começo do evangelho relacionam-se as últimas frases do evangelho de Lucas, Lc 24.52s: “Então, eles, adorando-o, voltaram para Jerusalém, tomados de grande júbilo; e estavam sempre no templo, louvando a Deus.”

Sim, é “o templo” de Jerusalém, a continuação do tabernáculo, que Deus estabelece a conexão com o novo. – Somente depois que Jerusalém rejeitou definitivamente ao Salvador o templo também foi entregue à destruição (cf. Lc 13.35; 19.46 e 21.6).

5 – Nos dias de Herodes, rei da Judéia, houve (era) um sacerdote chamado Zacarias, do turno (sacerdotal) de Abias. Sua mulher era das filhas de Arão e se chamava Isabel.

A tradução tão literal quanto possível tem por finalidade explicitar a diferença de expressão entre os v. 1-4 e os v. 5ss. O mesmo homem que, por meio de um discurso bem elaborado no prólogo, se posiciona como um erudito entendido da literatura grega, devido ao estudo e à ocupação, agora começa um relato de vários e longos capítulos em um estilo que, para quem entende um pouco de hebraico, parece tradução de um idioma semita. Deparamo-nos novamente com o estilo clássico do prefácio na segunda metade de Atos dos Apóstolos. A locução **aconteceu nos dias do rei Herodes** é hebraica. Nenhum historiador grego escreveria assim. Recordamos 2Sm 21.1; 1Rs 10.21; Jr 1.2; Mt 2.1.

Quanto a “Herodes, o Grande” veja na Série Esperança, Mateus, p. 42ss, inclusive as notas de rodapé.

A expressão **o turno (sacerdotal) de Abias** baseia-se na subdivisão dos sacerdotes em 24 ordens que remontam a Davi (1Cr 24.3,10).

Considerando que Isabel era oriunda “dentre as filhas de Arão”, João Batista era descendente de uma família puramente sacerdotal. O texto continua a falar acerca de seus pais:

6 – Ambos eram justos diante de Deus, vivendo irrepreensivelmente em todos os preceitos e mandamentos do Senhor.

A expressão **justos** refere-se ao cumprimento cabal dos mandamentos levitas. Deus deixava valer diante de si *esta justiça* como reta diante dele. O termo **irrepreensível** corresponde à palavra “perfeito” em Gn 17.1. Quem deseja ser digno do serviço de Deus precisa ser obediente a ele e vincular seu coração incondicional e irrestritamente a seus mandamentos. Ambos andavam [**viviam**], i. é, não apenas conduziam temporariamente uma vida agradável a Deus, mas se empenhavam em praticar continuamente, com santa seriedade, aquilo que era correto perante Deus. Ninguém podia acusá-los de nada. Encontravam-se “no santuário perante Deus” de forma persistente.

À *origem* sem mácula dos pais de João Batista agregava-se, pois, uma *vida* de acordo com a vontade e o agrado de Deus. Que casal de cônjuges e pais exemplares apresenta-se, assim, diante de nossa alma!

Deus viu este andar perante si. Seu intento era transformar Zacarias e Isabel em portadores do Espírito. Por isso ele também os educou de maneira diferente dos demais humanos. Um novo começo no reino de Deus deveria ser preparado por meio da irrupção de um casal de pais para dentro da vida de fé de pessoas como Abraão e Sara! Considerando, porém, que a promessa a Abraão estava prestes a ser cumprida, evidenciou-se repentina e surpreendentemente que surgiam aqui exatamente os mesmos sintomas do tempo de Abraão: “Não havia herdeiro!” Além disso Isabel já havia passado em muito a idade em que podia ter esperança de se tornar mãe de um menino!

2. Um ato magnífico de Deus - Lc 1.7-25

7 – E não tinham filhos, porque Isabel era estéril, sendo eles avançados em dias.

A formulação “não tinham filhos, sendo eles avançados em (seus) dias” é puramente hebraica, cf. Gn 18.11; 24.1; Js 13.1; 23.1; 1Rs 1.1.

Não ter filhos era um grande infortúnio para um casal em idade avançada, e até mesmo era percebido, com extremo sofrimento, como um sinal do desfavor divino e como vergonha perante as pessoas, como um sinal da destituição da bênção prometida em Gn 1.28. Lucas dá a entender que a

causa da ausência de filhos se deve a Isabel, a qual chama de “justa”. – Não se trata de coincidência, mas de sabedoria do educador celestial permitir que justamente aquelas pessoas que ele honra com graças especiais passem por graves provações.

Precisamente a infertilidade contribuiu de modo essencial para preparar o matrimônio do casal agora idoso como local de revelação divina. Na verdade, agora eles estavam menos enredados nos pensamentos e nas preocupações do mundo. Em calada solidão eles tiveram a oportunidade de aprender a *esperar* no Senhor e a crer cegamente que *Deus se lembra de seu juramento* (Zacarias significa: *Javé se lembrou*, e Isabel: *Deus é meu juramento*).

Como autênticos israelitas, pois, era impossível a esse grisalho casal crer que a infertilidade fosse a última vontade de Deus. Por essa razão eles aguardavam ansiosamente por descendência.

8 – Ora, aconteceu que, exercendo ele diante de Deus o sacerdócio na ordem do seu turno, coube-lhe por sorte,

Novamente aparece o **aconteceu que** = estilo hebraico. As palavras **diante de Deus** ou **diante da face de Deus** ressaltam a relevância da atividade sacerdotal.

9 – segundo o costume sacerdotal, entrar no santuário do Senhor para queimar o incenso.

A locução **na ordem do seu turno** significa: juntamente com toda a categoria de serviço de Abias, Zacarias permaneceu em Jerusalém por uma semana, prestando o serviço no templo. Por sorteio coube-lhe a tarefa de acender o incenso. Para isto, ele entrou no chamado recinto santo, no qual se encontrava, além do candelabro de ouro e da mesa de pães da proposição, também o altar de incenso. A expressão **santuário do Senhor** destaca a santidade do templo (Êx 30.8).

10 – E, durante esse tempo, toda a multidão do povo permanecia da parte de fora, orando.

Depois de Zacarias ter derramado o incenso sobre as brasas incandescentes do altar, ele se prostrara, conforme prescrito, para a adoração. Nessa hora da queima do incenso, em todo o país os rostos do povo se voltavam para Jerusalém, e as pessoas oravam. No instante em que o sacerdote se posta diante de Deus, ele resume, como representante do povo, as orações de todos, trazendo-as à face de Deus. Nessa hora ele também pode expressar sua intenção mais íntima e sagrada diante de Deus. A subida do incenso é uma imagem da ascensão da oração, agradável a Deus. Veja Sl 141.2 e Ap 5.8; 8.3s.

11 – E eis que lhe apareceu um anjo do Senhor, em pé, à direita do altar do incenso.

A hora da oração é a hora da revelação de Deus. Deus não esquecera a oração do idoso casal. De forma muito mais gloriosa do que eles jamais haviam suplicado, atendeu-se o que eles aguardavam ansiosamente. Apareceu-lhe um anjo do Senhor. **À direita do altar do incenso** constitui um sinal de que ele vem a Zacarias de fato por incumbência e autorização de Deus.

12 – Vendo-o, Zacarias turbou-se, e apoderou-se dele o temor.

Quando o mundo invisível subitamente se torna visível, o ser humano fica perplexo. Quando a consciência de sua indignidade e de seu pecado despertam na seqüência, a perplexidade se transforma em temor, porque a pessoa sente que o juízo é iminente.

13 – Disse-lhe, porém, o anjo: Zacarias, não temas, porque a tua oração foi ouvida; e Isabel, tua mulher, te dará à luz um filho, a quem darás o nome de João.

14 – Em ti haverá prazer e alegria, e muitos se regozijarão com o seu nascimento.

Primeiramente o anjo tranquiliza Zacarias. Está trazendo uma mensagem de misericórdia, não de juízo. Ele anuncia um filho, o descendente há muito tempo almejado. A expressão **tua oração** pode muito bem ter o sentido de “tua prece constante”. O nome João se origina de *Joanã* (2Rs 25.23; 1Cr 12.4,12) e significa o mesmo que “*o Senhor agracia*”. Ele ocorre diversas vezes no AT. Na realidade a graça não é característica da prédica de João, mas por meio de sua atuação inaugurou-se o domínio da graça. Contudo faz parte da natureza do domínio da graça que ela persiga o pecado de forma implacável até nos menores vestígios, e o puna inexoravelmente. A premissa da graça é o arrependimento total.

Esse filho há de ser “um sinal da graça” e “um motivo da alegria”. De uma alegria tal que culminará no estremecimento, na exultação, no júbilo. E esse júbilo valerá não apenas para os familiares de João, mas para todo o povo!

15 – Pois ele será grande diante do Senhor, não beberá vinho nem bebida forte e será cheio do Espírito Santo, já do ventre materno.

João está entre as pessoas especialmente consagradas que tentavam concretizar o exemplo da santidade israelita em círculos não-sacerdotais. Essas pessoas eram chamadas de nazireus, i. é, pessoas “consagradas a Deus”, “noivas de Deus”.

À simplicidade de vidas agrega-se como decisivo o fato de que já no ventre materno ele fica pleno do Espírito Santo. Nesse caso tem-se em mente o Espírito Santo no aspecto de seu efeito de poder, conforme derramado sobre os profetas como Espírito de serviço (embora apenas por pouco tempo), inclusive sobre Sansão e Saul, transformando-os em ferramentas de Deus.

16 – E converterá muitos dos filhos de Israel ao Senhor, seu Deus.

17 – E irá adiante do Senhor no espírito e poder de Elias, para converter o coração dos pais aos filhos, converter os desobedientes à prudência dos justos e habilitar para o Senhor um povo preparado.

Como primeiro ato é anunciado um poderoso movimento religioso, um grande avivamento entre o povo. Muitos não de ser arrancados da alienação de Deus e novamente reconduzidos a Deus pela via do arrependimento.

Por intermédio de um trabalho desses ele abrirá caminho para o tempo messiânico, e isso será a coroa de sua obra. A marca característica da atuação de João é, como outrora em Elias, “o poder”.

18 – Então, perguntou Zacarias ao anjo: Como saberei isto? Pois eu sou velho, e minha mulher, avançada em dias.

A solicitação de um sinal é tratada aqui como uma transgressão que merece punição. Não obstante, Abraão (Gn 15.8), Gideão (Jz 6.36s, 39 três vezes) e Ezequias (2Rs 20.8) externaram um pedido semelhante, sem que isso lhes fosse imputado por pecado. Por que, pois, não é correto no presente caso o que em outros episódios foi aceito? Provavelmente porque Zacarias vivia depois daqueles e tinha à disposição toda essa série de revelações e fenômenos, que ele, como sacerdote, certamente conhecia. Ademais, o próprio local em que ele recebia essa mensagem, bem como o fenômeno celestial que lhe trazia, deveriam livrá-lo de qualquer dúvida. Sua dúvida, portanto, não era nada mais que falta de fé e a incapacidade de alçar-se, por força da promessa divina, acima do curso natural das coisas.

19 – Respondeu-lhe o anjo: Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus, e (eu, no original consta “egō” = eu enfático) fui enviado para falar-te e trazer-te estas boas novas.

O mensageiro revela-se como um personagem já conhecido: “Eu sou Gabriel”. O nome significa: “o homem forte de Deus”.

Gabriel é o mensageiro de Deus, aquele que traz boas notícias, o evangelista de Deus, que edifica. Com as palavras anteriores de Zacarias (“eu sou velho”) contrastam as palavras do anjo: “Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus.”

Pessoas que se encontram diante de Deus são usadas e enviadas por ele. Quem está diante de Deus não conta mais com aquilo que está perante os olhos, mas com o que Deus falou. O anjo continua dizendo: “eu fui enviado para falar contigo, para te evangelizar”, como diz o texto original. Evangelho significa boa nova, uma mensagem que nos liberta do que é visível e nos ergue para alturas invisíveis, para a palavra eterna de Deus, de onde se descortina a visão das glórias eternas.

20 – Todavia, ficarás mudo e não poderás falar até ao dia em que estas coisas venham a realizar-se; porquanto não acreditaste nas minhas palavras, as quais, a seu tempo, se cumprirão.

Essa palavra é um juízo sobre a incredulidade, porém justamente aqui e nesses tempos de ruptura fica claro que todos os juízos de Deus (na história da redenção) são mais **juízos da graça**. Jamais desejaríamos omitir a faceta da graça diante da faceta do juízo. Para Zacarias, ficar mudo até a hora do nascimento do filho prometido é uma ajuda, uma assistência, uma graça de Deus. A santa e boa mensagem tinha condições de sedimentar-se nele, sem ser esmagada pela constante troca de idéias.

Agora Zacarias tinha tempo de adaptar-se a um novo mundo, de orientar-se e criar raízes, para na sequência apresentar-se em seu contexto como um filho da luz. Era uma graça maravilhosa que ele ficasse mudo e depois, ao sair, tão-somente conseguisse fazer sinais: “Não me perguntem nada, não consigo falar.”

21 – O povo estava esperando a Zacarias e admirava-se de que tanto se demorasse no santuário.

22 – Mas, saindo ele, não lhes podia falar; então, entenderam que tivera uma visão no santuário. E expressava-se por acenos e permanecia mudo.

23 – Sucedeu que, terminados os dias de seu ministério, voltou para casa.

O povo esperava no átrio pela bênção costumeira. Admirava-se da demora incomum do sacerdote atrás da cortina. Por sua incapacidade de falar e abençoar, a multidão reconheceu que ele tivera uma visão no templo. Através de persistentes gestos com a mão ele convenceu o povo a ir para casa sem obter a bênção.

Como é singular esse episódio! O aspecto de juízo desse acontecimento deixa explícito que, por causa da incredulidade de Zacarias, Deus o impedia de exercer sua função sacerdotal “de conceder a bênção”.

A mudez de Zacarias, no entanto, igualmente explicita o aspecto salvífico: quando a **voz do que clama no deserto** é anunciada, o sacerdócio do AT emudece. Cala-se a bênção levita quando vem “a descendência em que serão benditas todas as nações da terra” [cf. Gn 12.3].

24 – Passados esses dias, Isabel, sua mulher, concebeu e ocultou-se por cinco meses, dizendo:

25 – Assim me fez o Senhor, contemplando-me, para anular o meu opróbrio perante os homens.

Por que Isabel não se dirigiu imediatamente, cheia de alegria, às pessoas, para gloriar-se de sua felicidade? Por que ela se retrai silenciosamente durante cinco meses? Por que ela oculta sua dítosa situação? Deus permitiu-lhe tornar-se mãe. Agora, por causa dele e de si mesma, ela não deve mais apresentar-se entre as pessoas como infértil (v. 36). Disso se explica o tempo de cinco meses. Após cinco meses a realidade da gravidez torna-se visível, e então ela de fato pode ser reconhecida como abençoada por Deus.

Não há como formular de forma mais sucinta o fato de que “**ele contemplou de tal maneira que ele afasta**”. A expressão “**opróbrio**”, que evoca os longos anos de humilhação que a devota israelita experimentara, é explicada pelas palavras do anjo no v. 36: “aquela que diziam ser estéril”. “A estéril” era seu epíteto infame entre as mulheres de sua localidade, mas Deus a contemplara e abençoara.

É da **fé**, e não da natureza, que resulta um fruto verdadeiramente divino. Unicamente o fruto da fé dura para a eternidade, e o que não provém da fé é pecado. Felizes de nós quando, por meio da relação viva com Deus, trazemos fruto para Deus!

Era isso, pois, que puderam experimentar também os dois idosos, já grisalhos, já no limiar do Novo Testamento.

Sua mísera vida na terra, colocada à disposição de Deus, podia gerar frutos para a eternidade em virtude da grande graça de Deus. Seu filho João, pelo qual rogaram a Deus, foi o fruto de sua vida oculta de fé. E João tornou-se frutífero para as gerações futuras, ao abrir espaço para o Senhor.

Uma bênção presenteada por Deus, no entanto, somente torna-se bênção real para o povo de Deus e o mundo **quando é novamente devolvida a Deus**; quando o fruto continua sendo um sacrifício oculto, oferecido tão-somente a Deus. Unicamente aqueles que viram o sentido de sua vida no sacrifício da vida hão de verdadeiramente trazer frutos para Deus.

3. Em Deus nada é impossível - Lc 1.26-38

Conforme depreendemos da história anterior, o sacerdote retornou calado do templo. Não podia anunciar ao povo a maravilhosa mensagem da proximidade do Messias, mas tinha de levá-la consigo às montanhas, como um segredo cerrado. Isso já trazia indícios de que o sistema do templo chegaria ao fim.

De forma totalmente diferente apresenta-se agora a segunda história. Ela não sucede a um sacerdote, mas a uma jovem israelita. Não acontece no templo, mas em Nazaré da Galiléia; não ao queimar incenso no altar, mas na singela habitação da jovem Maria. Maria, porém, não acolhe o mensageiro divino com incredulidade, e sim com fé. No caso de Zacarias foi dito: “**O anjo apareceu**”, e aqui se ouve: “**O anjo entrou**” (v. 28). Aquele ouviu a promessa de que sua esposa, a idosa Isabel, lhe daria à luz o “precursor” do Messias, e ele duvidou. Maria, no entanto, ouviu a mais estranha mensagem, de que ela daria à luz **o próprio Messias**, o “Filho de Deus”, mesmo virgem, e – estava **pronta para crer**! O sacerdote precisa carregar a mensagem celestial mudo para sua casa, e somente depois que seu filho nasce ele reencontra a fala. Maria, por sua vez, está imediatamente

repleta de bendita alegria e se apressa para ter com Isabel, a fim de anunciar sua felicidade com louvor e gratidão. Esse é o contraste entre a velha e a nova aliança.

Independentemente dessa disparidade, na qual já se anuncia a magnitude da nova aliança sobre a antiga, a excelência do cristianismo sobre o judaísmo, não deixa de ocorrer a mais íntima relação de parentesco entre a velha e a nova alianças. Ambas as proclamações são trazidas pelo mesmo anjo! Na segunda proclamação o anjo até mesmo aponta para a primeira. Um é *filho tardio* do idoso casal de sacerdotes, que já ultrapassou “a sua época”, o outro é o *primogênito* de uma virgem. O nascido tardio é enchido do Espírito Santo no ventre materno, o segundo é gerado e nascido pela sobrepujante atuação de Deus na virgem pelo poder do Espírito Santo.

“A hora em que aconteceu o que nos é relatado aqui era sagrada, uma hora que concederia à virgem o filho, ao mundo o Redentor, à terra uma nova vida, à humanidade o Filho de Deus – a hora da concepção de Cristo, a hora da descida da palavra de Deus, do *Logos* (Jo 1.1), sobre a terra, para dentro da carne! Para ler essa história são necessárias devoção e uma mente de seriedade santa. Cumpre lê-la com adoração e humildade (Êx 3.5)” (Heubner).

A proclamação da maravilhosa origem de Cristo da “virgem” já é profetizada no paraíso em Gn 3.15. Essa promessa, que fala da semente da *mulher*, e não da semente do *homem*, exclui o homem expressamente dessa geração. Nas genealogias do AT os israelitas se apegavam com tanta intensidade à ascendência masculina que, com exceção dessa promessa (Gn 3.15), em lugar algum se fala entre eles de outra coisa que não da semente do homem.

Quanto ao nascimento virginal, cf. também Gl 4.4, onde Paulo não diz nada a respeito de “gerado do pai”, mas escreve: “nascido de mulher”.

26 – No sexto mês, foi o anjo Gabriel enviado, da parte de Deus, para uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré.

De Jerusalém e do templo o relato nos transporta a uma pequena cidade provincial, à casa de uma moça desconhecida. Do contexto sacerdotal chegamos à vida privada do israelita comum. – A referência de tempo **no sexto mês** corresponde aos cinco meses do v. 24. Chegou o momento em que Isabel pôde sair de sua reclusão e ser reconhecida como aquilo que ela era. Deus esperou por esse momento a fim de acrescentar a essa primeira ação a promessa de uma outra ainda maior. O nome Galiléia designa a borda setentrional da Palestina, na fronteira com a Fenícia. O nome completo dessa parte do território era “círculo dos gentios”, por causa dos muitos gentios que habitavam essa região (cf. Is 9.1, onde se fala da Galiléia dos gentios). Por isso essa terra de fronteira era desprezada pelos judeus ortodoxos. Agora o anjo de Deus se dirige para lá, a fim de anunciar o Filho unigênito de Deus, o alvo de todas os prenúncios proféticos. E a cidade se chama Nazaré. Ela jamais é mencionada no AT.

27 – A uma virgem desposada com certo homem da casa de Davi, cujo nome era José; a virgem chamava-se Maria.

Duas vezes, no começo e no final do v. 27, enfatiza-se que o envio do anjo não se destinava a uma mulher casada, mas a uma **virgem**. No final do versículo não é usado o pronome “ela”, mas retorna expressamente o termo “*parthenos*”, i. é, virgem. O anjo não é enviado ao palácio de uma pessoa grande e rica, mas à humilde morada de uma pobre virgem. E quem era essa virgem, essa Maria, escolhida desde a eternidade para ser a mãe de nosso Redentor, a mulher cuja semente há de esmagar a cabeça da serpente? É estranho como a Escritura silencia a esse respeito. Tudo o que sabemos a respeito dela, de sua condição social, seu caráter, sua vida e suas experiências restringe-se a poucos traços relatados para glorificar seu filho. Esses poucos traços, porém, nos permitem lançar olhares profundos. São suficientemente ricos para que sintamos a plenitude com que o Senhor agraciou essa sua serva. Talvez explicações mais amplas teriam resultado em excessiva honra para Maria. A Escritura, porém, promove tão-somente a honra de Deus. A adoração de Maria praticada pela Igreja Católica Romana não tem fundamento na Escritura. Maria era a noiva de José. O Senhor havia providenciado a união dos dois porque seu propósito era conceder à virgem um protetor e vigia que haveria de defender o nascimento estranho das fofocas e assegurar à criança o direito à cidadania em Israel.

Será que as palavras **da casa de Davi** se referem a José, ou a José e Maria, ou somente a Maria? As palavras referem-se unicamente a Maria. Dessa forma visa-se assinalar que, segundo a exposição de Lucas, Maria era da descendência de Davi (cf. v. 32 e 69). A origem davídica de José é atestada

em Lc 2.4, bem como na genealogia em Mateus e por intermédio do título “filho de Davi”, atribuído publicamente ao Redentor.

28 – E, entrando o anjo aonde ela estava, disse: Alegra-te, muito favorecida! O Senhor é contigo!

O mesmo mensageiro que já proclamara o Messias no AT aparece pela segunda vez e chega até Maria. A palavra grega para “**favorecida**” designa mais do que uma pessoa agraciada por meios naturais. Aconteceu algo especial com ela, enviado da parte de Deus. A saudação “**Alegra-te, muito favorecida, o Senhor [é] contigo!**” também é particularmente marcante e relevante pelo fato de que nem sequer fazia parte dos bons costumes saudar uma mulher. Isso igualmente fica claro numa palavra de oração judaica: “Agradeço-te, Deus, que não me criaste como gentio, como leproso ou como mulher.”

Com a saudação da graça abriu-se o NT. Um novo mundo foi inaugurado: o mundo da graça.

29 – Ela, porém, ao ouvir esta palavra, perturbou-se muito e pôs-se a pensar no que significaria esta saudação.

O susto da virgem constitui uma prova de que ela não é sem pecado, como considera a Igreja Católica Romana, adorando-a por isso. Se não tivesse pecado, ela permaneceria impassível, sem a menor consternação diante do anjo. É sempre um indício de pecaminosidade que a aproximação do mundo invisível suscite temor nas pessoas (Is 6.5; Lc 5.8). – No entanto, em Jesus não constatamos o menor susto quando anjos se achegam a ele (cf. as histórias da tentação, da transfiguração, do Getsêmani).

30 – Mas o anjo lhe disse: Maria, não temas (não permaneças em teu temor); porque achaste graça diante de Deus.

A expressão “achar graça” designa uma demonstração de graça que lhe está sendo concedida.

31 – Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus.

As formulações utilizadas pelo anjo lembram Is 7.14: “A virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamará Emanuel.” **Jesus** significa: “Deus é salvação ou redenção.”

32 – Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai.

33 – Ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim.

Portanto, Ele será chamado “Filho do Altíssimo”, Filho de Deus, do Criador e Mantenedor do céu e da Terra. Se Maria tivesse compreendido integralmente o que diz essa palavra, a infinita grandeza daquele que ela deverá carregar sob o coração e nutrir com seu sangue, de modo algum o teria podido suportar!

É bem verdade que houve outras pessoas de nome Jesus ou Josué, porém nenhuma delas era aquilo que o nome diz, a saber, alguém que **torna bem-aventurado**, i. é, alguém que redime seu povo dos pecados.

É bem verdade que houve pessoas chamadas **grandes**, porém nenhuma no sentido pleno da palavra, como o Messias Cristo, que era grande e verdadeiro em sua divindade, grande e verdadeiro em sua humanidade, grande em seus milagres, grande em seu ensinamento, grande em seu agir. Não houve ninguém que por natureza e essência fosse simultaneamente Filho do Altíssimo, Filho eterno do Pai eterno, resplendor de sua glória e réplica de sua natureza, e cuja obra por isso é tão importante. Houve igualmente **reis**, reis assentados no trono de Davi e que governaram sobre a casa de Israel, mas não que fossem **eternos**, reis da verdade ou duques da bem-aventurança ou príncipes da paz e da vida, como Jesus Cristo o foi.

É uma estranha magnitude, essa que começa em um estábulo, acaba em uma cruz e no meio tempo é carregada de sofrimento, opróbrio e tristeza. Grande não é necessariamente aquele que apregoa a Cristo poderosamente diante de uma multidão gigantesca. Grande é aquele que, ao anunciar o Senhor, é expulso das casas, alvejado com pedras, e então segue adiante, tentando a mesma coisa em outro local. Cumpre, pois, lembrar aquelas pessoas diante das quais o Senhor e Mestre caminha com a coroa de espinhos, escarnecido, ofendido e açoitado. – “Olha para Cristo, pondera o que ele merecia e o que lhe foi feito aqui na terra: que direito, que exigências tens tu, para que estejas em melhor condição do que ele, e que obtenhas honra, enquanto ele tinha de sofrer humilhação? Aprende que a vergonha que te torna semelhante ao Jesus desprezado constitui verdadeira grandeza.” – Maiores que a saúde são com frequência a enfermidade e fraqueza, porque a glória da alma crente,

que consiste em humildade, submissão e perseverança, transparece mais nitidamente através do invólucro passageiro (Rieger, Müller).

34 – Então, disse Maria ao anjo: Como será isto, pois não tenho relação com homem algum?

A virgem, chamada a tornar-se mãe de Jesus, não pode retroceder diante da possibilidade de tornar-se um enigma para seu noivo e para o mundo. Pois, no instante em que está para tornar-se a mãe daquele que não terá receios de levar uma vida de humilhação e não terá medo de suportar o opróbrio e a vergonha do mundo, também ela precisa demonstrar a coragem de trilhar os caminhos de Deus e consentir na agonia de morte, i. é, precisa aparentar ser moça desonrada diante do mundo. Com certeza não havia coisa mais terrível para uma moça pura. Daí sua pergunta: “Como será isto?”

35 – Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer (ser gerado) será chamado Filho de Deus.

De acordo com Mt 1.20 “*to gennomenon*” é derivado de “*gennao*”, não “**que há de nascer**”, mas “que é gerado” (*gennao* significa gerar).

Aquilo que está sendo **gerado** em Maria é chamado **o** santo, não **um** ente santo, provavelmente para que entenda que a criança não será primeiramente santificada pela graça, como as pessoas santas do AT e NT. Na verdade ela é, desde o primeiro instante em que é gerada, a coisa santa, i. é, aquilo que não tem máculas de pecados (Dn 9.24), que não tem pecado.

Houve quem cismasse em perguntar como, afinal, seria possível que de Maria nascesse algo sem pecado. Porque da carne pecaminosa de Maria a criança somente poder obter carne pecaminosa. Mas aqui no v. 35 é dito expressamente que a criança não será algo santo por nascer da *virgem* – sem cooperação do homem – mas pelo fato de que o Espírito *Santo* veio sobre a virgem, a fim de gerar a criança dentro dela. Deve-se a essa geração pelo Espírito Santo que o Filho de Deus veio de Maria “sem pecado”.

Como é extremamente delicada e suave a expressão **o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra!** Provavelmente a idéia seja a de uma nuvem. No povo de Israel a nuvem era sinal da presença graciosa e glória de Deus. Quando somos rodeados por nuvens ao escalar uma montanha, ficamos completamente envoltos por elas e não vemos nada além das nuvens. Desse modo também Maria deve ter estado completamente envolta e rodeada pelo Espírito Santo. Essa vinda do poder do Altíssimo e esse envolvimento pela nuvem de Deus no Espírito Santo devem ter sido tão completos que Maria não viu e nem sentiu nada além da simples presença da nuvem da graça do Espírito Santo, que causou a vinda do Redentor como criancinha sem pecado.

Se o Senhor Jesus não tivesse sido **gerado** pelo Espírito Santo, mas apenas **plenificado** com o Espírito Santo, ainda que já no ventre materno como no caso de João, ou somente por ocasião do batismo, ele teria sido mero ser humano, uma pessoa pecaminosa (talvez o maior dos profetas, mas nunca e jamais o Filho unigênito de Deus). Seu nome é **Filho de Deus** não por causa de quaisquer façanhas extraordinárias ou por causa de uma graça que posteriormente se derrama sobre Ele, mas por **ter sido** em essência e desde a eternidade o Filho perpétuo de Deus – por isso ele também **continuou sendo** o Filho de Deus no momento de se tornar humano, em virtude de sua maravilhosa geração, ocorrida a partir de Deus por intermédio do Espírito Santo. Cristo é **verdadeiro Deus**, porém da mesma maneira **verdadeiro ser humano**. **Jesus é o único ser humano que certamente precisava nascer, mas não renascer**. Seu nascimento, porém, é metáfora e causa de nosso renascimento.

O anjo não diz nada a Maria sobre a eterna igualdade e comunhão com Deus desde antes da fundação do mundo, por causa da qual o próprio Messias-Cristo pôde afirmar mais tarde: “Antes que Abraão existisse, eu sou” (Jo 8.58). Não o diz porque ela simplesmente não o teria entendido. Sobre isso ele ainda mantém estendido o véu. – Também hoje o Senhor ainda revela tudo no devido tempo. O Senhor manifesta apenas tanto quanto conseguimos suportar (Rm 8.23; 1Jo 3.2). – Jesus é o Filho de Deus, isso bastava para Maria. Nós somos filhos de Deus, isso basta para nós. Aqui há sabedoria e graça a um só tempo.

Entretanto, notemos ainda o seguinte: o segundo Adão, o Filho de Deus, não sai como o primeiro Adão, diretamente da mão de Deus, mas é nascido de um ser humano, a fim de ser verdadeiramente partícipe de nossa natureza humana e tenha, pelo parentesco de sangue, comunhão com toda a nossa geração, igual a seus irmãos em todas as coisas, a fim de que se torne um sumo sacerdote misericordioso e fiel perante Deus, para reconciliar os pecados do povo (Hb 2.17). Por essa razão ele

tampouco se envergonha de nos chamar de seus irmãos, a saber, a todos os que crêem em seu nome, que também não são nascidos do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade de um humano, e sim de Deus (Jo 1.12s).

36 – E Isabel, tua parenta, igualmente concebeu um filho na sua velhice, sendo este já o sexto mês para aquela que diziam ser estéril.

É difícil identificar o grau de parentesco que existia entre Maria e Isabel, a filha de Arão (v. 5).

Sem que tenha sido solicitado, o anjo fornece a Maria um sinal, enquanto interpreta a solicitação de um sinal por parte de Zacarias como incredulidade. Por quê?

Porque aqui, no caso de Maria, a coisa mais sublime do mundo está sendo confiada a um ser humano mortal.

37 – Porque para Deus não haverá (palavras) impossíveis em todas as suas promessas.

Cf. Gn 18.14; Jr 32.17,27; Zc 8.6; Mt 17.20 (literalmente) “Em Deus nenhum dito é sem força” (também Rm 4.17). Deus criou Adão, não apenas sem contribuição do homem, mas igualmente sem contribuição de uma mulher. Deus criou Eva com a contribuição de um homem e sem a contribuição de uma mulher. Nada mais fácil do que crer que também Jesus pode ser chamado por Deus à existência humana sem contribuição de um homem, mas com a contribuição de uma mulher.

Porventura nosso Deus não criou céus e terra a partir do nada, sem que qualquer coisa tenha servido de matéria-prima para isso? Será que ele não sustenta ainda hoje todas as coisas com sua poderosa palavra? Acaso não lhe está subordinado tudo, realmente tudo, e por isso tudo não lhe é possível?

Não há como expressar a infinita plenitude de fortalecimento da fé que reside no fato de que o Senhor é onipotente. Sim, o que é impossível aos humanos, isso é possível para Deus (cf. Mt 19.24-26).

38 – Então, disse Maria: Aqui está a serva do Senhor; que se cumpra em mim conforme a tua palavra. E o anjo se ausentou dela.

Era um instante decisivo na vida de Maria. Pode-se afirmar que no v. 38 era fundamental para Maria que nesse instante fosse encontrada como obediente e com fé. Chegou a hora em que a incumbência de Deus a alcançou e em que ela tinha de dizer sim a essa solicitação. O sim, no entanto, era sinal de fé, como está escrito: “Eu noivarei contigo pela fidelidade” (Os 2.20 – TEB). Louvado seja Deus, porque ela consentiu com toda a singeleza. Com esse sim ela se decidiu a ser escrava do Senhor por toda a vida subsequente. Ela ainda não tem noção de todas as lutas associadas a essa decisão, mas ela está firme, como se estivesse postada sobre uma rocha na qual as vagas bravias precisam arrebentar-se.

Em sua singeleza Maria olhou para um único ponto, para a graça do Senhor, esquecendo-se de si mesma. Isso torna-a a mais audaz heroína da fé, isso permite-lhe dizer “sim” e “amém” com tamanho destemor às maiores promessas; isso leva-a a aceitar imediatamente, sem vacilar um instante sequer, nem consultar sua carne e sangue, a maior de todas as graças e honras.

Quando será possível também hoje que o filho e a filha de Deus se tornem um servo ou serva abençoados do Senhor? No dia em que o filho e a filha de Deus se entregarem a seu Deus como fez Maria, de forma tão crente, renunciando tanto a si mesma, tão disposta a sofrer, tão rendida, tão obediente, tão alegre, para o que der e vier na morte e na vida.

Por isso, filhos e filhas de Deus, não se intrometam nos planos dele, não lhe prescrevam mais nada. Contudo permitam que todos os seus anseios, toda a sua alegria, sua honra, sua bem-aventurança passem a ser que os mandamentos e as promessas dele se cumpram a vocês, em vocês e através de vocês, e que ao morrer vocês possam declarar ainda com o último hálito: “Aqui está teu servo, tua serva. Faze comigo como queres e o que tu queres!”

Jesus Cristo há de crescer nas pessoas em cujo íntimo estiver esse pensamento, na proporção em que tudo o que é próprio diminuir cada vez mais.

Besser, comentarista bíblico, afirma: “Maria tornou a cobrir de honra a mulher. A incredulidade de Eva trouxe pecado e morte – a fé de Maria, no entanto, ajudou para que viesse aquele que redime do pecado e da morte.”

O Dr. Eichhorn declara: “Maria carregou duas coisas: 1. *A honra* da fé perante Deus e todos os filhos e filhas de Deus, e 2. *O opróbrio* da fé perante o mundo incrédulo. Em todos os tempos, cães e

porcas lhe atribuíram sua própria impureza. – Nós, porém, enalteceamos a Deus, que encontrou o caminho para confiar à humanidade o Salvador.”

Stockmayer explica: “A última palavra dos lábios de Isabel, que se tornava mãe de João Batista, foi: O Senhor *anulou* o meu opróbrio, enquanto Maria desde o início estava disposta a *tomar sobre si* o opróbrio.”

4. A bênção da comunhão - Lc 1.39-45

O anjo do Senhor desapareceu. Maria está parada, intimamente comovida, rica, plena, abrigando no coração, ou melhor, no ventre materno, o mistério dos mistérios, maior do que tudo o que o mundo jamais ouviu e viu.

Na grandiosa hora da visitação Maria se rendera e confiara ao agir de Deus. Desde então ela tinha certeza, pela fé, de que seria mãe. Pela transbordante emoção do coração ela anseia por outro ser humano ao qual possa contar e comunicar tudo. Maria anseia por comunhão. Verdadeira vida em Deus busca comunhão. O “eu” busca um “tu” confiável. Quanto mais ela derrama o coração perante o Senhor, tanto mais repleto ele fica. Ela precisa de alguém ao qual consiga revelar tudo. Em casa, no entanto, ela está sozinha. As pessoas em seu redor não conseguem entendê-la! Ela não teria nada além de mal-entendidos e equívocos, e talvez até mesmo escárnio e gozação. Ela não fora acometida de mudez, como Zacarias, mas na verdade sua situação não era muito melhor! O delicado sentimento da virgem percebia a ameaça da perspectiva de imprevisível incompreensão e vergonha. Nessa situação não é bom estar sozinha. A solidão poderia até mesmo se tornar um perigo para ela, tão logo viessem tempos de tribulação. A comunhão de almas crentes com frequência é o único remédio para pessoas atribuladas. Já a solidão muitas vezes é um solo fértil para diversas plantas venenosas da dúvida e do desânimo.

Contudo, para onde iria, afinal? – Acaso haveria um lugar melhor do que junto de Isabel, à qual o anjo a remetera com tanta clareza? Pois ela não é apenas sua parenta, não apenas uma mulher de idade e experiente nos caminhos de Deus, uma amiga maternal de Maria, que talvez não tivesse mais mãe – mas ela é também alguém que experimentou uma graça similar. Como lhe foi preciosa a dica do anjo! Ansiosamente volta-se, agora, às montanhas de Judá. Lá ela avista o compartilhar da fé, o diálogo sobre a fé, o fortalecimento na fé. – Será que ela pressente que existe uma ligação entre ambas?

Sim, a comunhão dos santos é indescritivelmente preciosa, a maior e mais bela obra dentre todas as obras que o Espírito Santo realiza na terra, é a coroa de tudo.

39 – Naqueles dias, dispondo-se Maria, foi apressadamente à região montanhosa, a uma cidade de Judá.

Circunstâncias extraordinárias demandam caminhos e pressa extraordinários. Não importava que a viagem até o alvo durasse cinco dias ou mais, não importava se era decoroso ou não, pelos costumes daquele tempo, que uma moça realizasse uma viagem tão longa a pé: o intenso ímpeto do coração acelerou apressadamente os passos de Maria e supera todas as dúvidas.

É comovente acompanhar um pouco os pensamentos da virgem durante a viagem. Quem é como essa eleita? Quem a conhece, quem imagina o que lhe aconteceu? Como sua alma está agitada, cheia de devoção, cheia de santa reflexão repleta de gratidão e louvor!

Lutero diz: “Teria sido justo que se encomendasse para ela uma carruagem dourada, acompanhando-a com 4.000 cavalos e alardeando diante da carruagem: aqui viaja a mulher de todas as mulheres! No entanto, houve somente silêncio acerca de tudo isso. A pobre mocinha vai a pé por um caminho longo, de mais de trinta quilômetros e não obstante é a mãe de Deus. Não seria de admirar se todas as montanhas tivessem saltado e dançado de alegria.”

A saudação de Maria

40 – Entrou na casa de Zacarias e saudou Isabel.

As formulações “entrou” e “saudou” destacam o aspecto solene da hora. Maria entra na casa com a saudação habitual em Israel: “Paz seja contigo!”, que nos é tão familiar também dos lábios do Ressuscitado. O calor e a cordialidade de uma saudação assim é mais do que saudar. Ela é uma bênção distribuída (Mt 10.12s). Reveste-se de capacidade restauradora, de algo do poder do Príncipe vitorioso ressuscitado.

Como eram distintas as duas que se saúdam: Maria, a jovem virgem, pouco considerada, da desprezada Nazaré, enquanto Isabel era a idosa esposa do sacerdote!

Porém, que importa! A unidade no espírito vai além das diferenças da condição social e da idade. Conseqüentemente, é preciso que também entre aqueles que amam a Deus tais barreiras de separação caiam por terra. “O irmão, porém, de condição humilde glorie-se na sua dignidade, e o rico, na sua insignificância” (Tg 1.9s).

41 – Ouvindo esta a saudação de Maria, a criança lhe estremeceu no ventre; então, Isabel ficou possuída do Espírito Santo.

Nesse instante da saudação de Maria, Isabel ficou “**possuída do Espírito Santo**”. A santidade do Espírito, em que Maria vive, passa para Isabel. Isabel sente de forma nítida e clara: o que está acontecendo aqui não é algo natural, mas algo maravilhoso.

A saudação de Isabel

42 – E (Isabel) exclamou em alta voz: Bendita és tu entre as mulheres, e bendito o fruto do teu ventre!

43 – E de onde me provém que me venha visitar a mãe do meu Senhor?

44 – Pois, logo que me chegou aos ouvidos a voz da tua saudação, a criança estremeceu de alegria dentro de mim.

45 – Bem-aventurada a que creu, porque serão cumpridas as palavras que lhe foram ditas da parte do Senhor.

Muito antes de Maria relatar qualquer coisa acerca da revelação maravilhosa que obtivera e do motivo de sua viagem, Isabel reconhece, pelo Espírito, não apenas que Maria recebeu uma revelação, mas também que aquilo que lhe fora anunciado já começara a concretizar-se em e com Maria.

Isabel sabe que o fruto de seu corpo *também* será grande perante o Senhor, porém ela reconhece com alegria que o fruto do ventre de Maria precisa ser exaltado acima de todas as pessoas abençoadas. Por essa razão, ela cumprimenta a mui ditosa mãe, Maria, como a mais ditosa, isto é, a mais abençoada dentre todos os humanos. Isabel, a venerável e idosa peregrina, curva-se humildemente diante de seu Senhor. Não apenas diante de seu Senhor, mas igualmente diante da mãe dele, essa serva juvenil e humilde! Depreendemos isso das palavras: “**E de onde me provém que me venha visitar a mãe do meu Senhor?**” Com que ausência de inveja ela que, afinal, também é abençoada consegue alegrar-se com aquela que foi abençoada com graça maior! Cheia de bendita submissão, ela concede a honra a Maria, como se a mãe de um rei tivesse chegado a um de seus mais ínfimos súditos.

No reino de Deus é regra que sempre o maior vai ao menor. O Senhor do céu vem ao grão de pó e habita com ele.

“**E serás bem-aventurada, tu que creste**”, continua Isabel. Essa é a primeira bem-aventurança do NT, raiz e soma de todas as subseqüentes. Ao que parece, Isabel pensa com dor na incredulidade de seu marido, e como o Senhor o puniu por isso. Com que diferença Zacarias havia entrado em casa naquela ocasião! Em contrapartida, que saudação jovial Maria traz ao chegar agora até ela, como uma criança feliz. Sim, bem-aventurado aquele que crê! Essa é a norma, a constituição da nova aliança: “Quem crer será bem-aventurado.”

Essa bem-aventurança da fé vinda de lábios experientes – que fortalecimento da fé ela contém! Que confirmação e fomento recebe aqui a fé de Maria! Em primeiro lugar há essa maravilhosa coincidência entre a saudação de Isabel e do anjo. Não parece que Isabel fala como se ela mesma tivesse estado presente na saudação do anjo? Essa surpreendente semelhança das palavras – acaso não estão assinalando que ambos **sorvem da mesma fonte**, a saber, do Espírito Santo, que proporciona aos anjos e profetas luz e verdade? E na seqüência – Isabel sabe de tudo, antes que Maria lhe diga qualquer palavra. O anjo havia falado a Maria acerca de um rei, de algo santo, e até mesmo do Filho de Deus. Agora Isabel a saúda como mãe de seu Senhor. Que convergência precisa!

5. O louvor de Maria - Lc 1.46-56

O cântico de louvor de Maria, essa “coroação de todos os salmos da velha aliança e simultaneamente glorioso começo de todo louvor na nova aliança”, é particularmente maravilhoso. Como o frêmito da tempestade, o Espírito Santo percorre a história das nações e as eras, chamando

ao arrependimento, à fé e ao discipulado. Nascidas da avassaladora experiência da presença de Deus, as palavras de Maria pairam como um “sim e amém” sobre toda a história precedente do reino de Deus e iluminam o futuro como uma grande profecia até os tempos mais remotos. Com elas começa gloriosamente o grande aleluia da nova aliança.

O louvor de Maria dá início aos cânticos de exaltação do NT. – Em Lc 1 e 2 há quatro deles: 1. o *Magnificat* (Lc 1.46-55, o cântico de Maria); 2. o *Benedictus* (Lc 1.68-79, o cântico de Zacarias); 3. o *Gloria in excelsis* (Lc 2.14, o cântico dos anjos); 4. o *Nunc dimittis* (Lc 2.29-32, o cântico de louvor de Simeão). Na seqüência, o NT ainda traz outros, tanto nos evangelhos quanto nas cartas e no Apocalipse de João.

Os mensageiros de Deus constantemente empenham-se pela exaltação e adoração a Deus. Dessa forma já antecipam uma parcela do glorioso alvo da consumação eterna. Porque na eternidade, afinal, a adoração de Deus Pai, Filho e Espírito Santo (cf. Ap 5) será e prevalecerá incessantemente como atividade central.

Acrescentemos ainda o seguinte: o *Magnificat* de Maria é um cântico típico para o fim dos tempos. Por essa razão, é digno de nota justamente que a maioria das formas esteja no aoristo, i. é, na forma verbal do pretérito, embora se trate primordialmente de eventos cujo cumprimento ainda estava por vir. Isso é característico para a adoração. Porque, como já dissemos, a adoração vê tudo a partir do desfecho. Paulo também o fez em seus hinos de adoração. Leia-se Rm 8.30, onde consta: “Aos que justificou, a esses também *glorificou!*” Apesar de todos os sofrimentos atuais Paulo já vê a igreja em sua glorificação! E João memorizou a palavra de Jesus: Jesus diz: “Quem crê em mim tem a vida eterna” [Jo 6.47] desde já, não apenas no passado ou mais tarde!

46 – Então, disse Maria.

No todo, apenas umas poucas palavras de Maria foram conservadas para nós. Além desse louvor e dos v. 34 e 38 há apenas mais duas palavras, a saber, Lc 2.48 e Jo 2.3,5. Maria parece ter sido uma daquelas pessoas caladas, discretas, que chamam pouca atenção. Aqui, porém, ela abre bem os lábios. Quando a graça de Deus leva o coração a transbordar, até mesmo os **calados** falam. O que Maria expressa é seu mais íntimo patrimônio e santuário. Enche seu coração, impulsiona e move-lhe a alma. Afinal, a saudação de Isabel não lhe propiciara um tema grandioso?

O salmo de Maria expressa de forma maravilhosa o quanto Maria convivia com a Escritura. A vida dos fiéis em todos os tempos não era apenas espiritual, mas também *bíblica*. A Bíblia é a fonte de sua força, seu amor, seu louvor e gratidão, sua oração e luta (veja Jesus como exemplo). Enfim, é inquestionável que nas palavras da Bíblia o Espírito Santo tenha encontrado a melhor forma de expressão de todos os tempos. – Nas palavras da Bíblia o Espírito Santo consegue expressar seus pensamentos mais profundos da maneira mais fidedigna, verdadeira e precisa. Conseqüentemente, o cântico de Maria percorre muitas palavras da Bíblia. O que anteriormente foi entoado por Míriam e Débora, Ana e Davi, agora repercute em sua alma e converge súbita e involuntariamente em um todo admirável, no grande aleluia da nova aliança. Maria não teve a intenção de compor salmos, mas tão-somente se restaurou e fortaleceu com salmos! E eis que seu próprio íntimo passou a ser um salmo!

O cântico do salmo de Maria desenrola-se em três estrofes:

1a estrofe: Maria exalta a misericórdia de Deus.

46 – A minha alma engrandece ao Senhor,

47 – e o meu espírito se alegrou (exultou) em Deus, meu Salvador,

48 – porque contemplou na humildade da sua serva. Pois (eis que), desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada,

49 – porque o Poderoso me fez grandes coisas. Santo é o seu nome.

50 – A sua misericórdia vai de geração em geração sobre os que o temem (os que se voltam a ele com veneração).

2a estrofe: Maria exalta a onipotência de Deus.

51 – Agiu com o seu braço valorosamente; dispersou os que, no coração, alimentavam pensamentos soberbos (que olharam de cima para baixo sobre outros)

52 – Derribou do seu trono os poderosos e exaltou os humildes.

53 – Encheu de bens os famintos (até a borda) e despediu vazios (como vasilhas esvaziadas) os ricos

3ª estrofe: Maria exalta a fidelidade de Deus para com Israel.

54 – Amparou a Israel, seu servo (filho, em grego: *pais*), a fim de lembrar-se da sua misericórdia

55 – a favor de Abraão e de sua descendência, para sempre, como prometera aos nossos pais.

Quanto à 1ª estrofe

Maria exalta a misericórdia de Deus

- 46 Minha alma engrandece o Senhor!** significa: “Minha alma o reconhece como o grande Deus, o único que deve ser honrado e exaltado” (Sl 103.1; Êx 15.1; Sl 96; 72.17s). Engrandecer a Deus significa ainda abrir o próprio comportamento e ser completamente a Deus, de tal forma que busca explicitar as glórias infinitas de Deus convincente e vivamente, com santa entrega, para si mesmo e outras pessoas.

De acordo com a Escritura, a alma (*psyché*) é o âmbito da vida que anima o corpo, e por isso constitui a essência da personalidade. A expressão: “**minha alma**” abrange, portanto, o pensar, sentir e querer. Em Maria, tudo isso agora se agita, preenchido com a adoração a Deus. Essa adoração é engrandecimento ao Senhor. Por que Maria “torna grande o Senhor”? Será que experimentou algo grandioso? Sim. Ela está para se tornar *Christophora*, i. é, a “portadora do Cristo”, de uma forma única. Contudo, esse fato grandioso e extraordinário, totalmente inconcebível, que lhe é confiado, levará as pessoas a julgá-la, porque dirão: “O que é isso? Maria, ainda não casada, terá um filho?” - Desprezo das pessoas, aflição do noivo - estas serão as consequências! Não obstante: “Maria engrandece o Senhor!” Portanto, engrandecer também significa: todo o meu pensar, louvar, ponderar e projetar o anunciam como importante, falam muito dele. A primeira coisa pela manhã, a última à noite, e a principal durante todo o dia é engrandecê-lo. “Que cada pulsação seja gratidão, e cada respiro uma canção.”

- 47 Meu espírito exultou em Deus, meu Salvador (texto da Vulgata latina) – Por quê?**

- 48 Porque contemplou na humildade de sua serva.**

Esse contemplar divino é ao mesmo tempo “acudir os miseráveis”. Isso vale não apenas para Maria, mas para todos nós. E por causa desse “não ser deixado prostrado na miséria – mas ter sido aceito...” Maria se gloria como bem-aventurada.

Maria constata nesse mistério que a gloriosa salvação eterna do Messias anunciado por todo o AT há de tornar-se real por intermédio dela, um instrumento imprestável e indigno.

Maria reconhece em seu serviço de mãe um bendito serviço de escrava. Ser escrava do Senhor constitui sua única fama e seu título honorífico. Maria vê com que grande graça o Senhor a presenteou, não se deixando deter por sua humildade, i. é, pela condição insignificante em que a geração de Davi havia caído, para escolhê-la para uma posição de honra. Ela, a insignificante virgem, que jamais havia pensado em honra, que não reconhece em si absolutamente nenhuma vantagem exterior, e que nem mesmo tem consciência de qualquer vantagem interior – constata que de forma imprevista, extremamente bondosa e transcendendo rogos e compreensão foi vista por seu Deus, eleita dentre milhares, agraciada muito mais que todas as mulheres santas do passado. Maria constata que é vista com mais bondade que a famosa Raquel, a abençoada Ana, a devota Rute e a rainha Ester – de modo que não consegue deixar de abrir o coração e os lábios para o alegre salmo, a fim de enaltecer, em todo esse agir de Deus, a sua natureza redentora.

- 48b Pois (eis que), desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada.**

Maria não quer ser exaltada, muito menos declarada santa. Não se deve honrá-la como mãe de Deus, como rainha do céu - não, ela não deseja isso. No entanto, quem poderá impedir que, em seu louvor, a própria Maria, que acabara de falar de sua “humildade”, se considere aquela que precisa ser reconhecida como bem-aventurada? Porque ela vê no momento atual o vindouro, a saber, a salvação, a indizivelmente gloriosa salvação eterna!

Ambos os aspectos são expressos por Maria no v. 48, a saber:

a) o reconhecimento de sua própria indignidade, e

b) o reconhecimento da glória do Senhor revelada na sua própria vida e na vida do povo de Israel e dos povos do mundo. Nossa atitude de fé também deveria ser afinada com essa tônica dupla: a) sou insignificante demais – não sou digno, porém b) tu, Senhor, és grande e digno de adoração! A cada momento cumpre louvar por esse olhar misericordioso que o Senhor Deus lança sobre nós – no

Natal, na Sexta-Feira Santa, na Páscoa, no Pentecostes e assim por diante, sempre, cotidianamente e a cada hora, do dia e da noite. “Não dormita nem dorme o guarda de Israel” [Sl 121.4] – Deus é supremo e olha para as profundezas. Onde haverá outro Deus como o nosso, que está entronizado nas maiores alturas e apesar disso olha para os humildes na Terra? – Esse olhar é salvação!

49 A palavra: **o Poderoso me fez grandes coisas** faz lembrar o Sl 126, onde consta: “Quando o Senhor libertar os prisioneiros de Sião, seremos como os que sonham... então se dirá entre as nações: O Senhor fez grandes coisas por nós.” – Aqui deu-se o primeiro passo para o cumprimento dessa profecia do Sl 126. Também Maria já se sente como quem sonha, perguntado a si mesma: “Será sonho ou realidade? Será possível? Quanta graça! Eu, pobre serva, insignificante e pecadora – hei de ser a mãe de meu Senhor? O Filho único do Pai eterno – também filho meu?” Avassaladoramente imensas são a onipotência e a santidade de Deus.

50 Com a expressão: **A sua misericórdia vai de geração em geração sobre os que se voltam a ele com veneração** o olhar de Maria vai muito além das fronteiras de Israel.

Maria acaba de exaltar a Deus, seu Redentor, como poderoso, santo e misericordioso. Ele sempre foi tudo isso e também continuará sendo para sempre. Olhando para frente ou para trás – Ele é sempre e imutavelmente o mesmo Deus. As revelações de Deus, contudo, não estagnam em um determinado degrau. Assim como na vida de um indivíduo ocorre um crescimento do entendimento de Deus, assim acontece também na história de seu reino. Suas revelações aumentam e crescem em luz e vigor, em claridade, em largura, comprimento, altura e profundidade (Ef 3.18). Com Jesus, o filho de Maria, todas as revelações anteriores são cumpridas da forma mais gloriosa. Nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade (Cl 2.9). Nele, toda a glória de Deus, toda a Sua onipotência, santidade e misericórdia foram manifestas sob uma luz incomparavelmente mais sublime.

Quanto à 2ª estrofe

Maria enaltece a grande onipotência de Deus que se expande sobre toda a humanidade (v. 51-53) – era dos povos gentios.

A onipotência de Deus manifesta-se em seis formulações no pretérito (cf. o texto da 2ª estrofe acima, pág 35). O Salmo 62 afirma: “Uma vez falou Deus, duas vezes ouvi isto: Que o poder [a onipotência] pertence a Deus”. – Os grandes e poderosos desta terra, que se apóiam em seu próprio braço, os violentos e os ricos não oferecem empecilho para seu agir. – As seis revelações magnas de Deus arroladas por Maria evidenciam o nosso Deus como um Deus que inverte as coisas, que tem como único propósito que o ser humano não faça de si mesmo um deus, mas que reconheça e honre a Deus como Deus. Diante do testemunho de Maria somos questionados se, como igreja de Jesus, de fato praticamos com sagrada seriedade o reconhecimento e a exaltação de Deus como Deus, para que o Todo-Poderoso não **disperse** também a nós. Como é poderoso esse agir divino, que rompe o que tenta se sobressair – mas que eleva e conserta o que está inferiorizado!

53 Maria continua cantando: **Encheu de bens** (eternos) **os famintos** (até a borda) **e despediu vazios** (como vasilhas esvaziadas) **os ricos**.

Como filha pobre de Davi, Maria muitas vezes experimentara a sorte dos pobres, rejeitados e oprimidos. – Porém agora ela se enche da certeza de que a graça de Deus há de enriquecer e saciar precisamente pessoas como ela. Aos famintos, que trazem dentro de si um sincero anseio pela vinda e pelo socorro do Messias, ele enche com perpétua alegria e vida eterna. Os ricos e saciados, porém, ele deixa de mãos vazias.

Quanto à 3ª estrofe

Maria exalta a fidelidade de Deus para com Israel. - V. 54 e 55

54 – Acolheu a Israel, seu servo (filho, em grego: *pais*), a fim de lembrar-se da sua misericórdia.

55 – Lembrou-se da misericórdia nos termos em que falou a nossos pais, a saber, a Abraão e à sua descendência (tradução do autor).

“Acolheu” vem do verbo grego “*antilambanesthai*” e significa: “estender uma mão ajudadora a alguém que esteja caído”. Os v. 54 e 55 recordam Mq 7.20: “Mostrarás a Jacó a fidelidade e a Abraão, a misericórdia, as quais juraste a nossos pais, desde os dias antigos.” Os pensamentos de Maria são confirmados mais tarde pela palavra de Jesus (Jo 8.56). Foi ele que se lembrou da

misericórdia, justamente como prometera aos pais. Ele não ficará eternamente irado. Não esquecerá Israel, que foi chamado de seu *pais*, que pode significar “filho” ou “servo” (Is 41.8), a fim de levar a bênção de Abraão a todos os povos. Ele purificará Israel de sua transgressão (Is 40.1s), para que sua alma torne a agradecer-se de Israel (Is 42.1). Ele restituirá honra aos desprezados, ao verme esmagado, que se tornou opróbrio e gozação proverbial entre os gentios.

Esse é o tom que ressoa por todos os salmos e profetas do AT. Essa era a esperança de Israel, e de forma cada vez mais límpida configura-se em Maria a imagem do grande descendente de Abraão, que é Jesus Cristo, o fundamento de toda a salvação, que por intermédio de Israel virá para todas as nações da Terra (Gl 3.16). Jesus Cristo é, de fato, o “verdadeiro Israel e filho ou servo de Deus”, do qual Deus se agrada. Nele há de se cumprir a palavra: “Num ímpeto de indignação, escondi de ti a minha face por um momento; mas com misericórdia eterna me compadeço de ti, diz o Senhor, o teu Redentor” (Is 54.8).

Chegou, pois, a hora! Maria reconhece-se como a mãe sumamente agraciada. Agora o quase destruído povo de Israel experimentará torrentes de misericórdia, e a profecia retardada por milênios será cumprida eternamente em Abraão e sua semente física e espiritual.

Que olhar magnífico Maria lança no coração de amor de Deus, que palpita com infinita misericórdia por seu povo! Essa é a grande causa da exultação de Maria. Porque, como autêntica israelita, ela sofria amargamente com a humilhação de seu povo.

Maria sabe que o Deus eterno, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó ergue – seu povo – para sempre e eternamente! Ele se lembra também do povo de Israel segundo a carne. Também neste aspecto Ele reerguerá Israel, quando a plenitude dos gentios tiver chegado. Se a queda de Israel já enriqueceu o mundo, quanto mais o mundo será abençoado quando seu número ficar completo, i. é, quando todo o Israel, como unidade histórico-soteriológica, comunicar sua bênção aos gentios de forma ditosa e como servo do Senhor! (Rm 11.12,25s). – Em termos escatológicos (do fim dos tempos), o número pleno de Israel corresponde ao número pleno dos gentios. Muitas coisas grandes e gloriosas serão cumpridas antes que chegue o grande dia do Senhor.

Encerra-se aqui o cântico de Maria.

56 – Maria permaneceu cerca de três meses com Isabel e voltou para casa.

Benditos três meses! Nesse período Maria e Isabel ainda partilharam todas as informações do que o Senhor afirmara e prometera, e Maria entendeu bem por que o anjo a dirigira até ali. Quantas verdades ainda podem ter ficado claras para elas a partir da sólida palavra profética.

E o mudo Zacarias também foi constante testemunha e contemporâneo daqueles três meses. Ele é o terceiro do grupo, e seus lábios fechados foram testemunha eloqüente da verdade de todas aquelas grandes revelações, de forma que tiveram de calar-se as menores dúvidas. Os lábios fechados de Zacarias foram mais expressivos que os lábios falantes de todos os sacerdotes em Jerusalém. Contudo não falavam da lei, mas de pura graça.

6. O nascimento de João Batista - Lc 1.57-66

57 – A Isabel cumpriu-se o tempo de dar à luz, e teve um filho.

58 – Ouviram os seus vizinhos e parentes que o Senhor usara de grande misericórdia para com ela e participaram do seu regozijo.

O autor nos fornece agora uma graciosa imagem da vida do povo israelita. Um após o outro, vemos chegar os vizinhos e parentes; aqueles primeiro, porque vivem nas redondezas. A mãe feliz forma o centro da cena. Um após o outro se achegam a ela e a cumprimentam por causa da grande graça que lhe foi concedida, alegrando-se com ela (Godet). Também a palavra de Deus sabe valorizar essa alegria (Sl 127.4s). De fato esse feliz nascimento se reveste de copiosa misericórdia divina. Filhos são dádiva do Senhor, e o fruto do ventre é um presente (Sl 127). Como não se alegrar com isso? Feliz a criança que é saudada com tão sagrada alegria ao ingressar na vida terrena.

59 – Sucedeu que, no oitavo dia, foram circuncidar o menino e queriam dar-lhe o nome de seu pai, Zacarias.

60 – De modo nenhum! Respondeu sua mãe. Pelo contrário, ele deve ser chamado João.

Através da circuncisão a criança era incorporada ao povo da aliança do AT. Levando em conta o leitor gentio, Lucas observa que essa prática acontecia no oitavo dia após o parto. À circuncisão

estava associada a definição do nome. Via de regra o filho recebia um nome de acordo com o nome do pai ou de um de seus antepassados.

Aqui, no entanto, essa regra é conscientemente rompida. O nome da criança não será Zacarias, mas **João**. João não deve apenas dar continuidade à família de Zacarias. Com ele algo realmente novo deve ter início. Deve ficar patente que João é um homem enviado por Deus, que recebeu tanto o nome quanto dons e vocação não da casa paterna e dentre seus amigos, mas **de Deus**. E todos se admiraram de que ambos os pais se ativeram de forma tão determinada ao estranho nome “João”.

Ambos os nomes, Zacarias e João, indicam de modo apropriado a atitude do coração. Zacarias (“Deus lembra”) remete nos moldes do AT para o tempo da promessa. O nome João proclama: “Deus é misericordioso”. Chegaram a graça e a verdade, ainda que apenas no raiar da manhã. O sol desponta e brilha de forma límpida e nítida para todos aqueles que “já não mais dormem nem repousam”. Os dois pais, porém, são pessoas que “acordam cedo”, porque o sol da graça raiou. De fato, **Deus se lembra de que ele é misericordioso**.

61 – Disseram-lhe: Ninguém há na tua parentela que tenha este nome.

62 – E perguntaram, por acenos, ao pai do menino que nome queria que lhe dessem.

63 – Então, pedindo ele uma tabuinha, escreveu (as palavras): João é o seu nome. E todos se admiraram.

64 – Imediatamente, a boca se lhe abriu, e, desimpedida a língua, falava louvando a Deus.

65 – Sucedeu que todos os seus vizinhos ficaram possuídos de temor, e por toda a região montanhosa da Judéia foram divulgadas estas coisas.

66 – Todos os que as ouviram guardavam-nas no coração, dizendo: Que virá a ser, pois, este menino? E a mão do Senhor estava com ele.

A expressão original “escreveu e falou” não deve ser interpretada no sentido de que a fala lhe havia sido restituída no momento da definição do nome.

Com certeza ninguém será capaz de descrever o que Zacarias suportou e sofreu durante sua mudez! Seu coração pode ter transbordado quando Isabel estava na expectativa de se tornar mãe, pelo que ele obtinha a plena certeza daquilo que lhe fora dito. Pode ter tido vontade de proclamar para todos os lados o que o Senhor lhe havia feito. Contudo – ele não conseguia falar, nem sequer podia derramar o coração perante Isabel! Talvez o tentasse algumas vezes com a tabuinha – mas isso era apenas um recurso precário! O coração quase lhe explode de aflição, de ser obrigado a cerrar dentro de si tudo o que o move tão intensamente! Ele é *abençoado* e, não obstante, *disciplinado*, precisamente *por meio daquilo com que é abençoado*. A grande alegria vem a ser suplício para ele, e o filho que lhe trouxe alegria torna-se pregador de arrependimento mesmo antes de nascer. Nove longos meses haviam, pois, transcorrido. Ele deve ter aguardado ansiosamente o dia do nascimento. Agora a criança nasceu – porém a língua ainda não foi solta! Com quanta predileção ele teria enaltecido a Deus agora. Não consegue fazê-lo! Essa situação representou uma última grave provação de fé para Zacarias! Afinal, o anjo não dissera que ele permaneceria mudo até o dia em que isso haveria de acontecer? Afinal, isso o quê? “Isso” não significa: até o dia do nascimento do filho? Mas, apesar disso, a língua não se solta?

O dia do nascimento passou, mas Zacarias continua mudo. Chega o dia da circuncisão, que acontece somente no oitavo dia após o parto. Mas Zacarias não consegue participar das alegres conversas. Quantas lutas estariam ocorrendo no íntimo de Zacarias! Contudo, malgrado a mudez ainda persistente, sua fé se apegava à promessa, e a determinação com que ele escreve: “João é seu nome” constitui a última vitória de sua confiança. Agora ficou evidente que o Zacarias incrédulo se tornou crente. **“Imediatamente, a boca se lhe abriu, e, desimpedida a língua, falava louvando a Deus.”** Zacarias foi aprovado em seu derradeiro teste de fé! Agora finalmente também se quebrou a limitação da língua e do coração! A admiração dos presentes se intensifica em temor, que já conhecemos dos vs. 12 e 29 e, posteriormente, de Lc 2.9. O poderoso braço de Deus (a majestade de sua graça, a santidade de sua proximidade) apodera-se das pessoas (Gn 3.10; Êx 33.20).

Deve-se supor que o casal, que havia se calado por tanto tempo, agora revela aos hóspedes da casa todos os seus segredos. Podemos imaginar o impacto extraordinário que o milagre do mudo que volta a falar, louvar e enaltecer a Deus exerce sobre os hóspedes. O estranhamento em relação ao nome João silencia de súbito. Sim, seu significado é sentido profundamente também nos corações dos presentes. É como se ouvissem o frêmito dos pés daquele que vem.

De modo tão benigno Deus reverteu o castigo que enviara a Zacarias por causa de sua incredulidade. Ele teve de ajudar a revelar a mão do Senhor e manifestar a graça de Deus a todo o povo. O que sucedeu na casa dessa família sacerdotal com certeza contribuiu consideravelmente para intensificar ainda mais a expectativa pelo Messias no povo.

66a Todos os que as ouviram guardavam-nas no coração.

A notícia impactou-os. Não podiam desvencilhar-se dela, tinham de movê-la constantemente no coração. Afinal, no nascimento de homens como Moisés, Sansão (Juízes 13), Samuel haviam acontecido fatos semelhantes. Esperanças há muito definhadas tornavam a brotar nos corações. E a alegria permaneceu porque a mão do Senhor estava com a criança, e ela cresceu e se tornou forte no Espírito (v. 80), precisamente no Espírito Santo, que já o preenchia no ventre materno, constituindo a força do espírito dele. Pode-se notar nele o nazireu, pois ele o era por fora e por dentro.

Conseqüentemente, o mensageiro é precedido pela mensagem de que Deus tem grandes objetivos com ele. Foi-lhe aberto o acesso ao coração do povo, para que com isso prepare o caminho do Senhor. Ei-lo aí, esse João, enviado de Deus, um homem que na verdade jamais realizou um milagre pessoalmente, mas foi introduzido no mundo por meio de um milagre e que andou diante dos olhos do povo como um milagre!

7. O louvor de Zacarias - Lc 1.67-79

67 – Zacarias, seu pai, cheio do Espírito Santo, profetizou, dizendo:

68 – Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visitou e redimiu o seu povo,

69 – e nos suscitou plena e poderosa salvação na casa de Davi, seu servo.

70 – como prometera, desde a antiguidade, por boca dos seus santos profetas,

71 – para nos libertar (nos conceder uma libertação) dos nossos inimigos e das mãos de todos os que nos odeiam;

72 – para usar de misericórdia com os nossos pais e lembrar-se da sua santa aliança

73 – e do juramento que fez a Abraão, o nosso pai,

74 – de conceder-nos que, livres das mãos de inimigos, o adorássemos sem temor,

75 – (a saber) em santidade e justiça perante ele, todos os nossos dias (i. é, durante toda a nossa vida).

76 – Tu, menino, serás chamado profeta do Altíssimo, porque precederás o Senhor, preparando-lhe os caminhos,

77 – para dar ao seu povo conhecimento da salvação, no redimi-lo dos seus pecados,

78 – graças à entranhável misericórdia de nosso Deus, pela qual nos visitará o sol nascente das alturas,

79 – para alumiar os que jazem nas trevas e na sombra da morte, e dirigir os nossos pés pelo caminho da paz.

68a “**Bendito seja o Senhor** (o enaltecido seja o Senhor), **Deus de Israel**” – Zacarias designa o Deus de Israel como o Deus de Israel realmente vivo, eterno e verdadeiro. Esse Deus Javé agora visitou seu povo. A expressão “visitar” designa a intervenção e chegada divinas após um período de aparente não-preocupação.

68b “**Porque visitou e redimiu o seu povo.**” O nascimento de João é o primeiro fato flagrante da redenção em vias de ser consumada. De acordo com o modo profético, bem conhecido do AT, Zacarias já vê, no começo da história, a conclusão e a consumação. Sua fé já “viu” [pretérito perfeito] irromper na criança a salvação perfeita. “Ele redimiu seu povo.” Dessa vez trata-se de uma redenção perfeitamente integral, de um desvencilhamento, uma redenção [compra da libertação] de toda e qualquer servidão (porque daí é derivado o termo redenção), livramento e libertação completos, um rompimento de todas as correntes, um alívio de todos os fardos.

69 “**E nos suscitou na casa de Davi, seu servo, uma poderosa e plena (ou um chifre) de salvação.**” – A imagem do chifre ocorre com frequência no AT para designar a força que se precipita. A imagem, no entanto, não é retirada dos chifres do altar, que aqueles que estavam em busca de salvação tentavam agarrar, mas dos chifres do touro, nos quais reside a força desse animal. A expressão “na casa de Davi” não permite dúvidas de que Zacarias considera a virgem Maria como

descendente de Davi. O chifre da salvação é poderoso para derrubar e perfurar a velha serpente e toda a sua descendência.

70 “**Há muito tempo, desde a eternidade, o Senhor comunicou sua redenção pela boca dos seus santos profetas**” (tradução do autor). – Esse texto explicita claramente a magnitude do plano de graça e salvação de Deus, anunciando a redenção por antigas promessas constantemente confirmadas. Para um sacerdote como Zacarias, que desde a infância fora instruído no AT, essas profecias eram muito conhecidas. O adjetivo **santos** designa os profetas como homens ungidos por Deus para serem órgãos de sua revelação.

Os dois v. 71 e 72 desenvolvem o conceito **chifre de salvação** do v. 69. O chifre de salvação refere-se à **salvação diante de nossos inimigos e da mão de todos aqueles que nos odeiam**. Causa-nos estranheza que Zacarias desde já fale de “inimigos”, em vez de “pecadores”. No entanto, seu olhar abarca o todo e o desfecho. O olhar do sacerdote vê a redenção de seu povo, ao qual ele pertence pessoalmente. No Senhor, Zacarias contempla um rei, um rei Davi, cuja obra será (como no caso de Davi) libertar Israel da mão de todos os seus inimigos. O que Davi realizou, afinal, senão guerrear as guerras de Deus? É isso que também esse rei fará, contudo sem contaminar as mãos com sangue, motivo pelo qual também poderá erigir o santuário de Deus (1Cr 22.8). As palavras de Zacarias têm o caráter próprio do AT, designando com simplicidade e veracidade a esperança dos iluminados em Israel, a mesma esperança que vivia, p. ex., também nos discípulos depois da ressurreição de Cristo (At 1.6).

72s “**Para usar de misericórdia com os nossos pais e lembrar-se da sua santa aliança: de cumprir o juramento que fez a Abraão, o nosso pai.**” – Deus se lembra de seu pacto. Ainda não está arrependido de ter escolhido esse povo, tão teimoso, que não se cansou de provocar sua ira, e cuja história é uma longa série de abjetas reneгаções e por isso também de terríveis juízos. O mesmo povo, ao qual entregara tão grandes revelações e em cujo seio realizara mui grandes prodígios, ajudando-os em tantas numerosas aflições. Esse povo que, porém, matou e lapidou os profetas que lhe foram enviados! Não obstante, o Senhor recorda sua aliança! Sim – tomaram seu Filho e o crucificaram, mas apesar disso ele lembra sua aliança com esse povo, porque Deus não se arrepende de suas dádivas e vocações (Rm 11.29).

Para que tivéssemos um consolo firme ele se rebaixou a ponto de prestar um juramento. E pelo fato de não haver alguém superior pelo qual pudesse jurar, jurou por seu próprio nome (Ez 33.11): “Tão certo como eu vivo, diz o Senhor Deus.” Ele não deseja ser Deus, Javé, o Deus vivo, se não cumprir sua aliança. Acaso o Senhor poderia humilhar-se ainda mais, será que ainda haveria qualquer outra coisa que pudesse fazer para silenciar um coração incrédulo?

Lembre-se do juramento de Deus, ligado a tantas promessas consoladoras, lembre-se do último e grande juramento, que se chama Jesus (Mt 26.63s), e não acuse seu Deus de perjúrio! Como ele conhece admiravelmente bem nosso pobre coração, atormentado de dúvidas! Ele providencia fielmente, por meio de sua palavra, de sua aliança e agora também de seu juramento, meios para que todas as preocupações e objeções sejam forçosamente destroçadas! Tenhamos vergonha da pecaminosidade de nosso coração desconfiado, que exige que Deus ainda jure! Contudo seria praticamente inconcebível que não quiséssemos dar crédito nem mesmo ao Deus que jura!

74s “**Para que, livres das mãos de inimigos, o adorássemos sem temor, (a saber) em santidade e justiça perante ele, todos os nossos dias** (i. é, durante toda a nossa vida).” – O grande alvo, o glorioso fruto da redenção é o “culto a Deus em santidade e justiça”. – Como o coração do sacerdote Zacarias deve ter se alegrado com essa perspectiva! Quantas vezes, quando se dirigia ao templo para servir ao Senhor, seu próprio pecado anuviara seu coração com um fardo pesado! Quantas vezes ficara aflito, vendo que o povo se achegava ao Senhor apenas com os lábios, honrando-o apenas da boca para fora, mas mantendo o coração longe dele! Agora seu anseio sacerdotal será saciado: a “adoração a Deus em santidade e justiça” aproximará a redenção. Todo o Israel, como povo sacerdotal, cumprirá seu chamado (Êx 19.6) em um culto a Deus desse tipo. É preciso enfatizar que se trata do **fruto** da redenção, e não do fundamento e da causa da redenção. É fruto da gratidão pela redenção que o povo redimido agora **sirva** de coração íntegro e completo ao Senhor. Mas também esse culto puro a Deus, essa santidade e justiça, esse fruto da gratidão são obra de Deus, dádiva de Deus até o alvo final.

Depois de enaltecer a grande salvação de seu povo, Zacarias volta o olhar para o bebê João. “E também tu, criancinha” - Zacarias não diz: “tu, meu filho”, mas “tu, criancinha”. Até mesmo o

sentimento de pai desaparece diante da obra que ele vê sendo realizada através de seu João. “E também tu, criancinha, terás uma posição importante na salvação manifesta, **serás chamado profeta do Altíssimo**”. A criancinha é chamada somente de profeta do Altíssimo e não filho do Altíssimo (v. 32)! Isso precisa ser bem observado! A palavra “profeta do Altíssimo” reproduz o conteúdo dos v. 16 e 17.

76b Para o israelita autêntico, um profeta é algo muito especial. Os profetas eram os personagens mais destacados na verdadeira história de Israel. Neles, Israel (o que luta com Deus) parece ter chegado à sua verdadeira vocação. Os profetas constituíam um testemunho vivo de que Deus estava com seu povo. E agora, há quanto tempo não havia surgido um profeta! Quatrocentos anos haviam transcorrido desde Malaquias. Ainda que desde então os “profetas” eram lidos todos os sábados nas sinagogas criadas depois do exílio babilônico (At 13.27), isso não substituí a atuação viva da personalidade profética.

“**Porque precederás o Senhor, preparando-lhe os caminhos.**” – Para compreender integralmente essas palavras significativas de Zacarias, é preciso comparar o que ele afirma aqui sobre a obra de João com aquilo que ele expressou no v. 71 acerca da obra do Messias. O próprio Messias trará a salvação (*soteria*); João, porém, proporcionará as condições para que a salvação seja reconhecida = a *gnosis* da *soteria*.

78s “**Por causa da entranhável misericórdia de nosso Deus**” – No grego, a expressão “cordial misericórdia” reza *splanchna eleous* e significa: “as entranhas da misericórdia”. De acordo com a acepção do AT, elas representam a sede de todos os sentimentos mais profundos, especialmente da comisseração e do amor. – A salvação é atribuída à misericórdia do próprio Deus, como nas palavras de Jesus: “Deus amou o mundo de tal maneira...” ou “Deus avançou tanto com seu amor em direção ao mundo que ele até entregou seu Filho unigênito” (Jo 3.16).

Que vitória da misericórdia sobre a justiça! Agora o coração de Deus descortina-se aberta e livremente. Perscrute o coração de seu Deus: perscrute todas as motivações e todos os movimentos, e você não encontrará mais nenhuma hostilidade, por menor que seja, nenhuma sentença de condenação sequer para aqueles que desejam agarrar a salvação.

78b “**Pela qual nos visitou o sol nascente das alturas.**” – Um astro que emerge das alturas nos visitou, ou seja: “um ser que vem do alto.” Dessa maneira visa-se expressar que esse ente que surge sobre a terra é de origem divina, eterna. Por meio de Maria, Zacarias conhecia o maravilhoso mistério da encarnação de Jesus.

Deus, que na comunhão com seu Filho amado vivia em bem-aventurança não-turbada desde a eternidade, entrega o que tem de mais precioso, mais qualificado por nós. Prefere abrir mão, por um tempo, da comunhão direta e da plena bem-aventurança, prefere – em palavras humanas – ser temporariamente solitário do que permitir que corramos para a condenação eterna: que sacrifício do Pai! Que **entranhável misericórdia** de nosso Deus! Quem é digno e capaz de vislumbrar as profundezas da divindade, precisamente as profundezas de sua compaixão?

79 “**Para alumiar os que jazem nas trevas e (os que se assentam) na sombra da morte, e dirigir os nossos pés pelo caminho da paz.**” – As expressões desse versículo são emprestadas de Is 9.1 e Is 60.2. As trevas são a imagem da alienação de Deus e da condição a ela associada, da miséria e da ignorância. A sombra da morte é expressão das mais profundas trevas em nosso redor. Tão lamentável parece ao sacerdote Zacarias a condição em que se encontra o mundo judaico e gentio por ocasião da vinda do Redentor. A expressão “assentar-se” refere-se à condição do esgotamento e do desespero em que caiu a humanidade. – Não é preciso entender a expressão “caminho da paz” apenas na acepção de “o caminho que conduz à paz e à salvação”, mas igualmente como aquele no qual se “anda” em paz, i. é, em segurança.

“O surgimento a partir das alturas” é a salvação do Messias. Essa salvação equivale ao sol nascente. Contudo, enquanto o sol terreno é um sol que na aurora surge de baixo para cima, o “surgimento a partir das alturas” é o sol que desce do alto e que brilha sobre o mundo. Unicamente “a partir das alturas” uma luz conseguiria penetrar nas trevas noturnas. “Quem vem da terra é terreno e fala da terra; quem veio do céu está acima de todos”, diz João Batista (Jo 3.31). Trata-se de uma “visita” que vem do Pai da luz, no qual “não pode existir variação ou sombra de mudança” [Tg 1.17]. Interrompe-se o **estar sentado**, a letargia em trevas. Agora aprendemos a **andar**, precisamente um novo caminho, um caminho da paz. Aprendemos a andar um caminho com Deus.

Assim como o cântico de Zacarias foi precedido por uma observação que encerrou as narrativas anteriores acerca do nascimento de João Batista (v. 66), assim também aparece aqui uma nota histórica que tem por finalidade mediar a transição da infância ao início do ministério de João Batista.

8. João cresce. - Lc 1.80

80 – O menino crescia e se fortalecia em espírito. E viveu nos desertos até ao dia em que havia de manifestar-se a Israel.

A palavra “deserto” não designa exatamente o deserto como nós o conhecemos, mas um lugar ermo, sem população, no qual existem somente florestas, várzeas, estepes e tendas isoladas de pastores. Deve ser o chamado “deserto de Judá”, aquela região abandonada na margem ocidental do mar Morto. No deserto, no silêncio, João podia distanciar-se dos olhares do povo, cuja atenção havia despertado.

Importante é a circunstância de que João não buscou nem encontrou seu preparo junto a escribas, fariseus nem grandes eruditos. Não que essa espécie de preparação deva ser desprezada; porém devemos nos conscientizar de que não é o essencial.

Paulo, o erudito, retirou-se por três anos à Arábia, ao silêncio. No caso de João também aprendemos que a **solidão** é uma bênção. Quanto mais os olhos do mundo se voltam para nós, tanto mais carecemos desse silêncio. Do quartinho de oração podemos sair confiantes para o espaço público. O estudo pessoal e em oração da palavra de Deus prepara e fortalece para a luta. Então o Espírito Santo torna-se mestre, um instrutor melhor do que seres humanos conseguem ser. O que se aprende nessas circunstâncias não pode ser abalado por nenhum diabo. Ali se adquire aquela firmeza de Elias, que não faz acepção de pessoas.

João, porém, também aproveitou exteriormente o deserto para acostumar-se ao rigoroso modo de vida e à simplicidade, por meio dos quais ele – um nazireu (v. 15) da cabeça aos pés – haveria de demonstrar simbolicamente a todo o povo de seu tempo, e também a nós, aquilo que sua pregação expressava em palavras: “Despojem-se de tudo e acolham integralmente a Cristo!” – Quantas bênçãos vieram de fato do deserto! Também o próprio Jesus, além de Moisés, Elias e Paulo, dirigiu-se ao isolamento antes de aparecer em público.

9. O grande soberano da virada dos tempos tem de servir ao “menino na estrebaria”.

Os dias de César Augusto e do rei Herodes constituem o *centro da história universal*. “Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei” (Gl 4.4) e, em contrapartida, “como o pecado reinou pela morte, assim também reinasse (muito mais) a graça” (Rm 5.21). O pecado havia se tornado poderoso no judaísmo e no mundo gentio.

A expressão “a plenitude do tempo” de Gl 4.4 significa: na época do mais poderoso e mais extenso império mundial, a saber, do Império Romano, nasce Jesus. Lutero traduziu, em Lc 2.1, toda a população por “o mundo todo”. Literalmente consta: “todo a terra habitada”.

O tempo estava cumprido sob o aspecto político, lingüístico e de comunicações. Um **reino** (o Império Romano), uma **língua** (o idioma grego), uma **rede de comunicação** (estradas e conexões de navegação) unia o império mundial no mar Mediterrâneo.

Em nenhuma outra época anterior os apóstolos teriam sido capazes de disseminar com tanta rapidez a palavra da cruz. Os canais estavam preparados. Sob a fiel direção de Deus o mundo havia trabalhado a favor do reino de Deus. O tempo estava cumprido.

Ao elemento poderoso apresentado em Gl 4.4, sob o aspecto da história universal, agrega-se Rm 5.21: Onde o pecado passou a reinar... O pecado havia eclodido vigorosamente no judaísmo. Cf. a esse respeito o exposto no Comentário Esperança, Mateus, p. 41ss, bem como as explicações a Lc 1, acima, p. 42ss.

O pecado havia eclodido poderosamente no mundo gentio:

O livre-pensamento filosófico havia ridicularizado amplamente a velha fé nos deuses. Uma mistura de antigas e novas religiões substitutas (sincretismo) havia se alastrado.

Acontece, pois, que o humanamente impraticável (tanto para os judeus como para os gentios) foi feito por Deus – enviando por sua iniciativa a libertação (a salvação), a saber, no menino de Belém.

1. Naqueles dias, foi publicado um decreto de César Augusto, convocando toda a população do império para recensear-se.

2. Este, o primeiro recenseamento, foi feito quando Quirino era governador da Síria (Quirino, *Cyrenius*, também exercia a supervisão sobre a Palestina).

3. Todos iam alistar-se, cada um à sua própria cidade.

4. José também subiu da Galiléia, da cidade de Nazaré, para a Judéia, à cidade de Davi, chamada Belém, por ser ele da casa e família de Davi,

5. a fim de alistar-se com Maria, sua esposa, que estava grávida.

6. Estando eles ali, aconteceu completarem-se-lhe os dias,

7. e ela deu à luz o seu filho primogênito, enfaixou -o e o deitou numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na hospedaria.

Em vista do aspecto inaudito do milagre da encarnação de Deus somos surpreendidos pela característica quase que primitivamente singela, por assim dizer, da narrativa de Lucas, seca e em forma de crônica, com muitos “e”, seguidos de “aconteceu” ou “sucedeu que”, com frases subseqüentes simples, breves, sem elaboração artística. Esse tipo de objetividade nua só pode ser concebida por um autor consciente de *fixar por escrito nada menos, mas tampouco nada mais que a verdade*.

Cumpra-se agora a promessa extraordinária e incompreensível feita a Maria em Lc 1.31-37. O eterno e santo Filho de Deus, o próprio Deus, nasce em meio à humanidade pecadora.

Retornemos ao texto:

Com simplicidade, como se não tivesse acontecido absolutamente nada especial, Lucas começa:

- 1 Aconteceu, porém, naqueles dias.** A referência cronológica “naqueles dias” remete-nos de volta a Lc 1.57ss, i. é, ao tempo do nascimento de João Batista. Contudo, “naqueles dias” é uma expressão tão geral que não informa nem a data do aniversário em si nem o ano do nascimento de nosso Redentor.

Os dias de nascimento dos grandes homens daquele tempo, p. ex., Augusto, Tibério, etc., são informados da maneira mais exata possível. As obras historiográficas informam essas datas. Parece que os evangelistas que escreveram acerca de Jesus não estavam nem um pouco preocupados com isso. Na realidade não visavam redigir uma biografia de Jesus ou editar uma obra historiográfica científica. O propósito não era comunicar conhecimento, mas *despertar fé*.

A inserção do nascimento de Jesus no contexto histórico do governo do *imperador Augusto* tem meramente a finalidade de mostrar que em última análise os mais poderosos desta terra não passam de instrumentos para a concretização da vontade de Deus!

O texto original de Lucas diz: Aconteceu... que saiu uma ordem (um *dogma*) de César Augusto.

Onde diz **decreto** (ordem), consta no grego “dogma”. A expressão “dogma” possui diversos significados no NT.

No lugar de “recensear-se” o texto original traz *apographesthai*. Isso significa “o registro do nome de cada cidadão, de sua idade, posição social, do nome da esposa e dos filhos, do patrimônio e da renda no cadastro oficial com o objetivo de calcular os impostos”.

O resultado do recenseamento de César Augusto foi de 60 milhões de pessoas. Isso significava: um imenso reino, uma enorme potência. O resultado da contagem divina significa: “Um pobre gênero humano, um mundo perdido!”

No v. 2 lemos: **Esse recenseamento foi o primeiro no tempo em que Quirino (*Cyrenius*) foi governador na Síria.**

Os historiadores romanos também citam o senador *P. Salpicus Quirinius*. Nascido nas cercanias de *Lanuvium*, em *Tusculum*, na Itália, ele soube galgar altos cargos no império através de ações astutas.

- 3 Todos iam alistar-se, cada um à sua própria cidade.**
4 José também subiu da Galiléia, da cidade de Nazaré, para a Judéia, à cidade de Davi, chamada Belém, por ser ele da casa e família de Davi,
5 a fim de alistar-se com Maria, sua esposa, que estava grávida.

Também no decreto de César e na obediência do judeu José ao gentio Augusto, que governa de modo absoluto, se explicita que unicamente a mão de Deus governa, precisamente pelo fato de que Jesus nasceu em *Belém* para cumprir a Escritura e para que se cumprisse a vontade de Deus.

No v. 4 consta enfaticamente: **José foi a partir da Galiléia** (mais precisamente da cidade de Nazaré) **subindo para a Judéia** (tradução do autor).

Nazaré está situada a 525 metros acima do nível do mar, e Belém a 777 metros acima do nível do mar. Em cerca de cinco dias de caminhada era possível chegar a Belém partindo de Nazaré! A distância entre Nazaré e Belém era de 170 km.

No tempo de Maria e José, Belém era uma localidade consideravelmente miserável. Setecentos anos antes o profeta Miquéias já designara Belém de pequena. Em Mq 5.2 lemos: “E tu, Belém, (na região de) Efrata, pequena demais para figurar como grupo de milhares de Judá, (mas) de ti me sairá o que há de reinar em Israel...”

Contudo, Lucas não cita Belém como “local de cumprimento” de profecias do AT, simplesmente como a cidade de Davi.

A cidade de Davi não é a cidade em que Davi governava, mas aquela na qual ele nascera (cf. 1Sm 16.1, 17.12).

Do v. 4 depreende-se claramente que José era da descendência de Davi, o que confirma a genealogia de José em Mt 1.1-16. José é descendente direto da linhagem real.

Os 170 km de viagem de Nazaré a Belém devem ter sido muito difíceis para Maria, que se encontrava no nono mês de gravidez. Para os numerosos migrantes do recenseamento, não apenas a precária condição das estradas representavam uma incomparável agrura, mas também o calor do dia, a poeira da estrada, a carência de água, a irregularidade da alimentação. O esforço da caminhada, a precariedade dos abrigos noturnos, tudo isso Maria teve de suportar em avançado estado de gravidez!

Depois de chegar a Belém é que o sofrimento começou de fato. Pelo fato de que o pequeno local pululava de gente, era absolutamente impossível conseguir um abrigo para a noite. Quantos lamentos e súplicas ardentes devem ter sido alçados ao céu para que Deus proporcionasse um abrigo ao jovem casal (que na verdade se encontrava em uma aflição ainda maior em vista da iminência do parto de Maria). Contudo, não houve resposta à insistente prece.

- 6 Estando eles ali, aconteceu completarem-se-lhe os dias,**
7 e ela deu à luz o seu filho primogênito, enfaixou-o e o deitou numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na hospedaria.

De maneira simples e singela Lucas relata o episódio mais importante da história universal: o nascimento do Salvador.

O texto bíblico salienta: “Maria deu à luz seu filho, o primogênito (em grego: *prototókos*).” A Igreja Católica Romana crê que a expressão “primogênito” significa o mesmo que filho único, isto é, que Maria não teve outros filhos posteriormente porque Maria não teria mantido relacionamento conjugal com José.

Diante disso, no entanto, cumpre constatar que a expressão “primogênito” (*prototókos*) deve ser usada de forma conscientemente contrária a “filho único” (*monogenés*). Também na presente passagem cabe dar todo o mérito à letra da Escritura, porque de acordo com o testemunho múltiplo dos evangelhos Jesus tinha 4 irmãos e várias irmãs (cf. Mt 12.46ss; 13.55s; Mc 3.31ss; Lc 8.19ss; Jo 2.12; 7.3).

A palavra “primogênito” é pronunciadamente hebraica. “Filho primogênito” corresponde ao termo hebraico *bekor*, uma expressão de significado particularmente jurídico, porque o primogênito hebraico (sempre que possível) tinha de ser apresentado no templo de Jerusalém, ou melhor, “resgatado do serviço sacerdotal”. Lucas, portanto, já agora nos prepara, pelo significado da palavra “primogênito”, para a apresentação no templo, um relato que somente Lucas faz entre os quatro evangelistas.

Lucas assinala com destaque especial que **“não havia lugar para eles (autois) na hospedaria”**. Essa forma de expressão é mais ponderada do que parece à primeira vista. Se Lucas tivesse apenas a intenção de afirmar que o abrigo de caravanas (a hospedaria em si) não era capaz de acolher mais ninguém, teria bastado que escrevesse: “Não havia mais lugar na hospedaria”. Mas, pelo fato de que a frase enfatiza que **para eles não havia lugar**, Lucas aponta para a condição peculiar em que se encontrava o casal, em vista da iminente hora de nascimento do menino Jesus.

Por meio do fato de que para o Senhor não havia qualquer hospedaria, cumpriu-se também a palavra: “Veio para o que era seu, e os seus não o receberam” (Jo 1.11).

É impressionante essa grande renúncia a todos os recursos tão necessários para o nascimento de uma pequena vida humana, que na verdade merece ser colocada em um berço macio e quente, preparado por afetuosas e ágeis mãos maternas. Talvez possamos considerar a acomodação em uma manjedoura como sinal do imenso sacrifício redentor no Calvário, do qual todos os viventes hão de se beneficiar.

Três vezes ocorre a menção da manjedoura: no nascimento, na fala do anjo, e finalmente quando os pastores encontram a criança (Lc 2.7,12,16; pormenores sobre a “estrebaria” por ocasião do relato acerca dos pastores).

O camponês palestino costuma acomodar-se no chão para dormir. Isso não o incomoda. Porém de uma manjedoura para um recém-nascido dispunha – desde os tempos de Abraão – até mesmo a mais pobre mãe palestina (veja Dalman, *Orte und Wege*, 1921, p. 36s).

Com a manjedoura, Israel, o povo eleito de Deus, deu as boas-vindas ao Messias. E com a cruz despediu-o da forma mais infame!

10. Somente mensageiros vindos da eternidade são capazes de anunciar essa grande façanha de Deus e cantar para sua adoração. - Lc 2.8-14

8 – Havia, naquela mesma região, pastores que viviam nos campos e guardavam o seu rebanho durante as vigílias da noite.

9 – E um anjo (mensageiro) do Senhor desceu aonde eles estavam, e a glória do Senhor brilhou ao redor deles; e ficaram tomados de grande temor.

10 – O anjo, porém, lhes disse: Não temais; eis aqui vos trago boa-nova de grande alegria, que o será para todo o povo:

11 – é que hoje vos nasceu, na cidade de Davi, o Salvador (um Redentor), que é Cristo, o Senhor.

12 – E isto vos servirá de sinal: encontrareis uma criança envolta em faixas e deitada em manjedoura.

13 – E, subitamente, apareceu com o anjo uma multidão da milícia celestial, louvando a Deus e dizendo:

14 – Glória (ou: honra) a Deus nas maiores alturas, e paz na terra entre os homens, a quem ele quer bem.

Não foi sobre o menino diante de Maria que resplandeceu a luz celestial. A estrebaria continuou escura e em sua constituição normal. Contudo lá fora, no campo, na direção do deserto, onde os pastores de ovelhas estavam acampados junto aos rebanhos, um dos mensageiros angelicais cumpriu um alto mandato de arauto (Schlatter).

Depois que o primeiro Adão havia sido criado conforme a imagem de Deus, ele foi saudado por uma criação perfeita, “muito boa” segundo a avaliação de Deus, e esse Adão na realidade era da terra e terreno. O outro Adão, porém, que é o Senhor do céu (1Co 15.47) – para este há somente uma estrebaria e um coche. No entanto, o céu está repleto daquilo que a terra deixa de lhe oferecer! A terra se cala. Todos dormem na noite profunda. O céu, porém, celebra um grandioso e eterno dia, e de sua mesa ricamente servida caem migalhas tão preciosas para os “cachorrinhos” na terra que estes são tomados de uma poderosa intuição da futura glória do novo céu e da nova terra.

As revelações de Deus na aparição de seu anjo, revelações que no geral eram dadas somente aos eleitos da velha aliança, a saber, aos profetas em si, e também apenas a alguns indivíduos, são agora concedidas a um grupo inteiro de pobres pastores que à noite cuidam dos rebanhos no campo. São pastores os que pela primeira vez ouvem acerca da encarnação de Deus da boca do anjo.

A classe dos *pastores de ovelhas* é muito desprezada na literatura rabínica. Os fariseus os caracterizavam como ladrões e enganadores, igualados aos publicanos e pecadores. Os pastores eram considerados plebe que desconhece a lei. Os tribunais não admitiam pastores como testemunhas. Eram privados da honra dos direitos civis.

Um ditado rabínico dizia: “Nenhuma classe no mundo é tão desprezível quanto a classe dos pastores.”

É desses pastores, que cuidavam do rebanho nas cercanias de Belém, que a história do Natal fala agora.

Sobre os mesmos campos em que no passado Davi pastoreava os rebanhos do pai, e sob o mesmo céu estrelado, sob o qual Davi se edificava (Sl 8), os pastores talvez entoassem os salmos de Davi, fortalecendo assim o seu anseio pelo *filho de Davi*. Deve ser plausível a suposição de que aqui em Belém aquela expectativa estava particularmente viva, pelo menos entre aqueles que esperavam pela redenção.

Comprovações disso aparecem em Lc 2.38, onde não se afirma que Simão e Ana esperavam pela “redenção” (*lytrosis*), isto é, pelo Messias, em Jerusalém – mas que, como consta no v. 38, havia “em Jerusalém muitos” que se devotavam ao mesmo anseio. Se acrescentarmos aos que esperavam em silêncio, além de Zacarias e Isabel, Maria e José, também os pastores de Belém, o número dos que aguardam a salvação certamente não terá sido pequeno. Em que terá consistido sua expectativa pelo Messias? Talvez aguardassem a redenção de Israel no sentido de Is 40.1 e Is 49.13. Talvez esses “humildes da terra” vissem o consolo e o socorro de Deus no fato de que *ele* se compadece especialmente dos *miseráveis* e *desprezados* no povo, acolhendo-os.

Retornemos aos pastores de Belém. Era noite. Um silêncio profundo e solene paira sobre os campos adormecidos. Não se ouve nenhum som. Serenamente brilham os astros. Os pastores vigiam junto aos rebanhos. Frequentemente o Senhor está muito próximo nessa abençoada solidão. Justamente no silêncio podemos experimentar e vivenciar a proximidade de nosso Deus.

Visto que o nascimento do Redentor aconteceu durante a noite, os pastores foram os únicos que puderam ouvir a mensagem, enquanto vigiavam os rebanhos. “Os adormecidos não são acordados, mas são chamadas as pessoas de Belém que estão vigilantes naquela noite” (Schlatter).

9 E um anjo do Senhor desceu aonde eles estavam, e a glória do Senhor brilhou ao redor deles.

Se em algum momento da história da humanidade houve necessidade de que *anjos falassem*, foi neste momento. – O céu havia tomado a resolução da encarnação. Do céu viera o Filho de Deus para chamar a si a humanidade. É ao céu que a humanidade será reconduzida. A terra deverá ser novamente unida com o céu. Porventura deveríamos estranhar que os habitantes do céu participem alegremente da execução das resoluções celestiais?

O anjo do Senhor, porém, não se apresenta de modo simples e singelo, como o arcanjo Gabriel aparecera a Zacarias lá no templo ou à virgem Maria naquela casa em Nazaré. Agora o esplendor do Senhor, a *doxa* = glória, o envolvia. A glória do Senhor é aquela *shequiná*, aquela plenitude da luz de Javé que atesta sua presença, aquela coluna de fogo em que Javé (Cl 1.15) seguia adiante do povo e habitava entre o povo (Êx 33.14). Portanto, a primeira revelação do Redentor a Israel aconteceu exatamente da maneira que o povo da aliança podia esperar, conforme toda a sua condução e educação. Essa glória da luz do Senhor rodeava não somente o anjo, mas também os pastores. Eles estavam envoltos por esse mar de luminosidade, diante do qual as estrelas empalidecem e a noite se transforma em dia! Essa glória da luz do Senhor é um fulgor das alturas, que nos permite vislumbrar a magnitude e imensurabilidade daquela glória em que os anjos se encontram na face de Deus. Nele o céu se inclina à terra, a fim de anunciar à terra que também ela há de ser novamente consagrada como lugar da honra divina. Essa claridade celestial deve expandir-se sobre a terra, continuando a iluminar de ano para ano, de século para século, de modo transfigurador na igreja dos crentes, até que ele venha, a saber, o próprio Senhor, o Redentor do mundo, por intermédio do qual se formam um novo céu e uma nova terra.

E ficaram tomados de grande temor. Quando a *doxa*, i. é, a radiante glória da luz do céu rompe a escuridão da terra, temor e pavor são sempre a primeira reação do ser humano mortal e pecador. O poder divino de luz causa ao ser humano temor e pavor até mesmo quando traz uma notícia alegre e salutar (Lc 8.25 e Gn 28.17). O pecado, a imperfeição e impotência do ser humano destacam-se nítida e grotescamente à luz do dia da revelação celestial, provocando pavor, como se o próprio juiz celestial tivesse vindo e quisesse trazer à luz tudo o que ainda resta de pecados ocultos. Também o crente treme e estremece diante dessa manifestação de luz vinda da eternidade. Ele se atemoriza enquanto ainda vive no crer e não no ver (Dn 10.15s; Ap 1.17; Lc 1.12,29).

O anjo de luz aproxima-se dos assustados pastores como um personagem amigoso, dizendo palavras tão grandiosas e poderosas que ainda hoje, ao soarem para diante de um coração carente de salvação, o temor diante da majestade e santidade de Deus forçosamente desaparece. E a claridade e glória de sua graça refulgem em direção dele, de sorte que tão somente resta ao homem adorá-lo.

10 O anjo, porém, lhes disse: Não temais! É a primeiríssima mensagem de Natal, muito sucinta, simples e sem ornamentações (Lutero diz: nos versículos 10-14 cada palavra precisa ser considerada com a máxima exatidão). Esse primeiro sermão de Natal contém apenas a frase: “Não temais!” Quando a glória do Senhor resplandece com graça e veracidade, já não há espaço para o temor, mas unicamente para a alegria e o regozijo.

Eis aqui vos trago boa nova de grande alegria, que o será para todo o povo. No texto original consta: eu vos “evangelizo”, i. é, “trago-vos uma alegre notícia”.

A mensagem do anjo traz uma primeira tríade no v. 10: 1) alegre notícia, 2) grande alegria, 3) para todo o povo.

O anjo do Senhor não traz juízo, mas **alegre notícia**. Esta é a primeira característica essencial da nova aliança. No entanto, a palavra *euangelizesthai* = evangelizar, trazer uma notícia alegre – ainda é reforçada pela palavra **grande alegria**. Essa é a segunda característica essencial da nova aliança. E essa grande alegria é novamente intensificada pelo fato de que ela vale plena e exclusivamente para **todo o povo**, para cada ser humano na terra (como no v. 14b). Essa é a terceira característica essencial da nova aliança. Ainda que os pastores inicialmente a acolhessem literalmente como alegria para o povo de Israel, na essência a afirmação expressa o universalismo pleno da salvação, que vale para toda a humanidade.

Uma segunda tríade está contida na mensagem do anjo no v. 11a: 1) **é que nasceu**, 2) **para vós**, 3) **hoje**.

1) **Ele nasceu**. O nascimento é sempre a primeira realidade de um ser humano de carne e sangue (cf. Jo 1.14). Esse Redentor “nasceu”. Ele nasceu, e não apareceu como esse anjo que o anuncia com as vestimentas de luz da glória de Deus. Não, esse Salvador tornou-se nosso irmão de sangue, osso dos nossos ossos, carne de nossa carne, para que soubesse como nos sentimos neste pobre corpo carnal, e viesse a ser nosso misericordioso sumo sacerdote, para expiar nosso pecado e nos atrair para o alto como membros de seu corpo, de sua carne e seus ossos (Ef 5.30).

2) **Para vós**, diz o anjo. Essa é a mais gloriosa palavra em toda a primeira pregação de Natal. “Para vós”, diz o anjo, “para vós”, *para os humanos*, não para nós, os anjos, é que ele nasceu, se tornou ser humano. Lutero diz: “Os anjos não *precisam* do Redentor, e os diabos não o *querem*. Ele veio por nossa causa, nós é que precisamos dele.”

3) **Hoje!** O Redentor, que é de eternidade a eternidade, entrou no tempo. A palavra “hoje” define seu nascimento como fato histórico. A encarnação do Filho de Deus não é um pensamento, uma idéia, um produto da fantasia que se construiu em personalidades ansiosas e esperançosas, mas um fato histórico que provocou um efeito imenso.

Desde aquele “hoje” passaram-se séculos, mas será que a palavra do anjo não continua sempre ressoando em nosso coração, como se fosse hoje? A história de nosso Redentor, por mais verdadeira e real que tenha sido no tempo, não é como a história de outras pessoas, pertencente apenas ao tempo. Aqui o passado se torna presente, porque essa história pertence à eternidade e se renova incessantemente, prolongando-se todas as vezes que seu poder animador é experimentado por um coração humano.

A mensagem do anjo contém uma terceira tríade.

Um Redentor (Salvador), **que é Cristo – um *kyrios*** (Senhor) **na cidade de Davi**. Três títulos – três nomes para o menino de Belém: 1) Redentor (Salvador)! *Soter*! – 2) Cristo (Ungido – Messias) – 3) Senhor (*kyrios*).

Quanto a 1) Redentor (Salvador). O AT fala diversas vezes de redentores, de salvadores. P. ex., os juízes são chamados de “salvadores”, pessoas que o Senhor convocou em épocas difíceis para salvar seu povo (Jz 3.9; 2Rs 13.5; Ne 9.27; Obadias 21). – Acima de tudo, porém, desde os primórdios a palavra “Redentor” é um título de honra de Javé (1Sm 14.39; Sl 17.7; 51.14; Is 43.3,11). Agora, no entanto, Deus enviou um Redentor que é simultaneamente o próprio Deus Redentor. Por essa razão ele é o Redentor, e em nenhum outro há salvação e redenção (*soteria*), e tampouco há outro nome no qual os humanos serão bem-aventurados.

É peculiar que a palavra Redentor, muito usada no linguajar da igreja de Jesus, ocorra apenas 16 vezes no NT com referência a Jesus. Nos evangelhos, o termo Redentor (Salvador = *soter*) aparece apenas duas vezes, justamente em Lc 2.11 e em Jo 4.42. Já Paulo usa “Redentor” para o Senhor exaltado (p. ex., Fp 3.20 e Tt 2.13).

Não se deve ignorar que não há artigo antes de “*soter*” = “Redentor” ou “Salvador”. O anjo não anuncia “o Redentor” aos pastores, mas um Redentor que deve ser comparado aos redentores que Deus suscitou em épocas muito distintas. Veja-se Ne 9.27. Mas a palavra subsequente “Cristo” imediatamente diz aos pastores que esse Redentor (Salvador) não pode ser comparado com aqueles heróis de Israel, mas que ele é *o* Redentor por excelência. Curiosa é aqui a escrita minúscula e a falta de artigo antes do nome *Cristo* (no Comentário Esperança, Marcos, há mais detalhes a esse respeito, p. 41s).

2) Que é **Cristo**. Por meio da palavra Redentor (Salvador) o anjo anunciou a grande obra de Jesus. Agora ele cita seu título. Ele é Cristo, i. é, o Ungido, em hebraico o “Messias”. No AT esse nome ocorre somente em Daniel 9.25s, mas desde então se tornou tão predominante entre o povo judeu que o anjo foi imediatamente compreendido quando usou esse termo.

Em Israel o sacerdote era ungido (Êx 29.7; Lv 4.3,5; Lv 8.12 e Sl 105.15). A unção com óleo anunciava ao sacerdote que ele precisava do “óleo”, i. é, do Espírito no seu serviço sumamente importante. Mais tarde o Ungido em Israel é o rei (1Sm 2.10,35; 10.1; Sl 2.2 e Is 45.1). Jesus, portanto, passa a ser simultaneamente sacerdote e rei. Ele é um rei sacerdote com o Espírito profético, como Israel o necessita. Unicamente por intermédio desse Cristo, o Ungido no sentido real e pleno da palavra, os filhos de Israel e todos os que pela fé lhe foram acrescentados, podem tornar-se cristãos, i. é, ungidos: a saber, “raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamar as virtudes daquele que o chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” [1Pe 2.9].

3) **Senhor** (*kyrios*). O anjo acrescenta a Cristo ainda o termo *kyrios* = **Senhor**. Essa correlação é única no NT. De At 2.36, “Senhor e Cristo”, depreende-se que cada palavra possui um significado determinado, delimitado. Quando o menino recém-nascido é chamado pelo anjo de “Senhor”, isso é sumamente relevante. O primogênito de Maria é um “*kyrios*”, um Senhor dos pastores e de todo o povo! Pelo fato de que toda a profecia conhece somente um Único eternamente entronizado, uma luz intensa incide sobre a criança que nasceu naquela noite e que vale como Senhor para toda a humanidade. *Kyrios* é, na forma mais profunda, “Deus” (Cf. Kittel, *Theologisches Wörterbuch*).

A última coisa que o anjo tem a dizer é que o nascimento aconteceu “**na cidade de Davi**”. Isso não é apenas uma confirmação de que Jesus é realmente o Rei Messias, que deveria ser oriundo da casa de Davi, mas dessa forma também se explicita a peculiaridade do cumprimento da profecia messiânica.

Por mais que as revelações da nova aliança suplantassem a velha aliança, todos esses cumprimentos literais visam demonstrar com que profundidade a nova aliança está enraizada na antiga.

12 **E isto vos (pastores) servirá de sinal (de identificação): encontrareis uma criança envolta em faixas e deitada em manjedoura.**

Uma admirável troca: o *servo* (no caso, o anjo do Senhor) vem na “glória de seu Senhor”, a saber, em esplendor de luz sobrenatural, a ponto de as pessoas se atemorizarem (v. 9), mas o Senhor em si vem como um bebê de fraldas na manjedoura. De fato, se o anjo do Senhor não o tivesse dito pessoalmente – como os pobres pastores poderiam ter crido e acolhido essa mensagem?!

Como tudo até então, também a notícia do *sinal de identificação* é desdobrada em uma tríade para os pastores:

1) Uma criancinha, 2) envolta em faixas, 3) deitada em manjedoura.

Começamos falando sucintamente do próprio sinal de identificação! Como é peculiar esse “*semeion*”, esse *sinal de identificação da manjedoura*, na mais amarga pobreza e humilhação, em contraste com os sinais posteriores, os “*semeia*”, milagres e prodígios de Jesus que autenticavam poderosamente sua condição de Messias (cf. a esse respeito, o Comentário Esperança, Mateus, p. 164, sobre os sinais prodigiosos em seu significado triplice, e no comentário a Marcos, p. 197 e a At 2.22 [p. 50], onde se fala de Jesus de Nazaré como aquele que foi autorizado por Deus por meio de façanhas poderosas, de prodígios e sinais).

Talvez aqui já seja possível apontar para o grande fato, extraordinário e ímpar, de que Jesus foi pessoalmente o “sinal milagroso (*semeion*) como tal (Lc 2.34) alvo de contradição”. Em Mt 12.39ss, em virtude do sinal de Jonas, Jesus, o Ressuscitado, é o sinal milagroso (*semeion*) para a humanidade. Com base em Mt 24.30, Jesus, o que há de retornar, é igualmente o sinal milagroso (*semeion*), mais precisamente o “sinal do Filho do Homem” para as pessoas. Ou seja, no “Salvador

que há de voltar” pode-se constatar as marcas das chagas nas mãos e nos pés, “sinais de identificação” de sua anterior humildade.

Retornemos à tríade da mensagem do anjo!

1) **Uma criancinha** (*brephos*). Como é indefesa uma criancinha recém-nascida! – É nessa condição desamparada que o Deus e Senhor eterno se coloca. “A quem o orbe jamais cercou, no colo de Maria jaz: pequena criança vem a ser do mundo o Mantenedor!”

2) **Envolta em faixas**. Essas fraldas que o envolvem cuidadosamente visam assinalar o amor materno protetor. Schlatter opina: “Com isso aniquila-se qualquer concepção docetista (de aparência) de uma criança-prodígio que se move imediatamente e consegue proteger-se por si mesma.”

3) **Deitada em manjedoura**. O nascimento do Senhor na “estrebaria” é relatado indiretamente em dois momentos. Uma vez Lucas aponta para uma estrebaria por meio da já citada tríplice menção da manjedoura em Lc 2.7,12 e 16 – e, além disso, a tradição de Belém aponta para uma gruta como local do nascimento, pois na Palestina as cavernas situadas na proximidade dos vilarejos servem de estrebaria para os pastores. Talvez os próprios pastores da narrativa de Natal tenham sido proprietários dessa estrebaria (quanto à gruta existente sob a Igreja da Natividade, em Belém, veja as informações precisas no *Theologisches Wörterbuch zum NT*, de Kittel, vol. VI, p. 490).

Foi assim que Maria trouxe ao mundo seu primogênito, que o anjo havia prenunciado como herdeiro do trono de Davi, seu pai (Lc 1.32).

Naquela época, esse herdeiro do trono de Davi possuía uma estrebaria como salão real, uma manjedoura como trono, feno e palha como lugar de repouso, uma lanterna de galpão como lustre, duas pessoas desabrigadas como séquito.

“É preciso ler a narrativa de Natal sem o brilho poético, aconchegante da tradução de Lutero, a fim de captar o realismo rude, terreno, com que aqui se apresenta a narrativa. O evangelista não fala do *doce menino de cabelo cacheado*, da *estrebaria limpinha* e dos *probos pastores*, mas de um casal exausto, da miséria de uma jovem mãe que tem de dar à luz seu filho em lugar estranho e precário sem qualquer ajuda, de uma criança que enxerga a luz do mundo em uma estrebaria suja, e de cuja chegada inicialmente ninguém, exceto alguns pastores proletários, tomou conhecimento” (Gollwitzer).

13 E, subitamente, apareceu com o anjo uma multidão da milícia celestial, louvando a Deus e dizendo:

A locução grega *plethos stratias ouraniou* = uma multidão da milícia celestial corresponde ao hebraico *zebá hashshamaim* = “exército do céu”, como em 1Rs 22.19; 2Cr 18.18. Contudo no presente contexto não cabe pensar em corpos celestes, como o sol, a lua e as estrelas, mas em seres vivos. É uma unidade bem ordenada e disciplinada. A Escritura relata categorias na multidão dos seres angelicais celestiais. Fala de anjos e arcanjos (1Ts 4.16; Jd 9). Em torno do anjo que anunciava a mensagem natalina agrupou-se uma “multidão das milícias angelicais celestes”. – Não é dito “a multidão” ou “toda a multidão”, e sim “uma multidão”.

À primeira mensagem de Natal, proclamada por um anjo do Senhor, é acrescentado, portanto, o primeiro hino de Natal, cantado pelas multidões de anjos celestiais, um hino que nunca mais silenciará, mas que repercute por todos os séculos, por todos os cultos da igreja celebrante e adoradora, de eternidade a eternidade. Sua letra é: “Glória a Deus nas maiores alturas, e paz na terra entre os homens, a quem ele quer bem.”

Os pastores, desprezados pelas pessoas, são tidos em tão alta consideração por Deus que se tornam testemunhas de uma grande festa dos anjos, celebrada nas alturas por causa do nascimento do menino na manjedoura. “Sobre que estão fundadas as suas bases ou quem lhe assentou a pedra angular, quando as estrelas da alva, juntas, alegremente cantavam, e rejubilavam todos os filhos de Deus?” (Jó 38.6s). Agora que estavam para ser lançados o fundamento e a pedra angular da nova terra, é preciso que no sempiterno céu se “celebre” algo novo! É essa festa que convém celebrar pela chegada do Filho de Deus na terra, e ela tornará a acontecer quando ele voltar com grande poder e glória (Mt 25.31).

O hino de adoração nas alturas celestiais – v. 14

14 Glória (e honra existem junto) a Deus nas alturas do céu, e paz na terra aos homens aos quais ele concede o seu favor! [NVI]

Os anjos exaltam o nascimento do Senhor como o início da maior glorificação de Deus na história da humanidade e do universo. As multidões adoradoras dos anjos já constatarem nesta criancinha de

Belém a perfeição assegurada por esse fato. Cada uma das palavras de seu hino torna-se uma grande profecia, e se o olhar para o presente miserável tenta abafar o júbilo do Natal, a previsão profética dos gloriosos alvos futuros da consumação de Deus faz com que a voz torne a ressoar em júbilo e louvor.

O hino de adoração celestial dos anjos nas alturas não é formado, como expressa a tradução alemã de Lutero, de três partes – mas apenas de dois elementos.

A tradução de Lutero traz:

1) Glória a Deus nas alturas, 2) paz na terra, 3) e às pessoas um aprazimento.

Lutero traduziu a versão do grego *koiné* de que dispunha na época, que traz no grego a palavra aprovação (*eudokia*) no nominativo, e não como os manuscritos mais antigos, que ele não conheceu (a saber, *Vaticanus* e *Sinaiticus*), no genitivo. Por isso Lutero divide também o louvor celestial em três partes.

A tradução literal é a seguinte:

1) Glória (ou honra) existe junto de Deus em alturas celestiais.

2) Paz existe na terra entre as pessoas (divinamente) aprovadas.

A 1ª parte do hino de adoração dos anjos diz o que ocorre nas alturas do céu. A 2ª parte do hino de adoração dos anjos diz o que existe aqui embaixo, na terra.

Nenhuma das partes está no modo optativo, como trazem algumas traduções, como a de Lutero: “Glória seja a Deus... Paz seja na terra”. A melhor forma de reproduzir o verbo auxiliar faltante “ser” é o indicativo, a saber “glória é (ou existe) junto a Deus... Paz é (ou existe) na terra...”

A 1ª PARTE

Os anjos no céu declaram: “Junto a nosso Deus nas alturas celestiais foi manifesta uma glória incomparável.” Tão incomensuravelmente grandiosa era para nosso Deus a encarnação de seu eterno Filho divino, que ao longo de milênios ele constantemente chama a atenção para esse evento único, singular, que abarca céu e terra, todas as eras e eternidades. A carta a Tito diz: “Manifestou-se a benignidade (literalmente a *amizade*, a *philantropia*) de Deus, nosso Salvador, e o seu *amor* [bondade] para com todos... por meio do Salvador (*soter*) Jesus Cristo” (Tt 3.4,6). E a carta aos Romanos declara: “A justiça de Deus se revela no evangelho (que é Jesus Cristo; Rm 1.17). No evangelho de João é dito: “Vimos com alegria e atenção preciosamente contempladora (*etheasametha*) a sua glória” (Jo 1.14).

A expressão *doxa* = **glória** (honra), que no hebraico é *kabod*, aplicada aos *humanos* significa “sua honra, sua fama”. Junto a *Deus*, a *doxa* é seu extraordinário esplendor glorioso de luz, sua incomparável santidade e beleza eternamente pura.

O que aconteceu em Belém supera esse radiante esplendor glorioso da luz da majestosa beleza de Deus com um poder jamais imaginado. Mais maravilhadas e impetuosas que o bramido das vagas do mar, as multidões celestiais cantam a seu Deus e Senhor um cântico novo, que provavelmente jamais haviam cantado. Afinal, a glória daquele, que sobretudo é Filho no céu e na terra do verdadeiro Pai, revelou-se no menino de Belém não apenas aos humanos, mas também aos anjos, e de um modo tão transbordante que estes, por assim dizer, apenas agora passam a perceber plenamente o benefício que Deus Pai representa para eles.

Certamente conheciam a Deus, que é o *amor* por excelência, e cuja maior glória não apenas é constituída por seu poder, mas também por seu amor. Agora, porém, descerrou-se diante dos olhos dos anjos uma nova profundidade e plenitude do amor de Deus, que também no céu era plenamente nova e indescritivelmente preciosa, cuja contemplação surpreendeu também a eles, e que os encantou, embora *não* fosse dirigida a eles, os *anjos*, mas a *nós*, os *seres humanos*. Nem mesmo um anjo teria sido capaz de imaginar que para Deus seria possível restabelecer sua glória na terra de forma tão maravilhosa, que o Pai no céu arrancaria do coração o Filho primogênito por amor do mundo pecador, e que esse seu Filho teria tamanho amor pelos perdidos que trocaria, por causa do mundo caído de pecadores, o trono de Deus pela manjedoura e pela cruz! Essa encarnação do Filho de Deus desvenda o mistério do profundo amor de Deus, aos quais também os anjos anelam perscrutar (1Pe 1.12).

A 2ª PARTE

14b E paz na terra aos homens aos quais ele concede o seu favor! [NVI]

Inicialmente cumpre responder a duas perguntas:

1) O que significa “paz na terra”? 2) O que significa a expressão “pessoas (divinamente) aprovadas”?

1) O que significa paz? A paz não se refere a outra pessoa senão Jesus Cristo. Por isso o hino de louvor dos anjos também poderia trazer em lugar de “paz existe na terra”: *Jesus Cristo está na terra*.

Contudo, será possível substituir **paz** por Senhor Jesus sem mais nem menos? Há comprovações dentro e fora da Bíblia que podem atestá-lo.

Afirmações rabínicas declaravam: “O nome do Messias é **paz**.” – “Grande é a paz, porque, quando vier o Messias, começa *exclusivamente* com paz!”

Em Isaías 9.6 o Messias é chamado de **príncipe da paz**. Em Ef 2.14 consta: “Ele”, a saber, Cristo, “é a nossa paz.” A última palavra que o Senhor diz aos discípulos na despedida (Jo 14.27) é: “A minha **paz** vos dou.” E a primeira palavra do Ressuscitado é: “**Paz** seja convosco!” (Jo 20.19,21,26). A carta aos Romanos declara (Rm 5.1) “... temos **paz** com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”.

Jesus Cristo é a **paz** em sua pessoa, a saber, de forma essencial. Jesus Cristo é a paz ao efetuar e criar a paz.

2) O que significa a expressão **pessoas do aprazimento** (divino)?

A expressão “pessoas aprovadas” não significa, como pensa o comentarista, “pessoas que de boa vontade reagem aos atos e às palavras de Deus” ou, como diz a Vulgata: “pessoas com boa vontade.” Não, não é isso que é dito aqui. A expressão “entre as pessoas aprovadas” (genitivo: *eudokias*) – ou como consta no manuscrito disponível para Lutero, a saber, o grupo de manuscritos da *koiné*: nas pessoas uma aprovação (nominativo: *eudokia*) – deve ser entendida como o prazer que Deus tem nas pessoas. Esse fato incompreensível, de que Deus se agrada da “humanidade perdida e condenada” – foi consubstanciado pela vinda do menino de Belém.

A expressão: *en anthropois eudokias* = **entre as pessoas do aprazimento** refere-se à resolução da graça de Deus, que se mostrou em Cristo (cf. Ef 1.5s). O termo grego “*eudokia*” corresponde ao hebraico “*razon* = aprovação”, exteriorizando a graça e os benefícios de Deus (cf. Sl 145.16). Por causa do pecado, os seres humanos nunca evidenciaram aprovação para Deus. – Mas Deus demonstrou sua aprovação por intermédio de seu Filho!

A 2ª parte do cântico de louvor das milícias celestiais contém, portanto, nada mais que o precioso conteúdo do eterno e divino evangelho. Por sua iniciativa Deus doa à Terra, naquela noite em Belém, o que lhe era mais amado e valioso, a saber, Seu Filho amado, sobre o qual pousou Sua aprovação desde a eternidade (cf. Mt 3.17; Mc 1.11; Lc 3.21s).

Por ter enviado o *Filho de sua aprovação* justamente para este mundo, esse mundo se tornou, apesar do pecado e da condenação, objeto de sua aprovação! Que milagre, incomparável milagre! Tanto neste mundo quanto na eternidade é completamente impossível entender e apreender um milagre assim, tamanho poder do amor – porém queremos adorar já aqui, em conjunto com as milícias celestiais, e muito mais lá no além, na glória, esse milagre de Belém. Cabe adorar ao Deus triúno, de eternidade a eternidade.

Portanto, com a expressão **pessoas aprovadas** (em virtude do precioso conteúdo do evangelho acrescentamos “pessoas divinamente aprovadas”) exalta-se em adoração, de modo muito consciente, o grande feito de Deus no Natal em sua *objetividade* monumental!

Na presente passagem não se menciona nada a respeito do comportamento subjetivo do ser humano, nem mesmo aludindo à vontade do ser humano, à sua resposta positiva, sua rendição, sua fé no feito de Deus.

Neste hino de Natal das milícias celestiais exalta-se tão-somente o grande feito de Deus, como o próprio Jesus expressa em Jo 3.16: “A esse ponto foi Deus com seu amor pelo mundo, i. é, ao mundo perdido e condenado, que ele enviou seu Filho unigênito...”

No presente hino de Natal das milícias celestiais declara-se a mesma coisa que Paulo escreveu em 2Co 5.19: “Deus estava em Cristo e reconciliou consigo o mundo, i. é, o mundo perdido...”

Em suma, o que já está indicado no AT, no proto-evangelho (Gn 3.15): “... Ele ferirá a cabeça da serpente...” mais tarde se torna, depois de repetidos anúncios pelos profetas do AT, fato irrevogável em Jesus Cristo: “Deus não poupou o próprio Filho, mas o entregou em favor de todos nós...” desde Belém até o Calvário!

Schlatter formula isso do seguinte modo: “Pessoas às quais Deus concedeu Sua aprovação existem pelo fato de que Cristo está junto com a humanidade. Sua existência é para eles ‘não-atribuição da

dívida', anulação da divisão que separava as pessoas de Deus. Por isso, pelo fato de acontecer aqui a reconciliação de Deus com os humanos por iniciativa de Deus, os celestiais o louvam. Tudo isso, porém, é obra exclusiva de Deus, efeito de sua determinação. A referência à aprovação de Deus insere na proclamação de sua graça o testemunho em favor de sua magnitude.”

11. As testemunhas não admitidas ao tribunal terreno são definidas por Deus como suas primeiras testemunhas. - Lc 2.15-20 (os pastores de Belém)

Para que o louvor a Deus cantado pelos anjos a fim de ser ouvido na terra tornasse a subir da terra com grande alegria, era preciso que os pastores se convencessem com seus próprios olhos da verdade da palavra anunciada. A fé não pode prescindir da experiência. A própria palavra de Deus impele sempre para a experiência. O anjo havia mostrado expressamente aos pastores o caminho: encontrareis uma criança envolta em faixas e deitada em manjedoura [v. 12]. É em busca desse sinal que eles devem sair, como anteriormente Maria (Lc 1.36), porque o crer deve levar ao ver. Somente assim ele de fato possui um poder ditoso. Mesmo a mais gloriosa palavra divina de vida continua sendo letra morta sem valor se não passar para a experiência. Cristo nasceu. Seu nascimento foi anunciado por línguas de anjos e seres humanos. Agora é preciso de fato “experimentar” a realidade do nascimento e entrar em um relacionamento mais estreito com ele!

15 – E, ausentando-se deles os anjos para o céu, diziam os pastores uns aos outros: Vamos até Belém e vejamos os acontecimentos que o Senhor nos deu a conhecer.

Curiosa é agora a guinada: “**vejamos a palavra que aconteceu**”. – Uma palavra, afinal, não pode ser vista, somente ouvida! Por que isso, então? Porque a palavra, anunciada pela boca de anjos, é um acontecimento. Por essa razão a palavra não era apenas “discurso”, mas de fato algo que podia ser visto, experimentado, vivenciado e tocado (cf. 1Jo 1.1), ou seja, percebido com todos os sentidos humanos. É por isso que a seqüência diz “a palavra que **aconteceu**”.

Essa palavra ouvida e vista, a palavra que aconteceu, “**foi o Senhor que deu a conhecer**”, disseram os pastores.

Se Deus, o Senhor, falou pela palavra, cumpre não descansar antes de ter visto a Cristo de forma renovada, com fé viva e experimentando novamente o “acontecimento”!

16a – Foram apressadamente.

Algo inacreditável é dito aos pastores, algo inacreditável se espera deles. Uma criança recém-nascida deve ser o Senhor do mundo, o Salvador, o Messias?

Que fazem os pastores? Não esperam que raie o dia. Quando se trata de ver o evento de Cristo, vale a pena: é necessário apressar-se, é necessário tomar uma decisão rápida, uma ação célere.

16b – E acharam Maria e José e a criança deitada na manjedoura.

O que pode ser visto aqui? Uma estrebaria escura e suja, uma criancinha indefesa, recém-nascida, tão precariamente acomodada que nem sequer tinha um berço, mas jazia em um cocho de alimentos das vacas e ovelhas.

Em verdade, a fé que se demandava dos pastores era muito grande! Um inaudito contraste havia entre a palavra do anjo, com o louvor das milícias celestiais, e o episódio na escura estrebaria! Era demasiadamente óbvio o contraste entre a palavra exterior e o evento interior, entre a alegre proclamação e a rude realidade, entre a luz sobre os campos e as trevas na estrebaria, entre a felicidade experimentada junto aos rebanhos – e a miséria na estrebaria.

O sinal dado aos pastores – a estrebaria e manjedoura – era para eles um teste de fé tão extraordinário que temos a impressão de que o recém-nascido Cristo exclama aos seus primeiros visitantes aquilo que mais tarde manda dizer solenemente a João Batista: Bem-aventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço!

17 – E, vendo-o, divulgaram o que lhes tinha sido dito a respeito deste menino.

Olhar com fé para o Cristo, seja na manjedoura, seja em sua vida e atuação, experimentar vivamente a amabilidade e bem-aventurança de Deus, nosso Salvador, é a única coisa que gera testemunhas corretas, propiciando também poder sobre os corações dos ouvintes participantes.

Quando existe uma experiência interior madura e pura, todas as discussões acabam, porque então os discípulos de Jesus não expressam pareceres, doutrinas e opiniões, mas testemunhos de fatos (Jo 15.27), motivo pelo qual se apresentam com uma firmeza que surpreende o mundo, muito de acordo

com o exemplo do Senhor. “Nós dizemos o que sabemos e testificamos o que temos visto” [Jo 3.11]. Testemunhar não é algum tipo de prerrogativa, mas um ato ditoso de corações sacerdotais e dever geral dos cristãos. Um testemunho desses nunca deve silenciar na igreja em que Cristo está vivo e deve continuar a sê-lo.

18 – Todos os que ouviram (inclusive Maria) se admiraram das coisas referidas pelos pastores.

De forma alguma relata-se aqui algo semelhante a Lc 1.65. A glória do menino de Belém não se espalhava para além dos limites da estrebaria. Não acontece nada que pudesse provocar comoção entre o povo. Na verdade seria muito estranho se a manjedoura agora se transformasse em alvo de peregrinação. Isto nem mesmo combinaria com a imagem daquele a respeito do qual se diz: “Não clamará, nem gritará, nem fará ouvir a sua voz na praça” (Is 42.2). Em muitos resta apenas uma admiração indeterminada.

19 – Maria, porém, guardava todas estas palavras, meditando-as no coração.

Esta é a única coisa que lemos sobre Maria em toda a narrativa do nascimento. Não foi a ela que o anjo se manifestou na glória de Deus. Ela não ouviu o louvor das multidões de anjos, mas está rodeada tão somente de humildade. Maria não obtém mais revelações, exceto por meio da palavra dos pastores e da palavra profética de Simeão e Ana, bem como por meio da posterior visita dos “magos do oriente”.

Ouvimos unicamente uma frase acerca de Maria, e essa frase nos propicia uma visão de seu íntimo. Não era apenas admiração, como nos demais, mas um “guardar” e “elaborar” no coração.

O evangelho não demanda apenas um coração efusivo, mas igualmente uma memória confiável, a fim de reter, refletir e meditar sobre um grande conteúdo eterno. Somente assim o evangelho se tornará patrimônio firme e inalienável da pessoa. Os pensamentos de salvação de nosso Deus são tão grandes, profundos e ricos que um ser humano não consegue captar e absorvê-los de uma só vez. Eles precisam ser elaborados. Como diz Lutero: “Deus quer que sua palavra seja impressa em nosso coração e permaneça como uma marca que ninguém consegue lavar, como se fosse inata e natural.”

A fidelidade com que Maria guardou e absorveu tudo pode ser vista pelo relato preciso que ela provavelmente fez de todas essas experiências, particularmente ao médico Lucas, e que através dele e dos apóstolos chegou a nós. Depois que Cristo havia sido poderosamente confirmado como Filho de Deus por meio de sua ressurreição, tendo-se transfigurado por meio do Espírito Santo em sua igreja, Maria abriu o tesouro de seu coração, pois já não era mais única proprietária dele.

20 – Voltaram, então, os pastores glorificando e louvando a Deus por tudo o que tinham ouvido e visto, como lhes fora anunciado (por parte dos anjos).

Os pastores, no entanto, retornaram novamente à noite, ao frio, ao perigo, ao duro cotidiano de seu rebanho. Encontraram ali tudo como havia sido antes. Seu rebanho novamente precisa do cuidado e da vigilância diários, e no extenso deserto eles têm de procurar pelos lugares em que cresce o alimento para os animais. Porventura não havia tudo ficado na mesma? Não! Os pastores receberam algo novo, e com isso tudo em sua vida havia se tornado novo, um novo olhar para o céu, um novo olhar para a terra, para o cotidiano.

12. O Senhor da lei é posto sob a lei. - Lc 2.21-38

Nada é relatado da primeira infância de João Batista, porém no caso de Jesus três importantes acontecimentos duplos são narrados.

1) Primeiro acontecimento duplo: quando o bebê tinha 8 dias de idade, ele é circuncidado em casa, em Belém, e recebe seu nome. É isso que relata o v. 21.

2) Segundo acontecimento duplo: quando o bebê está com 40 dias de idade, acontece o sacrifício de purificação da mãe Maria no templo de Jerusalém. Ao mesmo tempo é oferecido também o sacrifício da apresentação pelo menino Jesus. Disso nos falam os v. 22-24.

3) Terceiro acontecimento duplo: imediatamente após o sacrifício de purificação e apresentação acontecem os louvores de Simeão e de Ana. Sobre isso informam os v. 25-38.

Todos os três acontecimentos duplos têm em comum o aspecto de revelar o menino Jesus em sua humildade e glória.

O primeiro acontecimento duplo

21 – Completados oito dias para ser circuncidado o menino, deram-lhe o nome de Jesus, como lhe chamara o anjo, antes de ser concebido.

Os 8 dias prescritos pela lei para a circuncisão são rigorosamente observados. Quem realizava a circuncisão era o pai. Ela aconteceu na casa em Belém. Precisamos supor que logo depois do recenseamento, tendo cumprido seu dever, as pessoas retornaram novamente às suas terras. Com a partida desses numerosos viajantes havia novamente lugares disponíveis nos albergues.

O que significa a circuncisão? 1) Ela é uma confissão: Deus coloca sua mão sobre mim. Sou um pecador. Sou culpado de morte. 2) A circuncisão significa acolhida no povo eleito. Embora eu seja culpado de morte, Deus me permite viver e até mesmo me acolhe em seu povo escolhido, Israel. Estabelece uma aliança comigo. Ele o faz retardando a punição pelos pecados do povo até o dia em que colocará a punição pelos pecados sobre aquele que nunca cometeu um pecado, Jesus Cristo. Leia Rm 3.25. 3) A circuncisão representa um compromisso. O israelita se desprende da vontade própria, separa-se da vida autônoma.

Para Jesus, a circuncisão foi o começo de sua trajetória de sacrifício rumo ao Calvário.

1) Deus coloca a mão sobre o menino Jesus. Que estranho! Ele, sendo sem pecado, é declarado aqui culpado de morte, com vistas à vicariedade do Calvário. 2) Ele, o eleito desde a eternidade, que não precisava acolhido no povo eleito, é acolhido, não porque Deus quisesse retardar nele a punição do pecado, mas porque Deus quer executar nele a punição do pecado. 3) O compromisso contido na circuncisão, a saber, abrir mão da vontade própria, foi cumprido de modo perfeito pelo santo Filho de Deus. Lemos em Jo 5.19: O Filho não pode fazer nada de si próprio, mas o que ele vê o Pai fazendo, isso também o Filho realiza. E 1Pe 1.18-22 relata a paixão e morte de um cordeiro inocente.

À circuncisão estava ligada à atribuição do nome. Lemos: deram-lhe o nome Jesus, que fora citado pelo anjo.

O nome Jesus, portanto, lhe foi dado por Deus, por meio do anjo. Isso é importante. Quando pessoas dão nomes, este nome expressa um desejo. P. ex., quem dá ao filho o nome Frederico deseja que este se torne uma pessoa pacífica [literalmente: rica em paz]. Quando Deus concede um nome, ele não contém meramente um desejo, mas a realidade. O nome Jesus expressa uma realidade: Deus ajuda poderosamente, no tempo e na eternidade.

O segundo acontecimento duplo

22 – Passados os dias da purificação deles segundo a Lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para o apresentarem ao Senhor,

23 – conforme o que está escrito na Lei do Senhor: Todo primogênito ao Senhor será consagrado!

24 – e para oferecer um sacrifício, segundo o que está escrito na referida Lei: Um par de rolas ou dois pombinhos.

A lei previa a realização de dois atos: primeiramente o sacrifício de purificação, que devia ser ofertado em prol da mãe, v. 22 e v. 24, depois a apresentação da criança como primogênito, v. 23.

De acordo com a lei, uma mãe que desse à luz um menino, era considerada impura por 40 dias depois do parto. Durante esse tempo ela precisava permanecer em casa e não podia entrar no templo. Essa impureza ritual testemunhava que todas as pessoas são nascidas em pecado. Visava manter viva a consciência da pecaminosidade (Gn 3.10,16).

Durante sua peregrinação para a purificação, Maria poderia ter pensado: “Será que de fato fiquei impura quando aconteceu o milagre do nascimento de Jesus?” Contudo Maria não acalentou esse tipo de pensamento. Como serva do Senhor, ela percorre com modéstia e obediência o caminho prescrito a toda parturiente: o caminho até o ofertório de purificação. Justamente nessa caminhada de obediência até o templo de Jerusalém, a fim de realizar o sacrifício de purificação, ela prepara a oportunidade para que Simeão e Ana reconheçam e enalteçam o Cristo como Senhor e Redentor.

A oferta dos pobres era um par de pombas, uma para a oferta queimada e outra como sacrifício pelos pecados. Os ricos deviam acrescentar um cordeiro ao holocausto pela purificação, sendo que a pomba era suficiente para o sacrifício pelos pecados mesmo para os ricos (Lv 12.8).

O Senhor demandava a santificação dos meninos nascidos em Israel como gratidão pelo fato de que ele os havia poupado quando feriu os primogênitos dos egípcios. Através dos primogênitos todo o povo dos egípcios fora golpeado, e Israel fora poupado (embora também fosse culpado de morte). Israel deveria permanecer consciente de que era povo de Deus unicamente em virtude da soberana

graça. Por essa razão os primogênitos deviam ser consagrados ao Senhor e, nos primogênitos, Israel se consagrava a ele como povo. Essa consagração era chamada de “apresentação” e indicava que o menino fora consagrado ao Senhor e entregue para servir ao templo.

Mas o primogênito era eximido desse serviço no templo porque o Senhor havia aceitado os levitas para que exercessem o serviço sacerdotal em lugar dos primogênitos (Nm 3.13,40). Contudo, a fim de manter viva no coração do povo a consciência do direito de Deus sobre a primogenitura, Deus instituiu o pagamento de um resgate para cada primogênito.

O preço do resgate era 5 siclos (Nm 3.47 e 18.16; cf. também Mc 11.15).

José efetuou o pagamento dos cinco siclos, equivalentes a 12 gramas de prata ou ouro. Um artesão como José tinha de trabalhar quarenta dias para juntar esse valor.

Embora aqui Jesus fosse resgatado de seu serviço sacerdotal como qualquer menino israelita, na verdade ele se apresentava a Deus como se não tivesse sido eximido. Nele e com ele são, como aqui na imagem reflexa, assim no Calvário de forma essencial e em verdade, consagrados a Deus todos os seus irmãos nascidos posteriormente, formando, como povo de sua propriedade, um reino somente de sacerdotes. Esse é o cumprimento da cerimônia no AT no NT.

O terceiro acontecimento duplo

O louvor de Simeão e Ana, v. 25-38 - De Simeão - Lc 2.25-35

25a – Havia em Jerusalém um homem chamado Simeão; homem este justo e piedoso que esperava a consolação de Israel.

Que personagem maravilhoso, esse Simeão! Quem era ele? O texto diz: “Ele era um homem”. A julgar pela narrativa, era um ancião, talvez desconhecido entre as pessoas, porém bem conhecido de Deus. Quase poderíamos dizer que ele aparece no relato de Lucas à semelhança de Melquisedeque, sem que sejam mencionados pai, mãe, genealogia, o começo ou fim da vida (Hb 7.3).

Simeão é um representante para muitas almas tementes a Deus. Sua justiça consistia na fiel observância da lei, e seu temor a Deus em um reverente respeito à sublimidade e santidade de Deus. Por reconhecer que era impossível cumprir por si próprio a lei de Deus, tinha anseio por consolo e paz. Era algo que somente o Messias prometido poderia propiciar-lhe. Por essa razão, seu temor a Deus transformava-se cada vez mais em espera pelo consolo de Israel. Porém, sua espera foi longa, até a idade de ancião.

“*Prosdéchomai*” não significa esperar, mas *aguardar*. Aguardar diz respeito a uma espera bem específica, i. é, a pessoa que espera dirige o olhar e toda a atenção àquilo que vem, que há de suceder. *Prosdechomai* ocorre para Simeão, no v. 25, e para Ana e os “humildes na cidade de Jerusalém”, no v. 38.

Esse aguardar faz parte do amadurecimento de toda a verdadeira espiritualidade. O servo que aguarda é sempre o servo mais fiel.

De onde vem a expressão “consolação de Israel”? Talvez essa expressão evoque Is 40.1ss.

Assim como a igreja do Novo Testamento exclamará, com vistas à vinda plena de Cristo, de forma cada vez mais alta e insistente: “Amém! Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22.20), assim também a prece pela vinda do Cristo se torna cada vez mais insistente. A profunda vergonha do povo de Israel impelia as pessoas mais sérias e compenetradas a aprofundarem-se na Escritura, a pesquisar se, afinal, não chegaria em breve o tempo em que o Senhor se compadeceria de seu povo. Quem dava atenção a Gn 49.10 e Daniel 9.24, podia considerar plausível a idéia de que o Senhor viria em breve.

Mas aquilo que acontecera com o sacerdote Zacarias causara um impacto peculiarmente profundo naqueles que há não muito tempo o viram sair do templo em Jerusalém. Esse impacto acelerou poderosamente a expectativa. Entre essas pessoas pode ter estado também Simeão, com seu coração sensível.

25b – E o Espírito Santo estava sobre ele.

Em Zacarias, Isabel e Maria já ressurgira o despertar do Espírito profético. Simeão e Ana parecem ter sido impelidos por mais tempo pelo Espírito profético. O Espírito Santo é também um Espírito de oração. Simeão era um orador tenaz e devotado.

26 – Revelara-lhe o Espírito Santo que não passaria pela morte antes de ver o Cristo do Senhor.

Ele havia obtido a bendita certeza interior de que não morreria sem ter visto o Cristo do Senhor. Como essa resposta deve ter dado asas a seu anseio! Como seu olhar deve ter buscado o Cristo do

Senhor, a consolação de Israel, desde então! De acordo com o texto, no entanto, Simeão provavelmente procurara um homem, e não um menino.

27a – (No Espírito) Movido pelo Espírito, foi ao templo.

Desta feita Simeão, portanto, não foi ao lugar sagrado em que sempre gostava de permanecer por causa do seu costume, mas por um irresistível impulso que tomara conta dele, levando-o a correr ao templo justamente naquele momento. A direção de Simeão por intermédio do Espírito Santo ainda tem uma conotação típica do AT. O Espírito não habita (de forma imanente) nele, como nos crentes posteriores, mas vem temporariamente sobre ele como um poder que, na seqüência, o conduz e pressiona.

27b – E, quando os pais trouxeram o menino Jesus para fazerem com ele o que a Lei ordenava,

28 – Simeão o tomou nos braços e louvou a Deus, dizendo:

29 – Agora, Senhor, podes despedir em paz o teu servo, segundo a tua palavra.

30 – Porque os meus olhos já viram a tua salvação, (Is 40.5)

31 – a qual preparaste diante (da face, dos olhos) de todos os povos: (Is 52.10)

32 – luz para revelação aos gentios (Is 42.6 e 49.6), e para glória do teu povo de Israel.

Quando três pessoas pobres (como Maria, José e o menino Jesus) adentravam o templo de Jerusalém, nada em seu aspecto atraía os olhares dos que os rodeavam, ouvindo as explicações dos mestres fariseus ou comercializando no átrio dos gentios. Afinal, muitas mães chegavam diariamente para a oferta de purificação e para o sacrifício de apresentação do primogênito. O pequeno grupo de fato não merecia uma atenção especial. Contudo precisamente nesse dia estava no átrio um homem que enxergava mais fundo que os demais e que era capaz de perceber o que estava oculto à multidão. – Com santa reverência, Simeão, conduzido pelo Espírito Santo, aproxima-se e encara o bebê. Então a realidade fica clara para ele, e passa a ser sua mais ditosa certeza: *esse bebê é ele!* E Simeão toma-o nos braços. Quem poderia impedir o ancião? E louvou a Deus. O ancião curvado sobre o menino deve ter formado um quadro profundamente comovente. Não o acaricia e beija. A reverência proíbe-o de agir com essa criança como se costuma agir com outras crianças. Que brilho deve ter se estampado no semblante idoso! Simeão alcançou o que almejava e aguardava. Seu coração se dissolveu em alegria divina.

Em Simeão encontramos a imagem do Israel que atingiu o cumprimento de sua missão especial, porque a salvação na verdade devia vir dos judeus. “Senhor, **agora** despedes em paz teu servo.” Simeão encontra-se ali como alguém prestes a embarcar na carruagem da eternidade. Com esse “agora” ele se desprende desta terra. Na verdade, seus olhos físicos apenas contemplaram um pequeno bebê. Mas os olhos da fé vislumbraram nesse menino a eterna salvação de Deus, um maravilhoso mistério.

Agora Simeão está satisfeito. Agora ele tem paz. Foi liberto de todas as preocupações pelo futuro de seu povo e de toda a pressão que ainda onerava sua alma por causa do presente sombrio. Agora não deseja mais nada. Seu tempo de serviço chegou ao fim. “Agora, Senhor, despede teu servo” ou, em outra tradução: “Senhor, agora desarreia teu servo, mais precisamente em paz conforme tua promessa!”

O agraciado servo de Deus não encontra a paz em suas obras, mas unicamente no fato de que tem a Jesus e sua salvação.

É interessante que Simeão emprega para a palavra “Senhor” não o termo grego “*kyrios*” = “Senhor”, mas recorre à expressão “*despotes*” = “soberano, imperador”. Seu intuito é estar, como escravo, totalmente submisso a seu patrão.

“Meus olhos *viram* a tua salvação”. A expressão “viram” é significativa. Recordamos a narrativa acerca dos pastores, onde também é dito: “*Vejamos a palavra*” (Lc 2.15).

Simeão vê nesse menino a salvação não apenas para Israel, mas igualmente para todas as nações. Simeão expressa isso da seguinte forma: “A salvação que preparaste diante dos olhos *de todos os povos* (Is 52.10). Uma luz para revelação aos gentios e para a glorificação de teu povo Israel.”

Aquilo que Maria indicara no *Magnificat*, que Zacarias deixara transparecer no *Benedictus*, que o *Gloria in excelsis Deo*, o louvor dos anjos, já proclamara – isso agora é expresso de modo completamente nítido e irrestrito no *Nunc dimittis* de Simeão, i. é, no cântico: “Agora demite teu

servo...”: veio “uma luz para a revelação aos *gentios*”, ou seja, o menino Jesus traz a salvação a “todos”, gentios e judeus.

No instante em que o menino Jesus é resgatado de suas obrigações de primogênito no povo de Israel, ele se torna *propriedade de salvação de todos os povos da terra*.

Ficamos pasmos com a profunda percepção que Simeão tem da função do Messias. O fato de que o Messias traz salvação para todos os povos e representa luz para os gentios, para aqueles gentios incrédulos que estavam fora do eleito povo israelita, significa escândalo e revolução para o farisaísmo. – Posicionar Israel e as demais nações lado a lado, no mesmo nível, era, na opinião dos escribas judaicos, heresia e agitação! Um estreito orgulho nacional levava a esquecer passagens como Is 42.6 e Is 49.6.

33 – E estavam o pai e a mãe do menino admirados do que dele se dizia.

Com que poder e comoção os sons desse cântico devem ter perpassado a alma de seus pais!

34a – Simeão os abençoou, continuamos na leitura. Agora ele faz o melhor para os pais, a saber, “abençoar”. Uma alma sacerdotal pode e deve abençoar.

Humanamente talvez pareça questionável que agora Simeão inescrupulosamente passe a misturar, nos v. 34b e 35, uma amarga gota no cálice de alegria da exultação materna. Simeão havia visto e anunciado a “glória” da criança. Contudo também não deixa de ver sua “humildade”. A partir das palavras proféticas da antiga aliança Simeão dá a entender à mãe que seu Benjamim, seu “filho de felicidade”, se tornará um *Benoni*, i. é, um “filho de dores” (Gn 35.18). São esses os maravilhosos caminhos de Deus.

Como eram terrenas as concepções do reino messiânico até mesmo entre os discípulos do Senhor, inclusive após sua ressurreição! Como foi indizivelmente difícil para eles entender que Cristo teria de sofrer e ressuscitar (Lc 24.25s)! E no caso de Simeão? A consolação de Israel é simultaneamente aquele que passará pela mais profunda e dolorosa aflição. Como ele obtém essa percepção? Será que foi por revelação direta? Não, foi a pesquisa na Escritura que lho concedeu. Como era diferente a pesquisa dos escribas! Simeão havia dado atenção especial à palavra do servo sofredor de Deus em Isaías (Is 50.6; 53) e outras profecias correlatas nos salmos e profetas.

34b – Eis que este menino está destinado (literalmente: deitado) tanto para ruína como para levantamento de muitos em Israel.

Constitui um atestado da visão profunda do velho Simeão que ele constate o cumprimento da promessa de Isaías (Is 8.13-15) em Cristo. Em Israel todos têm de passar por ele e ninguém pode deixá-lo de lado. Israel é como uma torrente que será quebrada diante de Cristo, a rocha, seguindo seu curso dividida. Para a condenação de alguns, para a salvação de outros.

Até o dia de hoje a humanidade divide-se e continuará a dividir-se diante dele! Enquanto alguns enaltecem o evangelho como poder de Deus para a bem-aventurança de todos os que nele crêem, para outros o Cristo crucificado é estorvo, escândalo, tolice, absurdo.

34c – E para ser alvo de contradição. Esse grande sinal do amor de Deus é transformado em alvo do escárnio e da ridiculização.

35 – (também uma espada traspassará a tua própria alma).

A espada perpassou a alma de Maria não apenas no Calvário, mas freqüentemente também antes, sendo que o Calvário foi sua última e mais contundente manifestação.

Simeão na realidade fala de um grande evento, de um golpe mortal de espada, em decorrência do qual seu coração de mãe sangrará. Mas Simeão ainda não vê que evento é esse. O Espírito de Deus poupa-o dessa mais terrível das imagens de horror, a ignominiosa execução de Jesus como “*facinora*” no *madeiro maldito*. Ele poupa também a mãe, mas a *aflição* e a *gravidade* do madeiro maldito já estão diante dos olhos de Simeão, quando este menciona, em lugar da *cruz* sofrida por Jesus, a *espada* que traspassa a mãe de Jesus.

O mesmo evento, porém, que penetra como uma espada na alma de Maria, serve simultaneamente **para que se manifestem os (maus) pensamentos de muitos corações** (v. 35b; os “maus” consta também no manuscrito encontrado sobre o Sinai). Na cruz do Calvário manifestou-se o coração de *Judas*, a maléfica autoconfiança de *Pedro*, além da grande fraqueza dos *demais discípulos*. Na cruz do Calvário manifestou-se o coração hipócrita dos fariseus, cheio de inveja e ódio, o coração pusilânime de Pilatos, a volubilidade do povo de Israel entre seu “Hosana” e “Crucifica-o!”, e a rudeza dos gentios. Na cruz do Calvário explicitou-se o que Jeremias (Jr 17.9, literalmente) diz:

“Extremamente traiçoeiro é o coração, e desesperadamente corrupto; quem o sondará?” A contradição, exacerbada até a crucificação real do príncipe da vida, desmascara o íntimo do coração de todo o mundo, dos inimigos do próprio Senhor, de cada pessoa. Lutero diz: “Não apenas eu, mas nem mesmo um apóstolo teria sido capaz de imaginar ou crer que exista uma maldade tão grande no mundo.”

De Ana. V. 36-38

36 – Havia uma profetisa, chamada Ana, filha de Fanuel, da tribo de Aser, avançada em dias, que vivera com seu marido sete anos desde que se casara

37 – e que era viúva de oitenta e quatro anos. Esta não deixava o templo, mas adorava (a Deus) noite e dia em jejuns e orações.

É estranho que sejamos informados precisamente sobre quem foi Ana. Mas não lemos as palavras de seu louvor. Exatamente ao contrário de Simeão, do qual nada se diz acerca de sua vida, mas se reproduz o louvor. A narrativa adquire, assim, conotação de relato histórico, minuciosamente pesquisado por Lucas. Ana, a “filha da graça”, como seu nome pode ser traduzido, é expressamente honrada com o título de uma profetisa. Ela exercia sua profissão à maneira das profetisas do AT, à semelhança de Débora (Jz 4.4) e Hulda (2Rs 22.14), ainda que talvez somente para um pequeno grupo. Ela é chamada de filha de Fanuel (aquele que vê a Deus). O nome do marido não é mencionado. Descendia da tribo de Aser, que tinha seu território na porção noroeste da Galiléia. Ana veio ao templo das regiões mais distantes. Servir a Deus representava sua mais sublime alegria, era esse o contexto em que ela vivia e se sentia bem-aventurada. Com oração e jejum ela se devotava sem cessar a seu Deus.

Esses anciãos, que vivem tão ligados a Deus e à sua palavra e em oração, são poderosos pregadores, até mesmo quando não pregam audivelmente. São, no entanto, singelos apresentadores da palavra.

38a – E, chegando naquela hora, dava graças a Deus.

Seu louvor e sua exaltação foram um eco a Simeão. Ela acolheu o testemunho dele e o entendeu, por estar plena do mesmo Espírito. Simeão a antecedeu no louvor, e ela o segue. A profecia de Simeão é confirmada por Ana: isso é agir divino. Quantas vezes os dois anciãos podem ter-se encontrado nesse lugar, partilhando seu anseio e sua esperança! Agora alegram-se juntos. A alegria da idosa Ana, no entanto, transborda, de tal maneira que ela não pode deixar de contar o que viu e ouviu.

38b – e falava a respeito do menino (Jesus) a todos os que esperavam a redenção de Jerusalém.

Encontramos aqui um grupo de humildes. Não é dito se eram muitos ou poucos, contudo deve ter sido um pequeno “grupo de comunhão” em Jerusalém, em parte fruto do fiel trabalho de Simeão e Ana. Esses dois parecem ter sido uma espécie de referência para aqueles que aguardavam a salvação. A expressão “redenção em Jerusalém” é oriunda de Is 52.9, onde se lê: “Javé tem compaixão de seu povo, ele redime a Jerusalém.”

Portanto, Jesus foi trazido ao templo e apresentado diante do Senhor, sem que o sacerdócio oficial do templo e de Jerusalém tomasse conhecimento dele. O dom da profecia, inerente ao simples israelita Simeão e a Ana, faltava completamente nesses sacerdotes. O santo de Israel é trazido para dentro do templo, e os servidores oficiais do santuário não o percebem.

Permanece calado o templo visitado por Jesus, no qual os humildes haviam celebrado uma *festa de sua aparição*. Em Nazaré, porém, desenvolvendo-se em sagrada reclusão, cresceu a salvação do mundo, vindo a ser menino, jovem e homem.

13. Em Nazaré - Lc 2.39-52

39 – Cumpridas todas as ordenanças segundo a Lei do Senhor, voltaram para a Galiléia, para a sua cidade de Nazaré.

40 – Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele.

Jesus era e continuou sendo nazareno até atingir mais de trinta anos de idade. A maior parte de sua vida, portanto, ele permaneceu no anonimato. Mas uma história perpassa toda a reclusão desses 30 anos e a faz reluzir intensamente.

A história do menino Jesus aos doze anos representa todo o seu desenvolvimento. A criança Jesus cresceu, não como um menino-prodígio, mas como um ser humano igual a nós, exceto no que se refere ao pecado.

Jesus nasceu de maneira sobrenatural, e formou-se e cresceu de maneira natural. Sua encarnação não foi aparência e nem encenação, mas seriedade total.

A história da adolescência do menino de doze anos que temos diante de nós lança luzes sobre o passado e o futuro. Seu brilho repercute a partir de seu nascimento sagrado, e é um esplendor que antecipa seu ministério futuro como Redentor.

41 – Ora, anualmente iam seus pais a Jerusalém, para a festa da Páscoa.

De acordo com a lei de Moisés (Êx 23.14-17; 34.23ss; Dt 16.16s), todos os israelitas masculinos (exceto os menores de idade, anciãos, enfermos e escravos) tinham a obrigação de comparecer ao templo três vezes ao ano, a saber, nas festas da Páscoa, do Pentecostes e dos Tabernáculos, a fim de participar da celebração festiva. No entanto, nem todos os judeus podiam cumprir este mandamento literalmente em todas as três festas, em vista das distâncias às vezes grandes até Jerusalém. Nossa passagem comprova que as pessoas limitavam-se a participar de uma dessas festas. Filo de Alexandria comprova que nessas ocasiões muitos judeus que viviam na vasta diáspora também peregrinavam até o templo, que era o centro religioso do judaísmo (*De Monarch.* II,1).

42 – Quando ele atingiu os doze anos, subiram a Jerusalém, segundo o costume da festa.

Quanto o menino Jesus deve ter ansiado por essa festa da Páscoa! Como seu coração deve ter se dilatado em santa alegria ao obter permissão de subir com a caravana festiva, em júbilo e cantando salmos, até Jerusalém! O que será que ele sentiu quando entrou pela primeira vez na gloriosa cidade e viu estender-se diante de si o alto templo? Essa é, portanto, a cidade santa, onde Deus reúne seu povo em redor de si. Esse é, pois, o santo monte, do qual a salvação deveria espalhar-se para todas as partes da terra! Sim, existe somente um Deus, e somente “uma única lei divina” prevalece. Os Salmos 84 e 120-134, assim como os demais salmos enaltecem os gloriosos cultos a Deus no templo de Jerusalém. Como tudo isso deve tê-lo comovido profundamente! Em nenhum lugar seu íntimo era tão favorecido como aqui. Não é de admirar que ele não conseguiu se separar do lugar sagrado, permanecendo mais tempo no templo.

43 – Terminados os dias (da festa), ao regressarem, permaneceu o menino Jesus em Jerusalém, sem que seus pais o soubessem.

44 – Pensando, porém, estar ele entre os companheiros de viagem, foram caminho de um dia (a jornada de um dia para famílias era de cerca de 20 a 30 km) e, então, passaram a procurá-lo entre os parentes e os conhecidos.

45 – e, não o tendo encontrado, voltaram a Jerusalém à sua procura.

46 – Três dias depois, o acharam no templo, assentado no meio dos doutores, ouvindo-os e interrogando-os.

47 – E todos os que o ouviam muito se admiravam da sua inteligência e das suas respostas.

Aqui no templo o menino Jesus sentia-se em casa. Os mestres que admiravam suas respostas e perguntas eram os professores da lei. Era possível expor ensinamentos públicos aos peregrinos da festa, de maneira informal, com perguntas e respostas. Aqui, portanto, estava uma oportunidade de buscar resposta para todas as perguntas que moviam o coração e a mente. (Os rabinos aceitavam crianças a partir dos 6 anos de idade em suas escolas. Uma palavra rabínica dizia: “A partir do sexto ano de vida aceitamos a criança e a cevamos com a lei como um bezerro”. – Nessa atividade eles dedicavam atenção maior a alunos despertos, até mesmo estabelecendo com eles diálogos como se fossem um deles).

As indagações do menino de doze anos causaram admiração aos grisalhos pensadores. Quantos rios de vida devem ter fluído da boca do homem adulto!

48 – Logo que seus pais o viram, ficaram maravilhados (24); e sua mãe lhe disse: Filho, por que fizeste assim conosco? Teu pai e eu, aflitos, estamos à tua procura!

49 – Ele lhes respondeu: Por que me procuráveis? Não sabíeis que me cumpria estar na casa de meu Pai?

50 – Não compreenderam, porém, as palavras que lhes dissera.

A resposta do menino Jesus soa muito estranha e maravilhosa em reação às palavras doloridas da mãe. Não há desculpa, nem admissão de erro. Uma certa soberania divina soa nas palavras do adolescente Jesus, a certeza de que ele, afinal, precisava estar o tempo todo *naquilo* que pertencia a seu Pai, i. é, ambientado no pensar, sentir e querer do Pai.

Essa primeira palavra “**não sabíeis que me cumpria estar naquilo que é de meu Pai?**” nos lábios de nosso Redentor constitui o lema de todas as palavras e feitos posteriores do Senhor e a chave de todas as suas expressões de vida. Pela primeira vez ele chama a Deus de Pai, evidentemente em contraste com o “pai” mencionado pela mãe.

Ele não diz “naquilo que é de nosso Pai”, mas “naquilo que é de *meu* Pai”. Pela primeira vez ele se sente e reconhece como Filho de Deus. Emerge a percepção de seu relacionamento ímpar com Deus. Ele sente o grande contraste entre o pai terreno e o Pai celestial.

Ele designa seu Deus de **Pai**. No Antigo Testamento Deus é chamado de Pai, seja em relação à “criação” ou em relação a Israel, *o filho primogênito* (Êx 4.22), designando, portanto, a posição de Deus perante seu povo. Mas em lugar algum Deus é chamado de Pai da forma como hoje o indivíduo filho de Deus o trata como Pai. Nenhum dos homens da velha aliança, por mais forte que fosse sua fé, por mais fervorosa que fosse sua devoção a Deus, ousou chamar esse Deus de seu Pai pessoal. O israelita tinha um conceito sublime demais de Deus. Tinha consciência clara demais da grande distância entre Criador e criatura, Eterno e nascido do pó, Santo e pecador, para que tivesse intimidade suficiente para designá-lo de “Pai”. Pelo contrário, isso é destacado expressamente como alta prerrogativa do Messias vindouro (Sl 89.27; 2Sm 7.14).

De onde, afinal, o menino Jesus tem a consciência de ter o privilégio de ser o único entre todas as pessoas que pode chamar Deus seu Pai nesse sentido elevado e exclusivo?

Maria talvez tenha sido suficientemente sábia para não contar ao menino acerca do mistério de sua concepção milagrosa por meio do Espírito Santo, assim como no passado silenciara diante de José, esperando até que o próprio Deus lhe revelasse o mistério da concepção pelo Espírito Santo. Agora ela se dá conta, repentinamente, de que o grande mistério de seu coração também estava claro para aquele menino de doze anos. De onde ele obtivera essa certeza? O Espírito Santo, o mestre do Senhor Jesus, certamente lho revelara a partir da Escritura Sagrada. “Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho...” (Is 7.14). Era por isso que ele se sentia tão em casa no templo.

Despertada sua consciência humana a respeito de si mesmo, também tinha de despertar em Jesus, por meio do Espírito Santo, uma serena intuição de que ele era de modo inigualável e único o Filho de Deus (Sl 2.7; 89.27s; 2Sm 7.14; Pv 30.4). Essa consciência cresceu ainda mais dentro dele quando peregrinou para a festa em Jerusalém. Lá no templo, no diálogo com os professores e mestres em Israel, ela desabrocha com tanta nitidez e força em sua consciência que ele também o expressa por palavras.

Por isso, dentre todas as perguntas que ele apresentara aos mestres em Israel e dentre todas as respostas que eles ouviram de sua boca, nenhuma era tão grande e tão significativa como a resposta à sua mãe: “**não me cumpria estar naquilo que é de meu Pai?**”

O Filho do Pai nunca pode deixar de estar naquilo “que é de seu Pai”. Ele está interiormente condicionado, de milhares de formas, a estar naquilo que é do Pai. Essa é a medida da suprema liberdade do Filho, que nem mesmo admite a idéia de não estar no que é de seu Pai.

Naquele instante, “naquilo que é de meu Pai” representava para o menino de doze anos o templo, o lugar que Deus havia escolhido para habitar entre seu povo, até que o véu se rasgasse de alto a baixo.

Posteriormente Jesus diz a mesma coisa: “A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou a realizar a sua obra” [Jo 4.34]. Cumprir a vontade do Pai, poder ser encontrado a qualquer momento na palavra e obra do Pai, deixar-se conduzir exclusivamente pela mão e pelo coração do Pai - cumpria-lhe viver sempre nestas condições, em que ele também desejava viver com plena dedicação. Era essa sua alegria. Esse contexto era a sua casa. Era esse o pão do qual se nutria sua alma. O Pai é o centro de sua vida e aquele do qual brotam todos os seus pensamentos, sentimentos, palavras, obras, irresistível, ininterrupta e incessantemente. “Estar naquilo que é do Pai” constitui a marca de toda a sua vida. Entre esse primeiro “Pai”, proferido no templo aos doze anos de idade, e o último “Pai”, dito na cruz, ao entregar sua alma nas mãos do Pai aos trinta e três anos, cada palavra, cada milagre, cada agradecimento, cada ação e até a suprema ação de morrer, respiram,

ardem e pulsam em Jesus com o desejo de estar naquilo que é de seu Pai. Ele nunca fez algo diferente daquilo que havia visto e ouvido do Pai (Jo 5.19; 8.38).

Quem segue o Senhor aprende a estar, serena, profunda e radicalmente, em todas as coisas, em todo o agir e falar, cada vez mais “naquilo que é do Pai”. O Pai no céu é para ele o primeiro pensamento pela manhã. O Pai no céu é para ele o último pensamento à noite. Para ele, a vontade do Pai é determinante em todas as coisas, é seu alimento de manhã, ao meio-dia, e à noite (Jo 4).

51a – E desceu com eles para Nazaré; e era-lhes (aos pais) submisso.

Jesus poderia ter pensado que agora sua vocação seria permanecer no templo como Samuel e crescer rumo a seu grande alvo, livre de todas as preocupações com o cotidiano. Contudo isso nem lhe passa pela cabeça! A santa serenidade de seu coração o prendia à obediência. A casa paterna em Nazaré passou a ser para o rapaz de doze anos “aquilo que é do Pai”. Despojando-se de si mesmo, ele começa sua trajetória de renúncias e agruras, humilde e desconhecido, que poderia tornar o tempo “demorado” até mesmo para a mais desprestigiada pessoa. Ele deveria esperar pelo chamado do Pai e permanecer calado durante dezoito anos, paciente e incógnito.

O amor ao Pai celestial não aniquila o amor aos pais terrenos, mas o transfigura e santifica, de sorte que a mesma necessidade interior de “estar no que é do Pai celestial” também se reflete na necessidade de viver a jornada diária e a vontade dos pais terrenos. Isso constitui a verdadeira liberdade para a juventude; tudo o mais é desregramento. Também a profissão terrena está situada “naquilo que é do Pai”.

Lutero diz o seguinte sobre a presente passagem bíblica (“era-lhes submisso”): “Portanto, também deve ter realizado todas as tarefas caseiras de que era incumbido, recolhendo cavacos, buscando água, pão, carne, varrendo a sala, e não se exasperando com nada, ainda que fossem trabalhos insignificantes, pequenos e pouco vistosos. Por meio da obediência aos pais, do amor que serve, da fidelidade à palavra de Deus, do zelo com que se busca a honra de Deus, todas essas pequenas coisas se tornam grandes exercícios de obediência. Pode parecer-nos curiosa a idéia de que Jesus, que obtivera a consciência e o ministério supremos, mais verdadeiros e indubitáveis que um ser humano jamais teve, situe esse ministério na obediência imediata às menores e menos importantes coisas. Ele, chamado para executar uma construção cuja largura, comprimento, altura e profundidade ninguém dimensiona, carrega com paciência e serenidade a ferramenta de marcenaria do padrao, ajudando a construir cabanas para gente pobre.”

No vínculo com o Pai no céu consolida-se o vínculo com as pessoas na terra, o vínculo com a vocação terrena.

51b – Sua mãe, porém, guardava todas estas coisas no coração.

Maria não sai do templo em completa alegria por ter reencontrado o filho, mas “meditando”. A palavra “meu Pai” tornou a tirar-lhe o filho, que julgava recém-reencontrado. Ainda que seus pés agora deixem para trás o templo e caminhem para a terra natal, ela sente que o coração de seu filho continua no alto junto do Pai, no qual sua mente está inabalavelmente concentrada. Isso, no entanto, de forma alguma impede que ele permaneça sendo um filho verdadeiro e exemplar em amor e obediência para seus pais.

Maria guardava todas essas palavras. Não esquecia que, de acordo com a palavra do anjo, ela tinha de cuidar do Filho do Altíssimo, que somente lhe fora “emprestado” e que somente possuiria eternamente se o devolvesse com toda auto-renúncia ao Altíssimo.

Voltamos à leitura do v. 40: “Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele.”

E na seqüência lemos o v. 52.

52 – E crescia Jesus em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens. [1Sm 2.26; Pv 3.4]

O menino Jesus cresceu como todas as pessoas, e não apenas no aspecto físico, mas também no entendimento. O texto diz: “Ele ficou cheio de sabedoria” e não: “Ele era cheio de conhecimento.” Mesmo criança, seu agir, proceder e falar eram sempre sábios, bem-refletidos, apropriados, sempre acertando no que é correto, como não se encontra em nenhuma outra criança. Por esse motivo está escrito, com razão, que a criança ficou cheia de sabedoria, i. é, que não devemos buscar na criança a sabedoria do adulto. Jesus não era uma criança prematura em termos não-naturais; certamente tinha excelentes dons, porém era cheio de sabedoria infantil. Com o aumento da idade veio também o

aumento da sabedoria. Essa sabedoria é adquirida na escola da vida e na experiência, e os conhecimentos que se tornam necessários para ela são conseguidos com suor e trabalho. Nisso Jesus foi um ser humano igual a nós.

Jesus não havia se agarrado às suas características divinas, a saber, onipotência, onisciência, onipresença, mas de fato havia se despojado delas, i. é, constantemente renunciava a elas de forma consciente, para que se tornasse igual a seus irmãos em todas as coisas, exceto apenas pelo pecado. Por isto, é errado atribuir a ele, nos dias de sua humilhação, a onisciência, onipotência e onipresença. Da mesma forma como não conseguimos em absoluto imaginar essas qualidades no menino Jesus, tampouco devemos supô-las no Jesus adulto. Apesar disso continuou sendo sempre, em essência, o Filho de Deus.

A fé é a mão com que captamos o divino, por meio da qual pensamos e agimos de forma divina. Até que caia a cortina de nossa carne, olhamos para o mundo invisível por intermédio da fé e ouvimos a voz de Deus por meio da fé, mantendo a comunhão com Deus pela fé. Jesus teve essa fé em seu mais pleno vigor, pureza e clareza. Sua vida é uma vida de fé na acepção mais abrangente da palavra. Ele aprendeu a obediência, da mesma maneira como Adão também a teria aprendido se não se tivesse deixado seduzir para a incredulidade por meio do engodo do diabo. Jesus aprendeu a obediência na luta contra o diabo e a morte, demonstrando cada vez vitória de fé. Que consolo para nós! Ele foi tentado como nós, ele sabe como nos sentimos em todas as situações, em todas as aflições.

Ele cresceu em idade. Algumas traduções trazem “estatura corporal”. O termo grego *helikia* (cf. Lc 19.3) pode significar ambas as coisas, idade e estatura corporal. O termo refere-se ao crescimento exterior, físico. O Filho de Deus certamente também poderia ter entrado na vida humana como o primeiro Adão, já adulto. Mas para que adquirisse a nossa natureza, Jesus percorreu todas as faixas etárias. Conseqüentemente, temos de imaginar Jesus como aprendiz de seu pai, como oficial artesão e talvez até mesmo como mestre e arrimo de família, após a provável morte precoce de José.

Como a família era numerosa (cf. Mateus 13.55s), pois eram quatro irmãos e várias irmãs, a dura busca pelo pão diário para os seus depois da morte do provedor não permaneceu desconhecida para ele. Antes aprendeu pessoalmente o significado do “preocupar-se” de Mt 6, para então ter condições de ensiná-la com tanta propriedade a nós. Passou por tudo: a vida profissional com seus milhares de tribulações, carências e dificuldades. Assim Jesus cresceu em idade e tamanho físico, mas também na vida terrena e seus fardos. Tudo transcorreu de forma tão silenciosa e oculta que nem mesmo Natanael, da cidade de Caná, há apenas duas horas de distância, o conhece, embora certamente o ofício do Senhor Jesus o tenha levado diversas vezes para além das fronteiras de Nazaré. Até mesmo os moradores de Nazaré afirmam, ao ouvi-lo mais tarde na sinagoga: de onde lhe vêm essas coisas? Isso é autêntica humildade, que permanece oculta em silêncio e que aparece somente quando a incumbência de Deus chama do silêncio e da ocultação para a atuação. Ser forte pela “quietude” foi a escola de Jesus, sendo também para nós o caminho pelo qual nos tornamos mais semelhantes a ele. Anos de silêncio não são anos perdidos, da mesma forma que horas de silêncio não são horas perdidas. Jesus estava no mundo, e o mundo não o conhecia, e apesar disso ele prestou a esse mundo o serviço mais importante para agora e para a eternidade.

Ele cresceu em sabedoria. A mãe, a natureza, a Escritura Sagrada, a vida e a oração representaram os ricos recursos que haviam sido proporcionados ao menino Jesus para amadurecer em direção de um saber claro e saudável.

Há algo admiravelmente grandioso em uma vida conduzida com sabedoria, na qual tudo é aquilatado e praticado à luz da eternidade, onde se aprende a incluir a totalidade da vida terrena - com suas preocupações, sofrimentos e alegrias, suas necessidades e demandas diárias, seus constrangimentos e tentações - de forma cada vez mais completa no grande acorde básico do “Uma coisa só importa” [hino de J. H. Schröder, † 1699, HPD, nº 171, cf. Lc 10.42], perguntando em todas as situações: Como o Senhor no céu pensa a esse respeito, e como você pensará a respeito disso um dia, quando a terra estiver a seus pés e você se encontrar na luz da eternidade? Isso é sabedoria. Posicionar-se dessa maneira aqui na terra a partir do mirante da eternidade - isso é sabedoria. Adquirir nela cada vez mais treino, experiência e agilidade - isso significa “crescer em sabedoria”.

Até onde posso ir em cada situação? Até que ponto devo falar ou silenciar no convívio com outros? Quando devemos dizer ao próximo que pecou contra nós, em particular? Quando e por quanto tempo temos de suportá-lo calados? E onde precisamos ceder, onde insistir em nossos

direitos? Até que ponto devemos consolar ou primeiramente exortar um sofredor? Quanto descanso podemos requerer para nós? Quando e de que maneira temos de ajudar o empregado que falta ao trabalho? Até que ponto podemos ser “tudo para todos”? Como devemos posicionar-nos diante dos partidos na igreja e no Estado? Essas perguntas não são respondidas abrindo a Bíblia e selecionando mecanicamente um versículo qualquer, mas relacionando corretamente o conhecimento de Deus e do mundo obtido pela palavra de Deus, e quando levamos em consideração, mediante sábia apreciação, a situação e as pessoas envolvidas naquela ocasião.

Ele cresceu em graça diante de Deus e das pessoas. Aqui temos de pensar em um crescimento da graça da aprovação divina e da benignidade paterna sobre esse menino Jesus. Desde o começo ele foi objeto da graça, porém quanto mais ele crescia e o poder de Deus se disseminava nele, quanto mais ele superava todas as tentações com fé e sabedoria, aprendendo a obediência, tanto mais também se avolumava a graça de Deus sobre ele. Novamente deparamo-nos aqui com uma parte de sua humilhação, que é inegavelmente a maior e mais misteriosa. Ele despojou-se até mesmo de seu relacionamento original com o Pai. O Criador se rebaixou até sua criatura, que cresce e amadurece interiormente por meio da obediência.

No entanto, Jesus também cresceu em graça diante das pessoas. Afinal, de agora em diante o rapaz de doze anos mantinha cada vez mais contato com as pessoas. Em breve, pois, sua natureza amável, obediente, solícita, afetuosa e correta conquistou os corações das pessoas, de sorte que o tratavam com amizade e favor. Apesar de sua profunda condição pecaminosa, o mundo sempre respeita secretamente a grandeza de uma mentalidade inatacável, das obras e virtudes da bem-aventurança. Foi isso que também aconteceu com o Senhor. É uma maravilhosa dádiva de Deus quando alguém encontra graça também diante dos seres humanos. Essa amabilidade repleta e santificada da mente de Cristo, em atitude e caráter, que atrai e conquista involuntariamente as pessoas, é algo sumamente belo.

SEÇÃO II

O INÍCIO DO MINISTÉRIO DE CRISTO - LC 3.1-22

A. João Batista, o precursor do Cristo

1. A introdução histórica, Lc 3.1s

Lucas faz um recomeço em seu evangelho. Os eventos narrados em Lc 1 e 2 haviam transcorrido de forma incógnita. Somente os humildes da terra haviam tomado conhecimento desses acontecimentos.

Seguira-se um tempo de silêncio. O Filho de Deus crescia às escondidas na pequena Nazaré.

O que o evangelista Lucas passa a relatar na seqüência, entre o capítulo 3 e a morte do Salvador, aconteceu com ampla publicidade. João e Jesus saíram do anonimato.

Novamente, como nos capítulos 1 e 2, Lucas torna a estabelecer uma relação estreita entre João Batista e Jesus no cap. 3.

A narrativa de Lucas dos cap. 1 e 2 havia deixado ambos, o rapaz João e o menino Jesus, como segue: um no deserto, o outro em Nazaré. Lucas se despedira de ambos com a constatação de que tanto um como outro “cresciam e se fortaleciam” (Lc 1.80; 2.40; 2.52).

Depois que João Batista viveu trinta anos no anonimato, ele se apresentou publicamente. Pouco depois também Jesus, praticamente repetindo a pequena diferença cronológica entre o nascimento de ambos.

1. A INTRODUÇÃO HISTÓRICA, Lc 3.1s

Agora se cumprem as palavras de Zacarias. Essa época relevante e especial do reino de Deus é combinada pelo evangelista Lucas com eventos da história universal e intelectual, não apenas para fixar a data do acontecimento divino, mas também para que essa visão histórica assinale toda a miséria e escuridão daquela época. A palavra de Paulo em Rm 5, já citada no início de Lc 2, “onde abundou o pecado”, também agora volta a causar impacto em nós.

No v. 1 Lucas escreve: **No décimo quinto ano do reinado de Tibério César, sendo Pôncio Pilatos governador da Judéia, Herodes, tetrarca da Galiléia, seu irmão Filipe, tetrarca da**

região da Ituréia e Traconites, e Lisânias, tetrarca de Abilene, [2] sendo sumos sacerdotes Anás e Caifás, (aconteceu) veio a palavra de Deus a João, filho de Zacarias, no deserto.

A expressão César Tibério aqui em Lc 3 e o nome César Augusto em Lc 2 lembram que naquele tempo a Palestina não era um Estado soberano, mas pertencia ao Império Romano. A força de ocupação que decidia sobre o povo de Israel era o exército romano. Tudo o que é relatado no Novo Testamento acontece no período desse poderio militar romano, cujo ápice estava nas mãos dos césares romanos. Em Lc 2 era César Augusto (de 31 a. C. até 14 d. C.). Em Lc 3 é César Tibério (14 d. C. até 37 d. C.). O César Tibério é aquele de quem o Salvador afirmou: “Dai a César o que é de César.” – Era sua efígie que Jesus constatou na moeda que lhe fora mostrada (Lc 20.24s. Veja o comentário sobre o texto).

Estamos acostumados a encontrar datas precisas em nossas obras historiográficas. Todas essas referências de anos partem do ano de nascimento de nosso Salvador. E o cálculo é claro e inequívoco.

Mas na Antigüidade não era assim, e por isso o cálculo não era simples. Os diversos povos, até mesmo as cidades, tinham seus métodos próprios. Por essa razão a cronologia dos povos antigos é bastante complexa, e demanda o maior esforço para estabelecer a relação cronológica correta dos eventos entre si.

Também os historiadores antigos lamentavam essa dificuldade, buscando por um ponto de referência seguro que pudessem tomar como fundamento para datar os acontecimentos.

A indicação das datas de Lucas não se guia pelo cálculo dos gregos e romanos. Ele indica simplesmente o tempo de governo do imperador. – Assim todo mundo entendia e sabia a época, i. é, o ano em que Jesus e João Batista iniciaram sua atividade pública de ensino. Foi o décimo quinto ano do governo de César Tibério.

Quando nos deparamos com as dificuldades que o cálculo cronológico acarretava no passado, não há como superestimar a gratidão por nossa contagem atual de acordo com o nascimento de Cristo. Devemo-la ao abade Dionísio, que atribuiu a si mesmo, por pura modéstia, o cognome Exíguo, i. é, o menos importante. Esse Dionísio, falecido no ano de 556 d. C., recebeu do papa da época a incumbência de calcular as datas da festa da Páscoa para uma série de anos. Ao executar essa tarefa ele foi o primeiro a utilizar a contagem “após a encarnação do Senhor”. Em virtude de seus cálculos, Dionísio acreditava que Cristo tinha nascido no ano 754 após a fundação de Roma. Estabeleceu como começo para sua contagem o dia 1º de janeiro daquele ano.

No entanto, equivocou-se ao marcar o nascimento de Cristo para seis anos mais tarde do que provavelmente aconteceu. Está historicamente confirmado que Herodes faleceu antes da festa de Páscoa do ano 4 antes de Cristo. Isso foi, portanto, o ano em que o anjo do Senhor se manifestou a José, no Egito, a fim de comunicar-lhe que haviam morrido “os que atentavam contra a vida do menino” (Mt 2.19ss). Naquela época o menino deve ter tido cerca de dois anos de idade (Mt 2.16). Por isso, provavelmente ele nasceu no ano que designamos como seis antes de Cristo. Isso soa estranho, mas o erro foi cometido por Dionísio. Cronologicamente este erro de cálculo não causa muitos problemas. O que importa é que tenhamos um ponto fixo de referência.

Empenhando-se para ser preciso (Lc 1.3), Lucas fornece *sete dados cronológicos* para a atuação pública do Batista.

Sete nomes são citados por Lucas. Cinco nomes representam a autoridade política. Dois nomes representam a autoridade espiritual em Israel.

Essa referência detalhada de nomes expressa a grande relevância do momento em que se inaugura a história da salvação no NT. A relação ampla de nomes começa com a citação de César Tibério em relação ao Império Romano, a área mais abrangente. A menção dos quatro nomes subsequentes restringe a área à terra da Palestina, dividida em quatro regiões. Além do César Tibério são citados como líderes políticos os quatro seguintes indivíduos: *Pôncio Pilatos*, *Herodes* (Antipas), *Filipe*, seu irmão, e finalmente *Lisânias*. Herodes Antipas tinha o título de tetrarca da Galiléia. O irmão de Herodes Antipas, isto é, Herodes Filipe, também é chamado de *tetrarca*, mais precisamente da Ituréia e da região de Traconitis. Lisânias é tetrarca de Abilene.

Os primeiros dois soberanos citados, Herodes Antipas e Herodes Filipe, eram filhos do rei mais cruel, Herodes o Grande. As coisas terríveis que haviam presenciado no reinado de seu pai pairavam como uma maldição sobre eles.

Há uma breve menção acerca da história de vida do cruel *Herodes o Grande* (de 37 a. C. até 4 d. C.) no Comentário Esperança sobre Mateus, p. 43, nota 2. Quase tudo o que sabemos acerca dele devemos ao historiador judaico Flávio Josefo, que por seu turno recolheu dados dos escritos perdidos de Nicolau de Damasco, um funcionário da corte de Herodes.

Dentre todos os filhos dos dez matrimônios que Herodes o Grande havia contraído, *Herodes Antipas* era o que mais se assemelhava a seu pai no que dizia respeito à ganância de poder, luxúria e imoralidade (Cf. Lc 3.19).

Essa catastrófica situação estatal e política, em que o povo eleito de Deus se encontrava sob o poderio odioso dos herodianos e à mercê da escravidão do domínio dos romanos, fez com que se manifestasse, como nunca antes, uma esperança política pelo Messias, um grito de libertação e redenção da ímpia servidão. Esse clamor por libertação era canalizado em diversos cânticos messiânicos, colocados na boca do antigo rei Salomão e chamados de salmos de Salomão. O mais famoso cântico messiânico desse poderoso anseio político que se disseminava era o 17º salmo de Salomão. É preciso ler esse salmo a fim de compreender a poderosa esperança e paixão messiânicas que eclodiram no povo. Tomemos apenas um verso desse salmo 17: “Senhor, socorre-nos e desperta um rei, o filho de Davi – ó Deus, para que governe sobre Israel. Cinge-o com vigor, para que ele destroce os injustos (i. é, ímpios, malditos) dominadores. Purifica Israel dos cães (gentios) que o esmagam rudemente... Salva-nos da contaminação com os inimigos impuros (sujos)!...”

Além da realidade política opressora e ameaçadora, Lucas marca a deprimente situação religiosa em Israel por meio dos nomes Anás e Caifás (Caiafás). Quando o evangelista cita dois sumo sacerdotes, isso também assinala o desgaste do governo religioso, pois, de acordo com a lei, somente um sumo sacerdote podia exercer o mandato.

A sucessão legítima no sumo sacerdócio já havia cessado sob o regime de Herodes o Grande e ainda mais sob o domínio dos romanos. O precursor de Pilatos, Valério Grato, havia deposto o sumo sacerdote Anás no ano de 15 d. C., para em seguida eleger e expulsar vários novos sumo sacerdotes ao longo de alguns anos, até que finalmente encontrasse em Caifás (Caiafás, genro de Anás) um instrumento suficientemente solícito. Ele exerceu o cargo nos anos 18 a 36 d. C. Apesar de tudo, para o povo e em virtude da lei Anás continuou sendo o verdadeiro sumo sacerdote. – Essa coexistência de dois sumo sacerdotes foi o começo da dissolução deste cargo tão importante e relevante no AT. – A decadência de Israel havia, pois, avançado da realidade política até o coração do povo eleito de Israel.

Nas trevas do afastamento de Deus e da decadência moral, do desconsolo e da desesperança, precisamente nos aspectos políticos e religiosos, aparece o personagem do Batista João.

Anunciado maravilhosamente no templo ao sacerdote Zacarias e sua esposa Isabel, concebido em idade prolecta e concedido como um milagre quando humanamente não havia mais nada a esperar e aguardar, praticamente um **notório fruto** das orações do casal, João havia crescido naquele grupo de humildes do qual faziam parte Maria e José, ao qual pertenciam os pastores de Belém, no meio do qual estavam pessoas como Simeão e Ana.

Provavelmente pouco tempo depois, talvez depois do falecimento de seus idosos pais, João (cujo nome significa “Deus se compadeceu”) foi impelido ao isolamento e ao deserto. Naquela terra quente, as cavernas do deserto da Judéia eram refúgios refrescantes, eram sua “habitação”. Seu alimento consistia de gafanhotos e mel das abelhas silvestres. Ainda hoje às vezes comem-se gafanhotos. Eles são secados (como também João deve ter feito) e moídos. Como esse pó de gafanhotos tinha gosto amargo, as pessoas o comiam com mel, particularmente mel dos enxames de abelhas silvestres. O manto de crina de camelo era para João saia, camisa e cama.

Assim ele vivia de fato em pobreza exterior, mas interiormente rico – das promessas de Deus no AT – em simplicidade, solidão e completa independência das pessoas. Parecia-se com aquele Elias do AT, que se tornou homem de Deus porque simplesmente não conseguia ver a miséria de sua época e tinha de desincumbir-se a qualquer custo da tarefa de Deus para seu povo que sentia dentro de si. João e Elias eram homens integralmente imbuídos de seu povo e seu tempo, mas que justamente por amor de seu povo haviam se afastado dele.

Esses mensageiros de Deus totalmente ativos, vivazes, não conseguem presenciar o demonismo da decadência e da insurreição e manter-se à distância e resignar-se; antes sentem-se interiormente pressionados e impelidos a comparecer à luta contra os poderes e energias do mal, para contestá-los e vencê-los. Para isso precisam (e esses mensageiros de Deus sabem disso) da firme e definida vocação

do alto, bem como da força extraordinária do Espírito Santo. Por essa razão também o Espírito é sempre enfatizado quando se fala de João e Elias. João antecederá a Jesus no espírito e na força de Elias (Lc 1.17).

2. A VOCAÇÃO E ATUAÇÃO DE JOÃO BATISTA, Lc 3.3-18

2b – Veio (aconteceu) a palavra de Deus a João, filho de Zacarias, no deserto.

O surgimento de João é descrito no v. 2b com palavras que soam como retiradas do AT. Com isso, Lucas remete conscientemente aos relatos sobre a vocação dos profetas da antiga aliança (cf. Jr 1.2; Ez 1.1; Jl 1.1s).

O AT sempre cita, como também no caso de João, o nome do pai do profeta (cf. Jr 1.1; Jl 1.1, etc.). Não se explica como a “palavra de Deus” chegou a João. De qualquer maneira foi-lhe concedida uma revelação direta de Deus.

Lemos no v. 2b que “**uma palavra de Deus**” veio a João. Deve ter sido uma palavra maravilhosa, uma palavra poderosa. João não tinha de anunciar uma palavra de mero discurso, mas uma palavra que precisava acontecer, tornar-se um evento, que sucederia como ato de Deus, que interviria na História como agir de Deus.

Dessa forma, a palavra que nos cumpre anunciar e à qual também precisamos consagrar precisa tornar-se *perceptível*, de forma visível e audível, por meio de toda a nossa natureza e existência. Em João, tudo era pregação: palavra e vida, espírito e gesto, coração e mão. Linguajar e postura, tudo dava testemunho da grandiosa mensagem que Deus queria transmitir por meio de seu mensageiro.

Veio uma palavra de Deus a João. Uma palavra que impõe reverência, uma palavra santa, porque contém o juízo divino sobre um povo perdido em toda a sua gravidade, rigor e inflexibilidade. Uma palavra de Deus que, revelada de forma implacável e inescrupulosa, desenrolava o pecado e a vergonha das pessoas, a perdição, maldade e falsidade das pessoas, em todos os segmentos e profissões.

Uma palavra veio a João. Uma palavra imensa, uma palavra transcendente, pois trazia a graça e muito perdão para uma geração perdida e pecadora, em toda a santidade e glória, em toda profundidade e preciosidade. Uma palavra que contém vida e beatitude, uma palavra de perdão. A palavra perdão dos pecados, i. é, anulação dos pecados, continha a esperança suprema dos profetas da antiga aliança (Is 33.24; Jr 31.34; Is 55.7; Ez 18.31; 36.25,27; Zc 13.1; Mq 7.18).

Ambas as dimensões estão contidas na “palavra de Deus que veio a João”, juízo e graça, destroçar e ligar, ferir e sarar, espezinhar e erguer, humilhar e consolar, ambas de fato em plena verdade e atualidade. É o que veremos de imediato!

Perdão dos pecados! O próprio João deve ter sucumbido em adoração diante dessa incumbência avassaladora, diante dessa inesperada resolução de Deus! Apesar de tudo Deus será vitorioso no final! “Onde abundou o pecado, há de superabundar a graça” (Rm 5.20). – “Olhai para mim e sede salvos...!” (Is 45.22).

Essa é a palavra de Deus que sobreveio a João.

a) A pregação de João sobre o batismo de arrependimento – Lc 3.3-6

[Comentário Esperança, Mateus, p. 55, Marcos, p. 49s]

3 – Ele percorreu toda a circunvizinhança do Jordão, pregando batismo de arrependimento para remissão de pecados;

4 – conforme está escrito no livro das palavras do profeta Isaías: Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas.

5 – Todo vale será aterrado, e nivelados todos os montes e outeiros; os caminhos tortuosos serão retificados, e os escabrosos, aplanados.

6 – E toda carne verá a salvação de Deus.

Depois que “veio uma palavra de Deus” a João, como expusemos acima, ele dirigiu-se a toda a região do Jordão, a fim de pregar um batismo de arrependimento para o perdão dos pecados. O batismo de João caracteriza-se por uma dupla definição.

- 1) É um batismo de *arrependimento* (conversão).
- 2) É um batismo pelo perdão dos pecados.

Ao que foi exposto sobre o batismo de arrependimento nos comentários sobre Mateus (p. 55-58) e Marcos (p. 49s), acrescentemos ainda o seguinte:

No templo acontecia um culto ricamente organizado e que atendesse todas as necessidades da consciência. Agora, porém, descortina-se no deserto, bem longe do templo sagrado e da cidade santa, um lugar no qual se exerce de modo contundente uma ação sobre as consciências, não apenas para assustá-las, p. ex., mas para fazer com que surja nelas algo novo. Isso aconteceu através do ato do batismo integral que, da forma como João o exigia e praticava, era completamente desconhecido para os judeus, não tendo sido prescrito ou anunciado em lugar algum, mas que ainda assim tornou-se a única passagem para o perdão dos pecados. Enquanto a pregação de arrependimento dos profetas do AT (em hebraico *shub* = arrependimento) em geral seguia o seguinte esquema: dêem meia-volta, do contrário Jerusalém será destruída; dêem meia-volta, do contrário o sacrifício de vocês não serve para nada; arrependam-se, do contrário o Deus de vocês os rejeitará, a exigência de arrependimento por parte de João é demandada com outra justificativa: “O reino de Deus, o senhorio de Deus se aproximou, o Messias está chegando, o rei está aí!”

O termo “deserto” ou “estepe” (*en te éremo*) possui um significado especial para Israel. Israel era sempre lembrado de sua peregrinação de 40 anos pelo deserto, em duplo sentido.

1) O deserto (estepe) é marcado pela desobediência de Israel (Hb 3.8s; At 7.41ss).

2) O deserto é marcado pela fidelidade e clemência de Deus, pelo fato de que Deus realizou para seu povo sinais e milagres especiais (At 7.36; 13.18) (maná = água) e falou de maneira particular (At 7.38 e 44).

A partir dessa recordação surgiu no judaísmo a tendência de atribuir ao deserto (estepe) coisas especiais (Cf. St.-B., vol. IV, p. 954 e Comentário Esperança, Mateus, p. 57s).

a) O deserto é o local do terror e do pavor, dos juízos de Deus, da morada do diabo. Conforme Lv 16.7-10, no dia da reconciliação enxotava-se um carneiro para o deserto (estepe), a fim de ser destinado para Azazel [v. 10]. Esse gesto visava demonstrar que o pecado chegara ao local do terror e do juízo.

b) O deserto (estepe), no entanto, também é o lugar em que Deus preparou seus profetas, p. ex., Moisés, Elias, João Batista, Paulo, etc.

c) No tempo antes da vinda de Cristo, a permanência no deserto (ou o próprio deserto) apontava para um tempo escatológico messiânico. Formou-se a crença de que o Messias apareceria no deserto. Essa crença teve conseqüências práticas, por exemplo, o surgimento de movimentos messiânicos terrenos que gostavam de migrar para o deserto (At 21.38).

“Por isso houve muitos pregadores de cunho messiânico falso antes e depois de João. Mas todos esses falsos profetas do Messias enveredaram por outros caminhos. Declararam de modo geral os filhos de Abraão como o primeiro povo da terra. E, para lhes conquistar a onipotência política, lançavam mão de armas. Diversos deles anunciavam-se como reis. Outros ainda asseveravam que eram capazes de realizar milagres, ou pelo menos criavam a expectativa nesse sentido. Nenhum deles, porém, pensava no aprimoramento ético de seus seguidores” (Riciotti).

Em contrapartida, João Batista era totalmente diferente! Soava incomparavelmente dura a sua pregação de juízo e arrependimento, que, com veemência, remetia nítida e inequivocamente para a mudança da mentalidade e do coração e para a renovação da vida! Filhos de Abraão também podem ser talhados em pedra (quanto à seriedade da pregação de João Batista, veja detalhes no Comentário Esperança, Mateus, p. 55s; Mt 3.1-12; e Marcos 1.1-8).

Sintetizando: o fato, pois, de que João Batista reunia o povo em torno de si no deserto está relacionado com aquela concepção judaica generalizada daquela época. Contudo, a sua tentativa de preparar o povo de forma poderosa e insistente para a chegada iminente do Messias era algo novo e extraordinário. E mais: ele, filho de um sacerdote, não se dirigiu ao templo de Jerusalém, e tampouco (como mais tarde fizeram Jesus e também Paulo) se apresentou nas sinagogas das comunidades israelitas. Pelo contrário, João chama-os *para longe do templo* e para fora de Jerusalém, rumo ao deserto. Chama-os para si, porque é preciso que comece algo radicalmente novo.

No entanto, não somente o local de proclamação, o deserto (ao contrário do templo e da sinagoga), nem tampouco a *atuação* proclamadora de João Batista (o batismo de imersão total em contraposição a sacrifícios e celebrações do templo), mas igualmente o *personagem* do pregador e a *palavra* pregada representam uma série de características *não-sacerdotais* neste filho de sacerdote.

Porém sobre todos esses aspectos “não-sacerdotais” de João e todos os fatos sérios e duros que aconteciam lá fora no deserto, longe de Jerusalém (era preciso caminhar 40 km por regiões rochosas, calor e poeira, sob ameaça de assaltantes), não deixava de brilhar, das profundezas do ermo e do deserto, a glória da salvação, o *perdão*, i. é, a anulação dos pecados, a alegre notícia de que toda carne verá a salvação de Deus, de que “Deus se compadeceu”, assim como deve ser interpretado o próprio nome “João” (Cf. o exposto acima).

Pelo fato de que tudo isso irrompeu com tamanho ímpeto e poder elementar, o filho do sacerdote, João Batista, é *mais* que um sacerdote do templo. O filho do sacerdote é “o profeta”! O NT, a nova aliança, não começa com Jesus de Nazaré, mas com a mensagem do profeta João. Esse é o testemunho unânime de todos os quatro evangelhos e também de todas as sínteses da mensagem sobre o testemunho do Cristo que encontramos nas pregações de Atos dos Apóstolos (por favor, confira ali). A palavra de Jesus em Mt 11.9, onde se diz que **ele é mais que um profeta**, evidencia, porém, clara e relevantemente o quanto Jesus situa e honra a João Batista acima dos profetas do AT. Sim, Jesus até mesmo o chama de maior entre aqueles nascidos de mulher (cf. Comentário Esperança, Mt 11.11, p. 189s).

Dessa maneira ficaram manifestas, para ambos os lados, a santidade de Deus e a bondade de Deus, o juízo de Deus e a clemência de Deus, a majestade de Deus e o favor de Deus, superando o pecado do povo e dos indivíduos. *Deus não dá nada de graça* – tudo precisa ser manifesto, vir à luz diante de sua face. *Deus dá tudo de graça*. Ele não quer mais saber a respeito daquilo que foi reconhecido e confessado, trazido à luz, exteriorizado - tudo isso ele deixou atrás de si, mergulhando-o nas profundezas do mar. Até aqui nossa síntese.

Os evangelistas Mateus, Marcos, Lucas e João constatarem que no surgimento de João Batista cumpriram-se as palavras dos profetas Isaías e Malaquias. Ele precede o Senhor, para lhe preparar caminho.

O caminho do Senhor fez passar pelo deserto, quando no passado libertou seu povo da escravidão do Egito.

Pelo fato de que também agora o Senhor deseja chegar a seu povo através do deserto, é preciso tomar providências para que nada impeça a rapidez daquele que vem e nada turbe a clemência do rei.

b) A pregação de João sobre o juízo do arrependimento – Lc 3.7-9

[Comentário Esperança, Mateus, p. 60ss].

7 – Dizia ele, pois, às multidões que saíam para serem batizadas: Raça de víboras, quem vos induziu a fugir da ira vindoura?

8 – Produzi, pois, frutos dignos de arrependimento e não comeceis a dizer entre vós mesmos: Temos por pai a Abraão; porque eu vos afirmo que destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão.

9 – E também já está posto o machado à raiz das árvores; toda árvore, pois, que não produz bom fruto é cortada e lançada ao fogo.

O relato de Lucas coincide quase textualmente com Mt 3.7-10 (Cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 60ss). Mas, ao contrário de Mateus, Lucas nada diz sobre o grande afluxo de pessoas, particularmente da parte dos fariseus e saduceus, ao batismo de João. Lucas também não diz nada sobre o batismo em si, nem tampouco sobre o alimento e a vestimenta do Batista (cf. Mc 1.5s; Mt 3.7). Mateus dirige as palavras de arrependimento acima citadas também aos fariseus e saduceus. De acordo com Lucas, essas palavras de arrependimento, no entanto, são dirigidas ao povo. Marcos aponta mais para aqueles que vinham de Jerusalém. – Ainda que em Lucas as camadas dirigentes, a saber, os fariseus e saduceus, não sejam citados, o espírito predominante da época em todo o povo não deixa de ser criticado com palavras duras.

Ao que foi dito no Comentário Esperança a Mateus, p. 60ss, sobre **raça de víboras e ninho de serpentes**, acrescentemos ainda o seguinte.

É elucidativo e relevante que o texto original use para “cobra” não a palavra grega “*ophis*”, mais comum, mas o termo “*echidna*”. A palavra “*echidna*” visa salientar especialmente o *veneno* da cobra. Temos ojeriza a esse tipo de cobra venenosa, que traz a perdição, e por isso combatemo-la radicalmente e a matamos (Kittel, *Theologisches Wörterbuch*, vol. II).

Quando João Batista desmascarou o espírito da época de todo o povo, inclusive dos fariseus e saduceus (e em Mateus particularmente o modo nocivo de ser dos fariseus), com a expressão “raça de víboras”, isso incidiu com impacto e agudeza incriveis no âmago da hipocrisia e do fingimento farisaicos (leia no Comentário Esperança, Mateus, o exposto sobre Mt 5.17 e Mt 23).

João confrontou a massa do povo com a pergunta: quem lhes havia concedido ensinamento para fugir da ira iminente? Ele faz uma clara alusão à profecia de Malaquias acerca do grande e terrível dia do Senhor (Ml 4.1-5). Nisso ele concorda com todos os profetas da velha aliança que profetizaram a respeito do dia do Senhor (cf. Is 2.12; 13.6,9,13; 34.8-10; Ez 7.7-10; Jl 1.15; 2.1-3; 3.19; Am 5.18; Sf 1.14-16,18; 2.2). Esse dia de juízo prenunciado pelos profetas é, por um lado, o juízo vindouro no fim dos tempos sobre todos aqueles que têm uma disposição hostil a Deus e seu povo. Por outro lado, porém, é também um juízo que cai desde já sobre Israel, por meio do surgimento do Messias, no qual são separados, sem acepção de pessoas, aqueles que crêem em Cristo e aqueles que não crêem nele. Os contemporâneos de João Batista acreditavam todos, como expusemos no início com base nos salmos de Salomão, que o Messias julgaria única e exclusivamente e de modo terrível aos gentios, os *gojim*, trazendo gloriosa justiça para Israel.

Para precaver-se contra a ira vindoura do Messias, João Batista demanda um verdadeiro e sincero arrependimento. Devem ser trazidos frutos que demonstrem a autenticidade do arrependimento. Frutos bons ou dignos comprovam que ocorreu um verdadeiro arrependimento (cf. a esse respeito, o que foi detalhadamente exposto no Comentário Esperança, Mateus, p. 60-63). Embora os fariseus e saduceus defendessem opiniões fundamentalmente distintas sobre as coisas divinas, sobre eternidade e juízo, ambos os partidos eram unânimes em uma questão, a de que tinham orgulho de ser descendentes do patriarca Abraão. Uma idéia muito disseminada entre esses líderes dos judeus era que a justiça e o mérito dos pais, particularmente de Abraão, formavam um tesouro do qual os devotos da nação israelita obtinham a complementação de sua justiça talvez ainda insuficiente, bem como a expiação de seus pecados. João não considerava as pessoas com esse tipo de opinião como filhos de Abraão, mas como excrescência de víboras. Sua apelação à descendência física é uma ilusão carnal e um absurdo. Da mesma forma como João Batista, Jesus também disse aos judeus que insistiam em sua origem genealógica de Abraão, que seu pai não era Abraão, mas o diabo (Jo 8.44). Também aquilo que Paulo escreve em Rm 9-11 é igualmente uma nítida refutação desta alegação: “Temos por pai Abraão.”

João dirige-se com implacável gravidade às “massas populares”. Elas tinham a presunção de que Deus não sobreviveria sem elas. De certo modo Deus teria obrigações em relação a elas, assegurando-lhes a beatitude, pois ele o havia prometido por juramento a Abraão e seus descendentes. Apontando com as mãos para as pedras espalhadas no chão, João assevera que Deus também é capaz de suscitar dessas pedras do deserto filhos para Abraão (em um antigo hino latino sobre João, do diácono Paulo, os corações dos gentios são chamados de “pedras duras”. Sob essa perspectiva a palavra bíblica das pedras do deserto significaria que em lugar dos orgulhosos filhos de Abraão, que se consideram sumamente superiores sobre os gentios, **Deus fará dos gentios “filhos de Abraão”**). Paulo desenvolveu plenamente essa passagem bíblica das pedras. No lugar do Israel segundo a carne foi colocado o Israel segundo o Espírito (Gl 3.15ss; Rm 2.28s; Fp 3.3), do qual também fazem parte os gentios, em número muito maior.

Está iminente o juízo, no qual serão destruídos os filhos de Abraão que se apóiam única e exclusivamente em sua origem física de Abraão. O machado com o qual a árvore será cortada já está colocado na raiz.

João não é o único a usar essa metáfora da árvore que aparece aqui. Jesus igualmente emprega essa ilustração em Mt 7.16ss; 15.13. Sendo boa a árvore, ela traz bons frutos. Uma autêntica conversão ou arrependimento se mostra nos frutos da nova vida.

Diferentemente de Lucas, Mateus (Mt 3.8) fala **do fruto** com que ele enfatiza a unidade da nova vida. Mas Lucas fala (Lc 3.8) **dos frutos** do arrependimento, a fim de expressar a multiformidade da nova vida. É de múltiplas formas que a nova vida deve se mostrar e manifestar.

Da comparação que fizemos entre as impiedosas metáforas do Batista sobre a pedra, o machado, o fogo e o juízo, e as palavras de Jesus e de Paulo, depreendemos que João Batista não é uma pessoa exótica e marginalizada, mas que também Jesus e os apóstolos falaram com a mesma seriedade do juízo de Deus.

c) A pregação de João sobre as obras do arrependimento

A chamada mensagem das categorias profissionais – Lc 3.10-14

10 – Então, as multidões o interrogavam, dizendo: Que havemos, pois, de fazer?

11 – Respondeu-lhes: Quem tiver duas túnicas, reparta com quem não tem; e quem tiver comida, faça o mesmo.

12 – Foram também publicanos para serem batizados e perguntaram-lhe: Mestre, que havemos de fazer?

13 – Respondeu-lhes: Não cobreis mais do que o estipulado.

14 – Também soldados lhe perguntaram: E nós, que faremos? E ele lhes disse: A ninguém maltrateis, não deis denúncia falsa e contentai-vos com o vosso soldo!

O relato apresentado nos vv. 10-14 pertence ao “material exclusivo” de Lucas, i. é, constitui algo trazido somente por Lucas. Mateus e Marcos não narraram essas palavras. Esses versículos são chamados de pregação das *categorias profissionais* de João Batista.

João presenciava efeitos imediatos de sua pregação. Acerca das multidões do povo que corriam até ele, Lucas observa que elas confessavam a João Batista os pecados, cada qual o seu próprio. Dirigem-se a João com a indagação específica: “Que faremos?”

Que foi que João respondeu a cada pergunta das consciências? Aqui vemos com bastante nitidez que João não tem o propósito de romper a correlação entre conversão e profissão terrena. Ele não solicita a ninguém que permaneça com ele no deserto, mas, depois de ter constatado os sinais de um arrependimento interior, ele remete cada um de volta à sua condição social e profissão, exigindo, porém, dentro dessa categoria e profissão frutos verdadeiros da conversão.

A verdadeira magnitude do profeta evidencia-se no fato de que ele não transforma em lei para seus semelhantes o modo de vida que lhe fora imposto para sua vocação especial. Ao exigir o amor genuíno como fruto do arrependimento, João concorda plenamente com os profetas antigos (cf. Mq 6.6-8) e sobretudo com Jesus e igualmente com os apóstolos (cf. Lc 10.25-37; 1Co 13; etc.). Também sob esse aspecto ele se insere bem na galeria de profetas e emissários de Deus.

Os *funcionários alfandegários* eram tão mal-afamados por causa de suas extorsões e falsidades que não lhes era permitido prestar juramento perante autoridades judaicas.

João Batista, ao qual os publicanos tratam de “Mestre”, não lhes diz que larguem a profissão, porém que simplesmente não cobrem mais do que o permitido ou prescrito.

João não teme dar uma resposta também às perguntas dos *soldados*, que devemos imaginar como não-judeus. A pergunta desses guerreiros gentios, “e nós, que haveremos de fazer?”, soa extremamente preocupada. Perguntam se também para eles ainda existe uma salvação diante da ira vindoura de Deus, porque na verdade sua profissão de forma alguma combina com a espiritualidade judaica.

João tampouco aconselha a eles que abandonem a profissão. Convida-os a cumprir bem as ordens de seus superiores. Não devem abusar de seu poder, i. é, não devem maltratar as pessoas com a finalidade de extorquir dinheiro e nem chantagear com denúncias, contentando-se com seu soldo.

Os publicanos e soldados, portanto, não devem deixar sua condição social, mas renunciar aos *pecados da profissão*. Eles devem produzir frutos autênticos do arrependimento justamente como publicanos e militares convertidos.

Sintetizando: “O povo não é comprometido com a vida na pobreza, mas com a doação, e não é o negócio pecuniário que torna o publicano culpado, mas a ladroagem. Aos que se encontram no serviço militar não são tiradas as armas, mas são impedidos da gananciosa extorsão e de atos de cruel violência. Não se procuram novas condições de vida para o povo, a fim de que o Cristo possa vir até ele. Ele vem ao mundo, no qual se fazem negócios, se pagam impostos e no qual existem soldados, para que mantenham a paz e pratiquem o amor, amor puro e verdadeiro. Em meio a esse mundo, não ao lado dele, também João tem seu lugar. Ao vincular a palavra à pergunta feita naquele instante, a consequência é que se fala exclusivamente daquilo que precisa ser *feito agora*. Isso confere uma característica provisória aos mandamentos de João. Suas frases não dizem nada sobre o que cabe aos publicanos e militares fazer quando o Cristo tiver surgido. Quando o Cristo vier, sua vontade renovada se mostrará no fato de achegarem-se a ele. Isso é dito expressamente na continuação da narrativa. *Em que consiste o arrependimento do pecador? Em que venha a Jesus*. Como ele obtém o perdão? Pelo fato de Jesus lhe conceder sua comunhão” (Schlatter).

João Batista sabe que lavar a velha sujeira não ajudará muito em longo prazo, e o presente, o perdão dos pecados, somente se desdobrará e se comprovará corretamente quando uma nova força do alto desenvolver e deixar crescer a nova vida. Por ser assim, na sequência passaremos a ouvir acerca desse poder do Espírito Santo, daquele que é maior e mais forte que João Batista, a saber, Jesus, o Cristo.

d) A pregação de João acerca da vinda do Cristo (Messias) – Lc 3.15-17.

[Comentário Esperança, Mateus, p. 61s, e Marcos, p. 52s]

15 – Estando o povo na expectativa, e percorrendo todos no seu íntimo a respeito de João, se não seria ele, porventura, o próprio Cristo,

16 – disse João a todos: Eu, na verdade, vos batizo com água, mas vem o que é mais poderoso do que eu, do qual não sou digno de desatar-lhe as correias das sandálias; ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo.

17 – A sua pá, ele a tem na mão, para limpar completamente a sua eira e recolher o trigo no seu celeiro; porém queimará a palha em fogo inextinguível.

Os três primeiros evangelistas têm esse trecho em comum. A espera de todo o povo pelo “Cristo”, o Messias, era muito viva naquele tempo. Como mencionamos no começo do cap. 3, a situação dentro e em torno de Jerusalém na época do velho Herodes e de seus sucessores, em conexão com promessas da antiga aliança (cf. Is 4.2-5.7; 40.1s; 52.9; Sf 3.14-20; Zc 9.9ss; 12.1ss), causaram nos israelitas devotos o anseio pelo Cristo (Messias), ou pela consolação de Israel. A esperança para Jerusalém com vistas à espera pelo Messias também se expressa na oração das 18 petições (Quanto à “oração de dezoito preces”, veja em Comentário Esperança, Mateus, p. 103).

Diante da opinião do povo de que ele mesmo talvez fosse o Cristo, João deu seu testemunho humilde do Cristo vindouro (Cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 61s, e Marcos, p. 52s).

João mantém a opinião de que não é digno de soltar as amarras da sandália daquele que batiza com o Espírito Santo e com fogo, i. é, que ele não merece nem mesmo prestar o mais humilde serviço de escravo ao Cristo. Nessa atitude João Batista revela humildade genuína (Cf. a esse respeito o Comentário Esperança, Marcos, p. 52).

Conquistar milhares de pessoas com uma única palavra e direcioná-las sempre para olhar para outro, que nem mesmo pode ser visto, para, tão logo este chegue, retirar-se modesta e até mesmo alegremente, para que esse outro cresça – alguém já viu um caráter tão modesto e devotado, e alguém seria capaz de confessar uma “grandeza” de cunho tão peculiar, não fosse a palavra Lc 1.15 e 80 expressão da mais pura verdade?

João afirma que o Vindouro batizará com o Espírito Santo. Dessa maneira João aponta com muita clareza para um efeito penetrante do Espírito. Isso se torna ainda mais nítido quando ele chama esse batismo com o Espírito também de batismo com fogo. A água toca somente a superfície, mas o fogo penetra na substância das coisas.

Os israelitas estavam familiarizados com esse efeito do fogo no v. 16, visto inicialmente de modo positivo, no que se refere a sua imagem de santificação, porque o fogo do altar transportava da imanência terrena ao além da presença divina.

O fogo no v. 16 designa, ademais, a atividade do Espírito também sob o aspecto de sua atuação negativa, uma vez que ele consome tudo o que atrapalha a formação do novo ser humano devotado a Deus e que precisa ser aniquilado. Por consequência, o fogo é uma imagem de juízo, mas do *juízo misericordioso* que purifica e limpa, como o fogo do ourives.

O fogo no v. 17, em contrapartida, é a imagem do *juízo final* que destruirá aqueles que se furtaram ao fogo sagrado na santificação. Por isso ele também é expressamente diferenciado do fogo no v. 16 por meio do adendo “inextinguível” i. é, eterno (cf. Mt 18.8: incessante).

A metáfora da separação do trigo e da palha na colheita igualmente descreve a atividade julgadora do Cristo. De acordo com a profecia em Ml 3 e 4, parece que em espírito João viu o dia do primeiro e do segundo futuro do Senhor conjuntamente. O que é dito no v. 17 refere-se a uma segunda vinda do Senhor, a saber, o dia do último juízo. A palavra do último profeta na antiga aliança - “todos os soberbos e todos os que cometem perversidade serão como o restolho; o dia que vem os abrasará, diz o Senhor dos Exércitos” (Ml 4.1) - contém aqui uma primeira confirmação no NT. Quando João Batista diz que o *Cristo* tem na mão a pá, isso significa que a separação como tal já está próxima, i. é,

o nítido contraste entre o trigo no celeiro celestial e a palha no inextinguível, eterno e incessante fogo se manifestará em seguida, precisamente na aceitação e rejeição do Messias.

Por um lado, a ilustração do *juízo* que João Batista delinea para o povo de Israel acerca do Cristo vindouro, i. é, o Messias, cuja autêntica profecia ele mesmo havia visto em uma visão conjunta da primeira e segunda vinda do Senhor, e sua primeira concretização, quando Jesus veio e sua atividade pública se iniciou, foram bem diferentes e, por outro lado, apesar disso exatamente iguais! Para isso, cf. o evangelho de João, onde a rejeição incrédula do Messias também é uma peculiar representação do juízo sobre Israel, o duro juízo como tal! Veja-se também o Comentário Esperança sobre Mateus 13, e Marcos 4, bem como sobre Paulo, em Rm 9-11. – Na realidade houve diversas tensões injustificadas entre essa imagem de João Batista e a atuação messiânica de Jesus, que executou plena salvação e juízo divino (Lc 7.18ss; veja, por favor, abaixo).

Em toda a pregação *autêntica* de Cristo persistirá uma tensão justificada, que consiste no fato de que sempre sucedem ambas as coisas, juízo divino e graça total! A aparição de Jesus não traz consigo nem a clemência barata nem um juízo superficial.

e) A atividade de João (em esboço sumário) – Lc 3.18

18 – Assim, pois, com muitas outras exortações anunciava o evangelho ao povo.

Com uma breve frase final Lucas encerra o relato da atividade de pregação de João Batista. Quando o evangelista escreve acerca do terrível anúncio do juízo, ele informa igualmente que João pregava ao povo o rico consolo do evangelho. Com isso confirma-se mais uma vez o que já fora dito no início, de que também na pregação de João é possível encontrar os juízos de Deus e sua misericórdia. Isso é fixado pela expressão **João evangelizava o povo**. Nesse evangelizar pode-se notar a referência a Jo 1.29: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!”

f) O encarceramento de João – Lc 3.19s

[Comentário Esperança, Mateus, p. 245ss. Marcos, p. 205ss]

19. Mas Herodes, o tetrarca, sendo repreendido por ele, por causa de Herodias, mulher de seu irmão, e por todas as maldades que o mesmo Herodes havia feito,

20. acrescentou ainda sobre todas a de lançar João no cárcere.

O grande pregador do arrependimento, que não bajulava para cair nas graças do povo e que, como Elias, dizia sem medo a verdade até mesmo àqueles que ocupavam o trono, criticou o rei Herodes Antipas. Esse havia atraído Herodias, esposa de seu irmão deserdado Herodes Filipe I, casando-se com ela quando este ainda vivia. Ademais Herodes Antipas fora criticado por João também por causa de outras maldades. Conseqüentemente, o rei prendera João no cárcere. O historiador judeu Josefo confirma essa breve história de Lucas (*Antigüidades*, XVIII, 5,1.2.). Segundo esse documento João foi levado à cidadela de Macaira.

Lucas apenas alude sucintamente àquilo que os evangelistas Mateus e Marcos narram em detalhes (Mt 14.1-12; Mc 6.14-29). Com isso ele aparentemente visa encerrar a história de João Batista, a fim de passar para o que se refere a Jesus.

B. O batismo de Jesus e a consagração do Cristo (Messias) – Lc 3.21s

[Comentário Esperança, Mateus, p. 63s, Marcos, p. 54ss]

21 – E aconteceu que, ao ser todo o povo batizado, também o foi Jesus; e, estando ele a orar, o céu se abriu, [Mt 3.13-17; Mc 1.9-11; Jo 1.32]

22 – e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea como pomba; e ouviu-se uma voz do céu: Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo.

A relação entre Jesus e João Batista compara-se à de dois astros, um seguindo o outro em diversas fases de sua trajetória. O anúncio do nascimento de ambos, o nascimento em si, o começo da atuação pública, sua morte, sucedem-se um ao outro em pouco tempo. Apesar disso ocorreu somente *um único encontro direto* entre esses dois homens, intimamente tão próximos por causa da relevância de sua trajetória de vida. Nesse instante um astro rapidamente cruza a trajetória do outro. Na seqüência separam-se, e cada um persegue novamente o caminho prescrito para si. Esse momento

extraordinário do encontro direto dos dois é descrito agora pelo evangelista na história do *batismo de Jesus no rio Jordão*.

Existem rios importantes e grandes. Dentre todos os rios da terra, porém, o mais importante é o Jordão. Por quê?

Jesus foi batizado nele. O Filho de Deus submergiu profundamente o corpo no Jordão, permitindo que fosse mergulhado integralmente nas águas do Jordão pela mão de João Batista. Aqui começou o caminho de sacrifício e morte *do Cristo*, o Ungido. Aqui, no entanto, começou também nossa subida, nossa trajetória de alegria e liberdade, nossa felicidade temporal e eterna.

O batismo de Jesus é relatado com apenas uma frase. Contudo, que peso inefável está contido nessa breve frase! Singelamente Lucas relata: “João batizou todo o povo”, “Jesus foi batizado.”

Por intermédio do batismo o Senhor uniu-se ao povo. Lucas é o único dos três relatos dos evangelistas que acrescenta uma palavra muito importante à frase “quando Jesus foi batizado”: **e estando a orar**. Como é extremamente significativo esse orar de Jesus ao sair da água. Nosso evangelista gosta de dirigir a atenção para essas importantes ocasiões em que Jesus orava (cf. Lc 6.12; 9.16,29; 11.1).

No batismo de Jesus aconteceram três coisas:

- 1) O céu se abriu;
- 2) O Espírito Santo desceu;
- 3) Ouviu-se a voz divina.

Esses três fatos foram intelectual e fisicamente perceptíveis para João e Jesus.

1) **O céu se abriu**. Poderíamos considerar essa abertura do céu como uma ação recíproca entre o céu e a terra propriamente dita, porque o Cristo, como emissário do céu, resgata a terra para o céu.

2) **O Espírito Santo desceu em forma corpórea como uma pomba sobre ele** (tradução do autor). Lucas diz expressamente: “o Espírito Santo”. – Mateus diz: “Espírito de Deus”, Marcos traz: “o Espírito”. – A forma da pomba traz em si um aspecto fechado, arredondado. Na festa de Pentecostes o Espírito Santo aparece na forma de línguas de fogo, distribuídas sobre as cabeças dos presentes. Pentecostes é o símbolo dos diversos dons distribuídos entre os discípulos. Aqui o Espírito Santo é concedido ao Senhor Jesus em sua completude, unidade e plenitude. Deus não lhe concedeu o Espírito em parcelas, “como aos profetas”. Antes Jesus é a habitação integral constante do Espírito, completa e imensuravelmente cheio do Espírito Santo (Jo 3.34). Ao contrário da efusão do Espírito sobre os profetas do AT, é preciso citar a palavra de João Batista no evangelho de João (1.32): “O Espírito Santo permaneceu sobre ele” (tradução do autor). No caso das pessoas do AT, o Espírito Santo sobreveio-lhes como efeito passageiro, mas aqui o Espírito Santo “permaneceu” constantemente, com sua plenitude, sem medida!

3) A terceira notícia do céu é a **voz divina**. Segundo Marcos e Lucas a interpelação é dirigida a Jesus: “Tu és meu Filho amado...” (54). Em Mateus essas palavras se encontram na terceira pessoa: “Esse é meu Filho amado!” Esta diferença não é uma contradição. A voz de Deus, dirigida a Jesus, foi notada por João Batista.

A voz do céu anuncia o Senhor como Filho de Deus, do qual o Pai celestial se agradou. A designação: “... Meu Filho, o amado” corresponde ao termo hebraico “*jachia*” = o Filho único, unigênito de Deus. Diante do homem Jesus descortina-se agora uma visão mais ampla do que ao menino de doze anos. De agora em diante, o seu empenho não apenas é “estar no que é do Pai” (A esse respeito, cf. acima o comentário a Lc 2.49); agora amadureceu a consciência de salvação, agora ele reconhece que tem de estar no meio do povo pecador “naquilo que é do Pai”, a saber, na obra do Pai para a redenção do povo. Essa auto-humilhação é imediatamente encontrada pela glorificação divina: “Tu és meu Filho amado, em ti encontrei agrado!” (Cf. Comentário Esperança, Marcos, p. 57s).

No entanto, a palavra “Tu és meu Filho...” não tem relevância somente para o Cristo (o Ungido, o Messias), mas também possui um sentido profundo para nós, particularmente soteriológico. Existe somente um caminho até o Pai no céu: o Filho. Por isso o Filho pode ser nosso único Mediador. O Pai diz: “Esse é meu Filho amado”. Por amor desse Filho o Pai permite que compareçamos diante de sua face. Por amor do Filho o Pai nos ouve. – Sem o Filho isso é impossível. Nesse relacionamento, a palavra do Pai vale também para nós: “Esse é meu Filho amado”.

Mais um pensamento sobre a palavra: “Tu és meu Filho amado...”. Na verdade Deus enviou muitas pessoas como instrumentos seus, preparando-as para seu ministério. Todas elas, porém,

receberam o envio no contexto da vida terrena. No entanto, “o Filho” foi enviado por Deus da vida sobrenatural para dentro da vida terrena. O Filho já existia antes da vida terrena, eternamente junto de Deus, Deus com Deus, essencialmente igual e unido com o Pai (Jo 1.1).

O significado do batismo, contudo, ainda não será compreendido integralmente se for considerado apenas como um fator da obra redentora de Jesus, e não também como uma fase na história da igreja de Jesus. Pelo fato de que Jesus entrou nesse batismo do pecador e posteriormente tenha se tornado o conteúdo deste mesmo batismo, com sua cruz e ressurreição, de agora em diante “ser batizado” significa: morrer com Cristo, a fim de ressurgir com ele para a nova vida (veja Rm 6).

A história do batismo de Jesus, por fim, possui também uma relevância permanente sob o aspecto cristológico.

Ela confere à nossa fé no Filho de Deus a base objetiva de um testemunho divino que não pode ser negado nem revogado. E revela uma parte da plenitude da natureza divina, quando o Pai dá testemunho ao Filho e o Espírito desce sobre ele em forma visível.

Consideremos *a dupla atuação do Espírito em Jesus*: nascimento (Lc 1.35) e batismo (Lc 3.22), e nos discípulos (Jo 20.22; At 2.38). Consideremos: batismo de João – batismo de Jesus – batismo pelo Espírito (At 19.1-7).

O banho do renascimento não é o batismo na água, mas o batismo pelo Espírito (Rm 6.3-5; Gl 3.27; Cl 2.11s; 1Co 12.13; Ef 4.5; 1Pe 3.21; Tt 3.5; Jo 3.5).

C. A genealogia de Jesus, o Cristo (do Ungido) Lc 3.23-38

[Comentário Esperança sobre Mateus, p. 33ss]

Por meio do batismo Deus tirou Jesus da vida incógnita em que havia permanecido até então, separando-o do grupo de pessoas que o cercavam e protegiam até então. Esta ocasião, em que ele assume sua verdadeira identidade e concretiza sua tarefa de Redentor, parece a Lucas o momento mais propício para apresentar a genealogia de Jesus (Êx 6.4).

23 – Ora, tinha Jesus cerca de trinta anos ao começar o seu ministério. Era, como se cuidava, filho de José, filho de Eli;

24 – Eli, filho de Matate, Matate, filho de Levi, Levi, filho de Melqui, este, filho de Janai, filho de José;

25 – José, filho de Matatias, Matatias, filho de Amós, Amós, filho de Naum, este, filho de Esli, filho de Nagai;

26 – Nagai, filho de Maate, Maate, filho de Matatias, Matatias, filho de Semei, este, filho de José, filho de Jodá;

27 – Jodá, filho de Joanã, Joanã, filho de Resa, Resa, filho de Zorobabel, este, de Salatiel, filho de Neri;

28 – Neri, filho de Melqui, Melqui, filho de Adi, Adi, filho de Cosã, este, de Elmadã, filho de Er;

29 – Er, filho de Josué, Josué, filho de Eliézer, Eliézer, filho de Jorim, este, de Matate, filho de Levi;

30 – Levi, filho de Simeão, Simeão, filho de Judá, Judá, filho de José, este, filho de Jonã, filho de Eliaquim;

31 – Eliaquim, filho de Meleá, Meleá, filho de Mená, Mená, filho de Matatá, este, filho de Natã, filho de Davi;

32 – Davi, filho de Jessé, Jessé, filho de Obede, Obede, filho de Boaz, este, filho de Salá, filho de Naassom;

33 – Naassom, filho de Aminadabe, Aminadabe, filho de Admim, Admim, filho de Arni, Arni, filho de Esrom, este, filho de Perez, filho de Judá;

34 – Judá, filho de Jacó, Jacó, filho de Isaque, Isaque, filho de Abraão, este, filho de Tera, filho de Naor;

35 – Naor, filho de Serugue, Serugue, filho de Ragaú, Ragaú, filho de Faleque, este, filho de Éber, filho de Salá;

36 – Salá, filho de Cainã, Cainã, filho de Arfaxade, Arfaxade, filho de Sem, este, filho de Noé, filho de Lameque;

37 – Lameque, filho de Metusalém, Metusalém, filho de Enoque, Enoque, filho de Jared, este, filho de Maalalel, filho de Cainã;

38 – Cainã, filho de Enos, Enos, filho de Sete, e este, filho de Adão, filho de Deus.

Em virtude da genealogia de Jesus fazemos um breve retrospecto sobre o cap. 3 e constatamos que, quando estava prestes a começar seu ministério público, Jesus foi triplamente credenciado. Essa legitimação tríplice foi sucessivamente desdobrada no cap. 3, como segue:

1) João, como precursor, estava destinado a introduzir o Senhor na história universal. Era essa sua missão. A essa tarefa correspondia sua atitude antifarisaica, universal. Além disso, a missão externava-se em sua pregação e por fim foi selada por meio de seu caminho de sofrimento (Lc 3.2b-20).

2) Além do credenciamento histórico fornecido por João, somente aqui o Senhor recebe um segundo e mais sublime credenciamento, com vistas à sua vida, paixão e morte. Porque aconteceu que uma voz veio do céu, dizendo: “Tu és meu Filho amado, do qual me agradei.” Dessa forma Jesus foi autorizado pelo próprio Pai no céu, não apenas por meio da voz no céu, mas também da revelação do Espírito Santo. Consequentemente, Jesus foi confirmado em sua natureza divina e, portanto, como aquele que agrada a Deus.

3) Paralela a essa segunda confirmação, porém, corre uma terceira, que reside em sua natureza e descendência humanas, a verdadeira natureza humana de Cristo, evidenciada por essa genealogia. Essa terceira legitimação não supera a segunda, mas apresenta-se como paralela a ela. Para ser o Redentor da humanidade, Cristo tinha de ser necessariamente tão *verdadeiro Filho do Homem* quanto *verdadeiro Filho de Deus*. Nele era preciso que se manifestasse a união da divindade com a natureza humana em forma pessoal. Contudo, assim como ele era por um lado o Filho do Homem, sobretudo por intermédio do poder da unção com o Espírito Santo, por outro lado ele era também o Filho de Deus, não apenas no sentido de sua descendência divina, eterna, direta do Pai, por ter vindo de lá, mas também em consequência de sua origem histórica de Adão, herdeiro da destinação humano-divina, expressa através da frase no v. 38: **Adão, que era (um filho) de Deus.**

Talvez ainda seja importante mencionar no presente contexto que Lc 1.32 chama Jesus de *Filho do Altíssimo*, enquanto João Batista é chamado apenas de *profeta do Altíssimo* (Lc 1.76). Esse mistério eternamente glorioso, a saber, a *humanidade e divindade de Jesus*, foi duplamente documentado e confirmado por Lucas, pelo nascimento em Belém (Lc 2) e pela árvore genealógica (Lc 3).

SEÇÃO III

JESUS DE NAZARÉ EM SUA ATUAÇÃO COMO CRISTO (MESSIAS) DA JUDÉIA ATÉ A GALILÉIA – LC 4.1-9.50

[Comentário Esperança, Mateus, p. 66, Marcos, p. 60ss]

Sete raios de glória do Cristo na humildade

A. Primeiro raio – O Cristo (Messias) sai vitorioso da tentação.

A genealogia de Jesus no cap. 3 evidenciou que a encarnação inseriu Jesus diretamente na ordem da humanidade iniciada com Adão. O ancestral de Jesus foi Adão. Sempre que nos deparamos com a frase falada ou escrita: “Adão, o ancestral de Jesus”, somos obrigados a silenciar um instante para adorar o quanto o eterno Filho de Deus, Deus de Deus, se humilhou.

Pelo fato de que Jesus, como descendente de Adão, consertou o que este havia estragado e deformado, Paulo o chama de último Adão (o Adão escatológico) ou o segundo Adão (veja 1Co 15.22,45-47; Rm 5.12,18).

Assim como o primeiro, o “último Adão” teve de vencer uma prova.

Será que vencerá ou sucumbirá? Essa é agora a grande questão.

Todos os três evangelhos sinóticos, que conheciam a elevada relevância dessa prova para a eternidade, trazem um relato dela. Ela aconteceu por ocasião do início da atuação pública de Jesus. Ainda apontaremos especialmente para a importância desse dado cronológico.

1. História da tentação em si! - Lc 4.1-13

Essa controvérsia está entre as mais impressionantes de toda a literatura universal. Com respiração tensa acompanhamos o Senhor Jesus, assim como acompanhamos com o olhar uma pessoa que anda por um estreito e trepidante tronco que passa por cima de uma turbulenta correnteza. Apenas um passo em falso e tudo estará perdido.

A mais extraordinária decisão jamais tomada materializou-se naquelas horas da história da tentação, descrita pelo presente evangelho. *Aqui decidiu-se um futuro temporal e eterno para o próprio Jesus e também para nós. Se o último Adão tivesse sucumbido ao teste como o primeiro, não haveria Getsêmani, nem Calvário, nem Páscoa, nem Pentecostes. Nosso destino seria o inferno eterno.*

Debrucemo-nos sobre o texto:

1 – Jesus, cheio do Espírito Santo, voltou do Jordão e foi guiado (para lá e para cá) pelo mesmo Espírito (Santo), no deserto,

2 – durante quarenta dias, sendo tentado pelo diabo. Nada comeu naqueles dias, ao fim dos quais teve fome.

Com as palavras “**cheio do Espírito Santo**” e “**do Jordão**” Lucas liga essa história com a narrativa do batismo. Enquanto outros batizados retornavam para casa após a cerimônia do batismo, a fim de retomar sua antiga profissão com um novo Espírito, descortina-se para Jesus um modo de vida completamente desconhecido, que transcorre de maneira bem diferente da vida anterior. A princípio ele dirigiu-se ao deserto, ao isolamento!

Jesus não foi ao deserto por vontade própria. O Espírito Santo que habitava nele com toda a plenitude impelia-o com força irresistível, não apenas rumo ao deserto, mas para lá e para cá no deserto, com uma finalidade bem determinada.

A intenção de Deus é que Jesus fosse tentado pelo diabo. Portanto, o próprio Deus está por trás desse episódio da tentação no deserto (Cf. Lc 22.31s; 1Co 10.13). E, com base no AT, a pessoa “tentada” sempre é o devoto e justo, e não o ímpio. Cf., por exemplo, Abraão (Gn 22), José, Jó, etc. O objetivo da tentação é a aprovação e o aprofundamento da fé, e não pôr em risco ou até mesmo destruir a fé. (cf. José na casa de Potifar – [Gn 39]). Por essa razão também Tiago escreve: “Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta” (Tg 1.13). – E, já que é assim e não pode ser de outra forma, o cristão sempre precisa alegrar-se quando é conduzido para diversas tentações (cf. Tg 1.2). – Por isso a prece por tais provações também é encontrada diversas vezes no saltério. Leia Sl 26.2; 139.23s; Jr 20.12 (veja também a brochura do mesmo autor “*Warum all das Leid e Übel in der Welt?*” [Por que todo esse sofrimento e maldade no mundo?]).

Por isso a prece a Deus na oração do Pai Nosso: “Não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal” [Mt 6.13], só pode ser interpretada da seguinte forma: “Protege-me do mal, para que ele me não engane – mas, ó Deus, concede-me a vitória quando o inimigo me aflige, me tortura ou me amedronta.”

Satanás entra pessoalmente no campo de batalha, de uma forma como jamais se manifestara anteriormente. Durante estes quarenta dias, o príncipe das trevas deve ter investido com toda a sua milícia contra o Senhor Jesus. Satanás sabia o que estava em jogo (cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 66, e Marcos, p. 60).

Se alguém perguntasse: “Será que encontrar-se realmente com o diabo já é um fato condenável e pecaminoso?”, caberia responder-lhe duas coisas:

A história da tentação do Senhor Jesus pode ser chamada de arrasadora revelação da existência do poder e das leis do reino das trevas. A existência do reino daquele que é pessoalmente mau não é revelada pelo santo Deus. Ele revela-se em fatos como a tentação de Jesus. A história da tentação mostra que o diabo é um espírito maligno, um inimigo de Deus. O diabo conhece a Jesus e por isso o odeia. O diabo conhece a Escritura e por isso a odeia. Ele a odeia e distorce. Distorcer e seduzir é seu contexto, mentir é seu ofício.

É estranho como longos períodos de desenvolvimento do reino de Deus são repetidamente acompanhados de uma reação mais intensa do reino das trevas. – No começo da história da humanidade o pai da mentira se mostra em forma de serpente. Quando Israel está para tornar-se o povo eleito de Deus, ele imita os milagres de Moisés por intermédio de mágicos egípcios. Quando o Filho de Deus aparece na carne, ele multiplica o número dos possesores e tenta fazê-lo tropeçar

pessoalmente. E quando percebe a aproximação da última etapa do reino de Deus, age com fúria, por “pouco tempo” (Ap 20.3).

As tentações que o Senhor Jesus teve de superar aqui no deserto eram muito mais graves que as dos primeiros seres humanos. Eles encontravam-se no esplêndido paraíso, eram visitados por Deus e não sabiam nada a respeito das terríveis tribulações e dos assédios de Satanás. Jesus estava no inóspito deserto, onde havia apenas areia e pedras. Foi ininterruptamente perseguido pelo diabo durante quarenta dias e noites. Era imensa a tensão em seu íntimo, de modo que ele se esqueceu de beber e comer por quarenta dias.

Provavelmente, após o decurso destes quarenta dias, Jesus tenha ficado mortalmente debilitado, e foi esse momento que o tentador aproveitou para a última e decisiva investida.

A PRIMEIRA TENTACÃO – Lc 4.3s

3 – Disse-lhe, então, o diabo: Se és o Filho de Deus, manda que esta pedra se transforme em pão!

4 – Mas Jesus lhe respondeu: Está escrito: Não só de pão viverá o homem! (As palavras “mas de toda palavra de Deus” constam apenas nos manuscritos *koiné* e D).

Agora Satanás recomeça, visando realizar um último ataque. Provavelmente ele se mostra a Jesus na figura de um anjo da luz (2Co 11.14), de forma intencionalmente hipócrita e ofuscante. Aproxima-se como alguém que (por motivos não imediatamente evidentes) se interessa por Jesus e tem pena dele, e cujo verdadeiro caráter e natureza somente são percebidos aos poucos. O Senhor Jesus o reconhece apenas a partir de suas palavras.

Os v. 3 e 4 descrevem uma tentação concebida de forma particularmente sutil. Com comovente empatia, aquele desconhecido deve ter-se aproximado do Jesus completamente exausto pela fome, sugerindo-lhe que transformasse a pedra em pão, por força de sua filiação divina (“Como ele sabe disso?”, certamente pergunta-se Jesus).

O singular “manda que *essa* pedra” em Lucas é mais palpável que o plural “manda que essas pedras” em Mateus. Talvez Satanás até mesmo tenha lhe estendido uma pedra cujo formato evocava o pão e despertava o desejo por comida. – Ou seja, o assassino de almas sempre utiliza o momento propício, o lugar apropriado e as circunstâncias oportunas. Ele está a postos quando estamos sós, quando uma aflição nos tortura e dores nos oprimem, ou quando retornamos de um estudo bíblico.

Como na primeira tentação, no paraíso (Gn 3.1), as palavras “Se és Filho de Deus” são precisas ao expressar uma dúvida. Seu sentido é: “Se de fato és Filho de Deus, então nem sequer precisas passar fome, não tens nenhuma necessidade de permanecer em uma situação de tamanho esgotamento. Isso está aquém da tua dignidade.” Assim Satanás alude à interpelação de Deus no batismo, que dizia: “Tu és meu Filho amado”. Seu intuito é confundir Jesus quanto a essa filiação e ao testemunho do Pai celestial, estimulando-o a adequar sua condição exterior de penúria à sua posição de Filho de Deus.

Jesus percebe seu esgotamento total. A sensação de fome é avassaladora. Portanto, seria injusto trabalhar com os dons concedidos por Deus? Afinal, os dons foram concedidos para que trabalhemos com eles, aumentemos seus benefícios, etc.!

Os dons e poderes que Deus nos confiou, porém, não nos foram dados com finalidade egoísta, mas como meio para um fim. Satanás queria induzir Jesus a aplicar seus poderes milagrosos, concedidos para edificar o reino de Deus, com um fim egoísta, e não como meios para essa edificação. Ao fazer isso, Jesus teria anulado arbitrariamente as condições da vida humana às quais havia se submetido voluntariamente. Teria abandonado sua humilhação, sua encarnação, voltando a apoderar-se de sua filiação divina (i. é, a onipotência e onisciência) e anulando assim, por meio de grandiosos feitos milagrosos, toda a miséria terrena, sem que o pecado (a real e verdadeira causa de toda a miséria) tivesse sido eliminado. Com isso teria inviabilizado o programa de sua vocação.

Contudo, Jesus não tinha a intenção de apegar-se à filiação divina, pois havia se despojado dela, i. é, renunciado a ela. Era vontade de Deus que ele deixasse sua provisão e proteção físicas inteira e exclusivamente nas mãos do Pai celestial. “Buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas (as necessidades temporais) vos serão acrescentadas” [Mt 6.33]. Essa palavra haveria de confirmar-se primordialmente nele mesmo. *Quem se dedica integralmente à causa de Deus e aos seus sagrados objetivos* não precisa nem deve, quando Deus assim o determinar e conduzir, debater-se com preocupações pelo alimento. Quando as forças naturais (nesse caso o pão) não bastam, Deus

faz um milagre. É o que afirma a palavra a que recorre o Redentor diante do tentador: “**Não só de pão viverá o homem.**” Desse modo Jesus insere-se integralmente no contexto das *pessoas*, não querendo assumir uma posição privilegiada *como Filho de Deus. Não se interessa por nenhuma outra filiação divina que não aquela que engloba a sua humanidade*. Se socorresse a si mesmo *como Filho de Deus*, ele não seria mais um exemplo para os humanos.

A expressão **o homem** nos lábios de Jesus lembra Satanás de que *Jesus, embora seja o Filho de Deus, está decidido a cumprir integralmente as condições da existência humana*. Como todos os seres humanos, ele deseja rogar diariamente ao Pai pelo pão, esperando-o da mão dele. Está determinado a suportar fadiga e fome sem se refugiar em algum recurso arbitrário de atenuação. Ele declara que a ciência de sua dignidade como Filho de Deus e verdadeiro Deus jamais o levaria a renegar por um instante sequer sua humilde existência como ser humano. Em tudo ele pretende confiar integral e irrestritamente em seu Pai celestial. Ele, o Pai celestial, procederá bem em tudo.

Um terceiro aspecto evidencia o quanto o Senhor leva a sério sua condição humana: ao responder aos ataques de Satanás, Jesus não se reporta à voz celestial que se aproximara dele quando fora batizado no Jordão (Lc 3), mas à palavra de Deus, que **está escrita** na Escritura de Moisés. As palavras com as quais derrota o diabo não são palavras novas, definidas por ele mesmo, mas palavras de Deus há muito ditas e tiradas da Escritura já anotada. Como israelita devoto, ele recorre, com confiança filial, ao consolo e arrimo de sua existência humana existentes nas palavras da Escritura, palavras de seu Deus para a dura situação atual na hora da tentação. Não apenas: “Eu e o pai somos um” [Jo 10.30], mas também: Eu e a humanidade somos um!

A palavra da Escritura em Dt 3.3 não significa que Jesus e nós não precisemos de alimentos para o sustento da vida. Deus fez o pão para nutrir o ser humano. Contudo Deus pode, se quiser, cuidar de pessoas e sustentá-las também de outro modo (Dt 29.5). Por essa razão Deus permitiu que o povo sofresse fome no deserto, saciando-o depois com o maná, para deixar claro que o ser humano vive sobretudo daquilo que se forma por intermédio da palavra de Javé, i. é, por ordem de Javé. Isso significa: A palavra de Javé constitui uma força tal que nos mantém com vida (Sl 33.9).

Era assim que Jesus considerava a palavra do AT, superando vitoriosamente a tentação, que Israel não havia superado.

Resumindo:

O sentido da primeira tentação é:

a) Fé é confiança filial irrestrita. Deus pode e também sustentará onde não existe nada, onde tudo contradiz a razão (Lc 5.1ss).

b) *Conseqüentemente*, a fé é o uso correto dos *dons* concedidos por Deus.

A SEGUNDA TENTACÃO – Lc 4.5-8

5 – E, elevando-o, (o diabo) mostrou-lhe, num momento, todos os reinos do mundo.

6 – Disse-lhe o diabo: Dar-te-ei toda esta autoridade e a glória destes reinos, porque ela me foi entregue, e a dou a quem eu quiser.

7 – Portanto, se prostrado me adorares, toda será tua!

8 – Mas Jesus lhe respondeu: Está escrito: Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a ele darás culto.

A tentação que Mateus relata como sendo a terceira é apresentada por Lucas como a segunda tentação. Essa inversão provavelmente se deve ao fato de que Mateus descreve os ataques em ordem cronológica. Lucas, por seu turno, presumivelmente observa uma seqüência gradativa dos locais: o **deserto**, a **montanha**, a **cidade santa**.

O diabo conduziu Jesus para o alto, mostrando-lhe dali todos os reinos do orbe terrestre, particularmente “num momento”. O tentador afirma que toda essa esfera de poder e sua glória lhe fora entregue. Por isso também poderia passá-la adiante segundo seu bel-prazer. O diabo exige de Jesus que o adore se quiser o que oferece.

Essa condição (a adoração) que Satanás relaciona com a transferência de seu senhorio foi considerada uma tentação grosseira demais. Qualquer israelita teria rejeitado, imediatamente e com indignação e justa ira, uma proposta dessas. O sentido é, porém, o seguinte:

O povo de Israel havia recebido de Deus a promessa de reinar sobre os outros povos, motivo pelo qual aguardava o Messias, por meio do qual essa promessa deveria ser cumprida.

Portanto, não havia absolutamente nada incorreto no desejo de avançar em direção a esse futuro. É a essa incumbência que Deus dera ao povo que o inimigo se reporta. Do cume da montanha o tentador lhe mostra, em um único relance, todos os reinos do mundo, toda a terra habitada. Foram magia e ofuscamento satânicos. Todos os milagres satânicos têm uma faceta enganosa. Possuem uma aparência fascinante (2Ts 2.9). Não são milagres de bênção, que conduzem a Deus, mas artifícios, ilusão fantástica, que desviam as almas de Deus. Estaríamos muito equivocados se imaginássemos o tentador como aquela figura distorcida em que a Idade Média o transformou.

- 6 A palavra do diabo “**Todo esse poder e sua glória... me foi entregue**” contém a alusão a uma reivindicação legítima de senhorio. Portanto, como podemos inferir, antes de sua rebelião Satanás tinha recebido nossa terra como seu domínio. No entanto, foi destronado! E diante dele encontra-se aquele a quem havia sido prometida a soberania sobre o mundo (cf. Sl 2.8; Dn 7.13s; etc.) e que agora viera para destruir as obras do diabo (1Jo 3.8b). A afirmação “**Eu a dou a quem eu quiser**”, pela qual o diabo se declara soberano absoluto e irrestrito da terra, é uma grande mentira. É inegável que Satanás exerce um terrível poder no mundo. É capaz de elevar a pessoa favorecida por ele ao mais alto degrau do poder terreno. É o que a experiência demonstra repetidamente. O próprio Jesus fala do *archon* deste mundo, i. é, do *detentor de poder e soberano deste mundo*, em Jo 12.31; 14.30; 16.11. O Senhor levou este potentado sumamente a sério. E também os apóstolos do Senhor sabem do terrível poder do *deus deste éon* [desta era] em 2Co 4.4 e Ef 6.12. E toda pessoa que trabalha no reino de Deus pode relatar a respeito desse *terrível* fato de ter o *terrível* inimigo dentro e em redor de si, pela mais amarga experiência própria. O cristão sabe como é poderoso o velho inimigo mau. Porém – e novamente porém – apesar dessas declarações sobre o diabo como inimigo mortal de Deus, a fé sempre, constantemente, pode testemunhar maravilhosamente o singular e único Deus do céu e da terra! O cristão tem certeza do bendito fato de que em tudo o que vem a seu encontro ele não precisa contar com dois senhores, ou seja, Deus e Satanás, mas apenas e integralmente com o único Senhor. Foi isso que também sustentou o Senhor, como nosso inigualável exemplo, nessa segunda tentação pelo diabo. Contou exclusivamente com Deus, seu Pai.

Jesus havia desmascarado a artimanha do diabo. Jesus também conhecia as promessas que haviam sido dadas ao povo de Israel e a seu Messias em vista da primazia de Israel sobre os demais povos. Contudo, em lugar algum a Escritura dizia que essas promessas dadas no AT acerca da eleição divina e universal de Israel dentre as nações forçosamente significaria, p. ex., *um privilégio exterior ou uma posição de domínio político* de Israel sobre os povos. Era precisamente esse o elemento satânico na intenção tentadora do diabo. – Infelizmente, na época de Jesus o povo eleito já havia se devotado inteiramente a essa dimensão satânica da *imagem política universal do Messias* (cf. o exposto sobre Lc 3, no tocante à falsa expectativa messiânica daquele tempo, e ao 17º salmo de Salomão).

O assédio sedutor de Satanás na segunda tentação, portanto, consistia em que Jesus deveria ceder, no curso de sua obra, aos desejos messiânicos *terrenos* do Israel carnal. Desse modo ele conquistaria o favor do povo e a cooperação dos líderes religiosos (os fariseus e escribas). Então colheria um triunfo após o outro, levando, pois, à gloriosa e esplendorosa realização e execução das promessas do AT acerca de Israel e seu Messias. Essa era a interpretação satânica da Bíblia.

Também nós conhecemos mais do que suficiente a recorrente exegese satânica da Bíblia que perdura até a atualidade. Basta recordar os entusiastas, os hereges, as maléficas seitas, todos os movimentos ocultistas, o livre-pensamento na filosofia e na teologia.

Também desta vez Jesus sai vitorioso da tentação, rejeitando a oferta do diabo com as palavras: “Ao Senhor, teu Deus, venerarás prostrado e só a ele servirás!” Essa declaração é citação de Dt 6.13 conforme o texto alexandrino da Septuaginta. O texto hebraico diz: “A Javé, teu Deus temerás, a ele honrarás.”

A resposta de Jesus, que também pode ser traduzida como “**Ao Senhor, teu Deus, adorarás e somente a ele servirás**”, passou a ser o grande lema de sua vida na terra. Com tudo o que é e possui, ele coloca-se à disposição obediente do Pai e de Deus. “O Filho nada pode fazer de si mesmo (“não poder” não deve ser interpretado segundo a natureza do Filho, mas segundo sua vontade), senão somente aquilo que vir fazer o Pai” (Jo 5.19). Quem adora a Deus *abre mão de si integralmente*, a fim de perder-se totalmente para Deus em obediência incondicional a cada instante, dissolvendo-se no seu serviço. A palavra para *servir* (*latréuo*) designa, no presente caso, o serviço sacerdotal. A vida e atuação de Jesus foram um constante serviço sacerdotal na singela obediência, até a morte,

sim, até a morte na cruz (Fp 2.8). “Embora sendo Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu” (Hb 5.8).

Esse aspecto de obediência absoluta também deve ser conferido à nossa vida por intermédio de Jesus. Deve ser sustentado pela adoração a Deus e devoção a ele no serviço sacerdotal (*latréuo*). – Essa trajetória de obediência, no entanto, representa uma *trajetória de sacrifício* radical. Cabe render-se constantemente, com todos os desejos vãos, teimosos e arbitrários, sobre o altar de Deus, entregando assim a vida como oferenda a nosso Deus (cf. Rm 12.1).

Esse sacrifício em que constantemente entregamos ao Senhor a nós mesmos e a vida – inclusive e principalmente em todos os instantes críticos do dia-a-dia – é obediência diante da vontade de Deus. Ele é, como Paulo ainda acrescenta, “o culto a Deus condizente com a palavra”. É importante que aqui se use para “culto a Deus” a mesma palavra grega (na forma de substantivo) que Jesus emprega na frase “E somente a ele **servirás** (a saber, *latreia*)”, ou seja, o serviço sacerdotal em devotada obediência.

Essa obediência que “sacrifica”, e por meio da qual se processa a santificação do cristão, só tem um único comportamento: obediência integral, pura, pontual, conscienciosa e alegre!

Sintetizando: na segunda tentação, Jesus deveria simbolizar e incorporar vitoriosamente a obediência incondicional, não-dividida e alegre, que constitui o outro lado tão importante da autêntica fé.

A TERCEIRA TENTAÇÃO – Lc 4.9-12

9 – Então, o levou a Jerusalém, e o colocou sobre o pináculo do templo, e disse: Se és o Filho de Deus, atira-te daqui abaixo!

10 – Porque está escrito: Aos seus anjos ordenará a teu respeito que te guardem;

11 – e: Eles te susterrão nas suas mãos, para não tropeçares nalguma pedra!

12 – Respondeu-lhe Jesus: Dito está: Não tentarás o Senhor, teu Deus!

A vitória de Jesus na primeira tentação deixou claro o que está em jogo no uso correto dos dons concedidos por Deus e que “fé” genuína é confiança ilimitada e incondicional em Deus, o Pai. O Pai há de fazer tudo bem feito!

A segunda tentação mostrou Jesus como aquele que demonstrou a obediência integral e alegre da fé, que não faz concessões nem para a esquerda nem para a direita, e que tampouco se inclina diante do eu ou diante do mundo.

A terceira tentação nos revela um terceiro lado da “fé de Jesus Cristo”, sendo também aqui a fé vista como genitivo subjetivo, i. é, como traço essencial da pessoa de Jesus.

Essa última tentação no deserto constitui um estímulo para a exacerbação ou **agudização** da *essência da fé*.

Por se tratar, nessa tentação, da exacerbação da fé, o diabo recorre pessoalmente à *palavra de Deus*, citando o Sl 91.11s. “Está escrito: Aos seus anjos ordenará por tua causa que te guardem, e eles te carregarão nas mãos, para não tropeçares nalguma pedra.” O diabo havia notado que Jesus desembainhara duas vezes uma palavra da Escritura como espada do Espírito. Então o diabo tenta também utilizar a mesma arma. Sua arguição tem como base uma conclusão *a fortiori* (rumo ao elemento mais forte): “Se Deus é capaz de proteger dessa maneira o justo comum, quanto mais ele o fará contigo, que és seu Filho!”

É significativo que Satanás, nesta terceira tentação, cite uma *grande palavra de fé* da Escritura, do Sl 91, o salmo de fé do AT, a fim de desviar o Senhor (leia esse salmo de fé).

Em que consiste o elemento tentador, o satânico, nessa terceira tentação?

Em nossa opinião trata-se do seguinte: Jesus deve declarar-se publicamente como Messias, i. é, como Redentor do povo. Nessa notória proclamação, que ainda por cima aconteceria diante do santo templo em Jerusalém, Jesus deve agir com fé audaciosa. – Isso parece ser autenticamente bíblico e de acordo com a fé. Contudo, há um calcanhar de Aquiles em tudo isto: em um ato de fé tão arbitrário, a majestade e santidade de Deus não seriam honradas e respeitadas, mas desafiadas e coagidas. O relacionamento entre o Pai celeste e o Filho em peregrinação sobre a terra seria totalmente invertido. O Filho se tornaria Senhor, e o Pai seria degradado a servo! – Algo inconcebível! Na verdade era esse o pecado do próprio diabo, que queria apoderar-se como um ladrão da igualdade com Deus, que ele não possuía (bem ao contrário de Jesus, que desde a eternidade era essencialmente igual a Deus). – Ele pretendia seduzir Jesus para esse tipo de causa satânica.

Ao responder, Jesus chama a intenção do diabo de **tentar a Deus**. Aqui o idioma grego apresenta um termo mais intenso do que simplesmente *peirázein* = tentar (como no v. 2). Aqui aparece *ekpeirázein*. Talvez possamos reproduzir a intensificação com “desafiar insolentemente a Deus”. – De acordo com a concepção de Jesus, bem como de toda a Escritura, essa é a maior blasfêmia.

Isso não passa de provocação a Deus, e até mesmo uma ameaça por parte da criatura, de que, se o Criador não socorrer imediata e instantaneamente a criatura, ela demitirá o Criador. Isso é blasfêmia.

A majestade do onipotente e santo Deus demanda que nossa confiança nele seja irrestrita e nossa obediência, não-dividida! Podemos confiar que ele socorre em qualquer situação, mas jamais podemos prescrever-lhe a intervenção. Temos o privilégio de servir-lhe em obediência total como filhos e com alegria, mas nunca comandar ou ordenar o que ele deve fazer.

Fé genuína, assim como Jesus viveu e prefigurou, é a dependência filial voluntária do Pai no céu, a coisa menos autônoma que existe em toda humanidade.

Em outras palavras: a melhor e mais ditosa condição na terra não é estar nos pináculos do templo, bem “por cima”, mas permanecer “por baixo”, sentado aos pés de Jesus, aprendendo de suas palavras, sendo mendigo em espírito, confessando como o centurião de Cafarnaum: “Não sou digno de que entres em minha casa” (Mt 8.8). “Sou indigno de todas as misericórdias e de toda a fidelidade” (Gn 32.10). “Não sou digno de desatar-lhe as correias das sandálias” (Jo 1.27). “Eis que me atrevo a falar ao Senhor, eu que sou pó e cinza” [Gn 18.27]. Essa é a posição mais bem-aventurada na terra! – É ali que cumpre permanecer! Ali acontece o crescimento genuíno da fé, que tem alegre consciência da dependência permanente do filho em relação ao Pai.

Lutero afirma:

No templo o menino pressentira: ‘Tenho de estar naquilo que é de meu Pai’, e o sagrado pressentimento lhe fora confirmado ao ser batizado no Jordão. Agora ele deve comprovar, no alto do templo, por meio de um salto, que também lá na altura ele se encontra no que é de seu Pai. Como é diabólica essa ironia!

E na seqüência o tentador até mesmo torna-se ‘doutor da Sagrada Escritura’, dizendo: ‘Como estás apelando tanto para a Escritura, também te direi um verso que te dará coragem: Ele ordenou a seus anjos a teu respeito, etc. Por meio de tua milagrosa preservação conquistarás todo o mundo. E justamente os devotos que se apegam ao templo, que na verdade são os que aqui importam, hão de aderir a ti e dizer: Esse é o enviado de Deus, o Messias, que Deus está enviando palpavelmente até nós.’ É dessa maneira que o diabo tenta seduzi-lo para uma fé que no fim das contas nem mesmo é fé, mas presunção espiritual, exacerbação e exagero da fé, ou seja, transposição dos limites da fé.

Com a singela palavra que o Senhor contrapõe ao tentador: **‘Dito está: Não tentarás o Senhor, teu Deus!’**, o Senhor evidencia inicialmente que a Escritura precisa ser explicada pela Escritura, condenando a arte negativa, definhada, de iludir as almas com uma Escritura encurtada ou alongada. Afinal, o velho inimigo deixou fora as palavras ‘em todos os teus caminhos’. O salto arbitrário nos ares não é um caminho no qual os anjos possam proteger, mas significa tentar a Deus. E isso é o que Jesus considera como o ponto mais perigoso.

Até aqui as palavras de Lutero.

Essa terceira tentação, cujo objetivo é precaver-nos contra a transgressão da fé para o lado da exacerbação e insolência, constantemente ameaça os cristãos em dois sentidos. Referimo-nos às supostas curas milagrosas e a ostentação das chamadas revelações do Espírito.

Acerca das curas milagrosas, Karl Heim afirma:

Para quem não sabe nada de Deus e não é pessoa que ora, é evidente que nas enfermidades existe apenas uma ajuda, a saber, chamar o médico.

Contudo, quando temos uma vida de oração, surge involuntariamente a idéia: será que consultar um médico não seria incredulidade, uma desconfiança última contra a onipotência de Deus? Acaso não está escrito: Eu sou o Senhor, teu médico? Não deveríamos ousar algo grandioso em Deus e soltar o apego a recursos naturais? O tratamento médico não seria o terreno a que sempre nos apegamos na incredulidade? Será que não deveríamos tomar um impulso e saltar para o vazio, para nos deixar carregar exclusivamente pela onipotência divina? Ou seja, nenhuma cirurgia, nenhum remédio, porém unicamente Deus?

Na terceira tentação Jesus foi confrontado com a mesma pergunta, com a qual centenas de cristãos se deparam constantemente. Posso fazer uso dos meios naturais? Ou será que isso é pequenez da fé? Devo largar a segurança pelos meios naturais? Que é certo perante Deus?

Existem horas em que podemos renunciar pela fé a todos os meios naturais, deixar cair todas as boas escoras, pisar em chão vitorioso e esperar cura exclusivamente pelo poder milagroso de Deus. Muitos cristãos constantemente o experimentaram e experimentam também nos dias atuais. *Contudo não podemos produzir pessoalmente essa hora. É prerrogativa de Deus fazer isso.* Do contrário nos afastamos da relação filial com Deus. *A fé sempre tem de ser obediente.*

Até aqui as palavras de Karl Heim.

Acrescentamos: o poder de Deus revela-se de três maneiras, a saber, da maneira que ele deseja. Ele manifesta-se pela intervenção direta em nosso corpo enfermo, concedendo restauração e cura de forma milagrosa e perfeita. Ele elimina uma grave doença como o câncer, ou uma demorada tuberculose pulmonar, ou uma incurável enfermidade estomacal ou intestinal, etc. Em outras ocasiões, Deus ajuda por meio da cirurgia e do auxílio médico, curando a doença. Uma terceira situação é quando Deus ajuda a suportar a enfermidade. Recordamos particularmente a Paulo, a quem Deus manda dizer: “A minha graça de basta” (2Co 12.8-10).

A forma com que Deus socorre em cada caso, se pela eliminação repentina do sofrimento, se pelo médico ou ajudando a suportar o sofrimento – *isso é determinado unicamente por ele!* Qualquer uma das três formas redundará em bênção para o filho de Deus!

Quanto à ostentação de conhecimentos e revelações mais novas, mais profundas e maiores da Escritura, Krummacher, ao tratar a terceira tentação, expõe o seguinte: “disfarçado na figura de um anjo da luz, o tentador tenta seduzi-lo para fora da sua pequena condição. Ele lhe conduz à cidade santa e aos pináculos do templo. Ele o leva a uma especulação sobre mistérios insondáveis. O tentador avança e lhe ensina a considerar pensamentos próprios como revelações do Espírito, valorizando mais a luz interior do que a palavra escrita. – Então cumpre gritar: “Está escrito!”

Acrescentamos: o tentador analisa seu público-alvo. Ele sabe que amamos a Escritura e estamos familiarizados com a Bíblia; então o tentador chega a nós com a Escritura, e seus lábios tentadores exclamam: “Está escrito!”

Conseqüentemente, nesta terceira tentação o tentador tem a ousadia de colocar a palavra da Escritura a serviço de seus próprios interesses. Também nós estamos entregues a essa tentação quando, como “eruditos da Escritura”, construímos o nosso sistema de pensamento que depois é divinamente sacramentado com auxílio de palavras da Escritura. Já sucumbimos ao tentador quando queremos dispor da palavra. No entanto, não é assim que a palavra de Deus deve dispor de nós? Coagimos a Escritura para que sirva a nós, ao invés de sermos servos da palavra. Foram trocadas as competências, e o tentador consegue chegar ao ponto de que a Escritura seja usada para esfacelar a palavra de Deus!

Chegamos ao final da história da tentação. **A fé do Senhor Jesus** (cf. Gl 2.20) e, por conseqüência, toda a fé genuína, vista a partir da história da tentação, contém três coisas:

- 1) Fé é confiança incondicional e irrestrita (1ª tentação)
- 2) Fé é obediência incondicional e integral (2ª tentação)
- 3) Fé é dependência filial incondicional e humilde e não uma transgressão arbitrária dessa atitude (3ª tentação).

O Senhor permaneceu vitorioso! Essa primeira grande vitória oficial decidiu todo o curso de sua vida, como a queda do primeiro Adão foi decisiva para todo o gênero humano! Essa primeira vitória de Jesus constituiu o fundamento de todas as vitórias posteriores, como a primeira vitória de Adão também teria sido o fundamento da vida do gênero humano como tal (Rm 5).

A primeira vitória do Senhor conduziu-o de vitória em vitória, de luz em luz – não no sentido de um descanso nos louros da primeira vitória – mas no de criar uma raiz viva, a partir da qual se processou um crescimento de fé em fé.

Jesus saiu da escola da tentação e provação com um sólido programa para seu “ministério e serviço do Cristo”. E ele de fato executou esse programa do Cristo passo a passo, hora a hora, até sua morte, sim, até a morte na cruz.

Abençoado e fortalecido, por meio do batismo no Jordão e da provação no deserto, ele dirige-se à humanidade que por ele espera, a fim de redimi-la e libertá-la de pecado, morte e diabo, concedendo e devolvendo-lhe o que outrora lhe pertencera, mas que ela havia esbanjado e perdido ao desviar-se de Deus – a saber, perdão dos pecados, vida eterna e bem-aventurança.

2. A frase final da história da tentação – Lc 4.13

13 – Passadas que foram as tentações de toda sorte, apartou-se dele o diabo, até momento oportuno (até outra hora ou até outra oportunidade). [Hb 4.15]

Muitos comentaristas relacionam a expressão **até momento oportuno** com a luta de Jesus no Getsêmani. – Nós, porém, somos da opinião de que a expressão grega *achri kairou* deve ser traduzida como “até outra oportunidade”. O diabo ficaria esperando ociosamente até a hora do Getsêmani, mas aproveitaria incessantemente todas as oportunidades para fazer o Senhor tropeçar. Satanás prossegue suas tentações, seja por meio dos adversários de Jesus (os fariseus, que em todas as suas interrogações tentavam armar uma cilada para o Senhor), seja por meio de seus amigos (veja a resposta de Pedro em Mt 18.21s). *Nós, porém, “vimos a sua glória”* (Jo 1.14).

B. O segundo raio: O Cristo atua de cidade em cidade e de aldeia em aldeia. – Lc 4.14-5.11

O caminho que Jesus precisa percorrer está nitidamente delineado. Ele visitará seu povo, peregrinando de cidade em cidade, de aldeia em aldeia. Toda vez que ouvir o chamado de Deus para isso, ele obedecerá. Por impulso do Espírito divino, com o qual sua vontade era unânime, ele falará e agirá. Quando fizer milagres, terá a intenção de apenas fornecer às pessoas uma prova visível da salvação que ele traz, e de estimulá-los a apropriar-se dela.

1. O começo da atuação de Jesus na Galiléia – Lc 4.14s

[Comentário Esperança, Mateus, p. 71, e Marcos, p. 65ss]

14 – Então, Jesus, no poder (*dýnamis*) do Espírito (Santo), regressou para a Galiléia, e a sua fama correu por toda a circunvizinhança.

15 – E ensinava nas sinagogas, sendo glorificado por todos.

Esse v. 14 conecta-se diretamente com o v. 1, complementando-o. Jesus deixou o Jordão (v. 1) para retornar à Galiléia (v. 14). A permanência no deserto representou na prática uma parada ao longo desse caminho, por estímulo do Espírito Santo. Antes que ele, no entanto, retornasse da tentação para a Galiléia, voltou ao Jordão, ao local do batismo de João Batista, para ali convocar, conforme nos informa o evangelista João (Jo 1.29-51), os primeiros seis discípulos para o seguirem. Na seqüência rumou a Caná na Galiléia (Jo 2.1-11). De lá peregrinou por toda a Galiléia, atingindo também Cafarnaum (Lc 4.23). Finalmente o Senhor rumou para Nazaré. Depois de ser enfaticamente expulso de Nazaré, Jesus mudou-se com a mãe e os irmãos (Jo 2.12) para Cafarnaum, onde permaneceu primeiro por pouco tempo, estabelecendo-se mais tarde, após o retorno de Jerusalém (Jo 2.13-4.54), definitivamente naquela cidade, e transformando Cafarnaum em “sua cidade” (Mt 4.13; 9.1). – (Observe-se que Mateus recupera esse relato sobre a pregação em Nazaré somente em Mt 13.54-58, e Marcos em Mc 6.1-6a.). Condução e direção pelo Espírito Santo numerosas vezes coincidem com o “empurrão” e a guinada trazidos pelas circunstâncias.

O v. 14, no entanto, não é apenas uma ligação cronológica com o v. 1, mas também no conteúdo, pela retomada da expressão “cheio do Espírito Santo”.

Essa visão da atuação de Jesus no contexto da atuação do Espírito Santo é particularmente peculiar ao evangelho de Lucas. Nos cap. 1-3 já chamamos atenção para esse fato. Veja-se ali o exposto sobre Lc 1.15,17,35,41,67,80; 2.25-27,40; 3.16,22; 4.1.

Que significa “no poder do Espírito Santo”? O mesmo Espírito que havia conduzido o Senhor ao isolamento (Lc 4.1), para longe das pessoas, leva-o agora à cena pública, às pessoas. Com isso fica claro que Jesus se deixa conduzir em tudo pelo Espírito Santo. Isso vale também para nós. Quem sempre abre sua vida para o eu e suas demandas, não está aberto para a condução por intermédio do Espírito Santo. A pessoa que se abre em direção de Deus é conduzida pelo Espírito Santo. O Espírito de Deus a conduz, seja para o silêncio, para o meio das pessoas, para o descanso ou também para o trabalho. O Espírito Santo conhece a proporção correta entre repouso e trabalho, entre “inalar” e “expirar” no tocante ao serviço no reino de Deus. O Espírito Santo sabe qual é o silêncio correto e o testemunho apropriado.

Com frequência perdemos essa disponibilidade para nos deixar guiar pelo Espírito de Deus. Por essa razão acontece a confusão.

Lucas fala “do poder” do Espírito Santo. No caso do Senhor, suas palavras e obras poderosas (milagres) fluíam da fonte de poder do Espírito Santo. O termo grego para poder (*dýnamis*) contém a característica de ser poderosamente movente, daquilo que poderosamente restaura e coloca de pé.

Nós, no entanto, formulamos a partir do termo *dýnamis* a palavra dinamite, com a qual designamos um explosivo altamente destrutivo.

Contudo, onde opera o Espírito de Deus e não o espírito dos humanos e do eu, ali não há destruição, e sim edificação. Onde o Espírito de Deus, a força dinâmica divina, atua, ali é gerado algo criativo, divino, eterno. A grande força motriz, as realizações criadoras dos “santos na luz” são sempre uma dinâmica autêntica partindo do poder do Espírito Santo. Embora esses “santos da igreja de Jesus” com frequência fossem pessoas fisicamente fracas, doentias, elas mesmo assim realizaram feitos que muitas vezes não são repetidas pelas saudáveis e fortes. O Espírito do Senhor, que é um Espírito de poder, produz coisas grandiosas também através de instrumentos frágeis – e até mesmo muito mais justamente por meio deles.

Retornemos ao texto.

Líamos no v. 14b que **Jesus retornou para a Galiléia**. “Isso não é propriamente óbvio. O movimento messiânico começou na Judéia por meio de João Batista. Portanto, seria mais lógico começar lá com a atuação. Além disso, Jesus foi solenemente introduzido na Judéia através dos acontecimento no Jordão, e a Judéia, com a capital Jerusalém, na realidade é a verdadeira sede do povo de Deus. Lá está o templo. Lá são celebrados os sacrifícios. Para lá afluíam as massas. Lá estão os sacerdotes. Lá estão as escolas dos escribas. Lá está a tradição dos profetas. Logo, seria de esperar que Jesus começasse por lá. Mas ele vai para a Galiléia. Mais tarde Jesus também chegará à Judéia” (Gutzwiller).

Jesus anunciará o evangelho e realizará milagres também na Judéia e em Jerusalém (cf. Jo 2.23). Em Jerusalém, Jesus sacrificará a si mesmo como oferta pela redenção de muitos. Em Jerusalém Jesus consumará a obra da redenção. Porém essa hora ainda não chegou. Na Galiléia, a terra desprezada, ele primeiramente pretende reunir sua igreja. É pelos desprezados, pelos humildes, pelos rejeitados que anseia seu coração de Salvador. Esses estão dispostos a acolhê-lo. Os poderosos, “os ricos, os orgulhosos de espírito, não são receptivos. Crêem-se capazes de ajudar a si mesmos. Quem crê em auto-salvação não espera pelo Redentor. Quem confia em força e poder pessoais não sabe que depende da graça.”

Com a Galiléia definiu-se fundamentalmente no evangelho de Lucas o lema da introdução. As partes principais do evangelho estão subdivididas de acordo com os espaços geográficos. A primeira parte do relato de Lucas acontece na Galiléia, a segunda no caminho da Galiléia para a Judéia (muitas vezes na fronteira entre os dois territórios), e a terceira na própria Judéia. Dentro desses três espaços Lucas compõe a sequência dos acontecimentos também em certa ordem cronológica, mas apenas em grandes traços, porque seu interesse é mais o aspecto *temático* que o *cronológico* dos acontecimentos.

Jesus agora retornou para a Galiléia completamente diferente do que era na época em que fora da Galiléia para o Jordão, até João Batista. O Espírito Santo, que na ocasião do batismo viera sobre Jesus para capacitá-lo de modo especial para seu serviço, mostrou-se como a força-*dýnamis* que o capacitou para uma atuação “sensacional”. Através do Espírito Santo ele realizou prodígios e milagres, a respeito dos quais Nicodemos afirma: “Ninguém é capaz de realizar milagres como Jesus” (Jo 3.2). Sua fama expandiu-se em toda a região. Apresentava-se regularmente, ensinando nas sinagogas. Em todos os lugares ele obtinha grande reconhecimento e era elogiado como pregador (Mt 7.29). Jesus mostrava-se no meio do povo. Sua mensagem não é coisa particular, assunto provinciano, evento oculto, mas a realidade mais pública do mundo. A pedra foi lançada na água e forma um círculo de ondas após o outro. Cada vez maior e mais distante – até que todos os círculos batam contra a margem das eternidades. Ressoou a nova melodia. Nunca mais se calará – nem mesmo nas eternidades.

Ensinava em suas sinagogas. “Jesus também ensina em outros locais. À margem do lago, na encosta das colinas, nas casas, mas primordial e repetidamente nas sinagogas, pois ali o povo se congrega, ali são lidos a Torá e os profetas. Por isso estão na sinagoga os pontos de conexão interno e externo para o ensinamento de Jesus. Ensinar é a primeira coisa a ser enfatizada. Esta não é a coisa mais importante na vida de Jesus. Sua morte e sua ressurreição são mais importantes. Se, não obstante, o ensinamento é salientado aqui em primeiro lugar, isso serve para destacar a relevância da palavra” (Gutzwiller).

Também nós precisamos sempre dar ouvidos à palavra de nosso Redentor. Palavras humanas não deveriam impedir-nos de ouvi-lo! Não é a ciência que soluciona os enigmas últimos e responde às perguntas mais profundas, mas a palavra de nosso Redentor somente.

As *sinagogas* em que Jesus se apresentava como pregador itinerante eram locais de reunião que existiam desde o retorno do exílio, talvez desde antes do cativeiro. Esses locais de culto existiam em todos os lugares, inclusive em outros países onde houvesse uma pequena congregação judaica (mesmo que fossem apenas 10 famílias). As pessoas reuniam-se ali no sábado e também na segunda e na quinta-feira, os dias de tribunal e mercado. Os presidentes da sinagoga assentavam-se sobre um local elevado na extremidade da sala. Quando alguém solicitava fazer uso da palavra, o que era um direito de cada homem israelita adulto, ele expressava essa intenção colocando-se em pé. Nas sinagogas não havia leitores oficialmente incumbidos. Qualquer membro masculino capaz podia participar da leitura das passagens da Escritura. No começo da celebração eram lidos trechos do Pentateuco. A leitura dos trechos de livros proféticos formava o encerramento do culto. Ainda podia ser acrescentada uma explicação das leituras proféticas proferidas, se alguém tivesse manifestado esta intenção previamente. Essa pregação também não seguia uma formalidade oficial. Aquilo que Lucas relata sobre Jesus era o uso geral: ele colocou-se em pé para ler o texto profético, mas depois da leitura sentou-se para apresentar sua mensagem. Ainda cumpre mencionar que se gostava de conceder oportunidade a “pessoas de fora” para proferir uma palavra na sinagoga (At 13.15).

[15b] **Era glorificado por todos**, lemos no v. 15b. Sua estatura, seu modo de falar e comportar-se, sua presença e sua atuação revestem-se de um caráter irresistível. Quem não ouve com preconceito e não está interiormente condicionado e endurecido contra ele, acaba por admirar e amá-lo. Ele constrange a uma decisão. As massas movimentam-se. Todos assumem uma posição de aceitação ou rejeição. Não há neutros, pessoas que permanecem indiferentes e à margem. A primeira reação não é a resistência, mas o *doxázein*, i. é, honrar e glorificar. A resistência à Palavra manifesta-se somente aos poucos, adensando-se para uma verdadeira frente de hostilidade. Porém no começo está a jubilosa adesão. Tudo soa como um novo cântico, e acontece um novo impulso. Conseqüentemente, essas poucas palavras desenham a atuação na Galiléia como ensino e atuação em amplitude, como um suscitar da alegria e como uma obra do Espírito Santo.

2. A primeira pregação de Jesus em Nazaré – Lc 4.16-30

[Comentário Esperança, Mateus, p. 241ss, e Marcos, p. 194ss]

16 – Indo para Nazaré, onde fora criado, entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o seu costume, e levantou-se para ler.

17 – Então, lhe deram o livro do profeta Isaías, e, abrindo o livro, achou o lugar onde estava escrito:

18 – O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres (indigentes); enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos,

19 – e apregoar o ano aceitável do Senhor.

20 – Tendo fechado (enrolado) o livro, devolveu -o ao assistente e sentou-se; e todos na sinagoga tinham os olhos fitos nele.

21 – Então, passou Jesus a dizer-lhes: Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir.

22 – Todos lhe davam testemunho, e se maravilhavam das palavras de graça que lhe saíam dos lábios, e perguntavam: Não é este o filho de José?

23 – Disse-lhes Jesus: Sem dúvida, citar-me-eis este provérbio: Médico, cura-te a ti mesmo; tudo o que ouvimos ter-se dado em Cafarnaum, faze-o também aqui na tua terra.

24 – E prosseguiu: De fato (Amém), vos afirmo que nenhum profeta é bem recebido na sua própria terra.

25 – Na verdade vos digo que muitas viúvas havia em Israel no tempo de Elias, quando o céu se fechou por três anos e seis meses, reinando grande fome em toda a terra;

26 – e a nenhuma delas foi Elias enviado, senão a uma viúva de Sarepta de Sidom.

27 – Havia também muitos leprosos em Israel nos dias do profeta Eliseu, e nenhum deles foi purificado, senão Naamã, o siro.

Conforme Lucas, Jesus começa sua aparição pública em sua aldeia natal, Nazaré. A intenção do evangelista não é dizer dessa maneira que ali Jesus teria realizado sua primeira pregação, porque do texto se depreende que o Senhor já atuara antes em Cafarnaum e outras localidades (cf. acima, e Jo 1.43 e Jo 4.1s, e principalmente Lc 4.23. O Senhor já havia feito milagres em Cafarnaum.). Antes, a cena em Nazaré narrada por Lucas visa mostrar, por meio de um exemplo do início da atuação pública de Jesus, que essa atividade provocou uma divisão de espíritos em aceitação e rejeição, sim e não. Desse modo, a cena em Nazaré forma, pelo conteúdo e pela disposição das pessoas, uma espécie de prólogo e abertura para a atuação do Senhor na Galiléia. A cena está nitidamente subdividida em dois blocos:

- a) Aceitação entusiasmada.
- b) Rejeição cheia de ódio.

a) A aceitação entusiasmada

Como é estranha essa história lá em Nazaré! No começo límpida e radiante – no final terrível e obscura. No começo paz celestial – no final desenfreamento infernal. No começo ardente admiração pelo grande contrerrâneo – no final tentam matá-lo.

O estranho dessa guinada, porém, é que ninguém senão *o próprio Jesus* a provocou.

Significativo, no entanto, é que aqui não nos deparamos apenas com um processo isolado, e sim que essa história praticamente se reveste de uma característica programática. Aquilo que se desenrola aqui em Nazaré no prazo de poucas horas, repete-se em toda a vida profissional do Senhor: no começo aprovação – as massas querem transformá-lo em rei; depois, porém, afastamento, e até mesmo ódio e assassinato, e no final a cruz! E repetidamente vemos que o próprio Jesus provoca essa guinada! (Hilbert)

A razão de agir assim não é mostrada apenas por meio dessa história, mas também por todas as demais narrativas de sua vida.

Jesus somente veio pregar em Nazaré quando já tinha alcançado determinada fama nas sinagogas da redondeza (v. 14s).

A expressão **segundo o seu costume** evidentemente deve ser relacionada com toda a infância e adolescência de Jesus, anteriores ao seu batismo. Por isso também é dito: “...onde fora criado”. As crianças tinham acesso ao culto na sinagoga a partir do quinto e sexto ano de idade. Esse culto foi um instrumento extremamente importante para o desenvolvimento intelectual e religioso de Jesus. As leituras do AT, que ele podia ouvir regularmente, diversas vezes por semana, com certeza deram sua contribuição para que obtivesse aquele conhecimento preciso das Sagradas Escrituras de que toda a sua pregação dava testemunho.

Quando Jesus, depois da leitura prescrita do trecho do AT, se levantou de seu lugar, indicando com isso que estava disposto a proferir a leitura de um trecho profético, o servidor da sinagoga entregou-lhe o livro do profeta Isaías, i. é, um rolo de couro que continha tão somente esse livro. Várias leituras tinham sido feitas desse rolo nos sábados precedentes. Na sequência Jesus permitiu que o Pai celestial lhe mostrasse uma passagem apropriada para a sua finalidade. Deparou-se com as palavras de Isaías, cap. 61.1s, que leu em voz alta. A citação é textualmente a seguinte: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para trazer alegre notícia aos pobres; porque ele me enviou para anunciar libertação a prisioneiros de guerra, e aos amarrados, esperança, para proclamar um ano de graça do Senhor.”

Combinava com a natureza do divino Filho do Homem que logo no começo de sua atuação ele trouxesse o “evangelho” também à sua terra natal. A providência de Deus permitiu que ele desvelasse sua natureza da forma mais bela, pelo fato de que **teve de anunciar** aqui, na desprezada Nazaré, o evangelho do AT a respeito do Cristo (ou seja, do Ungido de Deus, do Messias), que prega o evangelho aos pobres, que tinha de proclamar o ano da graça do Senhor. *Ao interpretar essa Escritura, ele abriu seu coração.* O testemunho daquele Ungido de Deus, o Cristo da Escritura, tornou-se um testemunho a respeito dele mesmo, e a pregação do anúncio do ano de jubileu se tornou a pregação do próprio jubileu.

Após a solene leitura pública daquelas palavras do AT, que ele não apenas lia a partir do rolo, mas que ele proferia do mais íntimo de sua vida, ele enrolou o livro, entregou-o ao servidor e sentou-se. “Os olhares de todos os que estavam na sinagoga ficaram fitos nele.” Encara-os a todos, seus amados e conhecidos companheiros de adolescência. Talvez cada um deles seja uma parte da história de sua

vida, de seu amor, sua fé e sua esperança. – E agora ele gostaria de anunciar-lhes a grande “boa notícia” do reino de Deus.

- 21 Então, passou Jesus a dizer-lhes: Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir.** Jesus reconhece que a declaração do profeta Isaías “o Espírito do Senhor está sobre mim”, que inicialmente se referia ao próprio profeta, a prefiguração determinante de sua própria pessoa e incumbência. A obra “do Cristo”, do Messias, paira nítida em sua alma, particularmente desde os dias de seu batismo.

A pregação do Senhor na sinagoga de Nazaré contém sete elementos.

- 1) O Espírito do Senhor está sobre mim porque ele me ungiu.

O Redentor tem consciência de estar contínua e ininterruptamente sob o controle do Espírito Santo, que no batismo sobreveio ao Senhor de modo ímpar, imensurável e pleno. Também aqui vemos mais uma vez como estão imensamente próximos o Senhor e o Espírito, e como ambos formam até mesmo *uma unidade* (cf. a esse respeito o que já foi dito acima, no v. 14, acerca da união do Espírito e do Senhor). O que significa o fato de que aqui o texto fala em *Espírito do Senhor*, e não de Espírito Santo? Resposta: com certeza a intenção aqui é expressar a Trindade divina. O **Espírito** (Espírito Santo), o **Senhor**, ou seja, Deus Pai (no AT Deus Pai sempre de novo é chamado de Senhor), depois **Jesus**, o Filho de Deus, sobre o qual pousa o Espírito, são três pessoas e, não obstante, uma só! A pessoa específica de Jesus está tão cheia do Espírito e de Deus que a expressão: “o Espírito do Senhor repousa sobre mim” constitui a unidade essencial da Trindade divina. Um mistério digno de adoração!

Ele me ungiu. Jesus de Nazaré é “o Cristo”, i. é, o Ungido propriamente dito. Como o Cristo, i. é, o Ungido, ele é o verdadeiro e único sumo sacerdote, o verdadeiro e único profeta, o verdadeiro e único rei. Todos os três eram ungidos no AT para exercer sua função. De modo cabal e perfeito, Jesus abrange todos os três ministérios em sua pessoa.

Ao contrário das concepções sobre o senhorio do Ungido, do Messias, como um domínio universal a ser estabelecido com recursos mundanos, ele sabe e ensina, por meio da leitura do texto do AT, que é pela palavra do Pai e pelo Espírito de Deus que Jesus deve e há de erigir a eterna soberania de Deus.

- 2) Por isso, a segunda coisa que Jesus diz para caracterizar a proclamação que lhe fora confiada é que ela precisa ser levada aos pobres, aos pedintes e mendicantes, i. é, aos que se encontram fracos e com o coração deprimido, prostrando-se por isso em súplica perante Deus, uma boa mensagem que alegra justamente a estes. – Por isso, lemos no v. 18:

Ele me enviou para evangelizar aos indigentes.

A expressão “indigente” refere-se aos materialmente pobres e que se tornaram também interiormente pobres pelo Espírito Santo (cf. Comentário Esperança, Mateus, o exposto sobre Mt 5.3, p. 76s). Aqueles que têm consciência dessa sua miséria (cf. a primeira bem-aventurança do Sermão da Montanha) são receptivos para a boa nova da graça. “Jesus não se considera enviado aos que acreditam que não precisam de ajuda nem de quem os auxilie, mas àqueles que sofrem com a própria situação e com a situação do mundo, esperando por socorro. É para estes que a mensagem de Jesus é notícia alegre”, diz um comentarista. O fato de que as ilustrações são retiradas da esfera social, anunciando primeiro aos indigentes e desprezados na vida a salvação e alegria, não constitui apenas uma predileção de Lucas, mas está profundamente embasado em toda a revelação de Deus com tal, porque representava a vinda de Deus aos humanos. Não obstante Lucas não perde nenhuma oportunidade para dar destaque especial a esse aspecto. Afinal, não há melhor forma de retratar a graça do que pela condescendência com o que não é nada.

- 3) As palavras **curar os quebrantados de coração** (Is 61.1) faltam nos manuscritos alexandrinos e em vários documentos da Itália. Na verdade poderíamos supor que tenham sido inseridas aqui posteriormente, de acordo com o texto hebraico e a Septuaginta. Não obstante, considerando que constituem uma base quase imprescindível para as palavras de Jesus no v. 23, é recomendável mantê-las.

- 4) **Para proclamar libertação aos cativos.** O cativo exterior na Babilônia, com o subsequente retorno à liberdade, foi apenas um pequeno sinal para esse grande acontecimento mental, a libertação do cativo interior do ser humano causado pelo pecado e pelo diabo. Aqui está o verdadeiro exílio e aqui acontece a verdadeira libertação. Cristo é o maior libertador da humanidade. Por isso a liberdade é uma das verdades centrais, dos elementos mais essenciais da mensagem cristã. Quando não

sentimos o sopro dessa liberdade, quando tudo é sufocado por legalismo, receio e temor, deformou-se a substância dessa alegre mensagem.

5) **Para proclamar a restauração da vista aos cegos.** A imagem dos cegos, aos quais é restituída a visão, na verdade não combina nem com a idéia do ano do jubileu nem com o retorno do exílio. Literalmente, o texto hebraico diz: “para os cativos a abertura”. Essa expressão parece ter sido aplicada pelos tradutores da Septuaginta à privação e restituição da “visão”. Lucas acompanha-os, talvez relacionando, porém, a palavra “cegos” aos presos que saem da escuridão da masmorra para a intensa luz do dia. Em sentido figurado igualar a noite da cegueira à noite do distanciamento de Deus. O Cristo é a luz do mundo. Cf. Jo 8.12 e Jo 9.5; bem como Mt 5.14-16 (Comentário Esperança, Mateus, p. 81s, e Jo 8.12).

6) As palavras: **pôr em liberdade os maltratados**, ou como Lutero traduz: “aos destroçados, para que sejam livres e soltos”, são retiradas de outra passagem de Isaías (Is 58.6). Talvez tenha sido originalmente um paralelo anotado à margem pelo copista, que posteriormente passou a fazer parte do texto.

O Cristo está do lado dos fracos, dos desprivilegiados, dos violentados. Sua mensagem possui um caráter social. Mas, além disso, está em jogo algo muito mais profundo. Trata-se da opressão e ameaça interior pelo poder do satânico e demoníaco. O ser humano foi colocado sob pressão, motivo pelo qual vive uma existência oprimida. Satanás é o príncipe deste mundo, razão pela qual o evangelho é uma revolução interior, porque ele destrona o falso potentado, o usurpador do trono, para em seu lugar erigir novamente o senhorio de Deus. Esse senhorio não oprime, mas liberta e torna feliz.

7) **Para apregoar um ano aceitável do Senhor.** A expressão *eniautous kyrío dektos* significa: o ano bem-vindo do Senhor, a saber, o ano que o Senhor escolheu para propiciar às pessoas a graça totalmente extraordinária da obra de salvação. Ela corresponde a uma formulação hebraica que significa o ano em que Javé executa sua resolução de graça e salvação.

Ezequiel chama o ano de jubileu de **ano do perdão** (Ez 46.17). Essa expressão é uma designação baseada em Lv 25.

O profeta Isaías entendeu a restauração periódica, determinada pela lei, no chamado *ano do jubileu*, como modelo da renovação messiânica. Ele coloca sua profecia nos lábios do próprio Messias (Cristo), como faz em outras passagens, p. ex., Is 49.

Se Jesus tivesse procurado pessoalmente essa passagem, o texto simplesmente diria: “Ele leu”. O termo grego *heure*, porém, implica que ele leu uma passagem que se abriu por si mesma. – É plausível que Jesus não poderia ter recebido da mão do Pai nenhum texto que se ajustasse melhor à situação do momento.

Anunciar um período de graça divina, proclamar anistia a todos os endividados, alforria aos prisioneiros e restituição da propriedade herdada, trazendo assim uma boa nova aos oprimidos e quebrantados, mas também aos que se curvam diante de Deus - isso é o que o profeta Isaías define como a *incumbência vocacional* para a qual Deus ungiu o Messias, o Cristo, com o Espírito.

Quando Jesus, após ler esse texto diante da atenta observação de todos os presentes, começa seu discurso com as palavras **Hoje se cumpriu essa Escritura diante de vossos ouvidos**, ele não somente declara que essa pregação seria o essencial de sua vocação, mas que ele agora estava prestes a exercer essa vocação através da proclamação da palavra de Deus do AT. *Irrompeu o tempo da graça. Seu anúncio não é mais profecia de algo futuro, mas caracterização da atualidade, é cumprimento da profecia. Essas palavras do Senhor contêm o programa abrangente de sua atuação e de sua incumbência de Messias, i. é, do Cristo. É um programa que Jesus estabeleceu não por iniciativa própria, mas que ele depreendeu das Sagradas Escrituras, como a vontade de Deus que viera cumprir.*

Em seu conhecido manual bíblico, *Dächsel* chama atenção para o seguinte: as palavras de Lucas 4.19 e 21 **para proclamar o ano aceitável** (o ano do jubileu e da alforria) **do Senhor**, e **hoje se cumpriu essa Escritura diante de vossos ouvidos** de fato também deve ser entendido de forma literal. *Dächsel* afirma: O ano daquela atividade inicial do Senhor Jesus deve ter sido um ano de jubileu e alforria, porque somente assim sua palavra em Lucas 4.21 (cf. o v. 19 com Lv 25.10) obtém a base correta nas circunstâncias históricas daquele tempo. De acordo com Daniel 9.25-27, pode-se calcular com precisão o ano do início da atuação de Jesus coincidindo justamente com um ano do jubileu.

Conseqüentemente, é máxima relevância o fato de que ao iniciar sua atuação pública, a pregação e o conteúdo do Senhor Jesus coincidiram com exatidão. No entanto, o ano aceitável do Senhor, que Cristo realmente trouxera a seu povo, possui uma abrangência ainda muito maior que a do ano do calendário, pois o tempo da graça de Deus perdura até hoje! Até aqui as idéias de Dächsel.

Retornamos ao texto em análise.

Sem dúvida, a descrição dramática até das ações aparentemente mais insignificantes de Jesus e a descrição exata da atenção da comunidade originam-se do relato de uma testemunha ocular. Quando ainda vivia em Nazaré, talvez o modesto carpinteiro tenha sido para eles um jovem amável mas insignificante. Por isso provavelmente admiravam-se algumas vezes com o fato de que lá fora se desse tanta importância a esse Jesus. Entrementes, porém, obtendo ele cada vez mais notoriedade, eles desfrutavam da sua fama, da qual se julgavam “co-proprietários”.

Encontravam-se, pois, na sinagoga, aos sábados, preparados para uma sublime fruição intelectual e decididos a admirá-lo.

A reação às palavras de Jesus na sinagoga de Nazaré foi espantosa.

A mesma impressão registrou-se nos ouvintes do profeta Ezequiel. O Espírito de Deus julga-os assim: “Tu és para eles como quem canta canções de amor, que tem voz suave e tange bem; porque ouvem as tuas palavras, mas não as põem por obra” (Ez 33.32). Eles apenas desfrutavam do som da palavra de Deus.

Os ouvintes de Jesus devotavam-lhe pleno reconhecimento. Mas louvor e aplauso não constituem um clima agradável a Deus, no qual o Eterno possa atuar. A palavra de Deus é um martelo que esfacela os corações, um fogo que arde nas almas. Quem experimenta a palavra de Deus dessa maneira não se esbalda em suntuosas louvações, porém se curva em silêncio. Jesus desmascara seus ouvintes. Não se deixa ofuscar pelo aplauso. Jesus não se sente enlevado, mas oprimido por esse efeito de sua fala. Uma audiência entusiasmada, laudatória, não significa nada quando falta o fruto, a saber, a “conversão a Deus e a fé no Senhor Jesus”. A circunstância de que os ouvintes deliram entusiasmadamente representa uma clara demonstração de que a espada da palavra de Deus não perpassou seus corações. Jesus reconhece o sentido superficial de seus ouvintes, que se prendem à exterioridade.

Não queriam ficar atrás da cidade de Cafarnaum (v. 23). Eles pretendiam ser particularmente honrados por meio dos sinais e milagres que ele haveria de realizar também em Nazaré, e até acreditam ter um direito especial a isso. Em suma, estão dispostos a devotar reconhecimento a Jesus – porém apenas se ele ceder à vontade deles. Desejam curvar-se diante dele – mas só se ele se curvar diante deles primeiro. Desejam aderir a ele – porém apenas se ele reconhecer a prerrogativa deles diante de todos os demais!

Presenciamos, portanto, o que preenche sua alma, não obstante toda a admiração pela arrebatadora fala de Jesus: arvoram-se em seus privilégios e prerrogativas. Sua intenção primordial é que eles mesmos sejam honrados, que se faça a sua própria vontade. Sua alma está repleta de si mesmos, e não de Deus. Adoram a si mesmos – e não a Deus. Endeusam a si mesmos, privando Deus da honra divina!

Será que essa tendência está extinta nos corações humanos? Porventura não a redescobrimos em nossos próprios corações?

Concordamos alegremente com Deus enquanto ele nos conduz da forma como nos apraz. Quando, porém, vêm dias que não nos agradam, muitas vezes nossa fé, em geral tão alegre, desaparece. Tudo isso mostra que no fundo nosso empenho não é em favor de Deus, mas em favor de nós mesmos!

Perguntamos: será que Jesus pode aceitar esse tipo de devoção, será que Jesus é capaz de entregar-se e comunicar-se a esses corações? Porventura Deus consegue libertar e fortalecer tais pessoas por meio de seu Espírito? Jamais!

Se quisermos ter a Deus, nossa alma não deverá estar cheia deste mundo, de seu prazer ou seu fardo, nem repleta de nós mesmos. *Se quisermos ter a Deus, teremos de soltar todo o resto e almejar tão somente uma coisa – a Deus!*

Onde Deus está, todas as outras vontades acabam. Deus é o Senhor incondicional. Unicamente ele tem poder, e seu intuito é exercer o poder sozinho; porque ele é Deus e continuará sendo Deus. Por essa razão, se pretendermos ter a Deus, teremos de admitir seu senhorio incondicional sobre toda a nossa alma. *Se quisermos ter a Deus, teremos de estar decididos a prestar-lhe irrestrita obediência.*

Sendo assim, repentinamente compreendemos Jesus. Sua intenção é conquistar as pessoas para Deus. Elas, porém, apenas ouvem seu discurso, cheias de admiração, desejando ser seus próprios senhores. Seu coração deseja, sobretudo, que se faça sua própria vontade. Como Deus pode manifestar-se a almas assim?

Se Jesus de fato pretende levar-nos ao Pai, ele precisa revelar-nos e convencer-nos do quanto os seres humanos se encontram ensimesmados, de como esse pecado está profundamente arraigado em toda a nossa natureza! Portanto, Jesus provoca contradição em seus conterrâneos. Desperta neles algo que estava profundamente adormecido. Traz à tona o orgulho secreto, toda a sua petulante arrogância. Revela que esse orgulho devoto não passa de idolatria (Hilbert).

O povo de Nazaré considera natural que Jesus construa uma grande fama, pois dessa maneira também eles são honrados. Então a cidade de Nazaré, tão desprezada pelos orgulhosos moradores de Jerusalém (“de Nazaré pode sair alguma coisa boa?” – Jo 1.46), alcançaria elevada honra por meio desse seu filho, Jesus. Os irmãos do Senhor (enquanto ainda eram incrédulos) também pensavam assim. Por isso, incentivaram-no (cf. Jo 7.3-5) a dirigir-se ao grande palco público em Jerusalém. Ele não deveria realizar sua obra de maneira tão oculta. Se o objetivo dele for alcançar importância e reconhecimento geral como o Messias de seu povo, oriundo de Nazaré, ele precisa mostrar-se diante do grande público, i. é, atuar em Jerusalém, a capital do país.

Jesus, porém, veio para prestar ajuda à verdadeira e mais profunda miséria, a saber, para que as pessoas reconheçam a maldição do pecado.

O Redentor foi enviado às ovelhas perdidas da casa de Israel, aos fracassados, aos oprimidos, aos enfermos que precisam de médico. Ali em Nazaré, porém, os ouvintes não se sentiam carentes de ajuda. Seus corações estavam saciados. Não se consideravam pecadores perdidos. Olhavam com desprezo para os gentios impuros. “Nós somos o povo de Deus, um povo de justos”, pensavam eles. Descansavam sobre o privilégio da eleição divina e insistiam em sua prerrogativa. Não se lembravam de que Deus escolhera Israel sem qualquer mérito, por pura graça (Dt 6.10s). Não lhes ocorria que privilégios trazem consigo grandes responsabilidades, e que são um estímulo para incluir nas bênçãos aqueles que ainda estão em desvantagem.

O resultado será o mesmo dos últimos tempos de Elias e Eliseu. Israel é preterido em favor dos gentios. Estes agarram ansiosamente a salvação que Israel despreza. A viúva de Sarepta foi salva da morte por inanição graças ao profeta Elias, e um gentio, Naamã da Síria, que tinha uma doença incurável, foi curado por Eliseu, tornando-se um reverenciador de Javé em meio ao contexto gentio. É isso que também acontecerá agora. A grande salvação que chegou com Jesus será avidamente agarrada pelos gentios. Israel, porém, ficará de fora. Os judeus não queriam um Salvador de pecados. Esperavam por um Messias (Cristo) que os livrasse exteriormente do penoso jugo romano. Seu Messias deveria realizar grandes prodígios e milagres, restaurar o reino em Israel, posicionar seu povo à frente de todas as nações, tornando-o dominador do mundo. Por isso ficaram tão enfurecidos quando Jesus aludiu ao fato de que a salvação passaria aos gentios. Jesus havia tocado no ponto mais sensível. Que pensamento insuportável: os gentios seriam preferidos a eles!

b) A rejeição furiosa do ódio

28 – Todos na sinagoga, ouvindo estas coisas, se encheram de ira.

29 – E, levantando-se, expulsaram-no da cidade e o levaram até ao cimo do monte sobre o qual estava edificada, para, de lá, o precipitarem abaixo.

30 – Jesus, porém, passando por entre eles, retirou-se.

Empurram-no até um abismo, a fim de precipitá-lo para baixo, como um blasfemo. – Os galileus eram um povo inflamado, de rápida ação. Chegando, porém, ao precipício, ele deu meia-volta e passou pelo meio deles.

Não há motivo para supor um milagre na maneira pela qual Jesus se livrou. A majestade de sua personalidade e a firmeza de seu olhar impuseram respeito a essa multidão irada. “Tinham, pois, enfim um milagre”, só que era diferente do que haviam imaginado.

Um temor análogo acometeu os guardas que o prenderam no Getsêmani, quando ele disse, com firmeza e tranquilidade, “Sou eu” [Jo 18.5]. Aqui em Nazaré ninguém teve a coragem de atacá-lo. Os inimigos não podiam agarrá-lo nenhum minuto antes do momento que o Pai havia determinado.

Esses acontecimentos em Nazaré apontam para toda a evolução posterior dos acontecimentos. Os pensamentos de Deus e os pensamentos dos judeus colidiam frontalmente. Deus enviou um Salvador

que, em silêncio e secretamente, visa salvar pecadores, erguer uma cana quebrada e reavivar a pequena chama que está se apagando. Os judeus, no entanto, queriam ver grandes feitos, cuja consequência deveria ser uma nova e esplendorosa realidade. Não queriam, porém, ouvir apenas palavras que desvelassem as máculas interiores, trazendo cura. Jesus não correspondia a seus desejos. Ele não se orientava segundo as tendências do ser humano. Prosseguiu ininterruptamente em sua trajetória, fiel ao envio do Pai, ainda que não fosse compreendido e por fim fosse rejeitado.

Essa foi a saída de sua terra natal. Desterrado e apátrida, é assim que o Filho do Homem parte, a fim de salvar e abençoar os humanos. É assim que termina a abertura do ano da graça – bastante arrasadora: com uma situação idêntica à que havia sido relatada anteriormente na história da tentação. Satanás pretendia precipitar o Cristo, o Ungido, para se livrar dele. Aqui foram os seus próprios conterrâneos que tentaram derrubar o Cristo, para livrar-se daquele que desejava tornar-se o Cristo deles. Rejeitaram a oferta da salvação. O Salvador oferece incansavelmente a si mesmo, i. é, a graça, até mesmo quando as pessoas dizem não. A resposta é sempre uma recusa, e até mesmo a negativa.

Dessa forma cumpre-se o que foi dito na profecia do velho Simeão: “resiste-se ao sinal” que Deus estabelece em seu Filho, e a alma da mãe é perpassada desde já pela espada. A separação de sua terra pátria, que lhe é imposta por causa de sua incumbência, traz consigo também a separação de seus conterrâneos.

3. Expulso da sinagoga de Nazaré, Jesus passa a atuar na sinagoga de Cafarnaum. – Lc 4.31-37

[Comentário Esperança, Mateus p. 71, Marcos, p. 77]

A alegria de saudar o Cristo, i. é, o Messias foi concedida de maneira singular à cidade Cafarnaum, situada na margem ocidental do lago de Genezaré, não longe da foz do Jordão. Localizada na via comercial entre Damasco e o mar Mediterrâneo, tornara-se uma cidade próspera. Nessa cidade Jesus fixou residência, a fim de torná-la centro de suas peregrinações missionárias. Aqui ele parece ter morado geralmente na casa de Pedro. Não tinha uma “casa própria” (Mc 1.29; Lc 9.58; Mt 8.20). O destaque concedido desse modo a Cafarnaum levou o evangelista Mateus a recordar as palavras proféticas de Isaías: “Caminho do mar, além do Jordão, Galiléia dos gentios! O povo que jazia em trevas viu grande luz, e aos que viviam na região e sombra da morte resplandeceram-lhes a luz” [Mt 4.15s].

De fato aquele rincão era o mais desprezado da terra judaica, longe da residência visível do povo eleito, violado por e mesclado com gentios. Agora esse rincão era o cenário da revelação da glória do Senhor. O Senhor ensinava no poder da verdade da palavra divina, não como os escribas, na inanição da fórmula morta.

31 – E desceu a Cafarnaum, cidade da Galiléia, e os ensinava no sábado.

32 – E muito se maravilhavam da sua doutrina, porque a sua palavra era com autoridade (*exousia*).

33 – Achava-se na sinagoga um homem possesso de um espírito (*pneuma*) de demônio imundo, e bradou em alta voz:

34 – Ah! Que temos nós contigo, Jesus Nazareno? Vieste para perder-nos? Bem sei quem és: o Santo de Deus (*hagios tou theou*)!

35 – Mas Jesus o repreendeu, dizendo: Cala-te e sai deste homem. O demônio, depois de o ter lançado por terra no meio de todos, saiu dele sem lhe fazer mal.

36 – Todos ficaram grandemente admirados e comentavam entre si, dizendo: Que palavra (*logos*) é esta, pois, com autoridade (*exousia*) e poder (*dýnamis*), ordena aos espíritos imundos, e eles saem?

37 – E a sua fama (*eco*) corria por todos os lugares (*topos*) da circunvizinhança.

Lucas tem predileção por acentuar a “autoridade” (*exousia*) e a “força” (*dýnamis*) de Jesus.

A atividade letiva de Jesus estava alicerçada sobre a autoridade de Deus. Ele era um profeta capacitado por Deus, que não carecia de autenticação humana como os demais mestres do povo. Nessa autoridade e nesse poder Jesus pregava, ensinando abertamente o povo aos sábados nas sinagogas.

A palestra doutrinária de Jesus na sinagoga foi interrompida por um possesso. Podemos ficar admirados pelo fato de que uma pessoa que sofria da possessão e devia ser considerada impura se encontrasse na sinagoga. Contudo, esta enfermidade, que em casa talvez se manifestasse apenas em surtos ocasionais, deve ter-se mostrado aqui pela primeira vez de forma flagrante e mais terrível que até então. A presença e o ensinamento de Jesus fê-la eclodir. Na expressão “um espírito (hálito) de um demônio impuro” o termo “espírito” designa a influência, a palavra “demônio impuro” a natureza do satânico.

[34] Em conjunto com todo o reino demoníaco, este espírito afirma: **“Que temos nós contigo, Jesus?”**, rejeitando o que na realidade não consegue negar, a saber, que pela sua vocação Jesus se oporá a ele e a todo o reino dos maus espíritos. Para ele o Redentor parece um destruidor.

Mas o Senhor, e posteriormente também seus servos (At 16.17s) nem de longe pensavam em aceitar a confissão ou o testemunho do espírito de um demônio. Jesus dedicava todos os seus amorosos esforços às pessoas possuídas, que eram tão terrivelmente torturadas, a fim de ajudá-los. Aos próprios demônios, porém, o Senhor repreendeu com autoridade e poder, porque são incorrigíveis.

[35] Onde o Espírito de Deus predomina, o ser humano submete sua força livremente ao serviço da obra de Deus. Onde, porém, habita um demônio, o ser humano torna-se instrumento involuntário do poder das trevas. A ira do demônio comunica-se à alma do possesso. Ela é forçada a exteriorizar os pensamentos do demônio por intermédio da sua fala. O demônio é um espírito violento. Ele empurra o espírito humano para o lado, impondo em seu lugar um domínio nefasto e escravizador. Jesus, porém, compadece-se do possesso. Interpela o demônio poderosamente com a palavra de autoridade: **Cala-te e sai dele**. Então o espírito impuro agita o pobre homem. Ele corre para o meio da assembléia. Gritos, sons agudos saem dele. Mas este foi o último surto de fúria.

[36] O poder demoníaco soltou-o, e a última e terrível cena, em que o espírito imundo parecia tentar destruí-lo, não o ferira em nada. Uma estarrecida admiração toma conta dos presentes. Essa admiração temerosa de todas as testemunhas oculares constitui a prova de que a cura do possesso foi o primeiro milagre dessa espécie em Cafarnaum. A admiração apavorada de todos os presentes expressa-se pela exclamação geral que lemos no v. 36: **Que palavra é essa, que ele ordena com autoridade e poder aos espíritos imundos, e eles saem?**

A impressão já causada pela pregação foi intensamente reforçada pela ação e redundou em que a pregação fosse reconhecida como profética.

4. Jesus cura a sogra de Simão Pedro – Lc 4.38-39

[Comentário Esperança, Mateus, p. 135ss, e Marcos, p. 83ss]

38 – Deixando ele a sinagoga, foi para a casa de Simão. Ora, a sogra de Simão achava-se enferma, com febre muito alta; e rogaram-lhe por ela.

39 – Inclinando-se ele para ela, repreendeu a febre, e esta a deixou; e logo se levantou, passando a servi-los.

Depois do episódio ocorrido na sinagoga, provavelmente ao final do culto, Jesus dirigiu-se à casa de Simão, que posteriormente veio a ser o grande apóstolo Pedro. Segundo o presente texto, esse discípulo, originário de Betsaida (Jo 1.44), morava em Cafarnaum. Pedro era casado (cf. 1Co 9.5) e morava com a esposa e a sogra em uma casa. Marcos relata que Jesus estava acompanhado de Simão, André, Tiago e João (Mc 1.29). A sogra de Simão jazia acometida de forte febre. Pedro e sua esposa pediram ao Senhor que se compadecesse dela.

Mateus informa que Jesus tocou a enferma (Mt 8.15); Marcos relata que ele a tomou pela mão (Mc 1.31); de acordo com Lucas, Jesus inclinou-se sobre ela. Conseqüentemente, o Senhor chegou à cabeceira da cama e demandou em tom de comando que a febre cessasse. A febre cedeu. A mulher convalescida levantou-se imediatamente e serviu Jesus e seus acompanhantes.

Esse dia tornou-se um dia de festa para a casa de Simão. A família sentiu que não havia em Cafarnaum nenhuma casa tão agraciada como a dela.

5. Jesus cura à noite enfermos e possessos – Lc 4.40s

[Comentário Esperança, Mateus, p. 134s, Marcos, p. 85ss]

40 – Ao pôr-do-sol, todos os que tinham enfermos de diferentes moléstias lhós traziam; e ele os curava, impondo as mãos sobre cada um.

41 – Também de muitos saíam demônios, gritando e dizendo: Tu és o Filho de Deus! Ele, porém, os repreendia para que não falassem, pois sabiam ser ele o Cristo (Messias).

Durante o pôr-do-sol Jesus desempenhou ainda uma intensa atividade de cura. Era o momento do dia em que o descanso do sábado chegava ao fim.

[40] A expressão **pôr-do-sol** no v. 40 refere-se ao sol do entardecer (não, como também se traduz: quando o sol se havia posto). Revela a impaciência com que esse momento era esperado, não porque então diminuía o calor, como pensaram alguns, mas porque então acabava o sábado e a partir desse instante era permitido carregar enfermos sem transgredir a lei (cf. Jo 5.10).

A cura de muitos possesos recebe destaque especial. O forte testemunho destes a respeito da filiação divina de Jesus levou-o a proibir-lhes de falar sobre isso, em tom ameaçador e eficaz. O Senhor Jesus não visava obter o reconhecimento de seu povo por meio desses testemunhos e sinais. Não podia alicerçar sua função de Messias sobre os testemunhos de uma esfera da vida tão demoníaca e sombria. Ameaçou-os e não os deixava terminar de falar. O episódio noticiado no reino dos espíritos malignos pelo menos desde a história da tentação, de que Jesus é o Messias, o Cristo, não deve ser divulgado no mundo humano pela gritaria dos enfermos subordinados ao domínio desses demônios. Afinal, a fé em Jesus, o Cristo, surgida dessa maneira não valeria mais do que o conhecimento morto dos próprios espíritos: os diabos também crêem em Deus, mas tremem (Tg 2.19).

Jesus impunha as mãos em cada doente, curando-o. Portanto, dedicou-se de forma muito especial a cada um. Não realizava curas em massa. Jesus falou diante de milhares, mas seu alvo era a salvação da alma pessoal. Ainda hoje Jesus é assim. Seu olhar vê o todo e pausa sobre cada um dos seus. Dedicar-se à alma individual como se estivesse exclusivamente à disposição dela. Está disponível para cada um e também para todos!

Os outros dois evangelhos sinóticos não mencionam a imposição das mãos. Lucas não deve ter acrescentado esse detalhe por conta própria. Logo, tinha uma testemunha especial. Esse gesto é o símbolo da transmissão, seja de *cargo* (1Tm 5.22; etc.), de *bênção* (Gn 48.14; etc.), de *culpa* (Lv 4.4,15,24), de *dom* (2Tm 1.6), ou, como aqui, da dádiva do poder e da saúde (At 9.17; etc.). Verdade é que Jesus também poderia ter curado apenas através da palavra (Lc 7.6-10), e até mesmo por meio de um simples ato de vontade (Jo 4.49s). No entanto, o principal é que há um aspecto genuinamente humano nessa imposição da mão sobre a cabeça daquele a quem se devota o sentimento de apreço. É um movimento de amor. Dessa maneira Jesus visa estabelecer um laço pessoal com o enfermo, pois não visa meramente curar, mas *conduzir de volta para Deus!*

Os demônios denotam uma percepção instintiva da natureza superior de Jesus. Aquele que fora curado na sinagoga expressara o susto que a pessoa e o ensinamento de Jesus causavam, pela exclamação *santo de Deus*. O título *Filho de Deus* resulta de uma percepção análoga, pois a característica básica da natureza divina é a santidade. Os demônios reconhecem na santidade de Jesus o representante visível daquele diante do qual eles tremem. A exclamação é praticamente um prelúdio da adoração forçada que um dia eles hão de tributar-lhe (Fp 2.9s). Contudo Jesus não pode aceitar essa reverência imposta pelo temor. Possivelmente os demônios tinham o objetivo de, com seu grito, lançar uma luz negativa sobre Jesus, suscitando expectativas messiânicas no povo ou gerando a impressão de uma aparente correlação entre a obra de Jesus e a deles. Nesse caso Jesus precisava separar sua causa da deles da forma mais categórica possível.

Terminava, pois, para o Senhor um grande dia de celebração. Encerrava-se uma longa jornada de vitória em sua luta contra o reino do pecado e da morte. Sua vida fora submetida à mais intensa movimentação. Em tais situações ele gostava de refugiar-se na solidão. Não era bom para o povo permanecer nessa intensa agitação. E Ele mesmo tinha grande necessidade de buscar recuperação na solidão orando em comunhão com o Pai. Por isso, na manhã seguinte ele foi impelido para a quietude de um lugar ermo.

6. Jesus evangeliza em toda a região – Lc 4.42-44

[Comentário Esperança, Marcos, p. 88ss]

42 – Sendo dia, saiu e foi para um lugar deserto; as multidões o procuravam, e foram até junto dele, e instavam para que não os deixasse.

43 – Ele, porém, lhes disse: É necessário que eu anuncie o evangelho do reino de Deus também às outras cidades, pois para isso é que fui enviado.

44 – E pregava nas sinagogas da Judéia.

Os acontecimentos daquele dia de sábado em Cafarnaum tinham a tendência de tornarem-se um duplo perigo:

1) Que Jesus se tornasse mais desejado como o homem que cura por meio de milagres do que como pregador do evangelho.

2) Que a população se afastasse da pregação e se voltasse às curas milagrosas. Por essa razão Jesus saiu de Cafarnaum bem cedo na manhã do dia seguinte, dirigindo-se a um local solitário.

[42] Porém, quando voltou a amanhecer e ele saiu, dirigiu-se a um lugar deserto.

Quando Jesus exercia intensa atividade em público, ele sentia uma necessidade tanto maior sintonizar-se com o Pai. Em seu caso, dar e receber mantinha o mesmo ritmo. É fácil que alguém que se encontra a serviço do Senhor não chegue ao recolhimento interior por causa do ativismo. Torna-se dispersivo, superficial, esvaziado e debilitado. Com Jesus é diferente! A cada manhã ele precisava deixar-se presentear novamente com aquilo que necessitava para o dia que iniciava, pois ele vivia por intermédio do Pai (Jo 6.57).

Incluindo o presente caso, temos o relato de três vezes ocasiões em que o Salvador passou a noite (ou parte dela, como aqui) em oração. Não sabemos se ele fazia isso com maior frequência. De qualquer forma, esse dado mostra que às vezes Jesus tinha a necessidade de falar com o Pai em voz alta, i. é, de forma que ele mesmo ouvisse, mas sozinho e longe de observadores. Essas orações com certeza eram muito concretas, sem “vãs repetições” (Mt 6.7). Eram tão-somente a grande quantidade e a gravidade do conteúdo que demandavam tanto tempo, e, no presente relato, justamente a grande quantidade de assuntos é que deve ter levado Jesus com tanta seriedade ao Pai. Afinal, tinha sido a primeira vez em que a miséria humana se dirigira a ele procurando por socorro em tão grande volume e em uma configuração tão variada. Ele dedicava-se de todo coração aos seres humanos nas situações em que era preliminarmente mais compreensível para eles, a saber, em suas necessidades físicas e confusões psíquicas. Quanto mais atividade exterior ele desenvolvia, tanto mais o Senhor tinha a necessidade e o desejo de fortalecer sua energia interior por intermédio do silêncio. Afinal, seria pura superstição ou fantasia supor que ele tivesse derramado os milagres com grande facilidade. *Pois o Filho não pode nada a partir de si mesmo.* Ele não podia nem queria fazer nada a partir de si mesmo, não por sua essência – afinal, ele era o *Filho de Deus* – mas por sua *vontade*. Afinal, ele era verdadeiro ser humano e não queria nenhuma outra filiação divina que não aquela que estava incluída em sua humanidade (cf. nossos comentários sobre a história da tentação, acima, p.[102]), mas *o que o Filho vê o Pai fazer, isso também ele faz de igual modo* (Jo 5.19). E era objeto de sua súplica que o Pai fizesse isso. Em sua mente, havia por trás desses enfermos os milhares de sofrendores que gemiam sem esperança sob a mesma aflição. Cumprira-lhe, pois, fazer o que mais tarde nos recomendou fazer pessoalmente: *suplicar, buscar, bater à porta*. Não disse “Receberás tudo de bandeja”, ou “basta buscar”, ou “todas as portas estão abertas para ti”, ou: “basta que as abras rápida e facilmente”. Nada disso consta na Escritura, mas lemos: “Pede!”, “Procura!”, “Bate à porta!” Permite que teus relacionamentos com Deus se tornem, nas preocupações pelo Seu reino, uma parcela de tua mais íntima e profunda história de vida e de compaixão, onde derramas o sangue do coração (Veja os comentários a Lc 5.15 e 6.12).

Portanto, até mesmo Jesus, o Filho de Deus, dependia desse “*Pede, procura, bate à porta!*” para realizar sua incumbência. Deus não faz acepção de pessoas. Essa é uma lei constitutiva que se expressa repetidamente na Bíblia. A mentalidade, os motivos interiores, a atitude do coração – é só isso que Deus considera. Isso não faz parte da pessoa, do semblante (*persona* significa o exterior de um ser humano), mas do mais profundo âmago do coração!

Se Jesus visava obter a ajuda do Pai para os humanos, ele precisava colocar-se diante de Deus como simples ser humano. Afinal, é para isso que ele havia se tornado humano. Só poderia ajudar as pessoas em sua trajetória pelo fato de ter se tornado “igual a outro ser humano”. Se pensarmos que ele teria repetidamente recorrido à sua divindade para cumprir sua incumbência, então desconhecemos completamente a magnitude e gravidade desta incumbência.

Como simples ser humano, portanto, (pois somente assim ele poderia colocar-se diante do Pai em prol das pessoas), Jesus contentou-se com o “pedir, buscar, bater à porta”. Certamente encontrou numerosas fechaduras enferrujadas há milhares de anos, trancas da antiga maldição, que não lhe eram imediatamente removidas, até chegar àquelas últimas fechaduras que só lhe seriam abertas pelo preço de sua vida no Calvário.

No entanto, igualmente **as multidões o procuravam, e foram até junto dele, instando-o para que não as deixasse. Ele, porém, lhes disse: É necessário que eu anuncie o evangelho do reino de Deus também às outras cidades, pois para isso é que fui enviado. E pregava nas sinagogas da Judéia** (Galiléia).

Em breve o assédio dos que buscavam ajuda e salvação multiplicou-se diante da casa de Simão. Jesus havia saído, porém Simão foi pressionado a procurá-lo (cf. Mc 1.36). Nesse caminho, aparentemente, reuniram-se não apenas familiares, mas também pessoas da multidão, e quando encontraram Jesus, explicaram-lhe que ele estava sendo ardentemente procurado por todos, enquanto os outros lhe rogavam que não saísse da cidade.

Conseqüentemente, os cidadãos de Cafarnaum fizeram o contrário do que haviam feito os nazarenos. Estes o expulsaram, aqueles desejam mantê-lo para si.

Provavelmente algumas solicitações insistentes faziam-se ouvir, mas Jesus não podia se deixar amordaçar. **Também às outras cidades tenho de levar o evangelho do reinado de Deus; porque para isso fui enviado**, explicava-lhes. Essa era uma obrigação sagrada, do íntimo. Nem insistência humana e muito menos a opinião própria podiam detê-lo diante desse impulso.

É importante salientar que o próprio Jesus sempre coloca a proclamação em primeiro plano. Os milagres e sinais estão subordinados à proclamação.

7. Jesus chama seus primeiros discípulos, que são peca-dores, a seguirem-no com exclusividade. – Lc 5.1-11

[Comentário Esperança, Mateus, p. 72s; Marcos, p. 72ss]

Até aquela hora Jesus havia pregado nas sinagogas da Galiléia sem ser acompanhado por um grupo permanente de discípulos. Quando, porém, sua obra se expande, ele sente a necessidade de conferir a essa obra contornos mais sólidos e atrair como acompanhantes permanentes aqueles que o Pai lhe concedeu como primeiros crentes. Lucas ainda não cita os companheiros de Jesus na cura da sogra de Pedro por nome (*Eles* lhe pediram, Lc 4.38; ela, a sogra de Pedro, *lhes* servia, Lc 4.39). De acordo com Mc 1.29, tratava-se de Pedro, André, Tiago e João. É justamente esses homens encontramos na narrativa seguinte.

Sem dúvida eles formavam sua audiência mais assídua. Afinal, desde os dias no Jordão e sobretudo desde aquela noite em Caná, sabem que ele é o Cristo (Messias). Contudo, até aquele momento ainda não haviam pensado em seguir a Jesus em todos os lugares, de forma integral e contínua.

Jesus, porém, determinou-lhes *que o seguissem integralmente*. Deviam acolher dentro de si seus ensinamentos, ser testemunhas contínuas de seus feitos. Ao solicitar que deixassem a profissão terrena, a fim de atribuir-lhes uma nova atividade, inconciliável com a primeira, Jesus na verdade constituiu o ministério cristão da pregação.

Uma convocação semelhante à relatada aqui é narrada em Marcos 1.16-20 e Mateus 4.18-22. Cabe perguntar se os textos se referem ao mesmo episódio ou se devemos supor uma dupla vocação das mesmas pessoas. Analisaremos essa questão no final.

Cumpra solucionar ainda outra questão. Como é possível que Lucas não mencione André? Alguns respondem a essa pergunta alegando que na narrativa da pesca miraculosa Pedro era tão nitidamente o personagem principal que por isso até mesmo os filhos de Zebedeu, João e Tiago, são deixados à margem. No entanto, Lucas fala de outras pessoas que estiveram no barco de Pedro. Entre essas “outras” pessoas seguramente estava também André. – Mais tarde, porém, André é citado nominalmente por Lucas entre os Doze.

1 – Aconteceu que, ao apertá-lo a multidão para ouvir a palavra de Deus, estava ele junto ao lago de Genesaré,

2 – e viu dois barcos junto à praia do lago; mas os pescadores, havendo desembarcado, lavavam as redes.

3 – Entrando em um dos barcos, que era o de Simão, pediu-lhe que o afastasse um pouco da praia; e, assentando-se, ensinava do barco as multidões.

4 – Quando acabou de falar, disse a Simão: **Faze-te ao largo (ao centro do lago), e lançaí as vossas redes para pescar**

5 – Respondeu-lhe Simão: **Mestre (melhor: chefe), havendo trabalhado toda a noite, nada apanhamos, mas sob a tua palavra lançarei as redes.**

6 – Isto fazendo, apanharam grande quantidade de peixes; e rompiam-se-lhes as redes.

7 – Então, fizeram sinais aos companheiros do outro barco, para que fossem ajudá-los. E foram e encheram ambos os barcos, a ponto de quase irem a pique.

8 – Vendo isto, Simão Pedro prostrou-se aos pés de Jesus, dizendo: **Senhor, retira-te de mim, porque sou pecador!**

9 – Pois, à vista da pesca que fizeram, a admiração se apoderou dele e de todos os seus companheiros,

10 – bem como de Tiago e João, filhos de Zebedeu, que eram seus sócios. Disse Jesus a Simão: **Não temas; doravante serás pescador de homens!**

11 – E, arrastando eles os barcos sobre a praia, deixando tudo, o seguiram.

O lago de Genezaré tem quatro horas de comprimento e duas e meia horas de largura. É muito rico em peixes. A bela planície de suas margens é coroada com altas palmeiras. Enormes ciprestes sempre verdes erguem suas copas sobre as casas de Cafarnaum, contra o céu diáfano. Essa região do lago de Genezaré é uma verdadeira parte do paraíso. Em Mt 4.18 ele é chamado de *Mar da Galiléia*, e em Jo 6.1 e 21.1 de *Mar de Tiberíades*.

Contudo, por mais bela que seja a região, a imagem dos quatro pescadores salta do texto de Lucas como uma gritante dissonância! É uma imagem chocante de faina e desgaste terrenos. Pedro e seus companheiros pescaram a noite toda e não capturaram nada. De semblante sombrio e cheios de preocupação, lavam as redes. O melhor trabalhador poderá enfrentar momentos em que, apesar de todo o labor, “não alcança nada”.

O Senhor aproxima-se, então, dos quatro pescadores, rodeado por uma multidão que o pressiona de modo tumultuado e até mesmo sem a menor consideração, pois deseja escutar novamente esse extraordinário orador. O Senhor entra em um dos barcos ancorados na margem, de propriedade de Simão, pedindo-lhe que afaste o barco um pouco da terra. Jesus deseja encontrar um lugar melhor para observar seus ouvintes durante a pregação.

Cumpra considerar duas coisas:

1) O Senhor **pede** a Simão. Com que precisão esse pedido humano e cordial (*erotesen*) é diferenciado da poderosa palavra do v. 4, que ordena: “Faze-te ao largo...”

2) O homem a quem pertence o barco não é chamado de *Pedro*, mas de **Simão**. É interessante que Pedro aqui ainda não seja designado com seu nome posterior, mas pelo seu nome hebraico, pois ainda não está no serviço de Jesus. – Além disso, cabe constatar que Simão aparece nitidamente como líder do empreendimento da pesca. É a ele que Jesus pede. É a ele que também pode pedir. Afinal, não faz muito tempo que Jesus curou sua sogra da febre (Lc 4.38s). Jesus está à vontade para pedir e esperar que Pedro coloque o barco à disposição do Senhor por tanto tempo até que Jesus conclua seu ensinamento.

Agora Jesus, que *em geral ensinava e pregava somente em sinagogas* (Lc 4.15,16-37; 6.6; 13.10), anuncia a palavra de Deus a uma multidão insistente na margem do lago. Também os rabinos usavam como locais de pregação não somente as sinagogas, mas também as ruas e os espaços abertos.

O conteúdo dessa “pregação marítima” do Senhor não é relatada. Consta apenas sucintamente: “Ele se sentou e ensinou as multidões a partir do barco.”

Embora Jesus soubesse que Pedro não havia pescado nada durante toda a noite, ele diz-lhe, depois de encerrar o discurso: **“Faze-te ao largo até o centro do lago, e lança as redes para a pesca** Uma ordem estranha, recebida por Simão, muito ao contrário de todas as regras de seu ofício.

Entre outras, a razão para que Jesus desse esta ordem tão estranha a Simão, “Faze-te ao largo até o centro do lago...”, foi que ele também tinha a intenção de capturar em sua rede o próprio pescador.

5 Uma vez que Pedro não deseja contradizer aquele que lhe deu a ordem, ele responde: **“Mestre (melhor: “chefe”) havendo trabalhado toda a noite, nada apanhamos, mas sob a tua palavra lançarei as redes.”**

Aqui cabe notar de modo singular a palavra Mestre, que no grego é *epistátes*. A melhor tradução é “chefe, superior”. A autoridade superior dá uma ordem ao subordinado. – Aqui Jesus não “pede”, como aconteceu no v. 3b, mas Jesus ordena. A resposta de Pedro é a obediência.

Que significa o termo *epistátes*, com o qual Simão se dirige ao Senhor? Por ser “*epistátes*” o tratamento para uma autoridade superior, um preposto, Simão deve ter visto em Jesus o superior, o autorizado.

Entre as coisas que estão subordinadas à pessoa autorizada estão, conforme o Salmo 8, também os peixes no mar. Por isso o *epistátes* pode ordenar uma excursão de pesca em uma hora em que no geral a captura de peixes é praticamente improvável.

Por isso o pescador Simão obedece à pessoa autorizada por Deus após deixar de lado tudo o que sua razão de pescador pudesse dizer-lhe. Na verdade, Simão não reconhece o filho do carpinteiro, que não entende nada da profissão de pescador, neste homem de Nazaré, mas vê o Senhor, que possui autoridade também sobre os animais do mar (A esse respeito, cf. Bornhäuser: *Studien zum Sondergut des Lucas*). Em razão disso Simão responde: “**Com base em tua palavra, porém, abaixarei as redes**”.

Na palavrinha **porém** começa a fé de Simão, uma fé que se apresenta como obediência; obediência de fé que, contrariando toda a razão e toda a prática e experiência profissional, apesar disso devota ao Senhor confiança plena e incondicional, uma confiança que se revela na obediência cega.

Ludwig Schneller escreve: “No lago de Genezaré as redes são lançadas apenas à noite, pois de dia não se pesca quase nada. Em uma de minhas visitas perguntei aos pescadores no lago de Tiberíades se eles não lançam as redes também de dia. Eles riram diante dessa ignorância!”

Portanto, Simão havia se esforçado e labutado nas horas mais apropriadas para o ofício de pescador, mas sem sucesso. Agora, *em pleno dia*, é mandado para longe da praia, *para o meio do lago*, i. é, para o lugar em que o lago é muito fundo.

Não obstante, por mais estranha que soe a palavra do Senhor, ele diz brevemente: “**Porém**, com base em tua palavra abaixarei as redes.”

6-7 Isto fazendo, apanharam grande quantidade de peixes; e rompiam-se-lhes as redes. Então, fizeram sinais aos companheiros do outro barco, para que fossem ajudá-los. E foram e encheram ambos os barcos, a ponto de quase irem a pique.

Simão está pasmo de felicidade. Que alegria foi essa inaudita bênção para o trabalho dos discípulos! E agora, algo extraordinário! Enquanto Simão arrasta os peixes em suas redes, ele próprio cai na rede do Redentor! Capturando, Simão foi pessoalmente capturado pelo Redentor.

Simão sente a proximidade de Deus e percebe tanto mais profundamente sua grande indignidade diante dessa bênção imensurável. Involuntariamente ele se vê lançado ao pó. Lemos:

8s Vendo isto, Simão Pedro prostrou-se aos pés de Jesus, dizendo: Senhor, retira-te de mim, porque sou pecador! Pois, à vista da pesca que fizeram, a admiração se apoderou dele e de todos os seus companheiros.

É significativo que aqui, ao lado do nome Simão, subitamente surja o nome *Pedro*, o que de resto não ocorre na história. Simão, que mais tarde recebe o nome Pedro, porque expressa o grande testemunho a Jesus como Filho de Javé, já aparece aqui como testemunha, embora sua interpelação (‘Senhor’) ainda não tenha o conteúdo pleno que obteve mais tarde.

Não se deve desconsiderar que o relato diz que Simão se prostrou perante Jesus sobre os ‘joelhos’. De forma alguma tais aspectos exteriores são secundários para os evangelhos, como facilmente poderíamos supor. É improvável que Simão tenha se ajoelhado alguma vez diante de Jesus até então.” (Bornhäuser)

O destaque especial do gesto de Simão visa indicar que a experiência da pesca mudou algo no relacionamento entre Jesus e Simão. A expressão “Senhor”, enfatizada no final da frase, visa expressar isso.

Segundo o entendimento daquela época, a confissão de Pedro (“Senhor, sou uma pessoa pecadora”) expressa que sua vida até então transcorreria *à margem da lei* conforme explicada pelos fariseus. Pedro *não se sente “justo”*, como ocorria com os fariseus, motivo pelo qual se define como **pecador**. Pedro sabe que não é possível ver o poder miraculoso de Deus nem ouvir a palavra de Jesus sem ter consciência do pecado e da culpa! Por isso Simão foi tão fortemente tomado pelo temor diante da majestade do sobrenatural, assim como antes dele *Zacarias* (Lc 1.12) e os *pastores* (Lc

2.9). Assim como Gideão (Jz 6.22s), Manoá (Jz 13.22) e Isaías (Is 6.5), ele teme que, como pessoa pecadora, “tenha de perecer” na presença de Deus.

Em tais momentos desfaz-se tudo que é exterior, tudo o que é formal. Impõe-se o sentimento mais profundo do coração, e vem à luz tudo o que possa ter existido em segredo. Esse tipo de consciência no coração humano é conhecimento da santidade de Deus, que traz morte e destruição para a criatura que não é santa.

Também quanto à expressão no v. 9, “**pois um assombro se apoderara de Simão Pedro**”, reproduzimos o que Bornhäuser comenta: “No NT deparamo-nos com o termo ‘assombro’ (*thambos*) apenas mais duas vezes (Lc 4.36 e At 3.10). Em todas estas ocasiões, este assombro aparece como decorrência de uma misericordiosa ação milagrosa de Jesus. Depois de Jesus ter curado um possesso em Cafarnaum lê-se: “todos foram tomados de grande assombro” (Lc 4.36). Em Atos dos Apóstolos, ao ser restaurado o aleijado, consta: “Encheram-se de admiração e assombro por isso que acontecera” (At 3.10). Somos tentados a perguntar: por que temor desenfreado, por que assombro? Não seriam de esperar antes alegria e louvor, quando Jesus, ou os discípulos em nome dele, curam e socorrem? O fato de hoje não sermos mais tomados de espanto e temor quanto Deus interfere é culpa do *Iluminismo*. Ele transformou o Deus, ao qual o próprio Jesus, o Filho, na oração sacerdotal se dirige com as palavras ‘Pai santo’ (Jo 17.11), em Deus queridinho, fraco, pusilânime. Tanto o AT quanto o NT estão cheios dos testemunhos de que o ser humano se assusta e teme quando Deus se aproxima. *Desse espanto sagrado, desse reverente temor é que Simão está repleto*, quando o Deus (*cheio de límpida bondade*) se aproxima dele *em um evento palpável*, pela ação do homem em quem ele reconhece o Messias vindouro.” Até aqui o comentário de Bornhäuser.

Uma realidade muito grande e nova atinge-o a partir de Jesus, a saber, que Jesus não sentenciar nem condena o “pecador” que reconhece seu pecado e sua culpa, mas o agracia e o atrai para seu coração de Redentor. Jesus havia olhado amistosamente para o Pedro ajoelhado diante dele, dizendo-lhe: “**Não temas!**” Como o coração de Pedro deve ter ficado feliz quando foi alçado das profundezas da consciência de pecado para as alturas do perdão de pecados! Bem-aventurado é aquele que é conduzido ao arrependimento pela misericórdia do Senhor!

10b Não temas; porque doravante capturarás homens (vivos)! Com essa palavra o Senhor lhe atribui uma nova vocação. Bendito aquele a quem o Senhor chama de forma tão direta a servi-lo! Constantemente Deus se revela aos profetas convocados para o ministério ou a outros mensageiros de um modo como eles antes jamais imaginaram. À luz dessa revelação o ser humano passa a reconhecer ainda mais, e de maneira muito peculiar, sua própria insuficiência e culpa (Cf. Êx 4.10,17; Is 6; Jr 1.4-10; Ez 1-3; Jz 6.11-23; At 9.3-9; Dn 10; Ap 1.13-20).

O Senhor reveste sua promessa de uma linguagem que era familiar para Pedro. O pescador deverá capturar pessoas, como Davi (que foi tirado dos rebanhos de ovelhas) teve de apascentar seu povo (Sl 78.71s). Pedro experimenta aqui uma dupla promoção: no futuro ele deve capturar pessoas e não mais peixes; e deve capturá-las para a vida e não, como até então em sua insignificante pesca, para a morte. Isso está também expresso na palavra do texto original, onde consta *zogreuein*, um termo composto de *zoos* e *agreuo* = *capturar vivo*.

Hás de “capturar vivas” as pessoas, i. é, “capturá-las para a vida verdadeira.” Cf. Josué 2.13, de acordo com a Septuaginta.

Justamente Js 2.13 também passa a apontar para a finalidade do *preservar vivo*, a saber, para o tornar-se um cativo que serve. Compare-se com 2Tm 2.26, onde a expressão *zogrein* é explicada a partir do contrário: a maravilhosa captura das almas sucede com o propósito da obediência espontânea e viva. Desse modo Jesus explicitou cinco aspectos nessa maravilhosa história da pesca:

1) No começo da formação do grupo de discípulos e, por consequência, também da nova congregação, a igreja de Jesus, não está a palavra de juízo, mas da graça, não a ação pessoal expiatória, mas o recebimento do perdão, não o ser humano, mas Deus, com sua benignidade e clemência.

Disso resulta diretamente, como consequência natural obrigatória e restauradora do coração, o “deixar-se retirar” de amarras terrenas e egocentrismos, bem como a renúncia espontânea ao que atrapalha a nova vida (a vida com o Senhor). Essa entrega ao Senhor, particularmente uma entrega voluntária, constitui o primeiro resultado característico causado pelo predomínio da graça nos pecadores.

2) Nesse episódio Jesus destinou um grupo de crentes para dedicarem-se integralmente à sua obra na terra. Com isso, Jesus introduziu o ministério da pregação com firmeza e profundidade como vocação. Duas coisas fazem parte desse serviço de pregação: 1. Ter abraçado a fé em Jesus; 2. Ser chamado para servir a Jesus.

Os discípulos eram zelosos e cuidadosos no ofício de pescadores. Jesus pode usar pessoas que não se deixam separar de forma tão fácil e rápida da profissão terrena e aos quais não gostamos de ver abandonar essa profissão. Trouxeram à praia seus barcos com a rica pesca. Justamente agora, quando haviam experimentado o maior sucesso na profissão, deram-lhe adeus. Jesus havia se tornado grande demais para eles.

Deixaram casa e propriedade com seus familiares, renunciaram a uma receita segura para levar uma vida itinerante com Jesus, sem saber onde deitariam a cabeça no dia seguinte e como sustentariam a vida.

3) Pedro obteve a incumbência: “**Capturarás seres humanos**” e depois: “**Apascenta as minhas ovelhas**” [Jo 21.17]. – Essas ordens não são duas incumbências distintas, mas dois lados e aspectos da mesmíssima tarefa. A designação **pescador, pescador de pessoas**, visa, de certo modo, expressar o começo do serviço pastoral – ou seja, atividade de pregação evangelística, avivadora. – A instrução “Apascenta minhas ovelhas” visa apontar para o alvo da proclamação da palavra, a saber, para a condução ao lar, à terra eterna da pátria celestial (Mt 13.48).

A designação *pastor* (pastorear ovelhas) expressa aquilo que a metáfora do pescador (pescar pessoas) não alcançava. A ilustração “pastor” aponta para o cuidado diário e individual pelos membros da igreja de Jesus, depois de terem sido chamados para a igreja do Senhor. Por isso é preciso primeiro *capturar pessoas* (pescador) e depois *apascentar ovelhas* (pastor), como é dito em Jo 21.16s.

4) Em toda essa obra miraculosa da pesca maravilhosa Jesus revela-se a si mesmo como uma “riqueza” que não pode ser abarcada e guardada nas redes do coração e da razão.

Pensamento, sentimento e vontade humanos correm o risco de romper de tanta felicidade e alegria, e o barquinho da vida corre o risco de afundar diante da mais preciosa carga que uma vida humana já recebeu, na pessoa de Jesus Cristo, o Senhor e Redentor de nossa alma. É notório como o símbolo do peixe era popular entre os cristãos antigos.

5) Nem toda pessoa que recebe o chamado de seguir a Jesus também recebe o chamado para abandonar sua profissão terrena. Para a maioria das pessoas cumpre transformar sua profissão terrena e atuar no trabalho secular em favor da eternidade. Nem todos podem tornar-se pregadores que lançam as redes a partir do púlpito. Porém, na profissão terrena cada cristão pode cuidar não apenas da própria alma, mas também das almas de outros. A primeira bem-aventurança é ser conquistado e cativado pessoalmente; a segunda, porém, é buscar outros e trazê-los ao reino de Deus.

Chegamos ao final e retornamos à pergunta: será que Lc 5.1-11, Mt 4.18-22 e Mc 1.16-20 relatam o mesmo episódio – ou não? É preciso supor uma dupla vocação das mesmas pessoas ou não?

Riggenbach e Zahn opinam que o relato de Lucas descreveria uma vocação completamente diferente das anotações de Mateus e Marcos.

C. O terceiro raio

Continuação da atividade milagrosa do Cristo (Messias) e seus adversários – Lc 5.12-6.11

[Comentário Esperança, Mateus, p. 126, Marcos, p. 90ss]

1. Jesus cura um leproso – Lc 5.12-16

Em Lucas, assim como em Marcos (Mc 1.40-42), a cura do leproso acontece na primeira excursão de pregação que Jesus faz ao lado de seus discípulos. Mateus insere esses milagres imediatamente após o Sermão do Monte. Ao descer do monte Jesus encontra-se com o enfermo e cura-o. Este dado é tão preciso aqui, ao passo que nos outros dois é tão generalizado, que nesse caso parece óbvio dar preferência a Mateus. Quanto à lepra, cf. o Comentário Esperança, Mateus 8.1-4, nota 5.

12 – Aconteceu que, estando ele numa das cidades, veio à sua presença um homem coberto de lepra; ao ver a Jesus, prostrando-se com o rosto em terra, suplicou-lhe: Senhor, se quiseres, podes purificar-me.

13 – E ele, estendendo a mão, tocou-lhe, dizendo: Quero, fica limpo! E, no mesmo instante, lhe desapareceu a lepra.

14 – Ordenou-lhe Jesus que a ninguém o dissesse, mas vai, disse, mostra-te ao sacerdote e oferece, pela tua purificação, o sacrifício que Moisés determinou, para servir de testemunho ao povo!

15 – Porém o que se dizia a seu respeito cada vez mais se divulgava, e grandes multidões afluíam para o ouvirem e serem curadas de suas enfermidades.

16 – Ele, porém, se retirava para lugares solitários e orava.

O evangelista Lucas não compôs as histórias subseqüentes em ordem cronológica, mas segundo um critério determinado. Os relatos do capítulo 5 revelam de forma flagrante essa peculiaridade. Por causa de sua pecaminosidade, Pedro pensava que fosse indigno da comunhão com Jesus (Lc 5.8). O leproso era considerado como alguém castigado por Deus por causa de alguma transgressão especial (Comentário Esperança, Mateus 8.3, Observações preliminares). O aleijado carecia do perdão dos pecados. A chamada do coletor de impostos, que já por sua profissão era visto como flagrante pecador, constitui uma prova de que Jesus lhe dá a honra de entrar na comunhão com ele. Essa série de narrativas mostra como Jesus concretiza o programa estabelecido em Lc 4.18-21, possibilitando que todos os oprimidos, desprezados, miseráveis, curvados, doentes e pecadores experimentem seu amor misericordioso.

A cura do leproso deve ter acontecido nas cercanias de Cafarnaum ou na própria Cafarnaum. O texto grego descreve de forma palpável a surpresa causada pelo imprevisto e terrível aspecto. O enfermo estava lá sem que alguém o tivesse visto aproximar-se. Com certeza isso era uma surpresa, afinal ele havia transgredido os preceitos da lei. A expressão grega *pleres lepras* (cheio de lepra), que pode ser traduzido por “coberto de lepra de alto a baixo”, é um termo técnico médico. A lepra já havia atingido o último estágio. Completamente sem esperança, o infeliz estava entregue à morte. O expulso buscava a Jesus, provavelmente porque já havia ouvido muito acerca dele, a fim de obter dele ajuda e cura.

12/13 Depois que o leproso identificou o Senhor, caiu de rosto em terra e lhe pediu: “Senhor, se quiseses, podes purificar-me!”

Todos os três evangelistas dizem *purificar*, ao invés de curar, porque neles essa enfermidade é associada à consciência da impureza levítica. As palavras **Se quiseses, podes** contêm dois aspectos: grande temor e grande fé. Outros enfermos haviam sido curados, e o leproso estava informado disso – daí a fé. Mas provavelmente ele foi o primeiro doente dessa espécie que conseguiu chegar até Jesus e suplicar-lhe ajuda; por isso o medo.

Confiava nessa capacidade do Senhor pela fé. Sua única dúvida é se Jesus *quer*. É inegável que Jesus quer libertar-nos de nosso pecado, razão pela qual devemos pedir incondicionalmente por perdão. Mas com males e sofrimentos físicos é diferente. Também aqui Jesus é capaz de curar e ajudar. Porém, às vezes sua vontade é que a enfermidade persista, porque é necessária para *combater a soberba* (2Co 12.7), para a *santificação plena* (Hb 2.10; 5.8s). No caso de enfermidades precisamos ter cuidado para não tentar forçar arbitrariamente uma solução.

Marcos, que gosta de descrever os sentimentos de Jesus, salienta a profunda comiseração que acomete o Senhor ao ver o homem condenado à morte. Os relatos dos três evangelistas coincidem textualmente em um detalhe que deve ter causado uma impressão muito viva nas testemunhas e foi preservado de forma literal: **Ele estendeu a mão e o abraçou**. A natureza contagiosa da lepra era de conhecimento geral. Pela lei, o contato com o leproso tornava a pessoa impura. Jesus, porém, não apenas tocou no leproso, mas *o abraçou firmemente com a mão*, pois a palavra que Almeida traduziu com “tocar” significa cingir, envolver e abraçar (Mc 10.13,16; 1Jo 5.18). Cf. o Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 8.3.

Será que durante toda a sua existência humana Jesus não se expõe a um perigo ainda muito maior que tocar um leproso, a saber, estabelecendo contato entre sua natureza pura e nossa natureza pecadora, sem sucumbir a ela?

O Redentor abraçou a humanidade impura ao inserir-se completamente nela. É o que também faz agora com cada indivíduo. Ele não somente toca nossa impureza pecaminosa com a ponta dos dedos, mas envolve o impuro com o braço de sua compaixão.

14 Ordenou-lhe Jesus que a ninguém o dissesse, mas vai, disse, mostra-te ao sacerdote e oferece, pela tua purificação, o sacrifício que Moisés determinou, para servir de testemunho para eles. Marcos manteve o tom rigoroso, e até ameaçador, com que a ordem e a proibição foram dadas (veja

Mc 1.43) de forma muito mais palpável. A palavra *logo o despediu*, que aparece em Marcos e é utilizada por ele também no cap. 1.12, refere-se ao grupo que se havia formado em torno de Jesus. A brusca proibição de Jesus para que não falasse da cura a ninguém pode ser melhor compreendida se partirmos da pressuposição de que Jesus estava empenhado principalmente no cumprimento das prescrições legais referentes à cura dos leprosos. Ele atém-se às palavras que proferiu no Sermão do Monte: “não penseis que vim dissolver a lei; não vim para dissolver, mas para cumprir” (Mt 5.17). Conseqüentemente, as palavras finais **para servir de testemunho para eles** também se revestem de um sentido muito singelo, neste caso para os sacerdotes, e não para o povo [como traz Almeida]. O testemunho é a prova de que Jesus respeita a lei de Moisés, que será cumprida diante dos sacerdotes por meio da oferta do leproso (cf. Lv 13.49 e 14.10s).

Não obstante, aquilo que o leproso tinha para anunciar aos sacerdotes mostra o Redentor como Senhor sobre a lei: os sacerdotes da antiga aliança deverão atestar oficialmente, mediante a declaração prevista em lei referente à pureza do ex-leproso, que alguém maior do que eles chegou. O sacerdócio “dele” não somente *atestará a purificação*, mas também *purificará* verdadeiramente com divina perfeição de poder por meio de seu sacrifício no Calvário.

Esse milagre descreve de forma impressionante o entrelaçamento da divindade e da humanidade do Senhor! – O grande mistério do Filho de Deus e do homem reside unicamente nessa unidade entre verdadeira divindade e verdadeira humanidade, entre livre soberania divina e simultânea obediência humana à lei, nessa combinação dos opostos.

De acordo com Marcos, o leproso não obedeceu à proibição de Jesus de que “não o dissesse a ninguém no povo”, dificultando assim a atuação de Jesus na Galiléia.

15 – A fala (notícia) sobre ele, porém, se divulgava ainda mais, e grandes multidões afluíam para ouvir e se deixar curar de suas enfermidades.

16 – Ele, no entanto, retirou-se ao deserto e persistia em oração.

A oração era o contrapeso de que Jesus dispunha para resistir a todos os perigos internos e externos que ameaçavam constantemente a obra dele.

O Redentor não tem por objetivo o movimento de massas, ser carregado por uma multidão entusiasmada; seu caminho é de descida, em direção às profundezas (Fp 2.6-8). Jesus nunca saiu dos trilhos, o aplauso da grande multidão não o arrebatou nem um instante sequer. Pelo contrário, combateu sem cessar os perigos do entusiasmo fanático e carnal e da sugestão.

Em meio ao incomparável alvoroço do trabalho Jesus continuou sendo pessoa de intensa oração (cf. o comentário a Mt 8.4).

E nós? Como temos pouco tempo para a oração! Somos tão tomados pelo trabalho que acreditamos ser praticamente incapazes de separar uma hora inteira no dia para buscar a face de Deus e manter uma conversação silenciosa com nosso Pai no céu. Temos de separar tempo para a oração não para nos explicar a Deus, não para convencer a Deus, mas por causa de nós mesmos, para exercitar a confiança nele e a dependência dele, em suma, para configurar realmente a nova vida “seguindo o seu exemplo”.

Lutero diz que ‘em nossa vida de oração podemos detectar com maior clareza que tanto na verdade como em todos os demais aspectos estamos diante de Deus. *A fé não é nada mais que pura oração*’.

Tornamo-nos escravos do trabalho e, por conseqüência, escravos deste mundo quando não oramos, quando não temos horas de solidão com Deus, quando não levamos uma vida de oração como Jesus! Unicamente na oração nós nos destacamos acima deste mundo, elevando-nos acima de nosso miserável eu, unicamente na oração temos a Deus. (Hilbert, “Uma coisa só importa”)

2. Jesus perdoa pecados e cura. A restauração do paralítico – Lc 5.17-26

[Comentário Esperança, Mateus, p. 149ss], Marcos, p. 97ss].

17 – Ora, aconteceu que, num daqueles dias, estava ele ensinando, e achavam-se ali assentados fariseus e mestres da Lei, vindos de todas as aldeias da Galiléia, da Judéia e de Jerusalém. E o poder do Senhor estava com ele para curar.

18 – Vieram, então, uns homens trazendo em um leito um paralítico; e procuravam introduzi-lo e pô-lo diante de Jesus.

19 – E, não achando por onde introduzi-lo por causa da multidão, subindo ao eirado, o desceram no leito, por entre os ladrilhos, para o meio, diante de Jesus.

20 – Vendo-lhes a fé, Jesus disse ao paralítico: Homem, estão perdoados os teus pecados.

21 – E os escribas e fariseus arrazoavam, dizendo: Quem é este que diz blasfêmias? Quem pode perdoar pecados, senão Deus?

22 – Jesus, porém, conhecendo-lhes os pensamentos, disse-lhes: Que arrazoais em vosso coração?

23 – Qual é mais fácil, dizer: Estão perdoados os teus pecados ou: Levanta-te e anda?

24 – Mas, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados - disse ao paralítico: Eu te ordeno: Levanta-te, toma o teu leito e vai para casa.

25 – Imediatamente, se levantou diante deles e, tomando o leito em que permanecera deitado, voltou para casa, glorificando a Deus.

26 – Todos ficaram atônitos, davam glória a Deus e, possuídos de temor, diziam: Hoje, vimos prodígios (paradoxos).”

Depois dessa tradução tão fiel quanto possível dos vv. 17-26 repetiremos agora cada versículo, explicando-o com uma tradução mais livre, que circunscreve o texto original.

- 17 Certo dia o Senhor estava de novo ensinando. Entre os ouvintes encontravam-se também seus adversários, fariseus e mestres da lei. Haviam vindo de todas as aldeias da Galiléia, da Judéia e também de Jerusalém. Ele era um Senhor-poder (uma Kýrios-Dýnamis), para se revelar com curas.**

O povo se acotovela em torno de Jesus. O povo faz ouvidos moucos para a teoria, mas tem um sentimento apurado para a vida e os fatos, ambientando-se rapidamente em novas situações que lhe sejam convincentes. Em vista disso, a multidão percebeu rapidamente que Jesus é alguém autorizado por Deus. Com toda a singeleza, Jesus utiliza-se disso. Aproximam-se com seus intentos como se chegassem a Deus. É sumamente interessante a expressão de Lucas “E havia (ou: ele era) um Senhor-poder (um *kýrios-dýnamis*),” i. é, o poder de Senhor estava presente em pessoa, a fim de revelar-se como Redentor (curando). Lucas freqüentemente emprega a expressão *dýnamis* – poder (ao todo 14 vezes, Lc 1.35; 4.14; 4.36; etc.), mas somente aqui ocorre a combinação de *dýnamis* – poder – com *kýrios* – Senhor! O título *kýrios* – Senhor – aponta de volta ao AT, para além da história do nascimento em Lc 2.11. No AT, *kýrios* era o nome usado para Deus. Portanto, quando o texto aqui diz “uma força de Senhor (*kýrios-dýnamis*)” – ou, como traz o Códice D, “a *kýrios-dýnamis* era ele”), o objetivo de Lucas evidentemente é atestar também dessa forma a divindade de Jesus: e essa atestação da divindade de Jesus é importante para aquilo que acontece depois, por causa da palavra sobre o perdão dos pecados, que deixou os adversários tão chocados. – Retornemos ao texto. Jesus não estava sozinho com o povo. A pregação e atuação do Redentor haviam se tornado notórias. Pessoas de muitos lugares começaram a observá-lo. Ele representava uma novidade, um fenômeno interessante na área da religiosidade. As pessoas viajavam para estudá-lo.

Portanto, fariseus e mestres da lei haviam chegado de uma vasta região, até mesmo de Jerusalém, assentando-se para observá-lo com máxima atenção. Aqui estava alguém que *ensinava*. Contudo, não havia passado por nenhuma escola como os escribas e fariseus. Os mestres da lei ou escribas não formavam um partido político, como os fariseus e saduceus. Os escribas de Israel eram os peritos nas questões da lei. Sem dúvida haviam sido sabiamente incluídos na delegação dos fariseus que havia sido enviada de Jerusalém à Galiléia, a fim de vigiar Jesus e, se necessário, discutir com ele (v. 21). Porventura não representava uma maravilhosa providência que justamente nesse dia, quando os inimigos de Jesus estavam presentes à reunião a fim de reunir material de acusação, o paralítico fosse trazido até Jesus? Isso é condução e providência divina. Esses são os métodos do Pai celestial, “calando a boca” de seus inimigos por meio do poder dos fatos (para maiores detalhes sobre os fariseus, cf. o Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 3.7-9).

- 18 Então, repentinamente, homens trouxeram uma pessoa totalmente paralítica em uma maca. Os carregadores tentavam chegar até Jesus, a fim de depositar diante dele o doente.**

- 19 Mas por causa do grande número de pessoas era impossível levá-lo para dentro. Por isso subiram pela escada externa para o telhado plano, e de lá o baixaram com a maca entre**

algumas telhas (cerâmica) rapidamente retiradas, diretamente na frente de Jesus. É provável que os presentes tenham ficado muito irritados com essa petulância, que atingia o extremo da originalidade.

Com Jesus, porém, foi diferente. Ele alegra-se imensamente com a ação desses homens. Nesse empenho, que ultrapassa todos os escrúpulos comuns, ele constata fé, mais precisamente uma fé viva, que é tudo que ele espera das pessoas. A fé viva rompe todos os empecilhos, passa “por pedra e aço”. Para o doente com certeza significava muito sofrimento chegar a Jesus por uma via tão incomum. Foi deitado no meio do grande número de presentes, exposto aos olhares de todos.

Uma vez que segundo a concepção dos judeus a enfermidade sempre era decorrência do pecado, enfrentar o público ao dirigir-se ao Senhor era duplamente difícil para o enfermo, pois ele se apresentava como pecador não somente perante o Redentor, mas perante todo o povo presente. No entanto, afastou de si qualquer preocupação com pessoas. Agora havia a oportunidade de um encontro com Jesus.

Por princípio é improvável e impossível que o paralítico tenha se deixado levar como se fosse um pedaço de pau, carregado para qualquer lugar, e levado literalmente para cima e para baixo no local em que Jesus atuava e ensinava. – Pelo contrário, parece de fato ter sido sua coragem de fé o motivo desse empreendimento.

Conforme já assinalamos, Jesus viu na fé não meramente o anseio de restauração de um enfermo, mas o *anseio de reconciliação* de uma alma ciente de sua culpa e ávida por salvação, que havia enveredado por esse genial e aéreo caminho de refúgio. De fato ele reconhecia nesse grupo audacioso a fé coletiva, dizendo ao enfermo: “Homem, teus pecados estão perdoados!”

20 Quando Jesus viu esse arrojo bem original, ele falou: “Homem (*anthropos*), estou te absolvendo de todas as tuas injustiças (*hamartiai*).”

A grande sentença de absolvição de toda culpa é poderosamente proferida. Perverso, o ser humano considera a saúde como o supremo bem, perdendo assim a vida verdadeira. O paralítico está mais angustiado pela aflição interior que por sua condição física. Como sabemos disto? Porque Jesus não concede a remissão dos pecados a alguém que não almeja por ela.

Do ponto de vista israelita, essa palavra do Senhor Jesus, seja na versão de Mateus, Marcos ou Lucas, possui suma importância. A interpelação é distinta – mas aquilo que importa é trazido de igual maneira por todos os três: **“Teus pecados te foram perdoados”** – um sinal de como essa palavra calou fundo. É uma posição completamente nova diante do problema do *pecado* e do *sofrimento*. Bornhäuser escreve o seguinte: “A opinião judaica a respeito do pecado e do sofrimento é esta: onde há sofrimento, o pecado é premissa, e onde ainda persiste o sofrimento, o perdão ainda não chegou plenamente.” Agora Jesus declara ao que jaz paralítico na maca: “Teus pecados te foram perdoados!”, proclamando assim um evangelho para milhares e milhares de pessoas. Afinal, sua palavra significa nada menos que o seguinte: talvez alguém possa sofrer das conseqüências de seus pecados, e talvez tenha de sofrer até o fim da vida, mas não obstante pode encontrar-se plenamente sob a graça, pode obter perdão.

21 Evidentemente isso era um achado para os mestres da lei e fariseus. Começaram a pensar e comentar entre si (mantendo diálogos): É isso! De fato está aí uma ofensa a Deus (blasfêmia), pois na verdade unicamente Deus é capaz de absolver da injustiça.

22 Jesus percebeu claramente seus pensamentos e lhes disse: Que, afinal, está agitando tanto o íntimo de vocês?

23 Que é mais fácil dizer: Eu te absolvo de todas as tuas injustiças, ou dizer: Levanta-te e sai andando?

O fato que deixava esses homens da lei indignados foi que Jesus declarou o homem livre e isento de toda culpa por sua própria iniciativa. Ora, isso significava interferir no direito majestático de Deus. Em parte alguma de todo o AT atribui-se ao Messias a autoridade de perdoar pecados. A frase de que somente Deus pode perdoar pecados de fato é totalmente verdadeira. Portanto, pelo fato de que na opinião deles Jesus, como humano, arroga a si mesmo algo que compete unicamente a Deus, eles o acusam de blasfêmia.

Conforme a formulação muito mais precisa de Marcos, Jesus reconheceu os pensamentos de seus adversários “em seu espírito” (cf. Mc 2.8). Com a pergunta: “O que é mais fácil?” Jesus se insere nos pensamentos dos interpelados.

Por causa da dureza do coração e da tolice, o menor teve de servir de comprovação para o maior. Mais uma vez a palavra do perdão dos pecados serve para provar o caráter divino do milagre. É nesse sentido que se deve entender as palavras do Senhor: **“Mas, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados, digo-lhes...”** Ao perdão dos pecados, realmente a parte mais difícil, o Senhor passa a acrescentar a cura física. Reveste de humildade a autoridade divina que Jesus atesta e reclama. Ele não diz: “para que saibais que **eu** de fato perdôo os pecados com autoridade divina e não como ser humano”.

O Senhor deixa de dizer “Eu sou Deus!” a respeito de si mesmo. Designa-se como “Filho do Homem”. Explicita sua soberania divina pelo fato de possuir autoridade para perdoar pecados na terra.

24 Mas, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade (*exousia*) para absolver de todas as injustiças praticadas contra Deus e humanos, disse poderosamente ao paralítico: Eu te ordeno: Levanta-te, toma tua maca e vai para casa.

Pela primeira vez Lucas usa a expressão “Filho do Homem”. O título “Filho de Deus” expressa a relação de Jesus com Deus. O título “Filho do Homem” mostra sua relação com a humanidade. O Filho do Homem é o defensor e libertador da humanidade. O defensor e libertador acaba de alçar-se às estrelas. Fez algo de que somente Deus é capaz. Retirou o gigantesco fardo da culpa humana. Foi isso que ele fez. Fê-lo de modo divinamente poderoso.

25 Imediatamente ele se levantou. Todos puderam vê-lo. Tomou nos braços aquilo em que estivera deitado e foi para casa louvando a Deus.

Como médico do corpo, Cristo havia demonstrado *visivelmente* o que ele havia realizado *antes* de forma *invisível*, como médico da alma.

O paralítico levantou-se. Todos podiam ver que ele de fato havia sido curado. Todos tiveram de constatar que Jesus era capaz de perdoar os pecados com autoridade divina.

Esse episódio deixa perplexas as testemunhas oculares. Enalteciam a Deus e apesar disso estavam tomadas de temor.

26 Então todos ficaram fora de si (extasiados) de surpresa. Louvavam a Deus. Um grande temor se apoderou completamente deles. Diziam: De fato é algo estranho (paradoxal) o que presenciamos hoje.

Sob o telhado aberto aconteceu algo totalmente inimaginado. Sucedeu algo *divino* e perfeito. E isso não somente ocorreu no oculto da alma, mas também na forma visível do corpo. À absolvição da alma agregou-se a cura do corpo. Esse ato duplo constitui o milagre sob o telhado aberto. O telhado aberto aponta para o céu aberto. O céu aberto, por seu turno, aponta para a futura integridade da criação, para sua restauração.

3. Jesus convoca um pecador particularmente notório para segui-lo. A vocação de Levi – Lc 5.27-32

[Comentário Esperança, Mateus, p. 151ss, Marcos, p. 108ss].

27 – Passadas estas coisas, saindo, viu um publicano, chamado Levi, assentado na coletoria.

28 – E disse-lhe: Segue-me! Ele se levantou e, deixando tudo, o seguiu.

29 – Então, lhe ofereceu Levi um grande banquete em sua casa; e numerosos publicanos e outros estavam com eles à mesa.

30 – Os fariseus e seus escribas murmuravam contra os discípulos de Jesus, perguntando: Por que comeis e bebeis com os publicanos e pecadores?

31 – Respondeu-lhes Jesus: Os sãos não precisam de médico, e sim os doentes.

32 – Não vim chamar justos, e sim pecadores, ao arrependimento.

Assim como Mateus e Marcos, Lucas acrescenta diretamente à narrativa da cura maravilhosa do paralítico a história da vocação de Mateus (Levi).

Enquanto Jesus saía da casa (talvez de Pedro) em que o paralítico foi curado, passando pelo lago de Genezaré (Mc 2.13), ele viu um coletor de impostos sentado na coletoria.

Chama atenção que Mateus chame o coletor de impostos de “Mateus” (Mt 9.9), e que naquele evangelho Mateus seja inserido entre os apóstolos com esse cognome (Mt 10.3). Lucas e Marcos

chamam-no de *Levi* ou *Levis* (Lc 5.27; Mc 2.14). Marcos especifica que o publicano é um filho de Alfeu.

Porventura já não tivemos às vezes a sensação de estar em situação desvantajosa por não termos vivido no tempo de Jesus? Porém, qual era, afinal, a situação das pessoas de Nazaré, comum à maioria de seus contemporâneos judeus? O que viam nele em grande parte os deixava perturbados.

Esse convívio com “marginais” e todo tipo de ralé, essa pobreza, essa submissão quase que infame à autoridade gentia, esse mísero profeta em quem nem mesmo seus próprios irmãos acreditam – isso causa muito escândalo e revolta! Talvez nós também tivéssemos nos escandalizado com ele.

Depois que Mateus disse “sim” ao chamado de Jesus, ele realizou um “grande banquete” em sua casa, como despedida para seus colegas e em honra ao Senhor, que havia causado essa guinada decisiva de sua vida. Jesus não despreza essa prova de amor agradecido, mas assenta-se com seus discípulos entre os excluídos do povo. Para os fariseus isso era indizivelmente escandaloso. Reunir-se para ter comunhão à mesa com coletores de impostos e pessoas afundadas em vícios era considerado uma contaminação cultural.

Os fariseus e os escribas questionaram os discípulos do Senhor por não terem escrúpulos de comer e beber com essa sociedade decaída. Embora esse ataque visasse Jesus, era dirigido aos discípulos. Por isso o Senhor fez uso da palavra e defendeu sua conduta com as palavras: “Os que estão saudáveis não precisam de um médico, mas os que têm doença.” Essa palavra da Escritura, que ocorre com frequência no Talmude e em autores profanos, está redigida em Lucas com um simples contraste: “os que estão saudáveis” e “os que têm doença”. Marcos e Mateus dizem: “os que são fortes”, i. é, os que são consistentes e duradouramente sadios. Essa palavra da Escritura utilizada pelo Senhor possui um duplo sentido. Ele dirigiu-a aos mestres e conselheiros espirituais de Israel, para que por meio dela estes fossem envergonhados como maus médicos, porque na verdade eram convocados para fortalecer os fracos e curar os enfermos (Ez 34.4). Agem com egoísmo e sem amor. Evitam os enfermos, para não serem contagiados. A forma singular *médico* é concretamente impactante nos lábios do médico que a pronunciou.

A palavra do grande médico Jesus Cristo atesta que ele perdoa com autoridade os pecados de todo aquele que o aceita. Essa é a finalidade de sua vinda.

Quem são, pois, os saudáveis, que não carecem do médico? O contexto do provérbio revela que o Senhor na realidade não conhece “saudáveis” e “justos” na terra - eles é que se consideram saudáveis e justos. Diante de Jesus, o médico que visa curar o pecado, todas as pessoas são apenas enfermas e pecadoras.

Com a grande exclamação “Eu vim!” Jesus credencia-se como “o Messias”. Seu chamado, emitido para todos, dirige-se a cada um como “pecador” e não como “justo”. Os fariseus, que se consideravam justos, e não pecadores, não ansiavam pela ajuda do médico. É como se o Senhor dissesse: “Vim para chamar a todos, mas não como justos, e sim como pecadores!”

4. Jesus, Redentor dos pecadores, fala sobre o jejum – Lc 5.33-35

[Comentário Esperança, Mateus, p. 154ss, Marcos, p. 114ss].

33 – Disseram-lhe eles (os fariseus e escribas): Os discípulos de João e bem assim os dos fariseus freqüentemente jejuam e fazem orações; os teus, entretanto, comem e bebem.

34 – Jesus, porém, lhes disse: Podeis fazer jejuar os convidados para o casamento (os filhos do salão de bodas, i. é, os convivas, os imprescindíveis amigos do noivo, que devem festejar), enquanto está com eles o noivo?

35 – Dias virão, contudo, em que lhes será tirado o noivo; naqueles dias, sim, jejuarão.

Os fariseus e também os próprios discípulos de João jejuavam intensamente. Considerando que justamente o jejum desencadeou o conflito, os dispostos a crer podem reconhecer que o Messias tinha chegado. P. ex., lemos a seguinte doutrina judaica em Maimônides: “Todo jejum há de cessar nos dias do Messias, e não haverá outros dias bons e dias de alegria iguais àqueles, como está escrito em Zc 8.19.” É nesse sentido que Jesus, contrariando seus interrogadores, se denomina de “noivo”, chamando o tempo de sua presença entre os seus de tempo de alegria nupcial. Ao perguntar se os companheiros do noivo podem ser induzidos a jejuar enquanto o noivo ainda estiver com eles, o Senhor diz que jejuar não combina com a alegria nupcial.

Enquanto o noivo está presente, seus amigos (os discípulos escolhidos do Senhor) têm todos os motivos para se alegrar. Uma vez que jejuar faz parte do luto, neste instante ele seria uma contradição com a alegria nupcial. Os discípulos terão muitos motivos para jejuar quando o noivo lhes for tirado. Esse anúncio formulado de maneira muito genérica refere-se aos dias de sua paixão e morte. Para os discípulos de João, cujo mestre agora jazia no cárcere, isso representava um indício comparativo que o Senhor repetiu mais tarde (cf. Mt 17.12). Jesus tenta dizer-lhes: “Vosso mestre, por causa de cujo aprisionamento estais jejuando e lamentando, não é o verdadeiro noivo, que será tirado de forma análoga, porém diferente.”

De forma alguma o Senhor gostaria de ver a alegria momentânea turbada durante o período em que o Senhor se encontra entre os discípulos. Mesmo que o sofrimento maior ainda esteja por vir, ainda que João Batista apodreça na masmorra, os discípulos de Jesus devem alegrar-se pelo noivo, motivo pelo qual não devem jejuar agora. Os dias de “jejum” (mesmo que em outro sentido) certamente retornarão, quando o noivo não estiver mais com os seus. Então esse jejum não será um jejum nos termos da lei, do AT e dos fariseus, a que o ser humano se submete por opção própria, mas abrangerá todo o tempo da igreja durante a ausência de seu Senhor, a saber, entre sua ascensão e retorno. Esse tempo é um tempo sério e repleto de aflição, que, no entanto, não deixa de ser de alegria e felicidade. Cada pessoa que estiver em comunhão de vida com seu Senhor pode alegrar-se como outrora os discípulos nos primórdios; até mesmo quando vierem caminhos de cruz. O último alvo, porém, é o casamento do noivo com os seus. Então haverá dias perfeitos e completos de alegria e de gozo, no qual todos os dias de jejum terão chegado a seu glorioso alvo.

5 – Jesus, o Redentor dos pecadores, fala sobre a relação da nova vida com a velha vida em três parábolas. – Lc 5.36-39

As duas primeiras parábolas (v. 36-38)

[Comentário Esperança, Mateus, p. 157ss, Marcos, p. 118ss].

36 – Também lhes disse uma parábola: Ninguém tira um pedaço de veste nova e o põe em veste velha; pois (se o fizer) rasgará a nova, e o remendo da nova não se ajustará à velha. [Mt 9.14-17; Mc 2.18-22]

37 – E ninguém põe vinho novo em odres velhos, pois (se o fizer) o vinho novo romperá os odres; entornar-se-á o vinho, e os odres se estragarão.

38 – Pelo contrário, vinho novo deve ser posto em odres novos.

39 – E ninguém, tendo bebido o vinho velho, prefere o novo; porque diz: O velho é excelente.

Pelo exposto até aqui torna-se compreensível o que o Senhor diz acerca do velho e do novo. No presente contexto, as duas parábolas da veste e do vinho lembram vivamente o preparo das bodas, de que o Senhor havia falado nos v. 34 e 35, por ocasião da questão do jejum. Por isso as duas parábolas não devem ser separadas do que foi relatado antes, para que sejam entendidas.

Lucas talvez confira à parábola do remendo um sentido um pouco mais profundo que os outros dois evangelhos sinóticos. Segundo a sua formulação, é tolice cortar um pedaço de pano de uma veste nova para remendar uma velha. A nova veste é danificada e torna-se imprestável, e o pedaço de pano do novo vestido não harmoniza com o vestido antigo. De acordo com Mateus, e especialmente com Marcos, o pano para remendar a veste velha é tomado do “tecido não-pisoado”. Mas o tecido não-pisoado nunca presta para cerzir, pois na umidade, p. ex., esse novo tecido encolhe, rasgando ainda mais o tecido já puído (mais detalhes no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 9.16s e Marcos, sobre 2.21s).

Os dois primeiros evangelhos, Mateus e Marcos, mencionam apenas um dano, Lucas cita dois danos, a saber: a) danificação da nova veste; b) rasgos da veste velha.

Cabe perguntar: o que Jesus quer dizer com veste nova e velha? No texto anterior, o Senhor diz que um novo “jejum” começará depois que o noivo for tirado.

A nova veste a que Jesus se refere é a nova vida dos discípulos. Portanto, tão tolo quanto cortar da nova vestimenta um pedaço de pano para remendar a veste velha, tão insensato também é harmonizar a novidade trazida por Jesus com o velho, que existe no sistema legalista farisaico. O novo apenas serviria de remendo para o velho, i. é, o velho é apenas consertado ou remendado um pouco. Isso significaria um fracasso duplo: a) deturpação e distorção do velho; b) deformação e mutilação do novo.

Muitos comentaristas defendem que na segunda parábola, a respeito do vinho velho e novo, o Senhor pretendia afirmar a mesma coisa que na primeira ilustração. Talvez isso não seja bem correto. À velha e nova veste não correspondem completamente os velhos e novos odres. Uma veste é colocada por fora. O vinho, porém, é derramado dentro dos odres. Enquanto a veste se refere ao lado exterior da nova vida, o vinho visa apontar para o lado interior da nova vida.

Os odres são metáfora para as pessoas que acolhem a nova vida dentro de si. São as *pessoas* que conseguem receber o Espírito somente por serem novas pessoas, i. é, pessoas convertidas.

No entanto, as parábolas da **veste** e do **vinho** se completam e contêm dois aspectos: 1) O novo não deve ser misturado ao velho com o fim de melhorar o velho; 2) A libertação e a novidade total somente valem para pessoas novas, i. é, as pessoas claramente convertidas. Aquelas que estão enleadas e esclerosadas pelo velho e não o soltam, não conseguem, assim como os odres velhos, conter nem segurar o novo vinho ou o novo Espírito.

Quando o Senhor diz que ninguém coloca vinho novo em odres velhos, ele também está justificando o procedimento de João Batista, que sempre direcionou seus discípulos para o novo, a saber, o Senhor e a conversão a ele.

Depois que Jesus formulou de forma tão expressiva o contraste entre as duas atitudes intelectuais básicas e seus órgãos, sua *terceira parábola* instrui os representantes sinceros do antigo sistema a terem cuidado diante do espírito da tradição, que tão facilmente domina a humanidade, e que é capaz de levar a atitudes injustas contra a nova proposta.

A terceira parábola (v. 39)

39 – E ninguém, tendo bebido o vinho velho, prefere o novo; porque diz: O velho é excelente.

Como na parábola anterior, a ilustração foi retirada da situação do momento. O novo vinho circula nos novos odres. Fresco, porém um pouco seco, no primeiro momento talvez ele desagrade ao paladar daqueles que estão acostumados ao vinho velho mais suave. O mesmo acontece com a natureza da nova vida, que Jesus prega e concretiza. O sistema legal é muito mais confortável porque é mais fácil oferecer o exterior a Deus, pelas práticas religiosas, do que render-lhe o interior, o coração. Quem se acostumou com o vinho velho, não gosta do novo. É espumante e borbulhante demais para ele. A nova natureza do Espírito traz consigo agitação. Quem prossegue nos trilhos antigos, fica desconfortavelmente incomodado. As pessoas preferem descansar tranquilamente nas práticas devotas exteriores.

O jejum intenso era um costume para os discípulos de João, de modo que preferiam persistir nele a aceitar o novo dos discípulos de Jesus. A passagem do tempo torna o tradicional e antigo agradável, ainda que de resto pareça ser um jugo oneroso.

Mais do que nos dois primeiros, no terceiro evangelho os discípulos de João Batista formam uma comunidade com sólidas formas de convivência. Além do costume de jejuar, conhecido também por Marcos e Mateus, o material exclusivo de Lucas fala também a respeito de uma peculiar prática de oração desse grupo, que remonta ao próprio João Batista (Lc 11.1). Esse é novamente um dos traços em que coincidem as tradições do 3º e 4º evangelhos. Em Jo 3.25ss eles até mesmo aparecem como um grupo que tem uma controvérsia com grupos de escribas acerca do batismo praticado pelo seu mestre. A convergência neste ponto reveste-se de relevância ainda maior porque, muito após a morte de João At 19.1ss menciona um grupo aparentemente coeso de discípulos de João Batista. Por mais escassas que sejam as notícias, elas não obstante dão uma forte impressão acerca das vigorosas conseqüências e repercussões do trabalho de João Batista.

6 – A caminhada de Jesus com os discípulos pela plantação de cereais – Lc 6.1-5

[Comentário Esperança, Mateus, p. 201s, Marcos, p. 119]

1 – Aconteceu que, num sábado, passando Jesus pelas searas, os seus discípulos colhiam e comiam espigas, debulhando-as com as mãos.

2 – E alguns dos fariseus lhes disseram: Por que fazeis o que não é lícito aos sábados?

3 – Respondeu-lhes Jesus: Nem ao menos tendes lido o que fez Davi, quando teve fome, ele e seus companheiros?

4 – Como entrou na casa de Deus, tomou, e comeu os pães da proposição, e os deu aos que com ele estavam, pães que não lhes era lícito comer, mas exclusivamente aos sacerdotes?

5 – E acrescentou-lhes: O Filho do Homem é senhor do sábado.

O Senhor e seus discípulos não viviam uma vida abastada. Enquanto percorriam os campos semeados no sábado, arrancavam espigas, um direito que a lei concedia aos pobres (Dt 23.25). A colheita de algumas espigas não se enquadra na acusação de furto.

Embora confirmassem mais tarde ao Senhor que nunca sofreram necessidades (Lc 22.35), os discípulos começaram a colher as primeiras espigas, pois estavam com fome. Foram detidos pelos fariseus naquele momento e imediatamente criticados como se tivessem cometido um grave pecado. A ação inócua foi transformada em um pecado contra o mandamento do sábado, ao interpretarem o arrancar espigas como “trabalho de colheita”. À lei de Deus acrescentaram seus preceitos mesquinhos.

Jesus responde à acusação dos adversários fariseus de que essa ação é uma violação do sábado, cujo castigo é o apedrejamento, com a referência à ação de Davi.

Ao recordar que Davi e seus companheiros passavam fome, Jesus também leva a sério a fome de seus discípulos. O rei Davi, tido em alta consideração entre os fariseus, sofreu fome com os seus ao fugir de Saul. Naquela ocasião o sumo sacerdote permitiu que Davi e seus acompanhantes comessem os sagrados pães da proposição. Afinal, os fariseus não poderiam tachar de “Não é lícito!” aquilo que fizera o próprio rei Davi. A lei régia do amor, da qual derivam todos os mandamentos, está acima de toda figuração e interpretação farisaica, rígida e forçada, de letra morta dos mandamentos de Deus.

[Comentário Esperança, Marcos p. 119ss, Marcos 2.23-28]

As palavras do Senhor em Mc 2.27 são claras e profundas. No Talmude, o rabino Jônatas diz: “O sábado está em vossas mãos, e não vós nas mãos dele, porque está escrito: O sábado é para vós” (Êx 16.29; Ez 20.12). Portanto, na intenção de Deus o sábado é uma instituição da misericórdia, que deve servir ao ser humano para o bem, para repouso e restauração (Dt 5.14; Êx 23.12), para bênção e santificação. Essa é também a razão mais íntima para a pergunta do Senhor se no sábado se deve manter a vida ou destruí-la (Mc 3.4). Deus deseja abençoar, presentear e alegrar por intermédio do sábado. De acordo com a ordem de Deus, portanto, o sábado deve servir para o ser humano como repouso e equilíbrio da alma. Os fariseus, porém, distorcem o benefício de Deus, transformando-o em flagelo. O Senhor ataca a interpretação errada deles a respeito do sábado com as palavras relatadas por Marcos: “O sábado foi feito por causa do homem e não o homem por causa sábado” (Mc 2.27; cf. Comentário Esperança, Marcos, sobre o texto). A história da vida de Davi permite reconhecer que a lei, nos casos excepcionais de aflição, não impõe aos seres humanos uma barreira coercitiva mecânica. O exemplo de Davi evidencia que a vida de Davi corria perigo. A lei até mesmo ordena certos “trabalhos” como obrigação. O “trabalho” no templo, p. ex., a colocação dos pães da proposição na casa de Deus, a oferta do duplo sacrifício de sábado (Nm 28.9), do qual faz parte “acender o fogo”, que de resto é proibido aos sábados (cf. Comentário Esperança, Marcos, sobre o texto).

Diferentemente de Marcos, Lucas afirma no v. 5 que o Filho do Homem é Senhor do sábado. Jesus, o legislador, o Senhor da lei, cumpre a lei no verdadeiro sentido, no Espírito e na verdade. Por isso, como Filho do Homem, Cristo, o Senhor do sábado, também traz a seus irmãos e sucessores a liberdade de configurar o mandamento do sábado não pela escravidão da letra morta, mas pela liberdade do Espírito. Nessas palavras do Senhor reside o germe da doutrina apostólica que Paulo formula em Rm 14.4s,17 e Cl 2.16s. A palavra final do Senhor não nos autoriza a fundamentar nela uma “abolição” de todos os costumes de sábado na igreja de Cristo. As palavras de Jesus sobre o sábado apontam para o significado essencial do sábado. O sábado, que Deus introduziu depois de consumada a criação, não tem vigência transitória para Israel e todos os humanos, mas apresenta importância *permanente*. Enquanto o ser humano viver, ele deve ter um sábado de Deus. Isso corresponde à natureza humana e à ordem divina. Jesus, o Senhor do sábado, concedeu-nos o dia do sábado de forma nova e aprofundada. Além disso, olhamos com alegria para o grandioso repouso de sábado futuro (Hb 4.9), no qual o repouso de Deus em relação à obra de redenção se une e aperfeiçoa com o primeiro descanso da obra de criação.

Contudo, Jesus é Senhor do sábado não apenas em vista de sua pessoa, mas também em vista de sua profissão. Justamente a tranquilidade e alegria que jorram da paz sabática em seu coração de Redentor são a verdadeira bênção de sábado de Deus. E assim Jesus também é o Senhor do sábado nesse aspecto. O sábado encontrou nele seu verdadeiro sentido e alvo.

7 – A cura da mão ressequida em dia de sábado – Lc 6.6-11

[Comentário Esperança, Mateus, p. 203s, Marcos, p. 124ss]

6 – Sucedeu que, em outro sábado, entrou ele na sinagoga e ensinava. Ora, achava-se ali um homem cuja mão direita estava ressequida.

7 – Os escribas e os fariseus observavam-no, procurando ver se ele faria uma cura no sábado, a fim de acharem de que o acusar.

8 – Mas ele, conhecendo-lhes os pensamentos, disse ao homem da mão ressequida: Levantate e vem para o meio; e ele, levantando-se, permaneceu de pé.

9 – Então, disse Jesus a eles: Que vos parece? É lícito, no sábado, fazer o bem ou o mal? Salvar a vida ou deixá-la perecer?

10 – E, fitando todos ao redor, disse ao homem: Estende a mão. Ele assim o fez, e a mão lhe foi restaurada.

11 – Mas eles se encheram de furor e discutiam entre si quanto ao que fariam a Jesus.

De acordo com os dois primeiros evangelhos sinóticos, pode parecer que esse episódio tenha ocorrido imediatamente depois do acontecimento anterior no campo de cereais, no mesmo sábado. Lucas, porém, mostra que Jesus realizou a cura narrada aqui em outro sábado.

As duas histórias similares (Lc 13.10-17; 14.1-6) que Lucas menciona mais tarde não devem ser consideradas como versões diferentes do mesmo acontecimento, porque esses três relatos apresentam divergências nítidas demais. Nossa narrativa pressupõe (veja o comportamento dos fariseus!) que Jesus curava com frequência no sábado (cf. Lc 13.10ss; 14.1ss; Jo 5.9; 9.14).

A atividade de cura está ligada à atividade de ensino e pregação (Lc 5.31s). Deve ter sido do conhecimento dos fariseus que Jesus curava enfermos nas sinagogas durante o culto aos sábados (Lc 4.31-37). A presença de um homem cuja mão direita, segundo o relato exclusivo de Lucas, era aleijada, deixa os fariseus em tensa expectativa, tentando descobrir se o Senhor teria coragem de curar no sábado mesmo na presença deles. Astutamente, os fariseus esperavam esta ocasião, para então poderem apresentar-se como acusadores dele.

O Senhor não teme a luta contra seus adversários. Pelo contrário, antecipa-se à acusação deles. O necessitado de cura é convidado a levantar-se e ir para o centro da sala. Com isso comunicou ao enfermo sua disposição de ajudá-lo. Aos inimigos na espreita, Jesus propõe uma pergunta, que diz: “É lícito, no sábado, fazer o bem ou o mal? Salvar a vida ou deixá-la perecer?” Deixar de fazer o bem sempre é praticar o mal. Essa regra vale também para o sábado. O agir mau não é proibido apenas no sábado, mas sempre. O agir bom não é ordenado somente para todos os dias mas, também para o sábado. Jesus explicou essa dupla indagação caracterizando sua intenção como “fazer o bem”. O homem com a mão ressequida na verdade não tinha uma enfermidade que significava risco de vida. Por isso, a restauração da mão direita não podia ser equiparada à salvação de uma vida (cf. Mt 5.21s; 1Jo 3.15). Porém pela cura da mão direita Jesus devolveu o curado ao trabalho e, por consequência, também à vida. Agora Jesus podia esperar dos fariseus que eles avaliassem sua ação no homem presente como um ato agradável a Deus, lícita no sábado. Afinal, realizava a cura tão-somente por intermédio de sua palavra, sem mexer um dedo sequer, ou seja, sem realizar um trabalho. No entanto, ao invés de um ou outro dos fariseus presentes responder à sua pergunta, aconteceu algo muito terrível. Os adversários incendeiam-se com fúria cega; deliberam entre si o que poderiam fazer a Jesus. O texto grego permite depreender a insegurança e a hesitação na ponderação dos adversários. Nesse clima eles consideram as diversas possibilidades de deixar o Senhor fora de ação.

O sentido implícito (infelizmente ocultado pelos judeus) do sábado é que o verdadeiro amor a Deus e o verdadeiro amor ao próximo sejam restabelecidos. Pelo fato de que o verdadeiro amor visa salvar a vida e não deixá-la perecer, Jesus mostra que seu alvo último, e por isso também o alvo do amor (afinal, ele é o amor), é a restauração e a convalescença de tudo aquilo que “aqui claudica, geme e suplica”. De forma poderosa, Jesus mostra-se desde já como o restaurador de toda a criação de Deus. Irrompeu o ano da graça do Senhor (Lc 4.16-19).

Em seu sábado os judeus haviam deixado o homem “ressecar”. – O Senhor do ano da graça, porém, com o verdadeiro e eterno sábado, não há de deixar os humanos ressequir-se perpetuamente, mas os fará “reerguerem-se” para a verdadeira vida, para o verdadeiro rigor e a beleza divina.

D. Quarto raio
Representação gráfica (para melhor fixação)

O Sermão do Monte de Cristo (Lc 6.12-49)

- 1 – A persistente oração noturna do Senhor e a escolha dos Doze (Lc 6.12-16)
- 2 – Os ouvintes do Sermão do Monte (Lc 6.17-19)
- 3 – Quatro bem-aventuranças, quatro ais (Lc 6.20-26)
- 4 – O mandamento do amor ao inimigo (Lc 6.27-36)
- 5 – A proibição de julgar (Lc 6.37-42)
- 6 – Acerca dos frutos (Lc 6.43-46)
- 7 – A parábola final (Lc 6.47-49)

O trecho Lc 4.4-6.11 anunciara e apresentara o evangelho das grandes façanhas de Deus através do Cristo: o anunciado “ano da graça do Senhor” (Lc 4.19) está irrompendo.

A primeira pregação do Senhor na sinagoga de Nazaré, na qual anunciou a cura e soltura, o voltar a ver e fortalecer-se, tornou-se ação e realidade. O possesso na sinagoga de Cafarnaum foi liberto de seus grilhões (Lc 4.33-37). A febre da sogra de Pedro desvaneceu-se diante da poderosa ameaça do Senhor (Lc 4.38-41). Pedro e seus companheiros receberam uma ajuda maravilhosa (Lc 5.1-11). O leproso foi curado (Lc 5.12-15). Do paralítico foi tirada a enfermidade (Lc 5.17-26). O amor do Senhor conduziu Levi a uma nova vida (Lc 5.27-32). O noivo trouxe vestes nupciais e nova alegria aos seus (Lc 5.33-39). A pessoa com a mão ressequida foi devolvida com saúde e plenas forças à vida, ao trabalho criativo (Lc 6.6-11). Basta comparar as palavras finais do v. 11.

Por essa razão, condiz com a característica gentia cristã de Lucas que ele coloque o evangelho dos fatos antes do evangelho das doutrinas. À sagrada experiência segue-se, agora, o sagrado discurso e ensino.

A fim de expandir as suas palavras e doutrinas, o Senhor escolhe para si um grupo restrito de discípulos, convocando os doze. Na verdade ele também chamou esses doze de “apóstolos”, mas inicialmente denominou-os de alunos que deviam aprender dele. Escolheu-os com sabedoria e cuidado, depois de ter passado a noite em oração perante Deus.

1. A escolha dos doze apóstolos – Lc 6.12-16

[Comentário Esperança, Mateus. p. 169s, Marcos, p. 132]

12 – Naqueles dias, retirou-se para o monte, a fim de orar, e passou a noite orando a Deus (na oração de Deus).

13 – E, quando amanheceu, chamou a si os seus discípulos e escolheu doze dentre eles, aos quais deu também o nome de apóstolos.

Jesus passou a noite nas montanhas, vigiando em oração. Mais de uma vez Lucas salientou essa necessidade íntima que o Redentor tinha de orar, que com freqüência impelia Jesus a lugares ermos (Lc 4.42; 5.16). Contudo os termos aqui utilizados contêm uma ênfase muito especial. A palavra “vigiar por toda a noite” ocorre unicamente aqui.

A escolha dessa expressão incomum, bem como a forma verbal analítica (imperfeito e particípio), destacam a persistência determinada e incessante dessa vigília noturna. A expressão *proseuché tou theou*, literalmente “oração de Deus”, é também única no Novo Testamento. Essa formulação não designa nenhum pedido peculiar, mas um estado da mais profunda devoção na presença santa e direta de Deus, uma invocação que transita para a mais íntima comunhão com Deus. Durante essa noite Jesus apresentou a Deus sua obra no estágio decisivo em que ingressara naquele momento, aconselhando-se com ele. Durante essa longa luta de oração, por toda a noite, Jesus provavelmente havia apresentado todos os seus discípulos individualmente a seu Pai, para que o Pai designasse aqueles que o Filho deveria tornar emissários da salvação. O que será que os discípulos, que haviam se ajuntado em grande número em torno de Jesus, sentiram quando Jesus, como um general, chamou um por um do meio deles, até que ficasse completo o número dos doze?

“Simão”, começou ele. Com quanta expectativa cada novo nome era aguardado! Com que estremecimento cada um ouvia, então, o chamado do próprio nome. Dentre o grupo de discípulos

“ele escolheu os doze”, “aos quais também chamou de apóstolos”. Isso é significativo. Os demais discípulos tiveram de tolerar que esses doze obtivessem uma posição especial do Senhor. O Redentor os havia escolhido em virtude de ordem divina. Deus é soberano.

Os discípulos não têm outra opção a não ser obedecer a esse Senhor extraordinário. “Chamou-os a si”. Mas, se desejou aqueles que o Pai lhe concedeu, de agora em diante sabemos a quem recorrer quando desejamos chegar ao Pai. Porque ele os “ordenou” para duas finalidades.

1) Primeiramente, devem estar junto dele. Devem perseverar com ele em suas tentações até chegarem ao Getsêmani; afinal, devem tornar-se testemunhas dele até os confins do mundo (At 1.8). Precisavam conhecer suas “horas silenciosas”, conviver com ele no dia-a-dia, observar seu trabalho, obter uma visão dos mistérios de sua sabedoria de educador, e até mesmo familiarizar-se com os objetivos de sua ação.

2) O segundo aspecto é que eles partilharão de sua autoridade. Dessa maneira ele providencia, de certo modo, pernas e pés, línguas e lábios que levem adiante sua obra.

Mateus relata a convocação e o credenciamento dos apóstolos em uma ocasião (Mt 10.1ss), e Lucas o faz em dois trechos, mais precisamente como segue: de acordo com Lucas, o primeiro passo de Jesus foi nomeá-los, provavelmente para que passassem a ser seus alunos de modo especial. Isso aconteceu aqui em Lc 6.12-16. A capacitação é relatada em Lc 9.1-6, onde Jesus lhes confere a autoridade para servir como apóstolos. O relato mais preciso indica que esse deve ter sido o processo. Mateus reúne em uma só ocasião as duas ações de Jesus. Isso tem a ver com sua característica de enfatizar tão-somente o aspecto doutrinário e fundamental.

Dessa forma o Redentor obteve, portanto, um grupo de auxiliares para sua obra. Ele, o maravilhoso canal da poderosa benignidade de Deus, fora multiplicado por doze. Mas de antemão os doze não obtiveram nem poder nem incumbência para a ação espiritual propriamente dita.

Quanto ao título “apóstolo”, cf. o exposto no Comentário Esperança, Marcos, sobre Mc 3.13-19, bem como Jo 17.18; 20.21; At 1.8. Essas passagens não devem levar à conclusão que a tarefa dos apóstolos consistia tão somente em ser testemunhas de Jesus. O próprio nome expressa mais, cf. 2Co 5.20: “Somos mensageiros de Cristo... e rogamos que vos reconcilieis com Deus.”

Com a escolha dos doze estava organizada a obra de Jesus. Passou do estágio de fenômeno local e isolado para o estágio de instituição que abrange e cuja intenção arrebatava povos e épocas. A obra do Senhor obteve um solo histórico firme e uma perspectiva clara para o futuro, com todas as suas esperanças e todos os seus perigos.

14 – Simão, a quem acrescentou o nome de Pedro, e André, seu irmão; Tiago e João; Filipe e Bartolomeu;

15 – Mateus e Tomé; Tiago, filho de Alfeu, e Simão, chamado Zelote;

16 – Judas, filho de Tiago, e Judas Iscariotes, que se tornou traidor.

(Acerca dessa lista de apóstolos, veja com detalhes as questões introdutórias Comentário Esperança, Marcos, p. 35ss).

Jesus escolheu doze apóstolos. Na Sagrada Escritura o número doze constitui a marca predominante e permanente do povo de Deus, que se originou de doze patriarcas tribais.

Os apóstolos devem tornar-se patriarcas e juízes (Mt 19.28; Lc 22.30) do novo povo de Deus, gerado dentre todos os povos da terra, assim como eram patriarcas os filhos de Jacó para Israel (cf. Sl 22.32; 102.19; Is 43.7; 65.17; Mt 28.19; Jo 1.43).

Na história da salvação, o “povo dos doze apóstolos” representa o cumprimento do povo israelita de doze tribos (cf. Ap 21.12).

Esse grupo de doze apóstolos representava o povo de Deus do Novo Testamento, que deveria ser portador e continuador das promessas de Deus, primeiramente entre judeus (Mt 10.5s), depois em todo o mundo (Mt 28.19; Lc 24.47).

2. Os ouvintes da grande pregação do Cristo. – Lc 6.17-19

[Comentário Esperança, Mateus, p. 75ss]

17 – E, descendo (da montanha) com eles (a saber, os apóstolos), parou numa planura onde se encontravam muitos discípulos seus e grande multidão do povo, de toda a Judéia, de Jerusalém e do litoral de Tiro e de Sidom,

18 – que vieram para o ouvirem e serem curados de suas enfermidades; também os atormentados por espíritos imundos eram curados.

19 – E todos da multidão procuravam tocá-lo, porque dele saía poder; e curava todos.

Jesus está rodeado de grandes multidões de enfermos, sofredores e possessos, que são todos curados. Essa atividade de cura de Jesus relatada por Lucas ilustrou a suprema e extraordinária relevância da hora. Ajudar infelizes e sofredores - é isto que os discípulos devem aprender na sua escola. Jesus havia descido com os doze a um local plano, uma planície ao pé do monte. Por isso a pregação proferida aqui é muitas vezes chamada de “sermão da planície”. Contudo manteremos a expressão “Sermão do Monte”. Distinguem-se três tipos de ouvintes: 1. os doze apóstolos; 2. o grande grupo de seus discípulos; 3. uma grande multidão popular.

Os primeiros representam as colunas e os sustentáculos da igreja de Jesus.

O segundo grupo representa de certo modo a igreja de Jesus em si, mais precisamente seus diversos membros.

O terceiro grupo simboliza a humanidade, que aguarda ansiosamente o reino de Deus.

A cura de todos os enfermos e possessos afligidos desvendou a poderosa manifestação de poderes miraculosos que aconteceu nesse dia antes do Sermão do Monte. Era um grau de exercício de poder mais elevado do que tudo que já fora relatado em oportunidade similar (Lc 4.42). Todos os que serão curados por ele precisam tão-somente tocar seu corpo ou sua veste, porque isso se mostrava como salutar. O fato é explicado com a observação de que saía do Senhor um poder de curar. Desse poder de cura, que saía do próprio Senhor, não pode ser derivado um direito à veneração de relíquias.

O Sermão do Monte

Essa grandiosa pregação de Jesus é formada pelos seguintes blocos:

1. A noite de oração do Senhor e a escolha dos doze (Lc. 6.12-16)
2. Os ouvintes no sermão do monte (Lc. 6.17-19)
3. Quatro bem-aventuranças e quatro ais (Lc 6.20-26)
4. A concretização do mandamento do amor ao inimigo (Lc 6.27-36)
5. Acerca do julgar (Lc 6.37-42)
6. Acerca dos frutos (Lc 6.43-46)
7. A parábola final (Lc 6.47-49)

3 – Bem-aventuranças e ais – Lc 6.20-26

[Comentário Esperança, Mateus, p. 76ss]

20 – Então, olhando ele para os seus discípulos, disse-lhes: Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus!

21 – Bem-aventurados vós, os que agora tendes fome, porque sereis fartos. Bem-aventurados vós, os que agora chorais, porque haveis de rir!

22 – Bem-aventurados sois quando os homens vos odiarem e quando vos expulsarem da sua companhia, vos injuriarem e rejeitarem o vosso nome como indigno, por causa do Filho do Homem!

23 – Regozijai-vos naquele dia e exultai, porque grande é o vosso galardão no céu; pois dessa forma procederam seus pais com os profetas.

24 – Mas ai de vós, os ricos! Porque tendes a vossa consolação!

25 – Ai de vós, os que estais agora fartos! Porque vireis a ter fome. Ai de vós, os que agora rides! Porque haveis de lamentar e chorar!

26 – Ai de vós, quando todos vos louvarem! Porque assim procederam seus pais com os falsos profetas.

Antes de o Senhor começar a pregar, ambos os evangelistas, Mateus e Lucas, enfatizam a solenidade desse memorável instante. Mateus relata: “Ele abriu a boca, ensinou-os e disse” (Mt 5.2). Lucas escreve: “Ele ergueu o olhar até seus discípulos e disse” (Lc 6.20). Com isso, o evangelista não declara que somente os discípulos do Senhor ouviam essa pregação, mas também o povo estava presente (cf. Lc 7.1). Aqui apenas se menciona que Jesus olhou de forma especial para discípulos.

Ao contrário de Mateus, que cita oito bem-aventuranças (Mt 5.3-11), Lucas traz somente quatro bem-aventuranças no início do sermão. A essas quatro bem-aventuranças são acrescentadas, em correspondência exata, quatro ais, que fazem parte do material exclusivo do presente evangelista. Por meio deles assinala-se uma inversão e revalorização de todas as correspondências terrenas no reino de Deus. A interpelação direta de pobres e ricos nas bem-aventuranças e nos ais dirige-se a todos os ouvintes, provavelmente porque havia entre eles representantes de ambas as classes.

Perguntamos: como entender a palavra “Ditosos vós, os pobres”? Na primeira bem-aventurança do Sermão do Monte Mateus fala clara e inequivocamente dos “pobres no espírito” e depois dos “que têm fome de justiça” (Mt 5.3,6), de forma que Mateus parece conferir ao todo um sentido mais profundo do que Lucas, que pensaria apenas na carência quanto às necessidades exteriores da vida. Contudo não é esse o caso. Lucas não defende uma idéia diferente de Mateus nas bem-aventuranças.

Tanto em Mateus quanto em Lucas, o Sermão do Monte (sempre o mesmíssimo sermão) somente pode ser entendido a partir da contraposição com a justiça farisaica da lei (veja com detalhes no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 5.17-19 e, ali mesmo, no final do Sermão do Monte).

Os fariseus defendiam a seguinte concepção: quem cumpre a lei com exatidão é rico junto de Deus. No entanto, quem além disso ainda cumprir exatamente e observar literalmente todas as tradições antigas dos pais, por meio das quais a lei de Moisés foi interpretada e significativamente ampliada, esse é muito rico junto de Deus e pode encaminhar-se serena e confiantemente para o dia do acerto de contas.

Ao contrário dessa justiça farisaica pela lei, Jesus afirma com toda a clareza: bem-aventurados sois vós, pobres, que não tendes nada a apresentar perante Deus, que sois miseráveis e carentes de ajuda perante Deus, que não esperais outra ajuda senão unicamente de Deus (cf. Sl 25.16-22; 69.30; 70.6; 74.21; 86.1-6; Sf 3.12).

Quando Jesus declara, conforme Lucas: “Ditosos sois vós, os pobres”, isso significa o mesmo que a palavra de Mateus: “Ditosos os pobres por meio do espírito (ou no espírito)”.

Quando Lucas coloca o ai a respeito dos “ricos” ao lado da exclamação de salvação de Jesus para os pobres, ele mostra que entendeu corretamente o cerne, considerando os fariseus como os ricos.

E mais: da mesma maneira como em Mateus o sim em favor dos pobres inclui o não (apenas implícito) contra os ricos, assim também Lucas inclui nesse “não” (veja ali o comentário) o forte contraste para com a erudição farisaica das escrituras. Ela, por exemplo, afirma: “Há somente um caminho para entrar no reino dos céus: o mérito.” Esse é o caminho orgulhoso, pelo o qual os escribas crêem poder entrar. Estão equivocados. Os discípulos, porém, jamais devem considerar-se ricos e colocar sua esperança em algo que não seja a graça de Deus. Então vale e valerá para eles a palavra: “Benditos os pobres, porque deles é o reino de Deus”.

A verdadeira pobreza espiritual recebe muitas promessas na vida. Em Is 29.19 é anunciado: “Os mansos terão regozijo sobre regozijo no Senhor, e os pobres entre os homens se alegrarão no Santo de Israel” (cf. Is 41.17; 66.2; Sl 68.10; 72.2,4,12s; 34.19; 38.21; 9.15; 10.14; 37.15). Quem confia na graça de Deus é rico em sua pobreza.

Digno de nota é a justificativa da primeira bem-aventurança: “porque vosso é o reino de Deus”. Dessa forma são unificados o reino escatológico e o reino atual de Deus. Já no presente essa soberania de Deus é uma realidade viva e perceptível que pode ser recebida, conquistada e apropriada pela pessoa. Os pobres já possuem o reino de Deus, porque Deus achou por bem dá-lo a eles (Lc 12.32).

A palavra: “Felizes vós miseráveis; porque vosso é o reino de Deus” vale também para nós hoje. Devemos tornar-nos pobres e permanecer pobres. Tornar-se pobre significa experimentar o desmanche do eu orgulhoso e inflado, ser conduzido das alturas das mentiras de nossa própria condição de ricos, saciados e grandes, para baixo, para o vale de nossa verdadeira pobreza e indigência. E mais: “tornar-se pobre” significa desmontar todos esses fundamentos e escoras falsos a que nos apegamos, por meio dos quais tentamos ser algo por conta própria. Desmontar até o ponto em que toda a nossa pobreza se torna explícita. “Permanecer pobre” significa não sair deste “desmanche” e “quebramento”. Schlatter afirma: “Todo aquele que se exime da pobreza, exime-se da promessa.”

[21] A segunda bem-aventurança: “Ditosos sois vós que agora estais com fome, porque sereis saciados!” Essa bem-aventurança igualmente expressa o contraste com os escribas farisaicos. Quem é

justo não precisa ter fome de justiça. A narrativa do fariseu e do coletor de impostos serve como melhor ilustração dessa bem-aventurança.

Para os que agora sofrem fome, porém, é que vale a promessa: “Sereis saciados”. Benditos aqueles que não se satisfazem com sua conversão, que não estacionaram em seu renascimento. Felizes as pessoas que estão cheias tão-somente da paixão e do anseio de agir corretamente perante Deus, de todos os modos e em todas as coisas. “O primeiro passo até a vida verdadeira é o passo da enganosa saciedade para a fome divina, da falsa segurança à correta insegurança, da independência auto-sugerida para a preciosa dependência de Jesus. Então acordamos para a receptividade para Jesus, sendo acometidos pela grande saudade por Jesus. Onde existe saudade e fome, aí Deus está operando” (cf. Pfister).

A terceira bem-aventurança: “Ditosos sois vós, que agora chorais; porque haveis de rir”, corresponde à segunda bem-aventurança de Mateus: “Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados” [Mt 5.4].

Justamente em Lucas encontramos pessoas que não conhecem a dor e as lágrimas do arrependimento. São aqueles “que confiam em si mesmos”, porque seriam justos e por isso desprezam os outros, os não-fariseus. São aqueles que não precisam de arrependimento (Lc 15.7), i. é, justamente os escribas farisaicos (Lc 15.2). Vale para eles a palavra de Jesus no v. 25: “Ai de vós que agora rides! Porque haveis de lamentar e chorar.”

Contudo, quem se submeteu ao tratamento do alto e que se assustou consigo mesmo é agora alguém que lamenta, mas também será uma pessoa consolada, alguém que “há de rir”.

A segunda e terceira bem-aventuranças têm em comum a palavrinha agora. Que significa isso? Resposta: por meio da palavrinha “agora” Jesus fala da era mundial presente, na qual impera o poder da injustiça, que desencadeia luto e lamentação no coração do crente. Toda fome pelos verdadeiros bens será saciada no mundo futuro “porque sereis saciados”, e “porque haveis de rir!”

De acordo com a profecia do Antigo e do Novo Testamentos, evocada por ambas as bem-aventuranças, não haverá mais fome, nem sede, nem sofrimento, nem choro, nem tristeza, nem morte (Is 25.6; 49.10; 35.10; Sl 126.1s; Ap 7.17; 21.4).

- 22** A quarta bem-aventurança: “Ditosos sois vós quando as pessoas vos odiarem e segregarem (excluírem) injuriarem e rejeitarem o vosso nome como maligno por causa do Filho do Homem. Regozijai-vos naquele dia e exultai, porque grande é o vosso galardão no céu...”

Essa quarta bem-aventurança de Jesus é a declaração de salvação para aqueles que são hostilizados e perseguidos por amor a Jesus.

Quando Jesus declara: “Ditosos sois vós quando as pessoas vos odiarem e marginalizarem (excluírem), injuriarem e rejeitarem o vosso nome como maligno por causa do Filho do Homem”, as palavras “odiar” e “excluir” já pressupõem tais atos de expulsão.

A expressão “segregar” refere-se à expulsão da sinagoga. É o castigo que os rabinos chamam de “*niddur*” (Jo 9.22; 12.42; 16.2). A estranha expressão “rejeitar o nome” significa proferir o nome com ojeriza, ou melhor, “deixar de pronunciar o nome por ódio e desprezo”.

De acordo com Mateus, Jesus diz aos doze: “Sereis injuriados”. É muito pouco entender uma “injúria” dessas apenas como uma ofensa pessoal. Quando esses escribas injuriam, isso significa: amaldiçoam e banem.

A ilustração disso encontra-se em Mt 10.25. Ali se lê: “Se chamaram Belzebu ao dono da casa, quanto mais aos seus domésticos (alunos)?”

Quando se fala do ódio e da perseguição é preciso examinar se de fato se trata de um sofrimento “por amor do Filho do Homem”, como aparece nitidamente no v. 22, ou se seremos odiados por causa de nossa dessemelhança com Cristo.

O Senhor anuncia a beatitude aos que por sua causa são odiados, segregados, injuriados e banidos. Importante é o que diz Tertuliano: “Não é o sofrimento, mas a causa do sofrimento que faz o mártir.”

[23] Regozijai-vos naquele dia e exultai, porque grande é o vosso galardão no céu; pois dessa forma procederam seus pais com os profetas.

O Senhor declara que discípulos devem alegrar-se e saltar de alegria quando essas hostilidades se abaterem sobre eles. Jesus consola-os com a referência ao grande galardão no céu, que receberão em troca das injúrias por amor dele. Não se fala aqui de nenhum pensamento meritório. Deus sem dúvida concede a vida eterna, como gratidão ou graça por tribulações sofridas, porém não como mérito.

O galardão, que é grande, já se encontra agora no céu, onde Deus o guardou em segurança (cf. Lc 18.22; 1Pe 1.4).

Jesus declara aos seus que as perseguições que eles sofrerão já atingiram os profetas, infligidas por parte de seus familiares mais chegados.

Tudo o que os discípulos sofrem por amor de Cristo no mundo hostil a Deus os une aos santos, de Abel aos profetas da antiga aliança. Dois grupos perpassam a história da humanidade. Trata-se do grupo dos perseguidores e dos perseguidos (cf. Mt 23.35; Lc 11.51).

Primeiro até quarto ai

24 Mas ai de vós, os ricos! Porque tendes a vossa consolação.

25 Ai de vós, os que estais agora fartos! Porque vireis a ter fome. Ai de vós, os que agora rides! Porque haveis de lamentar e chorar.

26 Ai de vós, quando todos vos louvarem! Porque assim procederam seus pais com os falsos profetas.

Em contraposição às quatro bem-aventuranças seguem quatro ais. Esse material exclusivo de Lucas faz parte da caracterização completa do contraste. Assim como era totalmente alheio ao Senhor declarar bem-aventurados os pobres em bens terrenos, assim ele também estava longe de condenar a pessoa de ricas posses. Pessoas como Nicodemos, o coletor de impostos Levi, José de Arimatéia e as mulheres abastadas, cujo sentimento de culpa os atraía para Jesus, obtiveram dele um coração bem aberto e misericordioso, da mesma forma como todas as pessoas pobres.

No entanto, não descartamos a possibilidade de que entre os fariseus também houvesse pessoas materialmente ricas. Tiago, cuja carta contém diversas idéias que concordam com o Sermão do Monte relatado por Mateus e Lucas, evidentemente refere-se a esse primeiro ai do Senhor ao dirigir-se aos que são ricos em bens materiais (cf. Lc 6.24 com Tg 5.1-3). É muito característico que os ricos sejam descritos como “cheios”, mas não realmente “saciados” (Lc 15.16; Sl 17.14). Trata-se dos ricos e cheios, que se consideram satisfeitos com bens terrenos.

A risada de que se fala aqui é também a risada maldosa, que odeia a justiça e triunfa sobre o justo. O conteúdo do terceiro ai forma uma transição para o quarto ai, que fala de “colorir”, bajular e fingir, referindo-se aos falsos profetas. Ai daqueles que são enaltecidos pelos porta-vozes da geração decaída de Deus como verdadeiros líderes!

4. A concretização do mandamento do amor ao inimigo – Lc 6.27-36

[Comentário Esperança. Mateus, p. 93ss, sobre Mt 5.38-42]

27 – Digo-vos, porém, a vós outros que me ouvis: amai os vossos inimigos, fazei o bem aos que vos odeiam!

28 – Bendizei aos que vos maldizem, orai pelos que vos caluniam.

29 – Ao que te bate numa face, oferece-lhe também a outra! E, ao que tirar a tua capa, deixa-o levar também a túnica.

30 – Dá a todo o que te pede; e, se alguém levar o que é teu, não entres em demanda!

31 – Como quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles!

32 – Se amais os que vos amam, qual é a vossa recompensa? Porque até os pecadores amam aos que os amam.

33 – Se fizerdes o bem aos que vos fazem o bem, qual é a vossa recompensa? Até os pecadores fazem isso.

34 – E, se emprestais àqueles de quem esperais receber (o bem emprestado), qual é a vossa recompensa? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para receberem outro tanto.

35 – Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga (devolução)! Será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois ele é benigno até para com os ingratos e maus.

36 – Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai!

Lucas sintetiza parcialmente os dois últimos trechos da nova justiça descrita no Sermão do Monte segundo a versão de Mateus (Mt 5.31-48). O evangelista deixa completamente de lado a

interpretação do Decálogo. Em comparação com Mateus, essa série de ditos foi parcialmente abreviada, parcialmente ampliada. Algumas frases que o primeiro evangelista traz mais tarde, como a proibição de julgar o próximo sem amor (Mt 7.1-5), aparecem em Lucas como o trecho seguinte, nos v. 37-42. A chamada “regra de ouro”, aqui inserida (Lc 6.31), também aparece mais tarde no Sermão do Monte do evangelho de Mateus, mais precisamente apenas em Mt 7.12.

As palavras iniciais (v. 27a) destacam que o discurso do Senhor ultrapassa o limite do grupo mais restrito de discípulos, incluindo todos os que estão ouvindo nesta ocasião. Aquilo que o Senhor afirmou depois de Mt 5.21-39a Lucas resume logo no começo, nos v. 27 e 28, destacando o mandamento: “Amai vossos inimigos! Fazei o bem aos que vos odeiam! Abençoai aos que vos amaldiçoam! Orai pelos que vos magoam!”, o que torna a ser enfaticamente destacado no v. 35.

O amor ao inimigo e tudo o que está relacionado a isto foi considerado, em todos os tempos, como uma marca peculiar dos discípulos de Jesus. Os apóstolos também expressam esses princípios da forma mais categórica (cf. Rm 12.19-21; 1Ts 5.15; 1Co 6.7; 1Pe 3.9)! Aquilo que o Senhor exige, embora contrarie completamente a natureza humana, foi apropriado pela igreja de Jesus (cf. a esse respeito o Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 5.43-48, p. 96s).

O mandamento de Jesus de amar os inimigos tem por fundamento o fato de que o renascido na realidade é um filho do Pai no céu. O amor ao inimigo é uma característica do Pai celestial. O amor de Deus dirige-se a cada uma de suas criaturas.

Clemente de Alexandria afirma, com razão: “O mandamento de que devemos amar os inimigos não significa que devemos amar a maldade, ou a impiedade, ou o adultério, ou o roubo, mas sim amar, apesar de tudo, o ladrão, o ímpio e o adúltero em si, *não* porque ele é pecador e denigre o nome do ser humano por meio de algumas atitudes, mas porque ele é ser humano e criatura de Deus” (Clemente, *Strom.* IV,93,3). O mesmo Deus que derrama das nuvens a bênção do céu acumula sobre as pessoas injustas a escuridão de sua ira (Rm 2.5). Assim como o santo amor de Deus se revela na ira que se dirige contra o mal, assim se revela na ira de Deus a santidade de seu amor. Quem separa o amor de Deus da sua santidade obtém um entendimento apenas unilateral acerca de afirmações de Jesus como as da presente passagem.

É preciso considerar com a máxima seriedade que o Redentor moribundo tenha orado por seus inimigos e dito a seus irados discípulos no instante em que queriam fazer chover fogo do céu: “Não sabeis de que espírito sois?!” [Lc 9.55].

O mesmo Senhor, porém, proferiu contra os fariseus e os ricos e saciados os quatro ais (Lc 6.24-26).

Em síntese, cumpre dizer: o mandamento de Cristo a respeito do amor ao inimigo deve ser entendido, no contexto geral da Escritura, como o amor revelado como amor sagrado, que também é capaz de punir quando necessário.

Além disso, cabe levar em conta que o mandamento do amor ao inimigo de Jesus se opõe ao entendimento equivocado de seus contemporâneos a respeito da lei do Antigo Testamento. A frase trazida por Mateus: “E odiarás o teu inimigo!” (Mt 5.43) não consta em passagem alguma do AT, porém representa um adendo dos escribas. Com a exigência do amor ao inimigo Jesus não contrapõe algo diferente ou contrário à lei do AT, como afirmam os intérpretes críticos – Jesus apenas se contrapõe à compreensão errada da lei do AT. Ele mostra que o mandamento do amor é muito mais abrangente do que apenas amar determinado grupo de pessoas simpáticas.

Por fim, o mandamento do amor ao inimigo foi chamado de exigência muito peculiar da igreja de Jesus, e de algo próprio do cristianismo. Isso é correto, porque o espírito do amor que perdoa e reconcilia de fato pode ser encontrado unicamente no cristianismo vivo. Esse mais belo fruto da fé, porém, é inimaginável sem sua raiz. A raiz que envia sua seiva vital ao fruto do amor ao inimigo é a infinita misericórdia de Deus em Cristo para com o pecador. O próprio Deus demonstrou o supremo amor ao inimigo através da morte de Cristo na cruz (cf. Lc 23.34; Rm 5.10; Ef 2.16; 4.32; Cl 3.13; 1Pe 2.21). Dessa raiz do grande amor ao inimigo praticado por Deus em relação a nós (pois na verdade ele já nos amava quando ainda éramos sem Deus, inimigos dele) também o amor ao inimigo praticado pelos discípulos de Jesus extrai sua força e persistência, além da graça do perdão.

A forma como agora o amor ao inimigo deve ser expresso em palavra e ação é mostrada pelo Senhor em uma seqüência de três passos.

1) A boa ação deve ser contraposta ao ódio (v. 27b).

2) Diante de palavras de maldição deve-se replicar com palavras de bênção (v. 28a). Quando, no entanto, a boa ação e a palavra de bênção não reverterem o ódio hostil, deve-se, como única possibilidade que resta,

3) suplicar em intercessão (v. 28b).

Foi essa intercessão pelos inimigos que Jesus praticou na cruz, e que Estevão proferiu ao morrer no apedrejamento (At 7.60).

A intercessão como prece em favor dos inimigos não é mais do que transferir e entregar a Deus todas as angústias da alma. Dessa maneira o ser humano torna-se interiormente livre e pode apresentar-se com liberdade ao que o odeia, amaldiçoa e calunia. O amor que intercede é o novo espírito e a nova força que supera tudo.

Em relação ao mandamento do amor ao inimigo e à oração pelos inimigos, os discípulos de Cristo jamais devem deixar-se conduzir pelo *sentimento*, mas *única e exclusivamente pela Escritura Sagrada*.

29-30 “Ao que te bate numa face, oferece-lhe também a outra! E, ao que tirar a tua capa, deixa-o levar também a túnica! Dá a todo o que te pede; e, se alguém levar o que é teu, não entres em demanda!”

[Comentário Esperança, Mateus, o exposto sobre Mt 5.38-42].

Jesus passa a apresentar três exemplos práticos para incutir em nós o amor ao inimigo. Seus exemplos vão do pior ao menor, mencionando um ataque físico, um roubo da propriedade e uma doação imprevista. Desta forma o mandamento do Senhor de amar o inimigo é inserido na vida prática. Aqui o golpe na face refere-se menos à dor do sofrimento físico, e mais à vergonha do golpe de desprezo (Cf. o exposto no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt. 5.38-42).

Com esse exemplo drástico e rude o Senhor quer deixar claro que o discípulo de Jesus não deve tomar a insolência e torpeza do outro por medida de seu próprio agir, i. é, não deve responder à grosseria com uma maior, ou, em outras palavras, retribuir uma ofensa sofrida com uma ofensa ainda maior, – mas que sua atitude diante do ofensor e injusto deve ser completamente livre em seu íntimo! Isto significa que não são o falar e agir maldosos do outro que determinam e dirigem o discípulo de Jesus, mas que seu lema exclusivo em todas as situações devem ser o falar e agir sagrado de Deus. O discípulo de Jesus é tão forte com o Senhor que o falar e agir do outro não podem causar-lhe qualquer mal, porque o bem, o divino, é sempre mais forte e maior que o mal. – O egoísmo está em processo de dissolução, pois o ego, i. é, o eu está se perdendo em de Deus. Por essa razão o verdadeiro cristão jamais reage do ponto de vista de seu próprio eu, mas do ponto de vista de Deus. O verdadeiro cristão está acima das coisas e dos acontecimentos terrenos, por mais difíceis e penosos que sejam – porque seu lar são as coisas e os acontecimentos sobrenaturais e porque encontrou sua posição eterna no coração de Deus. – Portanto, a reação de um cristão genuíno diante do mundo que o assedia e aflige sempre é completamente diferente da de um não-cristão. – Quando tem de aceitar maldades, devolve com o bem.

[Comentário Esperança, Mateus, Mt 5.40]

Com base em outro exemplo: “Ao que tirar a tua capa, deixa-o levar também a túnica!” – não se deve resistir ao que toma a capa, mais preciosa, e tampouco devemos impedir que nos tirem a veste de baixo, mais barata. A formulação de Lucas pressupõe um caso de assalto. Tirar a túnica representa, segundo a lei de Moisés, o caso extremo e mais grave (Êx 22.26s). Mateus, que relata esse exemplo em ordem jurídica, traz a seqüência inversa, de modo que cita primeiro a túnica mais barata, e depois a veste mais preciosa, com a qual a pessoa se cobria. Um credor apodera-se primeiro da veste mais barata do devedor, a fim de ter algo em mãos. O ladrão, porém, apodera-se primeiro da capa mais preciosa e depois da roupa de baixo. Por meio desse segundo exemplo o Senhor visa mostrar, de modo chocante e inesquecível, como os discípulos de Jesus também devem preferir abrir mão de suas vestes a cometer o menor pecado por anseio de vingança.

30 À primeira vista, o terceiro exemplo, “dar a todo aquele que pede”, parece não se encaixar no contexto. Essa solicitação, porém, é muito lógica neste local. O discípulo do Senhor não deve perguntar pela obrigação legal. Pelo contrário, deve dar com boa vontade ainda que não se sinta tão disposto para isso.

Lucas mostra que o pedido por um donativo pode estar associado a um ato de violenta insistência. Muitos ímpios emprestam sem se preocupar imediatamente com a devolução (Sl 37.21)

Impõe-se, pois, uma séria pergunta prática, a saber: devemos deixar que um mendigo desleixado peça aquilo que é imprescindível para nosso próprio sustento? É impossível e nem a intenção da frase, cumprir literalmente o mandamento de dar a cada pedinte. Quem doa dessa maneira não concede uma boa dádiva ao injusto, mas somente confirma o pecado deste; e esse reforço do pecado não é amor, muito menos amor ao inimigo.

O verdadeiro amor ao inimigo, porém, não deve ser negado ao agressor. A forma de demonstrar amor ao inimigo - suportando ou resistindo, negando ou dando - fica entregue à condução do Espírito no momento.

Desse modo o verdadeiro cristão torna-se cada vez mais um canal pelo qual correm as águas de Deus. Toda a bondade e amor de Deus que ele recebe e experimenta pessoalmente todos os dias é passado adiante.

- 31** Depois dos mandamentos sobre o amor ao inimigo, Jesus agora estabelece a conhecida fórmula “Tudo (todo o bem) o que quereis que as pessoas vos façam, isso fazei a eles e de igual maneira!” (Lc 6.31). Esse dito popular é considerado como breve síntese de todos os mandamentos do Sermão do Monte. Jerônimo o chama de “breviário da justiça”. Em Mateus essa chamada “regra de ouro” aparece bastante ao final do Sermão do Monte (Mt 7.12), justamente entre a exortação à oração e o incentivo de passar pela porta estreita (cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 7.12). No contexto de Mateus a presente exigência acarreta dificuldades de interpretação. Mas a seqüência em que Lucas a transmite, ligando-a ao amor ao inimigo, torna-a mais facilmente inteligível.

O discípulo do Senhor deve perceber em suas próprias necessidades aquilo que ele deve ao próximo. O ser humano natural prefere não buscar o que ele mesmo deve a seus semelhantes, mas o que o outro tem obrigação de lhe conceder.

Na tradição do povo judeu e gentio esse dito do Senhor ocorre com freqüência, mas na forma negativa: “Não faças a ninguém o que não queres que te façam!” A esse respeito, cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 7.12.

No entanto, a formulação negativa infelizmente atenua a agudeza plena da palavra do Redentor. Esta forma muitas vezes mostra o mais puro egoísmo, que se expressa pelo fato de que o próprio eu vem antes e depois do semelhante, permanecendo superior a ele. A exigência positiva do Senhor, no entanto, apela de forma totalmente consciente ao amor que renuncia a si mesmo, em que há o sacrifício mútuo de um pelo outro. O Senhor deseja que a consciência de que dependemos uns dos outros nos leve a exortar e encorajar o amor ativo ao próximo. Cada um deve colocar-se no lugar do outro, e o outro em seu próprio lugar.

Os versículos 32-36

32 – Se amais os que vos amam, qual é a vossa recompensa? Porque até os pecadores amam aos que os amam.

33 – Se fizerdes o bem aos que vos fazem o bem, qual é a vossa recompensa? Até os pecadores fazem isso.

34 – E, se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa recompensa? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para receberem outro tanto.

35 – Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga (restituição); será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois ele é benigno até para com os ingratos e maus.

36 – Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai!

O amor ao próximo e ao inimigo, que se deve medir com base no amor próprio, pode ser completamente inútil quando o próprio eu é situado em primeiro plano. A fim de colocar uma barreira contra esses pensamentos errados, Jesus explica que a expectativa de uma contrapartida vantajosa jamais deve ser a mola propulsora da prática do amor. O amor natural busca uma retribuição adequada, o que no fundo não passa de egoísmo. O amor exigido por Jesus, porém, é absolutamente desinteressado. É o *amor-ágape*. Um exemplo especial desse desprendimento é o empréstimo do qual não se recebe a restituição nem dos juros nem do capital (Mt 5.41). Equivocadamente, intérpretes antigos viam aqui uma proibição de cobrar juros (cf. Êx 22.25).

Jesus anuncia um grande “galardão” eterno para esse tipo de amor ao inimigo, e presenteia com a suprema nobreza da filiação divina: são chamados “filhos do Altíssimo”.

É da natureza de Deus que ele se mostre benigno em relação a ingratos e maus. Deus vê na pessoa má a pessoa infeliz, que carece muito de seu amor misericordioso. Por isso precisamos distanciar-nos de nossa dureza natural de coração, que sempre vê e busca o mal na pessoa infeliz.

- 36 Mateus encerra a exortação de Jesus de amar ao inimigo com a palavra: “Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste” (Mt 5.48). Lucas encerra a exigência de Jesus com uma sentença prática: “Tornai-vos misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai!” (Lc 6.36). O primeiro evangelho sinótico fala da justiça interior, i. é, da perfeição, à qual o amor conduz. Lucas fala da natureza do amor (cf. Cl 3.14). Essa palavra forma o título de uma série de mandamentos específicos: não julgar, não condenar, mas perdoar e dar.**

5. Do julgar – Lc 6.37-42

[Comentário Esperança, Mateus, p. 114s]

37 – Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoados!

38 – Dai, e dar-se-vos-á; boa medida, recalcada, sacudida, transbordante, generosamente vos darão; porque com a medida com que tiverdes medido vos medirão também.

39 – Propôs-lhes também uma parábola: Pode, porventura, um cego guiar a outro cego? Não cairão ambos no barranco?

40 – O discípulo não está acima do seu mestre; todo aquele, porém, que for bem instruído será como o seu mestre.

41 – Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, porém não reparas na trave que está no teu próprio?

42 – Como poderás dizer a teu irmão: Deixa, irmão, que eu tire o argueiro do teu olho, não vendo tu mesmo a trave que está no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho e, então, verás claramente para tirar o argueiro que está no olho de teu irmão.

Esta passagem começa pela condenação do espírito julgador. Lembramo-nos de Mt 7.1 e 2a, cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 7.1s. A palavra subsequente evoca Mt 7.2b. Veja o respectivo texto no Comentário Esperança, Mateus, p. 114s.

Sem grande ligação com o anterior seguem, então, dois trechos que Mateus não inclui no Sermão do Monte: a parábola do condutor cego (Mt 15.14) e a do aluno e seu mestre (Mt 10.24s). Depois aparecem as metáforas do cisco e da trave.

Começamos pela primeira, que condena o espírito julgador. – A proibição de julgar os outros não se refere a todos os tipos de julgamento. Há uma diferença essencial entre um juízo ofensivo e pessoal, e uma avaliação objetiva. Quando pais avaliam filhos, educadores avaliam os jovens que lhe são confiados, superiores analisam seus subordinados e vice-versa, alunos avaliam seus professores, juízes julgam os réus, isso é algo necessário. Mas essa apreciação precisa acontecer com veracidade e pureza. Os motivos para este tipo de julgamento são decisivos. Por isso cada um deve examinar os motivos que o impelem a julgar o outro: se esse julgamento permite ajudar e construir, ou se apenas piora a situação, lançando lenha na fogueira.

Uma avaliação nunca pode servir para por meio dela nos apresentarmos como melhores em comparação ao outro.

A reclamação sem amor, a ânsia mesquinha de criticar condenam de cima para baixo, julgam para prejudicar ou lesar o outro. A crítica que procura o brilho próprio, ter sempre razão e desnudar a todos que pensam de outra maneira (em suma, tudo aquilo que Jesus visa banir) é o maléfico e impiedoso espírito condenador.

A promessa do Senhor no texto de “não ser julgado, não ser condenado, ser absolvido”, pode referir-se a este mundo e ao mundo futuro. Nesse caso, pensar particularmente no juízo final é (de acordo com o contexto) algo bem natural.

Quem pratica a misericórdia experimentará a mesma medida de misericórdia divina. Ao misericordioso será concedida uma “boa medida, recalcada, sacudida, transbordante”, de modo que não reste espaço vazio na vasilha. A dádiva concedida por Deus é tão abundante que será lançada no bolso da túnica. O bolso da túnica ou do colo é a sacola afixada na roupa oriental (em algumas passagens do AT – Is 65.6; Jr 32.18; Sl 79.12 – esta expressão é empregada em relação à retribuição

punitiva de Deus). Da mesma forma como os discípulos do Senhor se relacionam com os semelhantes, assim Deus também agirá com eles. É interessante que as últimas palavras, os v. 37a e 38, sejam trazidas por Mateus em um contexto análogo (Mt 7.2b), com a diferença de que ali se menciona o julgar proibido, e aqui a doação ordenada (cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 7.2).

No evangelho de Mateus, a parábola dos cegos condutores volta-se diversas vezes contra os fariseus ou os líderes do povo (cf. Mt 15.14; 23.16,24; cf. Rm 2.19). Cegos são as pessoas conduzidas, cegos são também seus condutores. Líderes e liderados inevitavelmente cairão no barranco. Lucas traz essa palavra avivada pela forma de pergunta, e sem relação com os fariseus. A inserção da parábola nesse contexto é complicada. Provavelmente ela se dirige contra aqueles que convocam para a vingança e retaliação. Tais pessoas que atacam a vingança são “cegos” que pretendem mostrar o caminho aos cegos. Por meio dessa parábola Jesus interpela seus discípulos, chamados para serem os futuros dirigentes de sua igreja. Contudo, para não causarem dano à sua igreja, o Senhor pastoralmente aplica sua palavra, originalmente voltada contra os fariseus, também aos seus.

[40] A intenção do Senhor de aconselhar os discípulos pode ser percebida especialmente pela palavra seguinte: “O aluno (discípulo) não está acima de seu mestre”. Mateus transmite essa declaração no discurso de envio dirigido aos doze apóstolos (Mt 10.24). A deduzir do contexto desse discurso em Mateus, o sentido da palavra é que um aluno deve esperar as mesmas perseguições que seu professor. O mesmo significado possui a palavra-chave nos discursos de despedida de Jesus: “Um servo não é maior que seu Senhor” (Jo 15.20). – No entanto, em Jo 13.16 a mesma palavra é usada para indicar que os discípulos devem imitar e configurar com toda a seriedade aquilo que seu Senhor lhes prefigurou e demonstrou. Por consequência, essa palavra pode ser aplicada de diversas maneiras. Na vida humana acontece que um servo se projeta acima de seu Senhor (Ec 4.13; 10.7; Pv 30.22), ou o aluno acima de seu professor.

Jesus é o Mestre e Senhor em sentido único e perfeito. Quando o discípulo estuda com afinco na escola do Senhor e se exercita com seriedade, então ele começa a tornar-se semelhante ao grande Mestre na “palavra e obra e em todo o ser”. Esse é o sentido do v. 40.

- 41** No subsequente v. 41 Jesus deseja dizer aos seus que eles devem cuidar para não comandar e julgar os irmãos, e que eles não se permitam julgar com mais severidade do que ele mesmo, em sua paciência e amor, usa contra eles. Quem julga o cisco na verdade deseja estar mais alto que o Senhor que perdoa, que pune com amor e suporta com paciência.

A sequência do evangelho de Mateus, em que as metáforas do cisco e da trave aparecem somente depois da advertência de não julgar, não deixa dúvidas: o discípulo do Senhor deve ser juiz severo para consigo mesmo, mas moderado para com o próximo. Independente do contexto do evangelho de Mateus, poderia tratar-se aqui de uma exortação aos discípulos de manter um olhar alerta e severo sobre sua própria conduta de vida.

Mc 9.43 e 47 diz: “Se um dos teus olhos, ou tua mão direita, te faz tropeçar, arranca-o...!” Uma palavra séria, que sublinha enfaticamente o presente v. 42.

A parábola do cisco esclarece como é tolo e impossível que alguém, que pessoalmente ostenta muitas carências e deficiências de caráter e na vida de fé, tenta corrigir alguém outro que sofre de um mal menor. O olho é o órgão mais sensível de nosso corpo. A sugestão: “Deixa, irmão, que eu tire o argueiro do teu olho!” soa solícita, mas o Senhor rotula essa solícitude aparente de hipocrisia. O empenho de criticar e corrigir outros irmãos sem amor, por causa de pequenos erros, é completamente equivocado quando os próprios erros e piores falhas são ignorados.

Aparentar preocupação com a salvação do próximo na verdade não passa de prazer oculto de expor o irmão no pelourinho. Esse desamor condenatório ainda é revestido do manto hipócrita de um amor que pretende ajudar. Como é abissalmente deturpado o coração humano!

6. Dos frutos – Lc 6.43-46

[Comentário Esperança, Mateus, p. 120s]

43 – Não há árvore boa que dê mau fruto; nem tampouco árvore má que dê bom fruto.

44 – Porquanto cada árvore é conhecida pelo seu próprio fruto. Porque não se colhem figos de espinheiros, nem dos abrolhos se vindimam uvas.

45 – O homem bom do bom tesouro do coração tira o bem, e o mau do mau tesouro tira o mal; porque a boca fala do que está cheio o coração.

46 – Por que me chamais Senhor, Senhor, e não fazeis o que vos mando?

A condição necessária para melhorar o irmão é enfatizada pela dupla parábola a seguir: a árvore e seus frutos. Toda árvore produz os frutos que correspondem à sua natureza ou sua essência. O Senhor faz uma outra comparação muito prática: “Porque não se colhem figos de espinheiros, nem dos abrolhos se vindimam uvas.” Cf. Tg 3.12. O ser humano não está sob a mesma lei natural que a árvore. Não obstante, só se pode esperar dele aqueles frutos ou aquelas obras que correspondem à sua seriedade ou não na santificação e no discipulado de Jesus. Usando a advertência já proferida por João Batista (Mt 3.10), Jesus fundamenta a admoestação diante do perigoso auto-engano.

O fruto é o sinal seguro para identificar a constituição da árvore. A palavra falada e a ação realizada são igualmente a marca do íntimo humano. A palavra e a ação vêm do coração, o armazém da mentalidade. Por isso, o que o ser humano diz e faz emana daquilo de que o coração transborda. Cada pessoa pode falar e agir unicamente de acordo com a constituição de seu coração. Para quem possui um coração maligno é impossível falar o bem e praticar o bem (cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 15.15-20, e Marcos, sobre Mc 7.17-23).

No v. 46 Lucas oferece ainda uma breve síntese daquilo que Jesus diz detalhadamente conforme Mt 7.21-23. A presente interrogação diz: “Por que me chamais de Senhor, e não fazeis o que vos mando?” Esse texto remete toda a ênfase decisiva para a prática das palavras do Senhor, como também é articulado na parábola que aparece em Mt 21.28-31.

[Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 7.21-23]

Jesus dirige-se a pessoas que o chamam de “Senhor”. Parece que muitos de seus ouvintes o reconheciam e testemunhavam como “Senhor”, o que Jesus também deseja, porque, como Messias, ele é o Filho eterno de Deus que, tendo consumado a redenção, está sentado à direita de Deus como o veraz e verdadeiro Senhor (Fp 2.9-11; Jo 20.28; 1Co 12.3).

Não obstante, infelizmente também é possível chamar Jesus de “Senhor” apenas da boca para fora. Mas para ser um verdadeiro discípulo de Jesus este testemunho aparente não basta. O testemunho autêntico dos lábios precisa andar de mãos dadas com o testemunho da ação.

7. A parábola final da construção da casa – Lc 6.47-49

[Comentário Esperança, Mateus, p. 122s]

47 – Todo aquele que vem a mim, e ouve as minhas palavras, e as pratica, eu vos mostrarei a quem é semelhante.

48 – É semelhante a um homem que, edificando uma casa, cavou, abriu profunda vala e lançou o alicerce sobre a rocha; e, vindo a enchente, arrojou-se o rio contra aquela casa e não a pôde abalar, por ter sido bem construída.

49 – Mas o que ouve e não pratica é semelhante a um homem que edificou uma casa sobre a terra sem alicerces, e, arrojando-se o rio contra ela, logo desabou; e aconteceu que foi grande a ruína daquela casa.

A parábola da construção da casa forma o poderoso encerramento do Sermão do Monte de Jesus. Como Mateus, também Lucas introduz o epílogo final por meio da exigência de que importam não as palavras, mas o agir. Neste final o Senhor resume o porquê de seu sermão. As pessoas não devem se contentar apenas em ouvir sua palavra, mas precisam transformar o que ouviram em ação e verdade (cf. Tg 1.22-25; 2.17s,22; Rm 2.13; Gl 3.12).

Na construção de uma casa, o fundamento, sobre o edifício é construído, é decisivo. O homem que transforma em ação aquilo que ouviu se assemelha a um construtor que escava fundo até atingir a rocha, a fim de construir a casa sobre essa base. Essa casa estará segura contra tempestades e enchentes. Lucas fala apenas de uma grande torrente de água, enquanto Mateus fala de torrente de águas “e rugir da tempestade”. O presente evangelista desloca a metáfora e pensa em um rio que transborda sobre as margens, o que seria plausível para a Palestina. Mas as torrentes de água não podem solapar, nem abalar, nem derrocar uma construção ancorada na rocha, porque está firmemente alicerçada.

Quem estagna no mero ouvir da palavra é igual a um construtor que constrói a casa sem fundamento. É bem verdade que exteriormente sua casa não se distingue em nada daquela construída sobre alicerces rochosos. Mas a diferença que por longo tempo fica oculta será revelada pela torrente da aflição e do sofrimento, da enfermidade e das agruras da velhice, assinalando que um construiu sobre uma base rochosa, o outro sobre areia.

Nós temos o costume de encerrar as pregações com uma bênção. No entanto, a pregação de Jesus termina com uma advertência. Quase todos os livros da Bíblia têm uma conclusão pacífica, com exceção de quatro: Eclesiastes, Isaías, Lamentações e Malaquias, que terminam com uma ameaça. Quando os capítulos finais desses livros eram lidos na sinagoga, repetia-se o penúltimo versículo depois do último, para não ir para casa com uma ameaça. Uma vez que esse costume existia na sinagoga, é compreensível que o Sermão do Monte do Senhor tenha exercido um efeito arrasador sobre os ouvintes.

Cf. agora o exposto no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 7.28-29.

E. Quinto Raio – Lc 7.1-8.3

1. A cura do servo do centurião de Cafarnaum – Lc 7.1-10

[Comentário Esperança, Mateus, p. 129ss]

Lucas relata o milagre da cura do servo do centurião de Cafarnaum de forma mais detalhada que Mateus. As narrativas dos dois evangelistas oferecem algumas importantes diferenças que, no entanto, não devem ser exploradas como contradições.

a) A chegada de Jesus em Cafarnaum – Lc 7.1

1 – Tendo Jesus concluído todas as suas palavras dirigidas ao povo, entrou em Cafarnaum.

Terminado o Sermão do Monte, Jesus despediu a multidão e desceu um pouco mais do monte com os discípulos. O Senhor escolheu novamente Cafarnaum para residir. Por isso Mateus denomina esse local de “sua própria cidade” (Mt 9.1). Cafarnaum localizava-se na margem noroeste do lago de Genezaré. Hoje existem somente ruínas dessa cidade (cf. Mt 11.23). Do ponto de vista estratégico, Cafarnaum era um ponto importante, porque a cidade encontrava-se na grande rota comercial entre Jerusalém e Damasco. Embora o tetrarca Herodes Antipas ainda gozasse de certa autonomia na Galiléia, a supremacia romana prevalecia contra ele. Os romanos postaram uma força militar em Cafarnaum, a fim de impedir as rebeliões dos judeus hostis a Roma. O comando dessa força militar era exercido por um capitão ou centurião. Tão logo o Senhor chegou a Cafarnaum, o centurião solicitou sua ajuda para um enfermo.

— Os caminhos trilhados por Jesus desde Cafarnaum

Os caminhos de Jesus de Cafarnaum por Betsaida, Magdala, Tiberíades até Naim – A extensão dessa peregrinação (pontilhado em negrito) perfaz 50 km (cerca de 100-120 km para ida e volta).

Remetemos particularmente à observação preliminar sobre Mt 8.5-13 no Comentário Esperança de Mateus, em que se comenta a posição dos judeus diante dos gentios e vice-versa.

b) Os primeiros emissários do capitão – Lc 7.2-6a

2 – E o servo (*doulos*) de um centurião, a quem este muito estimava, estava doente, quase à morte.

3 – Tendo ouvido falar a respeito de Jesus, enviou-lhe alguns anciãos dos judeus, pedindo-lhe que viesse curar o seu servo (*doulos*).

4 – Estes, chegando-se a Jesus, com instância lhe suplicaram, dizendo: Ele é digno de que lhe façam isto.

5 – Porque é amigo do nosso povo, e ele mesmo nos edificou a sinagoga.

6a – Então, Jesus foi com eles.

[3] A notícia da misericórdia e do poder milagroso de Jesus, que se divulgava em todas as localidades da região (Lc 4.37), também chegara aos ouvidos do centurião de Cafarnaum.

Esse oficial gentio buscou a ajuda de Jesus para seu empregado enfermo, ao qual queria bem. A doença, porém, já havia progredido a ponto de que seu servo se encontrava às portas da morte.

Como gentio, o capitão preocupado não tinha coragem de dirigir-se pessoalmente a Jesus, mas enviou anciãos dos judeus para que apresentassem seu pedido ao Senhor.

[2] Esses representantes da autoridade judaica empenham-se imediatamente pela causa do capitão gentio. Solicitam ao Senhor que (literalmente, segundo o texto grego) salvasse o servo do centurião “atravessando-o”, i. é, fazendo-o atravessar o perigo de morte em que se encontrava.

[4] Parece que a solicitação dos anciãos no v. 3 não obteve a atenção imediata de Jesus. O relato do v. 4, de que insistiram com seu pedido ao Senhor, poderia indicar isto. Ao asseverar que esse gentio merecia que se lhe atendesse o pedido, os “anciãos” justificam: “Ele ama nosso povo” e: “Edificou-nos a sinagoga.”

Impressionado pela preocupação dos enviados do centurião, Jesus junta-se aos anciãos no caminho até a moradia do centurião.

c) O envio dos amigos do capitão – Lc 7.6b-8

6b – E, já perto da casa, o centurião enviou-lhe amigos para lhe dizer: Senhor, não te incomodes, porque não sou digno de que entres em minha casa.

7 – Por isso, eu mesmo não me julguei digno de ir ter contigo; porém manda com uma palavra, e o meu rapaz (*pais* = meu filho) será curado.

8 – Porque também eu sou homem sujeito à autoridade, e tenho soldados às minhas ordens, e digo a este: vai, e ele vai; e a outro: vem, e ele vem; e ao meu servo (*doulos*): faze isto, e ele o faz.

Como gentio (de berço), o centurião não se sente digno de acolher Jesus, o Cristo, em sua casa. Reverente e humilde, o centurião chama-o de “Senhor”. Diante dele deu-se conta dos limites da própria competência como autoridade. Embora possuísse poder de comando militar por ser oficial, ou seja, estivesse revestido de autoridade – os subalternos têm de obedecer incondicionalmente ao capitão – o centurião não obstante sente sua impotência diante da doença do servo.

As pessoas de Cafarnaum contaram ao capitão sobre Jesus, dizendo que nesse profeta estaria disponível o pleno poder divino sobre o poder da enfermidade. – Sobriamente, o oficial gentio imediatamente captou isso. Ele sabe: sem dúvida os soldados estão subordinados a ele, como oficial romano; mas a enfermidade não está sob seu comando.

Contudo, em Jesus, o Cristo, isso é completamente diferente. Ao Senhor obedecem todos os poderes e espíritos, também todas as enfermidades, bastando que diga uma única palavra. Inicialmente o centurião pediu ao Salvador da vida que viesse à sua casa para ver o servo moribundo. Agora, ele está preocupado que seu primeiro pedido tenha incorrido em falta de modéstia. Envia a mensagem: “Senhor, não te incomodes, porque não sou digno de que entres em minha casa”. E continua: “Basta que fales de longe (uma única palavra é suficiente), e meu servo convalescerá.” Mesmo na ausência do Senhor, sua simples palavra certamente curará o enfermo, por mais grave que seja o mal que o tenha acometido.

Com que primor e vivacidade Lucas descreve tudo! Cumpre chamar atenção para outras quatro questões.

1) Enquanto o gentio afirma: “Não sou digno” – os anciãos dizem amavelmente acerca dele: “Ele é digno”.

Consideram necessário recomendar o centurião ao Senhor mencionando especificamente seus méritos extraordinários (“construção da sinagoga”), pensando que sem essas realizações um gentio não teria perspectiva de ver seu pedido atendido. – Contudo o gentio vê a realidade com mais exatidão: a única coisa em que ele pode apoiar sua esperança de ser atendido é o poder e a bondade do Senhor!

2) Pelo fato de o centurião considerar-se indigno de que Cristo entrasse em sua casa, ele foi considerado digno de que Cristo entrasse em seu coração. Essa entrada do Redentor no coração do centurião foi um presente muito maior que a entrada em sua casa. O Senhor estivera em muitas casas, também nas casas dos fariseus (Lc 7.36 e 14.1), mas seus corações continuaram vazios. O coração do centurião ficou repleto dele! (a esse respeito, cf. Agostinho).

3) A resolução do capitão de erigir uma sinagoga em Cafarnaum (talvez a antiga tivesse se tornado pequena demais ou até mesmo precária) foi coroada de ricas bênçãos. Porque a essa sinagoga

foi demonstrada honra maior que ao templo de Jerusalém. Basta verificar não apenas Mateus, Marcos e Lucas, mas também o evangelho de João, para constatar quantas vezes Jesus ensinou e operou milagres na sinagoga de Cafarnaum. (Estranhamente, o NT traz informações favoráveis acerca dos oficiais romanos: por exemplo, além do capitão de Cafarnaum e do centurião Cornélio em At 10.1ss, ainda se menciona o capitão que foi vigia sob a cruz de Cristo e exclamou: esse foi verdadeiramente Filho de Deus – Mt 27.54; Lc 23.47).

4) A continuação da história revela que Jesus, embora atenda o pedido do centurião por cura, não precisou entrar na casa gentia. Enquanto os dois primeiros evangelistas restringem a atividade de curas de Jesus a Israel (cf. Mt 10.5; 15.24; Mc 7.24-30) por meio de diversas declarações, no evangelho de Lucas, apesar de um pensamento universalista acerca da história da salvação, não faltam palavras acerca do fato (cf. Lc 14.16ss; 19.9) de que, nas palavras de Paulo, o evangelho deveria ser levado primeiro aos judeus e depois aos gentios (Rm 1.16).

d) A cura do servo à beira da morte – Lc 7.9-10

9 – Ouvidas estas palavras, admirou-se Jesus dele e, voltando-se para o povo que o acompanhava, disse: Afirmo-vos que nem mesmo em Israel achei fé como esta.

10 – E, voltando para casa os que foram enviados, encontraram curado o servo (*doulos*).

O Senhor ficou surpreso! Os evangelhos informam somente duas ocasiões em que o Senhor se admirou: com a grande fé do gentio e com a incredulidade dos cidadãos em Nazaré (Mc 6.6).

Jesus desejava uma fé que não buscasse o Senhor por causa dos sinais e prodígios. Ainda que diversos outros aspectos no oficial gentio fossem dignos de elogio, como p. ex. o amável cuidado com seu escravo, o seu amor por Israel, a modéstia incomum para um romano e a comedida reserva, Jesus elogia, antes de tudo, única e exclusivamente sua grande fé.

Um homem gentio, representante do poderio militar romano, confia sem problemas que ele, o Redentor, sem sequer entrar na casa ou impor a mão, apenas com uma palavra, é capaz de afastar a enfermidade também à distância. Em Israel, onde essa confiança na verdade deveria ser procurada e encontrada, ela não existe.

A história termina com a informação de que os emissários, ao retornar para a casa do gentio, encontraram o servo com a saúde recuperada. Jesus não veio para os gentios, mas, apesar disso, trouxe-lhes a salvação, precisamente em virtude de sua fé na palavra dele.

2. A ressuscitação do jovem de Naim – Lc 7.11-17 (material exclusivo)

Na seqüência da cura milagrosa à distância Lucas relata em seu material exclusivo um episódio em que o Senhor, com solícita misericórdia, ajuda uma viúva na miséria. O Senhor compadece-se não apenas de uma pessoa cuja grande fé é admirável, mas também demonstra sua comiseração quando o lamento na miséria fez desaparecer qualquer vestígio de fé.

a) O encontro com um funeral – Lc 7.11-12

11 – Em dia subsequente, dirigia-se Jesus a uma cidade chamada Naim, e iam com ele os seus discípulos e numerosa multidão.

12 – Como se aproximasse da porta da cidade, eis que saía o enterro do filho único de uma viúva; e grande multidão da cidade ia com ela.

O relato transporta-nos a uma encantadora paisagem diante dos contrafortes do pequeno monte Hermon. Esta paisagem é delimitada ao norte pelo monte Tabor e ao pelo Hermon. Nela situava-se, a sudeste de Nazaré e nas cercanias de Endor, a pequena cidade de Naim. Naim ficava 50 km a sudoeste de Cafarnaum. Talvez fosse necessária uma caminhada de dois dias para chegar de Cafarnaum até Naim. O nome dessa localidade significa “a encantadora” ou, segundo o Talmude, “a agradável”. Na ribanceira diante do portão oriental da cidade ressaltam penhascos, que eram usados como sepulturas. Jesus aproximava-se da cidadezinha pela estrada de Dabrate (K. E. Wilcken traz um interessantíssimo relato sobre “Naim hoje”).

No momento certo, Jesus chega, acompanhado dos discípulos e de uma grande multidão, às proximidades do portão da cidade de Naim. O que acontece diante deste portão pode ser designado como uma prova perfeita da providência e condução divinas particularmente consoladoras. O Pai no céu determinou que muitas testemunhas presenciassem esse milagre da ressuscitação de um morto.

O fato de que o funeral se dirigia para fora da cidade não era um acontecimento fortuito, mas devia-se à circunstância de que os judeus não permitiam o sepultamento de seus mortos dentro da cidade (entre os vivos) - somente podiam ser enterrados fora dos muros de suas localidades.

O Senhor teve de caminhar cinquenta quilômetros de Cafarnaum até Naim – como sempre, por uma estrada quente, poeirenta, sujeitando-se a sede e insolação torturantes – a fim de, aqui em Naim, devolver o único filho, falecido, a uma viúva enlutada e desesperada.

Os três elementos desse v. 12 descrevem uma tríplice aflição, que se intensifica a cada elemento e provoca uma compaixão cada vez maior.

1) Um jovem havia falecido. De acordo com o AT, ser ceifado na metade dos dias na terra representava um juízo (Sl 55.23; 102.25).

2) A morte do único filho é um juízo particularmente duro de Deus e por isso é motivo de luto extraordinário. Em 1Rs 17.18 a viúva de Sarepta, na Fenícia, diz ao profeta Elias, quando seu único filho havia morrido: “Ó homem de Deus... Vieste a mim para trazeres à memória a minha iniquidade e matares o meu filho!”

Em vista disso, a amargura por causa da dor pelo único filho era até mesmo proverbial em Israel.

3) A mãe enlutada era viúva. Do AT depreende-se que a condição de viúva era muito dura em Israel. Em numerosas passagens bíblicas é dito que uma viúva depende da compaixão, porque está sem arrimo e ajuda. De acordo com a opinião judaica, um castigo de Deus era especialmente duro quando transformava mulheres em viúvas. Por isso aqui o lamento é duas vezes maior (Rt 1.20s; 1Tm 5.5; Jó 24.3).

b) O milagre da ressuscitação do morto – Lc 7.13-15

13 – Vendo-a, o Senhor se compadeceu dela e lhe disse: Não chores!

14 – Chegando-se, tocou o esquife e, parando os que o conduziam, disse: Jovem, eu te mando: levanta-te!

15 – Sentou-se o que estivera morto e passou a falar; e Jesus o restituiu a sua mãe.

Diante da porta da cidade de Naim, duas caravanas completamente diferentes se encontraram: uma era movida pela morte, o rei dos terrores (Jó 18.14), a outra era conduzida pelo príncipe da vida, por Jesus, o Cristo. Segundo o costume oriental, as mulheres carpideiras e os tocadores de flauta e címbalos iam à frente do funeral. A viúva enlutada caminhava “na frente” do andor mortuário, e não atrás como nós costumamos fazer. O andor, carregado nos ombros por quatro homens, era uma tábua sem tampa, sobre a qual jazia o morto, enrolado em um pano de linho. Só seu rosto não estava coberto. Por último, o andor era seguido pelos amigos e conhecidos.

“Quando o Senhor viu a viúva e mãe enlutada, teve compaixão dela.” Com profunda consternação Jesus proferiu a carinhosa palavra: “**Não chores!**” Ele, que ouviu o choro aflito da mãe que se tornara solitária, inclina-se para consolar a mulher profundamente abatida. É uma palavra suave e delicada, forte e promissora, muito singela, aquela que ouvimos dos lábios do Redentor. Suas duas palavras não são o consolo vão de um ser humano (Jó 16.2). Suas palavras simples manifestam o mais intenso poder do consolo divino. Aquilo que ele declara à viúva, afundada em sua aflição, é um testemunho de seu amor compassivo para com todos os que choram. Representa um vigoroso prenúncio do grande e pleno “**Não chores!**” do vitorioso Leão da tribo de Judá (Ap 5.5; 21.4).

Essa única e singela palavra foi suficiente. Ele aproximou-se calado. Calmamente tocou o andor mortuário. Os carregadores, que segundo o costume caminhavam com passo rápido, pararam.

Com tensa expectativa a multidão calada observa o Senhor. A palavra de sua misericordiosa compaixão é sucedida pela soberana ação de socorro. Não se diz que ele tenha tocado o morto com a mão. O Senhor sobre vida e morte tocou somente o andor. O Senhor tampouco invocou a Deus, como fez Elias no passado (1Rs 17.21), mas exerceu apenas um simples comando em autoridade própria. Jesus profere sua segunda palavra onipotente, que soa semelhante às palavras de ressuscitação da filhinha de Jairo e na sepultura de Lázaro. É ela: “**Jovem, eu te digo: levanta-te!**” Essa exclamação majestosa penetrou até o mundo dos mortos. O falecido recebera a palavra do Senhor. A palavra da vida, saída dos lábios do Príncipe da vida, gerou força vital no falecido. O morto apurou-se. Não havia necessidade de auxílio de terceiros, de uma mão, para erguê-lo. O morto levantou-se sozinho e começou a falar. Vivía novamente como se jamais tivesse morrido. O Cristo (o Ungido), o Messias, acordou alguém da maca mortuária com a mesma rapidez e facilidade

com que outra pessoa tenta despertar alguém do sono. De que modo maravilhoso o Cristo demonstra a diferença entre ele e seus criados e servos!

Não deixemos de ler o relato em que Elias ressuscita um morto, em 1Rs 17.19-22, comparando-a com as três ressurreições operadas pelo Senhor! Que imensa diferença! A frase: **E ele o restituiu à sua mãe** contém uma reminiscência das duas ressurreições de mortos no AT (1Rs 17.23; 2Rs 4.36).

c) O efeito do milagre – Lc 7.16

16 – Todos ficaram possuídos de temor e glorificavam a Deus, dizendo: Grande profeta se levantou entre nós; e: Deus visitou o seu povo.

O retorno à vida do filho único da viúva pela palavra onipotente de Jesus causou um efeito alvoroçador em todas as testemunhas oculares.

Por meio da ressuscitação deste morto Jesus revelou-se como o Messias esperado pelo povo. Suas testemunhas oculares agora viam nele o “grande profeta” que Deus havia suscitado em seu meio (cf. Dt 18.15,18).

Segundo o testemunho de uma série de passagens do NT (Mt 21.11,46; Mc 6.15; Lc 13.33; 24.19; Jo 1.21,45; 6.14; 4.25; 5.45-47; At 3.22s; 7.37), a profecia de Moisés acerca do grande profeta se cumpriu em Jesus de Nazaré, o Cristo.

A certeza de que o Messias esperado, o Cristo, chegara em Jesus é sublinhada ainda por meio da afirmação de que Deus teria visitado ou inspecionado seu povo. Esse período de visita refere-se à irrupção da era messiânica (cf. Lc 1.68,70). Começou o ano da graça do Senhor (Lc 4.19).

3. A divulgação da notícia de seus feitos – Lc 7.17

17 – Esta notícia a respeito dele divulgou-se por toda a Judéia e por toda a circunvizinhança.

Essa fala, ou essa notícia de Jesus, o Cristo (Messias), espalhou-se por toda a Judéia.

A observação da ampla divulgação do ato miraculoso de Jesus é praticamente uma transição para o episódio subsequente a respeito de João Batista. O precursor do Senhor também havia recebido a notícia da atuação do grande profeta e da misericordiosa visita de Deus.

4. A resposta de Jesus aos dois discípulos de João – Lc 7.18-23

[Detalhes no Comentário Esperança, Mateus, p. 185ss] [Mt 11.2-10]

Assim como a observação sobre a notícia dos feitos milagrosos de Jesus em Lc 7.16s prepara a mensagem, aqui referida, de João Batista ao Senhor, assim também a leve alusão à história de Elias (cf. Lc 7.15 com 1Rs 17.23) serve de oportunidade para o evangelista inserir um episódio sobre o pregador no deserto, que, conforme a profecia de Malaquias, era “o outro Elias” (Ml 4.5; Mt 11.14).

Como relata Josefo (*Ant.* XVIII, 5,9), o precursor do Senhor encontrava-se encarcerado na fortaleza de Macaira, além do Mar Morto. Herodes havia mandado prendê-lo por causa de sua palavra de reprimenda contra o adultério do tetrarca (Mc 6.17,18,20). Era lícito que seus discípulos o visitassem no cárcere e falassem com ele, como também foi permitido no caso de Paulo (At 28.30). Dessa forma, a crescente notícia sobre a atividade de pregação e milagres de Jesus chegou até João, na masmorra. Aquilo que ele ouvia fez com que enviasse seus discípulos a Jesus com uma pergunta.

18 – Todas estas coisas foram referidas a João pelos seus discípulos. E João, chamando dois deles,

19 – enviou-os ao Senhor para perguntar: És tu aquele que estava para vir ou havemos de esperar outro?

20 – Quando os homens chegaram junto dele (de Jesus), disseram: João Batista enviou-nos para te perguntar: És tu aquele que estava para vir ou esperamos outro?

21 – Naquela mesma hora, curou Jesus muitos de moléstias, e de flagelos, e de espíritos malignos; e deu vista a muitos cegos.

22 – Então, Jesus lhes respondeu: Ide e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêm, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres, anuncia-se-lhes o evangelho.

23 – E bem-aventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço.

A pergunta que ardia na alma do servo de Deus encarcerado movia os pensamentos de todos os que esperavam ansiosamente por aquele que viria. O Messias prometido, o Rei e Fundador do reinado de Deus, era o objeto e o conteúdo da pergunta.

A resposta do Senhor à pergunta dos discípulos de João é precedida pela observação do v. 21, de que naquela hora Jesus curou muitas pessoas de suas enfermidades, flagelos e maus espíritos, que ressuscitava mortos e concedia a cegos a visão. Esta situação ocorreu diversas vezes na vida do Senhor (Lc 4.40; 5.17; 6.18s). Antes que os mensageiros iniciassem o diálogo com Jesus, tornaram-se testemunhas de seus gloriosos milagres e de suas poderosas pregações. O Senhor encorajou os emissários a noticiar a seu mestre o que viam e ouviam. A atividade de cura fazia parte da vocação de Jesus e constantemente acompanhava seus poderosos sermões. Os prodígios manifestavam poderes do mundo vindouro. O perdão dos pecados que as pessoas recebiam era uma comprovação de que Jesus era mais que um grande profeta. Tudo o que os emissários viam e ouviam confirmava que Jesus era o mais forte, o vindouro. Ele era aquele cuja vinda João Batista havia anunciado (Lc 3.16). Tudo isso deve servir para fortalecer a fé do servo de Deus aprisionado.

Quanto à pergunta: “Será que os discípulos de João enviados a Jesus com esta mensagem não demonstram que João Batista entrou em crise em relação a Deus e Jesus?”, queremos remeter às explicações detalhadas no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 11.2-6. Ali foram dadas exaustivas respostas.

A mensagem de João Batista para Jesus leva o Senhor a dar um testemunho abrangente sobre seu precursor e servo. – Trata-se do último serviço de amizade e afeto que o Senhor presta a seu mensageiro e servo João.

Na breve atuação pública de João Batista (poderíamos dizer “breve demais”), a palavra de João constantemente anunciava a magnitude de seu Senhor, daquele que viria depois dele, do mais forte – agora o Senhor começa a declarar coisas grandiosas acerca de seu servo fiel, contidas no elogio registrado nos v. 24-35.

Remetemos às explicações detalhadas no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 11.7-19.

5. O testemunho de Jesus sobre João diante da multidão – Lc 7.24-28

[Comentário Esperança, Mateus p. 189ss]

24 – Tendo-se retirado os mensageiros, passou Jesus a dizer ao povo a respeito de João: Que saístes a ver no deserto? Um caniço agitado pelo vento?

25 – Que saístes a ver? Um homem vestido de roupas finas? Os que se vestem bem e vivem no luxo assistem nos palácios dos reis.

26 – Sim, que saístes a ver? Um profeta? Sim, eu vos digo, e muito mais que profeta!

27 – Este é aquele de quem está escrito: Eis aí envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho diante de ti.

28 – E eu vos digo: entre os nascidos de mulher, ninguém é maior do que João; mas o menor no reino de Deus é maior do que ele.

Tendo saído os mensageiros de João, o Senhor apresenta às massas a figura do grande profeta do rio Jordão. Jesus mostra sua posição de destaque na roda dos profetas do AT. Contudo, enfatiza igualmente a superioridade do menor membro do reino de Deus do NT sobre João Batista, que ainda se encontrava na ante-sala do reino de Deus. Exceto por algumas insignificantes alterações idiomáticas, Lucas repete a mesma coisa relatada por Mateus. O conteúdo das afirmações é complicado.

A fim de conscientizar as massas da grandeza de João, Jesus lança-lhes três vezes a mesma pergunta: por que antigamente haviam corrido com tanto entusiasmo até João no deserto?

1) Será que queriam ver um junco agitado pelo vento no Jordão?, ou

2) Será que queriam contemplar um homem em trajes finos? Os ouvintes precisavam responder negativamente a essas duas perguntas. Para entendermos as palavras do Senhor, precisamos relacionar essas perguntas com o modo de vida e as atitudes de João Batista.

Em João, o pregador no deserto, não somente se podia constatar a palavra *falada* do sermão, mas também estudar continuamente a palavra de Deus *vivida* diante das pessoas. Tudo nele era pregação:

o modo de pregar e o de de viver eram iguais. Como haveria a menor possibilidade de falar de um junco que se agita para lá e para cá no vento?

A coincidência de ação e palavra, de palavra de pregação vivida e falada, rendeu-lhe o aprisionamento. Porque o ético pregador em vestes ásperas sentira o chamado interior de dizer a verdade não apenas ao povo, mas também ao opulento e luxurioso soberano, o rei Herodes Antipas (Cf. Mt 14.3s). Essa sua coerência não havia resultado somente em seu encarceramento, mas na sequência também lhe custaria a vida (cf. Mt 14.6-12).

Portanto, com que autenticidade e eficácia havia se evidenciado em João Batista a significativa e unicamente verdadeira premissa de todo trabalho no reino de Deus – um grande exemplo também para nós!

Não se pode ser cristão sem evidenciar a própria transformação. “Ser cristão” não é elaborar uma falação qualquer, discursar sobre toda sorte de coisas e assuntos cristãos, mas “ser cristão” vivo é carne e sangue, é vida e realidade. O ser humano nunca é cativado por teorias, mas pela vivência cristã, i. é, pela totalidade e autenticidade de uma “vida em Cristo”.

Isso podia ser visto de maneira singular em João Batista. Por essa razão a multidão havia afluído ao pregador no deserto. Não era o junco agitado pelo vento, a aparência que as pessoas desejavam experimentar no deserto, mas o que era genuíno e essencial.

3) A terceira pergunta do Senhor era: “Que saístes para ver? Um profeta? Em verdade, digo-vos, mais que um profeta.” – João é o último dos profetas do AT, a conclusão da série de profetas, o dedo estendido que aponta para o Messias. Possui uma função na história da salvação. Nele está o divisor de águas entre o AT e o NT. Citando Mt 3.1, o Senhor chama João Batista de “anjo” de Deus. O hebraico e o grego usam a mesma palavra para anjo e mensageiro – porém, como todo profeta é um mensageiro de Deus, traduzimos a palavra “mensageiro” intencionalmente por “anjo”, numa tentativa de reproduzir melhor o pensamento do Senhor. Evidentemente não se deve entender “anjo” em seu sentido literal. Jesus diz no v. 27b: “Eis aí envio diante da tua face o meu anjo”. Como é maravilhosa também essa palavra: “diante da tua face”!

Essa, no entanto, é a suprema caracterização do anjo: o fato de encontrar-se “diante da face de Deus” (cf. Gabriel em Lc 1.19: “Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus!”). Conseqüentemente, a conduta de vida e a vocação de João Batista de fato precisam ser comparadas ao serviço de um anjo. Leia-se Hb 1.7.

O Redentor não poderia ter afirmado publicamente coisas mais grandiosas a respeito de seu servo fiel do que: “**entre os nascidos de mulher, ninguém é maior do que João**”. Contudo, quando logo em seguida diz que “o menor no reino de Deus é maior do que ele”, essa palavra de Jesus significa que a condição inferior de João diante dos mais humildes da igreja de Jesus jamais se refere ao valor vocacional e pessoal.

Porque, se, de acordo com as palavras do Senhor, João Batista, o ponto culminante de todos os profetas da antiga aliança, apesar de tudo está em desvantagem diante do desenvolvimento do NT, isto apenas confirma que há, por princípio, uma importante distância entre o Antigo e o Novo Testamentos.

Em João Batista e no AT os elementos messiânicos, que conduzem ao que se reconhece no NT, na verdade devem ser vistos como indícios, como dedo estendido em direção de Jesus Cristo. Ele, porém, é o verdadeiro “Amém” de Deus e o “sim” de Deus a todas as promessas e profecias do AT.

Jesus prossegue:

[Comentário Esperança, Mateus, p. 191ss]

29 – Todo o povo que o ouviu e até os publicanos reconheceram a justiça de Deus, tendo sido batizados com o batismo de João.

30 – Mas os fariseus e os intérpretes da Lei rejeitaram, quanto a si mesmos, o desígnio de Deus, não tendo sido batizados por ele.

31 – A que, pois, compararei os homens da presente geração, e a que são eles semelhantes?

32 – São semelhantes a meninos que, sentados na praça, gritam uns para os outros: Nós vos tocamos flauta, e não dançastes; entoamos lamentações, e não chorastes.

33 – Pois veio João Batista, não comendo pão, nem bebendo vinho, e dizeis: Tem demônio!

34 – Veio o Filho do Homem, comendo e bebendo, e dizeis: Eis aí um glutão e bebedor de vinho, amigo de publicanos e pecadores!

35 – Mas a sabedoria [divina] é justificada por todos os seus filhos.

Jesus, que continua a falar de João, volta o olhar para a época em que aquele ainda atuava com liberdade e plena energia viril. Esse breve panorama de sua atuação naquele tempo pertence ao material exclusivo de Lucas (v. 29-30) e constitui uma transição lógica para o que vem em seguida.

Jesus assinala um duplo resultado da atuação de João Batista. Inicialmente, foi possível constatar aceitação de sua mensagem nas classes inferiores e entre os desprezados do povo. A maioria do povo e numerosos membros da categoria dos coletores de impostos declararam Deus como justo quando deram ouvidos ao chamado de João Batista ao arrependimento e se submeteram ao batismo para o perdão dos pecados (Lc 3.3). Em contraposição, os líderes do povo, os fariseus e mestres da lei, resistiam conscientemente a João Batista. Seu comportamento acabou determinando o comportamento de todo o povo. Os líderes frustraram ou aniquilaram o desígnio redentor de Deus para si mesmos e para os outros.

Enquanto os v. 29 e 30 falam do passado, nos subseqüentes (v. 31-35) Jesus dirige-se ao comportamento presente do povo, que se manifestava em uma atitude contrária a João e ao próprio Jesus. O Senhor condena a massa popular presente por causa da avaliação inconstante de João Batista e de sua pessoa. A designação “as pessoas da presente geração” (cf. Lc 11.29-30,32) na verdade inclui nesta acusação todos os contemporâneos, nos quais se revela essa característica de inconstância. Em razão do v. 30, porém, a parábola das crianças teimosas com certeza consideram de maneira especial os fariseus e escribas. Sua posição diante de João e Jesus assemelha-se à de crianças inconstantes ao brincar. Tocam a flauta, mas ninguém dança. Entoam um lamento fúnebre, porém ninguém golpeia o peito (Mt 11.17; Lc 7.32). Por meio dessa comparação Jesus afirma: seus contemporâneos são como as crianças mal-humoradas que criticam maldosamente tudo o que Deus realizou através de João e dele mesmo. No entanto, Deus enviou a essa geração João Batista e “o Filho do Homem”, como últimos emissários antes da catástrofe final. Por causa de seu modo de vida ascético, disseram de João Batista que ele teria um demônio. Jesus, que tinha uma conduta não-ascética, foi chamado glutão e beerrão, um amigo de coletores de impostos e pecadores (Lc 5.27-32; 15.1). A pregação de arrependimento de João não lhes servia, e a pregação do evangelho de Jesus tampouco lhes era simpática. Os contemporâneos daquela época eram tão inconstantes e pusilânimes que reclamavam de tudo o que Deus fazia por eles.

Ao contrário dessa tola condenação por parte da massa volúvel, Jesus sabe que nem todos dão ouvidos à fala dos contemporâneos. A sabedoria divina, que envia seus profetas e mensageiros a Israel, recebe de todos os seus filhos uma justificação (Lc 11.49). À maioria dos contemporâneos, que representam o caráter da geração presente, contrapõem-se os poucos filhos da sabedoria. – Filhos da sabedoria são todos aqueles que se deixaram pronta e solícitamente ensinar por João e Jesus e não deram ouvidos à tola e volúvel falação de seus contemporâneos. Os filhos da sabedoria (cf. Pv 8) acolheram com alegria, no coração e na vida, a pregação sagrada e séria de João e a pregação sagrada e amorosa do evangelho de Jesus. Os filhos da sabedoria sentiram e perceberam que tanto em João Batista quanto no próprio Filho de Deus havia entrado em cena a eterna sabedoria.

Por um lado, havia os milagres e o Jesus poderoso e impactante em atos e palavras (pregava com autoridade e não como os escribas, Mt 7.29; Mc 1.22 e Lc 4.32), mas por outro a história mundial em si não é mudada, os romanos permanecem no país – pecado e corrupção reinam “de alto a baixo”, entre os “nobres e humildes”, doença e morte continuam recolhendo seus despojos. Não obstante, havia irrompido algo completamente novo, extraordinário, que até então jamais existira, algo que possuía significado de eternidade, sentido de glória e formato divino além de todos os tempos e povos. Jesus Cristo chegou e foi reconhecido e visto, crido e amado por aqueles que deixavam que seus olhos fossem abertos para essa salvação inconcebível e inacreditavelmente preciosa. Justamente no Filho do Homem, que comia e bebia e que também sofreu fome e sede, que dormia e tornava a acordar, que por causa de sua pobreza e humildade não tinha onde repousar a cabeça (leia-se Lc 9.58), e que convivia com coletores de impostos e pecadores – nele, e em nenhum outro, tornou-se transparente a salvação que abarca o tempo e a eternidade, a terra e o céu, de forma límpida e inequívoca, sem dubiedade e totalmente pura!

Aos filhos da sabedoria, isto é, a todos os que se abriam à “luz do mundo” com toda a dedicação e bendita prontidão, foi concedido que vissem isso e que o experimentassem e vivenciassem concretamente a cada dia, como indescritível preciosidade e maravilha.

Porque a graça e a salvação não consistem no fato de que as pessoas labutam com oração e jejum, com donativos de esmolas e cumprimento farisaico da lei e com realizações, a fim de subir até Deus – mas que Deus desceu até os humanos e se tornou igual a eles em tudo, humano entre humanos.

6. A pecadora agradecida no banquete na casa do fariseu Simão – Lc 7.36-50 (material exclusivo)

Novamente começa a desenrolar-se um episódio acerca do “ano da graça do Senhor” (cf. Lc 4.19) já iniciado. Lucas informa acerca dessa nova etapa.

Em seu “material exclusivo” ele oferece uma das narrativas mais comovente dos evangelhos. Grata, uma pecadora conhecida na cidade unge os pés do Senhor. Por delicadeza, o evangelista omite o nome da mal-afamada. Esse silêncio fez com que na igreja antiga se desenvolvesse uma interpretação extremamente confusa. Na revisão harmonista da história da unção nos evangelhos, a pecadora aqui mencionada foi identificada com Maria Madalena e até mesmo com Maria de Betânia, a irmã de Lázaro. A presente história do material exclusivo de Lucas possui inegáveis pontos de contato com a história da unção relatada em Mateus (Mt 26.6-13), Marcos (Mc 14.3-9) e João (Jo 12.3-8).

As semelhanças dos quatro relatos também geraram na igreja antiga lendas da mais ousada espécie. No entanto, não se trata de quatro, mas de duas histórias diferentes. Aquilo que Mateus, Marcos e João relatam é uma história que deve ser rigorosamente separada daquela que Lucas apresenta. Época e lugar são totalmente distintos nessas duas narrativas. A unção relatada pelos evangelistas, exceto por Lucas, refere-se à morte de Jesus. O que o presente evangelista informa ocorreu muito antes. Aquilo que é exposto no presente texto aconteceu em uma cidade da Galiléia. A outra unção foi dada ao Senhor em uma aldeia nas cercanias de Jerusalém. Em favor da diversidade de duas histórias de unção depõem os nomes dos anfitriões, Simão, o fariseu, e Simão, o leproso (cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 26.6-13).

Jesus, que de forma terrível é chamado de glutão e bebedor de vinho (v. 34), aceita o convite do fariseu (Lc 7.36; 11.37; 14.1) e do coletor de impostos (Lc 5.29) para banquetes festivos. Tem um afeto especial por publicanos e pecadores, motivo de irritação para os fariseus (Lc 5.30; 7.34; 15.1s; 19.1-10). Segundo o juízo do Senhor, os fariseus se encontravam sob uma luz mais desfavorável (Lc 7.29-35; 18.9-14), ao contrário daqueles desprezados. Os v. 29s de Lc 7 escancaram o profundo contraste entre os fariseus e João Batista. Dizem eles: “Todo o povo que o ouviu e até os publicanos deram razão a Deus e se deixaram batizar com o batismo de João. Mas os fariseus e os intérpretes da lei rejeitaram, quanto a si mesmos, o desígnio de Deus, de modo que não se deixaram batizar por ele!” – Como soam arrasadoras essas palavras do Senhor! Quanto poder possui, pois, o ser humano mortal, pecador e impotente! Ele é capaz de **rejeitar** o eterno desígnio salvador de Deus todo-poderoso e todo-misericordioso. Para “rejeitar”, o grego usa *athetéo*, i. é, eliminar, tornar ineficaz.

Na história subsequente Lucas fala de modo dramático de uma pecadora que caíra em profundo pecado e que chegara para aceitar o desígnio salvador de Deus. Esse contraste existente entre os fariseus e mestres da lei, que rejeitaram o desígnio salvador de Deus, e os rejeitados, que agarraram a salvação de Deus com ansioso desejo, expressa-se nitidamente na presente narrativa. Ao contrário do povo, o fariseu anfitrião não o reconhecia como profeta, mas tão somente como mestre de autoridade questionável (v. 39s). Para a pecadora, porém, Jesus era muito mais que um profeta, a saber, o Cristo, o Salvador da culpa e do pecado. Tudo isso revela um contexto próprio com aquilo que foi narrado nos v. 24-35.

a) O escândalo na casa do fariseu Simão – Lc 7.36-38

36 – Convidou-o um dos fariseus para que fosse jantar com ele. Jesus, entrando na casa do fariseu, tomou lugar à mesa.

37 – E eis que uma mulher da cidade, pecadora, sabendo que ele estava à mesa na casa do fariseu, levou um vaso de alabastro com unguento

38 – e, estando por detrás, aos seus pés, chorando, regava-os com suas lágrimas e os enxugava com os próprios cabelos; e beijava-lhe os pés e os ungiu com o unguento.

Jesus era hóspede de um fariseu de nome Simão. Ainda não havia acontecido a ruptura definitiva entre o Senhor e os fariseus. Por isso membros do partido dos fariseus podiam convidar Jesus à mesa sem dificuldades. Lucas traz vários relatos de que Jesus era convidado por fariseus (Lc 11.37; 14.1). No entanto, é possível concluir da presente história que Simão recepcionou seu hóspede não com muita cordialidade e amizade, mas mais com reserva crítica (v. 45s). Em suas respostas a Jesus percebe-se o tom de uma fria polidez (v. 40,43). De acordo com sua própria observação, ele oscila entre o impacto da nobreza de Jesus e a contrariedade manifestada por seu partido contra ele (v. 39). Simão, portanto, estava em atitude de espera (v. 40).

Verifiquemos agora a história tão belamente narrada por Lucas segundo as diversas fases tão vividamente ilustradas.

As casas dos judeus ricos tinham colunatas para o lado do pátio interior. Conforme o costume oriental, também estranhos podiam observar o lauto e solene banquete a partir do pátio. Vemos dispostas sobre as mesas as comidas e frutas. Diante das mesas estão colocadas almofadas altas e macias, sobre as quais repousarão os convivas. Durante o banquete eles se apoiarão sobre o braço esquerdo. Os pés desnudos, livres das sandálias, ficarão esticados para trás.

Já se aproximam os hóspedes. De acordo com o colorido costume oriental, deve-se concluir que eles são escribas e membros famosos do Conselho. O senhor da casa vai ao encontro de cada um deles, cumprimentando-o com a saudação: “Paz seja contigo”, e beijando-o com o ósculo da paz. Esse beijo sobre a face afiança-lhes que são bem-vindos e que gozam de amor e amizade. Depois chegam os servos com água fresca e lavam os pés dos hóspedes, sujos do pó da estrada, refrescando assim os membros cansados. É verdade que em casa eles já tomavam um banho completo e usavam bálsamos perfumados antes de cada banquete desses. Por isso, uma vez que se andava descalço ou de sandálias, agora, ao entrar na casa do anfitrião, era necessário lavar apenas os pés, porque o pó da estrada na verdade sujara tão-somente os pés. Vemos com que rigor os fariseus se submetiam às prescrições de purificação. Para eles, impureza significava transgredir a lei. Depois de lavados os pés, o anfitrião ainda oferecia óleo aromático (perfume) para arrumar os cabelos e para ungir a cabeça e as mãos (que os hóspedes igualmente haviam lavado).

Uma vez que o Senhor não tinha nenhum interesse em dar motivo aos fariseus para que o acusassem de rejeição, ele aceitou gratamente o convite. Ele não queria perder nenhuma oportunidade de pregar-lhes o arrependimento, para que, caso se curvassem, pudesse conquistar suas almas. Tentava chegar neles de diversas maneiras, com rigor e com bondade, com dureza e com amabilidade. Não é verdade que apenas os criticava, mostrou-lhes também todo o seu amor. “Veio João Batista, não comendo pão, nem bebendo vinho, e dizeis: Tem demônio! Veio o Filho do Homem, comendo e bebendo, e dizeis: Eis aí um glutão e bebedor de vinho, amigo de publicanos e pecadores!” – Os fariseus condenavam a si mesmos com essas palavras que haviam dito sobre Jesus. Era também conviva deles, aceitava também convites deles para a ceia, embora na verdade fossem seus inimigos pessoais (já haviam considerado a idéia de matá-lo, Lc 6.11) e não se igualassem aos publicanos ávidos de salvação. Apesar da hostilidade deles, o Senhor não tem medo, mas mostra a eles e também a nós o que significa amor ao inimigo.

O banquete está em pleno andamento. Subitamente entra uma hóspede não-convidada, v. 37s: E eis, uma mulher que na cidade havia sido uma pecadora e descobrira que Jesus era hóspede na casa do fariseu, trouxe um pequeno vaso de alabastro cheio de óleo de ungüento; e enquanto, chorando, se aproximava de trás a seus pés, ela começou a molhar seus pés com lágrimas, a secá-los com os cabelos de sua cabeça, a beijar seus pés e a ungi-los com ungüento.

A palavra: “**E eis**” indica extraordinária manifestação de admiração por esse súbito incidente. A pessoa que entrou era uma pecadora que vivera em grandes transgressões. Para explicar o inusitado de sua manifestação em honra a Jesus, temos de supor que ela já tenha visto e ouvido o Senhor anteriormente e que ele já lhe concedera um grande benefício. Os v. 42 e 47 mostram que grande benefício foi esse: “O perdão de todos os seus pecados.” “Foram-lhe perdoados muitos pecados.” Independentemente de que isso tenha ocorrido ao ouvir uma pregação, em um diálogo especial ou através de um desses olhares de Jesus que incidiam como um raio do céu nos corações quebrantados... ela havia recebido dele a grande mensagem do perdão de todos os seus pecados, e o perfumoso ungüento que ela trazia consigo foi a resposta de sua grande e profunda gratidão pelo inestimável benefício. – Não vinha de mãos vazias. Como judia ela sabia o que havia sido ordenado a

seu povo pelo Senhor: “Não compareçais de mãos vazias diante de mim, sem oferta ou sacrifício!” [Êx 23.15; 34.20; Dt 16.16].

Como o costume dos servos, que ficavam atrás de seus senhores à mesa, para atendê-los de pé, prontos para instantaneamente cumprir ordens de seus senhores, assim ela também se aproximou por trás, a fim de servi-lo e prestigiá-lo. Visto que, como já foi dito, as pessoas estavam deitadas à mesa sobre um divã e estendiam os pés descalços para trás, a mulher conseguiu alcançar Jesus sem dificuldade e perfumar seus pés. Contudo, no momento em que ela começa a lhe prestar essa hora, ela desaba em prantos ao se recordar de suas transgressões. Suas lágrimas escorrem sobre os pés do Redentor e, por não possuir toalha para enxugá-las, ela transforma em toalha seu cabelo rapidamente desprendido. A fim de dar o devido valor a esse gesto, precisamos recordar que entre os judeus uma das maiores humilhações era aparecer em público com o cabelo solto.

Nenhuma palavra sequer saiu de seus lábios. Para que, afinal, era necessário que a língua falasse? Pois seus olhos e suas mãos falavam com tanta clareza! Todo o seu agir e proceder foi pura eloquência. É melhor que as obras falem e a língua silencie do que a língua falar e as obras silenciarem. Essa mulher estava calada, mas o coração era interiormente movido com intensidade, gritando por amor, adoração e gratidão a Deus. – O choro continha sua oração. – A lavagem dos pés, seu serviço, o mais humilde e modesto. – A secagem dos pés, seu amor. – O beijo nos pés, sua submissão. Era assim que os súditos beijavam sua autoridade. Samuel beijou a Davi depois de tê-lo ungido rei, para mostrar que ele o havia reconhecido como seu Senhor. Era assim que os persas beijavam seus reis, os romanos seus imperadores. Era assim que também os filhos beijavam os pais, Jacó a Isaque, José a Jacó, Tobias a seu pai, o aluno a seu mestre. – A unção representava sua oferta de gratidão. Era um perfume precioso, pelo qual ela talvez tivesse entregue toda a sua fortuna. Os ungüentos e perfumes eram embalados em garrafas de alabastro, seladas na boca e abertas pela quebra do gargalo.

Lc 7.39

39 – Ao ver isto, o fariseu que o convidara disse consigo mesmo: Se este fora (o) profeta, bem saberia quem e qual é a mulher que lhe tocou, porque é pecadora.

O fariseu não ouviu nem sequer uma palavrinha da mulher. Porém viu e ouviu muito, muito choro e lágrimas. Não obstante, seus pensamentos estão cheios de desamor contra Jesus e a mulher!

Segundo a concepção judaica, o fariseu pensava que como profeta o Senhor deveria saber todas as coisas ocultas, motivo pelo qual reagiria com horror ao contato com a mulher impura. Embora Jesus não precisasse da informação humana acerca dessa mulher, ele sabia com precisão quem essa mulher havia sido e como sua ação atual apenas significava a expressão de sua profunda gratidão para com o Salvador de sua vida, devendo ser reconhecida e aceita como prova do amor.

A alta consideração de Jesus para com os gestos da pecadora como sinal do amor agradecido, é demonstrada ao fariseu por meio da parábola dos dois credores incapazes de saldar os débitos.

b) A parábola dos dois devedores – Lc 7.40-43

40 – Dirigiu-se Jesus ao fariseu e lhe disse: Simão, uma coisa tenho a dizer-te. Ele respondeu: Dize-a, Mestre.

41 – Certo credor tinha dois devedores: um lhe devia quinhentos denários, e o outro, cinqüenta.

42 – Não tendo nenhum dos dois com que pagar, perdoou-lhes a ambos. Qual deles, portanto, o amará mais?

43 – Respondeu-lhe Simão: Suponho que aquele a quem mais perdoou. Replicou-lhe: Julgaste bem.

A parábola relatada por Jesus fornece uma bela demonstração do dom profético de Jesus. As palavras de Jesus assinalam o que acontecia no coração da pecadora e também o que representam os pensamentos e as perguntas de Simão.

Jesus mostra na parábola a grande remissão de culpa e o grande amor, a pequena remissão de culpa e o pequeno amor. Somente os pobres são capazes de aquilatar o que significa a graça de Deus. O fariseu não entende que, apesar de sua culpa, essa mulher está mais perto de Deus do que ele. Conseqüentemente, o Senhor defende a honra da pecadora agraciada com essa oportuna parábola. Precisamos admirar a inteligência com que Jesus leva o acusador a testemunhar contra si mesmo, mas igualmente a delicadeza de não fazer uma reprimenda mais severa perante o anfitrião. Na

ilustração do grande e do pequeno devedor vislumbramos Simão e a pecadora. O amor transbordante da pecadora constitui a prova de uma grande remissão de culpa. O pouco amor de Simão é comprovação de seu pecado que ainda não foi perdoado, um aspecto que Jesus no entanto não declara abertamente, mas remete ao julgamento do próprio fariseu.

c) Aplicação da parábola – Lc 7.44-47

44 – E, voltando-se para a mulher, disse a Simão: Vês esta mulher? Entrei em tua casa, e não me deste água para os pés; esta, porém, regou os meus pés com lágrimas e os enxugou com os seus cabelos.

45 – Não me deste ósculo; ela, entretanto, desde que entrei não cessa de me beijar os pés.

46 – Não me ungiste a cabeça com óleo, mas esta, com bálsamo, ungiu os meus pés.

47 – Por isso, te digo: perdoados lhe são os seus muitos pecados, porque ela muito amou; mas aquele a quem pouco se perdoa, pouco ama.

Simão, que na fria recepção não concedeu ao Senhor, seu convidado, nem água para lavar os pés nem beijo de boas-vindas nem óleo perfumado para a cabeça, como era costume e regra de boa educação segundo as normas orientais, é remetido expressamente à pecadora agraciada. A pergunta: “Simão, vês esta mulher?” permite depreender que o fariseu nem a considerou digna de um olhar. A agraciada molhava os pés do Senhor com suas lágrimas, secava os pés de seu Salvador.

A razão da gratidão da grande pecadora é formulada por meio das palavras: “Por isso te digo, perdoados lhe são os seus muitos pecados, porque ela muito amou.”

Essas palavras do Senhor sofreram toda sorte de interpretação. É possível interpretar a parábola equivocadamente em dois sentidos.

O primeiro mal-entendido consiste no seguinte: afirma-se que a pecadora teria alcançado o perdão dos pecados pelo fato de que fez muito, ou seja, molhou (com lágrimas), enxugou, beijou e ungiu os pés – tudo isso é arrolado e elogiado por Jesus. Seus muitos pecados somente lhe teriam sido perdoados porque “muito amou”, segundo as palavras do texto.

Esse equívoco, porém, contradiz o conteúdo da parábola dos dois devedores incapazes de quitar o débito. Com base na parábola, não são as muitas ações, mas unicamente o perdão da dívida que motiva o amor do devedor. A sequência ordenada por Deus (primeiro o perdão dos pecados e depois o amor agradecido do pecador) seria totalmente invertida se o amor do pecador carregado de culpa tivesse motivado o grande Deus a perdoar os pecados. A frase final “a quem pouco se perdoa, pouco ama” refuta essa conclusão. Nesse caso o texto deveria ser “A quem ama pouco, pouco é perdoado.”

Um breve resumo em outras palavras: assim como o devedor recebe primeiro a anulação da dívida para então ter amor agradecido – assim Deus primeiro perdoa os pecados e redime pelo seu sangue, para que somente depois surja a nova vida em amor agradecido ao Senhor, que se revela em obras da fé.

O segundo mal-entendido da parábola dos dois devedores é o seguinte: “Para poder amar muito, é preciso primeiro enredar-se profundamente na culpa, é preciso primeiro ter cometido graves pecados.”

Resposta: o tamanho de nosso amor a Deus não se baseia no tamanho do pecado (porque perante Deus o maior e o menor pecados recebem o mesmo rótulo e a mesma condenação), e sim na profundidade e autenticidade de nosso arrependimento, na profundidade e autenticidade da conscientização a respeito da catástrofe da queda no pecado. O fariseu dificilmente tinha consciência de sua culpa. Para que necessitaria ele de um Redentor dos pecadores? Ele acredita que tem poucos pecados, razão pela qual precisa de pouco perdão e não ama ao Senhor. Tinha orgulho de seu rigor legalista, defendia sua autojustificação, na certeza de suas virtudes e boas obras.

Pelo fato de procurar a si mesmo, era incapaz de procurar a Deus, de entregar-se a Deus. Seu amor próprio representava a morte do amor a Deus e ao próximo. Ele era o verdadeiro pecador, o pior adúltero, porque desprezava de forma tão ignominiosa o maior de todos os amores.

Como é diferente a pecadora! Desabou diante do santo Jesus, arrasada pelo sentimento de sua culpa. Sua consciência havia obtido paz. Agora brotava em sua alma liberta, com força incontida, o irrestrito amor àquele que lhe havia retirado o fardo, que lhe havia perdoado a culpa de seus pecados. O tamanho de seu amor assinala o quanto lhe havia sido perdoado. Por saber como havia sido grande a culpa de seus pecados, ela havia experimentado um grande perdão de pecados, e por isso amava muito (cf. também D. Hilbert. *Eins ist not*, 1928, sobre a referida passagem).

Não é preciso que primeiramente caíamos em profundos pecados para termos necessidade de um grande perdão. Todos nós (até mesmo os melhores e mais devotos) temos diante de Deus uma dívida impagável, ou seja, todos nós, sem exceção, somos pecadores perdidos e condenados e carecemos todos de um grande perdão.

d) As palavras de consolo do Senhor à pecadora – Lc 7.48-50

48 – Então, disse à mulher: Perdoados são os teus pecados.

49 – Os que estavam com ele à mesa começaram a dizer entre si: Quem é este que até perdoa pecados?

50 – Mas Jesus disse à mulher: A tua fé te salvou; vai-te em paz (para dentro da paz)!

Em contraposição à negativa dos fariseus em perdoar os pecados, Jesus repete a garantia do fato divino de que seus pecados estão perdoados, pelo qual expressara ao Senhor uma tão viva gratidão. Essa certificação pessoal expressa por parte do Senhor corresponde ao testemunho do Espírito Santo em nossa vida, depois que agarramos a promessa da salvação pela fé (Ef 1.13 – Godet).

Por isso, ao dizer “Tua fé te ajudou, vai em paz” à mulher, ele revela aos convivas o inabalável fundamento sobre o qual o perdão dela está exclusivamente alicerçado. Ela goza do desígnio: quem crê, é bem-aventurado. Não foi amor nem obras que a ajudaram, mas sua fé a salvou e a tornou bem-aventurada. O amor e as obras são os frutos de sua fé.

A bem-aventurança que tomou conta da mulher agraciada por intermédio das palavras do Redentor (“vai em paz”) não é descrita. Contudo, assinala-se a impressão que as palavras do Redentor causaram entre os presentes. Os convidados deitados à mesa reagem, intimamente atigidos: “Quem é esse, que até perdoa pecados?” Não podiam deixar de scandalizar-se com o amor dele pela pecadora.

Profundamente comovidos, pois, despedimo-nos de Lc 7, tão rico em conteúdo. De forma nova desvendou-se a riqueza e a plenitude do ano da graça do Senhor anunciado em Lc 4.19 e agora iniciado, mais especificamente nos dois milagres (a cura do servo do centurião de Cafarnaum e a ressuscitação do jovem em Naim), depois nos relatos sobre a pergunta de João Batista e o incomparável e brilhante testemunho do Senhor e por fim na a história tão autenticamente pitoresca da grande pecadora.

O surpreendente desfecho do ano da graça do Senhor que irrompe luminosamente é que não são os líderes espirituais de Israel, o povo eleito como tal, que aceitam e acolhem a glória da extraordinária presença graciosa do Senhor, mas que o gentio e a pecadora em profundas transgressões chegam a crer vivamente no Senhor e Redentor. É esse o precioso relato da primeira e da última história do cap. 7.

7. As mulheres que servem seguindo a Jesus – Lc 8.1-3 (material exclusivo)

De onde Jesus obtinha recursos materiais durante os três anos de sua pregação e atuação? Ele havia desistido de seu trabalho profissional como carpinteiro. Igualmente renunciou espontaneamente ao poder de prover o suprimento de suas necessidades de forma milagrosa. Além disso, ele na verdade não estava sozinho. Um caixa comum servia ao alimento e às demais necessidades do grupo itinerante. Desse caixa se retiravam também donativos para os pobres (Jo 13.29). Como, no entanto, o caixa era abastecido? A hospitalidade explica uma parte do enigma, mas não tudo. A verdadeira resposta a essa pergunta surge do trecho Lc 8.1-3, que por isso se reveste de grande importância.

1 – Aconteceu, depois disto, que andava Jesus de cidade em cidade e de aldeia em aldeia, pregando e anunciando o evangelho do reino de Deus, e os doze iam com ele.

2 – e também algumas mulheres que haviam sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades: Maria, chamada Madalena, da qual saíram sete demônios.

3 – E Joana, mulher de Cuza, procurador de Herodes, Suzana e muitas outras, as quais lhe prestavam assistência com os seus bens.

Três aspectos fazem do presente trecho um depoimento suficiente em favor da *excelência das fontes* de Lucas: 1) Em favor de sua *originalidade*: os demais evangelistas não trazem nenhuma evidência semelhante. 2) Em favor de sua *exatidão*: quem teria inventado notícias tão singelas e positivas como essas, acerca dos nomes e da condição social das mulheres? 3) Em favor de sua

pureza: o que estaria mais distante do anseio por milagres e da invenção de lendas do que essa descrição natural e prosaica do cuidado físico com o Senhor?

Essas palavras (v. 1-3) de Lucas introduzem uma nova época da atividade de ensino de Jesus. Jesus já não usa mais Cafarnaum, sua cidade (Mt 9.1), como centro da atuação. Começa agora uma vida totalmente itinerante, literalmente sem ter onde reclinar a cabeça.

A forma verbal no imperfeito “ele andava” designa uma maneira lenta e demorada de viajar. Reservava tempo para deter-se em todos os lugares. O termo genérico da pregação (*keryssein* = pregar) é completado pelo segundo verbo evangelizar (i. é, anunciar a boa nova do reino do céu), que acrescenta a característica do anúncio da graça como predominante de sua prédica. – Os doze o acompanhavam.

Na presente breve passagem são citadas pelo nome não os discípulos que acompanhavam Jesus e os apóstolos nas viagens, como antes, mas as *discípulas*. Serviam ao Senhor e a seus discípulos com seus bens. Mulheres de posses, portanto, cuidavam do sustento material. Não se fala aqui de um serviço de pregação da mulher.

Dentre as muitas companheiras de viagem do Senhor e de seus discípulos, apenas *três* são citadas pelo nome.

A primeira mencionada, *Maria Madalena*, fora curada de sua possessão. É a Maria chamada segundo sua terra natal Magdala ou Migdol (torre), na margem ocidental do lago de Genezaré. Lucas, o médico, relata que sete demônios haviam saído dela, o que caracterizava o auge da enfermidade. Todos os relatos dos evangelhos sobre a morte de Jesus, seu sepultamento e sua ressurreição mencionam Maria Madalena em posição destacada (Lc 24.10; Mt 27.56,61; 28.1; Mc 15.40,47; 16.1; Jo 19.25; 20.1-18). Já foi provado que é um equívoco identificá-la com a grande pecadora, como acontece freqüentemente.

Joana, a mulher de Cusa, um oficial de finanças de Herodes Antipas, e *Susana* também devem ter estado doentes na época antes de começarem a seguir ao Senhor. A única menção às duas primeiras mulheres, por Lucas (Lc 24.10), e às mulheres da Galiléia (Lc 23.49,55-24.10; cf. Mc 15.40,47; 16.1) permite notar que elas acompanharam Jesus e seus apóstolos até na última viagem da Galiléia a Jerusalém, sustentando-os todos com seus bens.

Quem eram “as outras mulheres”, sobre as quais Lucas declara no v. 3 que eram “muitas outras”? Lemos a esse respeito em Mc 15.40s: “Estavam também ali *mulheres, observando de longe*; entre elas, *Maria Madalena, Maria*, mãe de Tiago, o menor, e de José, e *Salomé*; as quais, quando Jesus estava na Galiléia, o acompanhavam e serviam; e, além destas, muitas outras que haviam subido com ele para Jerusalém.” Dessa passagem bíblica resulta que ao lado de Maria Madalena, citada pelo nome em Lc 8.2, faziam parte do grupo de “outras mulheres”, não citadas em Lc 8.2, Maria, a mãe de Tiago, e Salomé, a mãe de João. Quanto às identidades de Tiago e João, veja no Comentário Esperança, Marcos, o exposto sobre Mc 3.13-19 (a instituição dos doze).

No fato de que Jesus aceitava com toda a tranquilidade os préstimos dessas discípulas se revelam sua humildade e sua majestade, manifestando assim também sua plena confiança na pureza e fidelidade dessas companheiras. Nessa comunhão constatamos a aurora de um novo mundo de amor que somente o Espírito de Cristo é capaz de suscitar.

F. Sexto Raio

O peregrino e Senhor sobre as potestades – Lc 8.4-9.7

[Comentário Esperança, Mateus, p. 215ss]

1. A parábola dos quatro tipos de campo e da luz – Lc 8.4-18

[Comentário Esperança, Marcos, p. 148ss]

Até então Jesus havia contado apenas poucas parábolas (Lc 5.36-39; 6.29,47-49). De agora em diante, porém, ele utiliza essa forma de ensino durante bastante tempo. Com essa metodologia de ensino Jesus visa duas coisas: esse revestimento figurado incutiria a verdade de forma mais consistente nos ouvintes receptivos. Já aos superficiais a verdade não deveria ser revelada, pois estaria oculta pela linguagem metafórica. Essa forma de ensino causava uma separação entre os ouvintes. As parábolas de Jesus denotam uma constante observação das condições e esferas da vida terrena, a partir das quais as analogias com a dimensão intelectual são sempre explicadas.

a) A parábola – Lc 8.4-8

4 – Afluindo uma grande multidão e vindo ter com ele gente de todas as cidades, disse Jesus por parábola:

5 – Eis que o semeador saiu a semear. E, ao semear, uma parte caiu à beira do caminho; foi pisada, e as aves do céu a comeram.

6 – Outra caiu sobre a pedra; e, tendo crescido, secou por falta de umidade.

7 – Outra caiu no meio dos espinhos. E estes, ao crescerem com ela, a sufocaram.

8 – Outra, afinal, caiu em boa terra; cresceu e produziu a cento por um. Dizendo isto, clamou: Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!

É significativa a observação de que uma grande multidão rodeava Jesus e de que vinham pessoas de todas as cidades.

A simpatia do povo de que Jesus usufruía inicialmente parecia até mesmo aumentar (cf. Lc 4.15; 5.1; 6.17). Lucas assinala aqui um ápice dessa popularidade. Jesus não se deixou iludir por esse aspecto exterior. A forma como apresentava sua pregação mostra que ele não depositava grandes esperanças nas massas populares que acorriam.

É o entorno que fornece ao Senhor a ilustração das quatro categorias de ouvintes que estão diante de seus olhos. Na margem do lago as terras sobem de forma íngreme. A parte mais alta da ribanceira está coberta somente por uma fina camada de terra, enquanto a camada de húmus aumenta na proporção em que o campo se inclina para o vale. Essa situação pode explicar as diferenças de solo mencionadas.

São características as quatro preposições utilizadas por Lucas: “à beira de”, “sobre”, “no meio de”, “em”, para definir as relações distintas da semente com o solo.

A constituição do solo é determinante para o desenvolvimento da semente. A primeira espécie de solo nem sequer faz com que a semente germine. A circunstância de que a semeadura não germina é causada imediatamente por perturbações exteriores: os pés dos passantes e os pássaros. Mateus e Marcos citam somente os pássaros.

Na segunda categoria de solo a semente *germina*. Porém a raiz não consegue se desenvolver sobre a base rochosa. Uma vez que o sol em breve resseca a fina camada de terra, a planta morre.

No terceiro tipo de solo a semente se *desenvolve* até formar espigas. Contudo, os espinhos que crescem com elas sufocam o trigo antes que o fruto amadureça.

Na quarta espécie de solo a semente percorre todos os estágios de desenvolvimento. Lucas cita tão-somente o grau mais elevado de fertilidade em terra boa para plantio, dizendo: esse solo produz frutos a *cem por um*. Os dois primeiros evangelhos sinóticos mencionam também índices menores de produtividade: Marcos em ordem ascendente, ou seja, 30 / 60 / 100 por um, e Mateus em ordem decrescente, a saber, 100 / 60 / 30 por um.

O Senhor adverte os ouvintes para que prestem plena atenção com o coração. Embora se possa compreender facilmente a presente parábola, o ouvido físico não é suficiente para a audição e compreensão corretas. É preciso que se some o ouvido do coração, i. é, a abertura interior. A fórmula “Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!” ocorre oito vezes nos evangelhos (Mt 11.15; 13.9,43; Mc 4.9,23; 7.16; Lc 8.8; 14.35) e retorna também no Apocalipse (Ap 2.7,11,17,29; 3.13,22; 13.9). Em outras palavras, significa: quem deseja ser abençoado por Deus através dos sermões em parábolas, ouça com coração ardente e considere-os seriamente (cf. Dt 29.4; Is 32.3; 35.5; Jr 5.21; Ez 12.2; Zc 7.11; Mt 13.13).

b) A finalidade da pregação por parábolas – Lc 8.9-10

9 – E os seus discípulos o interrogaram, dizendo: Que parábola é esta?

10 – Respondeu-lhes Jesus: A vós é dado conhecer os mistérios do reino de Deus; aos demais, fala-se (tudo é dado a conhecer apenas) por parábolas, para que, vendo, não vejam; e, ouvindo, não entendam (Is 6.9s). [Is. 6.9s]

Na pergunta dos doze sobre o *significado* do discurso de parábolas Jesus reconheceu a abertura e o desejo do coração de seus discípulos, algo de que sentia falta na multidão do povo.

Os maiores detalhes a esse respeito são trazidos no Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 13.10-15, e Marcos, sobre Mc 4.10-20.

O Senhor anunciava aos seus o mistério do reino de Deus, i. é, o desígnio divino, conforme será consumado no futuro. A parábola visava provocar a separação entre os ouvintes de pensamento receptivo ou hostil. Os discípulos de pensamento receptivo vieram a Jesus atraídos pela linguagem figurada, a fim de buscar instruções acerca do significado da parábola. A massa popular, porém, que carecia do interesse do coração, afastou-se. A nação israelita havia fechado arbitrariamente os ouvidos ao claro chamado da boa notícia. Por isso a mensagem não se tornava mais compreensível, mas mais embotada. Essa atitude causou o juízo justo de Deus. O processo de endurecimento do povo judaico já havia sido profetizado por Isaías. O povo judaico repeliu cada vez mais a luz que resplandecia em Jesus. Conseqüentemente, o Senhor ocultou essa luz com o véu da parábola. O resultado foi que as obras de Deus diante dos indiferentes e renitentes fossem mais e mais encobertas, enquanto por outro lado a mesma pregação de parábolas deixava os planos e pensamentos de Deus cada vez mais manifestos aos receptivos e crentes.

A cada momento todos os ouvintes têm a liberdade de passar da grande multidão para o pequeno círculo de discípulos, a fim de reconhecer o mistério do reinado de Deus.

c) A explicação da parábola – Lc 8.11-15

11 – Este é o sentido da parábola: a semente é a palavra de Deus.

12 – A que caiu à beira do caminho são os que a ouviram; vem, a seguir, o diabo e arrebatá-lhes do coração a palavra, para não suceder que, crendo, sejam salvos.

13 – A que caiu sobre a pedra são os que, ouvindo a palavra, a recebem com alegria; estes não têm raiz, crêem apenas por algum tempo e, na hora da provação, se desviam.

14 – A que caiu entre espinhos são os que ouviram e, no decorrer dos dias, foram sufocados com os cuidados, riquezas e deleites da vida; os seus frutos não chegam a amadurecer.

15 – A que caiu na boa terra são os que, tendo ouvido de bom e reto coração, retêm a palavra; estes frutificam com perseverança.

O Senhor compara o desenvolvimento do reino de Deus com o processo evolutivo do grão semeado. Assim como essa evolução depende da constituição do solo, assim o efeito da *pregação da palavra* também depende da *constituição do coração* dos ouvintes.

Os ouvintes que correspondem ao primeiro tipo de solo são constituídos de tal forma que a palavra até entra por seus ouvidos, mas não é acolhida por eles. A semente dispersa na superfície da terra perece sem resultados. É esmagada ou comida pelos pássaros.

Lucas afirma que é o diabo (*diábolos*) que rouba a palavra ouvida dos corações, Mateus o designa de maligno (*ponerós*), Marcos o chama de Satanás (*satanas*). Nesta explicação a atividade do diabo é vista apenas em paralelo com a circunstância. Assim como a semente não acolhida serve de comida para os pássaros, assim a palavra de Deus não acolhida pelo ouvido do coração se apresenta como despojo para o diabo. Para frustrar a eficácia da palavra, o diabo a retira novamente, fazendo com que ela caia no esquecimento.

Os ouvintes da segunda parte da parábola correspondem à semente que cai sobre as rochas, i. é, sobre um solo que sem dúvida foi revolvido. Em termos negativos Jesus afirma que a semente que germinou e cresceu não tem raiz na fina camada de terra. Dito sem metáforas isso significa: embora o ouvinte esteja aberto para ouvir a palavra, ele se assemelha à semente sem raízes que carece de solo firme. É característico desses ouvintes superficiais que a semente logo caia no solo, devido ao entusiasmo fácil e rápido. Lucas até mesmo acrescenta que a acolhida da palavra aconteceu com visível *alegria*. No entanto, quando importa comportar ou firmar-se como amante da palavra, sob a pressão de diversas dificuldades e adversidades, há uma queda imediata. Muito em breve se mostra que esses adeptos aparentes ou superficiais não possuem fundamento firme por dentro. Assim como a semente que em solo rochoso não cai imediatamente sobre a superfície dura e impenetrável, mas sobre uma camada de terra excessivamente *fina*, assim a palavra anunciada não encontra nesses ouvintes uma incompreensão total, mas uma superficialidade de entendimento, pelo que a palavra não é profundamente refletida e guardada no coração.

Na terceira parte da parábola, a semente não cai sobre um solo endurecido pelas pisadas nem excessivamente fino, mas em terreno contaminado por plantas espinhentas. Os ouvintes que correspondem a esse tipo de solo não se opõem à proclamação da palavra com dura incompreensão nem com superficialidade de entendimento, mas existe neles uma discrepância do coração, uma dicotomia dos sentidos. Tendências pecaminosas secretas, como preocupações ou ambições de

riqueza ou prazeres da vida preenchem o coração e não são eliminadas. A semente cresce nesse solo contaminado, mas não atinge a maturação porque os espinhos crescem viçosos com ela, sufocando as plantas. As inclinações pecaminosas ocultas no coração, das quais não se abre mão, tornam-se cada vez mais poderosas e tomam cada vez mais conta do ser humano. O desfecho é a sufocação total e o amortecimento até mesmo do início positivo. Como Marcos, também Lucas traz uma tríplice classificação dos fatores que sufocam, não permitindo que a planta amadureça. São eles: 1) *as preocupações*, 2) *a riqueza* e 3) *os deleites da vida terrena*. Mateus fala de dois aspectos, a saber, das preocupações da era presente e do engodo da riqueza (Mt 13.22).

Somente na quarta categoria de ouvintes se pode falar de uma acolhida *correta* no sentido pleno da palavra. Mateus fala de ouvir e compreender. Marcos menciona ouvir e acolher. Os ouvintes do segundo tipo até acolheram a palavra com alegria. Mas diferente desse segundo grupo, Lucas diz agora, de forma proposital e nítida, que os verdadeiros ouvintes da palavra a retêm em um bom e reto coração, depois de ouvi-la.

Entretanto, eles não apenas retêm a palavra ouvida, mas permitem que ela *amadureça*. Os verdadeiros ouvintes, que conservam a palavra, evidenciam-se como persistentes, constante e fiéis na produção de frutos, de modo que haja frutos cada vez mais ricos.

Nesses ouvintes a palavra anunciada encontra sempre um ouvido aberto e um coração sempre disposto, bem como uma mente receptiva. Então, a proclamação da palavra produz nesses ouvidos e corações uma reformulação e transformação de toda a vida, um amadurecimento de etapa em etapa, e uma gloriosa frutificação múltipla.

Mas um ponto importante da explicação das quatro partes da parábola não deve ser mal-interpretado. O solo não pode ser responsabilizado pela constituição diversa do terreno. – Por outro lado, não foi sem decisão consciente da vontade que o ouvinte veio a ter a forma atual de terreno em seu coração. Por isto, a responsabilidade do ouvinte permanece sempre e integralmente válida diante da palavra de Deus.

d) A parábola da luz – Lc 8.16-18

[Comentário Esperança, Marcos, p. 163ss]

16 – Ninguém, depois de acender uma candeia, a cobre com um vaso ou a põe debaixo de uma cama; pelo contrário, coloca-a sobre um velador, a fim de que os que entram vejam a luz.

17 – Nada há oculto, que não haja de manifestar-se, nem escondido, que não venha a ser conhecido e revelado.

18 – Vede, pois, como ouvis; porque ao que tiver, se lhe dará (em acréscimo); e ao que não tiver, até aquilo que julga ter lhe será tirado.

A ligação interior desses versículos com a parábola não é exatamente flagrante. Ela consiste no seguinte: se o ouvinte da palavra divina deseja obter uma bênção verdadeira e duradoura, a palavra de Deus precisa ser conservada com firmeza e manifestar-se como propriedade interior também no aspecto exterior, sem ser escondida, como debaixo de uma cama. Por intermédio de sua palavra, Jesus acendeu uma luz no coração dos discípulos. Os discípulos precisam saber que isso ocorreu para que essa luz ilumine os arredores. Assim como um lustre lança luz para todos, o reconhecimento concedido pelo Senhor existe para beneficiar a outros por meio da conduta e da palavra. Não é dito expressamente se isso ocorre por meio da conduta de vida ou por meio da comunicação oral, i. é, através da pregação da palavra (como corresponde ao conhecimento). A disseminação oral da verdade da salvação também é fundamentada por meio do seguinte versículo: “Nada há oculto que não haja de ser manifesto.”

Os discípulos do Senhor desfrutaram o privilégio de que os mistérios do reino lhes são desvendados (v. 10). Mas este grupo de discípulos não era igual ao seletivo círculo de iniciados das religiões gentias de mistérios (i. é, nas religiões secretas), que deveriam manter esses mistérios em segredo diante daqueles que estão do lado de fora. Não, embora os mistérios do reino de Deus não fossem entendidos por todos, mas primeiramente tivessem de ser desvelados por Deus e Jesus (Lc 10.22; Mt 16.17), os pensamentos de Deus apesar de tudo eram destinados a tornar-se acessíveis e compreensíveis a todas as pessoas. Agora os discípulos eram as primeiras pessoas chamadas a tornar o sentido das parábolas acessível aos outros (Mt 13.51s), porque o Senhor lhes havia impregnado os mistérios do reino de Deus no coração, de forma muito especial. Instou-os a refletir a palavra ouvida com entrega total e na profundidade do coração, para que se tornasse sua propriedade intelectual de

forma integral. Tudo está incluso no ouvir correto. A audição correta leva a possuir a verdade, o que é fundamentado pela palavra de Jesus: “Ao que tiver, se lhe dará; e ao que não tiver, até aquilo que julga ter lhe será tirado” [v. 18].

Entretanto, ao proferir essa palavra, Jesus decididamente não inteciona proclamá-la como lei social, mas que seja entendida no sentido espiritual. – A posse interior da palavra de Deus caracteriza-se pela tendência constante e inevitável de multiplicação.

As forças de Deus desdobram-se. Quem é rico em entendimento interior obtém cada vez mais entendimento, compreensão e percepções do mundo de Deus, da eternidade e de suas leis, recebe cada vez mais forças de fé, até que tenha em plenitude. E quem não tem, i. é, quem não crê, não aceita instruções da palavra de Deus, não lida com ela em fidelidade e não a pratica fielmente, perde cada vez mais o que ele ainda possuía, de modo que aos poucos é afastado de Deus. Ouvir e possuir a palavra de Deus é algo muito perigoso. A perda total é incrivelmente rápida. A fé não é propriedade morta, não é estática, mas riqueza crescente, “vida em santidade e justiça” que cresce e se expande ou então um vazio que se alastra, uma pobreza que cresce terrivelmente.

Há uma lei de ação recíproca entre Deus e as pessoas. Deus abençoa toda ação do ser humano com uma reação do alto. Ele dota a fé ao potenciá-la. Pune a incredulidade ao potenciá-la da mesma maneira. P. ex., os fariseus, ao cometerem o terrível erro de derivarem a atuação do Senhor de influências demoníacas, ao invés de reconhecer o reino de Deus nos atos e milagres de Jesus, são punidos com incredulidade e ódio ainda maior contra Jesus, amadurecendo a ponto de chegar à obcecação e ao endurecimento. – Pelo fato de que a multidão também se nega a se arrepender e crer diante do Cristo, apesar de seus feitos e suas palavras, a palavra de Jesus se torna juízo para ela. Sua indecisão diante de Jesus, sua “obstinação contra uma decisão séria” em favor das insistentes demandas de arrependimento de Jesus e sua desobediência transformam-se em rejeição e, por consequência, igualmente em endurecimento do coração.

Resumimos a grave palavra de Jesus (Mt 13.12): “Pois ao que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas, ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.”

2. Os verdadeiros familiares do Cristo – Lc 8.19-21

[Comentário Esperança, Mateus, p. 212s, e Marcos, p. 145s]

19 – Vieram ter com ele sua mãe e seus irmãos e não podiam aproximar-se por causa da concorrência de povo.

20 – E lhe comunicaram: Tua mãe e teus irmãos estão lá fora e querem ver-te.

21 – Ele, porém, lhes respondeu: Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a praticam.

Em Marcos podemos depreender o verdadeiro motivo por trás da visita dos familiares próximos a Jesus. Havia chegado aos ouvidos dos parentes o rumor de que Jesus estaria “fora de si” (Mc 3.21). De acordo com Mt 12.24,26, isso era uma consequência da declaração dos fariseus de que Jesus expelia demônios através de Beelzebu. Por isso os irmãos de Jesus queriam apoderar-se dele (Mc 3.21). Talvez tenha sido também essa a causa que os levou a “querer ver Jesus” (cf. Jo 7.4s). No entanto, em lugar algum é dito que Maria, sua mãe, partilhava da opinião de seus filhos.

Os irmãos de Jesus são mencionados repetidas vezes no NT (Mt 12.46; Mc 3.21; Lc 8.19; Jo 2.12; 7.3,5; At 1.14; 1Co 9.5). Em Mt 13.55 e Mc 6.3 Tiago, José, Judas e Simão são mencionados como irmãos de Jesus. Em Gl 1.19 Paulo cita “Tiago, o irmão do Senhor” (cf. Tg 1.1; Jd 1). Usar esse contexto para falar de meio-irmãos ou primos de Jesus a fim de defender a virgindade “eterna” de Maria é uma arbitrariedade e um boato que surgiu somente no século II. O fato de Jesus ser chamado de primogênito (Lc 2.7; cf. Mt 1.25) pressupõe outros filhos do casal nascidos posteriormente.

Jesus não saiu ao encontro de sua mãe e seus irmãos. Tampouco permitiu que chegassem até ele, que sua palestra doutrinária diante da multidão fosse interrompida. Sem desprezar os laços mais estreitos da família, o Senhor chama os ouvintes e praticantes de sua palavra de “sua mãe e seus irmãos”. Os familiares espirituais lhe estão mais próximos que os parentes de sangue.

3. O Cristo controla tempestade e ondas – Lc 8.22-25

Detalhadamente comentado em Comentário Esperança, Mateus, p. 142ss, e Marcos, p. 172ss.

22 – Aconteceu que, num daqueles dias, entrou ele num barco em companhia dos seus discípulos e disse-lhes: Passemos para a outra margem do lago; e partiram.

23 – Enquanto navegavam, ele adormeceu. E sobreveio uma tempestade de vento no lago, correndo eles o perigo de soçobrar.

24 – Chegando-se a ele, despertaram-no dizendo: Mestre, Mestre, estamos perecendo! Despertando-se Jesus, repreendeu o vento e a fúria da água. Tudo cessou, e veio a bonança.

25 – Então, lhes disse: Onde está a vossa fé? Eles, possuídos de temor e admiração, diziam uns aos outros: Quem é este que até aos ventos e às ondas repreende, e lhe obedecem?

Da mesma maneira como os dois primeiros evangelhos sinóticos, Lucas relata o domínio sobre a tempestade, a cura do endemoninhado, a cura da mulher com hemorragia e a ressurreição da filhinha de Jairo. Esses informes acerca de fatos atestam o auge do poder milagroso de Jesus. O Senhor demonstrou sua autoridade sobre as forças da natureza, sobre o mundo dos demônios, sobre as enfermidades e a morte.

Quando Lucas escreve, como também em outras ocasiões (cf. Lc 5.17; 20.1), “em um dos dias”, isso não expressa desconhecimento da época exata, mas a idéia de que essa história não aconteceu imediatamente depois da visita dos familiares de Jesus. Ele não está preocupado em ordenar os eventos de forma cronológica, mas de acordo com determinada idéia básica. Assim, ele deixa de precisar a moldura de tempo e lugar da presente história delineada em Mc 4.35s. De acordo com Mt 8.18, a travessia do lago relatada na sequência aconteceu ao entardecer, quando Jesus havia proferido o Sermão do Monte. Marcos (Mc 4.35) a acrescenta diretamente após a palestra de parábolas. A referência cronológica imprecisa de Lucas não é uma contradição aos dados de Marcos. Segundo seu plano (cf. v. 1), Jesus pretendia pregar o evangelho fora da Galiléia, a saber, em Decápolis, a terra das dez cidades. De acordo com o relato preciso de Marcos, Jesus deixou-se conduzir pelos discípulos no barco a partir do qual ele havia ensinado o povo. Outras embarcações, tripuladas por amigos e seguidores, seguiam-nos e os acompanhavam. Cansado e exausto do trabalho do dia, o Senhor dormia sobre uma almofada na traseira do barco. Nessa situação constatamos que Jesus é completamente humano, que se cansa e necessita de repouso. Sua majestade divina haveria de ser revelada em breve.

Durante a travessia do lago armou-se subitamente um tempestuoso vento. Por causa da baixa altitude em relação ao nível do mar, o mar da Galiléia e seus grandes contrastes de temperatura, tais furacões não eram raros. Os discípulos, que se encontravam em grande perigo de vida, acordaram o Mestre que dormia na parte traseira do navio. Era um clamor da mais extrema angústia. Jesus acordou. Ordenou à tempestade e às ondas. Sua poderosa palavra divina foi eficaz. As potestades da natureza se acalmaram. Marcos e Lucas informam que depois de seu ato salvador o Senhor expressou uma crítica, ao contrário de Mateus. A pergunta do Senhor em Marcos (“ainda não tendes fé?”) e em Lucas (“Onde está vossa fé?”) soa mais séria que a interpelação em Mateus (“vós de pequena fé”). Jesus podia esperar dos discípulos uma fé que superava até mesmo o mais extremo perigo de vida. Seu clamor de aflição atesta incredulidade (veja o Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 8.23-27, e Marcos, sobre Mc 4.35-41), porque temem perecer apesar da presença dele.

Ao contrário dos racionalistas, que consideram essa história uma lenda, saga ou construção fantasiosa, reconhecemos com reverência o milagre como um testemunho do senhorio de Jesus até mesmo sobre a natureza.

4. O Cristo domina os demônios – Lc 8.26-39

Explicado detalhadamente em Comentário Esperança, Mateus, p. 145ss, e Marcos, p. 177ss.

Cabe antecipar a essa história algumas observações. O Senhor acaba de evidenciar-se como controlador da agitação e tormenta no mundo exterior. Exclamou ao vento e às ondas: “Aquietai-vos!”, silenciando com uma palavra a tempestade no mar. Contudo há algo muito mais feroz e aterrador do que ventos e ondas na pior revolta: o ser humano que desfez todas as amarras e se entrega como instrumento àquele que traz maldição e desgraça a todos os espaços alcançados por seu domínio. Aqui o Cristo precisa realizar uma obra muito mais poderosa do que aquela consumada em alto mar. Também aqui ele se revelará como poderoso, restabelecendo a harmonia perdida. Ele fala, e por causa de sua onipotente palavra a agitação muito mais intensa, a fúria muito mais desenfreada no coração humano se aquietará, e também aqui surgirá uma grande calma.

“Quando comparamos os três relatos transmitidos acerca da estranha cura do possesso de Gerasa em Mateus, Marcos e Lucas, surge uma dificuldade imediata, porque Mateus fala de dois possessos, Marcos e Lucas apenas de um. Foram feitas numerosas tentativas de harmonizar essa afirmação. Agostinho supõe que um deles teria sido uma personalidade mais distinta, ilustre. Outro comentarista supõe que um deles teria sido tão mais furioso e perigoso que o segundo desapareceu ao lado dele e nem sequer foi notado pela maioria das pessoas. Também nós queremos seguir esta explicação: um dos possessos ficou em segundo plano, motivo pelo qual pensamos, seguindo Lucas, que podemos falar somente de um possesso vindo ao encontro do Senhor quando este desceu da embarcação. Não é como se o outro não estivesse presente. Mas como os relatos em que aparece apenas um são mais detalhados, queremos aderir a eles” (cf. Trench, *Die Wunder des Herrn*, 1895, p. 119).

Há muito os exorcismos estão sendo submetidos ao mais intenso fogo da crítica, mais que as diferenças nos três sinóticos quanto a um ou dois possessos. De acordo com a opinião desses críticos é preciso abandonar a concepção de que um espírito maligno habita em uma pessoa. Os escritores bíblicos são alvo do veredicto de que carecem de conhecimentos mais profundos da medicina e psiquiatria. Epilepsia, doenças mentais, raiva e histerias teriam sido erroneamente atribuídas à influência de maus espíritos. A essas enfermidades teriam-se associado, de acordo com o contexto do enfermo, sugestivas concepções ilusórias de possessão.

Desde já é preciso observar que os relatos bíblicos de curas de endemoninhados apresentam diferenças tão radicais em relação aos relatos extrabíblicos que estes não resistem a nenhuma comparação (cf. Josefo, *Ant.* VIII, 2,5). Jesus “curava” por intermédio do Espírito de Deus (Mt 8.28). – Nos escritos não-bíblicos essa enfermidade é superada por meio de fórmulas mágicas.

Seria um contra-senso supor uma acomodação (adaptação) de Jesus à credence popular de seu tempo. Jesus acreditava na realidade da possessão. Distinguiu nitidamente entre doença e possessão (Lc 13.32).

a) O encontro com o possesso de Gerasa – Lc 8.26-29

26 – Então, rumaram para a terra dos gerasenos, fronteira da Galiléia.

27 – Logo ao desembarcar, veio da cidade ao seu encontro um homem possesso de demônios que, havia muito, não se vestia, nem habitava em casa alguma, porém (vivía) nos sepulcros.

28 – E, quando viu a Jesus, prostrou-se diante dele, exclamando e dizendo em alta voz: Que tenho eu contigo, Jesus, Filho do Deus Altíssimo? Rogo-te que não me atormentes.

29 – Porque Jesus ordenara ao espírito imundo que saísse do homem, pois muitas vezes se apoderara dele. E, embora procurassem conservá-lo preso com cadeias e grilhões, tudo despedaçava e era impelido pelo demônio para o deserto.

Jesus aportou com os discípulos na margem oriental do Lago de Genezaré, na região dos gerasenos. A julgar pela grande manada de porcos mencionada no texto (v. 32s), viviam nessa região muitos gentios. Com certeza não era a intenção do Senhor pregar aqui o evangelho (cf. Lc 4.43), mas recolher-se um pouco ao silêncio com seus discípulos. Recém-chegado ao local de desembarque, Jesus encontrou um homem possesso por demônios. Esse endemoninhado, originário da cidade próxima, percorria os arredores sem roupa há bastante tempo. Em sua timidez evitava as habitações humanas e escolhia as cavernas mortuárias aqui situadas para viver. Toda vez que os acessos de fúria se repetiam, as pessoas tentavam amarrá-lo. Com um poder incomum, que os demônios lhe conferiam, ele rasgava as amarras. Na seqüência, sob o domínio do poder demoníaco, ele era tângido sem vontade própria para lugares ermos.

Nada é dito sobre a intenção do possesso pelo demônio de tornar-se agressivo contra o Senhor Jesus. Antes que a pessoa atormentada se mostrasse violenta, o Senhor apaziguou o demônio por meio de uma palavra de esconjuro. Nem o possesso nem seus familiares haviam solicitado a ajuda do Senhor. Foi o aspecto deplorável do personagem que motivou Jesus a intervir aqui para ajudar. O homem violento não cogitava agredir a Jesus. Em prostração, rogou-lhe que o poupasse. A pessoa refém de demônios não era capaz de reconhecer a ação de cura intencionada por Jesus como benéfica, mas considerava-a nociva para sua vida. Em sua fúria extrema, o homem estava tão dominado pelo espírito imundo que não conseguia distinguir entre seu próprio eu e o demônio.

b) A cura do possesso – Lc 8.30-33

30 – Perguntou-lhe Jesus: Qual é o teu nome? Respondeu ele: Legião, porque tinham entrado nele muitos demônios.

31 – Rogavam-lhe que não os mandasse sair para o abismo.

32 – Ora, andava ali, pastando no monte, uma grande manada de porcos; rogaram-lhe que lhes permitisse entrar naqueles (porcos)!

33 – E Jesus o permitiu. Tendo os demônios saído do homem, entraram nos porcos, e a manada precipitou-se despenhadeiro abaixo, para dentro do lago, e se afogou.

Jesus visava conceder ao deplorável ser humano uma cura completa. No entanto, isso somente poderia acontecer se os espíritos saíssem dele. Jesus pergunta primeiro pelo nome dos demônios que estavam no possesso, porque visa quebrar a terrível ligação entre o ser humano e o diabo.

Os poderes demoníacos, porém, exerciam tamanha supremacia que o possesso, junto com eles, responde ao Senhor que seu nome era “legião”. Toda uma legião de espíritos demoníacos habitava o interior dessa pessoa. O termo latino “legião” é uma expressão bélica romana que abrangia uma massa supostamente irresistível de 4.000 a 6.000 soldados. Na resposta a Jesus, o possesso identifica-se com o poder bélico que o dominava por inteiro. Vemos aqui toda a sua impotência, de que não tinha a menor possibilidade de desvencilhar-se dessa tirania.

Digno de nota é que, na sequência, consta: “Rogavam-lhe que não os mandasse sair para o abismo.” O exército de demônios percebeu que teria de abrir mão de sua presa. A ordem de Jesus teve efeito (v. 29). A formulação “rogava-lhe” mostra que o possesso se tornou porta-voz dos demônios, igualando-se a eles. Temem o abismo ou charco de fogo em que serão precipitados no juízo final (Ap 20.7) Para ficarem seguros diante do abismo, os demônios pedem ao Senhor que lhes permita entrar na manada de porcos que pastava sobre o monte. Lucas relata que Jesus atendeu esse pedido dos demônios, sem comunicar o teor dessa permissão. De acordo com Mt 8.32 trata-se de uma ordem: “Pois ide!”. Toda a manada (segundo Mc 5.13 um total de 2.000 porcos) precipitou-se pela ribanceira abaixo.

O pedido desses maus espíritos é atendido, porém somente para sua perdição. Têm permissão de entrar nos porcos, e aquilo que mais temiam acontece. Não encontram mais instrumentos para sua atividade, sendo tangidos poderosamente justamente para aquela prisão que mais lhes repugnava (divergindo das explicações fornecidas no comentário a Mateus, estamos apresentando aqui uma tentativa diferente de interpretação).

c) O impacto do milagre da cura – Lc 8.34-39

34 – Os porqueros, vendo o que acontecera, fugiram e foram anunciá-lo na cidade e pelos campos.

35 – Então, saiu o povo (da cidade) para ver o que se passara, e foram ter com Jesus. De fato, acharam o homem de quem saíram os demônios, vestido, em perfeito juízo, assentado aos pés de Jesus; e ficaram dominados de terror.

36 – E algumas pessoas que tinham presenciado os fatos contaram-lhes também como fora salvo o endemoninhado.

37 – Todo o povo da circunvizinhança dos gerasenos rogou-lhe que se retirasse deles, pois estavam possuídos de grande medo.

38 – E Jesus, tomando de novo o barco, voltou. O homem de quem tinham saído os demônios rogou-lhe que o deixasse estar com ele; Jesus, porém, o despediu, dizendo:

39 – Volta para casa e conta aos teus tudo o que Deus fez por ti. Então, foi ele anunciando por toda a cidade todas as coisas que Jesus lhe tinha feito.

O ato de cura causou uma movimentação. Uma grande multidão das redondezas alvoroçou-se.

Com grande surpresa constatou-se agora que o homem que até então trouxera instabilidade a toda a região, submetido à terrível possessão, estava sentado, vestido e ajuizado, aos pés de Jesus. O resgatado sentia-se atraído pelo seu resgatador. Por causa de seu espanto, os proprietários da manada e os habitantes desejam que Jesus saia de sua região. O Senhor atendeu seu desejo, não se impondo a eles. Decidiu retornar para a Galiléia.

O milagre de Jesus causou também profundo impacto sobre o curado. Quando Jesus entrou no navio, o possesso pediu-lhe que o deixasse permanecer em sua companhia. Será que temia que, na ausência daquele que o ajudara, os espíritos do abismo retomassem o domínio sobre ele? Ou será que

se sentia impelido pela gratidão, para doravante tornar-se seguidor daquele ao qual ele devia esse onipotente ato de libertação? Independentemente de quais tenham sido suas motivações, o Senhor tinha outros planos para ele. Por um lado o Senhor deixa aqueles que se haviam revelado indignos de sua presença, mas por outro lado não queria ficar sem testemunho entre eles. Algumas pessoas curadas foram proibidas pelo Senhor de falar da benignidade de Deus (Mt 8.4; Lc 8.56). – Este recebe a ordem expressa de divulgar em todos os lugares a graça de que fora alvo.

Podemos supor que talvez aqueles curados que apresentavam o risco de banalizar todas as impressões mais profundas por meio de uma repetição apenas exterior das circunstâncias formais da cura receberam de Jesus a ordem de calar-se, para que se tornasse possível uma reflexão e elaboração interior da maravilhosa condução pela graça do Senhor. Mas quando se tratava de um coração deprimido, que tendia à melancolia, como aparentemente era o caso desse tristonho sofredor eremita, ali dava-se a ordem de ir e anunciar a outros os grandes feitos que Deus realizados nele. Por meio desses relatos, sua alma deveria ser preservada em seu estado saudável (cf. Trench).

5. O Cristo domina enfermidade e morte – Lc 8.40-56

Análise exaustiva em Comentário Esperança, Mateus, p. 158ss, e Marcos. p. 185ss.

Como Marcos, Lucas também associa a ressurreição da filha de Jairo e a cura da mulher com hemorragia ao retorno de Jesus da região dos gerasenos. Já Mateus traz depois da história da cura do possesso a cura do coxo e a convocação de Levi, que Marcos e Lucas já mencionaram anteriormente (cf. Lc 5.17-29). O presente evangelista mostra a glória do Senhor em escala ascendente, i. é, Jesus controlou primeiro a tempestade marítima e depois a fúria dos demônios. Na sequência ele triunfa sobre o poder da enfermidade e da morte.

a) O pedido de Jairo a Jesus – Lc 8.40-42

40 – Ao regressar Jesus, a multidão o recebeu com alegria, porque todos o estavam esperando.

41 – Eis que veio um homem chamado Jairo, que era chefe da sinagoga, e, prostrando-se aos pés de Jesus, lhe suplicou que chegasse até a sua casa.

42 – Pois tinha uma filha única de uns doze anos, que estava à morte. Enquanto ele ia, as multidões o apertavam.

O retorno de Jesus da região dos gerasenos para Cafarnaum (cf. Mt 9.1) é descrito por Lucas com a mesma clareza que Marcos. Ao contrário da atitude dos habitantes de Gerasa, que rejeitaram o Senhor, aqui uma grande multidão esperava por ele com grande expectativa.

O evangelista Lucas dirige nossa atenção primeiramente para Jairo, um presidente da sinagoga.

Embora Jairo fosse um judeu pleno e detentor de um cargo religioso, ele resolveu prostrar-se e suplicar a ajuda de Jesus. Ele deve ter prestado atenção à pregação e ao ensino do Senhor na sinagoga em várias ocasiões. Como toda a ciência humana se evidenciara vã diante de sua filhinha moribunda, Jairo pediu que Jesus viesse à sua casa. A observação de que era sua única filha revela a profunda dor do pai. Jesus estava decidido a ir sem demora à casa dele, para ajudar rapidamente.

b) A interrupção pela mulher com hemorragia – Lc 8.43-48

43 – Certa mulher que, havia doze anos, vinha sofrendo de uma hemorragia, e a quem ninguém tinha podido curar

44 – veio por trás dele e lhe tocou na orla da veste, e logo se lhe estancou a hemorragia.

45 – Mas Jesus disse: Quem me tocou? Como todos negassem, Pedro disse: Mestre, as multidões te apertam e te oprimem!

46 – Contudo, Jesus insistiu: Alguém me tocou, porque senti que de mim saiu poder.

47 – Vendo a mulher que não podia ocultar-se, aproximou-se trêmula e, prostrando-se diante dele, declarou, à vista de todo o povo, a causa por que lhe havia tocado e como imediatamente fora curada.

48 – Então, lhe disse: Filha, a tua fé te salvou; vai-te em paz!

Jesus atendeu ao pedido do pai aflito. Pôs-se a caminho da casa dele. Então acontece algo que adia sua chegada ao destino. Do meio da multidão achegou-se de Jesus uma mulher que há doze anos

sufria de hemorragia. Lucas não informa se essa mulher doente era atribulada ou explorada pelos médicos. Tão-somente menciona que ela não podia ser curada por nenhum médico. De acordo com a lei (Lv 15.25), uma mulher assim era impura. Certa vergonha impedia a enferma de declarar sua doença perante os ouvidos de todos. A mulher tentava aproximar-se de Jesus da forma mais despercebida possível. Acreditava que, para obter a cura, bastaria tocar a borla (Nm 15.38ss e Dt 22.12) da veste do Senhor. Também Mateus menciona a borla. Trata-se das quatro borlas prescritas pela lei. A força da fé dela revelou-se no fato de que ela nem sequer precisava tocar a pessoa de Jesus.

A enferma não havia empurrado em vão para chegar até Jesus. Ele sabia do gemido secreto de sua fé. Seu anseio cumpriu-se. Lucas, o médico, relata: “E imediatamente sua hemorragia estagnou.” Apesar dos empurrões do povo o Senhor notou que alguém o tocara de maneira especial. Por causa da pressão do povo, Pedro considerou estranha a pergunta do Senhor. Jesus, porém, distinguiu nitidamente entre o contato exterior e o contato por fé. A força que partiu de Jesus passou para a mulher com pleno conhecimento e consentimento dele. Trata-se do poder de cura existente dentro dele (cf. Lc 5.17; 6.19). É esse fato que Jesus confirma ao povo e aos discípulos. O Senhor informou à mulher, que não tinha como permanecer escondida, que por causa de sua vontade de amor a força de cura jorrou para ela. A mulher liberta de sua doença de longos anos prostrou-se em terra diante de seu Redentor e confessou com humildade toda a verdade.

Com amável condescendência, Jesus considerou o contato salutar como um ato de fé, assegurando à mulher a saúde conquistada. A interpelação “filha” revela o amor dele. A palavra “tem bom ânimo”, segundo outros manuscritos, encoraja-a e liberta-a do medo. Jesus despede a curada com a saudação da paz.

Cumprir trazer algumas observações adicionais sobre a cura da mulher hemorrágica. O contato com a borla das vestes não autoriza a veneração das chamadas relíquias de Cristo e dos santos. Os comentaristas que negam esse milagre de cura refugiam-se em interpretações que nós rejeitamos. Uma dessas explicações praticamente beira um frívolo escárnio, ao comparar o poder de cura de Jesus a uma bateria elétrica que exerce seu efeito a qualquer momento. Não se cogita aqui uma cura mágica ou magnética. A tentativa de explicar a cura por meio da terapia medicamentosa ou da psicoterapia e da auto-sugestão nem sequer merece refutação. A força de cura que saiu de Jesus não pode ser explicada por nenhum dicionário de medicina.

c) O atendimento do pedido de Jairo – Lc 8.49-56

49 – Falava ele ainda, quando veio uma pessoa da casa do chefe da sinagoga, dizendo: Tua filha já está morta, não incomodes mais o Mestre!

50 – Mas Jesus, ouvindo isto, lhe disse: Não temas, crê somente, e ela será salva!

51 – Tendo chegado à casa, a ninguém permitiu que entrasse com ele, senão Pedro, João, Tiago e bem assim o pai e a mãe da menina.

52 – E todos choravam e a pranteavam. Mas ele disse: Não choreis; ela não está morta, mas dorme.

53 – E riam-se dele, porque sabiam que ela estava morta.

54 – Entretanto, ele, tomando-a pela mão, disse-lhe, em voz alta: Menina, levanta-te!

55 – Voltou-lhe o espírito, ela imediatamente se levantou, e ele mandou que lhe dessem de comer.

56 – Seus pais ficaram maravilhados, mas ele lhes advertiu que a ninguém contassem o que havia acontecido.

A interrupção causada pela mulher com hemorragia acarretou um duro teste de paciência para Jairo. Enquanto Jesus ainda falava com a mulher curada, o pai preocupado recebeu a informação de que sua filha falecera. Até então ele havia suplicado ao Senhor que viesse com ele à sua casa; no sentido do texto original ele o havia arrastado pelo braço. Agora, porém, de nada mais adiantava essa insistência e pressão. A criança havia morrido. Agora somente a fé no Redentor “ressuscitador de mortos” ajudaria. Essa fé necessária foi proferida por Jesus no coração do pai aflito. A promessa “Não temas, crê somente, e ela será salva!” gera a fé verdadeira.

Ao contrário de Mt 9.25 e Mc 5.40, Lucas não menciona nada sobre o fato de que Jesus expulsou a ruidosa congregação fúnebre. Tão-somente informa que o Senhor se contrapôs aos que lamentavam

em alta voz com a ordem: “Não choreis!” Riram-se de sua justificativa: “Ela não morreu, mas apenas dorme.” Essa ridicularização por parte da multidão em luto comprova que a morte de fato ocorrera. Não se pode falar de uma morte aparente, como alegam alguns intérpretes liberais.

Os três discípulos mais íntimos e os pais puderam ser testemunhas oculares de que Jesus tomou a falecida pela mão, como se estivesse dormindo, dizendo-lhe: “Menina, acorda!” A exclamação aramaica: “*Talitha kumi*”, preservada por Marcos (Mc 5.41), não é mencionada por Lucas. A falecida ouviu a voz do Filho de Deus, de modo que acordou e se levantou imediatamente. Lucas informa apenas acerca da instrução do Senhor, de que se desse de comer à criança. No maior dos atos milagrosos Jesus age com toda a naturalidade. Diversas vezes o Senhor ordenou aos pais (Lc 5.14, etc.) que não falassem a outros do milagre espantoso que haviam presenciado. Qualquer expectativa meramente carnal pelo Messias deveria ser sufocada pela raiz.

G. Sétimo Raio

Jesus é o Senhor de plenos poderes no grupo de seus discípulos e na atuação pública – Lc 9.1-50

1. O Cristo concede poderes aos doze – Lc 9.1-6

O presente trecho nos transporta para o final da atuação de Jesus na Galiléia. Jesus ampliou sua obra, enviando seus discípulos escolhidos.

O evangelista narra o discurso de instruções aos discípulos na mesma forma como Marcos (Mc 6.8-10), mas diferente de Mateus. O discurso de envio mencionado pelo primeiro evangelho sinótico unifica fragmentos de discursos muito diferentes, mas todos relacionados com a vocação apostólica.

a) O envio dos discípulos – Lc 9.1-2

1 – Tendo Jesus convocado os doze, deu-lhes poder e autoridade sobre todos os demônios, e para efetuarem curas.

2 – Também os enviou a pregar o reino de Deus e a curar os enfermos.

Para Jesus, o motivo primordial do envio dos doze foi a grande miséria do povo eleito, completamente abandonado por seus mestres e líderes (cf. Mt 9.35-38). Seus apóstolos, ou “os doze”, como costuma ocorrer em Lucas o termo técnico do grupo mais restrito de discípulos do Senhor (Lc 9.10; 17.5; 22.14; 24.10), deveriam fazer soar a voz do grande Pastor entre um povo que definhava e se encontrava disperso, que vagava como ovelhas sem pastor.

O Senhor tinha o objetivo de conduzir seus eleitos, que até então apenas o acompanhavam como testemunhas, a um trabalho vocacionado autônomo. Por intermédio deles ele visava disseminar a notícia do reinado de Deus em todas as cidades e localidades da Galiléia. A verdadeira proclamação da salvação, para a qual somente a efusão do Espírito Santo os capacitaria, ainda não estava associada a essa atuação. Cumpria-lhes apenas anunciar que o reino de Deus, alvo do anseio geral, apareceria e que Jesus, o fundador desse governo de Deus, estava no meio deles.

A expressão *synkalesámenos* = “ele convocou” designa uma reunião solene e é mais expressiva que o termo *proskáleisthai* = “chamar a si”, que ocorre em Marcos e Mateus.

A tarefa recebida pelos apóstolos não era ir “à frente” do Senhor, mas seguir os rastros dele aqui e acolá. Não os envia para semear, mas para colher; não para começar, mas para continuar o que ele mesmo já começara. Por essa razão eles tinham de examinar caso a caso quem era digno de recebê-los. Por isso tinham de sacudir o pó quando, *depois da pregação de seu Senhor*, sua nova tentativa era outra vez desprezada. Somente assim passamos a compreender a proibição de levar grande equipamento de viagem. Afinal, os discípulos não iam como estranhos para o meio de inimigos, mas como amigos para uma região em que o próprio Senhor já lhes havia aberto os caminhos. *Quanto mais Jesus vislumbra o desenvolvimento da grande tarefa de sua vida, tanto mais ele insiste na grave e dura seriedade da decisão.* Para que os pensamentos do coração se revelassem com clareza, ele envia agora seus apóstolos.

Os exorcismos e curas de enfermos por parte dos apóstolos enviados tinham a finalidade de confirmar a verdade de sua proclamação e apontar para Jesus, o doador dessas dádivas da graça. O reinado de Deus não deveria ser fundado e construído sobre força humana. Por isso também Jesus concedeu aos discípulos o carisma extraordinário da cura.

Por um lado, a incumbência dos discípulos era retomar a atividade de João Batista, que em breve encerraria sua carreira na terra. Mas, por outro lado, havia mais (cf. Lc 7.28). Para esses filhos do

reino de Deus, o Senhor havia acrescentado à pregação também a capacidade e a autoridade de realizar milagres. Não há relatos de que João Batista tenha realizado milagres.

A transmissão do poder milagroso de Jesus a seus alunos foi de certo modo prefigurada na transmissão do espírito de Elias para Eliseu. Com o mesmo manto com que Elias dividiu as águas do rio Jordão, Eliseu o divide ao retornar [2Rs 2.8-15].

b) As instruções oficiais de Jesus aos discípulos – Lc 9.3-5

3 – E disse-lhes: Nada leveis para o caminho: nem bordão, nem alforje, nem pão, nem dinheiro; nem deveis ter duas túnicas.

4 – Na casa em que entrardes, ali permanecei e dali saireis!

5 – E onde quer que não vos receberem, ao sairdes daquela cidade, sacudi o pó dos vossos pés em testemunho contra eles!

Assim como Jesus concedeu a seus emissários a necessária força e autorização para o serviço, assim ele lhes deu também as necessárias orientações para o início da jornada e o transcurso da viagem.

Recomenda-lhes que partam tão livres e desprendidos como estão naquele instante. – A bagagem para uma viagem consiste primordialmente de três coisas: dinheiro, mantimentos e roupas. Mateus é o mais severo ao relatar a proibição de levar dinheiro, citando três espécies de metais: ouro, prata e cobre. Marcos menciona apenas cobre. Lucas fala somente de prata, a expressão usual para dinheiro.

Não levar bagagem, como exige Jesus, é, corretamente entendido, a mais bela e rica bagagem. Jesus, que dessa maneira proibia aos discípulos qualquer fardo para a jornada, permitiu e ordenou-lhes que esperassem pela fé tudo o que fosse necessário. De antemão podiam ter certeza a respeito daquilo que mais tarde confessariam: que não sofreram carência de nada (cf. Lc 22.35). A primeira igreja entendeu essa prescrição de não levar bagagem melhor do que diversos entusiastas de hoje. Usar este texto para condenar qualquer provisão dada a pregadores e missionários, em forma de dinheiro e roupas, é contrário a Escritura. Nem os apóstolos João (cf. 3Jo 5-8) e Paulo (2Co 11.8) e nem mesmo Jesus (Lc 22.36) se sobrecarregaram com a obediência literal a essas palavras. É preciso levar em consideração que Jesus enviava seus mensageiros para as cidades e localidades de Israel, onde todos os seus servos, como também os levitas, tinham direito ao sustento (Nm 18.31; cf. 1Co 9.13s). Essa prescrição do Senhor não pode ser aplicada ao envio para os povos gentios.

Jesus visa afirmar o seguinte: não queremos considerar a carne como nosso braço, nem depositar nossa confiança em provisões exteriores, mas ter o menor número possível de necessidades, peregrinando de forma simples e livre na trajetória e no serviço de testemunhas.

O Senhor deu aos doze também uma prescrição especial para o caso de serem *acolhidos* em uma casa. Os discípulos não devem visar o conforto físico, como os falsos mestres (Rm 16.18), i. é, trocar de hospedagem quando não for suficientemente confortável, nem preferir visitar os ricos em detrimento dos pobres. – Devem despedir-se de uma casa hospitaleira em que entraram somente no momento em que saem do local a que se destina a pregação para anunciar o evangelho em outro local. A primeira igreja na verdade também escolhia determinadas casas ou famílias como centros permanentes para o servidor e a obra do evangelho (cf. At 9.43; 16.15,40; 17.7; 18.3).

Com essa instrução está estreitamente relacionada também a segunda, para o caso de serem *rejeitados*. Assim como Jesus não impunha a si mesmo (cf. Lc 8.37; Jo 3.22), assim tampouco seus mensageiros devem impor a si mesmos e ao evangelho em uma casa. Quando os servos de Deus não recebem acolhida, eles se retraem. Nesse caso Jesus prescreve uma ação simbólica como testemunho contra eles. Sacudir o pó dos pés significa preliminarmente: “Não levamos conosco nada que seja de vocês” (cf. Lc 10.11); “Não ambicionamos nada de vocês e não procuramos o que é de vocês, mas a vocês pessoalmente” (2Co 12.14). Além disso, o gesto atesta (cf. Ne 5.13; At 13.51) que uma cidade que rejeita os mensageiros de Cristo é submetida a uma maldição. Os apóstolos devem agir de igual maneira diante de seus conterrâneos nas cidades que repelem a pregação deles. Devem sacudir até mesmo o pó, o mais insignificante que existe. Com esse gesto devem declarar que não têm nada a ver com o destino que espera por tais pessoas.

Portanto, o Senhor Jesus preparou seus apóstolos para a possibilidade de serem mal recebidos. Por isso ele dá instruções sobre o comportamento correto diante dos adversários.

Via de regra os entusiasmados cristãos recém-convertidos pensam que conseguirão facilmente atingir o alvo de que muitos, muitíssimos, cheguem à fé rapidamente. Entram no mundo com

facilidade, sem conhecerem bem a profundidade demoníaca da perdição do mundo, correndo o perigo de cometer grandes equívocos e conseqüentemente colhendo experiências que podem abalá-los intensamente. Por isso o Senhor Jesus abre os olhos dos discípulos para a perspectiva de que poderão sofrer muito mais com a perseguição e aflição que os espera do que com a viagem iminente.

O presente texto contém importantes ensinamento para todos aqueles que receberam a incumbência de empreender a obra do Senhor. Aprendemos desse texto: 1) que o Senhor previu o serviço de proclamação da palavra e do cuidado pastoral em tempo integral; 2) que aqueles que se deixam enviar por ele são equipados com força especial do alto; 3) que o ponto de partida de qualquer trabalho é a casa e a família (v. 4s); 4) que diante do mundo é preciso dar um testemunho decidido; 5) que devemos anunciar um evangelho claro, e não palestras científicas; 6) que se deve impor as mãos aos enfermos e orar por eles; 7) que o alvo do anúncio do evangelho deve e precisa ser a “conversão de almas humanas a Jesus, o Redentor”; 8) que após a proclamação do evangelho é necessário buscar o silêncio (Mc 6.30s).

c) O resultado do envio – Lc 9.6

6 – Então, saindo, percorriam todas as aldeias, anunciando o evangelho e efetuando curas por toda parte.

Tudo o que foi narrado até aqui (Lc 8.40-9.5) aconteceu na cidade. Saindo de Cafarnaum, os enviados percorreram a terra de aldeia em aldeia. Pregaram o evangelho e curaram enfermos em todos os lugares. Em sua atuação, Jesus deu preferências às cidades (cf. Lc 4.16,31,43; 5.12; 7.11), sem excluir as aldeias (Lc 8.1; 13.22; Mc 6.6). Ao que parece, durante sua primeira excursão de proclamação os apóstolos do Senhor se limitaram às aldeias. A atividade de seu Mestre obteve certa complementação. A palavrinha “por toda parte” pode referir-se à pregação e às curas de enfermos. Em todos os locais pelos quais passavam, os discípulos encontraram oportunidade de aplicar os dons espirituais que haviam recebido.

2. O Cristo impressiona profundamente Herodes Antipas – Lc 9.7-9

[Comentário Esperança, Mateus, p. 245, e Marcos, p. 202s]

7 – Ora, o tetrarca Herodes soube de tudo o que se passava e ficou perplexo, porque alguns diziam: João ressuscitou dentre os mortos;

8 – outros: Elias apareceu; e outros: Ressurgiu um dos antigos profetas.

9 – Herodes, porém, disse: Eu mandei decapitar a João; quem é, pois, este a respeito do qual tenho ouvido tais coisas? E se esforçava por vê-lo.

A observação acerca de Herodes Antipas é trazida por todos os três evangelhos sinóticos.

A decapitação de João Batista deve ter acontecido durante a ausência dos doze. Depois desse homicídio, Herodes não se sentia mais confortável em sua residência em Lívias. O castelo em que a cabeça ensanguentada de João Batista lhe fora trazida dava a Herodes uma sensação sinistra. Por isso, mudou-se para sua recém-construída cidade residencial Tiberíades. Aqui foi tomado novamente de pavor quando recebeu notícias dos atos miraculosos de Jesus. Toda sorte de boatos que circulavam no meio do povo também chegava a ele. Lucas enfatiza particularmente a ansiosa incerteza de Herodes, Mateus e Marcos dão destaque à sua consciência despertada.

Herodes estava constrangido porque circulavam diversas opiniões acerca de Jesus. O presente evangelista relata três diferentes opiniões: 1) Jesus é João Batista ressuscitado. 2) Jesus é o Elias que apareceu. 3) Jesus é um profeta dos primórdios. A superstição gentia, que também se aninhara entre os judeus, pensava que a alma do decapitado João teria migrado para outro corpo. Essa quimera foi mais aceita na corte do tetrarca do que a palavra da verdade. A maldição da incredulidade havia acovardado o coração do tetrarca (cf. Nm 26.36; Jó 15.20-22). Quem não teme a Deus, teme coisas supersticiosas e tolas.

3. A milagrosa alimentação dos cinco mil – Lc 9.10-17

[Comentário Esperança, Mateus, p. 249ss, e Marcos, p. 209ss]

A história da alimentação dos cinco mil é a única de toda a atuação na Galiléia comum a todos os quatro evangelhos (Mt 14.13ss; Mc 6.30ss; Jo 6.1-13). Por essa razão ela é muito importante para a

sincronização dos relatos sinóticos e joaninos. Em todos os quatro evangelhos esse milagre é apresentado como o auge da atuação da Galiléia. Imediatamente depois disso, os evangelhos sinóticos começam a mostrar Jesus revelando o mistério de sua iminente paixão aos apóstolos (Lc 9.18-27; Mt 16.13-28; Mc 8.27-38). Em João esse milagre provoca uma crise decisiva na obra de Jesus na Galiléia. E o discurso subsequente com certeza alude à iminente e violenta morte do Senhor.

A motivação pela qual Jesus se retirou a um lugar solitário é, segundo Lucas, a necessidade de quietude para dialogar com os apóstolos. Num relato um pouco diferente, Marcos informa que ele pretendia proporcionar-lhes um pouco de sossego depois dessa excursão de pregação, visto que a multidão dos que iam e vinham não os deixava em paz. De acordo com Mateus, o motivo foi a notícia do assassinato de João Batista.

Essas concepções bastante diversas podem ser facilmente harmonizadas se a chegada da notícia da execução de João coincidir com a época do retorno dos apóstolos, fazendo o Senhor Jesus lembrar especialmente da proximidade de sua própria morte. Diante dessas impressões, o Senhor Jesus quis proporcionar a seus discípulos um tempo de recolhimento, a fim de dialogar com eles sem interrupções, passando adiante ensinamentos, exortações e advertências acerca de sua atuação vocacional futura. Em breve ele teria de deixar os discípulos sozinhos na terra. Junto com eles, Jesus navega até a costa setentrional do lago, mais precisamente para o território de Herodes Filipe (cf. Comentário Esperança, Marcos, p. 210).

Herodes Antipas, o assassino de João, a princípio não poderia persegui-lo ali. Lucas menciona uma região afastada, desabitada, nas cercanias da cidade chamada Betsaida. A cidade a que os evangelhos geralmente se referem ao mencionarem esse nome fica situada perto de Cafarnaum, na margem ocidental do lago (Lc 10.13; Mt 11.21; Mc 6.45; Jo 1.44). Contudo, de acordo com Marcos, Mateus e João, a alimentação milagrosa não pode ter acontecido na costa oeste do lago, pois antes do milagre da multiplicação dos pães Jesus e seus discípulos navegam até a margem oposta. Depois, porém, Jesus os envia de volta à margem ocidental para a região de Genezaré (Mt 14.34) ou Ginezar (Dalman), para Betsaida (Mc 6.45) e para Cafarnaum (Jo 6.17). Portanto, quando Lucas transfere o cenário da alimentação para as proximidades de uma cidade de nome Betsaida, deve ser uma outra Betsaida, que não aquela sita à costa ocidental. O local era em Batanéia, um pouco a leste da foz do Jordão (veja o mapa). Josefo e Plínio mencionam expressamente essa cidade, que o tetrarca Herodes Filipe mandara construir naquela região.

Tão logo as multidões notaram seu embarque de Cafarnaum, seguiram-no a pé (Mt e Mc), contornando a costa norte do lago. Os mais apressados chegaram na mesma hora que Jesus, ou, conforme Marcos, até mesmo antes dele. Remetemos aqui ao relato de Dalman (*Orte und Wege Jesu*, p. 186, referente ao final da presente história. Cf. também o mapa do lago de Genezaré).

A inesperada chegada do povo, portanto, frustrou o plano de Jesus de ficar a sós com os discípulos. Mas Jesus ficou tão emocionado pelo amor que esse povo igual a “rebanho sem pastor” (Marcos) lhe atestava, que o recebe com afetuosa amabilidade. Enquanto via as multidões chegarem durante toda a manhã, um pensamento amoroso amadureceu em seu coração, comunicado por João (Jo 6.5). Era época da Páscoa. Jesus não havia se dirigido a Jerusalém com os discípulos. O ódio contra sua pessoa era muito intenso em Jerusalém. Contudo, nessa inesperada convergência das massas que peregrinavam para Jerusalém ele reconhece o sinal das alturas e decide celebrar a festa no deserto.

a) O motivo do milagre da multiplicação– Lc 9.10s

10 – Ao regressarem, os apóstolos relataram a Jesus tudo o que tinham feito. E, levando-os consigo, retirou-se à parte para uma cidade chamada Betsaida.

11 – Mas as multidões, ao saberem, seguiram-no. Acolhendo-as, falava-lhes a respeito do reino de Deus e socorria os que tinham necessidade de cura.

Os emissários de Jesus haviam experimentado muitas coisas em sua viagem. A atividade milagrosa dos doze com certeza deve ter tomado um tempo consideravelmente longo. Depois que Jesus já havia permanecido um ano na Galiléia, os discípulos provavelmente retornaram a Cafarnaum pouco antes da festa da Páscoa, quando seu Mestre os encontrou novamente.

Mateus e Marcos relatam que Jesus e os discípulos embarcaram em um navio, enquanto o evangelista Lucas deixa a forma de partida em aberto. A multidão que acorria, vendo o Senhor Jesus

partir pelo lago, antecipou-se a ele por via terrestre (Mc 6.33). Muitos eram impelidos até ele por necessidades espirituais e físicas.

Os peregrinos, que estavam a caminho de Jerusalém por causa da proximidade da festa da Páscoa (Jo 6.4), intensificaram ainda mais o assédio. Embora o plano do Senhor de encontrar sossego na solidão tenha sido frustrado pelo grande fluxo de povo, ele acolheu amistosamente as massas que acorriam a ele. Ainda que nem todos que vinham a ele (Jo 6.2) estivessem tomados de um anseio celestial, ele não deixava de ter pena do povo que não tinha pastor (Mc 6.34).

b) A preparação para a multiplicação – Lc 9.12-15

12 – Mas o dia começava a declinar. Então, se aproximaram os doze e lhe disseram: Despede a multidão, para que, indo às aldeias e campos circunvizinhos, se hospedem e achem alimento; pois estamos aqui em lugar deserto.

13 – Ele, porém, lhes disse: Dai-lhes vós mesmos de comer. Responderam eles: Não temos mais que cinco pães e dois peixes, salvo se nós mesmos formos comprar comida para todo este povo.

14 – Porque estavam ali cerca de cinco mil homens. Então, disse aos seus discípulos: Fazei-os sentar-se em grupos de cinquenta.

15 – Eles atenderam, acomodando a todos.

Jesus dedica-se às massas como mestre e médico, até a noite (cf. Mt 14.14; Mc 6.34). O dia findava. Os discípulos estavam preocupados porque a fome inexorável poderia inquietar o povo e arruinar qualquer ensinamento. Para evitar qualquer constrangimento, pediram a Jesus que despedisse o povo. Nos evangelhos sinóticos, são os discípulos aqueles que lembram o Senhor dessa situação quando chega o entardecer. Jesus respondeu pedindo que os discípulos abastecessem a multidão com alimento. João relata que Jesus se dirigiu a Filipe com a pergunta: “Onde compraremos pães para lhes dar a comer?” (Jo 6.5). Esse discípulo conversou com André, que descobriu um menino com cinco pães de cevada e dois peixes. João parece relatar mais detalhes por ser testemunha ocular direta, enquanto a descrição sinótica reflete mais a preocupação dos discípulos. João e Marcos ainda mencionam duzentos denários como saldo no caixa coletivo dos discípulos (Jo 6.7; Mc 6.37). Os mantimentos descobertos e o disponível em caixa não eram suficientes para saciar a multidão. Um grande contingente popular, de cerca de cinco mil homens, sem contar mulheres e crianças (Mt 14.21), não podia ser saciado com tão pouco.

Jesus, que soube por André e depois pelos demais discípulos que havia cinco pães e dois peixes, ordenou aos discípulos que fizessem o povo assentar-se. Os apóstolos obedeceram. Conforme Mateus, eles se acomodaram na relva. De acordo com Marcos, eles se sentaram sobre a grama em “comunhão de mesa por comunhão de mesa”, mais precisamente em grupos de cem e cinquenta. Segundo Lucas, a multidão assentou-se em grupos de cerca de cinquenta pessoas cada um, ou seja, de forma que ninguém pudesse ser esquecido. Três evangelistas, porém, Mateus, Marcos e João, mencionam a relva verde que serviu de acampamento para o povo.

De acordo com o costume oriental, mulheres e crianças conservavam-se separadas, e por isso parece que somente os homens se sentaram na ordem definida, o que explicaria por que, de acordo com os evangelhos sinóticos, apenas eles foram contados, como se depreende de Lucas (v. 14) e Marcos (Mc 6.44) e mais enfaticamente de Mateus (Mt 14.21: “sem as mulheres e crianças”).

c) O milagre da multiplicação – Lc 9.16-17

16 – E, tomando os cinco pães e os dois peixes, erguendo os olhos para o céu, os abençoou, partiu e deu aos discípulos para que os distribuíssem entre o povo.

17 – Todos comeram e se fartaram; e dos pedaços que ainda sobejaram foram recolhidos doze cestos.

Os quatro evangelistas devem ter ficado impressionados com o fato de Jesus proferir uma oração de gratidão antes de multiplicar o alimento, porque todos eles relatam o fato. Os apóstolos perceberam que nisso residia o mistério de seu poder milagroso, revelado naquela hora. Em Mateus e Marcos consta: “Elevou o olhar ao céu e abençoou” (*eulogéo*), o que também pode ser traduzido com “e agradeceu”. Em Lucas lemos: “Erguendo os olhos para o céu e os abençoou (*eulogéo*)”, a saber, os pães, ou melhor, pão e peixe. João relata: “Ele agradeceu” (*eucharistéo*). É costume judaico proferir uma oração de bênção ou de gratidão antes da refeição. A oração atraiu uma bênção

maravilhosa para um alimento tão insignificante. O pouco de comida serviu para saciar milhares. Jesus, que não realizara o milagre para saciar sua própria fome ao ser tentado pelo diabo, fez uso de seu poder miraculoso para saciar os outros, os muitos. Até mesmo sobraram doze cestos, cheios de bocados. De acordo com Jo 6.12, Jesus ordenou que recolhessem o restante, para que nada se perdesse! As dádivas de Deus devem ser respeitadas e honradas, mesmo quando estamos satisfeitos.

Os doze cestos são mencionados em todos os quatro evangelhos. Cestos pertencem à bagagem de uma caravana. Devem ter sido os cestos que os próprios apóstolos levaram no embarque. – Mateus e Marcos indicam o número de pessoas saciadas no final da história. Lucas já o trouxe no v. 14; João o traz um pouco depois de Lucas, no v. 10, no instante em que a multidão se sentou.

Havia acontecido um verdadeiro milagre. O fato dessa alimentação milagrosa é atestado por todos os quatro evangelistas. Apesar disso, os exegetas negam-se a aceitar o milagre. Apontam para um processo natural acelerado. Também isso, no entanto, seria um milagre. Os racionalistas afirmam, sem grande consistência: Jesus distribuiu generosamente suas poucas provisões entre a multidão, e seu exemplo foi seguido pelos “demais assentados que dispunham de mantimentos”. A teoria dos mitos, segundo a qual teriam sido imitados modelos ou paralelos do AT (Êx 16; Nm 11; 1Rs 17.8ss; 2Rs 4.42ss), ignora totalmente o referencial histórico do presente milagre. A explicação parabólica e simbólica do milagre fracassa diante do fato histórico.

A alimentação dos cinco mil é e continua sendo um milagre. Realmente transcende nossa capacidade de imaginação que surjam novos pães e novos peixes. Não leva a nada cismar com essas coisas. Somos remetidos a apegar-nos à credibilidade dos relatos dos evangelhos.

Por último cabe salientar ainda que a alimentação daquelas quatro mil pessoas (Mt 15.29ss; Mc 8.1ss) não representa uma replicação da presente história (Cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 274).

4. O primeiro anúncio da paixão e o discipulado no sofrimento – Lc 9.18-27

[Comentário Esperança, Mateus, p. 293ss, e Marcos, p. 253ss]

A narrativa a seguir carece de qualquer ambientação local e temporal em Lucas. Não representa uma seqüência da anterior. Uma comparação com os evangelhos de Marcos e Mateus revela que Lucas deixa de fora acontecimentos que nos dois primeiros evangelhos preenchem dois capítulos (cf. Mc 6.45-8.26; Mt 14.22-16.12).

Nos versículos de Lc 9.18-27 recomeça uma justaposição dos relatos evangélicos de todos os três evangelistas, mais precisamente até o retorno a Cafarnaum (após a viagem ao norte da Palestina) e a partida de Jesus para Jerusalém (Lc 9.51; cf. Mc 10.1 e Mt 19.1). Os episódios comuns aos três relatos são: a transfiguração, a cura do menino lunático, o segundo anúncio da paixão, a chegada em Cafarnaum e a criança apresentada como exemplo por ocasião da disputa dos discípulos (Quem é o maior?).

Mt 16.13-28; Mc 8.27-9.1

O diálogo a seguir (cf. Mt 16.13ss e Mc 8.27ss) contém três objetos: 1) a confissão do Cristo (v. 18-20); 2) a paixão e morte do Cristo (v. 21s); 3) os discípulos do Cristo sofredor (v. 23-27).

a) A confissão do Cristo – Lc 9.18-20

18 – Estando ele orando à parte, achavam-se presentes os discípulos, a quem perguntou: Quem dizem as multidões que sou eu?

19 – Responderam eles: João Batista, mas outros, Elias; e ainda outros dizem que ressurgiu um dos antigos profetas.

20 – Mas vós, perguntou ele, quem dizeis que eu sou? Então, falou Pedro e disse: És o Cristo de Deus!

De acordo com Mateus e Marcos, Jesus estava na região de Cesaréia de Filipe. Nesse lugar remoto o Senhor encontrou a solidão silenciosa que havia buscado em vão até então. Não se dirigiu à cidade, mas, como diz Mateus, “às adjacências”, mais precisamente, conforme Marcos, às “aldeias em redor”. Aqui Jesus poderia dialogar intimamente com os apóstolos. Lucas enfatiza, como em outras vezes, a oração (cf. Lc 6.12s). Assim como naquela ocasião Jesus passou a noite em oração diante de Deus antes de escolher os doze apóstolos, assim também agora ora nessa importante guinada de sua

vida na terra, a fim de revelar-se aos discípulos como o Messias enviado por Deus. Os doze tinham de ser preparados para sua iminente paixão em Jerusalém. A assustadora perspectiva da morte iminente que ele, aos trinta e dois anos, precisava comunicar aos discípulos representou para ele um primeiro ensejo de falar com seu Pai celestial em reclusão.

A expressão “apenas os discípulos estavam com ele” é indício de que os discípulos participavam dessa oração de Jesus. Esse fato anuncia um momento significativo. Isto é expresso pela circunstância de que ele não falava com todos (cf. Lc 9.23), mas somente com os discípulos.

Inicialmente Jesus leva os discípulos a relatar as diversas opiniões que corriam entre o povo acerca de sua pessoa, palavras que haviam captado durante sua trajetória de pregação. Os apóstolos relatam que o povo o considera João Batista, Elias, um dos antigos profetas (cf. Lc 9.8), até mesmo Jeremias (cf. Mt 16.14), ou também precursor do Messias. As pessoas acreditavam que podiam depreender de Mq 4.5 que “no fim dos dias” surgiriam novamente diversos profetas que seriam *precursores do Messias*, não o *próprio Messias*. A opinião pública sobre Jesus não era um reconhecimento do Senhor, mas uma *percepção equivocada*. Perguntando a respeito da opinião que circulava no povo, Jesus pretendia preparar os doze para sua própria convicção acerca da pessoa dele. Em seguida ele pretende usar essa base para comunicar-lhes quem ele é e como ele cumpriria sua incumbência de Messias.

Depois que Jesus ouviu o eco da opinião do povo, ele ouve da boca de Pedro, que fala em nome de todos os discípulos, o vigoroso testemunho de sua fé pessoal, viva e autônoma, de que eles o consideram “o Cristo de Deus”. Essa confissão de Pedro é transmitida de diversas maneiras pelos evangelhos sinóticos: Mateus escreve “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo”; Marcos: “Tu és o Cristo”; segundo Lucas, Jesus é “o Cristo de Deus”. Em Jo 6.69 a confissão é: “Tu és o santo de Deus”. Essas memoráveis palavras de Pedro são o centro e foco absolutos da confissão de fé.

Essa confissão de Pedro fundou, nos primórdios, a igreja do NT. O Senhor Jesus percebeu a beatitude do momento, quando viu que havia criado raízes na humanidade e conquistado uma comunidade que continuaria sendo dele, apesar de todos os poderes do inferno.

b) A paixão e morte do Cristo – Lc 9.21-22

21 – Ele, porém, advertindo-os, mandou que a ninguém declarassem tal coisa,

22 – dizendo: É necessário que o Filho do Homem sofra muitas coisas, seja rejeitado pelos anciãos, pelos principais sacerdotes e pelos escribas; seja morto e, no terceiro dia, ressuscite.

A pergunta pela opinião do povo e pela posição dos discípulos acerca da pessoa de Jesus evoca vivamente a separação entre a multidão na Galiléia e o grupo dos discípulos do Senhor (cf. Lc 8.10). A grave proibição do Senhor, de não divulgar o testemunho de fé dado por Pedro de que Jesus é o Cristo de Deus, vale apenas por um tempo limitado. Somente depois que o Senhor foi pregado à cruz a proclamação apostólica foi capaz de associar o título “Cristo – o Ungido – o Messias” ao nome de Jesus. “Por isso”, diz Riegenbach (na obra *Leben Jesu*, p. 318), “Jesus viu-se forçado a simultaneamente revelar-se e ocultar-se, acender o fogo e abafá-lo.”

Uma coisa, porém, é preciosa e maravilhosa. Desde aquela hora existia uma pequena congregação em que a fé em Jesus como o Cristo constituía o centro da comunhão.

A intenção dos discípulos de silenciar publicamente acerca do testemunho do Cristo é melhor explicitada por Lucas do que por Marcos (Mc 8.31), pois liga o anúncio da paixão de forma estreita ao mandamento de não falarem nada por meio do particípio *elthon* (na realidade: “dizendo”). Ao contrário das alusões relativas à sua morte iminente (cf. Mt 9.15; Jo 2.19) feitas até aqui, agora ele diz com clareza o que o aguarda. Jesus cita primeiro o “é preciso” de sua paixão e morte. O Filho do Homem precisava, pelo desígnio e vontade de Deus (At 4.28) prenunciados pelos profetas (Lc 24.27), sofrer e morrer para a reconciliação e salvação dos pecadores (Hb 9.22). O Senhor cita os anciãos, sumo sacerdotes e escribas, os três grupos do Sinédrio, como os executores involuntários e, não obstante, responsáveis, do plano divino.

Todos os três evangelhos sinóticos parafraseiam aqui o termo Sinédrio, enumerando essas três categorias oficiais. Que terrível impacto para as expectativas dos discípulos teve essa primeira pregação da paixão, que dizia: *Cristo, rejeitado por aquelas pessoas que por força do cargo, da origem e do conhecimento detinham a autoridade máxima e das quais justamente se esperava o reconhecimento do Messias e sua proclamação pública!*

O alto conselho era formado por 71 membros de três tipos de categorias. Eram os seguintes grupos que forneciam esses membros:

1) Os sumo sacerdotes, entre os quais estavam o sumo sacerdote atual e os que já haviam exercido a função. A eles agregavam-se os membros das poucas famílias que eram consideradas dignas do sumo sacerdócio.

2) Os anciãos, que eram as famílias israelitas cuja genealogia podia comprovar com segurança a pureza de sua origem israelita e cujas filhas tinham o direito de casar com sacerdotes.

3) Os escribas, mais precisamente aqueles que tinham a incumbência de copiar o texto da lei, mas que em breve receberam a fama de serem os únicos que possuíam o conhecimento necessário para explicar a lei; eram tidos como especialistas da lei ou eruditos do direito por profissão.

No entanto, era preciso que a pedra fosse rejeitada pelos construtores para que se tornasse a pedra angular escolhida (Sl 118.22). A confissão de Pedro a respeito de Jesus, o Cristo de Deus, chegou à plenitude somente depois do Pentecostes, quando ele proclamou publicamente: “Esteja absolutamente certa, pois, toda a casa de Israel de que a este Jesus, que vós crucificastes, Deus o fez Senhor e Cristo” (At 2.36). Paulo diz o mesmo por meio das conhecidas palavras: “Porque decidi nada saber entre vós, senão a Jesus Cristo e este crucificado” (1Co 2.2).

A trajetória de sofrimento do Filho do Homem rumo à glória do Cristo, tão incompreensível para os discípulos, assustou-os da forma mais profunda. Acerca dessa consternação, leia Comentário Esperança, Mateus, p. 294ss.

Os discípulos não foram capazes de entender o desfecho da paixão e morte que Jesus anuncia aos apóstolos: “e ele há de ser ressuscitado no terceiro dia”! A consciência nítida de Jesus de que que morreria em breve e também sua firme certeza do glorioso desfecho, evidentes em seu anúncio da paixão, foram totalmente incompreensíveis e absolutamente obscuros para os discípulos.

O testemunho de Pedro, “o Cristo de Deus”, é complementado por Jesus por meio do nome “o Filho do Homem”, que Jesus usa para referir-se a si mesmo. “É preciso que o Filho do Homem”, diz o Senhor Jesus. Esse “é preciso” origina-se da revelação do Pai da mesma forma como a confissão anterior de Pedro. Nele fica claro que a vontade do Filho se insere irrestritamente na vontade do Pai (Acerca do Filho do Homem, cf. Comentário Esperança, Marcos, p. 258).

c) Os discípulos do Cristo que sofre e morre – Lc 9.23-27

23 – Dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, dia a dia tome a sua cruz e siga-me.

24 – Pois quem quiser salvar a sua vida perdê-la-á; quem perder a vida por minha causa, esse a salvará.

25 – Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder-se ou a causar dano a si mesmo?

26 – Porque qualquer que de mim e das minhas palavras se envergonhar, dele se envergonhará o Filho do Homem, quando vier na sua glória e na do Pai e dos santos anjos.

27 – Verdadeiramente, vos digo: alguns há dos que aqui se encontram que, de maneira nenhuma, passarão pela morte até que vejam o reino de Deus.

Os diálogos dos vv. 18-22 ocorreram no contexto familiar do grupo de apóstolos. As palavras dos vv. 23-26 são dirigidas a “todos”, à multidão que entrementes talvez se tenha agrupado a certa distância, solicitando a presença de Jesus, a fim de que lhes dissesse as seguintes palavras. Jesus caracteriza todos os que aderem a ele com a ilustração de uma caravana de carregadores de cruzes. A ilustração foi tomada de uma viagem.

1) Negar-se a si mesmo é despedir-se. Dar adeus à vontade própria, às inclinações e aos desejos pessoais, essa é a “negação de si mesmo” que nos cabe realizar.

Negar-se a si mesmo significa viver como se não nos importássemos mais conosco e nossa vontade.

2) Tomar sobre si a cruz refere-se ao fardo que devemos nos dispor a carregar. A cruz é a mais infame pena de morte que jamais existiu. Jesus compromete os seus com a morte. Ao mostrar-lhes o desfecho que esperava por ele em Jerusalém, asseverou-lhes: “Minha cruz mostra a vocês para onde eu conduzo. Vocês estão seguindo atrás de mim como expulsos, malditos, condenados à morte, iguais àqueles que *carregam sua cruz para o local de execuções. Para essas pessoas, o mundo passou e a vida está encerrada*; o que ainda têm diante de si é somente infâmia, dor e morte.”

A crucificação do “eu” acontece paulatinamente, de acordo com a medida determinada por Deus para cada um e para cada etapa da vida. É o que dizem as palavras “dia a dia” e “sua cruz”. A razão de Lucas para inserir a expressão “dia a dia” só pode ter sido que ele entendia esta exigência como uma ação constantemente repetida no discipulado de Jesus. A disposição de um seguidor do Senhor de contribuir pessoalmente para o desfecho penoso da vida dificilmente pode ser melhor explicitada do que por meio da figura do condenado que carrega a cruz; afinal, não há qualquer dúvida de que está indo ao encontro do doloroso sofrimento da morte.

3) Siga-me é o caminho que nos cabe percorrer, é andar a cada instante o caminho traçado por Cristo e em cada passo seguir as pegadas dele. Não se trata de mortificação pessoal, ou meio de santificação, ou atividade para o reino de Deus conforme o nosso próprio arbítrio! Desta forma, a vontade própria supostamente sacrificada na verdade apenas tornaria a manifestar-se.

Portanto, a frase “siga-me” não é uma repetição do primeiro: “Vem após mim!” Pelo contrário, ressalta a idéia mais profunda do ser discípulo. Expressa que o discípulo de forma alguma passa à frente do Mestre e tampouco deve esquivar-se furtivamente atrás dele, mas que o segue decididamente no cumprimento obediente da vontade de Deus, sedimentado em sua palavra e em seus mandamentos.

Talvez diversas pessoas agora digam: gostaria muito de assumir a cruz de acordo com a palavra do Senhor e entregar minha vida velha à morte. Já tentei diversas vezes negar a mim mesmo – mas subitamente descubro que minha velha natureza pecaminosa ainda não se afastou, mas continua exercendo uma poderosa influência sobre mim. Estas experiências realmente estão entre os fatos mais tristes de nossa vida interior. Felizes, porém, os que não se deixam abalar por isso, mas sempre recomeçam! Devem precaver-se do equívoco de pensarem que primeiro precisam abrir o caminho. Jesus foi à frente, e ao discípulo cumpre seguir. Cumpre erguer o olhar para ele, para a sua obediência, sua fidelidade quando o desânimo e o cansaço começam (Riggenbach).

[24] Pois quem quiser salvar a sua vida perdê-la-á; quem perder a vida por minha causa, esse a salvará. O “pois” no v. 24 refere-se a todo o v. 23. Quando a pessoa fizer o que o v. 23 demanda, não se dirigirá à perdição, mas alcançará a salvação. Novamente deparamo-nos com a forma paradoxal de que o ditado hebraico (*mashal*) gosta de revestir-se. Cada um dos caminhos leva a pessoa justamente ao alvo oposto ao que parecia levá-la.

O termo *psyché* designa a alma com todas as suas pulsões e capacidades naturais. Salvar a vida psíquica significa querer mantê-la da maneira como ela é, tentando tão-somente desenvolvê-la e satisfazê-la. Esse, porém, é o meio para perdê-la. Porque nesse caso tentamos transformar em algo duradouro o que por natureza representa apenas uma passagem. Para protegê-la do aniquilamento, existe apenas um meio: é preciso consentir em perdê-la livremente, pelo fato de entregá-la ao sopro do Espírito divino, que mata e vivifica simultaneamente, e o qual a preenche com seu poder superior e lhe comunica valor e beleza perenes. Contudo, quando se visa conservar a vida *psyché*, perde-se não apenas a vida natural em si, mas também a vida superior, eterna, na qual deveria ter-se transformada como a flor que se transforma no fruto.

Jesus, porém, afirma: “Por minha causa” (Marcos diz: “por minha causa e por causa do evangelho”).

Ou seja, apenas entregando a si mesmo a Cristo o ser humano pode corresponder a essa profunda lei da existência humana. O eu somente é capaz de negar-se a si mesmo quando existe a finalidade de reconhecer um eu superior, diante de cuja palavra absoluta ele se curva.

Nenhuma verdade foi repetida mais vezes por Jesus do que essa. Ela constitui praticamente o alicerce de sua pregação de santificação. Em Lc 17.33 ela é aplicada ao retorno de Jesus, que será a hora de sua concretização plena. Em Jo 12.25 ele a apresenta como a lei de sua própria vida. Em Mt 10.39 ele a aplica ao ministério do apóstolo.

[25s]: “Pois que aproveita a um ser humano ganhar o mundo inteiro, mas vier a perder-se ou a sofrer dano? Porque aquele que se envergonhar de mim e de minhas palavras, dele se envergonhará o Filho do Homem quando vier em sua glória e na do Pai e dos santos anjos.”

Os v. 25s são a confirmação do que foi dito previamente. Jesus pressupõe que o propósito de preservar a própria vida tenha sido coroado com o mais esplêndido sucesso imaginável, chegando-se a possuir o mundo inteiro. Até mesmo nesse caso ainda vigoraria a lei acima referida: “Ter-se tornado proprietário desse grandioso poderio, mas ser condenado, perecer pessoalmente: que ganho seria esse?!”

Podemos comparar isto com alguém que herda uma coleção de pinturas e no mesmo instante se torna completamente cego.

O Filho do Homem, que retorna em sua glória, na do Pai e dos anjos, concede a cada discípulo uma compensação justa de acordo com suas palavras e feitos. Ele também se envergonhará daquele que se envergonhar dele e de suas palavras. Quando servir como testemunha perante o juízo de Deus, Jesus também negará que lhe pertence aquele que, temendo pessoas ou receando infâmia e perseguição, negar a confissão de pertencer ao mesmo Jesus que as pessoas já rejeitaram.

[27] Na seqüência à ameaçadora promessa de juízo aparece a asserção de que alguns daqueles que estão presentes não experimentarão a morte até terem visto o reino de Deus. Essas palavras incríveis são fortemente enfatizadas com um “Eu, porém, verdadeiramente vos digo”, o que equivale a um “Amém”. Alguns de seus fiéis discípulos, não todos, não morrerão até presenciar a vinda do senhorio de Deus. Em todos os três evangelistas o conteúdo desse v. 27 encerra o discurso e faz a transição para o relato da transfiguração de Jesus. Essas palavras obscuras são interpretadas de diversas formas. Alguns comentaristas antigos consideram que ver o reino de Deus é a revelação no monte da transfiguração. Outros comentaristas crêem que a ascensão de Cristo, a efusão do Espírito Santo e a expansão do evangelho em todo o mundo seriam a vinda do reino de Deus. Alguns interpretam a presente passagem como referente à destruição de Jerusalém e ao retorno de Cristo (Cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 297s! Ali está a explicação para este v. 27).

5. A transfiguração de Jesus – Lc 9.28-36

[Comentário Esperança, Mateus, p. 300s, Marcos, p. 268ss]

Os três evangelhos sinóticos relatam a transfiguração de Cristo no alto de um monte, na presença de alguns de seus discípulos, logo após o primeiro anúncio da paixão e a exigência da renúncia absoluta a tudo que de alguma forma pudesse impedir o seguimento a Cristo.

Explicar a história da transfiguração como mito ou poesia é algo que deixamos por conta daqueles comentaristas que na presente passagem constatarem uma série de elementos estranhos no claro texto bíblico. Analisamos nossa narrativa, que consideramos um fato histórico, no contexto da história da paixão de Jesus. A nosso ver, a localização desse episódio no importante ponto de virada da vida de Cristo, quando estava prestes a sair da Galiléia e ir para Jerusalém, a fim de ali sofrer e morrer, representa uma ajuda para entender a história da transfiguração. A composição, acima referida, dos evangelhos sinóticos explicita de forma genial que a trajetória de Jesus passou pela cruz até chegar à coroa, do sofrimento à glória (cf. 1Pe 1.11; Lc 24.26).

Os discípulos, sobretudo Pedro, não se conformavam com o fato de que Jesus deveria sofrer e morrer. Além disso, Jesus havia dito que seus discípulos também teriam de assumir e carregar sua cruz, se quisessem ser seus discípulos. Não deveriam se escandalizar com as trajetórias de cruz dele e suas próprias, porque o caminho da cruz na verdade é apenas uma transição para a glorificação. Jesus, que precisa suportar uma morte infame, aparecerá como juiz do mundo. Quando Jesus se transfigurar diante de três de seus discípulos, estes presenciarão uma amostra da glória em que o Filho do Homem virá no fim dos dias. A transfiguração de Jesus é um penhor de seu retorno com glória celestial e poderio real divino.

a) A glória de Jesus – Lc 9.28-29

28 – Cerca de oito dias depois de proferidas estas palavras, tomando consigo a Pedro, João e Tiago, subiu ao monte com o propósito de orar.

29 – E aconteceu que, enquanto ele orava, a aparência do seu rosto se transfigurou e suas vestes resplandeceram de brancura.

Os relatos sinóticos mencionam que se passou uma semana entre o primeiro anúncio da paixão (que afirmava que é preciso seguir a Jesus no sofrimento) e a transfiguração. Mateus e Marcos informam: “após seis dias”. Lucas, que inclui nas contas o dia da profecia da paixão e o dia da transfiguração, escreve: “após *cerca* de 8 dias”. Não é sem razão que o evangelista diz “após esses discursos”. Assim ele estabelece um vínculo com o diálogo prévio. Os discípulos tiveram a oportunidade de refletir sobre estas graves palavras durante uma semana. Credo ter chegado ao alvo de suas esperanças, sentiram-se subitamente como que precipitados no abismo. A transfiguração de Jesus visava mostrar aos discípulos que apesar e, ao mesmo tempo, justamente por causa de todos os

anúncios de paixão ele era o Senhor da glória. Em vista do fato de que também os discípulos enfrentariam a trajetória da paixão, ele concedeu-lhes um fortalecimento e um enlevo em suas tribulações e aflições pessoais momentâneas.

Jesus levou consigo apenas seus três discípulos mais íntimos, a fim de introduzi-los na realidade mais sublime e misteriosa. Foram testemunhas da ressurreição da filha de Jairo e mais tarde da luta no Getsêmani. A razão dessa seleção não foi arbitrária, mas determinada pela constituição do coração de cada um. Somente pessoas intimamente dispostas e favorecidas na fé percebem mistérios do mundo superior e a sensação prévia da beatitude.

Do fato de levar consigo apenas os mais íntimos podemos depreender que o Senhor sabia o que aconteceria com ele sobre o monte.

Jesus levou consigo os discípulos “ao monte”. O relato refere-se a determinado monte nas cercanias de Cesaréia de Filipe, localizado ao pé da montanha do Líbano. A tradição supõe que tenha sido o monte Tabor, a duas horas a sudeste de Nazaré. Outros crêem que aqui se trata do Hermon ou Pênio, coberto de neve, que pode ser visto de todos os lados no norte da Palestina.

Lucas descreve a transfiguração de forma mais sucinta e compreensível que seus dois antecessores sinóticos. Informa apenas com simplicidade que o aspecto de seu rosto se tornou diferente e que suas vestes brilharam com alvura. A claridade do corpo transfigurado passou pelas vestes, tornando-as brancas e reluzentes. Agora os discípulos sabiam que o Senhor da glória era seu Senhor e Mestre. O próprio Senhor experimentou nessa transfiguração um fortalecimento de sua obediência, sacrificando prontamente sua vida caso fosse essa a vontade do Pai celestial.

b) A aparição de Moisés e Elias – Lc 9.30-33

30 – Eis que dois varões falavam com ele: Moisés e Elias,

31 – os quais apareceram em glória e falavam da sua partida, que ele estava para cumprir em Jerusalém.

32 – Pedro e seus companheiros achavam-se premidos de sono; mas, conservando-se acordados (com esforço), viram a sua glória e os dois varões que com ele estavam.

33 – Ao (tentar) se retirarem estes (dois homens) de Jesus, disse-lhe Pedro: Mestre, bom é estarmos aqui; então, façamos três tendas: uma será tua, outra, de Moisés, e outra, de Elias, não sabendo, porém, o que dizia.

Os discípulos não viram apenas Jesus, envolto pelo fulgor celestial, mas também dois homens do mundo transcendental. A palavrinha “eis” expressa o fator surpreendente dessa manifestação. Lucas não cita imediatamente os nomes dos dois homens. Eles foram identificados somente após alguns instantes. A forma verbal do texto grego expressa que eles falaram certo tempo com o Senhor. Sem qualquer explicação especial, os discípulos reconheceram Moisés e Elias nos dois personagens. Esses homens mais significativos da antiga aliança lhes eram tão familiares que correspondiam totalmente à concepção que deles faziam.

Moisés e Elias designam o começo e o meio da história de Israel. Cristo é o Senhor da lei e dos profetas. Do relacionamento dos dois homens de Deus do AT com Cristo pode-se depreender o conteúdo de seu diálogo. Lucas relata que eles falavam com Jesus sobre seu desfecho em Jerusalém. O cumprimento da lei e da promessa por meio de sua saída da vida (sua morte na cruz, ressurreição e ascensão) constituíam o objeto do diálogo. A aparição de Moisés e Elias mostrou aos discípulos a unidade do reino da graça e da glória. Igualmente é revelado o conhecimento mútuo dos redimidos do Senhor no reino da perfeição. Moisés e Elias, que viveram em épocas diferentes e não se conheciam na terra, há tempo se tornaram íntimos no além.

Lucas descreve de modo palpável o estado dos discípulos durante o episódio todo. Os três apóstolos estão tomados e oprimidos pelo sono. A gloriosa manifestação celestial derrotara-os. O evangelista, porém, acrescenta de imediato que eles lutaram para superar o sono. Os discípulos viram a claridade do Senhor e dos dois homens que estavam ao lado de Jesus. A manifestação vista não era um sonho, mas uma experiência real. A visão causou um profundo impacto nos discípulos. Pedro começou a falar e externou o desejo de poder usufruir por mais tempo dessa convivência tão ditosa. Pretendia construir três tendas como abrigo para Jesus, Moisés e Elias, a fim de prolongar o momento do gozo celestial. Essas palavras marcantes de Pedro incutiram-se de tal modo que todos os sinóticos, com exceção da interpelação a Jesus, as relatam de forma idêntica. Marcos e Lucas

observam ainda que ele não sabia o que dizia. O discípulo não ponderou que os celestiais não carecem de morada terrena, que a eternidade não se deixa atrair para a transitoriedade.

c) A voz de Deus vinda da nuvem – Lc 9.34-36

34 – Enquanto assim falava, veio uma nuvem e os envolveu; e encheram-se de medo ao entrarem na nuvem.

35 – E dela veio uma voz, dizendo: Este é o meu Filho, o meu eleito; a ele ouvi.

36 – Depois daquela voz, achou-se Jesus sozinho. Eles calaram-se e, naqueles dias, a ninguém contaram coisa alguma do que tinham visto.

Os discípulos precisavam de um resultado permanente do impacto da glorificação de Jesus. Por isso, além da visão que tiveram ouviram também o testemunho do Pai celestial acerca de Jesus, o que para eles foi profundamente significativo. Uma nuvem encobriu Jesus e os dois representantes da antiga aliança. Não era nuvem de chuva, mas uma nuvem que no AT representava a *shequiná*, o símbolo da glória de Deus. Javé aparecia na terra envolto na nuvem; por meio dela ele revelava sua presença no tabernáculo da aliança e no templo (Êx 40.34; 1Rs 8.10s). Ela é o invólucro que impede a uma pessoa mortal o acesso imediato à presença de Deus (1Tm 6.16).

A aparição da nuvem divina desencadeou nos discípulos temor diante do maravilhoso. Deus não é apenas glorioso, mas também santo. Como Israel no Sinai (Êx 20.19), Daniel e seus companheiros (Dn 10.7-9) e João (Ap 1.17), também os discípulos se assustaram com a proximidade imediata do Todo-Poderoso.

Da nuvem ouviu-se uma voz dirigida aos discípulos. Aquela voz dos céus já soara uma vez no Jordão, quando o Senhor foi batizado, e mais tarde quando foi sagrado sumo sacerdote da nova aliança (Jo 12.28). Jesus não é chamado, como nas demais vezes, de Filho amado de Deus, mas de “meu Filho, o eleito”. Dessa maneira destaca-se a diferença da eleição especial para a obra de Deus em relação à obra dos dois homens de Deus do AT. A solicitação “a ele ouvi!” é uma repercussão de uma palavra de promessa que foi publicada pelos lábios de Moisés (Dt 18.15; Is 42.1). Por isso, Jesus, que não apenas proclamava o que Deus falava como Moisés e Elias, na condição de servo, mas como Filho e Mandante, precisa ser ouvido.

Os três sinóticos relatam que depois do desaparecimento dos dois homens de Deus do AT “Jesus foi achado sozinho”. Estava novamente diante deles em sua aparência terrena anterior. Moisés e Elias e a nuvem haviam desaparecido. Passara a sublime hora da graça. Cumpria retornar à realidade terrena e ao caminho da vocação. Em breve foram assediados por tribulações e sofrimentos, aos quais cabia superar.

Conforme Lucas, a ordem de calar-se acerca do acontecido, que o Senhor deu aos discípulos segundo Mateus e Marcos, foi obedecida por iniciativa própria. Os dois primeiros sinóticos mencionam que qualquer notícia a respeito disso só deveria ser dada aos outros após a ressurreição. A narrativa de uma experiência dessas apenas teria favorecido o entusiasmo carnal. Depois da ressurreição e ascensão a descrição da transfiguração não era mais perigosa. Há tempo próprio para testemunhar as revelações da graça de Deus. Aquilo que a transfiguração do Senhor significou para Pedro pode ser constatado em sua carta. Considerou-a como profecia da glória futura (2Pe 1.17-19).

6. A cura do lunático – Lc 9.37-43a

[Comentário Esperança, Mateus, p. 305, Marcos, p. 274ss]

Imediatamente depois da história da transfiguração os três evangelhos sinóticos trazem a cura do menino possesso ou lunático. O presente evangelista destaca mais a possessão do paciente. Essa história mostra com clareza que, além da cura do enfermo, o objetivo de Jesus era conduzir os discípulos a uma fé mais sólida e a um contato íntimo de oração com Deus.

a) O pedido do pai preocupado – Lc 9.37-40

37 – No dia seguinte, ao descerem eles do monte, veio ao encontro de Jesus grande multidão. [Mt 17.14-23; Mc 9.14-32]

38 – E eis que, dentre a multidão, surgiu um homem, dizendo em alta voz: Mestre, suplico-te que vejas meu filho, porque é o único.

39 – um espírito se apodera dele, e, de repente, o menino grita, e o espírito o atira por terra, convulsiona-o até espumar; e dificilmente o deixa, depois de o ter quebrantado.

40 – Roguei aos teus discípulos que o expelissem, mas eles não puderam.

O monte da transfiguração forma um vivo contraste com o mundo da miséria, a geração incrédula no sopé do monte. Lucas data a descida do monte no dia subsequente à transfiguração. O sono dos discípulos e a oferta de Pedro de construir três cabanas revelam que a transfiguração aconteceu à noite, e a descida do monte na manhã seguinte. De forma plástica, Marcos descreve o retorno até os outros nove discípulos, que estavam rodeados de uma grande multidão e de escribas envolvidos em uma controvérsia. As palavras de Jesus sobre a incapacidade dos discípulos não constam em Lucas (Mc 9.28s). Com simplicidade, ele menciona que o enfermo é filho do pai que suplica, um traço que encontramos diversas vezes neste autor (Lc 7.12; 8.42).

De acordo com o conteúdo de todos os relatos sinóticos, o menino era mudo e surdo. O sintoma evidente do quadro patológico aponta para a epilepsia, cujos ataques, segundo a nota particular de Mateus, estavam associados às mudanças da lua. Lucas enfatiza mais a possessão demoníaca. Os discípulos, que conforme Lc 10.17 externaram sua alegria pelo fato de que no nome de Jesus os demônios se submetiam a eles, não conseguiram resultado algum no caso do menino. Agora os apóstolos não eram capazes de realizar os feitos de cura que praticaram em seu primeiro trajeto de pregação longe do Senhor (Lc 9.6,10). A eficácia desse dom da graça de fato depende completamente da fé, tanto naquele que a possui quanto naquele que a busca.

b) A cura pelo próprio Jesus – Lc 9.41-43a

41 – Respondeu Jesus: Ó geração incrédula e perversa! Até quando estarei convosco e vos sofrerei? Traz o teu filho.

42 – Quando se ia aproximando, o demônio o atirou no chão e o convulsionou; mas Jesus repreendeu o espírito imundo, curou o menino e o entregou a seu pai. [Lc 7.15]

43a – E todos ficaram maravilhados ante a majestade de Deus.

Dos relatos de Mateus e Lucas não se pode deduzir a quem Jesus se refere ao citar a geração incrédula e perversa. Foi a incredulidade de Israel e de seus discípulos que lhe arrancou essa exclamação de lamento. É a antiga lamentação de Deus sobre Israel, registrada no cântico de Moisés (Dt 32.20), em Isaías (Is 1.2) e no discurso de defesa de Estêvão (At 7.51s).

Ao perguntar quanto tempo terá de permanecer com eles e suportá-los, Jesus critica a falta de autonomia deles. Em breve terá de deixá-los. Muitas vezes eles desafiaram sua paciência e indulgência. O Senhor precisou ter grande paciência com a falta de receptividade e lerdeza de seus corações.

Jesus, o médico ajudador, não perdeu a paciência, mas estava pronto a socorrer. A proximidade do Senhor deixou o demônio furioso. Não surpreende que o diabo lutasse da forma mais terrível no menino quando este foi conduzido a Cristo. Pelo fato de que graça e poder pessoais irradiavam em direção dele, Satanás era mais fraco. Jesus repreendeu o demônio que se havia apoderado do menino, para que saísse dele.

7. O segundo anúncio da paixão – Lc 9.43b-45

43b – Como todos se maravilhassem de quanto Jesus fazia, disse aos seus discípulos:

44 – Fixai nos vossos ouvidos as seguintes palavras: o Filho do Homem está para ser entregue nas mãos dos homens.

45 – Eles, porém, não entendiam isto, e foi-lhes encoberto para que o não compreendessem; e temiam interrogá-lo a este respeito.

Os outros dois sinóticos (Mt 17.22s; Mc 9.30-32), especialmente Marcos, relatam que Jesus fez sua segunda profecia da paixão depois de retornar de Cesaréia de Filipe para a Galiléia, mais precisamente para Cafarnaum. Divergindo de Mt e Mc, Lucas não combina essas palavras do Senhor nem geográfica nem cronologicamente com o acontecimento prévio, mas é um ponto de vista objetivo que condiciona a conexão com o que foi relatado anteriormente. O povo estava como que ofuscado pelo feito milagroso de Jesus. De maneira muito enfática o Senhor dirige-se aos discípulos, dizendo: “Acolhei em vossos ouvidos!” Jesus não se deixa seduzir ou desviar do caminho pelo

entusiasmo popular. Os apóstolos também devem entender corretamente as palavras da multidão e de forma alguma conceder-lhes peso em demasia.

Como um lamento soam em Lucas as enérgicas palavras aos discípulos, que fizeram ouvidos moucos ao segundo anúncio da paixão. A descrição da ignorância e insegurança dos discípulos faz com que reconheçamos Lucas como um excelente psicólogo. A causa principal de sua ignorância era que um véu cobria seu olhar interior. A opinião do Senhor, de que ele teria de ser entregue nas mãos dos humanos conforme o desígnio de Deus, era inconcebível para eles. Jesus era o único que poderia ter-lhes clareado a escuridão. Eles, porém, não tinham coragem de perguntar-lhe. Em Mt 17.23, sua tristeza era a única coisa que não os deixava alcançar a visão clara. O temor de que todas as suas esperanças seriam destroçadas impedia-os de perguntar com mais pormenores ao Senhor acerca daquilo que ele lhes anunciava.

a) A disputa entre os discípulos – Lc 9.46-48

[Comentário Esperança, Mateus, p. 311ss, e Marcos, p. 280ss]

46 – Levantou-se entre eles uma discussão sobre qual deles seria o maior.

47 – Mas Jesus, sabendo o que se lhes passava no coração, tomou uma criança, colocou-a junto a si

48 – e lhes disse: Quem receber esta criança em meu nome a mim me recebe; e quem receber a mim recebe aquele que me enviou; porque aquele que entre vós for o menor de todos, esse é que é grande.

Entre os discípulos do Senhor surgiu um pensamento de discórdia. Discutiam acerca de quem seria o maior entre eles. Enquanto Jesus via diante de si a cruz, os apóstolos esperavam pelo senhorio real do Messias de acordo com a sua concepção. Os eventos dos últimos dias talvez pudessem servir de ensejo para uma disputa dessas. A palavra a Simão acerca da rocha da igreja; a experiência dos três mais íntimos na noite da transfiguração; o milagre do pagamento do imposto com o estáter encontrado na boca do peixe (Mt 17.24-27); o entusiasmo popular após a cura do menino epilético, tudo isso podia estimular o ciúme e a mentalidade mundana dos discípulos.

O Senhor toma uma criança, colocada ao lado deles, como objeto de suas explicação. Por meio dela visa explicitar a verdadeira humildade e amor, em contraposição à irritação e ao desprezo aos pequenos. A disputa pela importância no reino de Cristo representa um contraste com a humilhação espontânea do Senhor.

Diversas vezes os apóstolos foram tentados e contagiados pelo orgulho espiritual. Muitas vezes manifestava-se neles a idéia de ter grande preferência e usufruir um alto grau de glória no reino de Deus. Jesus, que não afirma que não se deve esperar nada disso, conduziu-os de volta aos trilhos certos. Mostrou-lhes o caminho que passa pelo sofrimento humilde até a glória (cf. Mt 20.20-24; 19.27s; Lc 22.24-27).

A vantagem da criança em relação aos adultos não consiste em sua inocência ou pureza natural, mas na inclinação para a fé, na singeleza e humildade, sobretudo no fato de ser livre de hipocrisia. Por isso a graça de Cristo promete às crianças o reino de Deus, não por causa de seus méritos, mas por causa de sua receptividade para dádivas presenteadas.

Jesus recomenda aos discípulos que aceitassem uma criança dessas com base em seu nome. Quem acolhe com amor os pequenos de acordo com a vontade e instrução de Jesus, torna-se humilde, porém acolhe dentro de si ao próprio Jesus e a Deus, o maior de tudo.

b) O ciúme de João contra um de fora – Lc 9.49-50

49 – Falou João e disse: Mestre, vimos certo homem que, em teu nome, expelia demônios e lho proibimos, porque não segue conosco.

50 – Mas Jesus lhe disse: Não proibais; pois quem não é contra vós é por vós.

É apenas em ocasiões muito raras que João aparece ativamente na narrativa evangélica. Naquela ocasião, porém, ele parece ter estado muito agitado (cf. também sua atuação imediatamente subsequente, em Lc 9.34ss, e outra igualmente notória, um pouco posterior, em Mt 20.20ss). A ligação com a ocorrência anterior é mais simples do que os críticos pensam. Depois que Jesus, nas palavras anteriores, deu tamanha ênfase a seu nome, João teme que, por precipitação, uma pessoa cometa um crime de lesa-majestade contra esse glorioso nome.

Essa manifestação, colocada diretamente após os fatos anteriores, contribui para a explicação de alguns trechos de todo o discurso (Mt 18), que aparentemente se situa nessa época. Os *pequenos*, em relação aos quais é preciso precaver-se para não irritá-los (Mt 18.6), que o bom Pastor visa tornar bem-aventurados (Mt 18.11-13), e dos quais nenhum há de perecer, segundo a vontade de Deus (Mt 18.14), são os iniciantes na fé, como aquele contra o qual os discípulos haviam sido intolerantes.

“Constata-se”, declara Meyer, “que também fora do círculo dos discípulos regulares de Jesus havia pessoas em que sua palavra e suas obras haviam suscitado um poder superior, maravilhoso. Essas fagulhas desprendidas do grupo dos discípulos haviam incendiado, aqui e acolá, fogos isolados do foco central.” – Será que esses focos de incêndio deveriam ser apagados? Era uma questão complexa. Pessoas que não haviam vivido em contato regular com Jesus poderiam fazer uso da fama que conquistavam para difundir equívocos.

A resposta de Jesus é muito magnânima e sublime. Uma pessoa que se reporta ao nome dele não deve ser considerada adversária, mas mesmo em sua posição isolada devemos encará-la como aliada.

Os versículos recém-comentados encerram a grande e maravilhosa atuação de Jesus na Galiléia. Estando no auge de seu trabalho, “ele volta o semblante diretamente para Jerusalém”, para dirigir-se até lá e doar a vida como sacrifício para a redenção da humanidade.

Treitschke, esse privilegiado conhecedor da história universal, opinou certa vez sobre Frederico Magno: “Por fim obteve ainda aquele favor do destino de que também o gênio necessita para que imprima em uma era inteira a marca de seu espírito: a sorte de desenvolver-se plenamente em uma vida longa.” Também Goethe experimentou essa felicidade. Jesus, que não apenas imprimiu sua marca a uma era, mas ao mundo todo e em todos os tempos, abriu mão dela.

Maomé teve 22 anos para atuar. Buda teve 45. Jesus dificilmente atuou por mais de dois anos. Morreu pouco tempo depois de ter entrado na casa dos trinta anos. E esse homem, com uma obra de vida tão curta, causou impacto tão grande durante séculos que por uma questão de justiça não podemos igualá-lo a quaisquer outras pessoas mesmo do ponto de vista meramente humano. Na história universal não há ninguém que tenha chegado perto de tornar-se tão influente quanto ele (Borchert).

SEÇÃO IV

A TRAJETÓRIA DE JESUS DA GALILÉIA PARA JERUSALÉM – LC 9.51-19.27

Aqui começa a grande inclusão ou o chamado relato de viagem que vai de Lc 9.51 a Lc 18.14, e até mesmo a Lc 19.27, apresentado unicamente por Lucas. Mateus (Mt 19.1-20.34) e Marcos (Mc 10) relatam essa viagem apenas de forma sucinta. Lucas, porém, informa um itinerário mais demorado fora das fronteiras da Galiléia. Aquilo que ele relata são narrativas conexas de uma perambulação variada, embora o Senhor sempre visasse a Jerusalém como alvo final da viagem. O evangelista compõe várias viagens secundárias da última viagem da Páscoa (cf. Lc 10.38; 13.22; 14.25; 17.11; 18.35). Por fim Jesus circulou sempre fora da Galiléia, na Peréia, Samaria e Judéia (Lc 10.13ss). Uma vez atingiu, vindo do sul, a fronteira com a Galiléia (Lc 17.11; cf. Jo 11.54). Por um período mais longo permaneceu na região de Efraim, viajando por Jericó e Betânia até Jerusalém. É uma viagem grande, de longa duração, na qual o Senhor ia constantemente de um lado para outro, ora em uma direção, ora em outra, permanecendo às vezes um tempo maior em uma cidade ou região, partindo depois novamente para alcançar Jerusalém, o destino definitivo da viagem. A permanência de Jesus em Betânia (Lc 10.38; Jo 11) e novamente na fronteira da Galiléia e na Samaria (Lc 17.11) explica-se facilmente quando a primeira passagem é relacionada com a presença de Jesus em Jerusalém para a festa da dedicação (Jo 10.22) e a segunda é associada à sua permanência em Efraim (Jo 11.54). O Senhor aproveitou o tempo que ainda lhe restava para uma atividade intensa. Preparava-se principalmente para sua paixão e morte em Jerusalém.

Lucas encerra a atuação de Jesus no mesmo ponto que Marcos. O início do relato de viagem de Lucas talvez cause a impressão de que o Senhor previu uma viagem rápida até Jerusalém. Contudo, a visão de conjunto é a mesma trazida também por Marcos e Mateus. Os dois primeiros sinóticos tampouco informam sobre uma caminhada rápida de Cafarnaum a Jerusalém, mas ainda mencionam uma permanência nas regiões do Jordão. Além disso, o presente relato de viagem pode ser harmonizado com a descrição de João. A observação em Jo 7.10, de que Jesus não viajou aberta, mas

secretamente para Jerusalém, poderia ser explicada pela circunstância de que ele não peregrinou com a caravana festiva pela rota usual, mas passou pela Samaria para chegar à cidade santa. Sua chegada no meio da festa pode ser atribuída ao prolongamento de uma trajetória intencionalmente mais lenta.

No relato de viagem por Lucas há trechos doutrinários que também Marcos situa nesse período. Antes deles, Lucas oferece uma grande coletânea de narrativas. Aqui ele relaciona diversas palavras de Jesus mencionadas também por Mateus. Esses ditos são formulados e agrupados de maneira diferente por Lucas.

O relato de viagem (Lc 9.51-19.27), que perfaz quase um terço do evangelho de Lucas, é subdividido em três blocos por meio de três versículos (Lc 9.51; 13.22; 17.11) que enfatizam o alvo da viagem para Jerusalém. A grande inclusão traz, por conseguinte: 1) o começo da viagem para Jerusalém (Lc 9.51-13.21); 2) uma série de relatos de viagem (Lc 13.22-17.10); 3) os últimos eventos da viagem (Lc 17.11-19.27).

A. O começo da viagem da Galiléia para Jerusalém – Lc 9.51-13.21

O primeiro trecho da narrativa de viagem de Lucas contém duas inclusões (Lc 11.14-12.59 e 13.10-21). Comentaristas mais antigos definem-nas como adendos posteriores à atividade de Jesus na Galiléia. De fato acredita-se que o conteúdo desses blocos remete de volta à época na Galiléia. Essa concepção, no entanto, é apenas uma tentativa de, no interesse de uma harmonização dos evangelhos, enquadrar essas partes cronologicamente na vida de Jesus.

Na verdade, cabe ater-se ao fato de que Lucas não observa uma seqüência cronológica exata nem no relato da viagem, mas compõe diversos materiais de acordo com o conteúdo.

1. A falta de hospitalidade dos samaritanos – Lc 9.51-56

51 – E aconteceu que, ao se completarem os dias em que devia ele ser assunto ao céu, manifestou, no semblante, a intrépida resolução de ir para Jerusalém

52 – e enviou mensageiros que o antecedessem. Indo eles, entraram numa aldeia de samaritanos para lhe preparar pousada.

53 – Mas não o receberam, porque o aspecto dele era de quem, decisivamente, ia para Jerusalém.

54 – Vendo isto, os discípulos Tiago e João perguntaram: Senhor, queres que mandemos descer fogo do céu para os consumir?

55 – Jesus, porém, voltando-se os repreendeu [e disse: Não sabeis de que espírito sois?

56 – Porque o Filho do Homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las].E seguiram para outra aldeia.

As palavras entre colchetes não ocorrem na maioria dos manuscritos.

Esse relato pertence ao material exclusivo de Lucas. As palavras introdutórias são formuladas em estilo solene e grave, indicando a partida de Jesus da Galiléia para Jerusalém: Lucas fala de um cumprimento dos dias de sua acolhida. O termo grego *analempsis* = “acolhida”, junto com algumas passagens (Mt 16.19; At 1.2,11,22; 1Tm 3.16), não permite que se pense apenas na “Ascensão”. Pelo fato de que se fala de um cumprir os dias, e não de um “dia”, não é possível que se tenha em mente um momento determinado, como o dia da ascensão apenas. Pelo contrário, trata-se dos dias de sua paixão e morte, que antecederam o alvo de sua trajetória na terra, a acolhida no céu. Por isto, a acolhida abrange tudo, morte e ascensão, que faz parte da saída desta terra e da entrada no céu. Ele iniciou a caminhada para Jerusalém consciente de que não veria mais a Galiléia. Quando Lucas escreve: “Ele firmou ou fortaleceu seu semblante para ir a Jerusalém”, isso expressa sua soberana, destemida, refletida e vigorosa resolução.

Jesus escolheu o itinerário mais curto, pela Samaria, para chegar a Jerusalém. Os galileus também costumavam usar essa rota para ir às festas em Jerusalém, como informa Josefo. Desse modo, Jesus alcançou uma aldeia samaritana na fronteira meridional da Galiléia no final do primeiro dia. Seus companheiros provavelmente não eram apenas os doze apóstolos, mas também um numeroso grupo de discípulos e discípulas (cf. Lc 23.49,55; 8.1s). Enviou mensageiros para procurar por alojamento. Os samaritanos de forma alguma se mostraram hospitaleiros diante do Senhor e seus acompanhantes na viagem. Frequentemente havia lutas sangrentas entre samaritanos e judeus quando estes

eventualmente passavam pela Samaria. Supõe-se que os samaritanos estivessem revoltados contra Jesus porque não os beneficiava com seus milagres e curas durante seu caminho para Jerusalém.

Os dois filhos de Zebedeu, Tiago e João, sentiram que a rejeição de Jesus era uma atitude que merecia o juízo de aniquilamento por Deus. A pergunta a Jesus, que manifestou sua ira, é compreensível em vista da instrução do Senhor em Lc 9.5 acerca de seu comportamento diante de casas e cidades em que lhes era negada uma acolhida hospitaleira.

Acreditavam (de acordo com manuscritos mais tardios: “como também fez Elias”) que tinham o direito de fazer cair fogo do céu para a destruição dos que tinham atitude hostil (cf. 2Rs 1.10,12). Jesus voltou-se e repreendeu-os da forma como outrora repreendera a febre (Lc 4.39), a tempestade (Lc 8.24) e o demônio (Lc 9.42). – Manuscritos mais recentes, como a *Koiné*, o Códice D e o Coridetano acrescentam nos v. 55s: “e disse: Não sabeis de que espírito sois? Porque o Filho do Homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las” (cf. Lc 19.10; Jo 3.17).

Deveriam saber que seu espírito era outro do que o espírito que no passado impelira Elias a executar uma sentença de punição. A característica do Espírito de Cristo é curar, ajudar e salvar da morte. Em nenhum evangelho se fala de milagres de Jesus usados para punir. A narrativa termina com a observação de que foram para outra aldeia, a fim de procurar ali um alojamento. De acordo com o teor do texto original não se tratava de uma aldeia samaritana, mas de uma aldeia judaica.

2. Três espécies de seguidores do Senhor – Lc 9.57-62

[Comentário Esperança, Mateus, p. 139ss]

57 – Indo eles caminho fora, alguém lhe disse: Seguir-te-ei para onde quer que fores.

58 – Mas Jesus lhe respondeu: As raposas têm seus covis, e as aves do céu, ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça.

59 – A outro disse Jesus: Segue-me! Ele, porém, respondeu: Permite-me ir primeiro sepultar meu pai!

60 – Mas Jesus insistiu: Deixa aos mortos o sepultar os seus próprios mortos. Tu, porém, vai e prega o reino de Deus.!

61 – Outro lhe disse: Seguir-te-ei, Senhor; mas deixa-me primeiro despedir-me dos de casa!

62 – Mas Jesus lhe replicou: Ninguém que, tendo posto a mão no arado, olha para trás é apto para o reino de Deus.

Os dois primeiros diálogos das três breves conversações sobre seguir a Jesus são trazidos também por Mateus, em coincidência quase literal (cf. Mt 8.19-22). Marcos omite os três diálogos. O terceiro diálogo faz parte do material exclusivo de Lucas. O primeiro evangelista sinótico situa as duas conversas no início da atuação de Jesus na Galiléia; já em Lucas, ao serem situadas no começo da caminhada para Jerusalém, numa época em que se aproximava o fim do Senhor, as conversas apresentam a profunda seriedade do discipulado de Cristo. Seguir a Jesus em sua última viagem a Jerusalém, em sua trajetória para a morte, é realmente uma vida em completa autonegação, fadiga e luta.

Nessa caminhada, uma pessoa, que segundo Mateus era um escriba, ofereceu-se para seguir ao Senhor para onde quer que ele fosse. Sem ter sido convocado por Jesus, prontificou-se a ser seu companheiro de viagem. Falava um linguajar de excitado entusiasmo, cedendo à impressão do momento.

A resposta do Senhor a essa proposta permite reconhecer que o desconhecido havia tomado a decisão de forma precipitada, sem uma ponderação madura. Jesus visa motivá-lo para uma reflexão sóbria, para que ele considerasse quão pouco descanso e conforto o caminho do discipulado oferece. O Filho do Homem, Rei e Mandatário da criação, possui menos que as criaturas irracionais. As raposas sobre o chão e os pássaros no ar possuem seu abrigo. Jesus é completamente apátrida. Quem deseja seguir o caminho com o Senhor decididamente não escolhe uma sorte invejável.

Uma vez que Jesus respondeu adversamente ao que se ofereceu a segui-lo, acaba convocando outra pessoa (segundo Mateus, outro discípulo) para segui-lo. Provavelmente tratava-se de um discípulo em sentido mais amplo, mais precisamente na acepção de Jo 6.66. O escriba acima referido decidiu-se de forma leviana demais, o outro discípulo foi lerdo demais. Jesus não cede à sua solicitação; que deixasse que os mortos enterrassem seus próprios mortos. Na primeira parte da frase

o Senhor pode ter se referido aos espiritualmente mortos (cf. Ef 2.1s; Jo 5.24s). Tais pessoas devem sepultar as pessoas de sua própria categoria. A lei liberava o sumo sacerdote e o nazireu do dever em relação a familiares mortos (Nm 6.6s). Pregar o reino de Deus é uma finalidade muito mais sublime que sepultar um morto. O Senhor não queria que a pessoa convocada por ele se deixasse deter em sua incumbência superior para cumprir um dever em relação ao pai falecido.

De acordo com o terceiro diálogo relatado por Lucas, uma pessoa apresenta-se espontaneamente, como a primeira, para seguir o Senhor. Contudo hesitou, como o segundo. Jesus não o detém nem o pressiona. Apesar de sua oferta, o discípulo não queria começar imediatamente a seguir ao Senhor. Pediu ao Senhor, como no passado Eliseu, que pudesse primeiro despedir-se dos familiares. Jesus não podia conceder o que fora permitido a Eliseu (cf. 1Rs 19.19-21). A resposta do Senhor, que remete ao lavrador, demanda dedicação integral à causa do reino de Deus.

Os vs. 57-62 respondem a duas perguntas: O que Deus me dá? e: O que dou eu a ele? Da perfeição de Deus resulta que ambas as perguntas obtêm a mesma resposta. O que Deus me dá? Tudo: um amor total, um cuidado total que abrange corpo e alma, um perdão total que cobre toda a minha culpa, um auxílio total que alcança até a vida eterna. O que dou eu a Deus? Tudo: uma vontade resoluto, não hesitante nem oscilante, uma obediência total sem reservas, um amor total que submete ao serviço dele toda a força e todas as capacidades.

Olhando mais uma vez de forma panorâmica para os v. 57-62, precisamos dizer: “Quem jamais exigiu mais que Jesus? Contudo, quem jamais prometeu e retribuiu mais do que ele?”

Os discípulos de Jesus entenderam muito bem e integraram essas três demandas de Jesus a seus seguidores em sua posterior atuação e pregação evangelísticas: seriedade sagrada, decisão total, despojamento total de si mesmos!

Paul Feine opina como segue: “Na igreja do primeiro cristianismo pressupõe-se como norma que toda pessoa que adere à igreja realiza uma ruptura total e completa com o passado, voltando-se integralmente a Deus, agarrando pela fé a redenção em Cristo e sendo dotado do poder do Espírito Santo (cf. At 8.15 e 19.1-6), de modo que sua conduta de vida passa a ser outra” (*Bekehrung im Neuen Testament und in der Gegenwart*, p. 13).

Com quanto radicalismo os apóstolos enfatizam o antes e o agora nos membros de suas igrejas: antes inimigos de Deus, que estavam longe dele, agora seus filhos e perto dele, antes na morte, agora regenerados para a vida, antes perdidos, agora salvos pela fé, antes inseguros quanto à sua condição interior, agora certos da salvação! Essa diferença entre o miserável passado e a ditosa atualidade destaca-se com grande nitidez em todo o NT (cf. Rm 6.21s; 2Co 5.15-17; Cl 1.13s,21s; 2.13s; 1Tm 1.12ss; 1Pe 2.24s; 1Jo 3.14).

Atos dos Apóstolos 2.41 mostra que havia um vínculo sólido com nessa igreja, ao dizer: “Foram acrescentados.” At 5.13 mostra que esse grupo de crentes era nitidamente delimitado, radicalmente separado do mundo e dos não-convertidos: “Ninguém de fora tinha coragem de se juntar ao grupo deles, mas o povo falava muito bem deles.” Quando lemos na carta de Judas e também em algumas outras passagens que algumas pessoas haviam se imiscuído sorrateiramente, isso tratava-se sempre de exceções que em breve eram descobertas e expulsas.

3. O envio dos setenta discípulos – Lc 10.1-24

[Comentário Esperança, Mateus, p. 173ss]

Estava encerrada a atuação de Jesus na Galiléia (Lc 10.13).

a) A escolha dos setenta e a necessidade de seu envio – Lc 10.1s

1 – Depois disto, o Senhor designou outros setenta (setenta e dois – discípulos); e os enviou de dois em dois, para que o precedessem em cada cidade e lugar aonde ele estava para ir.

2 – E lhes fez a seguinte advertência: A seara é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara!

A nomeação dos setenta discípulos foi precedida de vários acontecimentos. As palavras iniciais do versículo, “Depois desses acontecimentos, porém”, apontam para o que havia acontecido, a escolha dos doze apóstolos. As palavras de introdução situam-nos no período depois da partida de Jesus da Galiléia para Jerusalém. O fato de que o Senhor determina também outros servos pela escolha para o seu serviço (cf. At 1.24) confirma que essa atividade não era a prerrogativa dos doze apóstolos. “Os

outros discípulos”, que o Senhor designou, receberam uma consagração solene que se revestia de características oficiais (cf. Lc 1.80). A expressão grega para “também outros” ou “ainda outros” caracteriza os setenta (setenta e dois) como diferentes dos doze. Aos doze o Senhor manteve junto de si. Agora, quando o fim estava próximo, ele não desejava interromper seu trabalho pessoal nos doze. Visava continuar a prepará-los pessoalmente para seu ministério apostólico separadamente do grande número dos demais discípulos.

Portanto, não apenas o envio dos setenta mostra que a pregação do evangelho e toda a atuação em nome de Jesus não deveriam ser uma prerrogativa exclusiva *dos doze apóstolos*, mas também o que já fora dito em Lc 9.59s. O envio dos setenta nesse ponto decisivo da vida de Jesus era uma última visitação de graça. A inimizade contra o Senhor deveria ser superada com o evangelho. Seu ministério era considerado como trabalho preparatório e abertura de caminhos para a última peregrinação do Senhor. Sua pregação foi um testemunho derradeiro sobre o reino de Deus que se havia aproximado. A dispersão dessa mensagem pelos setenta atestava que a obra do Senhor não era mais assunto oculto, mas um empreendimento missionário.

O Senhor separou setenta, ou setenta e dois, discípulos para a ação transitória. Esse número redondo e simbólico corresponde, ao lado do número doze (Êx 15.27), aos setenta anciãos no Israel do AT (Êx 24.1; Nm 11.16); é praticamente um “anti-Sinédrio” do novo reino da graça.

Jesus orientou os discípulos a sair em duplas, a fim de permitir-lhes que usufríssem da bênção da “irmandade”. Afinal, dois é melhor que um. Quando um cai, o outro o ajuda a levantar-se (cf. Ec 4.9). Dessa maneira elimina-se qualquer sustentação bíblica para o trabalho solitário. O envio de duas testemunhas da fé é mencionado diversas vezes na Escritura (cf. Mc 6.7). Entre os doze, Pedro e João formavam uma dupla, em Atos dos Apóstolos foram Paulo e Barnabé (At 13.2; cf. 15.39s); este dispositivo prevalece até mesmo para as duas testemunhas do fim dos tempos (Ap 11).

Como já em Mt 9.39s, o Senhor fundamenta a necessidade do envio dos setenta com uma ilustração da colheita. Na Sagrada Escritura o trabalho de colheita diversas vezes constitui uma imagem fixa para o fim dos tempos (cf. Jl 3.13; Mt 3.12; Lc 3.17; Ap 14.15). Por exemplo, também Paulo compara o julgamento derradeiro com a colheita (Gl 6.7s). Jesus enviou os doze e os setenta para colher. Em decorrência, o Senhor compara a proclamação da boa nova com o trabalho de colheita. Reunir o povo de Deus que vive disperso equivale a recolher os feixes no celeiro. Ainda que Israel tenha sido “um povo abandonado”, não obstante o amor compassivo de Jesus o considera como lavoura de Deus na ilustração da colheita. A ênfase da metáfora recai sobre todo o trabalho penoso até que um campo esteja maduro para a colheita. Os trabalhadores não são apenas os segadores que cortam o fruto, amarram os feixes e os levam ao celeiro, mas os servos que realizam todo o trabalho inicial que prepara a futura colheita.

Nesse povo, no “povo abandonado” de Deus, o trabalho necessário de colheita é tão grande que os trabalhadores são insuficientes. Na realidade não faltam mercenários, porém no reino de Deus há grande carência de obreiros que trabalhem corretamente (1Co 3.9; 1Tm 5.17; 2Tm 2.15; cf. Fp 2.20-23). Pessoas que possuem nome ou título de servo de Cristo ainda não são, por isso, os verdadeiros servos na grande colheita de Deus.

Jesus dá aos setenta (setenta e dois) a instrução de pedir ao Senhor da colheita que envie trabalhadores a sua grande colheita. Por causa de sua humildade, ele dirige os olhares dos discípulos para o Pai. No fundo trata-se também de sua própria lavoura e colheita, e é ele que também envia os trabalhadores. A solicitação “Rogai ao Senhor!” constitui a parte mais importante de todo o discurso. O Senhor espera pela oração em prol do envio dos trabalhadores na colheita. A oração é e nunca deixa de ser o principal! A oração gera e cria os trabalhadores para o Senhor! – Quem puder entender que entenda!

O Senhor, que levou seus discípulos a rogar por trabalhadores na colheita, continua dizendo que trabalhadores são enviados à sua plantação. – Literalmente, o sentido do texto original é: “Peçam ao Senhor da colheita que lance, expulse trabalhadores para a sua colheita!” Assim se alude à forte pulsão do Espírito (cf. Mc 1.12; Mt 10.1; Jo 12.31) e ao envio vigoroso (Lc 4.29). Contrariando todas as objeções da carne, o Espírito de Deus precisa arrebatá-los e derrotar pessoas, torná-las firmes e preparadas e, na seqüência, também enviá-las.

b) Os perigos do envio, os apetrechos e a pressa dos emissários – Lc 10.3s

3 – Ide! Eis que eu vos envio como cordeiros para o meio de lobos.

4 – Não leveis bolsa, nem alforje, nem sandálias; e a ninguém saudeis pelo caminho!

Junto com a ordem “Ide!”, o Senhor sinaliza aos setenta (setenta e dois) que se defrontarão com hostilidades muito severas por parte das pessoas, em cujas mãos estarão indefesos. É impossível que eles ofereçam a menor resistência às pessoas hostis. Quando anunciam a mensagem do reino de Deus, eles são iguais a ovelhas no meio de lobos. Cabe notar que os discípulos não são enviados “aos lobos”, mas “*para o meio de lobos*”. Isso ilustra o aspecto indizivelmente penoso do envio dos mensageiros de Jesus. Essa palavra anuncia aos mensageiros a perseguição de sua pessoa e a rejeição de sua mensagem. Isso é muito mais que “não acolher” ou “não ouvir” a pregação.

O envio das ovelhas para o meio de lobos era proverbial em Israel. Se a penetração dos lobos em um rebanho de ovelhas já representa um grande perigo, quanto mais perigoso será enviar e remeter, contrariando todo o bom senso, ovelhas isoladas para dentro de uma alcatéia de lobos! As indefesas ovelhas devem viver, atuar e permanecer entre lobos, e até mesmo superá-los. Isto é inimaginável e inconcebível! Contudo, Deus assim o determinou! Que não esqueçamos isso especialmente quando os lobos se tornarem cada vez mais numerosos e temíveis nos tempos finais! Foi o Senhor que o disse!

Recordando Mt 7.15, “lobos” são os falsos pastores e falsos profetas de Israel, cuja atitude natural é receber o mensageiro do Senhor com ódio mortal. Jesus revela toda a perspectiva de sofrimento abertamente e sem escrúpulos aos discípulos.

A segurança para um envio tão perigoso, o equipamento para uma incumbência tão avessa à sensatez na luta entre ovelhas e lobos não está em levar qualquer tipo de armamento, mas nas palavras: “Eu vos envio”. E isso basta.

Assim como, pois, os setenta discípulos não devem estar munidos de armas de defesa diante dos perigos no meio de lobos, assim eles também não devem equipar-se com a bagagem usual de viagem. A instrução de que nem sequer levem consigo algo além da roupa necessária para a caminhada, tem o objetivo de que fiquem única e exclusivamente atentos ao cumprimento de seu envio.

Interpreta-se de diferentes maneiras o adendo de não saudar ninguém no trajeto ou a caminho. Essa instrução de comportamento tem um protótipo no AT (2Rs 4.29). De acordo com uma das interpretações, a palavra de não saudar representa uma ordem referente à urgência. Outros comentaristas consideram essa instrução como proibição de buscar o favor de alguém. Essa segunda explicação, de buscar obter um favor saudando alguém, por mais cerimoniosa que seja, é bastante inconcebível. A saudação oriental é muito demorada. Em um encontro desses, todos os votos costumeiros de bênção, abraços, beijos, pedidos de informação e discursos podem causar uma parada que consome tempo, e que é indesejável para quem tem pressa. Esta proibição de forma alguma veta a simples e singela saudação: “Paz seja contigo!”

c) O comportamento dos discípulos durante seu ministério – Lc 10.5-11

As palavras de Jesus aqui proferidas não têm paralelo em Lc 9 e Mc 6, mas no conteúdo correspondem ao que o Senhor disse aos doze apóstolos conforme Mt 10.10-15. Sem dúvida cabe levar em conta que há uma diferença justificada e significativa entre o relato de Mateus e o de Lucas, como a explicação demonstrará em pontos específicos. Jesus não envia os setenta para reuniões públicas ou sinagogas, mas às pessoas receptivas nas casas e nas cidades. O presente trecho concretiza nitidamente uma missão nas casas (v. 5-7) e uma missão urbana (v. 8-11).

A evangelização de uma casa – Lc 10.5-7

5 – Ao entrardes numa casa, dizei antes de tudo: Paz seja nesta casa!

6 – Se houver ali um filho da paz, repousará sobre ele a vossa paz; se não houver, ela voltará sobre vós.

7 – Permanecei na mesma casa, comendo e bebendo do que eles tiverem; porque digno é o trabalhador do seu salário. Não andeis a mudar de casa em casa!

A instrução do Senhor de que seus emissários devem cumprimentar os moradores da casa em que entrarem com uma saudação de paz confirma a idéia de que as saudações à beira do caminho era proibidas por causa da pressa, sem intencionar descortesia. Diferentemente dos apóstolos, os setenta não deveriam escolher e verificar se havia pessoas receptivas ou dignas dessa paz nas casas em que entrassem (Mt 10.11). Jesus deseja que se evite qualquer atraso desnecessário. Sem indagar pela existência de filhos da paz, cumpre-lhes oferecer a paz a cada um, com a plenitude da graça. Seus emissários são mensageiros da paz, que oferecem e trazem a verdadeira paz, e que desejam ser para

todos os filhos da paz “ajudantes” da paz eterna e da alegria plena. De bom grado seus mensageiros aderem, com amor solícito, ao costume em Israel de saudar com as palavras: “Paz a ti!” ou “Paz a vós!”

Profetas da antiga aliança e João Batista enviavam à sua frente o rigoroso “Arrependei-vos!” No NT os pregadores do reino de Deus trazem nos lábios primeiramente a saudação da paz, o que na verdade torna a sua vinda tão formosa (cf. Is 52.7).

Os mensageiros do Senhor são instruídos a visitar inicialmente uma só casa, à qual transmitem a paz que os preenche pessoalmente. Aqui a casa refere-se à família (cf. Jo 4.53; 1Co 16.15; Fp 4.22). O fato de que Jesus menciona o indivíduo, sobre o qual repousará a paz, em conjunto com sua casa significa um indício importante de que cada ser humano deve ser procurado em sua comunhão familiar.

Os emissários de Cristo, contudo, também experimentarão com frequência que oferecem a paz a pessoas que não são filhos da paz. A saudação de paz enviada ao endereço errado, no entanto, não traz dano ao mensageiro da paz, mas a paz retorna para aquele que a pronunciou de coração sincero. Os discípulos, porém, precisam contar com ambas as possibilidades, isto é, que sua mensagem de paz pode ser acolhida ou rejeitada. Mas seja como for, devem proferir a oferta de paz com integridade e seriedade. Então aquele que almeja a paz há de encontrá-la. Mas quem despreza a paz não será capaz de roubar a paz de Deus dos discípulos de Jesus.

Por causa da finalidade de serem bem-sucedidos em conquistar os moradores da casa ou família de um filho da paz para o evangelho, os setenta não devem trocar arbitrariamente de hospedeiro. Isso causaria a impressão de que estão dia após dia em busca de um tratamento melhor. Autênticos mensageiros de Cristo consideram-se membros de uma família de paz e usufruem também o alimento oferecido pela hospitalidade dos pobres. Assim como os verdadeiros discípulos de Cristo se abtêm de pregar o evangelho por causa de um lucro nefasto (1Pe 5.2; 1Tm 3.3; Tt 1.7s,11s), qual comerciantes (1Tm 6.5; Rm 16.17s), assim também não desprezam as dádivas do amor fraterno para seu necessário sustento. O Senhor da colheita, que enviou os setenta, cuida de seus trabalhadores. Ele destaca expressamente que o trabalhador é digno de seu salário. Quando há envio formal, o próprio Senhor providencia a subsistência, tornando pessoas dispostas a prover, com amor fraternal, o necessário para o obreiro do reino de Deus. De certa forma, os mensageiros de Cristo disseminam a semente espiritual na igreja, colhendo de seus membros o fruto físico (1Co 9.11). O que os servos de Jesus recebem não é esmola, mas salário digno por seu serviço.

A evangelização de uma cidade – Lc 10.8-11

8 – Quando entrardes numa cidade e ali vos receberem, comei do que vos for oferecido!

9 – Curai os enfermos que nela houver e anunciai-lhes: A vós outros está próximo o reino de Deus!

10 – Quando, porém, entrardes numa cidade e não vos receberem, saí pelas ruas e clamai:

11 – Até o pó da vossa cidade, que se nos pegou aos pés, sacudimos contra vós outros. Não obstante, sabeis que está próximo o reino de Deus!

Na instrução para a evangelização de uma cidade chama atenção que os discípulos, sem proferirem o voto de paz acima mencionado, devem comer do que lhes for oferecido. Essa “instrução para a cidade” é interpretada de duas maneiras. 1) Alguns exegetas defendem que o Senhor orientou os discípulos a consumir com gratidão, em caso de uma acolhida, o alimento oferecido, sem serem biqueiros. 2) A segunda concepção é mais convincente. Com vistas aos costumes de mesa vigentes nas cidades semigêntias, Jesus libera seus mensageiros do voto da paz e da meticulosa observação das prescrições rabínicas sobre puro e impuro (cf. Mt 15.1-3). Essa opinião é confirmada pela palavra de Paulo: “Comam o que for posto na frente de vocês” (1Co 10.27). A excursão de pregação dos setenta deveria ser mantida livre de inibições, como o permanente temor da contaminação por meio de contato exterior com a vida gentia.

Cita-se expressamente a atividade de cura de enfermos dos setenta em uma cidade hospitaleira. No caso dos setenta, a prática da cura e a pregação estavam interligadas. A derradeira e melhor coisa que os discípulos podiam anunciar a uma cidade na verdade era a proximidade do reino de Deus.

A chegada dos setenta a uma população mista de judeus e gentios talvez fosse indesejada. Nesse caso os mensageiros do Senhor são constrangidos a sair da cidade. Sacudir o pó dos pés simboliza a eliminação de qualquer comunhão intelectual com os habitantes não hospitaleiros da cidade.

A evangelização dos setenta encontraria uma alternativa ou outra. Ou as casas e cidades aceitavam a paz, ou a rejeitavam e, por consequência, eram julgadas.

Algo que não fora ordenado antes *aos doze* para o ato de visitação agora é mencionado por Lucas, a saber, que os setenta devem dizer à cidade não hospitaleira que o reino de Deus havia chegado. Aqui não se diz, como trazem diversos manuscritos e traduções, “que o reino de Deus chegou até vocês”. A omissão das duas palavras “até vocês”, trazidas para cá do v. 9, torna-se importante aqui. Apesar de rejeitado e desprezado, o reinado de Deus se aproximou, mas não deles.

d) O anúncio de juízo por Jesus contra os que desprezam seus mensageiros – Lc 10.12-16

12 – Digo-vos que, naquele dia, haverá menos rigor para Sodoma do que para aquela cidade!

13 – Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque, se em Tiro e em Sidom, se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido, assentadas em pano de saco e cinza.

14 – Contudo, no Juízo, haverá menos rigor para Tiro e Sidom do que para vós outras.

15 – Tu, Cafarnaum, elevar-te-ás, porventura, até ao céu? (resposta: não!) Descerás até ao inferno (Hades)!

16 – Quem vos der ouvidos ouve-me a mim; e quem vos rejeitar a mim me rejeita; quem, porém, me rejeitar rejeita aquele que me enviou!

A experiência de que a mensagem de paz seria rejeitada nas casas e cidades poderia desmotivar os mensageiros de Cristo. No entanto, para que os discípulos não perdessem a coragem por causa dessas experiências, Jesus assegura que essas cidades atrairão contra si a pior das condenações. Como em Mt 10.15, a ameaça de juízo é uma declaração seriíssima de Jesus, apenas com a diferença de que aqui em Lucas a ameaça de juízo é introduzida sem o “Amém”, e de que Lucas não cita Gomorra. O evangelista menciona somente Sodoma porque essa cidade havia se tornado proverbial por causa de sua grosseira violação do direito da hospitalidade (Gn 19.4-11). Os sodomitas haviam negado hospitalidade a anjos desconhecidos. Essas cidades, porém, rejeitavam os mensageiros da paz de Jesus e, por consequência, o Senhor da glória.

Ao dizer “naquele dia”, Jesus aponta para o juízo final, sem definir com maior precisão “o último dia” (cf. Mt 7.22). A catástrofe da destruição, portanto, ainda não representa a última sentença de Deus para Sodoma. O juízo que os moradores daquela cidade afundada em pecados ainda terão de enfrentar será mais suportável que o juízo sobre a cidade da qual os discípulos tiveram sido expulsos!

As palavras de Jesus para as cidades que rejeitarem seus enviados leva Jesus a lançar um olhar para as localidades que usufruíram por tanto tempo de sua presença, mas que não utilizaram este período para salvação de sua alma. Nos v. 13-15 ele as interpela com palavras muito graves.

Encontramos esse “Ai” do Senhor em termos quase idênticos também em Mateus (Veja Mt 11.21-24, cf. o exposto a respeito no Comentário Esperança, Mateus). Na verdade, Corazim não foi citada nem no AT nem por Josefo, mas é mencionada pela tradição judaica. Também no NT não ouvimos nada a respeito de uma atuação do Senhor nessa localidade, contudo ficamos sabendo, por meio dessas palavras, que atuou também ali, assim como em Betsaida. Nesse particular não é citada a pregação, mas os feitos do Senhor. Foram elas que confirmaram a pregação. Na verdade, Tiro e Sidom também serão condenadas, mas em grau menor do que aquelas. A responsabilidade que decorre da rejeição da graça situa-se no mesmo nível da magnitude da graça oferecida.

O tom nas palavras do Senhor torna-se mais emocionado tão logo surge em sua mente a imagem daquela cidade que foi mais ricamente contemplada por ocasião do derramamento da graça sobre a Galiléia: Cafarnaum. Ali Jesus havia fixado residência, de modo que ele a chamava de sua cidade (Mt 9.1). É a cidade que havia ouvido e visto o reino de Deus, o reino dos céus, em primeira mão e maior proporção, por meio de palavra e ação. Assim como o céu constitui aqui a imagem da mais sublime graça divina, assim o inferno (o Hades) é a imagem da mais profunda humilhação que será experimentada por todo aquele que rejeitar a graça.

As cidades da Galiléia, aqui citadas, e Tiro são arroladas como exemplo de outras localidades para as quais vale algo semelhante. O fato de que aqui se fala de feitos do Senhor em Corazim, dos quais os evangelhos não relatam nada, constitui uma nova comprovação de que os discípulos e testemunhas oculares não chegaram a anotar nos evangelhos tudo o que presenciaram ou todos os milagres dele (cf. Jo 20.30; 21.25).

Jesus afirma com muita clareza que Tiro e Sidom teriam se arrependido se a grande graça lhes tivesse sido revelada. O fato de que Jesus afirma que faltou apenas uma medida maior de graça para que muitas pessoas fossem salvas da perdição não deve levar a indagações indevidas e descabidas. Não devemos perguntar aqui: “Por que Deus não lhes deu a medida maior da graça?” ou: “Será que ainda a obterão, para que se arrependam?” Deve bastar, e basta, a resposta clara do Senhor: “Para eles será mais suportável no dia do juízo” do que para os que dispunham do claro testemunho de Deus e apesar disso o rejeitaram!

De uma forma geral, o discurso de instrução de Jesus aos setenta termina como a ordem de envio aos doze apóstolos (cf. Mt 10.40). No entanto, cabe notar uma tênue diferença, a saber, que Mateus fala da acolhida dos enviados de Cristo, enquanto Lucas menciona que os discípulos são ouvidos e desprezados. Mateus deixa fora uma ameaça aos que rejeitam os emissários do Senhor.

Com essas palavras finais Jesus mostra a enorme dignidade e a autoridade de seus mensageiros da fé. Eles são representantes de Cristo e de Deus. Quem os despreza lesa a majestade de Deus. Com essas palavras, o Senhor visava fortalecer a consciência de serviço e a coragem dos discípulos. Quando a proclamação da palavra é realizada de acordo com a ordem de Deus, Cristo fala e atua por intermédio dela (Rm 15.18). Em sua pregação Cristo é ouvido e acolhido. Quem despreza os mensageiros que exercem seu serviço não despreza as pessoas, e sim, Deus (1Ts 4.8).

e) O retorno dos setenta discípulos – Lc 10.17-24

Após o retorno, os setenta relatam com alegria o sucesso de sua atuação (v. 17-20). Dos lábios de Jesus eles ouvem a respeito de um sentimento muito peculiar de seu coração acerca do desenvolvimento de sua obra (v. 21-24). A alegria dos discípulos e a alegria do Senhor constituem a idéia-mestra de todo o relato.

A alegria dos setenta discípulos – Lc 10.17-20

17 – Então, regressaram os setenta (setenta e dois), possuídos de alegria, dizendo: Senhor, os próprios demônios se nos submetem pelo teu nome!

18 – Mas ele lhes disse: Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago.

19 – Eis aí vos dei autoridade para pisardes serpentes e escorpiões e sobre todo o poder do inimigo, e nada, absolutamente, vos causará dano.

20 – Não obstante, alegrai-vos, não porque os espíritos se vos submetem, e sim porque o vosso nome está arrolado nos céus!

Esse bloco que narra o retorno dos setenta pertence ao material exclusivo do evangelho de Lucas. Os discípulos retornados relatam, cheios de alegria, que até mesmo os demônios tiveram de lhes obedecer quando eram enfrentados na autoridade de Jesus. Cabe considerar que ao ordenar aos discípulos que curassem enfermos Jesus não deu a instrução expressa de expelir demônios. A alegria dos setenta é muito compreensível porque no passado os nove apóstolos fracassaram na tentativa de curar o menino endemoninhado (Lc 9.37ss).

Jesus teve de enfrentar o perigo de superestimarem a sua autoridade pessoal sobre os demônios. Ele corrige isso com sincero amor por seus mensageiros, de forma que não ressoa a menor reprimenda. Com palavras memoráveis, o Senhor lhes diz que ele foi testemunha ocular quando Satanás foi precipitado do céu.

A promessa de andar sobre serpentes e escorpiões e derrotar com autoridade todo o exército do inimigo sem sofrer danos é uma recordação do Salmo 91 (cf. Sl 91.13). Ali se menciona, além de serpentes e leões, também o dragão, nome também dado a Satanás (Ap 12.3,9; 20.2).

As vitórias conquistadas até então sobre Satanás e a promessa do Senhor de que farão façanhas ainda maiores são inúteis se não tiverem como fundamento a salvação pessoal. Incomparavelmente mais preciosa do que possuir todas as dádivas da graça é a própria graça de Deus, transmitida a todos os verdadeiros discípulos do Senhor pelo fato de que seus “nomes estão inscritos no livro da vida”. Muitas vezes salienta-se na Escritura a importante idéia da inscrição nos céus ou no livro da vida (cf. Êx 32.32; Sl 69.28; 87.6; 139.16; Is 4.3; Dn 12.1; Fp 4.3; Ap 3.5,12; 13.8; 20.12,15; 21.27; Hb 12.23). Ela é o motivo da maior das alegrias e uma firme comprovação da certeza da salvação pessoal.

Toda a salvação e, por isso, também o mais profundo alicerce de nossa alegria não reside em nosso agir para ele, mas no agir de Deus por nós, justamente na forma exclusiva, muito particular e única, em sua graça eletiva divina que já foi expandida sobre nós antes da fundação do mundo.

A alegria de Jesus – Lc 10.21-24

21 – Naquela hora, exultou Jesus no Espírito Santo e exclamou: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado.

22 – Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém sabe quem é o Filho, senão o Pai; e também ninguém sabe quem é o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar.

23 – E, voltando-se para os seus discípulos, disse-lhes particularmente: Bem-aventurados os olhos que vêem as coisas que vós vedes!

24 – Pois eu vos afirmo que muitos profetas e reis quiseram ver o que vedes e não viram; e ouvir o que ouvis e não o ouviram.

Os ditos de Jesus trazidos aqui por Lucas também são relatados por Mateus, porém não de forma contínua, mas em dois locais diferentes (cf. Lc 10.21s com Mt 11.25-27; Lc 10.23s com Mt 13.16s).

Com que primor Lucas descreve aqui no v. 21 a *alegria no Espírito* do Senhor Jesus ao retornarem os setenta! A sublimidade dessa alegria é sentida de modo ainda mais intenso quando se coloca a alegria de Jesus ao lado da alegria dos setenta. Eles se alegram pelas coisas grandes, ele pelas coisas boas que foram realizadas. Eles direcionaram a alegria para o mundo exterior, Jesus direcionou a sua ao mundo interior. Eles estão cheios do que experimentaram, Jesus está cheio de grata adoração, enaltecendo a honra, magnitude e bondade do Pai!

Com exultante alegria, Jesus pronuncia uma oração de gratidão e uma confissão que nos revela uma profunda visão de seu íntimo.

O caráter extraordinário desta hora na vida de Jesus resulta, como já dizíamos, da definição exata: Nessa mesma hora, *quando os discípulos retornaram a Jesus* e lhe relatavam suas experiências. Essas pessoas ignorantes e simples da terra, que os poderosos e sábios de Jerusalém consideravam “o povo maldito” (Jo 7.49), a “ralé da terra” (expressão rabínica), são portanto *as ferramentas* que Deus dá a seu Filho para destruir o reino de Satanás na terra. Usando as ferramentas mais humildes, Deus intenciona concretizar sua maior obra. Nesse inesperado direcionamento, tão oposta às expectativas humanas, Jesus reconhece com alegre adoração a sabedoria de seu Pai.

O evangelho não está abaixo, mas acima da compreensão dos que são sábios e inteligentes a seus próprios olhos.

Contudo, abusa-se da palavra do Senhor acerca das crianças e dos símplices quando se depreende dela uma carta branca para a ignorância e limitação e um juízo de rejeição da ciência e do aprofundamento genuinamente cristão.

O Senhor chama o Pai de o Senhor do céu e da terra, porém de governante da criação que fundou até mesmo a memorável ordem de seu reino espiritual, de acordo com a qual se realiza a expansão de seu reinado. Essa ordem permanece oculta aos sábios e entendidos, porém aos menores ela é revelada. Trata-se da ordem divina da graça, de que o ser humano não alcança a bem-aventurança por produção e mérito, mas exclusivamente pelo presente gratuito da fé em Cristo.

Os menores ou, segundo o termo hebraico, os *símplices*, que não procuram nem querem procurar o que é deles mesmos, mas que agarram com singeleza de fé a salvação presenteada em Cristo, alcançam a dádiva da graça da vida eterna.

Assim como a pessoa de Jesus constitui *o centro* da abertura e da obstrução do reconhecimento da salvação segundo o desígnio divino, assim também a revelação da salvação de Deus é transmitida unicamente por meio dele. O reconhecimento do desígnio divino de salvação depende de reconhecermos o Filho, o único que conhece o Pai e que o revela àqueles que o reconhecem como a revelação do Pai (cf. aqui o exposto sobre Mt 11.27 no Comentário Esperança, Mateus).

As palavras de Jesus relatadas por Mateus e Lucas soam como asserções do evangelho de João (cf. Jo 1.18; 3.35; 6.46; 10.15; 14.6,9; 17.2,4). Isso constitui mais uma prova de que os sinóticos e João nos fornecem uma imagem uniforme de Cristo.

As palavras do glorioso louvor de Jesus foram ouvidas pelos setenta que voltavam, pelos doze apóstolos e povo que ouvia. Na seqüência Jesus dirige-se expressamente aos discípulos. Lemos no v. 23: “Dirigiu-se aos discípulos sozinhos.” Mateus traz as palavras de Jesus agora ditas aos discípulos, em convergência quase literal, depois dos discursos em parábolas, nos quais foi anunciado o cumprimento da profecia de Isaías acerca do endurecimento do povo (Mt 13.16s).

A razão pela qual Jesus declara bem-aventurados seus discípulos é que eles ouvem e vêem o que muitos reis e profetas, segundo Mateus “muitos justos”, almejavam de coração, mas não viram nem

ouviram. Jacó, ao morrer, aguardava a salvação do Senhor (Gn 49.18). O velho Simeão contemplou essa salvação (Lc 2.30). Abraão alegrou-se por ver o dia de Cristo (Jo 8.56). Sua espera e esperança de fé tinham por alvo o que agora apareceu em Cristo (cf. Hb 11.13,16,39). Todos os profetas ansiaram pelo futuro de Cristo, o qual profetizavam (1Pe 1.10,12).

Aquilo que os profetas apresentavam com nitidez cada vez maior em suas profecias apareceu com glória total em Cristo. Nenhum dos pais e profetas teria sido capaz de imaginá-lo assim.

Representa a alegria continuada do Senhor que ele repita para os setenta as palavras ditas aos apóstolos (Mt 13.16s). Sua bem-aventurança contém praticamente uma exortação de que eles não apenas o vêem, mas também ouvem o que ele pretende revelar acerca do Pai. Ver e ouvir a ele, o Mestre, é melhor e mais bem-aventurado que tudo o que existe na terra. O que ele revela aos menores é objeto da maior alegria.

4 – A parábola do samaritano misericordioso – Lc 10.25-37

Em forte contraste com os discípulos indoutos, que o Senhor tanto enalteceu como receptivos, apresenta-se agora um mestre da lei. Esse entendido da lei era igual a dois outros de sua classe (cf. Mt 19.16ss; 22.35ss). Visava testar Jesus com a pergunta sobre a vida eterna. A resposta do Senhor pareceu simples demais ao mestre da lei. Acreditava que não saberia cumprir o mandamento do amor ao próximo porque a lei não dizia com clareza “quem é o próximo”. Jesus mostra pela seguinte parábola com que facilidade é possível encontrar o próximo quando existe verdadeiro amor. Quando falta esse amor, de nada adianta a mais correta definição (explicação do termo) sobre “quem seria o próximo”.

a) O diálogo de Jesus com o mestre da lei – Lc 10.25-29

[Comentário Esperança, Mateus, p. 370ss, Marcos, p. 349ss]

25 – E eis que certo homem, intérprete da Lei, se levantou com o intuito de pôr Jesus à prova e disse-lhe: Mestre, que farei para herdar a vida eterna?

26 – Então, Jesus lhe perguntou: Que está escrito na Lei? Como interpretas?

27 – A isto ele respondeu: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e: Amarás o teu próximo como a ti mesmo!

28 – Então, Jesus lhe disse: Respondeste corretamente; faz isto e viverás!

29 – Ele, porém, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: Quem é o meu próximo?

É provável que o mestre da lei, surgindo de repente no cenário, tecnicamente fizesse parte do grupo dos escribas. Distinguia-se mais dos fariseus (cf. Lc 11.44s) pela observância da letra da lei de Moisés. Quando aquele entendido da lei testou a Jesus com sua pergunta, esperava secretamente obter uma resposta que divergisse da lei de Moisés. Então haveria um motivo para acusar Jesus de não observar a lei. Sua pergunta, portanto, brotou de uma fonte completamente diferente que a do jovem rico (cf. Mt 19.16ss; Mc 10.17ss; Lc 18.18-23). Por isso o diálogo encetado dessa maneira toma um curso completamente diferente, apesar do conteúdo idêntico da pergunta.

A alegria de Jesus com a felicidade de seus discípulos, almejada por profetas e reis, era música estranha no ouvido do mestre da lei, porque ele imaginava que toda a esperança pela salvação de Deus neste mundo e no futuro dependesse do cumprimento da lei. Pressupunha que também Jesus teria de admitir realizações humanas como condições imprescindíveis para que se alcançasse a vida eterna. Pelo fato de que o Senhor e seus discípulos não observavam com muita exatidão os preceitos rabínicos, sua opinião era de que as exigências da lei não poderiam ser uma condição para a vida eterna. O cumprimento exato dos preceitos da lei criava dificuldades tão grandes para pessoas de pensamento sincero que elas nunca alcançavam a verdadeira alegria. Por essa razão o rabino perguntou ao Senhor o que o ser humano teria de fazer para herdar a vida eterna. Se Jesus respondesse que não havia necessidade de uma realização humana, ou se o Senhor apresentasse outras exigências que as da lei, em ambos os casos teria sido revelado como herege. Assim aquele que levantou a pergunta teria alcançado a finalidade da sua tentação ou prova.

O entendido da lei deve ter ficado surpreso quando Jesus o remeteu à lei, cujo professor e mentor era ele, o mestre da lei. “Que está escrito na lei, como lê?” A resposta que o mestre da lei dela retira contém a mesma compilação do mandamento do amor a Deus de Dt 6.5 com o mandamento do amor

ao semelhante, de Lv 19.18, que Jesus explica em outra passagem (Mt 22.37ss; Mc 12.29s) como o maior mandamento.

A combinação das duas passagens da lei como síntese de toda a lei era nova em sua característica, ou pelo menos não era familiar, como se depreende da admiração do outro indagador (cf. Mc 12.32) que ouviu essa resposta de Jesus. Não há nenhum relato acerca de como o mestre da lei encontrou essa resposta. De qualquer maneira, sua resposta evidencia que ele havia compreendido o cerne da lei. Na passagem do AT (Dt 6.5) fala-se de três órgãos fundamentais do ser humano: o coração, a alma e a força. Lucas acrescenta, conforme a Septuaginta, ainda “com toda a tua mente”. O coração, foco central da vida humana, precisa ser integralmente rendido a Deus. A alma, o eu, deve colocar-se de tal maneira a serviço de Deus que todos os impulsos sejam regidos pelo Espírito de Deus. A força ou a vontade deve estar às ordens de Deus. Por fim, Deus precisa poder dispor inteiramente do entendimento ou do pensamento, da capacidade intelectual.

Uma vida de amor parte do coração, concretizando-se pelas três formas de ação citadas. Assim essa composição de quatro elementos expressa a entrega total a Deus. O segundo dos maiores mandamentos na lei, a saber, o amor ao semelhante, somente pode ser cumprido em conexão com o amor a Deus. Somente a pessoa dominada pelo amor a Deus está em condições de, livre do egoísmo, valorizar o eu do próximo tanto quanto seu próprio eu.

Depois que o mestre da lei demonstrou seu conhecimento preciso da lei, Jesus teve a possibilidade de fornecer-lhe, em concordância com a lei, uma resposta consistente à sua pergunta sobre o que devia ser feito para herdar a vida eterna. Ela foi dada com as palavras: “Respondeste corretamente. Faze-o, e viverás!” Havia fracassado a tentativa de, com a lei, enredar o Senhor em uma contradição.

O professor da lei percebeu pessoalmente o vexame que sofrera com a liquidação de sua pergunta. Por isso não interrompeu o diálogo. A observação de “que visava justificar-se” fundamenta por que quis prolongar a conversa com Jesus. A fim de esvaziar a suspeita de que ele não cumpria a síntese da lei, ele pergunta pelo significado e pela limitação do conceito “próximo”, apresentando uma ágil réplica: “Quem é o próximo para mim?” Não pergunta: “Que devo fazer para amar dessa maneira?” mas deseja que se explique quem se enquadra intelectualmente no conceito de próximo.

Os preceitos dos fariseus e as interpretações dos pais limitavam o mandamento do amor ao próximo exclusivamente a israelitas e amigos pessoais (cf. Mt 5.43). Não-judeus eram odiados pelos judeus como inimigos de Deus. Não podiam ser considerados “próximos”. No entanto, aquilo que se enquadra no conceito de próximo é mostrado por Jesus na narrativa do bom samaritano.

b) O samaritano misericordioso – Lc 10.30-35

30 – Jesus prosseguiu (acolhendo a palavra do mestre da lei), dizendo: Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e veio a cair em mãos de salteadores, os quais, depois de tudo lhe roubarem e lhe causarem muitos ferimentos, retiraram-se, deixando-o semimorto.

31 – Casualmente, descia um sacerdote por aquele mesmo caminho e, vendo-o, passou de largo.

32 – Semelhantemente, um levita descia por aquele lugar e, vendo-o, também passou de largo.

33 – Certo samaritano, que seguia o seu caminho, passou-lhe perto e, vendo-o, compadeceu-se dele.

34 – E, chegando-se, pensou-lhe os ferimentos, aplicando-lhes óleo e vinho; e, colocando-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e tratou dele.

35 – No dia seguinte, tirou dois denários (o salário por dois dias de trabalho no mundo judaico) e os entregou ao hospedeiro, dizendo: Cuida deste homem, e, se alguma coisa gastares a mais, eu to indenizarei quando voltar.

Jesus retomou a conversa com o erudito da lei. A narrativa subsequente é enfática ao fornecer uma resposta à pergunta do mestre da lei acerca de quem é o próximo. O Senhor ilustra sua explicação por meio de um exemplo concreto e prático. Descreve um homem, cuja nação e religião não são citados, descendo de Jerusalém a Jericó. – Mas ainda devemos observar e ponderar o seguinte quanto à nacionalidade:

A nacionalidade da pessoa assaltada pelos ladrões na verdade é secundária para a finalidade de responder à pergunta levantada pelo escriba. Porém o contraste entre o comportamento do samaritano e dos dois viajantes que passam pelo local do assalto antes dele torna-se mais aguçado quando se

destaca que o ferido de fato deve ter sido *judeu*. Isso resulta indiretamente da narrativa da parábola. O proprietário da hospedaria com certeza era judeu; do contrário nenhum judeu em trânsito teria se hospedado com ele. E o assaltado também era judeu, do contrário o hospedeiro teria rejeitado a petulância do samaritano de pedir que cuidasse dele.

As duas cidades aqui mencionadas, Jerusalém e Jericó, distam cerca de sete horas uma da outra. O caminho de Jerusalém a Jericó levava pelo temido deserto rochoso de Judá. Essa região era mal-afamada por causa de sua insegurança. Nesse trajeto aconteceu que o homem caiu entre os assaltantes, foi despido e violentamente maltratado, sendo por fim abandonado semimorto. O infeliz estava entregue à morte certa no deserto solitário, porque em virtude dos perigos do caminho não se poderia esperar a chegada oportuna de outro viajante. Portanto, era inesperado que outro viajante viesse pelo mesmo caminho.

O inesperado acontece. Um sacerdote desceu o mesmo caminho para Jericó. Quando ele chega ao local do assalto, Jesus o descreve como segue: “E quando ele o viu, passou pelo outro lado”. Esse modo preciso de formulação do texto original permite reconhecer a crueldade e dureza da falta de misericórdia do sacerdote. O levita manifestou o mesmo comportamento sem compaixão e inconcebível. Ambos, sacerdote e levita, ao enxergar o infeliz, passaram sem misericórdia pelo lado oposto do caminho em que jazia o desafortunado.

Nesse contexto, conscientizemo-nos novamente de forma muito concreta da terrível situação da pessoa que caiu na mão dos assaltantes. Jaz ali semimorto e seminu na areia quente. As feridas ardem e doem no calor. Nenhuma água nas proximidades que pudesse ser oferecida para refrigerar as feridas. Se não vier ajuda, perecerá miseravelmente. Então ouve passos. Levanta-se um pouco, um raio de esperança ilumina seu semblante. Por quê? Chega um sacerdote.

Mas então, que horror, o homem não tem coragem de terminar o raciocínio, o sacerdote passa de largo, desvia-se para o lado oposto do caminho. Um doloroso sentimento da mais amarga decepção perpassa sua alma. Nessa aflição, um sacerdote teria sido a última pessoa de quem esperaria o não-cumprimento dos mandamentos divinos. Desesperado e exausto, ele se deixa cair novamente na areia. As feridas tornam a arder.

Decorre um tempo considerável. Então ouve novamente passos. Reveste-se de novo ânimo, porque vê que é um levita, que também conhece os mandamentos de Deus. No entanto, nova decepção dilacera o coração do infeliz. Friamente, também esse levita passa de largo.

Jesus não fornece maiores motivos para o comportamento do sacerdote e do levita. A interpretação supõe que o sacerdote talvez tenha considerado o infortúnio do ferido como um juízo de Deus (!). Essa dureza não causaria surpresa em vista da rigidez do dogma da retaliação. Ou será que temia que o ferido morresse em suas mãos, tornando-o impuro em termos levíticos? Então teria tido a obrigação adicional do sepultamento, o que lhe tomaria mais tempo ainda. Finalmente o sacerdote e o levita talvez considerassem a questão rabínica, se não haveria exceções ao mandamento do amor ao próximo, p. ex., sob grave risco de vida pessoal. Afinal, os assaltantes podem romper subitamente de um esconderijo qualquer, a fim de roubar e maltratar também ao sacerdote e levita! Em um caso desses, eu não passo a ser meu próprio próximo? Se tais ponderações forem corretas, o comportamento do sacerdote e levita seria mais um exemplo de que a escravização a opiniões doutrinárias e tradições humanas pode levar a transgredir o singelo mandamento de Deus (cf. Mt 15.6).

Retornemos à parábola. Mais uma vez o ferido ouve passos. Porém seu coração não se enche de esperança. A pessoa que vem é um samaritano. E o samaritano é o pior inimigo do judeu. O termo “samaritano” aparece em destaque no começo da frase. Uma pessoa semigentia, completamente estranha. Mas eis que “o samaritano, ao vê-lo, teve compaixão do infeliz, e foi até ele, atou-lhe as feridas, derramou óleo e vinho sobre elas e o ergueu sobre seu animal, conduzindo-o até a hospedaria e cuidando dele”.

No comportamento do samaritano é exemplar que ele faz *tudo* o que era *necessário* naquela situação. Seu auxílio é ajuda prática e consistente, vinda de uma compaixão viril e atuante, não de mero sentimentalismo. O vinho era misturado ao óleo para desinfetar a ferida. O sacerdote e o levita haviam fechado o coração por falta de misericórdia. O samaritano, porém, havia aberto o coração misericordioso, praticando o amor ao próximo.

O samaritano, personagem principal da parábola, continua cuidando do infeliz; está preocupado com ele. Na manhã seguinte, quando o samaritano se apronta para prosseguir a viagem interrompida,

ele não cessa de providenciar o necessário para o infeliz. Entrega ao hospedeiro um pagamento inicial no valor de dois denários, equivalentes a duas diárias de um trabalhador, para que cuidasse do enfermo, comprometendo-se a assumir todas as despesas de tratamento após seu retorno. Com isso termina a narrativa doutrinária que Jesus apresentou ao professor da lei em vista da pergunta: “Quem é para mim um próximo?”

c) A aplicação da parábola – Lc 10.36s

36 – Qual destes três te parece ter sido o próximo do homem que caiu nas mãos dos salteadores?

37 – Respondeu-lhe o intérprete da Lei: O que usou de misericórdia para com ele. Então, lhe disse: Vai e procede tu de igual modo!

A pergunta do professor da lei que motivou o Senhor a lhe contar a parábola não fora feita sem uma intenção. Jesus não perguntou: “O semimorto foi o próximo de quem?” mas: “Quem desses três foi o próximo do infeliz?” Em outras palavras, quem dentre os três percebeu que era o auxiliador mais próximo do miserável, ou seja, o próximo dele, do qual fala o mandamento? É como se Jesus quisesse dizer: “Não fiques cismando detidamente sobre os sofismas rabínicos! Presta atenção quando encontras uma pessoa empobrecida, à qual tu podes ajudar melhor do que qualquer outro! Quando encontras uma pessoa assim, sê-lhe um próximo e ajuda-a, independentemente se o outro é gentio, coletor e impostos e pecador, ou até mesmo samaritano.”

O samaritano foi o próximo do miserável, como o rabino teve de admitir. Para não ter de citar a palavra samaritano, o professor da lei utiliza a paráfrase: “Aquele que exerceu a misericórdia nele.”

É sobre essas palavras que Jesus alicerça sua instrução para o mestre da lei: “Vai e procede tu de igual modo!” O Senhor não acrescenta, como no v. 28: “E viverás!” Porque a beneficência não torna alguém bem-aventurado. O conteúdo não-redutivo dessa instrução de Jesus é, segundo o contexto: “Exerce a misericórdia de igual maneira para com os miseráveis, não importa quem seja, e te terás tornado o “próximo” para ele. Em outras palavras: não o necessitado em si é o próximo, mas cabe a mim ser o próximo de todo necessitado, independente de quem seja, inimigo ou amigo, i. é, ser aquele cujo dever é aproximar-se imediatamente do outro com a ajuda.

Resumindo: nesta parábola Jesus não visa afirmar que o samaritano pudesse alcançar a salvação através de sua orientação amorosa e de sua beneficência. Não – aqui está em discussão tão-somente a pergunta que o professor da lei havia formulado espontaneamente de forma nova. Era a pergunta pelo sentido da palavra “próximo”. A parábola refere-se apenas a essa palavra. Jesus mostra ao mestre da lei que uma pessoa sincera soluciona essa questão, descrita por ele como tão complexa, antes mesmo de tê-la formulado para si. O ignorante samaritano tinha por conta própria (Rm 2.14) o saber que os rabinos não haviam encontrado, que eles haviam perdido em suas elucubrações teológicas ou que eles não queriam encontrar. O coração sem amor pergunta: “Quem é meu próximo?” O coração cheio de amor fala e age de acordo com a consideração: “De quem posso eu ser o próximo, i. é, aquele que socorre?”

A parábola do samaritano misericordioso foi interpretada de forma alegórica por muitos intérpretes [p. ex., Agostinho]. Segundo essa leitura, Cristo é o samaritano, e aquele que caiu entre os salteadores representa os humanos que jazem na miséria do pecado e da morte. Cristo, como o grande samaritano, compadeceu-se dos humanos. Essa alegoria, por mais correta e verdadeira que possa ser, de forma alguma deve ser interpretada em todos os detalhes, p. ex., dizendo que Jerusalém é o paraíso, que os salteadores são o diabo e seus anjos malignos, que o sacerdote e o levita são a lei e os profetas, que a hospedaria é a igreja, que os dois denários são o batismo e a santa ceia. O teor da narrativa e o contexto evidentemente não justificam uma interpretação desse tipo, detalhada até as minúcias.

5. As irmãs Marta e Maria – Lc 10.38-42

Aqui Lucas anotou uma das mais belas histórias do material exclusivo de seu evangelho. Ela nos propicia um olhar para a vida diária de Jesus. São apresentadas duas mulheres, diferentes em sua personalidade, que amam a Jesus. Marta está solícita e laboriosamente empenhada em servir o Senhor com coisas materiais. Maria também lhe serve, mas permitindo que ele sirva a ela.

É surpreendente comparar a descrição dessa dupla de irmãs em uma hora tão pacífica e indizivelmente ditosa com a descrição das mesmas mulheres no dia da morte e do luto (Jo 11). Marta,

em ambas as situações atarefada e voltada para a ação, Maria, em ambas concentrada e voltada para o íntimo. O fato de que não se trata de uma cópia decorre do fato de que Lucas silencia completamente acerca de Lázaro.

38 – Indo eles de caminho, entrou Jesus num povoado. E certa mulher, chamada Marta, hospedou-o na sua casa.

39 – Tinha ela uma irmã, chamada Maria, e esta quedava-se assentada aos pés do Senhor a ouvir-lhe os ensinamentos.

40 – Marta agitava-se de um lado para outro, ocupada em muitos serviços. Então, se aproximou de Jesus e disse: Senhor, não te importas de que minha irmã tenha deixado que eu fique a servir sozinha? Ordena-lhe, pois, que venha ajudar-me!

41 – Respondeu-lhe o Senhor: Marta! Marta! Andas inquieta e te preocupas com muitas coisas.

42 – Entretanto, pouco é necessário ou mesmo uma só coisa; Maria, pois, escolheu a boa parte, e esta não lhe será tirada.

Jesus estava na caminhada iniciada em Lc 9.51, como se depreende das palavras iniciais Indo eles de caminho. Não há dúvida de que Betânia foi a aldeia em que Jesus obteve uma calorosa acolhida (Jo 11.2ss). As palavras Ele chegou a uma aldeia não significam que Jesus estivesse sozinho, mas que estava rodeado de acompanhantes, pelo menos de seu grupo mais próximo de discípulos. Essa circunstância explica porque Marta tinha de realizar muitos trabalhos para servi-los.

Na casa de Marta vivia também Maria, sua irmã, bem como seu irmão Lázaro.

As duas irmãs que amavam o Senhor estavam empenhadas em demonstrar ao hóspede sua alegria e seu amor. Jesus deitou-se à mesa e começou a falar. As palavras do texto, como ela (Maria) se assentasse aos pés do Senhor, talvez permitam reconhecer que Maria também havia começado a servir a Jesus, mas que depois prestou atenção nas palavras de Jesus e se assentou aos pés dele para poder ouvir melhor.

Assim como Maria prestava atenção total e exclusiva às palavras de Jesus, Marta estava envolvida de tal forma pelos afazeres do serviço e do atendimento à mesa que não conseguia prestar atenção nas palavras do Senhor. Na opinião de que somente a ação dela se justificava, Marta chegou ao Senhor e declarou: “Senhor, não te causa preocupação que minha irmã me deixa sozinha com o serviço?” O comportamento de Marta é incorreto no sentido de que ela, discordando da irmã, visa conquistar o Senhor como aliado para si. A advertência e crítica de Jesus tornam-se particularmente insistentes pela interpelação dupla de Marta (Lc 22.31; At 9.4; 22.7). A repetição de seu nome visava, com ternura e firmeza, trazê-la de volta da centralização em si mesma. Seu empenho e agitação por muitas coisas expressam-se vigorosamente nas palavras do Senhor.

O comportamento de Maria, que ouvia com plena dedicação as palavras de Jesus, é caracterizado pelo Senhor como a escolha da boa parte que lhe não seria arrancada. Assentar-se aos pés de Jesus para ouvir sua palavra não somente se justifica conforme a opinião do Senhor, mas Marta também não deveria criticá-lo. A parte escolhida por Maria é, ao contrário do que fez Marta, a única coisa boa, até mesmo necessária e obrigatória. Quando Jesus é hóspede em uma casa, os moradores da casa devem considerar que a coisa mais sublime e importante é ouvir suas palavras. Nisso é que consiste a salvação que o Senhor visa trazer a uma casa. Por isso é a coisa única, a coisa necessária.

A narrativa de Marta e Maria apresentada aqui pode levar a conclusões muito incorretas. P. ex., é errado considerar Marta como tipo de uma mulher de pensamento mundano, e Maria como uma discípula de Jesus com pensamento voltado ao céu. Ambas as mulheres eram amigas e discípulas do Senhor, cuja alegria era servir ao Senhor da melhor maneira que podiam. Em Jo 11.5 se lê: “Jesus, porém, amava Marta e também sua irmã e Lázaro”. Marta é citada primeiro. Marta achava que a melhor maneira de servir ao Senhor era com uma excelente gastronomia. Maria, por seu turno, escutava as palavras de seus lábios, ansiosa pela salvação. Marta desejava dar muito ao Senhor. Maria almejava obter muito dele. Em Marta destaca-se a produtividade, em Maria a receptividade. Cada uma das duas mulheres tinha uma incumbência e um dom especial da graça. Marta, que visava demonstrar seu amor por intermédio de um serviço especial à mesa, não foi criticada pelo Senhor, mas exortada para que no meio de todo o zelo de servir não se esquecesse do mais importante, que Maria havia escolhido.

Marta não é do tipo de pessoa mundana voltada para o que é terreno, mas ela caracteriza a natureza de muitos cristãos que atuam incansavelmente pela causa do Senhor, mas que em vista disso se esquecem de ter o Senhor pessoalmente no coração. Maria está diante de nós como símbolo das pessoas ditosas que encontraram descanso nele. Ambas as naturezas humanas precisam ser santificadas pela fé.

O caráter de Marta facilmente cai no extremo do ativismo laborioso para o Senhor buscando realização e santidade por obras, e a natureza de Maria pode cair no extremo do quietismo, i. é, da devoção inativa de cunho místico. No reino de Deus as duas naturezas possuem valor. O zelo de Marta e o sossego devoto de Maria podem, quando unificados, favorecer o bem e a harmonia da igreja fiel.

6. A oração – Lc 11.1-13

Lucas concatena três breves trechos que contêm um ensinamento acerca da oração.

a) O motivo da instrução sobre a oração – Lc 11.1

[Comentário Esperança, Mateus, p. 151ss]

1 – De uma feita, estava Jesus orando em certo lugar; quando terminou, um dos seus discípulos lhe pediu: Senhor, ensina-nos a orar como também João ensinou aos seus discípulos!

Ao continuar a viagem, o Senhor não perde a oportunidade de sempre procurar a quietude da oração. Importantes partes de sua vida representavam para Jesus uma razão especial para dialogar com seu Pai celestial.

Ele não se limitou a constantemente direcionar seu coração para o Pai, que freqüentemente é tudo a que se reduz o dever da oração. Na vida de Jesus havia períodos de oração regulares e determinados. É o que se depreende deste v. 1: quando terminou de orar. Em decorrência de uma dessas horas de oração, que provavelmente sinalizavam uma concentração devota para quem estava em volta, um dos discípulos solicitou uma instrução especial acerca da oração.

O pedido desse discípulo era: “Senhor, ensina-nos a orar, como também João ensinou os seus discípulos!” Não sabemos o que João disse a seus discípulos acerca da oração.

Por causa da presente passagem a tradição posterior compôs algumas orações de João, às quais, porém, não se deve atribuir um valor especial.

O Senhor não se negou a atender o pedido dos discípulos, dando-lhes a grandiosa e infinitamente profunda oração que se tornou a jóia inestimável da igreja dos fiéis para todos os tempos.

b) O modelo da oração – Lc 11.2-4

[Comentário Esperança, Mateus, p. 152ss]

2 – Então, ele os ensinou: Quando orardes, dizei: Pai, santificado seja o teu nome; venha o teu reino!

3 – O pão nosso cotidiano dá-nos de dia em dia!

4 – Perdoa-nos os nossos pecados, pois também nós perdoamos a todo o que nos deve; e não nos deixes cair em tentação!

Repetindo parte da oração já proferida no Sermão do Monte (Mt 6.9-13) Jesus pretende dizer: se vocês estão buscando palavras para a oração, falem com as seguintes palavras! O espírito da oração sem dúvida também inspira novas palavras, mas isso não anula a necessidade de orientar-se pelo modelo fornecido por Jesus.

Chama atenção a formulação mais curta da “oração do Pai Nosso” em Lucas. No original grego, essa versão mais curta da “oração do Pai Nosso” consiste em omitir a terceira e sétima preces, ou seja, deixar de lado o “*Faça-se a tua vontade*” e “*mas livra-nos do mal*”.

Segundo Lucas, a oração ensinada por Jesus começa, no texto original, com a singela invocação de Deus e o desejo: “Pai, seja santificado o teu nome!”

A ausência do pronome possessivo “*nosso*” no texto original de Lucas representa, em primeiro lugar, uma ênfase mais forte no nome do Pai. Evoca o termo aramaico para pai: *abba* = “o pai”, que no grego é traduzido por *pater* = “pai”, ou por *ho pater* = “o pai”. Assim como Jesus chamou seu Pai de “*Abba*” (Mc 14.36), assim também cristãos de fala aramaica e grega usavam essa interpelação na oração (cf. Rm 8.15; Gl 4.6).

Em Mateus, a palavra “*nosso*” no “Pai Nosso” alarga o olhar da silenciosa câmara de oração do coração para a igreja de Cristo que se expande pelo orbe terrestre. A oração em “secreto” torna-se, assim, a oração “que abarca o mundo” (Cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 104s).

Em Lucas, porém, não apenas o “*nosso*” foi cortado, mas também o “*que estás nos céus*”. A forma mais completa do linguajar judaico: “o Pai *nos céus*” ocorre apenas isoladamente fora do evangelho de Mateus (cf. Mt 11.25; Lc 11.13).

Dentre as cinco preces que a oração do Senhor contém no texto original de Lucas, duas referem-se diretamente à causa de Deus, mencionadas logo no começo, e três, às necessidades dos humanos, ocupando a segunda posição. Essa primazia absoluta concedida à causa de Deus incute nos que oram uma enorme negação do eu e tamanho amor e zelo por Deus e sua causa, não peculiares ao ser humano natural e indispensáveis ao coração de um verdadeiro filho de Deus, a pessoa renascida, para quem, como para o próprio Senhor, os interesses do Pai celestial são os mais importantes. Somente então, quando o renascido se rendeu pessoal e integralmente a Deus, ele se volta para si mesmo, contudo não apenas para si, mas para a família de Deus da qual é membro. Depois de dizer tu até este momento, ou seja: “Teu nome seja santificado – teu reino venha!”, agora ele prossegue dizendo “*nós*”. O sentido fraternal, portanto, surge na segunda parte de sua oração como complemento da consciência de filho diante do Pai celestial, que determinava a primeira parte da oração. A intercessão entre irmãos e irmãs converge com a prece pessoal de filho e filha.

Primeira prece: “Teu nome seja santificado!” O nome de Deus designa a essência de Deus e é santo em si mesmo. Ele continua sendo santo, ainda que milhões de pessoas, blasfemas, queiram arremeter contra os céus.

No entanto, a igreja dos fiéis, como testemunha do Senhor Jesus, precisa transfigurar e santificar esse nome de Deus perante o mundo: em conduta e palavra. Essa é sua incumbência, sua sublime vocação, motivo pelo qual também constitui sua intenção de oração mais urgente e ardente.

O desejo dessa prece foi expresso intencionalmente em forma imperativa. O próprio Deus precisa aproximar e concretizar a santificação do Seu nome. A expansão da honra de Deus pelo mundo inteiro é o alvo dos caminhos e das obras de Deus (cf. Is 5.16; 6.3; 19.18-25; 29.23; Ez 20.40).

Segunda prece: “Venha o teu reino!” A expressão “reino de Deus” designa o senhorio de Deus, a nova ordem das coisas fundamentada por intermédio de Cristo Jesus e desenvolvida e expandida na terra por meio da fé. Em toda a sua peregrinação pela terra, em momento algum Jesus se empenhou e engajou por algo que não agradasse em tudo a seu Pai no céu. Jamais houve uma hora em que ele, até mesmo nas horas e providências mais sombrias, não se curvasse sob a vontade do Pai. Uma vez que a abertura para a santa vontade de Deus resplandece no fundo de nosso coração, o reino de Deus, i. é, a soberania e a vontade de Deus poderão edificar-se dentro dele.

Conseqüentemente, essa prece, da mesma forma como a primeira, somente pode ser pronunciada por aqueles que realmente têm no coração o anseio de que Deus obtenha seus direitos, de que ele venha a governar, que ele esteja no comando. A prece ardente, e até mesmo o objetivo mais urgente: “Que venha!” pressupõem que esse reino ainda não está presente da forma como Deus deseja.

Por um lado o ardente desejo “Que venha” não exclui que o reino de Deus já não esteja presente para os ouvintes (Lc 10.9,11) por meio da pregação de Jesus e seus discípulos (Lc 4.13; 8.1; 9.2,60), e que ele já tenha se tornado realidade por intermédio da atuação de Jesus (Lc 11.20; 17.18-21; cf. 4.20; 7.20,22,28; 13.18-21). Por outro lado, porém, a presença do reinado de Deus aqui e agora não anula a concepção de que o estabelecimento do reino de Deus seja um objeto da esperança que se concretizará somente no fim da História (cf. Lc 1.33; 19.12-27). O reino de Deus presente nos corações de seu pequeno rebanho (Lc 12.32; 18.16) ainda representa um mistério oculto (Lc 8.10; 9.27), que será revelado somente no fim dos tempos (Lc 19.11; 20.29-36), para que seja visto pelos olhos de todas as pessoas (Lc 9.26) e a igreja de Jesus tome posse dele em glória e perante o mundo todo (Lc 6.20-23; 14.14; 22.16,18,29; 1Jo 3.2).

A prece do pão, que no texto original de Lucas é a terceira prece, refere-se às necessidades humanas demandadas em primeiro lugar pela vida temporal. A explicação dessa prece possui uma dificuldade por causa da expressão *epiousios*.

No conhecido dicionário teológico do NT de Kittel, o autor Foerster, após 8 páginas de exaustivas exposições científicas sobre o surgimento e significado do termo *epiousios*, com muitas fontes e referências bibliográficas (vol. II, p. 595), sugere a seguinte tradução: “O pão de que precisamos dá-nos hoje (dia após dia).”

Jesus, que vivia com seus apóstolos das dádivas diárias de seu Pai, sabia por experiência própria o quanto os discípulos necessitavam e necessitariam de uma prece assim.

A igreja crente sabe que depende única e exclusivamente de seu Deus, também naquelas coisas que se referem ao sustento do corpo e da vida *temporal*. O Pai Nosso não é sobrenatural no sentido de que o *pão* não caberia em uma oração.

“Perdoa-nos os pecados, porque também nós mesmos perdoamos a cada pessoa que deve a nós.” A oração do Senhor contém, após a prece por suprimimento do corpo, um pedido que se refere à vida espiritual. Assim como somente Deus pode conceder o pão, ele também é o único capaz de proporcionar e conceder o perdão dos pecados. A mais profunda consciência e conhecimento do discípulo de Jesus quanto à sua dependência completa de Deus em relação à sua vida e sua existência como tal é a do pecado. E a *primeira* condição para poder atuar no ardente engajamento para a honra de Deus é estar liberto da culpa dos pecados por intermédio do perdão. Lucas emprega aqui a expressão “pecados” (*hamartiai*). Mateus traz “culpas” (*opheilemata*). O relacionamento credor-devedor ou santo-pecador é transferido para Deus. Na realidade, quando não se dá a Deus o que lhe pertence, isto é uma culpa do pecado. O filho de Deus sempre permanecerá sendo um devedor ou pecador perante Deus.

A prece do perdão pelos pecados cometidos decompõe-se em duas frases estreitamente conexas que não foram transmitidas nos mesmos termos nos textos originais dos dois evangelistas Mateus e Lucas. O pretérito perfeito *aphekamen* = “nós temos eximido” em Mateus pressupõe que o credor que pede Deus por isenção de dívidas já *perdoou* a um devedor. A forma verbal do presente: *aphiomen* = nós eximimos” em Lucas não somente expressa a simultaneidade, mas aponta para a necessidade da persistente reconciliabilidade da pessoa que ora.

Lucas diz: “Porque também nós mesmos estamos perdoando a cada pessoa...” Mateus: “Como nós também temos perdoado...” Godet opina a esse respeito: “Nós mesmos, por piores que sejamos, fazemos uso do direito que nos compete de ser clementes, e eximimos de suas dívidas aqueles que nos devem. ‘*Quanto mais tu, ó Pai, que és a bondade em pessoa, hás de fazer uso de teu direito de ser clemente para conosco!*’ Provavelmente é assim que também devemos compreender o ‘*como também nós*’ de Mateus. A diferença está apenas em que Lucas traz um *motivo* (porque também), enquanto Mateus aponta para uma *comparação* (como também). A expressão ‘a cada pessoa que nos deve’ em Lucas pode tanto designar os devedores no sentido literal quanto os que ficaram devendo amor a nós. – A expressão incondicional de Lucas, ‘perdoamos a cada pessoa que nos deve’, pressupõe que o crente vive na esfera do amor e da reconciliação, o princípio de ação estabelecido no Sermão do Monte.”

Reiteramos que a pessoa que ora o Pai Nosso não precisa ser apenas criatura de Deus, mas uma criatura redimida de Deus. Redimida pela cruz – no sangue do Cordeiro ela não apenas deve ter encontrado anulação dos pecados do passado, mas também libertação da natureza não-reconciliável.

“Por que é tão difícil para muitas pessoas perdoar integralmente aos outros? Por que elas estabelecem míseras fronteiras constantemente? Em primeiro lugar, nem ao menos imaginam como é grande sua culpa perante Deus, mas logo se lançam sobre o irmão e o estrangulam. Quando a pessoa reconhece a própria culpa e a profundidade de sua própria queda perante Deus, não tem tanta dificuldade de perdoar o irmão. Em segundo lugar, as pessoas ainda não compreendem o profundo significado da palavra ‘Todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus’ [Rm 8.28], i. é, para a transformação na imagem de Cristo. Às vezes Deus usa justamente a maldade do irmão ou da irmã para revelar nossa própria maldade. Deus usa os erros e insuficiências de nosso irmão para trazer à nossa consciência os nossos próprios atrasos em relação a nosso Deus. Perdoar e suportar torna-se algo fácil, podendo até mesmo tornar-se algo doce e ditoso, quando vemos as pessoas que cometem injustiças contra nós como colaboradoras de nossa bem-aventurança, cooperadoras na configuração de nossa salvação plena. Trata-se de uma grande oficina, na qual tudo está sob um único comando, para a consecução daquilo a que Deus se propôs, a saber, a transformação de uma natureza adâmica na figura de uma natureza de Cristo, precisamente de glória em glória.”

“Uma vez que reconhecemos isso, enxergaremos a mão do Pai por trás da mão do irmão. Então não será mais tão difícil suportar. Então retribuiremos ao irmão, não golpe por golpe, mas com amor e bondade. Amontoaremos brasas vivas sobre sua cabeça [Pv 25.22; Rm 12.20] (cf. Stockmayer).”

“Não nos conduzas para dentro da tentação!” A prece pelo perdão de pecados cometidos é seguida pelo pedido por proteção diante da tentação. Em Lucas, as duas preces, “perdoa-nos nossos pecados...” e “não nos conduzas para dentro da tentação!”, estão ligadas entre si!

O pedido por preservação diante da tentação pressupõe pessoas que oram, que obtiveram o perdão dos pecados e que pedem para viver doravante uma vida santa. – Em outras palavras: à consciência das transgressões do passado associa-se no cristão a percepção de sua fraqueza e, por consequência, o medo diante de transgressões futuras.

No grego a palavra tentação (*peirasmós*) tem um significado triplo: *teste*, *tentação* e *tribulação*, o que talvez deva ser distinguido em cada passagem da Escritura. Neste caso, o prece “não nos conduzas à tentação” visa expressar que *peirasmós* deve ser entendido como segue: “Não nos conduzas para dentro da tentação *com um desfecho maligno!*”

Jesus encoraja-nos a proferir a prece por proteção diante da tentação, porque Deus tem o poder de afastar de nós o desfecho maligno. Para nós, pessoas impotentes, constantemente ameaçadas por tentações, é um grande consolo ter o privilégio de poder orar dessa forma a Deus, que é poderoso e está disposto a eliminar o desfecho nefasto. Está na mão de Deus não nos tentar acima de nossas capacidades, mas ele consegue conceder à tentação tal desfecho que somos capazes de suportar (1Co 10.13).

O sentido da prece “Não nos conduzas para dentro da tentação!” com o significado exposto (“Não nos conduzas para dentro de uma tentação com desfecho maligno”) torna-se mais claro quando consideramos também a prece de Mateus: “livra-nos”, ou melhor, “arranca-nos do mal”. A expressão “arrancar” é um termo militar usado para a libertação de um prisioneiro do poder do inimigo. O inimigo é o maligno, que arma ciladas para o crente em sua trajetória. Essas armadilhas e cordas são, entre outras, também nossa autoconfiança, presunção, pequenez de fé, desânimo, complexos de inferioridade, temor, etc. (cf. a negação de Pedro [Mt 26.69ss]).

No que diz respeito ao termo *peirasmós* no sentido de *teste* cabe citar aqui Tg 1.13, onde se lê: “Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta (para o mal). Ao contrário, cada um é tentado (para o mal) quando ele...”

Por *teste*, portanto, podemos entender uma tentação de Deus, um *colocar à prova em vista do bem*. Deus prova para esclarecer e solidificar. Tais provas constituem uma exigência da sabedoria educativa divina. Em Gn 22.1 consta: “Depois dessas coisas, Deus tentou Abraão”, i. é, Deus pôs Abraão à prova para ver se Abraão não prenderia o coração a Isaque. Nestas “provas” não se deve suplicar “não nos conduzas para dentro da tentação”, mas antes: “Sonda-me, ó Deus, e conhece o meu coração, prova-me e conhece os meus pensamentos; vê se há em mim algum caminho mau” (Sl 139.23s; cf. Gn 42.15; 1Cr 29.17; Sl 11.4s; Jr 20.12; Sl 17.3; Jr 12.3; Sl 26.2; etc.).

Provas dessa espécie redundam em bênção. Provas assim configuradas devem produzir alegria (cf. Tg 1.2,12; Rm 5.8; 1Pe 1.6s; cf. Jó 33.19-30).

A palavra “tribulação” abarca ambos os conceitos, ou seja, “tentação” e “teste”.

A petição “Mas livra-nos do mal”, que Mateus anotou como a sétima prece no “Pai Nosso”, não é apresentada por Lucas. Também nesse aspecto Mateus é mais completo que Lucas.

A “oração do Pai Nosso” é seguida por outra instrução de Jesus aos discípulos acerca da oração.

c) O atendimento da oração – Lc 11.5-13

Jesus mostrou a seus discípulos o “Pai Nosso” como modelo de oração, que traz todas as coisas essenciais que devem ser pedidas a Deus. Depois desse ensinamento ele assegura o atendimento da oração. Essa confiança é fundamentada pelo Senhor: 1) através de um exemplo do dia-a-dia (v. 5-8); 2) com vistas à experiência diária (v. 9-10); 3) sobretudo considerando a misericórdia do Pai no céu (v. 11-13).

A parábola do amigo insistente – Lc 11.5-8

5 – Disse-lhes ainda Jesus: Qual dentre vós, tendo um amigo, e este for procurá-lo à meia-noite e lhe disser: Amigo, empresta-me três pães,

6 – pois um meu amigo, chegando de viagem, procurou-me, e eu nada tenho que lhe oferecer.

7 – E o outro lhe responda lá de dentro, dizendo: Não me importunes; a porta já está fechada, e os meus filhos comigo também já estão deitados. Não posso levantar-me para tos dar,

8 – digo-vos que, se não se levantar para dar-lhos por ser seu amigo, todavia, o fará por causa da importunação e lhe dará tudo o de que tiver necessidade.

Essa parábola do amigo inoportuno é trazida unicamente por Lucas.

A presente parábola não é apresentada como narrativa tranqüila, mas como uma vivaz pergunta retórica. Os ouvintes simplesmente são confrontados com a possibilidade de agirem da mesma maneira em caso semelhante.

O caso citado na parábola é descrito com todos os detalhes. Por um lado, um grande e constrangedor aperto força a pedir em tom imperativo, por causa do dever da hospitalidade no oriente; por outro lado, há um enorme obstáculo que se interpõe ao atendimento do pedido.

A parábola descreve vivamente as circunstâncias de uma pequena aldeia oriental. Ali não existem casas comerciais, mas a dona de casa assa o que a família necessita para o dia antes de nascer o sol. Oferecer comida a um hóspede é absoluta questão de honra no oriente. Os três pães pedidos são necessários para a refeição noturna prevista para o visitante. Da resposta do solicitado (Lc 11.7), que nem sequer se dirige ao pedinte, pode-se depreender a irritação do vizinho ou amigo perturbado. Abrir a porta já fechada é algo complicado e penoso por causa da trave e tramela; igualmente causa muito barulho. A idéia é de uma casa formada por um só recinto. A família toda repousa na parte elevada do recinto. Todos os familiares seriam perturbados se o pai se levantasse e abrisse a tranca da porta.

Em vista do dever oriental da hospitalidade, a pessoa que pede não se deixaria acalmar facilmente numa situação como a exposta aqui. Seria inconcebível recusar o pedido. A impertinência que não se intimida terá sucesso no final. Com o tempo, os pedidos persistentes do amigo serão mais difíceis de encarar do que o esforço de levantar-se. O amigo perturbado em seu sono, uma vez que já havia levantado, não demora em atender o pedido do vizinho que ficou em dificuldade. Não somente lhe dá o empréstimo solicitado, mas tanto quanto precisa.

Por intermédio da frase final “Eu vos digo...” (Lc 11.8a) Jesus assevera enfaticamente que pedindo de forma tão persistente se chega ao alvo. Mais que pela amizade com o pedinte, a pessoa solicitada é levada a fornecer tudo o que era necessário pela agastante insistência. A conclusão dessa parábola recorda vivamente a parábola do juiz injusto (cf. Lc 18.1-8).

A aplicação da parábola – Lc 11.9-13

[Comentário Esperança, Mateus, p. 117ss]

9 – Por isso, vos digo: Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e achareis; batei, e abrir-se-vos-á!

10 – Pois todo o que pede recebe; o que busca encontra; e a quem bate, abrir-se-lhe-á.

11 – Qual dentre vós é o pai que, se o filho lhe pedir um peixe, (o pai) lhe dará em lugar de peixe uma cobra?

12 – Ou, se lhe pedir um ovo lhe dará um escorpião?

13 – Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o Pai celestial dará o Espírito Santo àqueles que lho pedirem!

O v. 9 contém a aplicação do exemplo precedente. Todas as metáforas são retiradas da parábola: bater à porta, pedir, mas também procurar. Essa procura alude aos esforços do amigo, que tem de procurar a porta à noite, tentando abri-la. A intensificação nas figuras destaca o zelo do amigo pedinte, que cresce diante dos empecilhos cada vez maiores. – Jesus tirou essa instrução da experiência pessoal (Lc 3.21ss).

Há pequenas distinções no emprego das três metáforas. Quem pede visa obter algo que não possui. Quem procura é porque perdeu algo ou porque visa obter algo cuja busca demanda tempo e esforço. Quem bate à porta tem de conseguir o acesso à pessoa da qual espera o cumprimento de seu desejo. O incentivo para procurar significa um anseio *sério* (cf. Jr 29.13s). Bater à porta designa um anseio *persistente* ainda que a concessão do pedido se atrase e pareça difícil (cf. Lc 18.1).

Nos v. 11-13 Jesus fundamenta com acontecimentos práticos do dia-a-dia o fato básico de que a pessoa que pede recebe, a que procura acha, e à que bate a porta será aberta; em outras palavras, quem ora com seriedade tem suas orações atendidas.

Se aqui na terra o pedido dos filhos já exerce grande poder sobre os pais, a oração dos filhos de Deus move o coração do Pai no céu com muito mais intensidade. Nenhum pai terreno dá ao filho uma serpente em lugar do peixe e um escorpião em lugar do ovo (as palavras “quando o filho pede ao

pai um pão este lhe dá uma pedra” faltam nos manuscritos mais antigos - aparecem somente nos manuscritos da *Koiné*). O verdadeiro pai não dá ao filho nada que não seja comestível, nada nocivo ou até mesmo assustador.

Um ser humano, que talvez pode ser duro e severo contra um semelhante, não renegará seu filho, sua carne e seu sangue. Infinitamente menor é a possibilidade de Deus renegar seus filhos. Sua bondade ultrapassa qualquer capacidade e compreensão humanas. Se os humanos, que por natureza são maus, concedem boas dádivas a seus filhos quando estes lhes pedem, o Pai no céu fará isso de modo muito mais radical.

Conseqüentemente, o desfecho dessa seção acerca da instrução para a oração certa leva de volta ao ponto de partida, ao título “Pai”, dado a Deus e que pressupõe a relação filial. À primeira vista, os dois mantimentos citados por Jesus parecem escolhidos ao acaso. No entanto, Bovet observa que peixes assados e ovos cozidos constituem justamente os ingredientes comuns do almoço de um viajante no oriente. Mateus não menciona o “ovo”, mas Lucas com certeza não o acrescentou por conta própria. Saltam aos olhos as correlações exteriores entre peixe e serpente, ovo e escorpião. Tudo nos discursos instrutivos de Jesus é tangível, certo, perfeito até nos mínimos detalhes.

No entanto, ainda que freqüentemente pareça que Deus não ouve nossas orações, apesar disso devemos persistir fielmente na oração. O Pai no céu, que é bom, nem sempre cumpre o que desejamos, porém sempre cumpre aquilo que resulta em nosso bem maior, como peixe e ovo. Aqui o exemplo de Agostinho poderá servir como lição excelente para nós. Ele relata que sua mãe Mônica pediu a Deus que impedisse que o filho se mudasse para Roma, a tentadora metrópole. Apesar disso Agostinho se mudou para lá, e dessa maneira encontrou a Cristo.

Pelo fato de Jesus dirigir essas palavras sobre a oração a seus *discípulos*, não somente seus adversários, mas todos os seres humanos são chamados de “maus”. Somos maus desde a juventude (cf. Jó 15.14-16; Mt 19.27), ao contrário de Deus, o único que é bom. Ele, o Deus exclusivamente bom, concede o Espírito Santo a quem pede, não como escreve Mateus: “Deus concede boas dádivas”. O Espírito Santo é a dádiva suprema. Não é dito “o Pai no céu”, mas que “o Pai a partir do céu” concede. O céu é o ponto de origem ou a pátria do Espírito Santo. É significativo que, em sua exortação para orar com verdadeira seriedade e persistência, o Senhor por fim cite somente o “Espírito Santo” como objeto da oração.

Mas, ao sintetizar tudo no fim dessa instrução na oração pelo Espírito Santo, o Senhor ao mesmo tempo dá a entender para quais orações podemos esperar atendimento incondicional e quais só podem ser atendidas de forma condicional. A oração por dons espirituais sempre é atendida, o desejo por determinadas bênçãos temporais somente se de fato for um peixe, e não uma serpente (serpentes e escorpiões são os símbolos mais precípuos do deserto e da aridez, que ferem e não curam nem beneficiam!).

7. O discurso de defesa de Jesus por causa da expulsão dos demônios e da negativa à exigência de sinais – Lc 11.14-36

Os discursos de Jesus contra os fariseus, aqui comunicados, formam o mais radical contraste com as passagens recém-expostas: Jesus em Betânia (Lc 10.38-42); Jesus ensina os discípulos a orar (Lc 11.1-13). Sem referência local e cronológica são apresentadas as rudes e absurdas infâmias causadas pela cura de um possesso mudo. Todo o discurso de defesa do Senhor é uma das provas mais vigorosas no Novo Testamento de que os demônios existem. Jesus demonstra que ele é o Messias. Satanás, o forte, que preserva seu palácio, é superado por Jesus, o mais forte. Na negativa à exigência de sinais o Senhor expressa, da forma mais solene possível, sua autoconsciência de estar acima de Jonas e Salomão. Os discursos do Senhor demandam com grande seriedade uma decisão favorável ou contrária. Em seus discursos, Jesus dirige-se a adversários maldosos, indecisos e pusilânimes. No curso dos acontecimentos é impossível permanecer neutro diante da sua pessoa e obra. O Senhor reivindica uma dedicação tão integral que a mera indiferença já constitui hostilidade.

a) A cura do mudo possesso – Lc 11.14-16

[Comentário Esperança, Mateus, p. 205ss, Marcos, p. 149ss]

14 – De outra feita, estava Jesus expulsando um demônio que era mudo. E aconteceu que, ao sair o demônio, o mudo passou a falar; e as multidões se admiravam.

15 – Mas alguns dentre eles diziam: Ora, ele expelle os demônios pelo poder de Belzebu, o maioral dos demônios.

16 – E outros, tentando-o, pediam dele um sinal do céu.

A forma *en ekballon* no v. 14 significa: Jesus estava ocupado em expulsar demônios. Todos olhavam para ele e estavam tensos, vendo se o Senhor teria êxito. *Kophos* (embotado) pode significar mudo ou surdo. Como a cura é completa e acontece rapidamente, todos expressam sua surpresa. Mas subitamente levantam-se no meio da multidão tomada de admiração vozes que lançam uma acusação inaudita e petulante. Haveria um pacto entre Jesus e Satanás. Satanás teria concedido a Cristo o poder de expelir os demônios do posseso. Outros expectadores mais moderados nessa história exigem que Jesus, para purificar-se de tamanha suspeita, realize um milagre que ultrapasse o contexto das curas cotidianas e que represente um sinal evidentemente vindo do céu.

Em decorrência do milagre da cura, os adversários de Jesus subdividiram-se em dois partidos. Em vista disso o Senhor manifestou-se primeiramente sobre a difamação lançada contra o fato de ter expulsado demônios (v. 17-26) e, depois de um contratempo (v. 27-28), dirigiu-se contra aqueles que demandavam um sinal (v. 29-36).

b) O discurso de defesa de Jesus contra os difamadores – Lc 11.17-26

Jesus mostra primeiro que nenhum demônio pode ser expulso por outro demônio. Depois ele descreve o verdadeiro exorcismo.

Jesus expulsa os demônios por autoridade própria – Lc 11.17-19

17 – E, sabendo ele o que se lhes passava pelo espírito, disse-lhes: Todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto, e casa sobre casa cairá.

18 – Se também Satanás estiver dividido contra si mesmo, como subsistirá o seu reino? Isto, porque dizeis que eu expulso os demônios por Belzebu.

19 – E, se eu expulso os demônios por Belzebu, por quem os expulsam vossos filhos? Por isso, eles mesmos serão os vossos juízes.

O Senhor defende-se de seus adversários com uma brandura digna de admiração. Jesus não se defende com a Escritura, mas faz uso do bom senso. Mostra a tolice nas reflexões pecaminosas dos acusadores. Um estado ou uma sociedade que cai em tamanha discórdia e dilaceração que uma parte combate a outra será destruído. Todo organismo de Estado em que um partido expulsa e extermina o outro fatalmente ruirá. Na verdade, no reino de Satanás há bastante conflito e falta de paz, o que corresponde inteiramente à natureza maligna do inimigo. Porém, quando se trata de entrar em cena contra o reino de Cristo, até o reino de Satanás mantém-se coeso e está unido. Todos os membros estão concordes. Essa aliança seria destruída se Cristo expulsasse demônios por Belzebu. O reino satânico sucumbiria se Satanás guerreasse contra si mesmo e lutasse contra seus próprios ajudantes.

Jesus argumenta que a acusação atinge os compatriotas dos próprios inimigos. Seus contrerrôneos (Jesus os chama de “vossos filhos”), que também expeliam demônios, não são acusados de formar aliança com Belzebu, mas obtêm reconhecimento. Se esses exorcistas judaicos expelissem os demônios por meio de Belzebu, a acusação contra Jesus seria justificada. Visto que seus próprios concidadãos não faziam isso, a acusação contra Jesus tem de ser reprovada como odiosa e vil difamação.

A verdadeira situação do exorcismo – Lc 11.20-26

20 – Se, porém, eu expulso os demônios pelo dedo de Deus, certamente, é chegado o reino de Deus sobre vós.

21 – Quando o valente, bem armado, guarda a sua própria casa, ficam em segurança todos os seus bens.

22 – Sobrevindo, porém, um mais valente do que ele, vence-o, tira-lhe a armadura em que confiava e lhe divide os despojos.

23 – Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta espalha.

Ao expulsar demônios Jesus não recorria aos meios e artifícios dos exorcistas judaicos, mas os expelia com o “dedo de Deus” (cf. Êx 8.19), i. é, com o poder do Espírito Santo (cf. Mt 12.28). Basta que Jesus levante o dedo, e Satanás solta a sua presa. Esse modo de falar simboliza o reino e a

supremacia incondicionais sobre Satanás. Neste caso, porém, o reino de Deus chega já na pessoa de Jesus.

De acordo com as palavras de Jesus, Satanás é um espírito fortemente armado, que não solta facilmente o que lhe pertence. No entanto, foi obrigado a ceder diante do Senhor, o mais forte. Nessa luta, toda a sua armadura não lhe serve para nada. Quando Jesus, portanto, expulsa Satanás, isso somente pode ser fruto de um poder mais forte.

No entanto, quem não consegue assumir uma posição ao lado de Jesus apesar das poderosas vitórias deste sobre o reino de Satanás, não é membro do reino de Deus.

Não há um reino intermediário entre o reino de Satanás e o reino de Deus. Quem não ajuda a construir o reino de Deus e não sai a campo contra Satanás, impede a consumação do reino de Deus. Jesus explicita esse pensamento ilustrando-o com o exemplo da colheita. Quem não reúne pessoas no local destinado à congregação, este as dispersa, de modo que não cheguem, como membros do reino de Deus, à unidade desejada por ele.

Em Lc 9.50 e Mc 9.40 uma pessoa expulsava demônios em nome de Jesus, embora não fizesse parte de seu grupo de discípulos. Aquela pessoa pertencia interiormente a Jesus, porque trabalhava com ele e para ele. O presente caso não tem nada em comum com as pessoas supostamente neutras e mornas, porque elas não trabalham para Jesus, mas contra ele.

24 – Quando o espírito imundo sai do homem, anda por lugares áridos, procurando repouso; e, não o achando, diz: Voltarei para minha casa, donde saí.

25 – E, tendo voltado, a encontra varrida e ornamentada.

26 – Então, vai e leva consigo outros sete espíritos, piores do que ele, e, entrando, habitam ali; e o último estado daquele homem se torna pior do que o primeiro.

Os versículos 24-26 contêm uma espécie de parábola, cuja finalidade também é revelar os resultados nefastos das curas aparentes, realizadas sem a cooperação de Jesus. O exorcista praticou seus truques de magia e o espírito imundo aparentemente soltou a presa, desocupando momentaneamente a moradia em que foi incomodado. Mas para que essa cura seja duradoura faltam duas coisas. Em primeiro lugar, o inimigo não foi derrotado, não foi amarrado. Foi apenas expulso, motivo pelo qual pode vagar livremente pelo mundo, e também retornar quando lhe convier. O segundo problema é que o demônio expulso não é substituído por um novo proprietário - a casa foi deixada vazia; o Espírito de Deus não assumiu o lugar do poder diabólico afastado por algum tempo. Jesus não se contenta com a expulsão do inimigo, para depois deixá-lo livre. Ele o envia a seu cativeiro, de volta para o abismo (Lc 8.31; 4.34). Isso era algo de que os exorcistas eram incapazes. Além disso, Jesus conduz a alma liberta de volta para Deus e substitui o espírito imundo pelo Espírito Santo, o que era ainda mais impossível aos exorcistas. Assim, a obra do exorcista sempre deixa a porta aberta para uma recaída, que acima de tudo será muito pior do que a situação anterior. Em contrapartida, a obra de Jesus realmente põe fim à possessão e efetua uma cura radical.

O espírito expulso percorre locais ermos. O exorcista envia o espírito ao deserto, o verdadeiro local de permanência dos espíritos malignos (Tobias 8.3; Baruque 4.35; cf. o que é dito acerca do envio do bode maldito ao deserto, para que fosse até Azazel, o príncipe dos demônios, em Lv 16.10). – Contudo, depois de ter vagado de um lado para o outro durante algum tempo, o espírito imundo começa a ficar com saudades da morada antiga, e começa a cogitar uma volta. Descobre que desde a sua partida a casa adquiriu uma aparência muito satisfatória, tornando-se limpa, ordeira, habitável. É assim que Jesus descreve a restauração das forças físicas e mentais do possesso, obtida por meio da suposta cura, e que cria para o demônio a expectativa de um novo prazer. Mas o espírito expulso não quer desfrutar sozinho desta alegria. Por isso convida sete espíritos, piores do que ele. Esses não se fazem de rogados e, como um bando selvagem, precipitam-se para dentro da casa tão bem preparada. Era nessa situação desesperadora causada por uma recaída que Jesus havia encontrado o possesso de Gerasa (Lc 8.29) e Maria Madalena (Lc 8.2), e destas situações vêm as expressões “legião” e “sete demônios”, que designam um estado causado por uma ou várias recaídas. Desse modo Jesus consegue afastar de si a terrível acusação de ser ajudante de Satanás e inimigo de Deus, imputando-a aos exorcistas elogiados por seus adversários. Todas essas metáforas podiam ser facilmente entendidas por uma audiência bastante acostumada a tais fatos.

A parábola de Jesus possui a seguinte relevância prática muito séria: quando a receptividade para Jesus não leva a uma decidida *entrega a Deus* e à obra dele, bem como a uma *renúncia igualmente*

decidida ao arquiiinimigo de Deus, é justamente essa indecisão que prepara a melhor oportunidade para que as influências do maligno se apoderem do ser humano.

Embora Lucas não acrescente a frase de Mt 12.45 com que Jesus aplica essa parábola a todo o povo judaico de seu tempo, a opinião não deixa de ser essa mesmo aqui. Pois que categoria especial de pessoas aquele possesso da parábola representaria? Os judeus, que no passado haviam sido poderosamente cativados pela pregação de João Batista (cf. Lc 3.10,21; 7.24-26,29) e que aderiram a Jesus, cheios de admiração, quando este começou a exercer seu ministério profético na Galiléia (Lc 4.15; 5.26; 7.16; 9.43), *ainda assim não se agarraram ao próprio Jesus*, nem ficaram ao lado dele, opondo-se às piores imputações e mais absurdas acusações de seus ferrenhos adversários.

Jesus veio para destruir as obras do diabo (1Jo 3.8). Cada expulsão de um demônio representa um passo rumo a esse alvo. Como o povo não dera integralmente as costas ao reino das trevas, a situação de Israel piorava cada vez mais. Israel fica cada vez mais endurecido contra o poder e amor de Deus. Essa piora (o crescente endurecimento) é sugerida pela metáfora do demônio que retorna com um reforço sete vezes mais potente

c) A exclamação de uma mulher e a resposta de Jesus – Lc 11.27s

27 – Ora, aconteceu que, ao dizer Jesus estas palavras, uma mulher, que estava entre a multidão, exclamou e disse-lhe: Bem-aventurada aquela que te concebeu, e os seios que te amamentaram!

28 – Ele, porém, respondeu: Antes, bem-aventurados são os que ouvem a palavra de Deus e a guardam!

O louvor da mulher certamente representou uma bela honraria num instante em que os hierarcas do país já o condenavam como herege supostamente aliado ao diabo. Não obstante, a palavra tinha de ser levada adiante, para que não se paralisasse como falácia. Quando aquela mulher declarou que Maria era bendita, isto estava plenamente de acordo com a verdade. Mas ela também precisava saber que somente por meio do extraordinário ouvir e guardar da palavra de Deus que Maria obtivera sua maravilhosa experiência da visitação de Deus e também agora ainda vivia nessa condição.

Mas a mulher entusiasmada tampouco deveria pensar que a beatitude de Maria era exclusiva. Por essa razão é dito a esta adoradora que todos os fiéis participação em uma beatitude semelhante à de Maria quando ouvirem e guardarem a palavra de Deus. Assim, a mulher foi convidada a fazer parte da sagrada família em cujo coração Jesus estabelece morada, de modo que todos juntos passem a ser partícipes de sua natureza com sua mãe, e assumam semelhança com seus irmãos e irmãs ao espelhar a imagem dele.

d) A rejeição de Jesus à exigência de sinais – Lc 11.29-36

Na seqüência Jesus dirige-se aos que, depois da expulsão de demônios, exigiam um sinal (v. 16). O Senhor fornece à multidão empedernida tão-somente um único sinal (Lc 11.29-32). Mostra-lhes que a luz agora acendida é suficiente (v. 33-36).

O sinal do profeta Jonas – Lc 11.29-32

[Comentário Esperança, Mateus, p. 210s]

29 – Como aflúissem as multidões, passou Jesus a dizer: Esta é geração perversa! Pede sinal; mas nenhum sinal lhe será dado, senão o de Jonas.

30 – Porque, assim como Jonas foi sinal para os ninivitas, o Filho do Homem o será para esta geração!

31 – A rainha do Sul se levantará, no Juízo, com os homens desta geração e os condenará; porque veio dos confins da terra para ouvir a sabedoria de Salomão. E eis aqui está quem é maior do que Salomão.

32 – Ninivitas se levantarão, no Juízo, com esta geração e a condenarão; porque se arrependeram com a pregação de Jonas. E eis aqui está quem é maior do que Jonas!

Com este discurso Jesus dirige-se à multidão do povo presente ao exorcismo e que agora requeria um sinal do céu (v. 14,16). De acordo com o relato de Mateus foram os fariseus e escribas que demandaram um sinal. Jesus negou-lhes esse pedido. A expulsão do demônio não era para eles uma legitimação divina suficiente de sua condição de Messias. Queriam um sinal do céu, algo como a chuva de maná no deserto [Êx 16.4s] ou a parada do sol e da lua [Js 10.13] ou a chuva de fogo do céu

em Elias [1Rs 18.38]. A exigência do sinal era tão-somente um pretexto para justificar sua incredulidade. O Senhor forneceu um sinal, porém não da espécie que eles buscavam.

Se Israel fosse como os ninivitas, creria em Jesus sem um sinal extraordinário. Esse pensamento é desenvolvido na seqüência: Salomão não realizou nenhum sinal celestial; Jonas não realizou nenhum milagre em Nínive; a rainha do sul e os ninivitas, porém, creram até mesmo sem um sinal. À rainha gentia bastou a sabedoria de Salomão; os habitantes de Nínive foram levados ao arrependimento pela pregação de Jonas.

A rainha do sul será despertada para condenar os judeus. No terceiro dia da ressurreição ela se apresentará como testemunha contra Israel. Os homens de Nínive igualmente se apresentarão contra o povo judeu no dia do juízo. O relato de Lucas contém uma tríplice intensificação: uma gentia e um judeu; os últimos dias da terra e Israel; Salomão e Jonas, e o Filho do Homem.

E de onde vem essa falta de capacidade de discernimento espiritual que o povo judeu acaba de explicitar e que o impede de reconhecer na manifestação de Jesus uma revelação divina?

Será que essa manifestação não foi suficientemente explicitada? Porventura os milagres inigualáveis de curas de enfermos e ressuscitação de mortos não são indícios e sinais suficientes, ou será que o povo carece de senso natural? Não, a causa reside em outro ponto, a saber, na condição moral do povo. Não querem. São cada vez mais reféns de seu coração endurecido, obscurecido! O motivo para isso já foi citado no comentário sobre o v. 23.

Karl Heim afirma o seguinte acerca desses versículos: “Não lhe será dado nenhum sinal.” Terão somente um sinal. E esse é precisamente o contrário do sinal que reivindicam. “Como Jonas esteve três dias e três noites na barriga da baleia, assim o Filho do Homem permanecerá três dias e três noites no seio da terra.” Ou seja, os fariseus e escribas verão Jesus morrer e descer debaixo da terra. Mas não verão mais do que isso. Uma das cenas mais arrasadoras na história da paixão é a dos escribas e anciãos, as pessoas que haviam demandado o sinal dele, paradas ao pé da cruz e despedindo-se dele. Meneando a cabeça, declaram: “A outros ajudou, mas não consegue ajudar a si próprio. Se for o Cristo, o Eleito de Deus, o Rei de Israel, que desça agora da cruz, para que vejamos, e então creemos. Confiou em Deus, que este o redima agora, se tiver prazer nele.” É como se solicitassem pela última vez: Mestre, dá-nos um sinal! Então haveremos de crer em ti. Jesus, porém, pende calado da cruz e vê como as ovelhas perdidas da casa de Israel, às quais foi enviado, fogem dele, duvidando, meneando a cabeça, ridicularizando, porque lhes falta o sinal. É a sua morte que verão, mas não a sua vitória. Essa será vista somente por aqueles que, diante de seu chamado, abandonaram tudo, redes, mesa da coletoria, pai, mãe e irmãos, sem nenhuma garantia, e o seguiram. O povo de Nínive deporá contra os judeus no juízo final, porque creu sem provas quando o excêntrico estrangeiro Jonas, o profeta desconhecido, caminhou a jornada de um dia para dentro de sua cidade, exclamando uma só palavra: “Em 40 dias Nínive será destruída.”

A luz de Jesus basta sem qualquer sinal – Lc 11.33-36

[Comentário Esperança, Mateus, p. 110s]

33 – Ninguém, depois de acender uma candeia, a põe em lugar escondido, nem debaixo do alqueire, mas no velador, a fim de que os que entram vejam a luz.

34 – São os teus olhos a lâmpada do teu corpo; se os teus olhos forem bons (saudáveis), todo o teu corpo será luminoso; mas, se forem maus, o teu corpo ficará em trevas.

35 – Repara, pois, que a luz que há em ti não sejam trevas!

36 – Se, portanto, todo o teu corpo for luminoso, sem ter qualquer parte em trevas, será todo resplandecente como a candeia quando te ilumina em plena luz.

Com a luz intelectual de Jesus acontece o mesmo que com a natural. Nosso corpo absorve a luz exterior por intermédio do olho. Mãos, pés, todo o corpo obtém luz unicamente por meio do olho, e assim consegue locomover-se corretamente. Sabem qual é sua condição. O olho é, portanto, a luz do corpo; ele é aquele órgão que acolhe a luz exterior para com ela conduzir bem o corpo inteiro!

Dessa forma a alma também possui um órgão. Esse órgão é o coração, do qual brotam os sentimentos, as vontades e os pensamentos (Mt 6.21). Quando o coração tem uma configuração correta, i. é, quando ele pertence à verdade e intenta a verdade, ele se apropria da revelação da verdade divina e comunica essa luz com toda a capacidade da alma. Quando isso não ocorre, ele

permanece na escuridão, e junto com ele todas as capacidades da alma. Mesmo o intelecto estará totalmente a serviço do mal e trabalhará contra a verdade.

Depois dessas palavras, resta aos ouvintes apenas “golpear o próprio peito” e examinar o que os impede de reconhecer a luz manifesta em Jesus e fazer dela a sua luz.

Alguém pode ser o maior erudito ou o rabino mais inteligente e apesar disso não receber nenhum raio dessa luz que só pode ser captada por meio de um coração reto. Porém quando o ser humano se entrega integralmente, sem qualquer respaldo, à ação da luz, a situação evolui ao ponto de que ele mesmo se torna luz por dentro e por fora, como alguém sobre quem uma fonte de luz envia seus raios luminosos (cf. 2Co 3.18; Rm 8.29).

Estas palavras de Jesus, portanto, dirigem-se com grande seriedade a cada ouvinte em particular, desafiando-o a examinar se sua capacidade de percepção intelectual já não está obscurecida por ainda não ter reconhecido a verdade revelada em Jesus Cristo (v. 35). A pessoa, porém, que aceita e acolhe Jesus Cristo reconhece nele não apenas a glória do Unigênito cheio de graça e verdade (cf. Jo 1.14), mas é transformado na imagem dele de glória em glória (2Co 3.18).

8. As exclamações de ai de Jesus contra os fariseus e professores da lei – Lc 11.37-12.12

O conteúdo principal da crítica contra os fariseus e professores da lei foi relatado em Mt 23. Com esse discurso Jesus encerrou sua atuação pública antes de sua paixão para a morte. De acordo com os relatos de Marcos e Lucas, Jesus terminou sua atestação messiânica em Jerusalém advertindo os discípulos contra o orgulho, a ganância e a hipocrisia dos escribas (cf. Mc 12.38-40; Lc 20.46,47). O conteúdo do relato que Marcos e Lucas trazem aqui é apresentado por Mateus no começo daquele grande discurso do Senhor (cf. Mt 23.6s,14).

Os diferentes ais são justificados de modo tão diferente em Lucas e com tanta originalidade em comparação com Mateus que não se pode imaginar uma revisão do relato do primeiro evangelista. Talvez a grande convergência com o discurso de Mt 23 se explique pelo fato de que aqui em Lucas 11, no final de sua atuação, Jesus repetiu pensamentos e lemas daquele discurso anterior. É igualmente possível que o Senhor puniu com rigor ainda maior o procedimento nocivo dos líderes do povo, de modo que o discurso posterior de Mt 23 tenha sofrido uma ampliação e radicalização em relação ao texto apresentado aqui em Lucas 11. As duras interpelações aos fariseus e escribas: “hipócritas” (Mt 23.13,15,23,25,27,29), “tolos e cegos” (Mt 23.17,19), “guias cegos” (Mt 23.16,24) e “cegos” (Mt 23.26) não ocorrem em Lucas.

De acordo com a ligação indicada pelo próprio Lucas (Lc 12.1) sintetizamos em uma unidade os dois discursos de Jesus “contra” os fariseus e “sobre” os fariseus (Lc 11.37-54 e 12.1-12). Temos diante de nós o auge da luta entre Jesus e o partido fariseu na Galiléia. A esses episódios extraordinariamente veementes correspondem os acontecimentos similares que conforme João 8 a 10 aconteceram na Judéia. O pano de fundo do confronto subsequente com certeza ainda é a odiosa acusação refutada no bloco anterior.

O trecho contém as seguintes partes: introdução - motivo das críticas de Jesus (v. 37-38); parte central - 1) as acusações contra os fariseus (v. 39-44); 2) as acusações contra os escribas (v. 45-54); 3) as promessas dadas aos discípulos (Lc 12.1-12).

Introdução: o motivo das críticas de Jesus – Lc 11.37s

37 – Ao falar Jesus estas palavras, um fariseu o convidou para ir comer com ele; então, entrando, tomou lugar à mesa.

38 – O fariseu, porém, admirou-se ao ver que Jesus não se lavara primeiro, antes de comer.

A controvérsia de Jesus com seus adversários provavelmente já durara algum tempo. Ele havia rechaçado cada um de seus ataques. Marcos informa que havia surgido tamanho tumulto popular em torno de Jesus (Mc 3.20) que não havia possibilidade de comer o pão. Isso deu motivo a que um fariseu que residia nas proximidades tivesse a idéia de pedir ao Senhor para que entrasse um instante em sua casa, para tomar uma refeição matinal, que costumava ser tomada um pouco antes ou depois do meio-dia. Jesus aceitou o convite. Mas não pôde dar atenção a grandes rituais de mesa, p. ex., às abluções de mãos dos fariseus, pois estava muito mais empenhado em continuar o quanto antes sua obra no meio do povo. Lucas não diz se o anfitrião externou em caretas de desaprovação ou palavras de acusação sua admiração pelo fato de que Jesus havia se acomodado à mesa para a refeição sem lavar as mãos.

O escândalo experimentado pelo fariseu por causa do comportamento de Jesus não podia ser tacitamente ignorado pelo Senhor. A hospitalidade demonstrada não deveria ser motivo para atenuar as críticas por causa da culpa dos líderes do povo, os fariseus.

Jesus imputa aos fariseus *três* pecados que tornam toda a sua aparente devoção inútil aos olhos de Deus: a) hipocrisia (v. 39-41); b) ambição (v. 42-43); c) influência nociva, que eles exerciam sobre todo o povo com sua devoção fingida (v. 44).

a) As imputações aos fariseus – Lc 11.39-44

A hipocrisia dos fariseus – Lc 11.39-41

[Comentário Esperança, Mateus, p. 375ss]

39 – O Senhor, porém, lhe disse: Vós, fariseus, limpais o exterior do copo e do prato; mas o vosso interior está cheio de rapina e perversidade.

40 – Insensatos! Quem fez o exterior não é o mesmo que fez o interior?

41 – Antes, dai esmola do que tiverdes (dentro do prato), e tudo vos será limpo!

Os utensílios de mesa diante de Jesus servem como ponto de referência para seu discurso, apontando para a limpeza das vasilhas para beber e comer. Jesus não contrapõe o exterior das vasilhas ao interior das mesmas, mas mostra o contraste entre a pureza exterior dos utensílios da mesa e a impureza interior dos fariseus (Mateus, no entanto, contrasta o exterior e o interior das vasilhas, Mt 23.25s). Jesus compara o copo e a bacia com os seres humanos, nos quais também podemos diferenciar, como nas vasilhas da refeição, o lado exterior e o interior. O cumprimento rigoroso dos preceitos de purificação dos fariseus de forma alguma combina com sua mentalidade impura. Os fariseus falham em não purificar o coração “de rapina e perversidade”. Essa purificação interior é infinitamente mais importante do que a observação de seus preceitos exteriores de purificação.

Jesus trouxe à consciência dos fariseus a tolice deles, que consistia em supervalorizar a pureza exterior e menosprezar a pureza interior, perguntando: “Porventura aquele que fez o exterior não fez também o interior?” Como o criador fez o corpo e a alma do ser humano, o primeiro como moradia da segunda, é insensato acreditar que unicamente pela purificação do corpo se alcançará o apreço de Deus, enquanto a vida interior, o coração e a alma, poderia tranquilamente permanecer na sujeira do pecado.

A instrução sobre dar esmolas daquilo que está nas bacias, no v. 42, foi entendida de diversas maneiras. Alguns exegetas relacionam “o que se encontra nas bacias” com o conteúdo dos copos e bacias. Segundo eles, aquilo que existe nas vasilhas e é necessário para o sustento da vida deve ser partilhado com os pobres.

No entanto, aquilo que “se encontra dentro” pode referir-se não apenas ao que está nos copos e nas bacias, mas é também o tesouro “interior”. Jesus remete os presentes ao fato de que, ao invés de a rapina e maldade preencherem seu coração, eles sempre deveriam exercitar-se no amor misericordioso. Seu interior deveria ser preenchido de bondade e amabilidade. E daquilo que o interior, a saber, o coração estiver cheio, disso os lábios transbordam!

Esse agir de dentro para fora influencia toda a conduta da vida de modo determinante. A exortação do Senhor contém dois elementos: a santificação de alimento e bebida não acontece através da lavagem exterior das vasilhas, mas quando é repartido com pessoas necessitadas, em amor misericordioso. É por meio da bondade ativa do coração e do amor, e não por abluções, que se controla a impureza do coração, que do contrário causa avidez e perversidade.

“E eis que então tudo estará puro!” Esse resultado seria alcançado instantaneamente. De forma alguma essa afirmação implica o mérito por obras. O preceito assemelha-se à instrução que João Batista deu à multidão (Lc 3.11): “Quem tiver duas túnicas, reparta com quem não tem; e quem tiver comida, faça o mesmo.” Esse será o melhor meio de chegar à penitência, ao arrependimento. Ainda não se trata da salvação, mas de mentalidade disposta à salvação, de marcas da conversão, de arrependimento.

A ambição dos fariseus – Lc 11.42-43

42 – Mas ai de vós, fariseus! Porque dais o dízimo da hortelã, da arruda e de todas as hortaliças e desprezais a justiça e o amor de Deus; devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas!

43 – Ai de vós, fariseus! Porque gostais da primeira cadeira nas sinagogas e das saudações nas praças!

O primeiro ai se dirige contra a doutrina e prática dos fariseus, que insistem no cumprimento dos mandamentos mínimos e exteriores, mas passam de largo das exigências mais importantes da lei.

Todo israelita tinha de entregar o dízimo de sua produção de vinho, azeite, cereais, etc. (Lv 27.30; Nm 18.21; Dt 14.22). No entanto, para ostentar a rigorosa pontualidade de seu cumprimento da lei, os fariseus haviam expandido esse mandamento também para outras áreas, como os insignificantes produtos da horta, p. ex., a hortelã, a arruda, as hortaliças, não mencionadas pela lei.

Deixam completamente de lado o cerne da lei, de julgar com justiça e com o amor a Deus. Não se concretiza o exercício do direito pela decisão entre justo e injusto, bem como o cumprimento do amor a Deus, do supremo mandamento. Jesus ordena que a essência da lei seja cumprida; já as coisas secundárias, como o dízimo das ervas da horta, tampouco devem ser deixadas de lado!

O segundo ai dirige-se contra os fariseus, porque eles tinham máxima predileção pelos primeiros assentos nas escolas e pelas saudações nas praças. Jesus castiga sua vaidosa busca por honrarias (cf. Mc 12.38s; Lc 20.46). A devoção autêntica não busca honra humana. Essa imputação é desenvolvida em Lc 20.45-47.

A influência nociva que os fariseus exercem sobre o povo com sua religiosidade fingida – Lc 11.44

44 – Ai de vós que sois como as sepulturas invisíveis, sobre as quais os homens passam sem o saber!

O terceiro ai que Jesus exclama contra os fariseus cava mais profundamente em sua vida interior. O Senhor compara-os com sepulturas velhas e descaracterizadas, sobre as quais as pessoas passam sem notar. Qualquer contato com uma sepultura ou um cadáver deixava a pessoa impura por oito dias (Nm 19.16). Era fácil que a pessoa se tornasse impura pelo contato do pé com uma sepultura nivelada com o chão. Quem não se cuida, contamina-se, sem suspeitar de nada, pelo simples contato com os fariseus. O israelita simples pensa que ao cultivar comunhão com um fariseu está lidando com um santo. No entanto a verdade será revelada. O convívio com esses hipócritas terá por consequência que em breve a pessoa será contaminada pelo espírito do orgulho e da hipocrisia deles.

b) A crítica de Jesus contra os professores da lei – Lc 11.45-54

Uma objeção feita por um professor da lei levou o discurso de Jesus em outra direção. Os fariseus formavam um partido religioso, os professores da lei eram uma categoria oficial. Eles eram os sábios, os entendidos da lei, que pesquisavam os preceitos da lei e a incutiam nas consciências dos fiéis. Ocupavam o grau de líderes espirituais. A maioria provavelmente pertencia ao partido dos fariseus. Sua dignidade oficial conferia-lhes uma posição superior na teocracia do que a de um partido. Disso se explica a objeção do mestre da lei, que interrompeu a Jesus: “Mestre, enquanto dizes essas coisas, ofendes também a nós.” Jesus acusa os mestres da lei, como já fizera com os fariseus, de três coisas: 1) seu apego religioso à letra; 2) seu fanatismo intolerante; 3) sua influência nefasta sobre o povo.

A exclamação de ai de Jesus contra a atitude errada diante da lei – Lc 11.45-46

45 – Então, respondendo um dos intérpretes da Lei, disse a Jesus: Mestre, dizendo estas coisas, também nos ofendes a nós!

46 – Mas ele respondeu: Ai de vós também, intérpretes da Lei! Porque sobrecarregais os homens com fardos superiores às suas forças, mas vós mesmos nem com um dedo os tocais.

As palavras de Jesus: “Também a vós, professores da lei, ai!” explicam que os ais proferidos contra os fariseus também valem para eles. Eles estabelecem uma multidão de preceitos sofisticados a respeito do cumprimento da lei de Moisés. Os próprios mestres da lei não se preocupavam com a escravidão à letra e às formas que eles impunham às pessoas. Na perspectiva deles conhecer as leis e os preceitos substituía o fazer.

A exclamação de ai de Jesus contra a ânsia de perseguição – Lc 11.47-51

47 – Ai de vós! Porque edificais os túmulos dos profetas que vossos pais assassinaram.

48 – Assim, sois testemunhas e aprovais com cumplicidade as obras dos vossos pais; porque eles mataram os profetas, e vós lhes edificais os túmulos.

49 – Por isso, também disse a sabedoria de Deus: Enviar-lhes-ei profetas e apóstolos, e a alguns deles matarão e a outros perseguirão,

50 – para que desta geração se peçam contas do sangue dos profetas, derramado desde a fundação do mundo;

51 – desde o sangue de Abel até ao de Zacarias, que foi assassinado entre o altar e a casa de Deus. Sim, eu vos afirmo, contas serão pedidas a esta geração!

Edificar túmulos de profetas assassinados a princípio não é errado. Alguns acreditam que as pessoas se ocupam com esse trabalho para compensar o sacrilégio dos antepassados. Com certeza Jesus não queria criticar a memória dos profetas e mártires honrada e mantida viva por meio de estátuas. Porém, como os jazigos são construídos por pessoas que dão razão a seus pais, os assassinos dos profetas, sua ação representa uma continuação dos homicídios dos antepassados.

Por ter a mesma mentalidade de seus antepassados, a geração presente está ameaçada por um juízo severo. Pela sabedoria de Deus, i. é, de acordo com os desígnios de Deus, mais uma vez profetas e apóstolos, pregadores do evangelho (cf. Ef 2.20; 3.5) são enviados para o meio do povo, que acaba evidenciando a mesma mentalidade que seus antepassados demonstraram em relação aos profetas. O envio de novos profetas e novos emissários é, portanto, não uma demonstração de graça para os professores da lei, mas um juízo condenatório. Do mesmo modo como seus pais, eles também perseguirão e matarão alguns desses profetas e apóstolos.

O fanatismo dos mestres da lei, que levou ao assassinato e à perseguição dos homens enviados por Deus, tem por consequência que o sangue de todos os mártires da história da antiga aliança, de Abel até o profeta Zacarias (cf. Comentário Esperança, Mateus, sobre Mt 23.35s, p. 384), será demandado deles. Os nomes desses dois mártires de sangue ocorrem no primeiro e último livros da Bíblia hebraica (cf. Gn 4.8,10 e 2Cr 24.20-22).

c) O ai de Jesus contra o abuso do conhecimento – Lc 11.52

52 – Ai de vós, intérpretes da Lei! Porque tomastes a chave da ciência; contudo, vós mesmos não entrastes e impedistes os que estavam entrando.

O terceiro ai contra os professores da lei diz que a Escritura Sagrada é um livro fechado para eles mesmos e para o povo. Eles haviam reservado exclusivamente para si o direito de explicar a Escritura. O conhecimento é apresentado aqui pela metáfora de uma casa, cuja porta precisa ser destrancada para que se possa entrar. Os mestres da lei tiraram a chave da casa, de modo que nem eles mesmos conseguem entrar, muito menos outras pessoas. Essa comparação do conhecimento do reino dos céus (Mt 23.13) com uma casa provavelmente se baseia em um costume judaico, segundo o qual uma chave era simbolicamente entregue a um rabino quando este assumia o cargo de professor: “Nós te entregamos o poder de atar e soltar” (cf. Mt 16.19; 18.18). A chave é a imagem do acesso aberto aos bens de salvação do templo e um símbolo do cargo ao qual compete possibilitar também a outros esse acesso. Com o apego da razão à letra da lei os mestres da lei fecharam o acesso ao entendimento da salvação para si e para outros.

Do apego meramente intelectual à letra da lei desenvolveu-se o despotismo espiritual, o terceiro ponto que Jesus critica nos escribas. Essa terceira acusação é correspondente à terceira acusação dirigida aos fariseus: a influência nociva exercida sobre o espírito do povo. Em vez de usar a lei como meio para preparar o povo para a salvação despertando a consciência do pecado, o ensino farisaico dos mestres da lei tinha transformado a própria observância exterior rigorosa da lei em meio de salvação. Consequentemente, formou-se aquele profundo contraste entre a religião ensinada pelos escribas e a revelação da salvação divina trazida por Jesus. Essa foi a razão por que a obra de Jesus fracassou junto ao povo.

d) A hostilidade de seus ouvintes – Lc 11.53s

53 – Saindo Jesus dali, passaram os escribas e fariseus a argüi-lo com veemência, procurando confundi-lo a respeito de muitos assuntos,

54 – com o intuito de tirar das suas próprias palavras motivos para o acusar.

É bem compreensível que essas gravíssimas acusações que Jesus proferiu na casa do anfitrião fariseu não continuaram sem consequências. Nos vv. 53s foi descrito um episódio de hostilidade

possivelmente único na vida de Jesus. – Com grande agitação, a refeição acabou sendo interrompida. Todos os convidados reuniram-se em torno dele. Pressionaram-no terrivelmente. Cada um levantava uma pergunta que pretendia enredá-lo em uma acusação, e espreitavam e escutavam para detectar se ele não diria uma palavra com a qual pudessem desacreditá-lo junto do povo. Mas fora, diante da casa, o povo se acotovelava em densa multidão. Nesse ponto entramos em Lucas 12.1.

O farisaísmo, muito longe de ser mera forma de judaísmo naquele tempo, na realidade não passa de revelação natural da realidade pecaminosa do coração, que não quer abrir mão da expectativa de tornar-se justo perante Deus por mérito próprio. Temos orgulho daquilo que acreditamos possuir, e sempre estamos propensos a assumir justamente os ares daquilo que não possuímos, como bem sabemos.

Todas essas tramas do auto-engano, porém, são desmascaradas pelo olhar penetrante do Rei da verdade, e quem se posiciona a favor da causa injusta, como os escribas (v. 45), obtém sua justa porção da dura crítica de Deus e de Jesus.

9. A exortação de Jesus aos discípulos para que dêem testemunho corajoso – Lc 12.1-12

Os discípulos que talvez estivessem do lado de fora da casa do fariseu devem ter percebido que Jesus se encontrava em uma situação extremamente perigosa. Então Jesus sai da casa e dirige-se aos seus seguidores. Lemos no texto do v. 1: “Ele disse a seus discípulos”. Jesus sente a necessidade de voltar-se de forma especial aos seus que, como provavelmente é correto presumir, denotam um semblante totalmente atemorizado.

A expressão “Jesus passou a dizer” confere às palavras subseqüentes algo de solene. Ou seja, Jesus dirige-se primeiramente ao pequeno grupo de discípulos que parece perdido no meio da turba agitada, afirmando aos ouvidos de todos palavras cheias de ousadia, força e majestade.

Assim como na casa do fariseu, ele tampouco se intimidou do lado de fora, iluminando com a luz da verdade a hipocrisia do partido dos fariseus. A seus discípulos, porém, o Senhor proporciona incentivo e encorajamento quádruplos.

a) – Encorajamento à ousadia com vistas a seu ministério – Lc 2.1-3

1 – Posto que miríades de pessoas se aglomeraram, a ponto de uns aos outros se atropelarem, passou Jesus a dizer, antes de tudo, aos seus discípulos: Acautelai-vos do fermento dos fariseus, que é a hipocrisia.

2 – Nada há encoberto que não venha a ser revelado; e oculto que não venha a ser conhecido.

3 – Porque tudo o que dissesdes às escuras será ouvido em plena luz; e o que dissesdes aos ouvidos no interior da casa (nas despensas) será proclamado dos eirados.

As multidões motivaram Jesus a alertar os discípulos diante dos ouvidos do povo contra o fingimento dos fariseus. As palavras que ele declara na presença de todos são audaciosas e corajosas. O Senhor adverte primeiramente contra o levedo dos fariseus, o perigo mais preocupante para a devoção israelita (cf. Mc 8.15; Mt 16.6). O NT fala diversas vezes de forma figurada do levedo, tanto em sentido positivo quanto negativo (cf. Mt 13.33; Lc 12.1; 1Co 5.6; Gl 5.9). A advertência de Jesus contra o fermento farisaico quando retornava à Decápolis com os discípulos (Mt 16.6,12; Mc 8.15; cf. com Comentário Esperança, Mateus, p. 221s e Marcos, p. 155) foi motivada por uma situação completamente diferente. Ali o uso que Jesus faz da figura do fermento representa o temeroso apego dos fariseus a formas judaicas, ou seja, uma condenação da concepção doutrinária dos fariseus. Aqui em Lucas, a interpretação do levedo aqui como hipocrisia está objetivamente relacionada com Mt 15.1-20 (Comentário Esperança, Mateus, p. 261ss) e Mc 7.1-23 (Comentário Esperança, Marcos, p. 222ss). Jesus acusa os fariseus de um tipo mais refinado de hipocrisia. De acordo com sua concepção, visavam envolver o povo em uma rede de formas religiosas, que carecia de qualquer cerne de devoção verdadeira. Havia uma contradição entre interior e exterior. Uma descrição certa do conceito da hipocrisia é a palavra de Paulo em 2Tm 3.5 a respeito de pessoas que ostentam a aparência exterior de beatitude mas negam a força dela.

A advertência do Senhor para que as pessoas se precavenham contra a hipocrisia dos fariseus permite reconhecer nitidamente que também seus discípulos não estavam isentos da tentação dessa atitude nefasta. Mesmo alguém que condena severamente os fariseus pode praticar uma justiça própria farisaica, caindo assim na hipocrisia.

Em seguida, no v. 2, Jesus fundamenta e explica a advertência contra o perigo da hipocrisia farisaica com uma ameaça. O encoberto será revelado, o escondido será exposto. No fim dos tempos haverá uma manifestação geral de tudo que estava oculto. Esse princípio supremo do governo divino visa estimular-nos a desde já agir constante e permanentemente de acordo com a verdade, sem ceder (cf. Mc 4.21s). Pelo fato de que tudo será revelado à luz da verdade, cada discípulo de Cristo deve precaver-se contra a hipocrisia. Quando Deus trouxer à luz o motivo da conduta e do serviço, oculto nas sombras, então será manifesto se os servos da palavra de Deus foram hipócritas ou testemunhas da verdade. Por isso Jesus exorta os discípulos a exercer seu serviço com vistas ao grande dia da revelação (Cl 3.3s; 1Jo 3.2).

No v. 3 a expressão “nas despensas” é a tradução do termo grego *tamieion*. A esse respeito, veja Mt 6.6, onde Jesus declara: “Quando orares, entra em tua despensa” (Lutero traduziu “no quartinho”). Na casa rural palestina o *tamieion*, a despensa, é o recinto sem janelas e que podia ser trancado. Ali eram guardados os estoques. Não era possível olhar para dentro dele ou entrar nele sem um bom motivo. O *tamieion* era o recinto mais abscôndito da casa. – Além da presente passagem, a expressão *tamieion*, no sentido da despensa fechada e, além disso, de recinto e quarto escondido, íntimo, ocorre no NT em Mt 24.26; Lc 12.24 e Mt 6.6, totalizando quatro vezes.

O “falado no escuro” e “sussurrado ao ouvido na despensa” refere-se à instrução do Senhor, que por enquanto estava sendo proporcionada somente aos discípulos e não ao povo (quanto ao que é sussurrado no ouvido, cf. Mt 10.26s; veja Comentário Esperança, Mateus, p. 181). Aquilo que o Senhor sussurrou somente no ouvido dos discípulos, no relacionamento mais íntimo e secreto, estes devem pregar e anunciar sobre os telhados, como arautos em absoluta publicidade, como luminárias acesas, permitindo o rompimento cada vez maior da luz. Há aqui uma importante prova contra toda a ocultação esotérico-cristã. Conseqüentemente, os discípulos de Jesus proclamam a verdade livres de hipocrisia e temor diante dos humanos.

No oriente as casas tinham telhados planos, nos quais era possível permanecer enquanto se falava aos que se encontravam na rua. Essa metáfora, portanto, descreve o máximo de presença pública.

b) Encorajamento a não temer, tendo em vista a proteção de Deus – Lc 12.4-7

4 – Digo-vos, pois, amigos meus: não temais os que matam o corpo e, depois disso, nada mais podem fazer!

5 – Eu, porém, vos mostrarei a quem deveis temer: temei aquele que, depois de matar, tem poder para lançar no inferno. Sim, digo-vos, a esse deveis temer.

6 – Não se vendem cinco pardais por dois asses? Entretanto, nenhum deles está em esquecimento diante de Deus.

7 – Até os cabelos da vossa cabeça estão todos contados. Não temais! Bem mais valeis do que muitos pardais.

Jesus está pensando no futuro dos seus. Ele sabe que terão de suportar uma variedade de perigos e perseguições. A amorosa interpelação: “Vós, amigos meus” desvela a inesgotável riqueza da bondade do Redentor. Todos os fiéis são chamados de “amigos”! Que incrível título honorífico! Essa honraria visa livrá-los de todo o temor diante das pessoas. Os seres humanos não podem fazer-lhes nada além de tirar a vida física.

Jesus, no entanto, não esconde de seus discípulos a magnitude do perigo em que serão lançados! Não lhes assegura proteção para sua vida física. Mas como consolo mostra-lhes ao mesmo tempo o limite do poder humano hostil.

Por essa razão Jesus adverte para que se tema aquele que depois da morte possui os poderes de lançar a pessoa na *gehenna*, no inferno. Os exegetas estão divididos quanto à questão se é Deus ou Satanás quem lança no inferno. Em lugar algum a Escritura ordena que temamos o diabo ou Satanás, mas que lhe resistamos (1Pe 5.9; Tg 4.7). Unicamente Deus possui poderes para matar seres humanos e transportá-los para o local do suplício (cf. Lc. 16.24,28). Mateus ainda escreve que as pessoas não conseguem matar a alma. Por essa razão devemos temer somente aquele que é capaz de destruir a alma (Mt 10.28). Logo, não se diz que a alma é morta, mas que é arruinada, o que é o oposto da salvação. A alma é entregue à condenação.

Usando das mais vigorosas ilustrações disponíveis, as palavras seguintes falam acerca do cuidado e da onisciência de Deus. Pelo fato de que Jesus inclui no planejamento de Deus até mesmo a morte

da menor e mais insignificante criatura na natureza, ele visa deixar claro aos discípulos que também a morte pessoal de cada um deles de forma alguma será algo absurdo.

A expressão “diante de Deus” é hebraica; significa que entre essas pequenas criaturas não há uma sequer que não esteja ao alcance do olhar da onisciência divina. Até mesmo os menores e mais baratos passarinhos, que são vendidos a cinco unidades por dois asses, ou conforme Mt 10.29, dois por um asse, não são esquecidos por Deus (cf. Comentário Esperança Mateus acerca de Mt 10.29-31, p. 181s; asse, *assarion* = antiga moeda romana de cobre).

O cuidado de Deus estende-se não apenas a uma pessoa, mas até mesmo o aspecto mais secundário, os cabelos de nossa cabeça, estão debaixo da providência de Deus. Nós não nos importamos muito com o fato de que diariamente perdemos alguns dos nossos 140.000 fios de cabelo. Deus, porém, diante do qual ocupamos posição de destaque em relação a todos os pardais, importa-se com as mínimas coisas de nossa vida. Por isso, lancemos fora o temor diante de pessoas e da natureza: não podeis cair sem o consentimento de Deus; e quando ele consente, isso certamente redundará no melhor para seu filho!

Conseqüentemente, o único temor que o discípulo pode e deve ter é o temor diante de Deus. Contudo, o significado de temor (reverência) a Deus será concretizado nas palavras subseqüentes. A principal característica, a essência mais central desse temor é confiança absoluta e obediência incondicional.

c) Encorajamento para testemunhar a Jesus – Lc 12,8-10

8 – Digo-vos ainda: todo aquele que me confessar diante dos homens, também o Filho do Homem o confessará diante dos anjos de Deus!

9 – Mas o que me negar diante dos homens será negado diante dos anjos de Deus.

10 – Todo aquele que proferir uma palavra contra o Filho do Homem, isso lhe será perdoado; mas, para o que blasfemar contra o Espírito Santo, não haverá perdão.

Por meio de promessa e advertência o Senhor encoraja para um testemunho destemido, fiel e franco. Na realidade a tradução exata é: “A todo o que me confessa perante os seres humanos também o filho do Homem confessará nele perante os anjos de Deus.” Isto significa que Jesus realiza a confissão dentro da pessoa, i. é, que a pessoa pertence inteiramente ao Senhor, está completamente aliada a ele e não é capaz de viver sem ele nem mesmo um único segundo. Numa pessoa assim o Senhor também realiza seu próprio testemunho, i. é, torna-se completamente unido com seu servo, de forma que o servo seja o elemento vital do Senhor. Portanto, essa pessoa será reconhecida por ele, diante dos anjos, como seu familiar, seu amigo. Quando ele estiver rodeado das multidões de anjos diante do trono de Deus, Cristo confessará que é um só com os seus.

Tão gloriosa que é a confissão nele, tão grave punição também acarreta a negação de Cristo. Quem se envergonha de Cristo diante das pessoas e hesita em sua confissão “nele”, ou quem adere aos que o privam da honra, dessa pessoa se afirma: “ela será negada”! Essa formulação passiva é significativa.

No v. 9 o verbo “negar”, portanto, encontra-se na forma passiva. Não é igual ao v. 8: “Eu hei de confessar aquele que confessa” e por isso “Eu hei de negar esse discípulo”, mas lemos: “Ele será negado.” Nesse caso a rejeição tornou-se um ato que se concretiza por si próprio, como consequência necessária do comportamento na terra.

Uma vez que no v. 11 Jesus volta a dirigir-se expressamente aos discípulos (*hymas* = a vós), as palavras do v. 10 também são dirigidas aos adversários que o rodeavam, visando ser primordialmente uma advertência para estes. Contudo as palavras com certeza também devem servir de consolo e estímulo aos discípulos. Talvez os discípulos tenham caído em aflição íntima por causa da resistência hostil e ameaçadora dos líderes espirituais de seu povo contra seu mestre. O consolo de seu Senhor consiste em que ele agora lhes declara: há algo muito pior que a rejeição de minha pessoa, que é a blasfêmia contra o Espírito Santo. Para o judeu não foi fácil e óbvio aceitar Jesus com sua humildade como o Messias há muito esperado. Infelizmente o ensino espiritual a seu respeito dado pelos fariseus, situava-se em uma linha completamente diferente. De forma alguma o Jesus de Nazaré correspondia às expectativas deles. Jesus declara com suas palavras: essa falta de reconhecimento quanto à minha pessoa não exclui para sempre o perdão. Somente a obstinada oposição interior ao Espírito Santo, que trabalhará neles por meio da pregação após minha ressurreição, aproxima-os gravemente desse perigo de blasfêmia contra o Espírito Santo. Essa é uma blasfêmia de cunho muito

peculiar. Trata-se de um insulto a Deus contra toda percepção correta e conhecimento preciso. Trata-se de passar conscientemente para o lado de Satanás e de persistir no endurecimento contra Deus.

Cumpra-nos notar que na presente situação, em que o ódio e a rebelião dos líderes judeus se manifestam com toda a nitidez, Jesus não afirma: vós escribas estais cometendo a blasfêmia contra o Espírito Santo que jamais vos será perdoada. Jesus não promulga essa sentença, ele apenas os adverte diante da gravíssima questão, para ver se não se deixarão puxar de volta e salvar apesar de tudo.

Essa grave advertência do Senhor sempre ocupou os cristãos de forma intensa. Constantemente surge a pergunta: que pecado é esse que nunca há de ser perdoado? Pessoas temerosas, que cismam com essa questão e tentam determinar se porventura já cometeram esse pecado, demonstram, com essa atitude, que não incorreram neste pecado. Pois toda a sua busca e indagação pelo sentido da palavra de Deus na verdade significa que desejam restabelecer a comunhão com Deus, que temem a Deus.

A Sagrada Escritura fala de “resistir” (At 7.51), “amargurar”, “ofender” (Is 63.10) e “entristecer” (Ef 4.30) o Espírito Santo. Isso é diferente de “blasfêmia contra o Espírito Santo”. Essa significativa asserção é relatada de várias formas pelos três evangelhos sinóticos (cf. Mt 12.31; Mc 3.28).

Qualquer pecado pode ser perdoado por contrição e arrependimento, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não é perdoada. Quem não consegue evitar a percepção de que o Espírito de Deus atua em sua vida e em sua pessoa, porém o rejeita conscientemente e o declara propositadamente como *antidivino*, não consegue encontrar o caminho do arrependimento. Quem chama de satânico o que é *divino*, o que é a revelação máxima por meio do Espírito Santo, comete esse pecado de blasfêmia que não será perdoado nem aqui nem no futuro. Essa seríssima advertência de Jesus também contrasta aqui com a doutrina do resgate e da reconciliação universal (acerca da blasfêmia contra o Espírito Santo, cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 208s, e Marcos 3.28-30, p. 144s).

d) Certificação do apoio do Espírito Santo – Lc 12.11-12

11 – Quando vos levarem às sinagogas e perante os governadores e as autoridades, não vos preocupeis quanto ao modo por que respondereis, nem quanto às coisas que tiverdes de falar;

12 – porque o Espírito Santo vos ensinará, naquela mesma hora, as coisas que deveis dizer.

Em Mt 10.19s; Mc 13.11 e Lc 21.14s ocorre a mesma idéia. As palavras: “eles vos levarão para dentro” apontam para inimigos como aqueles aos quais Jesus acaba de dirigir a advertência do v. 10. Seus discípulos terão de comparecer e defender-se diante de numerosos e diferenciados tribunais, a saber, os tribunais religiosos judaicos e as autoridades gentílicas (estatais). Mas os discípulos não devem preparar-se para nenhum discurso de defesa. Porque ainda que Jesus seja condenado, continuará atuando com grande poder por intermédio do Espírito Santo e auxiliando seus discípulos. As respostas às acusações dos inimigos ser-lhes-ão fornecidas diretamente.

Atos dos Apóstolos demonstra de forma cabal como essa promessa do Senhor se confirmou. Os superiores, anciãos e escribas em Jerusalém foram obrigados a presenciar e maravilhar-se diante da alegria de Pedro e João (At 4.13). O discurso de defesa de Estêvão penetrou o coração dos ouvintes (At 7.54)! Félix assustou-se diante do Paulo algemado (At 24.25).

Está claro que Jesus deu essa promessa aos discípulos com vistas a perseguições. Argumentar, isto é, tentar usar essas palavras do Senhor para provar que qualquer preparação para a pregação não seria da vontade de Deus não combina com o texto. A esse respeito, cf. Mt 10.19 (Comentário Esperança, Mateus, p. 179) e Jo 15.26ss.

10. As exortações de Jesus aos discípulos perante o povo quanto à atitude correta diante dos bens e das realidades do mundo, bem como dos sinais dos tempos – Lc 12.13-59

Neste sermão doutrinário do Senhor pode-se notar um nexos interior. O todo, no entanto, também traz diferentes exortações e advertências do Senhor que, conforme o evangelho de Mateus, foram apresentados em ocasiões bem diversas. Aparecem inseridos aqui dois fragmentos do Sermão do Monte (Mt 6.25-33; 6.19-21), um terceiro trecho da instrução de serviço para os apóstolos (Mt 10.34-36) e, entre diversos outros ditos (Mt 16.2s; 5.25s), um trecho da grande escatologia (Mt 24.42-51). Aparece aqui um exemplo particularmente marcante da forma de ensino de Jesus, que apresentava ditos similares e trechos mais longos de discursos em diversas combinações, de modo que a verdade divina recebesse múltiplas iluminações.

a) O ensejo do discurso de exortação de Jesus – Lc 12.13-15

13 – Nesse ponto, um homem que estava no meio da multidão lhe falou: Mestre, ordena a meu irmão que reparta comigo a herança!

14 – Mas Jesus lhe respondeu: Homem, quem me constituiu juiz ou partidor entre vós?

15 – Então, lhes recomendou: Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avareza; porque a vida de um homem não consiste na abundância dos bens que ele possui.

O presente relato pertence ao material exclusivo de Lucas. Dentre as milhares de pessoas da multidão, uma pessoa (não um discípulo) talvez tenha ouvido o Senhor pela primeira vez (cf. Lc 12.1). É possível que a herança tenha sido negada ao homem ou que estivesse na iminência de ser enganado em relação a ela. Em tais casos os judeus daquele tempo freqüentemente dirigiam-se aos escribas. Em analogia a outras ocasiões similares (p. ex., a mulher adúltera [Jó 8.3ss]), Jesus nega-se categoricamente a fazer qualquer coisa que pudesse suscitar a idéia de que pretendia ocupar o lugar das autoridades judiciais existentes.

A interpelação “Homem!” e a pergunta: “Quem me instituiu juiz ou partidor de herança sobre vós?” visa chamar o estranho à razão. Dessa forma Jesus explicita sobretudo que não estava disposto a envolver-se com uma área que não lhe competia. Jesus, que afastou de si o que não lhe competia, reconheceu assim ao mesmo tempo o compromisso de todos aqueles que foram instituídos para isso. Não pretendia interferir na realidade política e civil. A palavra e o exemplo do Mestre valem para todos os tempos, de modo que tarefas estranhas e indevidas não se mesclam com a função *espiritual*. Com excessiva predileção abusa-se do prestígio de um líder religioso para sanar controvérsias legais.

Não era incumbência do Senhor nem finalidade de sua vinda ajudar o pedinte a alcançar sua justa herança, mas curá-lo de sua mazela principal. “E disse-lhes: Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avareza!” Ele advertiu todos os ouvintes, porque quase todas as pessoas sofrem desse mal fundamental.

Os dois imperativos “vede” e “tende cuidado” no v. 15a poderiam ser vistos como recomendação: “Mantenham bem abertos os olhos contra a avareza!” Contudo a tradução mais correta talvez seja: “Vede este homem que acaba de dirigir-se a mim com uma demanda legal, e cuidai-vos!” O termo grego, traduzido por avareza, designa mais precisamente “a avidez de ter cada vez mais”, e não o desejo de conservar aquilo que já se possui. Esse último aspecto, porém, faz parte do primeiro. Esse duplo anseio está baseado numa confiança supersticiosa em bens terrenos, cuja posse é equiparada à felicidade.

A complexa construção do texto básico no v. 15b, não obstante diversas obscuridades do significado, aponta para a tolice da avareza no seguinte sentido: “Ainda que alguém tenha em abundância, não conquistará vida por meio de seus bens”. Provavelmente seja esse o significado dessa frase de difícil formulação.

b) A parábola do rico insensato – Lc 12.16-21

16 – E lhes proferiu ainda uma parábola, dizendo: O campo de um homem rico produziu com abundância.

17 – E arrazoava consigo mesmo, dizendo: Que farei, pois não tenho onde recolher os meus frutos?

18 – E disse: Farei isto: destruirei os meus celeiros, reconstruí-los-ei maiores e aí recolherei todo o meu produto e todos os meus bens.

19 – Então, direi à minha alma: tens em depósito muitos bens para muitos anos; descansa, come, bebe e regala-te!

20 – Mas Deus lhe disse: Louco, esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será?

21 – Assim é o que entesoura para si mesmo e não é rico para com Deus.

Essa parábola no material exclusivo de Lucas é tão simples que praticamente dispensa explicação. A narrativa da tolice do rico é original. A riqueza é considerada nessa parábola como meio para providenciar uma vida despreocupada por muitos anos, como se a continuidade da vida dependesse apenas de comer e beber.

A simples formulação “a lavoura de uma pessoa rica havia dado boa produção” proporciona à exposição subsequente um fundo eficaz. O rico ponderava como deveria armazenar o grande produto da colheita.

A princípio a pessoa não fez nada de mau. Diante de todo o mundo ele se apresenta como cidadão sábio, sendo muito laborioso, eficiente e bem-sucedido em sua profissão, mas não deixa de ser um tolo perante Deus. O agricultor diz a si mesmo: “Meus produtos, meu armazém, meus bens, minha alma”, como se tudo isso pertencesse unicamente a ele, como se ele pudesse dispor apenas por si só e por decisão própria. – Ele perceberá que tudo isso não lhe pertence. Igualmente são bem característicos os seis “eu” do agricultor: que farei eu – não tenho – onde eu – hei de – eu quero – eu direi.

No final da parábola é formulado o contraste mais radical e eficaz da narrativa: “Porém Deus lhe disse”. Esse contraste impactante entre o monólogo do rico insensato e o julgamento de Deus pertence às circunstâncias mais arrasadoras da parábola. Fica claro de que são de fato *palavras* de Deus que o rico ouve.

As palavras de Deus mostram com extrema nitidez a mentalidade obcecada do rico. Enquanto o rico ainda folga no devaneio de seus prazeres *futuros*, Deus profere a sentença sobre o ser humano insensato. Não se concedem a ele nem mesmo um número de *horas* equivalente aos *anos de vida* que ainda sonhava ter. Ele morre já na primeira noite depois de ter fixado seus planos futuros acerca da produção de suas terras. “A tua alma te pedirão” é uma expressão específica para sofrer a morte. Ela expressa a morte contra a vontade, em que é preciso entregar a “sua” alma, que ele de fato tenta manter como “sua”. Em termos lingüísticos e objetivos pode ser traduzido como: “Demandarão de ti a alma”.

A interpelação “tolo” é justificada no anúncio subsequente do destino da pessoa. Deus desmascara a loucura do homem que acreditava poder assegurar também sua vida com seus tesouros acumulados para longo tempo. Após anunciar a perda da vida, ainda levanta a pergunta pelo destino da fortuna, sem qualquer indício de uma resposta. “Mas o que tens preparado, para quem será?”

Jesus havia alertado a não se render à tolice de pensar que a vida depende da quantidade dos bens (Lc 12.15). A presente parábola ilumina essa expressão. Em ambas as partes a narrativa faz justiça a essa tendência. O primeiro trecho descreve a maneira e o modo como a avareza imagina o futuro e conta com ele. A segunda parte revela a nefasta insensatez que são na realidade a avareza e cobiça.

c) Uma condenação da preocupação mundana – Lc 12.22-31

O que Jesus diz aos discípulos na seqüência está estreitamente relacionado com a exortação precedente ao povo, mas também com o discurso de advertência aos discípulos (cf. v. 13-21, 1-12). Há, acima de tudo, uma correlação com a condenação de preocupações e recursos mundanos e a advertência contra a ganância e a supervalorização da riqueza, pela qual Deus é completamente colocado de lado. O presente segmento do discurso também lança mão das instruções aos discípulos (v. 1-12). A referência ao cuidado e auxílio de Deus (v. 24-29) lembra inegavelmente o estímulo: “Não se consumam de preocupação!” (v. 6, 11). A exortação para não se preocupar forma uma parte do Sermão do Monte (Mt 6.25-34).

Exortação à despreocupação com relação à providência de Deus – Lc 12.22-24

[Comentário Esperança, Mateus, p. 192]

22 – A seguir, dirigiu-se Jesus a seus discípulos, dizendo: Por isso, eu vos advirto: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer, nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir!

23 – Porque a vida é mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes.

24 – Observai os corvos, os quais não semeiam, nem ceifam, não têm despensa nem celeiros; todavia, Deus os sustenta. Quanto mais valeis do que as aves!

O presente bloco é caracterizado como discurso aos discípulos, ao contrário do que foi dito anteriormente às massas populares (v. 15, 16) e a uma pessoa dentre a multidão (v. 13). Aquilo que Jesus diz aos discípulos é conectado ao trecho anterior por meio das palavras: “Por isso eu vos advirto”.

Na realidade, como se depreende com facilidade, tudo o que segue refere-se somente a crentes. Por causa disso, pelo fato de que a vida não depende de bens terrenos, porém exclusivamente de

Deus, o crente não precisa preocupar-se ansiosamente. O crente não somente está livre da busca ávida por bens terrenos e do apego doentio aos mesmos (veja o oposto: o agricultor), mas está igualmente isento da torturante preocupação com as necessidades imperiosas do corpo. Porventura Deus, que concedeu o bem maior, a vida física, não poderia e não desejaria cuidar também da coisa menor, a saber, sua preservação?

A falta de confiança na providência paternal de Deus é desmascarada pela referência aos corvos, que não providenciam nem armazenam sua comida e apesar disso são alimentados por Deus. Lucas expressa-se com extrema precisão. Ele não afirma que os corvos não colhem, mas que não possuem depósitos nem paiol, e nem por isso morrem de fome. Ao contrário de Mateus, o presente evangelista cita os corvos, por ser proverbial o cuidado que Deus tem com seus filhotes (Jó 38.41; Sl 147.9).

A santa despreocupação que Jesus recomenda aos discípulos não tem *nada* a ver com descuido *leviano*. Preocupar-se confiando na bondade paternal de Deus impele à oração denodada, mas ao mesmo tempo também ao trabalho dedicado. Jesus critica a preocupação que acredita que tudo depende unicamente de si mesmo. Lutero distingue com precisão: “A preocupação vinda do amor foi ordenada; porém a que passa *ao largo* da fé, essa é proibida.”

Exortação à despreocupação com vistas à nossa vida – Lc 12.25-28

25 – Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida?

26 – Se, portanto, nada podeis fazer quanto às coisas mínimas, por que andais ansiosos pelas outras?

27 – Observai os lírios; eles não fiam, nem tecem. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles.

28 – Ora, se Deus veste assim a erva que hoje está no campo e amanhã é lançada no forno, quanto mais tratando-se de vós, homens de pequena fé!

A preocupação condenada por Jesus não apenas tem por fundamento a incredulidade, mas igualmente a falta de entendimento. Não obstante todos os cuidados, o ser humano não é capaz de acrescentar um côvado à duração de sua vida. Como o termo grego *helikia* significa “comprimento da vida” (como em Jo 9.21,23; Hb 11.11) mas também “tamanho físico” (Lc 19.3), sintetizando tamanho físico e comprimento da vida em um só conceito (cf. Lc 2.52; Ef 4.13), as opiniões dos comentaristas divergem acerca dessa passagem. Um grupo de exegetas, que pensa em “tamanho do corpo”, entende a exortação do Senhor no sentido de: “Não vos preocupeis com o comprimento e o tamanho do corpo.”

As plantas, apesar de não se preocuparem com nada, produzem poderosos brotos. Vós, porém, por mais que vos esforceis quando tiverdes estatura pequena, não sereis capazes de aumentar vosso tamanho. Assim como tampouco sereis capazes de influir com vossas preocupações sobre o comprimento de vossa vida.

Mas talvez o Senhor também se refira à preocupação comum entre as pessoas com a vida e a sua duração. Nada é mais freqüente que o desejo vão de um moribundo de alongar a vida por mais alguns instantes.

A fim de recomendar aos discípulos a despreocupação com a vida, Jesus remeteu, no v. 24, a um exemplo do mundo animal. O exemplo para a vestimenta poderia ter sido igualmente buscado no mundo animal. Mas no v. 27 Jesus escolhe uma parábola mais delicada, que na prática corresponde ainda melhor ao objetivo final. O Senhor apresenta a mais exuberante vestimenta em um dos produtos mais insignificantes da criação. No oriente, as cores mais freqüentes do lírio (anêmona) são vermelho ou laranja amarelado; de resto, é branco. Entre suas várias espécies, a mais bela é a coroa imperial, que lá cresce livremente no campo, sem cuidados humanos. O esplendor dos lírios é comparado ao ideal judaico de glória, o mais sublime ápice do esplendor real de Salomão (cf. 1Rs 10.18ss; 2Cr 9.17ss; Ec 2.4ss). A magnificência dessas flores é tanto mais marcante quanto mais precária é sua existência. Crescem de forma silvestre e rapidamente mirram por causa do vento siroco (cf. Sl 90.5s; 1Pe 1.24). Esse vento resseca também o capim. Quando o capim seco é recolhido para aquecer os fornos, os lírios secos também são colhidos. Desse modo os lírios são chamados de insignificantes. Isso é reforçado pelo adendo “o capim que hoje está no campo e amanhã resseca e é lançado ao forno”.

O forno de que Jesus fala é uma fôrma de cerâmica em torno da qual se colocam brasas e que é usada para assar a massa. Quando faltavam outros materiais, a fôrma era aquecida com capim seco.

Jesus ressalta que até mesmo aos olhos do Criador o valor do ser humano é superior ao dos lírios admiravelmente vestidos e do capim. Por intermédio da interpelação “pessoas de pequena fé!” o Senhor desvenda o fundo secreto por trás das preocupações com o alimento.

Uma exortação para não preocupar-se com comida e bebida, mas para buscar o reino de Deus – Lc 12.29-31

29 – Não andeis, pois, a indagar o que haveis de comer ou beber e não vos entregueis a inquietações (ou “não vos atemorizeis” - ou “não queirais sobressair”, *meteorizesthe*).

30 – Porque os gentios de todo o mundo é que procuram estas coisas; [mas vosso Pai sabe que necessitais delas]

31 – Buscai (almejai, desejai), antes de tudo, o seu reino (*Koiné*: o reino de Deus), e estas coisas (*Koiné*: tudo) vos serão acrescentadas!

Às preocupações que atormentam as pessoas no mundo (v. 29s) Jesus contrapõe a única preocupação que deve tomar conta do crente (v. 31ss). Com a expressão “povos do mundo” Jesus não se refere apenas aos gentios – nesse caso teria afirmado sucintamente: os gentios – mas também aos judeus que, ao se recusarem a ingressar no reino de Deus e do Messias, condenam-se a tornar-se “povo *deste* mundo” como os demais, e a permanecer fora do verdadeiro povo de Deus, ao qual as palavras do v. 30ss se dirigem com exclusividade.

O Senhor recomenda empenho absoluto pelo reino de Deus. Essa demanda não é distinta da forma “Buscai primeiro!” (Mt 6.33). Também ali trata-se de uma procura que exclui qualquer outra. Crisóstomo diz acerca dessa demanda do Senhor: “Não fomos criados com o propósito de alimentarmos, beber e vestir-nos, mas para agradecer a Deus.”

Jesus visa dizer: no entanto, resta unicamente uma preocupação e busca digna para vós, discípulos, a busca pelo reino de Deus. Aqui retornamos ao terreno do Pai Nosso. O reino de Deus significa o senhorio de Deus. A vontade de Deus deve acontecer, razão pela qual a pessoa deve estar íntima e integralmente dedicada a Deus em todos os momentos. Então já não é necessário pensar na segurança exterior por meio de dinheiro e bens. Ao libertarem-se da posse passageira adquirem um patrimônio não-transitório, a riqueza em Deus. Nesse caso, eventuais bens existentes passam a ser somente um penhor de Deus, confiado a seus filhos e destinado a ser usado para tornar o reino de Deus real em nós e por meio de nós. A fé entrega tudo completamente nas mãos de Deus, para que ainda “acrescente” o que considerar correto.

Em Mateus (Mt 6.33) o texto do v. 31: “Antes buscai, aspirai a, almejai o seu reino, e isso (trata-se das coisas terrenas) vos será acrescentado!” ocorre em uma passagem do Sermão do Monte, quando Jesus confronta os fariseus com sua ganância.

d) Uma exortação à busca correta do reino de Deus – Lc 12.32-40

O empenho maior pelo reino de Deus pode ter certeza de seu sucesso. Os discípulos, como herdeiros desse reinado, não devem ter medo diante do poder hostil deste mundo, mas tampouco preocupar-se com os bens terrenos. Visto que no futuro esse reino alcançará plena concretude e manifestação, o Senhor demanda uma prontidão permanente para acolher o Rei que retorna. Em decorrência, a busca verdadeira pelo reino de Deus consiste na confiança que crê e espera pela revelação do desígnio divino de graça e permanece em permanente prontidão pela volta do Senhor. Em consequência, a busca correta é deixar-se encher permanentemente com toda a riqueza do eterno reino glorioso vindouro de Deus.

A venda de todos os bens terrenos para obter o tesouro no céu – Lc 12.31-34

[Comentário Esperança, Mateus, p. 209s]

32 – Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino!

33 – Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei (providenciai) para vós bolsas que não desgastem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão, nem a traça consome.

34 – Porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.

Em comparação com os milhares dentre o povo e com as nações do mundo, o grupo dos discípulos parece um pequeno rebanho indefeso de ovelhas entre lobos (Mt 10.16). Jesus é seu bom e grande Pastor (Mt 26.31; Jo 10.11), que assegura ao grupinho a obtenção do reino conforme o desígnio de Deus. Ao contrário da maioria do povo que odeia o Pastor e ameaça o rebanho (Lc 6.22s;

12.51; 21.17), o pequeno grupo deve superar todo o medo diante dos inimigos na certeza de agradar ao Pai.

Nesse contexto, a promessa não pode ser entendida como referência ao medo diante de perseguição nem aos temores de que faltarão forças suficientes para afirmar-se na terra e manter de pé o reino de Deus, constituindo antes uma conclusão assertiva semelhante à do v. 23: “Será que aquele que vos concedeu os maiores bens não vos daria de forma muito mais segura o sustento terreno da vida enquanto ele vos deixa neste mundo?” Jesus declara: “vosso Pai”. Um senhor não deixa faltar cuidados ao servo que trabalha para ele com afinco. E o que acontece quando o Senhor é “Pai” e o servo é um filho!? O cuidado estará mais que garantido!

A palavra de Jesus nos v. 33s seria, como dizem alguns, a grande heresia de Lucas, uma vez que a salvação seria alcançada por merecimento, ao dar esmolas e viver na pobreza voluntária. No entanto, essa alegação esquece que aqui se trata de pessoas às quais o reino de Deus já pertencia (v. 32), ou seja, que não têm mais necessidade de merecê-lo. De acordo com o contexto os imperativos “vendei” e “dai” não são uma ordem rígida, mas um encorajamento: “Não tenhais preocupações ao agirem desse modo quando o reino de Deus exigir! Um sacrifício assim não somente não vos tornará pobres, mas na verdade vos enriquecerá. A esse ponto pode chegar vossa confiança na providência de Deus por vós.” Jesus tão somente verbaliza o que ele mesmo e seus apóstolos haviam feito.

Mais tarde Paulo aplica esse grande mandamento de desprender-se da propriedade com fundamento na confiança em Deus de modo completamente diferente. Paulo diz (1Co 7.30): “... quem compra, como se não possuísse.” Portanto o mandamento permite a posse e também a compra. O que Paulo demanda é o desprendimento interior, por meio do qual o crente está pronto a, conforme as circunstâncias, abrir mão imediata e integralmente de seus bens quando Deus exigir.

O verdadeiro conteúdo do preceito de Jesus nos v. 33s vale para todos os tempos; muda a maneira de cumpri-lo.

Vendei!... dai!... Nessas expressões reside por assim dizer um entusiasmado desprezo pelos bens terrenos, nos quais o ser humano natural acredita encontrar a felicidade. Lembramo-nos das palavras do Sermão do Monte, em que Jesus não se detém em exigir a medida máxima de liberdade. Está claro que o Senhor se dirige a pessoas das quais ele sabe que já têm certeza do acesso ao céu. Pois para quê adquiriríamos um tesouro em um local cujo acesso já não fosse certo para nós? Ou seja, o tesouro adquirido por meio de esmolas não serve para abrir o céu, mas para embelezá-lo.

A instrução no v. 33b sobre a confecção de bolsas que não envelhecem refere-se à maneira como se lida com o dinheiro adquirido. Quem gasta dinheiro e bens somente para seu próprio bem-estar é igual a um trabalhador ou comerciante que, por assim dizer, coloca seu dinheiro em uma sacola rota e furada (cf. Ag 1.6). Já quem subordina seus bens e pertences à busca do reino de Deus é comparável a um homem que coloca seus ganhos em uma sacola que nunca envelhece. Nesse curto período seu trabalho não foi em vão, mas adquiriu um tesouro eterno preservado no céu.

A citação proverbial de traças, ferrugem e ladrões remetem aos três principais tipos de bens acumulados no mundo antigo: “roupas, dinheiro, cereais”. Contudo ferrugem, traças e ladrões também podem ser relacionados ao que é hostil no mundo, mais precisamente no mundo animal e humano. Lucas fala apenas de ladrão e traças. Ambos os termos são recorrentes na Bíblia: ladrões procuram tesouros à noite (Jó 24.16; Ob 5,6; Jr 49.9), traças corroem um vestido (Jó 13.28; Is 50.9; 51.6,8; Tg 5.2). Digno de nota é que os “tesouros na terra” sempre são mencionados no *plural*, mas quando se fala do tesouro no céu ocorre o *singular*. O que é terreno é multiplicidade e esfacelamento. O bem celestial, porém, é uma grande e eterna unidade homogênea (cf. Mt 6.19-21).

O tesouro no céu é uma metáfora para a *vida eterna*. Esse bem celestial é o verdadeiro tesouro e a verdadeira posse. Os crentes possuem a vida eterna desde já (cf. a esse respeito especialmente o evangelho de João). Na seqüência lemos: “Onde estiver vosso tesouro, ali também estará vosso coração!” O sentido da primeira parte da frase é “Vosso tesouro está guardado em segurança no céu e não pode perder-se.” É o legado imperecível, imaculado e imarcescível que está preservado no céu para vocês (1Pe 1.4).

A segunda parte da frase “ali também estará vosso coração” é ao mesmo tempo um convite e uma promessa. A poderosa solicitação de voltar o coração para o tesouro celestial já está positiva, encorajadora e promissoriamente fundamentada na primeira parte (“onde estiver vosso tesouro”). Por intermédio do tesouro existente no céu os discípulos são interiormente ricos, e a partir das alturas seu coração, toda a sua orientação pessoal de vida aqui na terra é constantemente atraída para cima!

Exortação à prontidão constante para a volta do Senhor – Lc 12.35-40

[Comentário Esperança, Mateus, p. 396ss]

35 – Cingido esteja o vosso corpo, e acesas, as vossas candeias

36 – Sede vós semelhantes a homens que esperam pelo seu senhor, ao voltar ele das festas de casamento; para que, quando vier e bater à porta, logo lha abram.

37 – Bem-aventurados aqueles servos a quem o senhor, quando vier, os encontre vigilantes; em verdade vos afirmo que ele há de cingir-se, dar-lhes lugar à mesa e, aproximando-se, os servirá.

38 – Quer ele venha na segunda vigília, quer na terceira, bem-aventurados serão eles, se assim os achar!

Liberta do fardo dos bens terrenos, a alma eleva-se como um balão cujas amarras foram cortadas, rumo às alturas para junto do Senhor, que um dia retornará e ao qual o crente aguarda sem cessar. O v. 34, “Onde estiver vosso tesouro, ali também estará vosso coração”, forma, pois, a transição para as duas parábolas seguintes: a do patrão que retorna para casa (v. 35-38) e a do ladrão (v. 39ss).

A longa túnica oriental precisava ser erguida e afirmada na cintura, porque a veste alcançava até os pés. Essa fixação acontecia como preparação para uma caminhada ou um trabalho (Êx 12.11; Jr 1.17; Lc 17.8; 1Pe 1.13; Ef 6.14). Se o Senhor vier à noite, as luminárias devem estar acesas para que se possa ir ao encontro dele. O cinto em torno dos quadris não deve ser deposto, e a luz não deve ser apagada até a vinda do Senhor. A primeira metáfora expressa a atividade, a segunda a vigilância do discípulo.

37 “Vigiar” define um estado do coração, em que o pensamento em Deus e nossa responsabilidade para com ele, bem como a expectativa do retorno de nosso Redentor e Juiz, estão continuamente presentes em nossa mente.

Que fará, pois, o Senhor, se for esperado e recepcionado desse modo? Comovido com a fidelidade de seu servo, o Senhor, ao invés de sentar-se à mesa preparada, ordena que seu eficiente servo se sente. Ele cinge-se pessoalmente, da forma como o servo esteve cingido para servi-lo, aproxima-se dele e o atende com os alimentos que o servo havia preparado para seu senhor.

Que grande promessa de que o grande e eterno Senhor em sua glória pretende servir àquele que o aguarda com fidelidade e que lhe serviu de coração aqui na terra. Quanto mais seu retorno se delonga, tanto mais viva e profunda será a gratidão do Senhor, tanto maiores serão as demonstrações de sua satisfação. Entre os antigos judeus a noite tinha apenas três seções (vigílias; Jz 9.19). Mais tarde, provavelmente desde o domínio romano, foram adotadas quatro: das seis às nove, das nove às doze, das doze às três, e das três às seis horas.

Independentemente de chegar durante a segunda ou terceira vigílias, o Senhor encontrará os servos vigilantes. Jesus não fala da primeira e quarta vigília noturnas. O motivo é que não se deve contar com sua chegada nem depressa nem tarde demais. Por isso a impaciência não tem razão de ser, e a despreocupação, que pensa que ele talvez viria durante a quarta vigília, é decepcionada. O Senhor retornará durante as duas vigílias intermediárias, quando a tentação de cair no sono é mais forte. A chegada do Senhor pode demorar mais tempo que os servos esperam. Talvez ela ocorra somente na terceira vigília. Talvez ela também suceda inesperadamente na segunda vigília. Um servo genuíno, que sempre está preparado, não perde o ardente anseio de aguardar seu Senhor que retorna!

Um comentarista pergunta se essa parábola não se refere muito mais à morte de cada crente que a um retorno final de Jesus. Nesse caso, no entanto, teria sido mais correto usar a ilustração de um servo que é recebido na casa de seu Senhor, e não a ilustração de um senhor ausente, que retorna para casa.

Aqui parece haver uma contradição com Lc 17.7-10. Naquele texto, porém, Jesus expressa a consciência da qual o servo precisa estar imbuído: “Sou um servo inútil”. Ali, contrariando a natureza farisaica, o Senhor visa arrancar do coração do servo a idéia legalista e justificadora do mérito.

Na presente parábola Jesus descreve a mentalidade do próprio Senhor. Aqui já se pressupõe o novo relacionamento de amor entre Senhor e servo (cf. abaixo a explicação sobre Lc 17.7ss).

Quando analisamos pela segunda vez os versículos acima em seu contexto, temos a impressão de contemplar mentalmente uma região sombria. Somente em uma casa há luz – ela está sendo enfeitada, porque se espera pelo senhor que retorna após longa ausência. – A casa amplamente

iluminada em tempos de escuridão é a noiva, a igreja. O Senhor deixou-a para trás em um tempo e mundo muitíssimo sombrios. Mas ela espera com saudade e pronta para marchar, como Israel no passado no Egito: cingida, cajado nas mãos, calçados nos pés (Êx 13.11). Porque a cada momento pode ecoar o grito: “O noivo está chegando!” Os quadris devem estar cingidos, i. é, os pensamentos devem estar firmemente voltados para o Senhor vindouro. As luzes que queimam são as palavras proféticas (2Pe 1.19) que brilham em nosso tempo sombrio a fim de entender corretamente todos os acontecimentos da época, a fim de igualar-se a uma virgem sensata e preparada para ir ao encontro do Senhor com lâmpada acesa quando ele vier.

Uma segunda parábola (v. 39s) explica a *necessidade* de vigiar e o perigo da segurança *despreocupada*. Nesta segunda parábola os servos são comparados, durante a ausência do patrão, ao proprietário de uma casa que precisa cuidar para sua casa não seja depenada por ladrões. O senhor vem de repente como um ladrão na noite.

39 – Sabei, porém, isto: se o pai de família soubesse a que hora havia de vir o ladrão, (vigiar e) não deixaria arrombar a sua casa.

40 – Ficai também vós apercebidos, porque, à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá!

Aquele que retorna não é apenas um senhor que recompensa tudo o que foi despendido por ele, mas ele chega como um ladrão que leva tudo o que alguém talvez ainda tenha retido para si.

Portanto, não somente “Vigiai até o fim!” (v. 36-38), mas “Vigiai sem jamais fechar os olhos durante a vigília!” Nenhuma outra afirmação de Jesus teve uma influência mais perceptível sobre os escritos do Novo Testamento do que essa (1Ts 5.1ss; 2Pe 3.10; Ap 3.3; 16.15). Pode-se constatar que ela repercutiu muito fundo nos corações dos discípulos.

Também dessa declaração de Jesus decorre que o crente não tem a incumbência de fixar ou calcular de uma maneira ou outra a hora indeterminada. Por causa de seu desconhecimento, nada disso lhe cabe, mas apenas esperar constantemente com fidelidade e fervor pelo Senhor.

e) A parábola do administrador fiel e sensato – Lc 12.41-48

O Senhor evidencia o perigo da segurança despreocupada na parábola de um empregado ao qual foi confiada a supervisão sobre os empregados da casa durante a ausência do senhor. Jesus mostra aos discípulos a recompensa pela fidelidade e a punição pela infidelidade. A parábola refere-se aqui, como também em Mateus (Mt 24.45-51), à postergação da volta do Senhor. O dono da casa é o Filho do Homem assunto ao céu e que retornará de súbito. O servo representa os líderes da igreja, que são exortados a não se tornarem infiéis e despreocupados por causa da demora da chegada do Senhor.

A responsabilidade dos servos do Senhor – Lc 12.41-46

41 – Então, Pedro perguntou: Senhor, proferes esta parábola para nós ou também para todos?

42 – Disse o Senhor: Quem é, pois, o mordomo fiel e prudente, a quem o senhor confiará os seus conservos para dar-lhes o sustento a seu tempo?

43 – Bem-aventurado aquele servo a quem seu senhor, quando vier, achar fazendo assim!

44 – Verdadeiramente, vos digo que lhe confiará todos os seus bens!

45 – Mas, se aquele servo disser consigo mesmo: Meu senhor tarda em vir, e passar a espancar os criados e as criadas, a comer, a beber e a embriagar-se,

46 – virá o senhor daquele servo, em dia em que não o espera e em hora que não sabe, e castigá-lo-á (o despedaçará em duas partes), lançando-lhe a sorte com os infiéis.

A pergunta de Pedro provavelmente refere-se à parábola do ladrão. Ao que parece, ela foi motivada pela magnitude da promessa no v. 37.

Aqui a palavra “todos” não se refere a todos os humanos e o termo “para nós” não representa todos os crentes. Como Pedro poderia presumir que um dia, no retorno do Senhor, todas as pessoas estariam na casa do Senhor, como servos? Por essa razão, a palavra “todos” provavelmente deve ser entendida como a totalidade dos crentes, e “para nós” refere-se especificamente aos apóstolos, e mais tarde aos líderes responsáveis pela igreja de Jesus. Jesus prossegue em seu discurso como se não tivesse dado a menor atenção à pergunta de Pedro. Na verdade, porém, Jesus confere à exortação seguinte em prol da vigilância uma guinada tal que Pedro pode descobrir nela certa resposta à pergunta, talvez nestes termos: quem mais além de ti, Pedro, e de teus co-discípulos, haveria de ser o

fiel e sensato administrador que providencia a distribuição regular do alimento espiritual à igreja de Jesus como “casa do Senhor”?

A pergunta do Senhor aos doze “Quem é, pois, o servo fiel e prudente?” deixa a resposta por conta de cada um. Cada um deve examinar seriamente a si mesmo. Até mesmo entre os discípulos estava Judas, o traidor, de modo que Jesus não podia considerar “todos” como fiéis e sensatos administradores. O Senhor visava levar os apóstolos a que cada um deles se decidisse por uma das duas descrições. Há diferenças entre os servos que são colocados como superiores de outros. Porém a “todos” Jesus incute a seriedade da responsabilidade.

O “administrador” é ao mesmo tempo um “servo” que foi colocado por seu senhor como supervisor dos empregados. Por isso se alternam na parábola as expressões “administrador” (v. 42) e “servo” (v. 43,45,46,47). Jesus deseja ter mordomos ou servos “fiéis” e “sensatos”. A “fidelidade” está em primeiro lugar (cf. 1Co 4.2). A “sensatez”, a inteligência de coração singelo que olha para uma única coisa, aquilo que convém ao Senhor, brota da fidelidade e é coerente com ela.

O administrador exerce um cargo de confiança ao atribuir a cada servo a devida recompensa por sua prestação de serviço na casa. Em sentido figurado entende-se isso como a devida distribuição da palavra (2Tm 2.15), que cada um precisa administrar de acordo com o talento da graça que lhe foi confiado. Ele deve ser distribuído a cada um conforme o que lhe cabe, sem restrições e sem distorções, sábia e fielmente no tempo certo.

Um servo, porém, que o Senhor que volta encontra administrando com fidelidade e sensatez aquilo que lhe foi confiado, ouve dos lábios dele uma bem-aventurança. Já por seu “ato” ele é declarado ditoso (Tg 1.25). Contudo lhe é concedida uma felicidade ainda maior. O Senhor promove-o do pouco para o muito (Mt 25.21; 1Tm 3.13). O servo fiel é colocado para administrar a totalidade dos bens do Senhor.

Há uma diferença entre a recompensa no v. 44, prometida ao mordomo fiel, e a recompensa no v. 37, prometida ao servo vigilante. A promessa dada ao servo vigilante tem algo mais íntimo em si. É expressão de apego pessoal, de gratidão do Senhor pelo amor pessoal que o servo fiel lhe demonstrou. A promessa dada ao administrador no v. 44 é mais honrosa. Ela é a recompensa oficial e pública pelos serviços prestados à casa. Assim como sua esfera de atuação aqui na terra foi ampla e pública, assim também sua posição na glória abrangerá um grande e elevado raio de ação.

Passamos à caracterização do administrador infiel. – Enquanto o mordomo fiel e sensato sabe que é apenas um “servo”, mas se empenha em executar a incumbência de seu Senhor com conscienciosa responsabilidade, o administrador infiel, em contraposição, atua ele mesmo como “senhor”.

Cumpra notar bem como ele decai degrau após degrau. Primeiramente ele fala em seu coração: “Meu senhor tarda em vir.” Na verdade ele não nega a volta do Senhor, como os escarnecedores, mas diz em seu coração: “Com certeza ainda durará muito tempo!” Ao lançar fora, com mornidão e dubiedade, a expectativa constante da iminente volta do Senhor, começa a agir mal.

Sem escrúpulos ele se entrega a suas atividades egoístas, arbitrárias e ávidas por honra pessoal. “Espancar, comer, beber” são figuras opostas à conscienciosa e regular distribuição do alimento promovida pelo administrador fiel.

Nessa parábola Jesus adverte os apóstolos e todos os crentes futuros que exercem função de liderança em sua igreja contra o abuso que poderão cometer com seu “cargo”.

Para Pedro não foi difícil depreender a resposta à sua pergunta dessas duas descrições. Assim como a fidelidade obteve uma grande e gloriosa promessa, assim a infidelidade recebe como advertência uma terrível ameaça: esse servo, apesar de estar a serviço do dono da casa, será lançado fora e ficará no meio dos incrédulos, como se nunca tivesse sido servo do Senhor.

O castigo do servo desobediente – Lc 12.47-48

47 – Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade será punido com muitos açoites.

48 – Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação (açoites) levará poucos açoites. Mas àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão.

Dois ditos exclusivos no material de Lucas formam o final da parábola. Nesses dois versículos já não se fala de “vigiar” até a volta do Senhor, mas da obediência. Na diferença das punições

evidenciam-se a imparcialidade e a justiça do juiz. De acordo com o princípio da retribuição divina cada qual obtém seu castigo correspondente à medida de sua culpa.

O que foi dito aqui vale para todos os discípulos do Senhor que exercem uma função na igreja, mas também para todos os membros da igreja de Jesus. Os membros da igreja de Jesus são, da mesma forma como os dirigentes da igreja, pessoas que sabem. Nunca poderão declarar que não conheciam a vontade do Senhor. As palavras de Deus que ouviram os acusarão, porque tinham conhecimento da vontade divina e apesar disso não agiram com santidade e seriedade, conforme a vontade de Jesus.

O não-discípulo que o Senhor ainda menciona não é chamado de servo, nem que Jesus é “seu Senhor”. Não conheceu a palavra e a vontade de Jesus. O juízo sobre ele não será tão severo. Seu exemplo apenas visa trazer nitidamente à tona a culpabilidade de um servo infiel e desobediente de Jesus.

Depois de falar aos de fora, Jesus volta-se novamente aos discípulos. Ele mostrara a culpabilidade de um servo desobediente, de um discípulo. O v. 48b: “Àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido.” Muito foi dado ao que pela fé acolheu o testemunho de Jesus. Será julgado segundo sua medida de conhecimento.

A última frase do v. 48c: “Àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão” avança mais profundamente. Porque *paratithesthai* = “foi confiado a” no v. 48c não indica um presente como *edothē* = “foi dado” no v. 48b, mas um bem que foi entregue aos cuidados de alguém para ser guardado, particularmente um capital depositado junto ao banqueiro e entregue à administração dele para dar lucro.

Na primeira frase (v. 48b) afirma-se a correspondência entre a dádiva recebida e o serviço demandado; aqui (no v. 48c), no entanto, se diz que não se reclama de volta apenas o bem confiado, mas mais do que ele, ou seja, o capital com juros. Essa frase do v. 48c portanto não vale, como a anterior, para todos os discípulos, aqueles que, ao contrário das pessoas que permaneciam de fora do grupo de discípulos, receberam conhecimento da vontade de Deus revelada por intermédio de Jesus, mas somente para aqueles que, assim como os apóstolos e seus sucessores, receberam um cargo de direção ou outro ministério na igreja. Desse modo a frase leva nitidamente de volta à parábola dos v. 42-46. – A pergunta de Pedro, portanto, foi exaustivamente respondida.

f) A difícil hora da decisão para o próprio Jesus – Lc 12.49-53

49 – Eu vim para lançar fogo sobre a terra e bem quisera que já estivesse a arder!

50 – Tenho, porém, um batismo com o qual hei de ser batizado; e quanto me angustio até que o mesmo se realize!

Nesses versículos Jesus mostra a conjuntura do momento em relação a si mesmo. Nesse caso não se trata mais do povo judaico, mas de toda a humanidade, representada pelo termo “terra”.

Será que aqui a figura do “fogo” se refere ao Espírito Santo e à palavra de Cristo acompanhada do Espírito? Ou fala-se da força separadora que passará a ser mais explicitada nos v. 51-53? Ou devemos entender a metáfora do fogo como a nova vida, ou o fogo do juízo que aniquila o antigo e abre espaço para o “novo”?

Assim como na parábola Jesus compara o levedo à força de sua palavra que penetra em tudo e que também reconfigura tudo, assim ele descreve aqui a mesma palavra divina mediante a metáfora do fogo.

As palavras da primeira parte da frase, “Eu vim para lançar um fogo sobre a terra”, atestam a finalidade de sua vinda e atuação na terra. Quando Jesus deseja que já estivesse aceso, está dando a entender que esse evento, a parcela essencial de sua vocação terrena, ainda não aconteceu.

A eclosão e difusão do incêndio sobre toda a terra somente poderá acontecer quando sua paixão e morte estiverem consumadas, o que Jesus caracteriza pela metáfora do batismo. Em diversas ocasiões o Senhor usou essa ilustração para designar sua paixão redentora (Mt 20.22 e Mc 10.38s). Por um lado escolheu essa metáfora para descrever a profusão de seus iminentes sofrimentos! Por outro lado, essa palavra do batismo visa expressar que, assim como o batismo por João Batista representou a primeira *preparação* para sua vocação de Messias, assim sua vocação redentora *se completa* no batismo de sofrimento.

Pelo batismo nas águas por João, Jesus assumiu de antemão todas as conseqüências de sua unificação com uma humanidade pecaminosa, digna de condenação, que ele visava salvar e purificar.

Ele mesmo precisa ser o primeiro a morrer no batismo de fogo da paixão para que as fagulhas desse batismo incendeiem o mundo. – Essa idéia exerce um impacto avassalador sobre sua alma, e com perfeita sinceridade ele fala da profunda emoção que sente.

“Já antes da paixão estamos olhando para dentro da paixão de Jesus.” É a mesma experiência interior que volta a manifestar-se mais tarde no templo (Jo 12.27): “Agora minha alma está abalada, e que hei de dizer?” Ela rompe pela última vez e com toda a gravidade no Getsêmani. Somente Lucas preservou para o leitor atual a primeira irrupção dessa emoção mais íntima do coração de Jesus.

Depois dessa manifestação, comparável a um parênteses (inclusão), forçado pela idéia do v. 49, Jesus retoma sua visão e a desenvolve.

51 – Supondes que vim para dar paz à terra? Não, eu vo-lo afirmo; antes, divisão (discórdia, cisão).

52 – Porque, daqui em diante, estarão cinco divididos numa casa: três contra dois, e dois contra três.

53 – Estarão divididos: pai contra filho, filho contra pai; mãe contra filha, filha contra mãe; sogra contra nora, e nora contra sogra.

A palavra “Supondes?” evidentemente aponta para a ilusão em que os discípulos ainda estavam ao esperar pela instalação do reino messiânico sem qualquer sofrimento (Lc 19.11). Aquilo que Jesus expressa descreve a contundência da decisão que também os discípulos perceberão de forma dolorosa. A exigência de Jesus a respeito da entrega total a ele acenderá uma guerra interior até mesmo na comunhão humana mais íntima, na família, a saber, causando uma discórdia capaz de romper os mais estreitos laços quando houver impedimento no seguir a Jesus.

No Espírito Jesus contempla a pregação dos discípulos disseminada não apenas pela Palestina, mas por toda a terra (v. 51).

g) Exortação a observar os sinais dos tempos – Lc 12.54-59

54 – Disse também às multidões: Quando vedes aparecer uma nuvem no poente, logo dizeis que vem chuva, e assim acontece.

55 – e, quando vedes soprar o vento sul, dizeis que haverá calor, e assim acontece.

56 – Hipócritas, sabeis interpretar o aspecto da terra e do céu e, entretanto, não sabeis discernir esta época?

57 – E por que não julgais também por vós mesmos o que é justo?

58 – Quando fores com o teu adversário ao magistrado, esforça-te para te livres desse adversário no caminho; para que não suceda que ele te arraste ao juiz, o juiz te entregue ao meirinho e o meirinho te recolha à prisão!

59 – Digo-te que não sairás dali enquanto não pagares o último centavo.

Depois que Jesus anunciou a seus discípulos a ruptura na família, da qual já visualizara os primeiros indícios e experimentara também em sua própria família, no final ele dirige-se outra vez “às multidões”.

Jesus fala primeiramente dos sinais climáticos de fenômenos naturais: chuva e brilho do sol. Em vista desses sinais os camponeses consideram-se bons profetas do tempo, e de fato não são enganados pelos indícios.

Na Palestina a chuva vem do Mar Mediterrâneo (1Rs 18.44), ao passo que o vento sul, o siroco, que sobrevoa o deserto, traz seca. As pessoas sabem disso, e de imediato fazem os cálculos. E têm razão nisto. Pois tudo isso acontece naquela ordem das coisas que lhes é importante. Por causa da agricultura importa-lhes naturalmente interpretar o vindouro pelo atual, e visto que se dispõem a isso, também o conseguem.

Contudo não colocam essa percepção de que o ser humano foi dotado a serviço de um interesse superior. Alguém como João Batista e como Jesus surge, vive e morre, e esse povo moralmente ignorante não entende em absoluto o que isso significa! Jesus caracteriza essa contradição em seu modo de agir por meio da palavra “Vós hipócritas!” Não lhes falta o olho, e sim a vontade de usá-lo.

Na segunda parábola (v. 57-59) Jesus visa instar o povo a que aproveite a hora presente que ele lhes oferece por meio de sua vinda! O teor da segunda parábola diverge de Mateus para Lucas, mas no conteúdo principal há convergência. O primeiro evangelista tem em mente um processo judicial judaico, e Lucas, um procedimento romano. Diverso é o contexto em que a parábola está inserida nos

dois evangelhos. De acordo com o Sermão do Monte, Jesus exorta para usar da conciliação e não insistir em um suposto direito. Aqui em Lucas a parábola está relacionada àquelas palavras de Jesus que mencionam a iminente crise e os sinais dos tempos (cf. v. 35). Nesse sentido a parábola reveste-se de uma ênfase distinta de Mateus. Todo o tom recai sobre a arriscada situação do acusado. Em breve o acusado estará diante do juiz.

O sentido do v. 58 é: “Enquanto vocês, tu e teu adversário, ainda estão juntos a caminho, antes que cheguem ao tribunal.” Considerando que o devedor sabe muito bem que será condenado, ele tenta, se for pessoa sensata, acertar-se antes com o credor de forma benigna. Porque, tão logo o juiz se encarregar do caso, ele será tratado de acordo com o rigor da lei.

A expressão “para te livres dele” ligada à locução “no caminho” contém a idéia central do trecho: “Livra-te da questão, do endividamento perante teu Deus, enquanto ainda puderes.” Cada ser humano tem à sua frente a tarefa mais importante da vida terrena, a saber, colocar em ordem sua relação de culpa com Deus. Se esse trabalho não for feito antes da hora do julgamento, a condenação será consequência inevitável. Os sinais dos tempos apontam na direção de que o tribunal já está “montado” para os expectadores.

O servo do tribunal, executor da sentença, representa o braço da onipotência divina (v. 58). Será que a quitação da dívida jamais será possível? Jesus não responde a essa pergunta nem com “sim” nem com “não”. De suas palavras deduz-se apenas que isso não se concretizará antes que a justiça seja integralmente satisfeita. Quanto, pois, importa antecipar-se ao momento em que nosso processo passará das mãos da graça às do juízo! A forma “eu declaro” e o singular “te” conferem a essa advertência um tom particularmente solene.

11. As exortações de Jesus para que, arrependendo-se em tempo, as pessoas escapem do juízo vindouro – Lc 13.1-9

Depois de encerrados os discursos de Jesus no capítulo 12, o *material exclusivo* de Lucas relata, logo depois do assassinato dos galileus por Pilatos, *três exortações* do Senhor para que se escape do juízo pelo arrependimento enquanto há tempo. Ainda que não haja nexo cronológico com o relato anterior, é inegável uma seqüência no conteúdo. Provavelmente alguns ouvintes do Senhor considerassem a *atrocidade* de Pilatos como um sinal dos tempos, nos quais o povo de Deus oprimido suporta tal violência por parte de um gentio. Jesus, colocado por Deus como Juiz e Redentor contra o pecado de Israel, não se envolveu em questões políticas, mas aproveita a notícia do vil assassinato para um ameaçador desafio aos impenitentes, de considerarem tais episódios como sérias pregações de arrependimento. A resposta exortadora de Jesus à notícia de seus ouvintes contém duas partes complementares. Em primeiro lugar trata-se de uma ameaça flagrante da ruína geral de todos os não-convertidos na Galiléia e em Jerusalém (Lc 13.1-5), e em seguida, de um amável estímulo para a conversão, a única capaz de salvar, feito na forma de uma parábola que visava mostrar a longanimidade de Deus de forma concreta e vexatória ao povo todo e a cada indivíduo (Lc 13.6-9).

a) O derramamento de sangue por Pilatos e a desgraça em Silóé como advertência para o arrependimento – Lc 13.1-5

1 – Naquela mesma ocasião, chegando alguns, falavam a Jesus a respeito dos galileus cujo sangue Pilatos misturara com os sacrifícios que os mesmos realizavam.

2 – Ele, porém, lhes disse: Pensais que esses galileus eram mais pecadores do que todos os outros galileus, por terem padecido estas coisas?

3 – Não eram, eu vo-lo afirmo; se, porém, não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis.

4 – Ou cuidais que aqueles dezoito sobre os quais desabou a torre de Silóé e os matou eram mais culpados que todos os outros habitantes de Jerusalém?

5 – Não eram, eu vo-lo afirmo; mas, se não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis.

Alguns comentaristas explicam o termo grego *pareisan* não como “eles estavam presentes”, mas como “eles haviam chegado”. Justificam esse significado pelo fato de que aquelas pessoas vieram a Jesus justamente para lhe levar a notícia horrível da morte dos galileus. De qualquer modo Lucas certamente visa explicitar que isto aconteceu na mesma época em que Jesus alertou o povo acerca do

juízo vindouro, em Lc 12.35-40. Também aqui, de acordo com a dupla interpelação “vós todos” (Lc 13.3,5), o Senhor está rodeado de uma multidão (cf. Lc 12.1,54).

A atrocidade do procurador romano contra os galileus, comunicada ao Senhor, não é relatada pela história secular. É concebível que aqueles galileus, agitados e sediciosos, estivessem envolvidos em um levante qualquer, de modo que um Pilatos irado deu ordem de trucidá-los onde quer que fossem encontrados, ainda que estivessem trazendo ofertas no santuário. Jesus não cede à tentação de criticar a tirania do procurador romano e caracterizar os trucidados como mártires de seu culto a Deus. Na mesma ocasião o Senhor tampouco defende a fé judaica na retaliação, que acreditava que o assassinato daqueles galileus fosse o castigo justo por sua culpa particular. Jesus, que de forma alguma nega a correlação entre pecado e punição, contesta a idéia de que todo o sofrimento seja uma satisfação por delitos específicos. O Senhor recusa o absurdo de pensar que aqueles galileus, em virtude da desgraça que se abateu sobre eles, fossem pecadores maiores que outros galileus. Casos particulares de infortúnio não podem servir para inferir atos pecaminosos específicos. Ao contrário da perspectiva da maioria, que voltam o olhar para fora quando ouvem notícias de tragédias públicas, Jesus estimula os ouvintes a voltar-se para dentro. Ele exorta com seriedade a considerar a desgraça de alguns como espelho para todos. A resposta que Jesus dá a seus ouvintes, perguntando se aqueles galileus seriam pecadores maiores do que todos os galileus, permite depreender sua opinião de que toda a Galiléia, por ser impenitente, encontrava-se a caminho do juízo.

Aqueles galileus sofreram não um ato de tirania praticado por Pilatos, mas uma advertência por meio dos prelúdios do juízo enviados por Deus. Nesse sentido o Senhor relata o desmoraamento, lembrança ainda viva, da torre de Siloé, quando dezoito infelizes pessoas morreram. Ambos os fatos aconteceram pela mão de Deus. Independentemente de o executor ser Pilatos ou um prédio em queda, de o fato ser uma ação humana ou uma tragédia (Am 3.6), em ambos Deus é aquele que age. Jesus declara que o povo todo, se permanecer em sua impenitência, perecerá da mesma maneira, i. é, será alcançado pelo mesmo juízo de Deus.

O sentido das palavras de Jesus é que diante de arrasadoras medidas de Deus ninguém deve assumir uma postura de justiça própria e satisfação pessoal e buscar os grandes pecados que os envolvidos teriam cometido, mas cada pessoa deve bater no próprio peito e se deixar conduzir, por meio de tais juízos, ao arrependimento. O que Jesus declara também pode ser relacionado de forma lógica com a nação judaica, que rejeitou o verdadeiro Messias e teve de sofrer a catástrofe no ano 70. A fim de enfatizar poderosamente a insistente exortação ao arrependimento, Jesus conta a parábola da figueira estéril (cf. Comentário Esperança, Mt 21.19).

b) A parábola da figueira estéril – Lc 13.6-9

6 – Então, Jesus proferiu a seguinte parábola: Certo homem tinha uma figueira plantada na sua vinha e, vindo procurar fruto nela, não achou.

7 – Pelo que disse ao viticultor: Há três anos venho procurar fruto nesta figueira e não acho; podes cortá-la; para que está ela ainda ocupando inutilmente a terra?

8 – Ele, porém, respondeu: Senhor, deixa-a ainda este ano, até que eu escave ao redor dela e lhe ponha estrume.

9 – Se vier a dar fruto, bem está; se não, mandarás cortá-la.

As palavras “alguém tinha uma figueira” apontam para a relação entre Deus e Israel. Deus é o dono dessa propriedade especial. O comentário de que Deus plantou Israel como “figueira” em sua vinha expressa que Israel não se tornou *povo de Deus* por via natural, mas que, como uma árvore plantada de maneira especial, foi chamado para um relacionamento extraordinário com Deus por meio de atos singulares de Deus (Sl 80.9,15). Quando, pois, a figueira foi plantada na vinha de seu proprietário, ela obteve um privilégio especial. Israel desfrutou do privilégio de ser povo de Deus durante todo o curso de sua história.

A partir desse esclarecimento é possível explicar, agora, cada evento da parábola. Há três anos o proprietário na parábola já se queixava da infertilidade da árvore. Há séculos Deus já tivera de lamentar a constante impenitência e o endurecimento de Israel. É impossível identificar os “três anos” com os três anos da atuação de Cristo. Nesse caso o juízo anunciado sobre Israel teria de acontecer dentro do prazo de um ano. Com base no número três, comentaristas antigos tentaram estabelecer três períodos no passado de Israel: a era da lei, dos profetas e de Jesus, ou a dos juízes, dos reis e dos sumo sacerdotes. Essas tentativas de interpretação igualmente devem ser classificadas

como arbitrárias. A parábola cita três anos porque a permanente infertilidade de uma árvore nos períodos de produção ao longo desse prazo demonstra sua condição irrecuperável de infertilidade. Os três anos inférteis da figueira correspondem à totalidade do passado de Israel desde seus primórdios até a atualidade.

Depois que Israel demonstrou seu incurável e secular endurecimento, desde o passado até a atualidade, a sentença condenatória de Deus já foi proferida, e o povo completamente incapaz de arrepender-se poderá ser entregue à execução. Na parábola o proprietário da vinha justifica a ordem “corta-a!” de duas maneiras, um aspecto que não deve ser ignorado. A árvore é *inútil* em vista da infertilidade e, além disso, *exaure o solo nobre da vinha*. Do mesmo modo Israel está duplamente condenado ao juízo. Não apenas é indigno de continuar existindo como povo de Deus, mas também usufrui inutilmente das bênçãos do povo eleito, que outros povos, distantes do reino de Deus, acolheriam com júbilo.

A resposta do fruticultor ao lamento e à ordem do proprietário constitui uma intercessão em favor da árvore, que já está destinada ao machado. Quem é, pois, o viticultor? Sem dúvida Jesus considera a si mesmo como o viticultor, que realiza em favor de Israel o que o jardineiro fez em favor da árvore. A intercessão do fruticultor, que evita a derrubada da árvore, lembra aos ouvintes judeus as repetidas intercessões dos homens de Deus no AT, que detiveram o juízo divino (Êx 32.7-14; Nm 14.11-20; 1Sm 7.8-10; Am 7.1-9; Dn 9.16-19).

O jardineiro justifica e explica seu pedido com a tentativa de tornar frutífera a árvore empenhando medidas extremas, a saber, escavando e adubando. O pedido de Jesus por Israel sugere a Deus que seja dado mais um prazo para o povo, na eventualidade de que a medida mais extrema venha produzir o fruto decisivo: que o povo acorde para o arrependimento. Quando estiver comprovado o insucesso do trabalho do Senhor na geração de Israel que vive no tempo de Jesus, então será concretizada a condenação para o povo há muito anunciada, o qual completou a medida dos pecados de seus pais (cf. Mt 23.32). Israel experimentará então a incidência de uma catástrofe de juízo sobre si que acarretará o seu desaparecimento como nação. Em consequência, a parábola desemboca na advertência: “*Se não vos converterdes todos vós igualmente perecereis!*”

12. A evolução do reino de Deus – Lc 13.10-21

Em alguns dos discursos ao povo e aos discípulos que Jesus proferiu em sua última caminhada da Galiléia para Jerusalém revela-se com freqüência o que o comovia particularmente nessa fase crítica. Ele constata os efeitos da palavra divina sobre os corações como prenúncio da maior criação do Espírito, a saber, a igreja de Jesus, que se desenvolveria somente no futuro e teria de ser preparada por sua morte.

Jesus, que em sua peregrinação proclamatória para Jerusalém estava repleto de pensamentos tão sublimes e profundos, não deixava de freqüentar a sinagoga no sábado. Um maravilhoso prodígio, que desencadeou a contradição do partido dos fariseus, mas a alegria da multidão (Lc 13.10-17), levou Jesus a descrever o poder do reinado de Deus em duas parábolas (Lc 13.18-21).

a) A cura da mulher paralítica no sábado – Lc 13.10-17

Aqui o material exclusivo de Lucas relata uma cura milagrosa de Jesus no sábado. Ele acrescenta a narrativa sem qualquer nexos cronológico ou geográfico com o que sucedeu anteriormente. É impossível identificar a cura aqui narrada com uma anterior (Lc 6.6-11), por causa dos traços específicos da história.

O milagre da mulher paralítica – Lc 13.10-13

10 – Ora, ensinava Jesus no sábado numa das sinagogas.

11 – E veio ali uma mulher possuída de um espírito de enfermidade, havia já dezoito anos; andava ela encurvada, sem de modo algum poder endireitar-se.

12 – Vendo-a Jesus, chamou-a e disse-lhe: Mulher, estás livre da tua enfermidade.

13 – E, impondo-lhe as mãos, ela imediatamente se endireitou e dava glória a Deus.

Quando Jesus ensinava certo sábado em uma das sinagogas, compareceu também uma mulher que não conseguia levantar o olhar por causa das costas curvadas. A forma da enfermidade é descrita com tantos detalhes que a possessão não é provável. E o v. 16 também não justifica essa hipótese. A enfermidade é atribuída a um espírito de debilidade (*asthenai*). Como todo o sofrimento e todas as

doenças estão, em última instância, relacionadas com o pecado, com a queda no pecado (At 10.38; 2Co 12.7), Lucas também comunica aqui que Satanás subjugou esta mulher por meio desse espírito causador de fraqueza. Esse fato é um estímulo ainda maior para que Jesus aja e cure. Afinal, ele veio para destruir as obras de Satanás [1Jo 3.8]. Jesus dirigiu-se à enferma por iniciativa própria, praticamente oferecendo-lhe a libertação de sua doença. Sem qualquer condição para que ela crescesse, o Senhor lhe assegurou a restauração. A cura consumada foi-lhe outorgada pela palavra de Jesus. Somente a imposição das mãos dele forneceu-lhe a coragem ou também as forças para endireitar-se. A mulher restabelecida deu honras a Deus – uma circunstância que Lucas tem prazer em mencionar constantemente (cf. Lc 5.25s).

O diálogo por causa da cura em dia de sábado – Lc 13.14-17

14 – O chefe da sinagoga, indignado de ao ver que Jesus curava no sábado, disse à multidão: Seis dias há em que se deve trabalhar; vinde, pois, nesses dias para serdes curados e não no sábado!

15 – Disse-lhe, porém, o Senhor: Hipócritas, cada um de vós não desprende da manjedoura, no sábado, o seu boi ou o seu jumento, para levá-lo a beber?

16 – Por que motivo não se devia livrar deste cativeiro, em dia de sábado, esta filha de Abraão, a quem Satanás trazia presa há dezoito anos?

17 – Tendo ele dito estas palavras, todos os seus adversários se envergonharam. Entretanto, o povo se alegrava por todos os gloriosos feitos que Jesus realizava.

Como seus colegas, o presidente da sinagoga ficou irritado com o milagre da cura no sábado. Imbuído de espírito de classe e de tolo zelo administrativo, não tinha sensibilidade para o benefício propiciado à enferma. Não tinha a coragem de interpelar a Jesus. Da mesma forma deixou também em paz a curada, que exaltava a glória de Deus. Para ser curada, a mulher não cometera nenhuma violação do sábado, nem mesmo proferira um pedido. Pelo contrário, a restauração foi-lhe concedida sem qualquer ação por parte dela. Diante desse fato parece absurda a ordem do presidente da sinagoga de trazer os enfermos apenas nos seis dias de trabalho. O povo recebeu ordem para não apelar todos os dias ao poder de cura de Deus disponível para todas as pessoas. A aceitação das dádivas de Deus da saúde e da cura é condenada como trabalho em dia de sábado.

Na própria interpelação “hipócritas!” o Senhor revela a mentalidade de toda a sinagoga, de orientação farisaica. De imediato Jesus dirige seu discurso a todo o povo presente. Os textos de Mt 12.11s; Lc 6.9 e posteriormente Lc 14.5 mostram episódios e respostas semelhantes. Apesar disso o Senhor sempre responde de maneira nova e diferente. Aqui o Senhor não fala sobre animais que caem na cova ou no poço no sábado e precisam ser tirados no mesmo dia, mas de desamarrar, conduzir e dar de beber aos animais domésticos. Diz aos adversários que, por mais “severos” que sejam, por preocupação egoísta não negam aos animais o cuidado necessário. Esses dois simples *trabalhos* de desamarrar e levar para beber representam um esforço maior que impor as mãos. O Senhor contrapõe a atitude dos fariseus para com os animais no sábado ao comportamento dele para com uma filha de Abraão. Por meio dessa referência Jesus lembra-lhes a alta dignidade de uma autêntica israelita perante Deus (cf. Lc 19.9; Jo 1.47). Se nenhum deles tinha receio de profanar o sábado soltando os animais da manjedoura e conduzindo-os ao bebedouro, então livrar uma filha de Abraão das amarras de Satanás é ainda menos uma violação do sábado. Não pode ser um ato proibido libertar alguém que está tão amarrado em seu íntimo. Os empedernidos hipócritas talvez argumentem: se esteve amarrada durante dezoito anos, será que Jesus não podia esperar um dia a mais com a cura? Jesus, porém, age de forma rápida e imediata porque quem ama o semelhante ajuda uma mulher enferma na primeira oportunidade que tiver.

- 17** Lucas acrescenta à cura no sábado um versículo que pertence a seu material exclusivo. Em comparação com as demais curas no sábado são noticiadas aqui a vergonha dos adversários e a alegria da multidão. Jesus defendia-se diante de seus *adversários*, aos quais pertencia o presidente da sinagoga, e diante dos que freqüentavam a sinagoga, a multidão. A partir daí pode-se compreender a reação diversa de seus ouvintes. Aos adversários foi calada a boca. A vigorosa resposta de Jesus por um lado, bem como o ato de cura, por outro, potencializaram ao máximo a admiração do povo. Essa situação leva Jesus usar duas breves parábolas para falar sobre a expansão futura do reino de Deus em dois aspectos distintos e complementares.

b) As parábolas do grão de mostarda e do fermento – Lc 13.18-21

[Comentário Esperança, Mateus, p. 227ss, Marcos, p. 169s]

18 – E dizia: A que é semelhante o reino de Deus, e a que o compararei? É semelhante a um grão de mostarda que um homem plantou na sua horta

19 – e cresceu e fez-se árvore; e as aves do céu aninharam-se nos seus ramos.

20 – Disse mais: A que compararei o reino de Deus?

21 – É semelhante ao fermento que uma mulher tomou e escondeu em três medidas de farinha, até ficar tudo levedado.

Essas duas parábolas constituem uma unidade também para Mateus (Mt 13.31-33). Marcos relata somente a primeira, do grão de mostarda (Mc 4.30-32). Marcos e Lucas trazem as duas perguntas paralelas características de forma um pouco mais breve que Mateus. Ambas as parábolas expressam a idéia de que o começo insignificante do reinado de Deus evoluirá para um final sumamente glorioso.

Falta no presente evangelista uma comparação do grão de mostarda com outros tipos de semente e hortaliças, como em Mateus. Os dois primeiros evangelhos sinóticos, Mateus e Marcos, contrapõem a singular pequenez do grão de mostarda à posterior magnitude do arbusto. Seu tamanho supera todas as hortaliças. Embora a mostarda pertença à categoria das hortaliças, trata-se de uma planta em forma de árvore. Consta que atinge uma altura de 2,5 a 3 metros. Ao escrever simplesmente “e fez-se árvore”, e não “fez-se árvore grande”, como aparece em um manuscrito posterior, Lucas não define uma árvore maior comparada a outras árvores, mas uma planta em forma de árvore que ultrapassa as proporções usuais de um arbusto. O presente evangelista não pensa, como Mateus e Marcos, no *arbusto* de mostarda, e sim na *árvore* de mostarda.

A parábola de Jesus revela o processo de crescimento do reino de Deus. Assim como o semeador deita apenas um minúsculo grão de mostarda em sua horta, assim o reino de Deus também apresenta, pela atuação fundamental de Jesus na terra, uma configuração extremamente insignificante e modesta.

Os adeptos de Jesus inicialmente formam apenas um grupo muito pequeno de pessoas, apenas um diminuto grupinho de discípulos. A atividade semeadora da pessoa aqui na parábola, bem como nas demais parábolas, refere-se à atuação de Jesus ao fundar o reino. Quando se diz que a pessoa lançou a semente em sua horta, isso não se refere exclusivamente a Israel, mas ao mundo inteiro como lavoura pertencente ao Senhor, sobre o qual ele visa erguer o reinado de Deus.

Todos os três evangelistas relatam, com diferenças desprezíveis, que pássaros se aninham nos ramos da árvore e sob sua sombra. Esta idéia da parábola não é um enfeite insignificante na descrição. A profecia de Ezequiel acerca do broto messiânico da casa de Davi, que cresce de tenro rebento para formar uma grande árvore, traz igualmente o adendo de que toda espécie de pássaros se aninhará debaixo dele e todas as aves repousam sob sua sombra (Ez 17.23). Esse aninhamento dos pássaros na árvore serve ao profeta como comparação para a habitação dos povos sob a proteção do reinado do Filho de Davi.

A descrição análoga do reino da Assíria (Ez 31.3,6) e a descrição do senhorio de Nabucodonosor (Dn 4.12) igualmente corroboram essa idéia. Portanto, a comparação da expansão do reino messiânico de Deus com uma árvore, em cujos ramos habitam os povos da terra, era familiar aos ouvintes da linguagem profética figurada. Essa metáfora faz referência à promessa de que os povos da terra ingressarão no reino de Deus e usufruirão a proteção e as bênçãos.

Ao introduzir a parábola do fermento com as palavras “disse mais”, Lucas assinala que Jesus persiste no mesmo pensamento em seu discurso e que as duas parábolas estão interligadas. A expressão grega *egkryptein* designa a atividade da mulher como simples adição do fermento à massa de farinha, de modo que o fermento esteja “oculto” dentro dela. O significado da palavra *zymousthai* = “perpassar fermentando” refere-se ao processo gradativo de levedação que, uma vez feita a mistura, fermenta a farinha toda.

Nas parábolas do grão de mostarda e do fermento cabe notar que se evidencia nitidamente uma nítida correlação. Assim como o pequeno grão de mostarda lançado ao solo cresce até alcançar grandes proporções, assim também a pequena quantia de fermento, quando misturada à grande massa de farinha, transforma toda a massa em uma grande levedura. De acordo com a parábola do grão de mostarda, o que era pequeno torna-se grande por meio de sua força de crescimento; já na parábola do fermento a substância inerente ao levedo transforma por sua força de fermentação. Enquanto, pois, a

primeira parábola mostra que o reino de Deus, apesar do minúsculo início, se torna uma grandeza interior que abrange nações, a segunda revela que, não obstante o começo extremamente fraco, o reino de Deus possui no mundo humano uma força de *configuração* e transformação que se expandem de forma penetrante, transformando, moldando e formando o ser humano que se entrega ao reino de Deus, até que tenha aceito mais e mais a natureza do reino de Deus. De acordo com a parábola do grão de mostarda o reino de Deus é fundado na humanidade em si. De acordo com a parábola do fermento, o reino de Deus situa-se no coração do ser humano. Ambas as parábolas visam direcionar os discípulos para a enorme abrangência universal e para a poderosa força transformadora do reino messiânico no mundo.

O ato de esconder o fermento refere-se à atividade messiânica de Jesus, que na primeira parábola é atribuída a um homem, na segunda a uma mulher. Semear a semente é trabalho de homens, ou seja, uma atuação externa; o trabalho da segunda parábola faz parte da vida doméstica. É uma atuação interna, ou seja, uma atuação da mulher que se volta para a família.

As três medidas de farinha originaram uma série de brincadeiras na história da interpretação. Houve tentativas de relacioná-las especificamente com o povo judeu, com os três continentes conhecidos naquele tempo, com os três filhos de Noé ou com gregos, judeus e samaritanos. Comentaristas mais antigos e mais recentes apostaram em coração, alma e espírito, ou em corpo, alma e espírito. Essas leituras devem ser rejeitadas.

Ademais, é preciso refutar outra interpretação, segundo a qual o fermento seria a destruição doutrinária e comportamental que penetra no reino de Deus. Aqui cabe argumentar que o fermento na realidade é usado para exemplificar o reino de Deus, e não algo ilegítimo. Se o fermento fosse usado aqui como parábola para algo ilegítimo, ele representaria uma forma de atuação completamente diferente que o grão de mostarda na parábola paralela. Por isso, a explicação do fermento como imagem do mal demandaria uma incompreensível inversão no entendimento de evoluções que correm paralelas, para a qual não há nenhuma base no presente texto. Nesse caso a *consolidadora promessa* da magnitude do reino de Deus que evolui a partir de pequenos inícios seria suplantada pela sombria e nefasta afirmação acerca da destruição. A ruína e a injustiça é que perpassariam o reino de Deus, até que ficasse completamente refém da destruição. Três passagens do Novo Testamento (Mt 16.6; 1Co 5.6-8; Gl 5.9), nas quais se usa a figura do levedo como o maligno, não podem ser aplicadas na presente parábola como fundamento para essa interpretação. Aqui se fala do efeito do fermento sobre a massa, que não é nefasto, mas positivo. A intenção da mulher ao usar o fermento não é contaminar a farinha, mas preparar um pão gostoso.

As duas parábolas, portanto, evidenciam o desenvolvimento do reino de Deus como uma evolução constante de pequenos inícios para uma grandeza eterna e permanente (sobre isso, cf. também no Comentário Esperança, Mateus, Mt 13.31-33, e Marcos, Mc 4.30-32).

B. Outros episódios na viagem de Jesus da Galiléia para Jerusalém – Lc 13.22-17.10

Neste ponto ocorre a segunda incisão no chamado relato de viagem de Lucas. O evangelista foi motivado para uma estruturação singular por meio da palavra de Jesus “Importa, contudo, caminhar hoje, amanhã e depois, porque não se espera que um profeta morra fora de Jerusalém” (Lc 13.33). Segundo esse enfoque, o itinerário de Jesus tem a finalidade e o alvo de sofrer e morrer em Jerusalém. Agora o Senhor aproximou-se significativamente do alvo anunciado em Lc 9.51.

1. A exortação séria de Jesus a lutar pela beatitude – Lc 13.22-30

O discurso do Senhor transmitido aqui possui apenas um paralelo em Marcos (Mc 10.31), ao passo que em Mateus há uma série de semelhanças, porém em outros contextos. A palavra da porta estreita (Mt 7.13s) é trazida por Lucas de forma abreviada (Lc 13.24). O diálogo entre o dono da casa e aqueles que pedem para entrar (Lc 13.25) é similar à conversa entre o noivo e as virgens néscias (Mt 25.11s). As palavras do Sermão do Monte em Mt 7.23 representam um paralelo preciso de Lc 13.25; as palavras de Lc 13.28s coincidem com Mt 8.11s. O último versículo do bloco (Lc 13.30) ocorre duas vezes no evangelho de Mateus (Mt 19.30; 20.16). É provável que Jesus tenha repetido diversas vezes tais palavras.

a) A resposta de Jesus à pergunta se poucos serão salvos – Lc 13.22-27

22 – Passava Jesus por cidades e aldeias, ensinando e caminhando para Jerusalém.

23 – E alguém lhe perguntou: Senhor, são poucos os que são salvos?

24 – Respondeu-lhes: Esforçai-vos por entrar pela porta estreita, pois eu vos digo que muitos procurarão entrar e não poderão.

25 – Quando o dono da casa se tiver levantado e fechado a porta, e vós, do lado de fora, começardes a bater, dizendo: Senhor, abre-nos a porta, ele vos responderá: Não sei donde sois.

26 – Então, direis: Comíamos e bebíamos na tua presença, e ensinavas em nossas ruas.

27 – Mas ele vos dirá: Não sei donde vós sois; apartai-vos de mim, vós todos os que praticais iniquidades (ou: vós malfeitores!)

A menção de que Jesus peregrinava por cidades e aldeias permite depreender que sua viagem seguia um plano. Ele ensinava em locais em que ainda não estivera anteriormente. Durante toda a sua viagem ele sempre manteve diante dos olhos o alvo de chegar a Jerusalém, a fim de ali sofrer e morrer.

A pergunta dirigida a Jesus, se poucos serão salvos, de forma alguma possui relação histórica com o precedente. O pensamento expresso por Jesus nas duas parábolas (Lc 13.18-21) deve ter levado Lucas a acrescentar aqui a pergunta e a resposta de Jesus. Nas duas parábolas Jesus expressou nitidamente que no momento o reino de Deus é um grupo pequeno e insignificante. Enquanto o número de seus adeptos permanentes era pequeno (Lc 12.32), o Senhor precisou lamentar muitas vezes a impenitência, leviandade e incompreensão da grande massa e de seus líderes (Lc 7.31-35; 8.10; 11.29-32,37-52; 12.54-59). Por isso Jesus falou muitas vezes do futuro do povo em tom de grave preocupação e profecia ameaçadora (Lc 10.12-15; 11.24-26). Sabia de antemão que o ódio das autoridades judaicas não descansaria até que elas o tivessem aniquilado (Lc 9.22). Também sabia que seus discípulos seriam igualmente perseguidos até que seu sangue fosse derramado (Lc 9.23s; 11.49-51; 12.4-12). Para Jesus, porém, era certo que o reino de Deus cresceria interiormente sem cessar e que chegaria à perfeição. Os discípulos do Senhor na verdade terão de superar duras provas de fé em todos os tempos. Por isso é compreensível a pergunta se todas as pregações e todos os eventos de salvação de Deus resultariam apenas em um pequeno grupo de redimidos?

Lucas não especifica a pessoa que pergunta. Da assustadora resposta do Senhor pode-se concluir que a pergunta não foi feita por alguém que estava atribulado ou desanimado. No entanto, pelo fato de o Senhor demandar uma luta autêntica, a pessoa que perguntou não era um escarnecedor leviano, mas alguém com intenções sérias.

Jesus não dá uma resposta aberta à pergunta levantada, mas desafia e orienta a lutar para passar pela porta estreita. Portanto Jesus não se dirige particularmente à pessoa que perguntou, mas fala ao povo com uma exortação de buscar denodadamente pela entrada no reino de Deus enquanto ainda houver tempo. Exorta os presentes (ao invés de tratar da pergunta infrutífera sobre a possibilidade de poucos serem salvos) a se empenharem seriamente para alcançar a salvação. A porta estreita é uma metáfora para a seriedade do ingresso no reino. Como a porta é estreita e muitos tentam passar por ela, é difícil entrar na casa à qual o reino de Deus é comparado. Somente o *persistente*, às custas dos mais graves sacrifícios, consegue passar pela porta estreita. No texto original o zelo sagrado é expresso pelo termo *agonizesthai*, que significa “lutar com a morte” (cf. a palavra agonia, contida no termo *agonizesthai*). Essa grave luta de vale-tudo é exacerbada pelas palavras “eles tentarão ou buscarão”.

A cena trágica que o Senhor tinha em mente desde o começo é retratada pelo dono de casa que não abre a porta aos que solicitam ingresso. Esse cenário está baseado na concepção de que o dono da casa espera pelos convidados até uma determinada hora. Vencido esse prazo ele se levanta, tranca a porta e nega qualquer outra entrada. O ingresso é negado não por causa da chegada atrasada, mas porque os suplicantes são desconhecidos. Quando o dono da casa fechar a porta, acaba o prazo da graça para o indivíduo. A porta estava aberta ao povo judaico enquanto Jesus ainda se encontrava no meio dele e os apóstolos anunciavam o evangelho. A duração do prazo de clemência não é definido com maior precisão no Novo Testamento, que limita-se a ensinar que o retorno do Senhor para julgar e consumir seu reino encerrará este prazo (Mt 25.10).

As palavras de Jesus “Não vos conheço, não sei donde sois” provavelmente dirigem-se contra o orgulho nacional judaico. O povo judeu acreditava que, por ser povo de Deus e descender de Abraão, as pessoas chegariam sem problemas ao reino de Deus e não poderiam perder-se. A enorme gravidade e alcance dessas palavras do Senhor mostram-se particularmente importantes quando se

pondera a palavra do bom pastor a suas ovelhas: “Eu sou o bom pastor e eu conheço os meus e os meus me conhecem” (Jo 10.14).

A dupla referência na parábola a “ele não sabe de onde eles são” destroça a presunção dos judeus ainda excluídos acerca de sua origem e descendência.

O Senhor não reconhece vantagens exteriores, ainda que sejam morais e religiosas. Por meio das palavras “afastai-vos todos de mim, vós praticantes da injustiça!” ele revela a dura situação de que eles não têm o direito de invocá-lo como Senhor. A injustiça consiste em não terem dado ouvidos ao chamado para o arrependimento e à pregação do evangelho. Esse juízo severo sobre a multidão que o rodeava continua válida pelo tempo em que desprezarem a exortação de Jesus para um arrependimento íntegro e oportuno.

b) A exclusão do reino de Deus – Lc 13.28-30

[Comentário Esperança, Mateus, p. 129s]

28 – Ali haverá choro e ranger de dentes, quando virdes, no reino de Deus, Abraão, Isaque, Jacó e todos os profetas, mas vós, lançados fora.

29 – Muitos virão do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul e tomarão lugares à mesa no reino de Deus.

30 – Contudo, há últimos que virão a ser primeiros, e primeiros que serão últimos.

A palavrinha ali designa o lugar em que se encontram os excluídos que são interpelados e que baterão sem sucesso à porta da casa. Embora a metáfora apenas negue o acesso aos que aqui estão distantes, essa negação não deixa de ser uma expulsão da comunhão dos patriarcas e profetas. A presunção judaica de ser descendência de Abraão não muda nada nesse triste fato.

Visto que o texto diz literalmente “o choro e o ranger dos dentes”, aponta-se conscientemente para a desgraça que predomina na condenação (cf. Mt 8.12; 13.42,50; 22.13; 24.51; 25.30).

Ainda que muitos do povo judeu sejam excluídos da bem-aventurança, o número dos que alcançam a salvação não será insignificante. As regiões do Nascente e do Poente, do Norte e do Sul são uma descrição de todos os países da terra (cf. Is 45.6; Ml 1.11), particularmente do mundo gentio mais distante. “Deitar-se à mesa” com os patriarcas simboliza o prazer completo da beatitude no reino de Deus.

O profeta Isaías também descreve a fruição total da bem-aventurança no reino de Deus consumado por meio da ilustração de uma refeição com comidas gordurosas e vinhos velhos, que o Senhor preparará a todos os povos no monte Sião (Is 25.6). Em todas as passagens em que Jesus compara a felicidade no reino de Deus a um banquete ou uma ceia nupcial (cf. Mt 22.1ss; Lc 14.16ss.; Ap 19.9,17) os principais cidadãos do reinado de Deus, de cuja bem-aventurança todos participam, são constituídos pelos que se tornaram seus filhos pela fé (Gl 3.7; Rm 4.16). Os compatriotas judaicos, que pensavam ter o direito primordial de participar nas bênçãos do reino de Deus por descenderem de Abraão e pertencerem ao povo da aliança, permanecem excluídos porque não creram em Jesus Cristo, o descendente prometido de Abraão (cf. Gl 3.16). Por consequência, agregam-se gentios crentes em Cristo vindos de todas as regiões do mundo, que então participarão do banquete festivo no reino de Deus.

A exclusão do reino de Deus e as muitas nações de todos os pontos cardeais presentes à mesa são iluminadas de forma chocante pela expressa menção de que “últimos serão primeiros, e primeiros serão últimos”. Essas palavras que ocorrem em três passagens do Novo Testamento possuem um sentido diverso nos diferentes contextos (cf. Mt 19.30; 20.16). Em cada uma das referências o contexto é decisivo para a interpretação. Na primeira passagem do evangelho de Mateus o Senhor ainda não tem em mente uma exclusão total do reino de Deus, mas apenas uma preterição. Aqui, porém, acontece uma rejeição completa. A segunda passagem da Escritura (Mt 20.16) fala de servos ávidos por recompensa, mas aqui se fala de incrédulos que rejeitam o reino. No presente texto Jesus não diz “os primeiros” e “os últimos”, mas de forma geral, “primeiros” e “últimos”, a fim de revelar ao que perguntou (Lc 13.22) como é seu próprio coração, permitindo-lhe ponderar de que lado está.

2. A ameaça a Herodes e a ameaça a Jerusalém – Lc 13.31-35

O diálogo entre Jesus e os fariseus (Lc 13.31-33), trazido pelo material exclusivo de Lucas, permite notar que Jesus se encontrava no território de Herodes Antipas. O Senhor, que conforme Lc

9.51 havia saído definitivamente da Galiléia, encontrava-se agora no sul da Peréia, onde aquele tetrarca mantinha residência em Macaira. De acordo com o relato de Josefo, é nessa residência que João Batista foi decapitado. Provavelmente o rei Herodes ouviu pela primeira vez a respeito de Cristo, como se depreende de Mt 14.1; Mc 6.14 e Lc 9.7, por intermédio da pregação dos apóstolos enviados. Antipas era um homem leviano, perdulário e sem caráter (cf. Lc 23.11), mas também consciente de sua culpa e um governante não avesso à brutalidade (Lc 13.32; cf. Mc 8.15), ao qual Lucas atribui muitas más ações (Lc 3.19). Jesus indica aos fariseus que lhe comunicaram o boato horrível sobre Herodes que seu assassinato não aconteceria na Peréia, por meio de Herodes, mas pelo tribunal religioso em Jerusalém, do qual eles próprios participavam. Disso se pode explicar por que Jesus se refere a Herodes na primeira parte de sua resposta (Lc 13.31-33) e a Jerusalém na segunda parte (Lc 13.34-35).

a) A mensagem corajosa de Jesus a Herodes – Lc 13.31-33

31 – Naquela mesma hora, alguns fariseus vieram para dizer-lhe: Retira-te e vai-te daqui, porque Herodes quer matar-te.

32 – Ele, porém, lhes respondeu: Ide dizer a essa raposa que, hoje e amanhã, expulso demônios e curo enfermos e, no terceiro (dia), terminarei.

33 – Importa, contudo, caminhar hoje, amanhã e depois, porque não se espera que um profeta morra fora de Jerusalém.

Por meio da locução “naquela mesma hora” (ou “no mesmo dia”, segundo outra versão) Lucas conecta o episódio subsequente, sem cronologia precisa, diretamente ao discurso de Jesus em Lc 13.23-30. Talvez o anúncio de que os judeus seriam excluídos do reino de Deus mas os gentios acolhidos tivesse motivado os fariseus a comunicar a Jesus o boato terrível acerca de Herodes. Comentaristas perguntam se aqueles fariseus de fato falavam em nome de Herodes ou se apenas fizeram uso do nome dele para expulsar Jesus por meio de um boato falso. Também é inconcebível que os fariseus tenham alertado o Senhor com boas intenções. Alguns exegetas consideram impossível que Herodes de fato planejasse matar Jesus. Esses comentaristas opinam que a execução de João Batista, realizada contra a sua vontade, ainda o teria atormentado por longo tempo (cf. Lc 9.7-9). Seu desejo, acalentado por muito tempo, de ver Jesus e atendido apenas no dia na morte de Cristo (Lc 23.8), seria inconciliável com a intenção de mandar matá-lo.

Contudo é igualmente improvável que a advertência dos fariseus tenha se baseado em uma invenção mentirosa, pois a resposta de Jesus mostra nitidamente que ele reconhecia Herodes como a causa do boato. Já na Galiléia (Mc 3.6) e mais tarde em Jerusalém os herodianos e fariseus aliaram-se contra Jesus (Mc 12.13). O desejo de Herodes de que Jesus saísse de seu território e acelerasse a viagem para Jerusalém também correspondia ao interesse dos fariseus. Em Jerusalém eles podiam ter a esperança de que, com auxílio do Sinédrio, seria dado fim à atuação de Jesus.

Jesus responde à instrução dos fariseus “Retira-te daqui” com as palavras “Ide” e “Dizei a essa raposa!”. A raposa é emblema de ardil e de esperteza. A resposta que Jesus manda transmitir a Herodes por meio dos fariseus atesta que ele realizará exorcismos e curas enquanto lhe aprouver e pelo tempo que Deus lhe determinar. Ele não se retiraria hoje, como eles pretendem, mas prosseguirá sua atividade pelo tempo necessário até que sua incumbência tenha sido concluída. Jesus cita apenas a atividade de cura, pois o governante não seria capaz de imaginar nada específico acerca da pregação. Herodes também deveria admitir por si mesmo que uma atuação tão benéfica não merece a morte ou o banimento.

A locução “hoje, amanhã e no terceiro dia” representa um linguajar proverbial explicado de diversas maneiras. A variação sobre o terceiro dia (“no dia próximo ou no dia subsequente” ou, segundo outro manuscrito “no dia vindouro”) já assinala a característica de provérbio. Não é possível interpretar os três dias segundo Os 6.2, referindo-se profeticamente aos três anos de ministério de Jesus. O mais plausível talvez seja entendê-la de tal forma que o Senhor peregrinou rumo a Jerusalém no terceiro dia. Essa declaração corre paralela a Jo 11.9s e significa: “Ainda disponho de determinado tempo atribuído, no qual atuo e viajo sem temor e sem interrupções.”

Jesus “tinha de” caminhar para Jerusalém, mas não de acordo com a instrução dos fariseus, mas porque o Pai lhe havia ordenado isto.

Em tom de áspera porém santa ironia Jesus diz aos fariseus que nem mesmo é possível que um profeta não pereça em Jerusalém, mas não fora da cidade. A cidade santa, na qual também exerce seu

ofício, não pode ser eximida da triste incumbência que lhe era peculiar desde os tempos antigos. Cabe-lhe a prerrogativa muito entristecedora de continuar sendo assassina de profetas. Ainda que João Batista tenha sido assassinado fora de Jerusalém, continua valendo que Jerusalém não perderá esse privilégio. Afinal, diz Jesus, qualquer regra e ordem seriam contrariadas se um profeta não fosse assassinado em Jerusalém.

b) O lamento de Jesus sobre Jerusalém – Lc 13.34s

[Comentário Esperança, Mateus, p. 384ss]

34 – Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados! Quantas vezes quis eu reunir teus filhos como a galinha ajunta os do seu próprio ninho debaixo das asas, e vós não o quisestes!

35 – Eis que a vossa casa vos ficará deserta. E em verdade vos digo que não mais me vereis até que venhais a dizer: Bendito o que vem em nome do Senhor!

De acordo com a santa ironia acerca de Jerusalém, que se tornou covil de assassinos de profetas, irrompe em Jesus o tom de lamentação de profunda dor. Sua consternação interior já fica clara pela duplicação do nome “Jerusalém”. Pelo fato de Jesus proferir esse lamento sobre a cidade em território herodiano, muitos comentaristas preferem colocar essa declaração no local indicado por Mateus (Mt 23.37-39). Contudo não é impossível que Jesus tenha dito duas vezes essas palavras.

Jesus recorda a culpa de sangue que reis e habitantes de Jerusalém assumiram. Zacarias, apedrejado no pátio do templo, já fora mencionado por Jesus (2Cr 24.20-22; Lc 11.51). Jeremias teve de sofrer coisas incríveis em Jerusalém. Um profeta de nome Urias foi executado à espada ali (Jr 26.20-23). Por meio dessa alusão o Senhor não responsabiliza a atual geração pela culpa de seus antepassados, mas afirma que não se pode esperar nada diferente da atual geração porque ela continua andando nas pegadas de seus ancestrais. Por meio da linda ilustração de uma galinha que sob suas asas oferece a seus pintinhos proteção das intempéries ou de uma ave de rapina que circula acima dela, Jesus lamenta pelo fato de mais de uma vez ter tentado, sem sucesso, proteger os moradores do iminente juízo. Em todas as vezes, sua amorosa determinação fracassou diante da resistência insuperável da oposição deliberada. Embora Jesus lamente sobre os esforços vãos de salvar seu povo, ele não deixa de concluir a obra da qual o Pai o incumbiu. Ainda que por enquanto sua obra não tenha o efeito exterior que poderia e deveria, o plano de Deus concretiza-se apesar de tudo, de modo que alguns salvos de toda a nação se tornam portadores da salvação para o mundo inteiro.

A partir de agora Jesus, que até então acolhia os filhos de Jerusalém de forma protetora, como uma galinha acolhe os pintinhos sob as asas, retrai-se diante dos “filhos de Jerusalém”, de modo que precisam proteger-se sozinhos sem um abrigo. Essa é a idéia das palavras “Vossa casa abrirá mão de vós próprios”[t.a?]. Trata-se de uma indicação profética do destino do templo e de toda a nação judaica. O “eu, porém, vos declaro” de Jesus já não se dirige a Jerusalém, mas a seus ouvintes e aos representantes de todo o povo.

As palavras um pouco obscuras “Vossa casa abrirá mão de vós próprios” são entendidas de várias maneiras. O significado não pode ser que o templo será deixado para eles, a fim de que possam fazer com ele o que desejarem. Jesus tampouco deve ter tido a intenção de dizer que depois de sua partida o templo seria privado da proteção e entregue à própria sorte. O Senhor também não visava declarar que Deus abandonará a casa. O verbo grego *aphienai* aqui somente pode ter o sentido de “abrir mão de sua propriedade e, assim, perdê-la”. Os fariseus e o povo judaico, que assassinam a Jesus, em breve terão de abrir mão do templo, o prédio de sua devoção meramente exterior, entregando-o a outros.

Com o cumprimento dessa profecia ameaçadora, porém, o relacionamento histórico entre Jesus e Israel ainda não chegou ao fim. O Senhor afasta-se deles por um longo período de tempo. Seu distanciamento somente terá fim quando eles mudarem de mentalidade. As palavras do Senhor não se referem, como pensam alguns comentaristas, à entrada de Jesus em Jerusalém, quando uma parte da multidão o ovacionou. Esse dia não gerou nenhum arrependimento. No fim dos dias, porém, o Israel convertido receberá Jesus de Nazaré, a quem assassinou no passado, como o Messias exaltado com a palavra de saudação do Salmo 118.26: “Bendito o que vem em nome do Senhor”!

3. Jesus como conviva na casa de um superior dos fariseus no sábado – Lc 14.1-24

Uma das peculiaridades de Lucas é apresentar o Senhor como hóspede em um animado banquete, onde Jesus revela a sua humanidade da forma mais gloriosa. Depois de ter curado um hidrópico no sábado, Jesus emoldura a refeição com discursos à mesa. Em tais discursos o ensinamento é passado aos convidados (Lc 14.7-11), ao anfitrião (Lc 14.12-14) e a todos os presentes (Lc 14.15-24). O milagre de cura no sábado, ocorrido imediatamente antes, deu ensejo para instruir os fariseus quanto à posição deles em relação ao reino de Deus.

Lucas informa esse banquete sem qualquer conexão cronológica ou geográfica com o que veio antes. Ele aconteceu durante a lenta viagem pela Peréia (cf. Lc 13.32). Aqui ainda não predomina o tom áspero de oposições irreconciliáveis entre Jesus e os fariseus, como em outras narrativas da época da Galiléia (cf. Lc 6.6-11; 11.37-54). Na Peréia, pela qual Jesus peregrinou em sua última etapa da vida como mestre do povo e benfeitor dos enfermos, a hostilidade contra ele ainda não havia chegado ao auge como anteriormente na Galiléia. Contudo Jesus reconhece a verdadeira constituição da atitude farisaica, embora estivesse revestida de formas mais amistosas.

a) A cura do hidrópico no sábado – Lc 14.1-6

1 – Aconteceu que, ao entrar ele num sábado na casa de um dos principais fariseus para comer pão (i. é, tomar uma refeição), eis que o estavam observando.

2 – Ora, diante dele se achava um homem hidrópico.

3 – Então, Jesus, dirigindo-se aos intérpretes da Lei e aos fariseus, perguntou-lhes: É ou não é lícito curar no sábado?

4 – Eles, porém, nada disseram. E, tomando-o, o curou e o despediu.

5 – A seguir, lhes perguntou: Qual de vós, se o filho ou o boi cair num poço, não o tirará logo, mesmo em dia de sábado?

6 – A isto nada puderam responder (como refutação).

Ao aceitar o convite à casa de um fariseu, Jesus demonstrou sua coragem e sua mansidão. Desta feita tratava-se de um fariseu de posição especial. Aquele maioral dos fariseus era, como Nicodemos (Jo 3.1), membro do Sinédrio (cf. Lc 7.3) ou um presidente de sinagoga (Lc 8.41; 13.14), que pertencia ao partido dos fariseus. Para o banquete na casa do fariseu estavam convidados também outros fariseus, que faziam parte da categoria dos rabinos. A formulação “os mestres da lei e fariseus” (Lc 14.3) assinala que as pessoas ali presentes não devem ser divididas em dois grupos, mas que elas eram ao mesmo tempo mestres da lei e fariseus. Tal unificação de funções obviamente não ocorria sempre (cf. Lc 11.39,45). Os diálogos subsequentes permitem reconhecer que o grupo era numeroso e formado por pessoas abastadas. Todos os convidados parecem ter ficado surpresos quando apareceu inesperadamente um hidrópico, que não pertencia ao círculo deles.

A observação: “E eis que um homem que era hidrópico estava diante dele” indica que o anfitrião havia convidado esse enfermo, um fato que porém devia ser inesperado para Jesus.

Os mestres em Israel espreitavam com grande interesse para ver se Jesus diria ou faria algo que contrariasse os costumes do sábado e suas convicções, a fim de em seguida acusá-lo de transgredir a lei. Jesus antecipa-se aos pensamentos dos mestres farisaicos da lei por meio perguntando: “É ou não é lícito curar no sábado?” Propôs-lhes uma questão jurídica controvertida. Porque entre os judeus havia opiniões diferentes a esse respeito. De modo geral defendia-se que no sábado não era permitido curar caso não existisse um real risco de vida. Os convidados presentes defendiam essa visão, mas se negavam a afirmá-la abertamente.

A pergunta do Senhor, formulada com singela simplicidade, veracidade e amor, fez calar todos os adversários. O silêncio dos hóspedes denota constrangimento ou falsidade odiosa e rancorosa (cf. Mc 3.5).

A pergunta não-expressa dos inimigos, se Jesus é capaz ou não de curar o hidrópico, obtém resposta por meio do milagre da cura. A hidropisia é o sintoma de uma grave doença do coração e dos rins. Uma cura instantânea, como relatada aqui pelo evangelho, é desconhecida na experiência médica. A cura dessa enfermidade orgânica, que não pode ser realizada nem por intervenção cirúrgica nem por influência sugestiva, revela de forma ainda mais palpável o poder milagroso de Jesus.

Igualmente fica sem resposta a segunda pergunta do Senhor sobre o que fariam se p. ex. um filho ou um boi caísse no poço em dia de sábado. Uma narrativa semelhante (Lc 6.10s), no entanto, informa que os fariseus se enfureceram absurdamente e planejaram medidas hostis contra Jesus.

Aqui, no entanto, seus adversários se mantiveram calados. A combinação de “filho” e “boi” deu azo a várias suposições. Com base em textos do AT (Êx 21.33; Dt 22.4) tenta-se justificar a versão “jumento e boi” em lugar de “filho e boi”. O fato de que aqui a palavra similar a Lc 13.15 soa um pouco diferente constitui uma evidência da transmissão conscienciosa das palavras do Senhor por Lucas. Na expressão “filho” Jesus expressa sua profunda compaixão pelo enfermo, ao contrário da impiedade dos fariseus. Por meio do primeiro exemplo Jesus pergunta se um ato de amor para com um ser humano no sábado não seria tão lícito quanto celebrar um banquete no sábado e ser convidado para ele como hóspede. No entanto, os adversários consideravam justificado trabalhar no sábado por motivação egoísta, a fim de salvar um dos animais domésticos mais úteis. Novamente silenciaram diante da pergunta do Senhor, não porque se negassem a dar uma resposta, mas porque não tinham como responder. O feito milagroso de Jesus e sua pergunta tirada de um exemplo cotidiano deixaram embaraçados os inimigos.

b) A exortação de Jesus à humildade – Lc 14.7-11

7 – Reparando como os convidados escolhiam os primeiros lugares, propôs-lhes uma parábola:

8 – Quando por alguém fores convidado para um casamento, não procures o primeiro lugar; para não suceder que, havendo um convidado mais digno do que tu,

9 – vindo aquele que te convidou e também a ele, te diga: Dá o lugar a este. Então, irás, envergonhado, ocupar o último lugar.

10 – Pelo contrário, quando fores convidado, vai tomar o último lugar; para que, quando vier o que te convidou, te diga: Amigo, senta-te mais para cima. Ser-te-á isto uma honra diante de todos os mais convivas.

11 – Pois todo o que se exalta será humilhado; e o que se humilha será exaltado.

Assim como os fariseus examinavam e observavam o Senhor detidamente ao entrar na casa, para ver se ele diria ou faria algo que não era lícito no sábado, Jesus dirigiu seu olhar aos convidados, vendo como escolhiam os primeiros lugares. Esse comportamento dos convivas então motivou Jesus a ilustrar uma verdade superior e mais importante mediante uma figura. Suas palavras de forma alguma contêm mero bom senso. A ilustração utilizada aqui não é extraída de um banquete, mas do convite para uma festa nupcial, porque essa solenidade traz consigo uma classificação da importância dos convidados. Dillesberger escreve com muita propriedade e plasticidade a esse respeito: “Há um fascínio especial na circunstância de que o relacionamento pessoal entre convidado e anfitrião também é descrito sucessivamente. Como soa fria a primeira intervenção: ‘Dá lugar a este’, e repleta de verdadeiro calor cordial a segunda: ‘Amigo, senta-te mais perto e mais para cima.’ – Diversas traduções falham completamente em expressar que a idéia não é somente ‘sentar-se mais acima’, mas que a ênfase é sobretudo sentar-se mais perto do próprio anfitrião. Toda a honra, portanto, é adicionalmente imbuída de um amor reconstituído e calidamente envolvente por parte de seu anfitrião. No texto de Lucas, é com esta forma tão cativante que o Salvador insta à verdadeira modéstia.” Ao cristão, porém, isso diz muito. Independentemente de que pense em um banquete simples ou na festa nupcial da eternidade – ele sabe como é preciso preparar-se. Modéstia e humildade, negação de si próprio, consideração pelos outros – sempre ter mais consideração pelos outros do que por si mesmo – tudo isso faz parte da característica básica do cristão autêntico.

Por isso os termos parábola (Lc 14.7) e provérbio (Lc 14.11) permitem constatar que Jesus não está estabelecendo regras gerais de sabedoria, mas que faz afirmações que visam indicar a situação íntima da pessoa (cf. Lc 18.14). O sentido mais profundo da parábola sobre os lugares à mesa é, portanto, tornar-se pobre e pequeno diante de Deus.

As palavras do Senhor, apoiadas no texto do AT em Pv 25.6s, correspondem às declarações nos evangelhos (Mc 12.38-40; Lc 20.46s) nas quais Jesus condena com veemência a busca ávida dos escribas por posições de honra. As palavras finais do presente trecho (Lc 14.11) correspondem à aplicação da parábola sobre os convidados à mesa em Mt 20.28: “O Filho do Homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos.”

[11] O dito claramente compreensível evidencia por sua aplicação múltipla que fala do agir escatológico de Deus, que no dia do juízo final humilha os orgulhosos e exalta os humildes. Em decorrência, essa regra de mesa transforma-se em compasso inicial de uma exortação escatológica, que adverte a que se renuncie a demandas de justiça própria perante Deus e exorta a tornar-se

humilde diante dele. Como outros ditados, o provérbio prenuncia uma inversão da situação. Cumpre notar bem que Jesus não chama o sentar-se acima nem a distinção em si de orgulho, porque os diferentes segmentos são concordes com a ordem divina (cf. Rm 13.7); condenável é espreitar e buscar honra e fama. Entender a parábola do Senhor no sentido de Paulo é considerar-se o primeiro entre os pecadores (1Tm 1.15).

c) A exortação de Jesus ao anfitrião para praticar a beneficência – Lc 14.12-14

12 – Disse também ao que o havia convidado: Quando deres um jantar ou uma ceia, não convides os teus amigos, nem teus irmãos, nem teus parentes, nem vizinhos ricos; para não suceder que eles, por sua vez, te convidem e sejas recompensado!

13 – Antes, ao dares um banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos.

14 – e serás bem-aventurado, pelo fato de não terem eles com que recompensar-te; a tua recompensa, porém, tu a receberás na ressurreição dos justos.

Como um autêntico mestre e conselheiro espiritual Jesus apela à consciência de cada um dos fariseus convidados. A atitude superior de Jesus é caracterizada pelo fato de que nenhum dos presentes se opôs a isso nem redarguiu algo. No mesmo tom o Senhor agora também dirige ao anfitrião uma exortação à beneficência. A intenção com que o distinto fariseu convidara Jesus não foi mencionada com nenhuma palavra pelo Senhor.

Pela ordem costumeira, um anfitrião sempre convidava seus amigos para o banquete. O poeta grego Hesíodo define a regra: “Quem te ama, a esse convoca para a refeição!” É mais fácil para o ser humano natural obedecer a essa palavra do que ao mandamento de Cristo. Jesus não proíbe que se convide amigos e parentes. Contudo Jesus proíbe três coisas: 1) Esbanjar comida a nosso bel-prazer e distribuí-la somente a amigos e pessoas ricas, quando os pobres muitas vezes têm tanta necessidade dela. 2) Classificar de amor o fato de oferecer banquete apenas àqueles que nós amamos e que são simpáticos para conosco. 3) Fazer o bem com a intenção de que nos seja retornado novamente o bem.

A motivação de Jesus desvenda a intenção do anfitrião, que espera uma retribuição do convite por parte de parte de seus convidados. Quem busca uma compensação humana para suas boas ações perde a recompensa que Deus distribui (Mt 6.2; Lc 6.24).

Quando Jesus aponta para a ressurreição, ele indica que alvo e qual recompensa devemos visar.

Bem-aventurados os que seguem o conselho de Jesus e convidam aquelas pessoas que não têm com que retribuir. Na ressurreição dos justos eles obterão seu prêmio. A expressão “ressurreição dos justos” era familiar aos fariseus. A teologia rabínica ensina predominantemente uma ressurreição dos israelitas justos. Em Jo 5.28; At 24.15 e Dn 12.2 lemos acerca de uma ressurreição dos justos e dos injustos, o que não é refutado em Lc 20.35. Aqui Jesus diferencia, como Paulo (1Ts 4.16; 1Co 15.23) e João (Ap 20.5s), entre uma primeira e uma segunda ressurreição. Fazem parte da “ressurreição dos justos” as pessoas que demonstram amor neste mundo de acordo com as leis constitutivas do mundo futuro (sem intenção de retribuição), aos que carecem do amor em maior medida.

d) A parábola do grande banquete – Lc 14.15-24

[Comentário Esperança, Mateus, p. 361ss]

Essa parábola está relacionada com a parábola relatada em Mt 22.1-14 acerca da festa nupcial do filho do rei. Contudo ocorrem também diferenças, nas quais reconhecemos indícios de que surgiram em épocas distintas. Na parábola de Lucas os judeus ainda não aparecem como inimigos tão ferrenhos de Cristo. Os convidados desculpam-se porque não podem atender ao convite. No âmbito do povo judeu, contrapõem-se aqui os fariseus e os pobres e desprezados. O juízo punitivo, a destruição de Jerusalém, ainda não é mencionado. A convocação dos gentios é mencionada apenas de passagem. A parábola das núpcias reais em Mateus é uma repetição mais evoluída desta parábola, proferida por Jesus em época anterior, durante o banquete de um fariseu em dia de sábado. As duas parábolas relacionadas constituem uma prova de que o Senhor, cheio de sabedoria e amor, não desprezava essas repetições. Os paralelos ou partes semelhantes nas duas parábolas ricas de conteúdo foram freqüentemente atacados pelos exegetas. As diferenças e coincidências comprovariam que Mateus teria retrabalhado radicalmente a parábola que originalmente foi transmitida por Lucas. Contudo, a moldura geográfica e cronológica das duas peças, bem como sua tendência e formulação, divergem tanto entre si que apesar das parcelas coincidentes a única explicação é que realmente se trate de duas parábolas diferentes.

Ambas as parábolas, no entanto, apresentam traços comuns. Os convidados rejeitam o convite. Em lugar dos que o desprezam são chamados as primeiras pessoas que aparecem. Ambas as parábolas são dirigidas a adversários do Senhor, aos quais o evangelho foi proclamado.

As divergências de ambas as versões são as seguintes: com a *introdução* “De novo, entrou Jesus a falar por parábolas, dizendo-lhes” (Mt 22.1) e a *continuação* “Então, retirando-se os fariseus, consultaram entre si como o surpreenderiam em alguma palavra” (Mt 22.15) *Mateus situa a parábola na época dos últimos discursos de Jesus contra seus inimigos*. De acordo com Lucas, o orgulho dos convidados e a atitude interesseira do anfitrião são enfocados antes (Lc 14.7-14). O Senhor corrige a reivindicação falsamente levantada de participar de um banquete no reino de Deus (Lc 14.15), dando a entender que essa reivindicação nem mesmo vale de forma tão inquestionável para eles. Seus ouvintes na realidade são convidados da festa, porém não comerão a refeição porque outros ocuparão os lugares deles. Esse é o ponto de vista principal da parábola. Em lugar dos *fariseus* são introduzidos os *publicanos e pecadores* (Lc 14.21). Depois de Jesus profetizar sucintamente a vocação dos gentios (Lc 14.23), ele retorna ao começo e ao motivo da parábola (Lc 14.24). O enfoque principal da parábola no evangelho de Mateus é que a transferência do reino de Deus para os gentios, anunciada em Mt 21.42s, continua sendo justificada. O avanço histórico de acordo com a parábola em Lucas permite reconhecer o que acontecerá futuramente, quando apesar de tudo o Filho obtém e assegura o reino. Disso resultam em ambas as parábolas diferenças radicais.

A versão dessa parábola em Mateus ainda possui outra ampliação, a de que uma pessoa trazida da rua não tinha um traje de festa (Mt 22.11-13). Além desse adendo há outras diferenças. Lucas descreve o grande banquete de um homem comum, Mateus relata a celebração nupcial do filho do rei. O terceiro evangelho sinótico fala unicamente de um servo (Lc 14.17,21,22s), o primeiro evangelista de um número maior de servos, que entregam os convites para o banquete. Lucas menciona mera desculpa e ausência dos convidados, mas na parábola das núpcias do filho do rei os servos do segundo grupo são maltratados e assassinados. De acordo com o relato de Lucas os primeiros convidados são substituídos inicialmente pelos pobres e enfermos da cidade, depois pelos de fora, enquanto Mateus despacha imediatamente o convite a todo o mundo. Na presente parábola de Lucas comenta-se no final que nem todos degustarão o banquete no reino de Deus. Em Mateus o rei envia o exército antes das bodas, a fim de matar os assassinos e incendiar sua cidade. No grande banquete em Lucas a casa fica cheia de convidados, enquanto que na ceia do casamento real em Mateus é declarado que entre os chamados nem todos são escolhidos. Ambas as parábolas apontam, por meio de formulações diversas, para o banquete do tempo escatológico, do qual nem todos participam. O que Lucas afirma com poucas palavras (Lc 14.15,24), é explicado por Mateus por intermédio de uma metáfora: de que somente a vestimenta nupcial viabiliza a participação nas bodas.

A moldura local e cronológica, as diferentes tendências e as formulações diversas demonstram suficientemente que Mateus não traz uma reformulação da parábola narrada por Lucas, mas que cada evangelista relata uma parábola fundamentalmente diversa da outra. Os traços convergentes em ambas as parábolas não possuem um peso tão grande que possa abalar o fato de haver duas parábolas distintas.

O preparo do banquete e o convite aos amigos – Lc 14.15-17

15 – Ora, ouvindo tais palavras, um dos que estavam com ele à mesa, disse-lhe: Bem-aventurado aquele que comer pão no reino de Deus.

16 – Ele, porém, respondeu: Certo homem deu uma grande ceia e convidou muitos.

17 – À hora da ceia, enviou o seu servo para avisar aos convidados: Vinde, porque tudo já está preparado!

A promessa de Jesus quanto à retribuição, na ressurreição dos justos, pelo bem feito a pobres e carentes, que não têm como retribuir, motiva um dos convivas a exclamar algo muito surpreendente: “Bem-aventurado é aquele que participar da ceia no reino de Deus!” (v. 15). Essa aparente concordância com a promessa de Jesus (v. 14), apresentada de forma um pouco modificada, é na realidade uma total distorção. Não se pode dizer que essa pessoa apresente abertura interior. Por trás da conotação devota da declaração ocultam-se três males: 1) a ressurreição dos justos é entendida de modo carnal como um banquete no reino de Deus. 2) O fariseu e israelita, que desconsidera o que foi dito em Lc 13.28-30, têm certeza de que participará da bem-aventurança, embora não cumpra ou deixe de lado a justiça demandada. 3) Toda a questão é transferida de maneira indolente para o

futuro, apesar da exortação insistente. Sem dedicar a mínima atenção à exigência do Senhor, o fariseu enaltece a beatitude daqueles que participarão da refeição no reino de Deus. Ele não exalta a participação no banquete do reino de Deus como um alvo de efeito promissor, que vale qualquer sacrifício e que é alcançado unicamente mediante a conversão, mas como uma suposta posse segura para si e seus pares.

Por isso Jesus retoma a palavra para prosseguir o discurso com gravidade. A parábola começa com “Alguém realizou um grande banquete”. A palavrinha “grande” pressupõe uma ceia com um número incomum de convidados. A observação “e convidou a muitos” corresponde à magnitude do banquete. O primeiro chamado é imaginado como primeiro anúncio, que coincide com a hora da preparação do banquete.

A formulação “à hora do banquete” ou “quando estava na hora da refeição” indica o momento em que o banquete estava pronto e preparado. O teor da mensagem aos convidados “Vinde, porque tudo já está preparado!” pressupõe um convite duplo para banquetes festivos, o que é documentado no costume oriental. É incorreto considerar a palavrinha “já” como uma exortação contra a negligência dos convidados por não terem atendido pontualmente ao convite. O não-comparecimento dos convidados na hora anunciada não teria sido tacitamente ignorado na narrativa. O chamado de vir na hora do banquete aguça intensamente o convite. Quem não vier naquele instante, ficará de fora.

A recusa dos convidados – Lc 14.18-20

18 – Não obstante, todos, à uma, começaram a escusar-se. Disse o primeiro: Comprei um campo e preciso ir vê-lo; rogo-te que me tenhas por escusado.

19 – Outro disse: Comprei cinco juntas de bois e vou experimentá-las; rogo-te que me tenhas por escusado.

20 – E outro disse: Casei-me e, por isso, não posso ir.

Todos os convidados recusaram o convite. O fato curioso é que os convidados respondem com desculpas justamente ao chamado efetivo para o banquete. Pareciam ter aceito com honra e alegria o convite preliminar. Agora, quando devem de fato vir para a festa, começam todos, sem exceção, a desculpar-se, como se tivessem feito um acordo. As desculpas apresentadas são distintas de acordo com a situação de cada um. O sentido que se depreende delas é flagrante, apesar das diferenças. Cabe considerar o teor peculiar das três diferentes negativas. A tríplice formatação dessas respostas pode caracterizar três classes distintas de convidados, de acordo com três diferentes motivos para o impedimento. No entanto, por causa da semelhança interior dos três exemplos, fica clara a resistência unânime de todos os convidados.

Os dois primeiros a receber o convite alegam que não irão porque aquilo que compraram exige sua atenção. O primeiro precisa, sem falta, sair para examinar as terras, o segundo vai testar uma junta de bois. A parábola fala em verificar e examinar uma propriedade já *adquirida*, a fim de agradar e felicitar-se como proprietário do bem. A pessoa mal consegue esperar para ver e examinar a nova aquisição.

A forte expressão do primeiro, “preciso absolutamente”, fundamenta seu apego, de modo que é obrigado a fazer o que não consegue postergar. O segundo demonstra um baixo grau de consistência, dizendo que, sem citar uma necessidade premente, simplesmente “vou lá experimentá-las.” O terceiro difere do segundo ao dizer laconicamente “desposei uma mulher”. Como nos dois primeiros casos, está claro que o motivo impeditivo reside na necessidade de usufruir a posse adquirida e de agradar-se dos bens (cf. Dt 24.5). Todos os três acrescentam uma recusa ao motivo do não-comparecimento, de forma cada vez menos cortês. Os dois primeiros são corteses ao pedir: “Eu te peço que me desculpes!” O terceiro dispensa essa solicitação e declara francamente: “Não posso ir”. Todos os convidados revelam que preferem a propriedade de terras ou gado, ou a vida familiar, ao convite. Os bens aprazem-lhes mais que a participação no banquete.

O relato do servo e os novos convites do anfitrião – Lc 14.21-24

21 – Voltando o servo, tudo contou ao seu senhor. Então, irado, o dono da casa disse ao seu servo: Sai depressa para as ruas e becos da cidade e traze para aqui os pobres, os aleijados, os cegos e os coxos.

22 – Depois, lhe disse o servo: Senhor, feito está como mandaste, e ainda há lugar.

23 – Respondeu-lhe o senhor: Sai pelos caminhos e atalhos e obriga a todos a entrar, para que fique cheia a minha casa.

24 – Porque vos declaro que nenhum daqueles homens que foram convidados provará a minha ceia.

Diante do relato do servo o dono da casa é tomado de fúria justificada. Encarrega o servo de buscar rapidamente outras pessoas, para que se sentem à mesa em lugar dos convidados. Não espera por eles. Também não pretende mais despendar qualquer palavra a respeito deles. O servo deve sair para ruas largas e becos estreitos da cidade. Pelo fato de que os residentes e proprietários desprezaram o convite do anfitrião, o servo deve procurar a população de rua, que não tem posses, praticamente recolhendo-a das ruas e vielas. Por isso o convite é dirigido a mendigos, aleijados, e cegos, às classes mais miseráveis e desafortunadas. Nenhum grupo de miseráveis deve ser deixado de lado. A enumeração corresponde à que já foi mencionada (cf. Lc 14.13).

[21] A instrução “conduze-os aqui para dentro!” é mais que mera exclamação. Se mendigos e aleijados que jazem nas estradas e vielas não devem apenas permanecer à porta para receber esmolas, mas também ser recebidos como convidados da casa e além disso participar do banquete festivo do próprio senhor, então é preciso que sejam conduzidos para dentro. Miseráveis e desabrigados precisam superar principalmente a vergonha e timidez em vista de um convite tão honroso e gratificante.

A apreciação das circunstâncias – um grande banquete está preparado, muitos foram convidados, todos eles se desculparam, o servo foi novamente enviado para preencher a mesa com mendigos e aleijados da rua – permite notar que o servo é sempre o mensageiro de seu patrão, indo e vindo, constantemente cumprindo as ordens do senhor. No segundo envio a intenção da ordem foi cumprida apenas de modo imperfeito, porque parte da mesa ainda estava vazia. A informação “ainda há lugar” leva a narrativa novamente a um ponto de tensão elevada, como no primeiro informe (cf. Lc 14.21). A pergunta é se o proprietário agora terá consideração pelos primeiros convidados, reservando-lhes os lugares?

[23] O senhor ordena que se faça um terceiro convite. O servo deve sair para os caminhos e as cercas e instar pessoas a entrar. Neste caso é preciso imaginar as estradas do interior, margeadas de cercas, ao contrário das ruas na cidade entre fileiras de casas. Não se diz quem o servo deve instar para entrar. Dessa maneira expressa-se da melhor forma possível que o servo deve levar à casa do senhor qualquer pessoa que atravessar seu caminho. O termo grego *anangkason* significa neste contexto um pedido insistente ou um persuadir *persistente*, não porém, como em Mt 14.22 e Mc 6.45, uma coação rígida e violenta. Na prática, a palavra do Senhor na parábola de Lucas foi muitas vezes abusada. Agostinho baseou-se nessa palavra para obter o consentimento interior dos hereges por meio de métodos exteriores de coação. De forma alguma o sentido de instar é que a vontade seja obtida por força exterior. O senhor apenas deseja pessoas que venham livremente. Mendigos e aleijados da cidade podiam ser conduzidos para dentro da casa do nobre senhor, mas os desconhecidos das estradas tinham de ser instados a vir até o eminente dono da festa. Mas o instar também é tão enfatizado porque o dono do banquete não deseja ver nenhum lugar vazio em sua casa.

[24] A recusa acarreta para os primeiros convidados a exclusão definitiva e total do banquete. Essa idéia é expressa no final da parábola, quando é dito que nenhum daqueles que foram convidados provará do banquete dele.

É incorreto encaixar essa sentença final no meio da própria narrativa. Em vista da forma plural “vos” ela não pode fazer parte da incumbência do dono da casa da parábola dada ao servo. A fórmula “Porque vos declaro” transforma as palavras finais “nenhum... há de provar do meu banquete!” em uma afirmação de Jesus. O Senhor faz isso muitas vezes no fim de uma parábola (cf. Lc 11.9; 15.7,10; 16.9; 18.14; cf. Mt 21.43). Essa palavra deve ser considerada como advertência aos fariseus que ouviam a parábola. Cabe levar em conta que Jesus não declara “nenhum de vós”, mas “nenhum dos homens que foram convidados”. Pelo fato de Jesus julgar dessa forma apenas as pessoas que haviam sido convidadas, fica por conta de cada ouvinte perguntar-se se ele faz parte deste grupo ou não. Por conseqüência, a sentença final serve para reforçar o resultado da narrativa.

O banquete do dono da casa é interpretado por Jesus como ceia dele. Assim como o reino de Deus é reino dele (cf. Mt 13.31), assim também a ceia do reino de Deus é banquete dele.

É a partir desse ponto que se deve fazer a interpretação dos pormenores da parábola. O conceito fundamental do “banquete” é fornecido ao Senhor por meio do convidado fariseu (cf. Lc 14.15). No

AT comida e bebida, que saciam a fome e sede do ser humano e alegram seu coração, servem com frequência como figura para os bens espirituais da comunhão com Deus (cf. Sl 23.5; 36.9; 107.9; Pv 9.1-6). Por isso a profecia muitas vezes descreve a beatitude do reino de Deus e da salvação messiânica por meio da metáfora de um suntuoso e apetitoso banquete (cf. Is 25.6), que Deus prepara por graça, a fim de saciar a alma dos convidados (Is 55.1-3). Assim, a concepção judaica corrente acerca do banquete do reino do Messias e a linguagem figurada correspondente de Jesus (cf. Lc 13.29; 22.30; Mt 5.6; 8.11; 26.29) estão ligadas ao linguajar profético do AT.

Os primeiros convidados da parábola são os membros do povo eleito, os cidadãos da teocracia do AT, aos quais foi anunciada de antemão a edificação do reino messiânico. Os mendigos e aleijados da rua são as massas populares dos coletores de impostos e dos pecadores, que ainda pertenciam a Israel em sentido natural e nacional, mas que de acordo com a opinião dos fariseus não possuíam o direito de cidadãos e compatriotas em sua teocracia. Depois de reunir esses expulsos e infelizes de Israel o evangelho dirige-se, então, conforme o terceiro envio do servo na parábola, aos gentios.

4. Exortações para a seriedade total no discipulado do Senhor – Lc 14.25-35

Todo esse bloco constitui uma peculiaridade de Lucas. Ainda que declarações como as dos vv. 26 e 34 também ocorram em outras ocasiões, nada impede supor que Jesus tenha repetido tais palavras em diversas ocasiões. Isso explica a mudança da forma em diversas passagens. As parábolas da construção da torre e da beligerância parecem ter sido apresentadas ao mesmo tempo. Para compreender corretamente a finalidade de seu modo de ensino é preciso imaginar a hora da trajetória do Senhor para Jerusalém. Jesus estava constantemente rodeado por uma crescente multidão. O motivo para que as massas seguissem o Senhor podia ter diversas origens. O amor do Redentor motiva-o a descrever com palavras sérias a verdadeira fidelidade e discipulado, a fim de proteger as massas da tolice e ilusão e conduzi-las ao auto-exame. Exigências no passado dirigidas aos Doze agora são expressas com muito maior intensidade e sem distinção perante todos.

A multidão dos seguidores que duvidavam leva Jesus a recordar a seriedade e os sacrifícios que seu discipulado demanda (v. 25-33). Com as parábolas da construção da torre e da expedição militar o Senhor adverte contra as decisões precipitadas (v. 28-33). A metáfora do sal que se tornou insofrito é utilizada com o sentido de que um discipulado sem persistência é tão imprestável quanto o sal estragado (Lc 14.34-35).

a) A admoestação de Jesus para negar-se a si mesmo de forma completa – Lc 14.25-27

[Comentário Esperança, Mateus, p. 182s]

25 – Grandes multidões o acompanhavam, e ele, voltando-se, lhes disse:

26 – Se alguém vem a mim e não aborrece a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs e ainda a sua própria vida, não pode ser meu discípulo.

27 – E qualquer que não tomar a sua cruz e vier após mim não pode ser meu discípulo.

Ainda que não seja dito expressamente, provavelmente trata-se aqui da lenta marcha pela Peréia até Jerusalém (Lc 13.32s). A adesão do numeroso séquito em sua caminhada estimulou-o a instruir o povo acerca do que realmente faz parte do tornar-se um verdadeiro discípulo. Estabeleceu condições para tornar-se seu discípulo, a fim de examinar o número de seus seguidores.

A exigência de odiar os familiares mais próximos e sua própria vida ocorre diversas vezes com variações secundárias quanto à forma literal. Mateus cita-a na instrução aos apóstolos (Mt 10.37-39) e nós a encontramos no anúncio de seu sofrimento (Lc 9.23s; Mc 8.34s; Mt 16.24s).

Pelo fato de que essa sentença doutrinária corresponde às ocasiões específicas respectivas, a forma de expressão do Senhor difere nas diversas passagens. Jesus emprega aqui a forte expressão “odiar pai, mãe, mulher, filhos e irmãos”. Até mesmo sem a versão mais amena em Mt 10.37-39 o leitor dessas palavras precisa convencer-se de que Jesus não visa descarrilar aqui os mandamentos do amor ao próximo e da honra aos pais (cf. Lc 10.27; 18.20). Mas o Senhor emprega a forte expressão “odiar” a fim de revestir a exigência de uma ênfase especial. Para entender esta palavra é preciso avaliar o contexto, pois fixar-se na letra leva ao mal-entendido. *Odiar* é o contrário de *amar*. No entanto, Jesus não está afirmando que o amor aos pais e familiares e à própria vida precisa converter-se em ódio. Não! O amor ao Senhor exige que se odeie tudo o mais no mundo no sentido de que é preciso acabar de vez com a busca unilateral e exclusiva por outro objetivo de vida. O discipulado de

Jesus demanda a prontidão para sofrer até mesmo a morte mais cruel e infame por amor a Jesus. Por meio dessa exigência séria e de dura conotação, Jesus visa explicitar ao povo a entrega total do coração a ele.

Suportar sofrimentos por causa de Jesus é descrito aqui figuradamente como carregar uma cruz. A expressão é retirada do costume de que os condenados à morte na cruz tinham de carregar pessoalmente sua cruz (cf. Mt 27.32). Jesus, portanto, demanda dos discípulos que levem a cruz ao local da execução junto com ele, que andem com ele rumo à morte.

b) A parábola da construção da torre e da expedição bélica – Lc 14.28-33

28 – Pois qual de vós, pretendendo construir uma torre, não se assenta primeiro para calcular a despesa e verificar se tem os meios para a concluir?

29 – Para não suceder que, tendo lançado os alicerces e não a podendo acabar, todos os que a virem zombem dele,

30 – dizendo: Este homem começou a construir e não pôde acabar.

31 – Ou qual é o rei que, indo para combater outro rei, não se assenta primeiro para calcular se com dez mil homens poderá enfrentar o que vem contra ele com vinte mil?

32 – Caso contrário, estando o outro ainda longe, envia-lhe uma embaixada, pedindo condições de paz.

33 – Assim, pois, todo aquele que dentre vós não renuncia a tudo quanto tem não pode ser meu discípulo.

Em linguagem figurada, um discípulo do Senhor tem dois objetivos principais: construir e lutar (cf. Ne 4.17). Nenhuma das tarefas de vida deve ser assumida com empolgação carnal, mas com sóbria cautela e modéstia (2Pe 1.5). É preciso calcular os custos da construção e as forças para a luta. Os custos da construção e as forças para lutar somente podem ser cobertos quando se renuncia ao próprio poder em termos de força e capacidade. Contudo, quem abre mão da força pessoal e da capacidade própria, agarrando a força e a capacidade do Senhor, constrói a torre com potencial suficiente. Quem é fraco em si mesmo mas forte no Senhor consegue conduzir bem a guerra.

A metáfora da construção de uma torre evoca a palavra do Sermão do Monte (cf. Mt 7.24-27), embora o nexos direto seja outro. Lá é sublinhado o lançamento de um alicerce firme, aqui porém se fala da execução da obra. No Sermão do Monte parecia que o fundamento já garantiria a conquista. Aqui Jesus aponta para a conclusão da obra. A execução da construção da torre representa, em sentido figurado, não a primeira adesão íntima ao Senhor, mas o seguir *constante*, o discipulado *integral*, a santificação. A atividade construtiva até a conclusão não é encerrada com tanta rapidez, porque também nesse caso é preciso superar dificuldades.

Quem tem a intenção de edificar uma torre precisa ponderar bem desde o começo tudo o que faz parte da execução. Um começo precipitado e superficial não chega ao alvo. Dessa forma Jesus repele os que afluem de maneira irrefletida. Assim como somente a conclusão de uma construção constitui a honra para o proprietário, assim é unicamente o desfecho, e não o começo, que coroa a trajetória de um cristão. Uma obra abandonada provoca o escárnio das pessoas.

Não perseverar e não permanecer no discipulado acontecem devido a uma primeira falha, o amor ao mundo e à vida própria que não foi negado, mas mantido. Como por nossa própria capacidade nem sequer conseguimos começar, torna-se imprescindível o cálculo correto dos custos, i. é, a sinalização de nossa própria pobreza, a fim de construir sobre o fundamento da graça mediante negação de nós mesmos.

Assim como a primeira parábola descreve um empreendimento leviano, assim a parábola da expedição bélica mostra que uma grande tarefa não pode ser enfrentada sem ponderação madura. Todo rei que tiver razão e motivo de guerrear com outro rei que dispõe de mais do dobro de força militar do que ele próprio avalia exaustivamente a expedição. Pergunta-se se conseguirá superá-lo com seu efetivo inferior. Quando sua ponderação leva à resposta negativa ele apresenta o mais rapidamente possível um pedido de paz.

Na seqüência das duas parábolas o Senhor adverte contra uma adesão leviana a ele. Afinal, o discipulado de Jesus demanda a renúncia a tudo.

Jesus declara que quem não renuncia a tudo o que lhe pertence não pode ser seu discípulo. Desse modo estabelece uma ligação com as frases finais dos v. 26s. Ser discípulo de Jesus não é coisa das multidões.

c) A metáfora do sal estragado – Lc 14.34s

34 – O sal é certamente bom; caso, porém, se torne insípido, como restaurar-lhe o sabor?

35 – Nem presta para a terra, nem mesmo para o monturo; lançam-no fora. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!

Jesus emprega aqui pela terceira vez a metáfora do sal (cf. Mt 5.13; Mc 9.50). Assim como Lucas, Marcos também a posiciona no final da atuação de Jesus na Galiléia, ao passo que em Mateus o dito se encontra no começo do Sermão do Monte. Aqui a palavra representa o arremate da advertência contra a empolgação irrefletida.

O Senhor entende por sal a profissão dos discípulos. O sal age contra o apodrecimento, purifica e confere durabilidade ao alimento. Por causa do seu poder corrosivo e purificador, o culto dos israelitas prescrevia o uso de sal como adição a cada oferta. Essa adição de sal é chamada de sal da aliança de Deus (Lv 2.13). O pacto indissolúvel e eterno de Deus é apresentado como pacto de sal (Nm 18.19; 2Cr 13.5). O sal da oferta é a palavra santificadora e purificadora da aliança. Esse simbolismo forma a base da palavra bíblica do Senhor. Os discípulos devem, como sal intelectual, preservar a humanidade da podridão moral. Os discípulos somente conseguirão executar essa nobre vocação se o poder de sal da palavra divina habitar neles.

Ao dizer também que o sal, quando se torna insosso, para nada mais serve e é lançado fora, a expressão figurada reveste-se de um significado peculiar. Faz parte da natureza do sal que ele só pode ser utilizado para a finalidade que lhe é própria, mas que não serve para mais nada. O sal não é usado para adubação (cf. Dt 29.23; Jz 9.45; Sl 107.34; Jr 17.6; Sf 2.9). O povo de Deus, como também cada indivíduo, não é útil para nenhuma outra tarefa, mesmo das mais inferiores, quando falha em sua finalidade originalmente sublime, tornando-se completamente imprestável (cf. Comentário Esperança, Marcos, p. 290).

A fim de recomendar ao coração dos ouvintes a importância do que falou, o Senhor coroou sua advertência com a palavra final: “Quem tiver ouvidos, ouça!” Os ouvintes são convocados a refletir seriamente, porque o entendimento da palavra de Jesus não é patente (cf. Mt 11.15; 13.9,15; Mc 4.9,23; 7.16; Lc 8.8;), ou também porque não se pode prescindir da boa vontade ao considerar o seu discurso (cf. Ap 2.7-3.22).

5. Três parábolas do amor de Deus aos perdidos – Lc 15.1-32

As parábolas dos capítulos 15 e 16 do evangelho de Lucas constituem uma unidade coesa. O convívio de Jesus com coletores de impostos e a adesão de alguns deles ao grupo de seus discípulos deram motivo para que ele contasse essas parábolas. Cada uma das três parábolas do presente capítulo 15 descreve de maneira peculiar a misericórdia de Deus que transcende qualquer imaginação humana.

As parábolas de Lc 16 são proferidas ainda na presença dos fariseus (Lc 16.14), mas dirigem-se primordialmente aos discípulos (Lc 16.1). Os seguidores abastados da classe dos publicanos são incentivados a exercer misericórdia e amor solidário para com os seres humanos, para não tornar ineficaz a misericórdia divina que experimentaram. A parábola do administrador injusto demonstra como administrar corretamente os bens terrenos em benefício do próximo. Estimula ao aproveitamento sensato e laborioso do breve tempo de vida terrena de que dispomos. A parábola do homem rico e do pobre Lázaro revela como a indiferença e frieza para com o semelhante, apesar de advertência suficiente recebida por parte da revelação de Deus, conduzem à condenação. Jesus visa demonstrar que apesar da santidade nas obras, o amor dos fariseus pelo mundo e pelo dinheiro não é nada melhor que o apego natural dos publicanos. A culpa dos fariseus é particularmente grande porque dão mais atenção a Moisés e aos profetas do que aos publicanos.

As três parábolas do amor de Deus e de Jesus ao pecador, salientadas por Mateus em outros contextos (cf. Mt 18.12s; 21.28ss), constituem uma obra prima do evangelho de Lucas.

As parábolas anteriores, referentes aos dois devedores (Lc 7.41ss) e ao grande banquete (Lc 14.16ss), na verdade também revelam o amor de Deus aos pecadores. O cerne de todas as parábolas de Lc 15 é, no entanto, o simples conceito de que a salvação de uma pessoa perdida é celebrada no reino de Deus como o mais ditoso dos acontecimentos.

Nessas parábolas Jesus revela a grande riqueza de seu amor clemente. A precariedade da ovelha desgarrada e a incansável paciência do pastor que a procura, o aspecto sujo da moeda extraviada e o

empenho inesgotável da mulher que a procura, a miséria do filho perdido pela própria culpa e o amor esperançoso do pai que o procura são traços que só podem ser delineados por aquele que age conosco com verdadeiro amor redentor, como mostram essas parábolas.

O ensejo das parábolas subsequentes – Lc 15.1-2

1 – Aproximavam-se de Jesus todos os publicanos e pecadores para o ouvir.

2 – E murmuravam os fariseus e os escribas, dizendo: Este recebe pecadores e come com eles.

De acordo com o relato do capítulo anterior, Jesus era convidado na casa de um fariseu distinto (Lc 14.1). Em seguida, o Senhor dirigiu sua advertência às massas populares que o acompanhavam no caminho (Lc 14.25-35). Seus graves discursos pareciam ser muito mais apropriados para *desestimular* a multidão a participar de seu discipulado do que para encorajá-la.

Ao relatar o contexto que envolveu a apresentação das três parábolas seguintes, Lucas conta que publicanos e pecadores compareceram em grande número a fim de ouvir a Jesus. Tão logo a chegada do Senhor se tornava pública em uma localidade, o povo caído em profunda decadência acorria imediatamente. Junto a Jesus as pessoas descobriam que nunca haviam encontrado antes amor afetuoso e autêntica santidade, livres de qualquer hipocrisia farisaica.

É significativo que conste que “publicanos e pecadores” buscavam sua companhia em grande número. Os pecadores (pessoas que levavam uma vida cheia de vícios), assim como os coletores de impostos, estavam fora da sociedade do povo israelita. Eram considerados *sem lei*. A todos esses, cuja própria culpa havia obstruído o acesso ao reino messiânico, a vinda de Jesus abre os pórticos da graça, de maneira totalmente nova.

Todos os que na realidade careciam de graça são atraídos por meio das palavras de verdade sérias e decididas nos lábios daquele que é a Verdade. No entanto, os “seguidores irrefletidos” são repelidos. O evangelista atesta que os mal-afamados e decaídos não vinham para ver sinais, comer pão ou ser curados de sua enfermidade, mas para “ouvir” (cf. Lc 5.1). E ouvir - ouvir de forma totalmente aberta - é o primeiro movimento da fé necessária para que o pecador obtenha graça.

A recepção cordial de Jesus e a acolhida benevolente dada aos publicanos e pecadores, essas pessoas de tão péssimo nome e fama, causou murmuração sediciosa entre os fariseus e escribas. A contragosto são obrigados a verem como o Redentor dos pecadores dá acolhida junto de si aos expulsos e pobres.

As palavras “come com eles” também contêm uma queixa especial. Ele não apenas *recebia* os publicanos e pecadores, mas permitia que eles o acolhessem na comunhão de mesa. *Participar de uma refeição* sempre aponta para uma comunhão particularmente íntima (cf. Mt 9.11s; 1Co 5.11). Por meio desse comportamento Jesus posiciona-se acima de todas as barreiras do sentimento ético em Israel. Seus adversários acreditavam que o Senhor estaria *se rebaixando* por meio das honras que devotava justamente aos maus. E já que diversas vezes haviam-lhe demonstrado sua hospitalidade, agora envergonhavam-se de seu convidado que apresentava um comportamento tão indecente.

As palavras dos adversários, que se revestem de importância por servirem de ponto de partida para a longa resposta do Senhor, contêm um erro fundamental de quatro aspectos: 1) pensavam que eles mesmos não eram pecadores; 2) a pessoa seria pecadora somente por causa de pecados grandes ou grosseiros, p. ex., como as falcatrias praticadas pelos publicanos; 3) o lema dos fariseus condenava classes inteiras de pessoas de forma contínua, tola e sem amor, de modo que todos os coletores de impostos seriam os piores pecadores; 4) os fariseus chegaram à conclusão de que o próprio Jesus só podia ser pecador. A palavra de desprezo “esse” usada pelos adversários de Jesus denuncia a mentalidade maligna oculta por trás de seus pensamentos. Esse, que não era bem-vindo e incomodava a todo o instante (cf. Lc 23.18), ao qual não queriam deixar prevalecer nem falar, busca *comunhão de mesa* com a ralé mal-afamada.

Se tivessem conhecido a graça de Deus no AT, teriam sabido que uma mentalidade condizente com Deus é branda e condescendente com os pecadores. O entendimento correto da promessa messiânica deveria ter-lhes mostrado, pela obra oficial de Jesus, que “esse” é aquele que “acolhe” os pecadores (cf. Is 42.3; 50.4) e não os repele – como eles na verdade faziam incessantemente.

Jesus mostra, para vergonha dos próprios fariseus, que a graça de Deus procura o pecador perdido, acolhe o penitente e suporta o teimoso com longanimidade, também procurando-o, pois, repetidamente.

a) A parábola da ovelha extraviada – Lc 15.3-7

[Comentário Esperança, Mateus, p. 316s]

3 – Então, lhes propôs Jesus esta parábola:

4 – Qual, dentre vós, é o homem que, possuindo cem ovelhas e perdendo uma delas, não deixa no deserto as noventa e nove e vai em busca da que se perdeu, até encontrá-la?

5 – Achando-a, põe-na sobre os ombros, cheio de júbilo.

6 – E, indo para casa, reúne os amigos e vizinhos, dizendo-lhes: Alegrai-vos comigo, porque já achei a minha ovelha perdida!

7 – Digo-vos que, assim, haverá maior júbilo no céu por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento.

A parábola trazida por Lucas acerca da ovelha desgarrada é análoga à parábola da ovelha extraviada relatada por Mateus (cf. Mt 18.12-14), mas apesar disso os textos paralelos são diferentes.

A parábola do primeiro evangelho é precedida por um testemunho acerca da providência divina, que atinge a todos, mesmo ao mais humilde entre os crentes em Jesus (Mt 18.10-14). Já na parábola de Lucas está em questão a justificação do esforço especial investido na conquista e conversão dos caídos e ameaçados, a ponto de postergar o contato com os seguros e justos, que acreditavam não precisar da conversão e redenção. Jesus faz valer sua prerrogativa de alegrar-se com a conversão de um pecador, ao invés de murmurar. As parábolas da ovelha extraviada em Mateus e da ovelha perdida em Lucas são, portanto, muito distintas no conteúdo doutrinário. Em Mateus fixa-se como padrão e diretriz para a igreja o amor do pai que valoriza até mesmo os mais humildes. Lucas apresenta o amor de Deus que busca e que não teme esforços até que tenha achado o que estava perdido.

Conforme a concepção do AT, Jesus considerava todo o povo judeu como um rebanho de ovelhas cujo proprietário e pastor é Deus. Pelo fato de que em seu tempo Israel havia se separado da fé genuína e verdadeira em Deus, não dispondo mais de cuidado espiritual verdadeiro, o Senhor o chama de rebanho sem pastor (Mt 9.36; Mc 6.34), uma multidão perdida e dispersa de ovelhas que correm perigo de perder-se definitivamente (Mt 10.6; 15.24). O uso dessa metáfora parecia ser particularmente certo para os publicanos e pecadores, que haviam se desviado da caminhada divina e não dispunham da condução e do cuidado pastoral intentados por Deus.

Por meio de uma *pergunta* o Senhor desafia os fariseus resmungões (cf. Lc 11.5s) a se imaginarem na situação do proprietário de um rebanho que perdeu uma de cem ovelhas. As pessoas interpeladas são obrigadas a admitir que o simples amor à propriedade impele o pastor a procurar a ovelha desgarrada.

Em seguida o Senhor abandona a forma inicial de pergunta, mas persegue na mesma direção apontada pela pergunta levantada. Seu discurso cala mais fundo. Ultrapassando a preocupação com a *propriedade*, ele alude agora ao verdadeiro e puro *senso pastoral*. Uma ovelha extraviada, na realidade, é a mais indefesa de todas as criaturas. Não consegue retornar sozinha ao rebanho, é absolutamente incapaz de se defender, cansa-se com facilidade. Por isso o pastor precisa procurá-la pessoalmente e, tendo-a encontrado, carregá-la. Dessa forma expressa-se com intensidade o *esforço* para carregá-la. O pastor preocupado assume esse fardo, porém com júbilo, e tendo chegado em casa partilha essa alegria com amigos e vizinhos.

O convite no final da parábola para participar da alegria pelo que foi reencontrado é mostrado como paralelo do júbilo que reina entre os habitantes do céu quando um pecador se converte. Essa declaração de Jesus não é a explicação propriamente dita, mas uma aplicação específica da parábola. O *objeto* da parábola é a conversão dos *pecadores*. O convite a partilharmos da alegria no final constitui um momento essencial da tendência da parábola.

O tema da parábola visivelmente precisa ser equiparado àquela pergunta que Jesus lançou em outra ocasião: “Qual dentre vós será o homem que, tendo uma ovelha, e, num sábado, esta cair numa cova, não fará todo o esforço, tirando-a dali?” (Mt 12.11). Essa pergunta do Senhor mostra o rumo certo para a interpretação do presente discurso de parábolas. Essa interpretação baseia-se na pergunta: “Quanto um ser humano está acima de uma ovelha?” Ao usar o menor para exemplificar o maior, Jesus torna palpável aos fariseus murmurantes a verdadeira razão de seu convívio com coletores de impostos e pecadores. Ademais, os pecadores são propriedade de Deus e de Jesus,

extraviada do Pai e do Filho por meio do pecado. A parábola oculta um autotestemunho acerca da dignidade *divina* de Jesus.

E finalmente: o ensejo da parábola revela nitidamente *a quem* Jesus se refere quando contrapõe um perdido aos noventa e nove não-perdidos, deixando-os para trás. Refere-se aos fariseus murmurantes.

Assim como Jesus mostrou até aqui que eles não têm razão para reclamar, assim declara-lhes agora que, em atitude correta do coração, deveriam ter uma postura de alegrar-se com ele em amor. A idéia da parábola é que, se uma *pessoa* já convida os amigos e vizinhos para se alegrar com ele pelo simples fato de ter reencontrado uma ovelha, quanto mais Jesus pode reivindicar a participação no júbilo pela conversão dos pecadores.

A última frase da parábola evidencia a justificativa de seu desejo de alegrar-se com a conversão dos pecadores. Agora, porém, ele não insta os fariseus a alegrarem-se em vista dos arrependidos, mas os confronta com o fato de que no céu a alegria do Redentor com a conversão de um único pecador realmente é partilhada com ele com sentimento de júbilo transbordante. Esse indício serve peculiarmente para vergonha dos reclamantes. A forma verbal futura “haverá alegria” foi escolhida para assinalar que a conversão do pecador há de repetir-se até os tempos mais remotos.

Com santa ironia o Senhor confronta os fariseus com duas coisas, para vergonha deles: 1) os habitantes do céu alegram-se com a conversão de um pecador, quando para eles isto constitui motivo de reclamação. 2) os anjos de Deus sentem maior júbilo por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos da categoria deles.

b) A parábola do “vintém” extraviado – Lc 15.8-10

8 – Ou qual é a mulher que, tendo dez dracmas, se perder uma, não acende a candeia, varre a casa e a procura diligentemente até encontrá-la?

9 – E, tendo-a achado, reúne as amigas e vizinhas, dizendo: Alegrai-vos comigo, porque achei a dracma que eu tinha perdido!

10 – Eu vos afirmo que, de igual modo, há júbilo diante dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende.

Aquela ovelha que se perdeu relacionava-se com a totalidade dos bens do proprietário na proporção de um para cem. A moedinha que a mulher perdeu estava numa proporção de uma para dez em relação ao total que lhe pertencia. Essa única dracma representava uma perda ainda maior para a pobre mulher. Essa parábola destaca o valor especial que uma vida humana possui perante Deus.

Um simples “ou” interliga as duas parábolas. Essa ligação mostra que na segunda parábola não se deve procurar um conteúdo específico. A pergunta da segunda parábola é similar à da primeira em todos os aspectos. Como o pastor, a mulher também investe todos os esforços para reencontrar o que perdera. No presente caso a ênfase incide sobre o esforço da procura. Jesus também não fala de um homem, mas de uma mulher, na qual o incansável zelo na procura por uma moeda é mais natural do que em um homem. Temos de admirar essa delicada característica psicológica. Não corresponde ao sentido da parábola interpretar a mulher como a igreja ou até mesmo como o Espírito Santo.

Como na primeira parábola, também aqui a mulher conclama suas amigas e vizinhas para partilharem da alegria pelo que foi reencontrado. O sentido, portanto, é: se uma mulher, que perde uma de suas dez dracmas, investe todos os esforços imagináveis para reencontrá-la, como Jesus não haveria de investir todos os cuidados para reencontrar pecadores perdidos? Se a mulher convida amigas e vizinhas para partilharem da alegria pelo que foi reencontrado, como Jesus não teria o direito de reivindicar que todos se alegrem com ele sobre um pecador convertido?

No final deparamo-nos novamente com uma aplicação semelhante à primeira parábola (cf. v. 7). O Senhor novamente confronta os fariseus com o fato de que seu desejo por compartilhar a alegria pela conversão do pecador é consumado no júbilo dos anjos de Deus.

c) A parábola do filho perdido – Lc 15.11-32

Na narrativa sobre o filho perdido Jesus passa da defesa para o ataque. Confronta seus críticos, na pessoa do filho mais velho na parábola, com a abjeta réplica destes. Por isso essa terceira parábola constitui um complemento final para as duas primeiras parábolas.

A narrativa do filho perdido consiste de duas ilustrações interligadas. Trata-se das figuras do filho mais novo (Lc 15.11-24) e do mais velho (Lc 15.25-32). A segunda figura constitui uma referência às circunstâncias históricas (Lc 15.1), encerrando assim as parábolas em si.

A primeira parte da parábola, a descrição do filho mais novo, contém cinco blocos que correspondem aos estágios de desenvolvimento na vida de um pecador que se converte: a partida (v. 11-13); a miséria em terra distante (v. 14-16); a contrição pelo pecado (v. 17-19); o retorno ao pai (v. 20s); a aceitação do filho (v. 22-24). Em outras palavras: pecado, castigo, arrependimento, conversão e justificação.

A partida do filho mais novo para uma terra distante – Lc 15.11-13

11 – Continuou: Certo homem tinha dois filhos.

12 – O mais moço deles disse ao pai: Pai, dá-me a parte dos bens que me cabe. E ele lhes repartiu os haveres.

13 – Passados não muitos dias, o filho mais moço, ajuntando tudo o que era seu, partiu para uma terra distante e lá dissipou todos os seus bens, vivendo dissolutamente.

As duas primeiras parábolas são similares na forma e no conteúdo e estão concatenadas no fluxo do discurso. A inclusão do “continuou” [“falou, porém”] indica que o discursiva havia chegado a uma conclusão preliminar e que agora a narrativa é retomada. Em sua estrutura o relato faz a transição para uma nova parábola independente das duas anteriores. As breves palavras de transição “falou, porém” também permitem constatar que, apesar de sua diferença em relação às duas anteriores, a parábola do filho perdido foi contada às mesmas pessoas e pelo mesmo motivo que as duas anteriores.

Também sob o aspecto psicológico a parábola do filho perdido foi delineada de forma muito especial, magistral. – Contudo a tônica dessa terceira parábola não recai sobre o filho perdido, nem sobre sua perda, nem em seu retorno para casa, mas sobre o pai.

A nova parábola não começa na forma de interrogação, mas de narração. Um pai de dois filhos é instado pelo mais jovem a acertar as contas referentes aos bens que lhe cabem. De acordo com o direito de herança hebraico (Dt 21.17) o legado do primogênito era duas vezes maior que o dos que nasceram posteriormente. Nesse caso o filho mais velho é o herdeiro principal, ao qual cabem dois terços de toda a fortuna. A parte do mais novo era quitada com um terço. Facilmente poderia despertar no mais moço, que ocupava o terceiro lugar na casa do pai, depois do pai e do primogênito como herdeiro principal, o desejo de poder dispor livremente pelo menos da sua parte na herança. A posição na casa paterna estimulou e potencializou seu impulso de autonomia.

O pai atendeu o desejo do filho mais novo, entregando-lhe a parcela da herança.

O pai não diz nada ao filho. No começo da parábola o pai é o grande calado. Da mesma maneira também Deus permite silenciosamente que o ser humano faça o que quer. Poderia protegê-lo do pecado pelo poder da graça. Mas Deus concede ao ser humano a liberdade. Isso é surpreendente e difícil de compreender. Mas visto que de acordo com a vontade de Deus o ser humano foi criado em liberdade e para a liberdade, Deus permite ao ser humano que tome uma decisão realmente livre.

Deus permite ao ser humano que siga a estrada que ele mesmo escolhe, deixando-o decidir e proceder de acordo com seus próprios desejos. Curioso é apenas que as pessoas, enquanto estão bem, não pensam em Deus. Quando, porém, passam a sentir problemas, culpam a Deus. O filho mais novo na parábola, porém, não age dessa maneira. É essa a sua salvação.

A miséria no estrangeiro – Lc 15.14-16

14 – Depois de ter consumido tudo, sobreveio àquele país uma grande fome, e ele começou a passar necessidade.

15 – Então, ele foi e se agregou a um dos cidadãos daquela terra, e este o mandou para os seus campos a guardar porcos.

16 – Ali, desejava ele fartar-se das alfarrobas que os porcos comiam; mas ninguém lhe dava nada.

De modo sucinto e tangível retrata-se aqui a penúria em que caiu o filho mais novo na terra distante, depois de pouco tempo de vida dissoluta. Após prodigalizar toda a sua fortuna, uma epidemia de fome eclodiu desafortunadamente em todo aquele país. No estrangeiro, onde ele acreditava poder viver em liberdade irrestrita, ele viu-se de repente enganado amargamente. As

palavras “E ele começou a passar necessidade” denotam em que miséria ele caiu por causa da carestia. Após esbanjar seus bens ele, um estrangeiro no exterior, não tinha mais fontes de ajuda. Não lhe restou outra coisa senão buscar ajuda junto de um habitante do país.

A expressão *kollao* = “pendurar-se” indica que no começo o cidadão daquela terra tentou rejeitá-lo, deixando-se demover somente através de constantes e insistentes pedidos para aceitá-lo em seu serviço. Dessa forma sua desgraça apenas aumentou. Seu trabalho, de vigiar porcos, era a atividade mais humilde e vexatória que existia para um judeu. O pagamento por seu serviço não era suficiente para saciar a fome. Ansiava satisfazer-se com o alimento dos mais miseráveis, das vagens da alfarrobeira no coxo dos porcos. As palavras “desejava encher a barriga” destacam o aspecto humilhante de saciar a fome por meio de tal alimento de porcos. Em todo o país reinava a mesma impiedosa dureza, a ponto de que nem mesmo o trato comum dos porcos lhe era dado para saciar a fome.

A contrição pelo pecado – Lc 15.17-19

17 – Então, caindo em si, disse: Quantos trabalhadores de meu pai têm pão com fartura, e eu aqui morro de fome!

18 – Levantar-me-ei, e irei ter com o meu pai, e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti.

19 – já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores (diaristas).

Na extrema miséria em terra estranha ele cai em si. O contraste entre a precariedade na terra estranha e o bem-estar na casa do pai manifestam-se em sua consciência. O filho recorda-se de como seu pai não apenas fora seu próprio pai querido, mas também o bom pai de seus servos e diaristas. Justamente o tratamento duro que ele experimenta em terra estranha traz à sua memória aquele tratamento extremamente bondoso. A menção de que eles teriam pão em abundância não apenas visa caracterizar a casa abastada, mas também o tratamento benevolente dos trabalhadores, muito além do costumeiro.

A recordação da abundância de que se regozijam os diaristas de seu pai – ao contrário da penúria por meio da qual ele próprio está definhando – tem sobre ele um impacto tão poderoso que resolve pedir ao pai que o aceite como diarista. Planeja antepor à solicitação prevista uma confissão de sua culpa. Descreve seu pecado como cometido contra o céu e diante dos olhares do pai. Tinha consciência de ter violado os mandamentos daquele que está entronizado no céu.

Depois de confessar o pecado, ele pretende expressar que este o tornou indigno da condição de filho. Dessa maneira ele abre para si o caminho para pedir que o pai o contrate com um de seus diaristas.

O retorno ao pai – Lc 15.20s

20 – E, levantando-se, foi para seu pai. Vinha ele ainda longe, quando seu pai o avistou, e, compadecido dele, correndo, o abraçou, e beijou.

21 – E o filho lhe disse: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho.

O fato de que o pai o avistou de longe constitui uma prova de que o amor do pai pelo filho perdido jamais se extinguiu. Diariamente o pai havia olhado com saudade para longe, esperando pelo retorno do filho. Quando este finalmente veio, já de longe o descobriu com o olhar aguçado do amor. O estado deplorável de seu filho retornado comoveu seu coração paterno com compaixão misericordiosa. Sem reservas o pai amoroso corre ao encontro do filho que retornava, abraça e beija-o como se seu relacionamento com o filho nunca tivesse sido turbado. Que maravilhoso e estranho: ao invés de o filho abraçar o pai, é o pai quem o abraça. O filho não esperava por uma recepção tão extraordinária. Nem uma palavra sequer de reprimenda, nenhuma crítica acerca da vida terrível e dissoluta do filho se ouve dos lábios do pai. O pai é também aqui o grande calado, que silencia cheio de amor. Isso é bondade e amizade demais para a pessoa que retorna. Já nem sequer consegue expressar o pedido de ser apenas contratado pelo pai como diarista. A recepção do pai foi grandiosa e sublime demais para ele.

A nova aceitação como filho – Lc 15.22-24

22 – O pai, porém, disse aos seus servos: Trazei depressa a melhor roupa, vesti-o, ponde-lhe um anel no dedo e sandálias nos pés.

23 – Trazei também e matai o novilho cevado. Comamos e regozijemo-nos.

24 – Porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado. E começaram a regozijar-se.

Diante do sublime amor paterno o filho que voltou para casa não consegue pronunciar mais nenhuma palavra. O pai tampouco assegura o perdão ao filho por meio de palavras gentis, como: “Sim, estás perdoado” – não, pelo contrário, o pai dá uma ordem específica aos empregados próximos. O grande calado por fim desprende-se de seu silêncio. Palavras de amor fluem com grande ímpeto. Inicialmente ele ordena que seja trazida uma veste, a mais distinta e rica. O pai não suporta mais contemplar a roupa de mendigo. Ao vesti-lo com a túnica branca, ele reconduz o filho à condição de um judeu distinto (cf. Mc 12.28). O anel de sinete e os calçados são sinal de que ele agora voltou a ser um homem livre. Em consequência, os três objetos que o pai concede constituem uma prova tríplice da restauração da condição de filho. Uma explicação sóbria do texto precisa contentar-se com isso. Uma leitura alegórica considera a veste como justiça de Cristo, o anel como selo do Espírito Santo, os calçados como capacidade de andar pelos caminhos de Deus, mas com certeza isso não corresponde ao texto em si.

Quando o filho confessa sua culpa e indignidade, o pai responde ordenando que ele seja completamente reintegrado nos direitos de filho. A nova ordem aos servos para que tragam o novilho – o cevado – externa seu grande júbilo. As palavras “o novilho, o cevado”, ao contrário de “um novilho cevado”, apontam para o animal de abate específico que ficava de prontidão na estrebaria para uma oportunidade festiva. Não há como fundamentar a visão de que esse aspecto da parábola traz uma alusão ao sacrifício de Cristo.

O convite “Regozijemo-nos” expressa (cf. Lc 15.7) que todos os membros da casa devem participar dessa alegria festiva. O amor criativo do pai para com o filho retornado empenha as melhores coisas, e até mesmo demonstra como o filho é bem-vindo ao coração feliz do pai. Em tom de alegria transbordante o pai justifica suas instruções para a festa. A circunstância de que o filho estava morto e perdido, mas tornou a viver e foi reencontrado, preenche todo o pensar, sentir e querer do pai. Na Escritura os conceitos de morte e vida constituem designações para pecado e conversão (cf. Ef 2.1; 1Tm 5.6). Com o relato “E começaram a se regozijar” a narrativa alcança o ponto da primeira (cf. v. 7) e da segunda parábola (cf. v. 10), porque o júbilo no céu entre os anjos corresponde à alegria na casa paterna.

É possível que pela terceira vez, ou seja, em cada uma das três parábolas, a alusão à alegria pelo que foi reencontrado causasse repetidamente a indignação visível dos ouvintes fariseus. O júbilo dos publicanos agraciados, e depois a alegria de Deus, de Jesus e dos anjos explicitam o mais intenso contraste com a mentalidade dos adversários.

Por essa razão Jesus por fim sentiu-se impelido a mais uma vez descrever, vigorosamente, o desamor egoísta dos fariseus, usando como ilustração o segundo filho. Nesta passagem deparamo-nos com uma das páginas mais palpáveis do evangelho acerca da oposição sem amor e da maldade humana.

No começo da parábola falava-se acerca de dois filhos (v. 11). Como até agora apenas houve notícia do filho mais moço, é preciso esperar a menção do filho mais velho. Trata-se, portanto, não da história independente do filho mais velho na parábola, mas da estreita conexão com o que foi narrado até aqui. Por meio desse relato Jesus ilustra a murmuração dos fariseus (cf. v. 2).

O diálogo do filho mais velho com o servo – Lc 15.25-28a

25 – Ora, o filho mais velho estivera no campo; e, quando voltava, ao aproximar-se da casa, ouviu a música e as danças.

26 – Chamou um dos criados e perguntou-lhe que era aquilo.

27 – E ele informou: Veio teu irmão, e teu pai mandou matar o novilho cevado, porque o recuperou com saúde.

28a – Ele se indignou e não queria entrar.

O filho mais velho está ausente quando o mais moço retorna para casa. As informações dadas sobre ele aparecem no período posterior do dia, quando o mais velho retorna do campo. Não condiz

com a cadência singela da narrativa ver, por trás da ausência do filho mais velho, o cumprimento farisaico do dever para com os preceitos da lei, como pensam alguns comentaristas. Aquele que retorna do campo somente notou que acontecia algo de extraordinário quando se aproximou da casa. Ouviu música e danças, como era costume em banquetes festivos. Talvez o mais velho se irritasse secretamente com o fato de que isso acontecia na casa paterna sem seu conhecimento. Com uma admiração que trai sua insatisfação ele chama um dos servos para que lhe dê informações.

O servo explica ao que o pergunta por meio de uma resposta simples. Cita a chegada do irmão como ensejo para a realização da festa, cujos sons está ouvindo. Declara: “Ele retornou para casa com saúde”. O servo não faz a menor menção do pecado do filho mais novo. A referência ao novilho, o cevado, bastou para deixar o filho mais velho irado. A recusa em entrar na casa caracteriza com precisão o orgulho dos fariseus, que não querem ter nada a ver com pessoas viciadas, mas que tampouco têm a intenção de participar da alegria pela salvação realizada.

O diálogo do filho mais velho com o pai – Lc 15.28b-32

28b – saindo, porém, o pai, procurava conciliá-lo.

29 – Mas ele respondeu a seu pai: Há tantos anos que te sirvo sem jamais transgredir uma ordem tua, e nunca me deste um cabrito sequer para alegrar-me com os meus amigos.

30 – Vindo, porém, esse teu filho, que desperdiçou os teus bens com meretrizes, tu mandaste matar para ele o novilho cevado.

31 – Então, lhe respondeu o pai: Meu filho, tu sempre estás comigo; tudo o que é meu é teu.

32 – Entretanto, era preciso que nos regozijássemos e nos alegrássemos, porque esse teu irmão estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado.

Enquanto isso o pai obviamente ficara sabendo do retorno do filho mais velho. Na seqüência acontece algo de fato incrível. O pai deixa para trás a agitação festiva na casa e corre cordialmente ao encontro do filho mais velho que está do lado de fora, persuadindo-o com bondade. O filho, porém, não se deixa convencer a entrar e participar da alegria da festa. Com palavras obstinadas e amargas ele revela a mentalidade de seu coração. Fala com seu pai sem pronunciar a palavra amistosa “pai”. Critica o pai pelo comportamento injusto diante dele e de seu irmão. O contraste entre sua conduta e a do seu irmão visa elucidar a injustiça do pai. O filho mais velho expõe ao pai os cálculos mais orgulhosos possíveis acerca de sua obediência e seu serviço meritório. Fustiga com aguçado desprezo o comportamento leviano do irmão. Negando-se com desprezo a pronunciar o nome do irmão, diz ao pai em tom acusador: “Teu filho, esse aí”, ao qual ainda ousas reconhecer como filho, esbanjou tua fortuna em prazeres dissolutos. Desse modo rasga o véu que encobria a vida pecaminosa do irmão.

A resposta do pai trazida na seqüência representa uma obra prima do amor paterno. Sem o menor tom de irritação, sem o mais leve traço de repreensão o pai se justifica com tranquilidade e mansidão contra a acusação de injustiça em relação ao filho mais velho. O pai dirige-se ao filho mais velho como “filho”. Essa interpelação é uma delicada e amorosa correção em relação ao termo “pai”, que o filho mais velho deixou de utilizar em suas duras e injustificadas acusações de mágoa e ira. – De que maneira grandiosa e magistral o “tu” amoroso do pai aparece no começo do discurso! Como ele tenta convencer o filho de que não apenas o novilho, o cevado, é dele, mas que tudo, tudo o que pertence ao pai, também pertence ao filho!

Depois o pai prossegue dizendo, quase como uma desculpa, que essa festa de júbilo simplesmente teve de ser celebrada.

Na seqüência vem a parte mais bela. O pai inverte as palavras do filho. Não o filho, mas “esse teu irmão” voltou. Cheio de amor ele desperta o amor amortecido para com o irmão – e apesar disso reside nessas palavras toda a majestade do pai, que apenas insiste em que também esse filho mais velho torne a reconhecer seu irmão mais novo de forma plena e cabal, sim, que o saúde com a mesma alegria que o pai demonstrou ao filho. Portanto, ainda que todos os traços desse pai possam ser próprios de um pai humano, a figura do pai celestial deve, sem a menor dúvida, brilhar vivamente, de forma subjacente e misteriosa: como ele é bom para com ingratos e maus (Lc 6.35); bom, contudo sem ser pusilânime ou fraco, simplesmente pelo fato de que se eleva amorosamente, com a majestade dos altos céus, sobre todas as maldades mesquinhas e deploráveis dos humanos.

Justifica-se, pois uma festa de alegria na casa do pai porque o filho que voltou para casa escapou de maneira tão maravilhosa da morte. O pai não solicita expressamente ao filho que participe do júbilo da festa. O banquete de alegria, porém, de forma alguma é interrompido por causa do filho

mais velho. Depois dessa explicação do pai o filho mais velho precisa decidir pessoalmente se deseja continuar do lado de fora, empedernido e sem amor. O pai mantém a *última palavra* na narrativa.

Para constatar a tendência característica da parábola é preciso fazer um retrospecto sobre a narrativa e seu motivo histórico (cf. v. 1s), traçando sobretudo uma comparação com as duas parábolas anteriores (cf. v. 3-10). Diante dos fariseus resmungões, Jesus justifica sua ação para com os pecadores primeiramente por meio da ilustração de uma pessoa que reencontra sua ovelha desgarrada, e de uma mulher que reencontra sua moeda extraviada. Agora ele os deixa envergonhados pela murmuração, relatando acerca de um pai que acolheu cheio de amor seu filho perdido quando esse retornou arrependido para casa. A relação entre pai e filho é uma metáfora para a relação entre Deus, o pai celestial, e os seres humanos. Nas primeiras parábolas Jesus justificou seu *próprio* comportamento em relação aos pecadores, agora ele remete mais exaustiva e profundamente para a razão última de sua justificativa (cf. Jo 5.19). Porque trata-se da *atitude de Deus* para com o pecador convertido. Essa idéia na verdade foi preparada nas duas primeiras parábolas, por meio da alusão à alegria celestial. A tendência da terceira parábola, porém, é expressar de forma plena e cabal a *alegria de Deus* pelo pecador convertido em contraste com a murmuração sem amor da inclemência humana. Essa tendência fica clara no bloco principal central (cf. v. 20-24), que é precedido por uma introdução (v. 11-19) e sucedido por um episódio final (v. 25-32).

Na terceira parábola não é um animal irracional ou uma moeda inanimada que serve para simbolizar um pecador, mas um *ser humano*, capaz de decidir acerca de si mesmo. Nas primeiras duas parábolas a declaração de *estar na perdição* estende-se para um episódio preliminar figurado, que prepara a história interior do pecador que se arrepende. São três momentos principais. Primeiro: o pecado no começo e na seqüência. Depois: a miséria a que leva o pecado. Por fim: o arrependimento ao qual a miséria impele. No fundo trata-se da história de qualquer pecador.

O relacionamento *inicial* entre pai e filho (Lc 15.11s) refere-se aos publicanos e pecadores em Israel. Os publicanos e pecadores na realidade eram judeus, filhos do povo eleito, exatamente como os *fariseus*. Consideravam a lei como um jugo pesado. No anseio por liberdade rejeitaram as balizas da lei divina. Dessa maneira postaram-se do lado de fora da administração de Deus e de suas ordens, apoiando-se em si mesmos. Deus o permitiu. Deus não recorreu a meios de coação exterior. A parte da herança que havia sido entregue ao filho não carece de nenhuma interpretação especial. Assim como o desejo por ela, a própria herança representa tão somente um *anseio* por liberdade irrestrita. O pagamento da herança é a concessão de liberdade ilimitada por parte de Deus. Fizeram uso dessa concessão da liberdade como lhes aprazia. Retiraram-se da comunhão com Deus e embrenharam-se no mundo estranho, pessoal, para poder viver ali desenfreadamente conforme a cupidez pecaminosa de seu coração, completamente esquecidos de Deus.

Fizeram o que queriam. Porém foram amargamente enganados. O mundo de seu próprio coração, alienado de Deus, foi capaz de oferecer somente um curto êxtase dos sentidos. Não foi capaz de oferecer nada que satisfizesse a fome da alma humana. O pecador afastado de Deus, que busca fruir irrestritamente a vida, rapidamente cai na situação de penúria. Por um lado visava a liberdade, mas por outro caiu na escravidão dos pecados do mundo. Em dura escravidão, até o extremo da crueldade, é obrigado a servir ao pecado sem obter salário. A dor íntima da miséria aguça-se ao extremo. O pecador não encontra comiseração e compaixão de ninguém. O vergonhoso dessa escravidão consiste em vigiar porcas. O desejo de comer as vagens da alfarrobeira torna palpável a intensificação do flagelo da fome e da vergonha do pecado.

Em meio a essa penúria o pecador se deixa levar ao arrependimento. Foi o que fizeram muitos publicanos e pecadores. Caíram em si diante de sua miséria. Reconheceram como é bem-aventurado poder retornar a Deus e como é ingrato servir ao pecado. Despertou dentro deles a decisão de voltarem novamente para Deus, sem fazer valer os direitos filiais perdidos. Prontamente confessaram sua indignidade. Com anseio humilde estavam dispostos a servir a Deus como diaristas comuns.

E como Deus se comporta agora diante desses pecadores arrependidos e humildes? Jesus descreve isso no radiante bloco central da parábola (v. 20-24). Essa terceira parábola, ao contrário das duas primeiras, não fala de uma *busca* do perdido no sentido mais específico da palavra. O pai não procura pelo filho perdido como o homem procurou pela ovelha desgarrada ou a mulher pela moeda perdida. Aqui a livre decisão do perdido de retornar constitui a premissa para as provas de amor do pai. O fato de que o pai olha de longe com expectativa assinala o amor divino que já aguarda com saudade pelo retorno do filho mesmo durante a vida pecaminosa deste e antes da sua conversão. Deus antecipa-se

com misericordiosa compaixão ao pecador, que só precisa dirigir-se a ele com arrependimento sincero, para derramar sobre ele provas de seu amor paterno, acolhendo em seu coração de pai aquele que tem tanta consciência de ser indigno, e restituindo-lhe todos os direitos de filho. A alegria mencionada nas duas primeiras parábolas acerca de um pecador convertido é descrita aqui como banquete de júbilo. Isso, contudo, não significa que os servos na parábola sejam os anjos de Deus.

O diálogo entre o pai e o filho mais velho no final do relato da parábola desnuda os pensamentos dos fariseus, a causa de sua murmuração. Pela réplica do pai o Senhor revela que eles não têm razão. Acreditavam que estaria acontecendo uma grave injustiça contra eles com a acolhida dos pecadores. Lançavam na balança sua própria conduta impecável em contraposição à vida dissoluta dos pecadores. Apesar disso Deus prepara uma acolhida jubilosa para esses pecadores. A resposta do pai revela-lhes de maneira absolutamente amorosa a distorção de seus pensamentos e a injustiça de sua acusação contra a justiça de Deus.

A alegria de Deus e seus anjos pelo pecador convertido é justa, ao passo que a reclamação dos fariseus é descabida. Deveriam participar do júbilo de Deus e de seus anjos, ao invés de murmurar (v. 1s).

Afinal, de que vale a justiça própria, da qual o ser humano se orgulha tanto? O que ela é na sua verdadeira e real essência? Também isso é mostrado pelo filho mais velho da parábola: quantas palavras e sensações venenosas e amargas despontam subitamente do coração! Diante de um comportamento desses tudo o que havia antes torna-se incerto e duvidoso. Estreito, limitado, sórdido, mesquinho, egoísta, invejoso, ciumento – quantas coisas mais? – desse modo ele se apresenta diante do pai profundamente benigno. Aqui manifesta-se o abissal mistério de que Deus não apenas aniquila a sabedoria dos sábios, mas que também a pessoa justa não consegue persistir diante dele.

Quanto ao pai, a última palavra que ele dirige ao filho mais velho “Porque esse teu irmão estava morto e reviveu. Estava perdido e foi reencontrado” (v. 32) merece ser profundamente incutido na memória, milhares de vezes, para jamais ser esquecida!

6. Duas parábolas acerca dos bens terrenos e de seu uso – Lc 16.1-31

Na trilogia de parábolas em Lucas 15 Jesus defendeu e explicou a graça soberana de Deus que se compadece do pecador. Lucas 15 era dirigido aos fariseus. Agora Jesus se volta aos discípulos no sentido mais amplo do termo. Contudo também os fariseus prestaram atenção. O Senhor explica-lhes que da experiência da graça de Deus precisa resultar o *amor* ao semelhante. A primeira das parábolas subsequentes foi muitas vezes mal-entendida. A explicação correta depende da *percepção* do sentido dessa narrativa. A dificuldade da parábola consiste em que ela descreve um processo da vida cotidiana que não possui um paralelo correspondente no reino de Deus.

a) A parábola do administrador injusto – Lc 16.1-13

A parábola do administrador injusto foi, em todas as épocas, uma das mais difíceis passagens do evangelho para os intérpretes. Os inimigos do cristianismo até mesmo utilizaram-na constantemente como arma de ataque para explicitar a falta de moral com que Jesus instrui seus ouvintes neste momento.

Para podermos entender corretamente a parábola do administrador injusto propomo-nos, desde o começo da explicação, muita clareza quanto ao que Jesus pretende dizer neste ponto e às pessoas a que se dirige. De forma alguma podemos lidar com essa parábola de maneira alegórica, i. é, explicar cada traço específico. Ela tão somente visa proporcionar clareza e nitidez à forma como se vê uma única verdade, em primeiro lugar para os discípulos, e na sequência também para os fariseus (v. 14).

Os intérpretes enveredam por caminhos diferentes. Dentre o grande número das explicações destacaremos sucintamente apenas três concepções.

Primeira concepção: Jesus pretendia fornecer aqui somente um exemplo de *sensatez*. Para isso apresenta a ilustração dos “filhos do mundo”. No final Jesus torna a enfatizar, para que não parem dúvidas: trata-se de um administrador injusto e fraudulento, mas no *seu* mundo e à *sua* maneira agiu *sensatamente*. Dessa maneira também aqueles que pertencem ao mundo da luz devem atuar com prudência, até mesmo em relação a bens terrenos. Na verdade o administrador usou sua inteligência para pensar apenas em si mesmo. Do mesmo modo, os filhos da luz devem agir com *sensatez*, contudo nesse agir cabe-lhes lembrar de Deus e seu reino dos céus.

O administrador, como filho deste mundo sombrio, esbanjou os bens de seu patrão. Essas transgressões chegaram ao conhecimento do patrão.

A antiquíssima pergunta do ser humano, “o que fazer para sair do aperto?” impele-o à reflexão. Não se dá imediatamente por perdido, busca e encontra uma saída. Usando sua autoridade (ainda vigente) de administrador, ele perdoa aos devedores uma parte da dívida, de sorte que ficam em débito com ele e mais tarde retribuirão, acolhendo-o.

Portanto, alguém é considerado sensato (como manifesta Jesus no v. 8: “E o Senhor (a saber Jesus) elogiou o administrador injusto”) quando reconhece sua situação de perdição em tempo e toma decisões com sensatez e rapidez a fim de salvar sua existência.

Jesus visa dizer: assim como os filhos do mundo administram seus negócios sujos, assim é preciso que os filhos da luz, na maneira como lhes cabe lidar com os bens terrenos, particularmente com as riquezas, demonstrem não sua sabedoria terrena, mas a celestial. Enquanto ainda houver possibilidade, vale usar os bens terrenos para conquistar *amigos* que nos tempos vindouros, i. é, na eternidade, recebem os filhos da luz com amor. Em outras palavras: propriedades terrenas passam, os filhos da luz no entanto podem fazer um uso inteligente delas ao levarem a eternidade em conta na *administração* delas.

A segunda explicação: O homem rico é um senhor que vive longe de suas terras, que confiou a outro a administração de sua propriedade.

Esse administrador, ao qual chamaremos “*arrendatário geral*”, para melhor entendimento, sublocou as terras a diversos subarrendatários, a fim de receber em troca uma parte da safra. O homem na presente parábola demandou de seus subarrendatários uma renda muito exagerada, ao passo que o próprio arrendatário geral pagava ao *dono* das terras a quantia *normal* contratada. A grande diferença entre receita e despesa perfazia o lucro do arrendatário geral. Enganava o patrão explorando as terras dele forçando os subarrendatários ao cultivo predatório pelas exigências excessivamente *exploradoras* de arrendamento.

Pelo fato de que certo dia o rico latifundiário exige acertar as contas, o arrendatário geral entra em grandes apuros. Nesse acerto as propriedades são examinadas segundo sua qualidade e constituição. Sua demissão como administrador é iminente.

Que faz ele? Altera os contratos de arrendamento! Isso não era nenhuma fraude! Cabe levar em conta que os contratos de arrendamento haviam sido firmados somente entre o administrador e os sublocatários, não entre o proprietário das terras e os subarrendatários. Reduzir as rígidas exigências não significou fraude nem falsificação, mas sensatez. Dessa maneira ele compensou sua anterior mentalidade insensível de forma sincera. Em segundo lugar assegurou para si, depois da demissão, uma situação segura para a velhice por meio do benefício propiciado a seus arrendatários.

O Senhor elogia o administrador injusto. Essa segunda interpretação parte da hipótese de que “o patrão” não é Jesus, mas o homem rico da parábola. O administrador já deveria ter agido assim desde o começo, e então tudo teria transcorrido bem.

Nesse caso os traços básicos característicos da parábola que precisam ser interpretados seriam os seguintes: o administrador é o ser humano em seu relacionamento com os bens terrenos. O patrão do administrador é Deus. Nós somos administradores infiéis quando, no uso dos bens, pensamos somente em nós mesmos, como o administrador na parábola.

Terceira interpretação: o Prof. Rengstorf tenta situar o entendimento da parábola do administrador injusto particularmente no contexto de Lc 15, a parábola do filho perdido, e em relação a Lc 16.19-31, a parábola do homem rico e do pobre Lázaro. O Prof. Rengstorf escreve: “O filho perdido tornou-se culpado pelo uso egoísta dos bens naturais. Considerando que entre esses o dinheiro está em primeiro lugar e também um discípulo de Jesus precisa lidar com o dinheiro (cf. Mt 17.24ss; Jo 12.4ss; 13.29), os discípulos careciam de um ensinamento acerca de sua relação com o dinheiro. Jesus forneceu-o na presente parábola. Em seu centro está o administrador de uma grande propriedade, que é acusado por estar exercendo a função em benefício próprio. Em decorrência, seu patrão demanda dele uma prestação de contas exata. As conseqüências disso são muito evidentes, tanto para o administrador infiel quanto para seu patrão. Por isso sua única idéia é safar-se da melhor maneira possível. Suas ponderações levam-no a reconhecer que para ele tudo depende de que use sua autoridade como administrador para garantir seu futuro, enquanto ainda dispuser dela. Sua providência é conceder consideráveis vantagens aos devedores de seu patrão, com os quais ainda lhe cabe acertar as contas, reduzindo substancialmente sua dívida. Isso assegura ao administrador às

portas da demissão a gratidão duradoura dos devedores, de sorte que não precisa mais se preocupar com o futuro.”

“De forma alguma podemos dizer que Jesus esteja enaltecendo a fraude neste texto, e muito menos que recomenda a seus discípulos que também passem a enganar intensamente, para dessa maneira fazer amigos. *Jesus elogia tão somente a inteligência do homem*. Ele não poderia ter agido de forma mais sensata dada a situação em que se encontrava. E é somente nisso que Jesus o apresenta como exemplo, que de resto é enfaticamente designado de administrador injusto. Os discípulos (v. 1) carecem urgentemente de um ensinamento desses. Por um lado Jesus retirou-os deste mundo e de seus condicionamentos e colocou-os na luz que raiou e se tornou eficaz na sua pessoa (Lc 1.78s; 2.30s). Por outro lado, porém, para quem vem da escuridão o agir de acordo com os parâmetros da luz de forma alguma é tão evidente quanto agir de acordo com os parâmetros das trevas o é para aqueles que ali permaneceram. Acontece que a atitude deles influencia imensamente o futuro da causa de Jesus. Por isso a exortação de Jesus é a seguinte: como pessoas da luz (Jo 12.36), mostrem-na e comprovem-na pela maneira com que vocês lidam com os bens deste mundo e particularmente com as riquezas. Partindo, portanto, da palavra conclusiva de Jesus, a parábola não apenas deixa de enaltecer a fraude, mas também exorta a não se equiparar a esse mundo (Rm 12.2), cujo comportamento é determinado pelo *egoísmo*.”

“A constatação, porém, de que Lucas gosta de trazer as parábolas em duplas, de que Lc 16.19ss forma um paralelo completo com o início de Lc 16.1ss e apesar disso pode ser ligado a Lc 16.15a, possibilita, eventualmente, um aprofundamento ainda maior. Uma vez que Lc 16.19ss se dirige aos fariseus, seria possível que, caso esta narrativa forme um par com Lc 16.1ss, sua conclusão também valha para a narrativa do administrador injusto. Neste caso ele na realidade não estaria sendo identificado com os fariseus. Pelo contrário, ele, os fariseus e todos os que agem ou gostariam de agir como eles demonstrariam como se comporta corretamente, apesar de toda a maldade, somente aquele cujo senhor lhe dá a possibilidade de ser benigno em relação a pessoas mais pobres e mais miseráveis.” Essas são as considerações de Rengstorff (NTD).

Sintetizando: a grandiosa e perspicaz correlação dos capítulos 15 e 16 representa uma porta importante para compreender a parábola. O tema geral dos dois capítulos deveria ser: “O arrependimento do pecador e seu novo relacionamento com os bens terrenos e com o próximo.”

Será que Jesus então nos apresenta o administrador e sua sensatez “egoísta” como modelos? Não, com toda a certeza Jesus não visa apresentar a inteligência egoísta do administrador como exemplar, mas a sensatez em si, desde que não esteja ligada à injustiça. O princípio de “poder aprender coisas boas de maus exemplos” não deve ser descartado. Também em outras ocasiões Jesus emprega parábolas relacionadas com a que estamos analisando. O pai no céu, que gosta de dar e atender pedidos, é comparado ao amigo que, por causa da impertinência do vizinho que pede e suplica, levanta à noite e dá o que o amigo noturno pede de forma tão descarada. À primeira vista, a comparação com o juiz iníquo em Lc 18, que se livra da viúva por comodismo, poderia causar espécie. Mas se como filhos da luz devemos aprender a não esmorecer nas súplicas, a comparação entre Deus e o pai incomodado durante a noite, bem como com o juiz inflexível, de forma alguma é escandalosa. Por meio do “quanto mais” e do “e eu vos declaro” o Senhor explica expressamente a causa e a razão por ter compilado contrastes como egoísmo e sensatez, como nesta parábola. Jesus dirige-se às pessoas que haviam se disposto a estabelecer um relacionamento correto com os bens terrenos pela mensagem da alegria celestial diante do arrependimento delas.

Essas observações preliminares conduzem à interpretação da parábola. A parábola do administrador injusto revela: 1) a transgressão e a anunciada demissão do administrador; 2) a resolução sensata do administrador na iminência de ser demitido; 3) a execução de seu intento; 4) o elogio do patrão por causa de sua sensatez; 5) o conselho de Jesus a seus discípulos; 6) importantes ditos sentenciosos do Senhor.

A transgressão e a anunciada demissão do administrador – Lc 16.1s

1 – Disse Jesus também aos discípulos: Havia um homem rico que tinha um administrador; e este (lhe) foi denunciado como quem estava a defraudar os seus bens.

2 – Então, mandando-o chamar, lhe disse: Que é isto que ouço a teu respeito? Presta contas da tua administração, porque já não podes mais continuar nela.

As palavras iniciais “Falou, porém, Jesus também aos discípulos” reportam à situação relatada em Lc 15.1-3, que precedia a trilogia de parábolas em Lc 15. Associa aquele relato também à presente parábola. É a partir de lá que devemos entender as presentes palavras. Enquanto antes Jesus falava aos fariseus murmurantes, agora ele também se dirige aos discípulos. O termo “discípulo” deve, pois, ser entendido em sentido amplo, i. é, devemos imaginar não apenas os doze, mas um grande grupo de ouvintes do Senhor, ávidos por salvação, uma audiência formada por coletores de impostos e pecadores. De acordo com o conteúdo da parábola pressupõe-se entre esses discípulos a posse de bens que haviam sido adquiridos de maneira injusta em uma vida sem Deus (cf. Lc 16.9).

A narrativa começa: “Havia certo homem rico que tinha um administrador.” Cabia ao administrador cuidar de uma rica propriedade. Ele não era um escravo, mas um funcionário contratado e passível de demissão. Tinha recebido amplos poderes sobre o patrimônio de seu Senhor. Quando alguém exerce um cargo tão elevado no mundo, não faltam pessoas vigilantes e acusadoras. O texto grego formula isso com presteza pelo verbo “*diaballein*”. Ele não expressa acusação falsa nem difamação, mas uma arguição secreta e pessoal ao contrário da acusação aberta e honesta. É fundamentada a acusação de que ele usou a propriedade de seu patrão apenas para sua vantagem pessoal. Intérpretes que visam tornar o administrador uma pessoa honesta omitem completamente que em sua própria consciência o administrador se sabe culpado. O tolo esbanjamento constitui uma repercussão da parábola anterior (cf. Lc 15.13).

O patrão não julga imediatamente segundo o que ouviu sem antes realizar uma investigação. O administrador não deve ser deposto sem ser ouvido. A investigação visa mostrar se os boatos ocorrem com ou sem razão. Se o patrão rico tiver ouvido corretamente, evidentemente o acusado não poderá mais ser administrador.

A resolução inteligente do administrador prestes a ser demitido – Lc 16.3s

3 – Disse o administrador consigo mesmo: Que farei, pois o meu senhor me tira a administração? Trabalhar na terra não posso; também de mendigar tenho vergonha.

4 – Eu sei o que farei, para que, quando for demitido da administração, me recebam em suas casas!

O administrador, que até então desperdiçava tolamente os bens de seu patrão, tornou-se sábio no momento em que está ameaçado pela miséria. Esse constitui um momento significativo na parábola, ignorado por muitos comentaristas. A sensatez do administrador no momento da decisão é narrada em três etapas de monólogo. 1) Ele capta rapidamente a penúria que decorrerá de sua inevitável demissão. A forma verbal presente “meu patrão me tira a administração” descreve a iminente demissão do cargo como um fato já consumado. 2) Ele vislumbra duas possibilidades para a forma como pode ganhar a vida no futuro. Ele, o funcionário demitido, pode ganhar o pão mediante duro trabalho braçal, ou mendigar. Pondera ambas as possibilidades para refutá-las simultaneamente. 3) O administrador acossado, que vê toda a situação claramente diante de si, procura por uma nova saída. Rapidamente ele encontra a melhor resposta para a pergunta que faz a si mesmo: “que farei?”. Seu plano é conseguir provedores que o acolham.

A rápida concretização da resolução – Lc 16.5-7

5 – Tendo chamado cada um dos devedores do seu senhor, disse ao primeiro: Quanto deves ao meu patrão?

6 – Respondeu ele: Cem cados de azeite. Então, disse: Toma a tua conta (ou contratos de arrendamento), assenta-te depressa e escreve cinquenta!

7 – Depois, perguntou a outro: Tu, quanto deves? Respondeu ele: Cem coros de trigo. Disse-lhe: Toma a tua conta (ou contratos de arrendamento) e escreve oitenta!

O termo *chreopheiletai* apresentado pelo texto grego pode significar “arrendatários” ou também “negociantes”. Isso é irrelevante para a exegese do texto. Se forem arrendatários, os documentos apresentados são os contratos de arrendamento. Se forem negociantes, os documentos são as notas promissórias. Inteligentemente o administrador primeiro pergunta aos devedores o montante de sua dívida. Embora talvez tenha sido sua obrigação sabê-lo, seu objetivo é provocar o sentimento de dívida deles e a gratidão pela redução da conta. Nenhum dos devedores é eximido de toda a dívida. O rico senhor precisa encontrar notas promissórias existentes, para não poder acusá-lo de desordem completa. Os devedores precisam manter-se humildes, porque uma remissão completa da dívida

talvez os tornasse arrogantes e ingratos. Ambos os devedores citam o número cem como o total da dívida, porém a redução da dívida é distinta. Ao primeiro são doados cinquenta, ao segundo apenas vinte por cento. O administrador age conforme segundo sua mercê e seu arbítrio pessoal, a fim de assim solidificar entre os arrendatários ou negociantes o sentimento de compromisso para com a pessoa dele.

O louvor do patrão por causa de sua sensatez – Lc 16.8

8 – E elogiou o senhor o administrador infiel porque se houvera atiladamente, porque os filhos do mundo são mais hábeis na sua própria geração do que os filhos da luz.

O procedimento do administrador não visava permanecer oculto ao patrão. Isso não teria acrescentado nada ao seu intuito. Este fato precisaria vir a público durante o acerto de contas ligado à entrega do cargo, por meio dos documentos de débito alterados. Sob essa premissa é que se noticia na parábola o louvor do patrão. O senhor, que elogia o administrador, certamente não é Jesus, mas o patrão do administrador, mencionado em Lc 16.3,5. Sem as palavras de elogio do rico latifundiário faltaria a característica principal da parábola. A narrativa não pode prescindir daquilo que o rico proprietário externou acerca do artifício do administrador. Jesus, que comunica o elogio do proprietário acerca do administrador, procura evitar todos os equívocos, chamando o administrador de injusto.

O último artifício que o administrador injusto usou em relação aos devedores constitui o verdadeiro traço central da parábola. O proprietário elogiou o administrador, que em breve foi demitido, não porque o administrador tivesse se lembrado de satisfazer seu senhor, mas pelo fato de que ele buscou segurança para o período após sua destituição do cargo. O administrador atingiu esse alvo, o que demonstra sua inteligência. O patrão do administrador elogia essa sensatez como algo bom em si. De acordo com as palavras subseqüentes de Jesus a sensatez é inegavelmente boa. Por isso Jesus apresenta a inteligência dos maus para os seus objetivos como motivo de vergonha para os bons.

A declaração do Senhor, de que os filhos do mundo são mais sensatos que os filhos da luz, seria uma contradição em si mesma sem o adendo "... em relação a sua própria geração". Por meio desse adendo a frase anteposta é restringida. Jesus visa dizer que os filhos da era presente são muito inteligentes no âmbito de seus próprios interesses terrenos. Sua sensatez desdobra-se magistralmente na esfera imanente e natural da vida. Neste ponto, porém, sua sensatez é tão grande e digna de reconhecimento que supera em muito os filhos da luz! É esse resultado que o Senhor visa explicitar, pois, nas palavras a seguir.

O conselho de Jesus aos discípulos – Lc 16.9

9 – E eu vos recomendo: das riquezas de origem iníqua fazei amigos; para que, quando aquelas vos faltarem, esses amigos vos recebam nos tabernáculos eternos!

Com as palavras "eu vos digo" Jesus indica previamente o que tem a dizer a seus discípulos com base na parábola. Trata-se de algo que corresponde ao elogio que o patrão na parábola profere acerca de seu administrador. Jesus recomenda a seus discípulos que imitem o procedimento sensato desse administrador. Devem concretizar essa sensatez como filhos da luz. Ordena-lhes que façam para si amigos com ajuda das riquezas injustas. A expressão "riquezas injustas" lembra o administrador injusto!

Para os filhos da luz a riqueza é um bem que põe em risco sua alma. Por isso Jesus exorta para que se proceda sensatamente com ela. Ao falar sobre a futura falta das riquezas, Jesus aponta para a hora da morte do proprietário, que está à espera de cada ser humano (cf. Lc 16.22; 12.20).

"Os tabernáculos eternos" de que Jesus fala contrastam com as "casas" citadas na parábola (Lc 16.4). Trata-se das moradas além desse tempo de vida terrena, o alvo da preocupação e busca genuínas e legítimas dos discípulos do Senhor, em contraposição com as intenções dos filhos da era presente (cf. Lc 16.8).

Quando os discípulos são estimulados com "fazei amigos!", os "amigos" não significam, como pensam alguns comentaristas, Deus e anjos no céu, mas nossos semelhantes e irmãos. O cristão que passa ao largo dos pobres prepara para si acusadores para a eternidade. Quem, porém, doa e ajuda, cria amigos para a eternidade, porque segundo a promessa de Deus todo serviço de amor ou todo benefício em nome do Senhor vale até na eternidade (cf. Mt 10.42; Pv 19.17). As coisas aqui

declaradas estão no mesmo nível das palavras do Senhor em Mt 25.37-40, segundo as quais o benefício aos mais humildes aqui na terra é feito ao próprio Jesus. O conselho corretamente entendido de Jesus a seus discípulos não pode seduzir à santificação pelas obras. A melhor explicação dessas palavras do Senhor é trazida por Paulo em 1Tm 6.7,17-19, o que corresponde ao pensamento fundamental do discurso do Senhor. O pai da igreja Agostinho diz positiva e precisamente: “Se queres ser um administrador sensato, doa o que não podes segurar, para que recebas o que não podes perder.”

Importantes ditos conclusivos do Senhor – Lc 16.10-13

10 – Quem é fiel no pouco também é fiel no muito; e quem é injusto no pouco também é injusto no muito.

11 – Se, pois, não vos tornastes fiéis na aplicação das riquezas de origem injusta, quem vos confiará a verdadeira riqueza (o verdadeiro bem)?

12 – Se não vos tornastes fiéis na aplicação do alheio, quem vos dará o que é vosso?

13 – Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.

Os filhos da luz que possuem bens e também os filhos abastados do mundo receberam suas propriedades de Deus. Deus porém confiou os bens a todos os humanos apenas por breve tempo. Essas máximas constituem a premissa das sentenças relatadas em Lc 16.10-13.

Ademais, os ditos do Senhor nos v. 10-13 formam um avanço e uma síntese de toda a parábola. Quatro vezes é explicitada a verdadeira fidelidade no emprego dos bens de acordo com o mandamento de Deus.

O primeiro versículo dessa série de ditos dos v. 10-13 contém uma verdade da experiência e consciência geral. Aquilo que vale para a administração de bens terrenos aponta, na aplicação, para além dessa área.

Segundo as palavras de Jesus há um nexo indissolúvel entre o pequeno e o grande. Quem visa tornar-se e permanecer fiel no grande precisa primeiramente ser constante nas respectivas coisas pequenas ou nas ninharias da vida cotidiana. A verdadeira fidelidade não tem seu fundamento na magnitude da coisa à qual se dirige, mas no consciencioso sentimento de dever e na consciência de responsabilidade daquele que a exerce. O cristão que não foi fiel no uso de bens terrenos não pode chegar a possuir bens de nível superior.

E mais: se o uso egoísta das coisas naturais já resulta em culpa (cf. Lc 15.11ss), quanto mais pecado e culpa há de trazer o abuso de dádivas espirituais! Essa idéia é repetida novamente no v. 12.

- 11** Se, pois, não lidais fielmente com as riquezas de origem injusta, quem vos confiará o que é veraz (o verdadeiro bem)? As “riquezas da injustiça” e “o que é veraz” são apresentadas aqui como opostos. Ser fiel com as riquezas injustas consiste no uso correto e agradável a Deus dos bens terrenos. O “que é veraz” é o verdadeiro bem, confiado aos filhos da luz. Representa o bem genuíno de salvação, cuja posse propicia a bem-aventurança eterna.

O relacionamento entre as riquezas injustas e o que é veraz é descrito por mais uma ilustração.

- 12** Se não vos tornastes fiéis na aplicação do alheio, quem vos dará o que é vosso? Esse versículo representa uma repetição do v. 11, embora em forma diferente. Agora as riquezas são chamadas agora de “alheio”, por não serem propriedade do ser humano. O ser humano é tão-somente mordomo dos tesouros terrenos. Afinal, pertencem ao proprietário supremo, que pode demandá-los de volta a qualquer instante. Assim, o dinheiro também tem somente um valor relativo, e “o alheio” se encontra no mesmo patamar do “pouco” do v. 10. Por seu turno, contrapõem-se a isso os bens espirituais que o Senhor chama, com relação a seus discípulos, de “o que é vosso”, porque estão destinados, uma vez conquistados mediante a fé, a constituir seu “*patrimônio não-transitório*” no tempo e na eternidade.

Por essa razão utilize seus bens para realizar o máximo de benefícios, enxugar lágrimas, atenuar aflição, ganhar almas para a eternidade! Os primeiros cristãos revelavam a atitude correta nessa questão: “Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum” [At 4.32]. O posicionamento frente às posses e aos bens constitui o barômetro da condição de cristão. Alguém declarou com razão: “O ser humano precisa converter-se duas vezes, primeiramente em seu coração e depois também em sua carteira.”

Encerrando: as posses terrenas, que são para os filhos da luz algo “alheio”, foram-lhes confiadas por Deus para que obtenham, pela administração correta delas, o agrado do Senhor.

- 13** Nenhum criado pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar a um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.

“Nenhum criado pode servir a dois senhores”. Esse tipo de formulação proverbial podia ser utilizado numerosas vezes pelo Senhor. Também aqui existe uma correlação psicológica entre essa declaração e a precedente. Quem não foi fiel no “pouco” e não empregou o “alheio” para a finalidade citada no v. 9, demonstrou desse modo que ainda é deplorável escravo das riquezas e justamente por isso também incapaz de ser um servo de Deus, que deseja que utilizemos o dinheiro no Seu serviço. Dessa maneira é estabelecida a transição para o v. 13.

O criado de uma casa não tem direito nem competência próprios diante de seu Senhor. É o patrão que determina todo o querer e agir do criado. Quem tenta servir a dois senhores de vontades opostas precisa afastar-se de um a fim de apegar-se ao outro. As obras e realizações que agradam a um desagradam ao outro. Dessa maneira manifesta-se o amor por um e a rejeição do outro.

Esse dito do v. 13 leva o discurso do Senhor a uma excelente conclusão. Os três ditos conclusivos (Lc 16.10-13) não apenas trazem uma explicação da parábola (Lc 16.1-9) e um ensinamento acerca do uso correto dos bens terrenos, mas recomendam a fidelidade no pouco, inicialmente no emprego sensato dos bens transitórios, e na seqüência como premissa da administração correta dos bens não-transitórios.

Se a parábola do administrador injusto analisada de forma isolada representa uma pedra de tropeço para muitos comentaristas, ela se torna, *devidamente* enfocada, uma das comprovações mais precisas da sabedoria doutrinária do Senhor. Isso fica particularmente claro quando levamos em consideração que esse ensinamento também foi exposto na presença de Judas, que cuidava da bolsa [Jo 13.29] e para o qual a exortação à fidelidade “no alheio” se revestia de máxima relevância. De forma indireta, porém suficientemente compreensível, ele ouve a ameaça e advertência de que perseverar na trajetória da desonestidade acabará na perda total da condição de apóstolo, e até da própria alma. Ao mesmo tempo é digno de nota de que maneira esplêndida toda essa exposição era dimensionada para as necessidades dos pecadores e publicanos que o Senhor havia consolado por meio das três parábolas anteriores e os quais ele visava conduzir, assim, à “santificação”.

A luz penetrante que clareia a escuridão de toda a parábola pode ser encontrada na observação do v. 8: “Os filhos do mundo...!” A intenção do Senhor é que seus discípulos aprendam algo dos filhos do mundo. E de fato essa parábola fornece rico material para isso. O administrador, exemplo de autêntico filho do mundo, não escamoteia em nenhum momento a magnitude do perigo que o ameaça. Sem deter-se ele reflete sobre meios e saídas para assegurar seu destino futuro.

Que diferença muitos filhos da luz apresentam em termos de lerdeza, indecisão, etc., quando o que está em jogo são interesses infinitamente mais sublimes!

Essa parábola é uma demonstração da tendência prática da nova vida: o Senhor considerou a posse e o uso de riquezas terrenas como algo muito importante, a ponto de versar sobre ela de forma específica em uma tríade de parábolas (Lc 12.15-21; 16.1-9; 16.19-31). O Senhor não condena a posse de riquezas em si e está longe de um espiritualismo unilateral que nega qualquer valor ao mundo material. Contudo repetidas vezes Jesus alerta para o fato de que tanto a ganância quanto a avidez por honra dificultam e impedem a entrada no reino de Deus. Ele não rejeita os ricos por causa de sua riqueza, assim como tampouco declara bem-aventurados os pobres por causa de sua pobreza, mas não obstante deseja que consideremos os bens terrenos como o “pouco” e o “alheio” quando os compararmos com algo mais sublime e melhor.

Quem capta toda a profundidade da exigência tão enfaticamente levantada pelo Senhor de ser fiel nas coisas pequenas entende ao mesmo tempo o lado pesado e o lado leve da vida cristã, o lado simples e o lado infinito da exigência pela perfeição cristã. A rigor a exigência por fidelidade no pequeno não é diferente do que a exigência de apegar-se integralmente ao Senhor até nas mínimas coisas do cotidiano (Dt 18.13; Sl 51.8).

b) Intercalação da controvérsia de Jesus com os fariseus – Lc 16.14-18

14 – Os fariseus, que eram avarentos, ouviam tudo isto e o ridiculizavam.

15 – Mas Jesus lhes disse: Vós sois os que vos justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece o vosso coração; pois aquilo que é elevado entre homens é abominação diante de Deus.

16 – A Lei e os Profetas vigoraram até João; desde esse tempo, vem sendo anunciado o evangelho do reino de Deus, e todo homem se esforça por entrar nele.

17 – E é mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til sequer da lei.

18 – Quem repudiar sua mulher e casar com outra comete adultério; e aquele que casa com a mulher repudiada pelo marido também comete adultério.

À primeira vista os ditos do Senhor aqui arrolados parecem não ter nenhuma relação com o contexto. Contudo é certo que não se trata de sentenças compiladas arbitrariamente, oriundas, p. ex., de outro discurso do Senhor. A comunicação das palavras do Senhor neste ponto é objetivamente muito refletida. A interposição das palavras de Jesus contra os fariseus contém a condenação de seus adversários e validade eterna da lei e dos profetas. Ambos os pensamentos fundamentais desse discurso são verbalizados na parábola subsequente. A necessidade de repudiar os fariseus reside na dureza de coração e falta de amor do homem rico, bem como na conseqüente condenação dele. A validade duradoura da lei está cimentada na declaração de Abraão, que trata da vigência perene da lei e dos profetas e que é dada como resposta ao homem rico no suplício. Até mesmo podemos considerar o homem rico como um fariseu. Sua tríplice expressão “pai Abraão” nos v. 24,27 e 30 parece corroborar esse fato.

Os fariseus torciam o nariz ou escarneciam do discurso de Jesus proferido contra as riquezas. O discurso do Senhor atingia duramente os pensamentos de seu coração. Suas palavras movem-nos para dois lados opostos: ela passa dos pecadores penitentes, que se condenam a si mesmos mas são justificados por Deus, para os impenitentes pseudojustos, que a si mesmos se justificam mas cujos corações Deus não conhece, de modo que há de julgar e derrubá-los. De um lado estão os publicanos e pecadores, expulsos de seus direitos em Israel. Do outro lado estão os filhos de Abraão orgulhos e seguros de si, que possuem a palavra da salvação porém não a empregam para sua salvação. Na verdade ouvem tudo o que Jesus diz, mas não crêem nem se arrependem.

Todas as sentenças isoladas que antecedem a parábola do homem rico e do pobre Lázaro inserem-se com exatidão nessa situação mais íntima. Esses ditos capitais fulminavam a consciência dos ouvintes do Senhor. Jesus dirige-se aos assim chamados justos (Lc 15.7), que em seu coração orgulhoso diante de Deus, no entanto, não apenas são pecadores piores mas também alvos de abominação. Consideremos a contundência do termo “abominação”! Que dureza! Que gravidade! E por quê? Porque os fariseus não se alegram, como o mundo celestial, com o arrependimento dos pecadores.

A resposta do Senhor no v. 15 permite notar que ele considera esse orgulho hipócrita como a mais profunda fonte do desprezo recém-evidenciado. – “Vós sois os que vos justificais a vós mesmos”, uma palavra quase idêntica à conhecida do profeta Natã (2Sm 12.7: “Tu és o homem”; cf. Lc 11.39 e Lc 18.10-14, que delineia o perfil de um fariseu que tenta justificar-se até mesmo aos olhos de Deus). Jesus prossegue dizendo: “Deus, porém, conhece vossos corações” (1Sm 16.7; Sl 7.10).

O juízo de Deus há de basear-se em outros parâmetros do que a dos humanos, que no momento jazem a seus pés. As pessoas consideram genuína a justiça que os fariseus ostentam, porém o olhar de Deus penetra mais fundo. Basta o domínio de uma única paixão como a avareza para tornar ridícula aos olhos de Deus toda a justiça de cunho legalista que lhes rende as honras do mundo. “O que é elevado entre os humanos é abominação diante de Deus.” Esse orgulho manifesta-se de duas maneiras: 1) no fato de uma pessoa enaltecer-se diante de outras, e 2) no fato de que outros devem enaltecer a grandeza exterior e presunçosa na respectiva pessoa. Esse sentido duplo está contido na simples formulação “o que é elevado entre os humanos”. Tudo o que é engrandecido pelas pessoas que vêem somente o aspecto exterior desagrade ao que conhece os corações (1Sm 16.7).

Em decorrência, a séria palavra do Senhor atinge da forma mais contundente o mais íntimo de seus adversários.

Os fariseus e adeptos de seu partido ocupavam-se zelosamente das Sagradas Escrituras de Israel (Jo 5.39). “Vigiavam rigorosamente para ver se os mandamentos divinos de fato eram cumpridos pontualmente” (cf. Lc 6.6-11; 11.37-52). No entanto eram surdos para com a nova revelação de Deus, o evangelho, que estava sendo pregada desde os dias de João Batista (Lc 3.18; 4.18; 7.22). O povo desprezado por eles, os publicanos e pecadores, penetrava seriamente no reino de Deus. As

palavras “E cada qual entra nele pela força podem ser traduzidas também na voz passiva: “Cada qual é empurrado para dentro dele”. A maioria traduz “Cada pessoa pressiona para entrar nele”. O reino dos céus não é conquistado por pessoas divididas. “Luta com o sangue e a vida, penetra fundo no reino de Deus! Quando Satanás tenta resistir, não desanimes nem fraquejes!”

O sentido das palavras de Jesus é, portanto, que com a atuação de João Batista e do Senhor irrompeu o tempo da decisão séria e total, no qual cada pessoa que não penetra no reino de Deus pela conversão completa perde a felicidade da vida eterna. Jesus mostra aos fariseus que a proclamação do evangelho insta cada pessoa a penetrar no reino de Deus.

A menção de que a velha ordem do reino de Deus cessou com João Batista facilmente poderia levar à opinião equivocada de que assim a lei teria sido abolida. Jesus não veio para dissolver a lei, mas para consumá-la (Mt 5.18). Paulo enfatiza que a lei não foi anulada pela fé, mas confirmada (Rm 3.31). Esse princípio obtém aqui uma formulação mais vigorosa. Deus preferirá derrubar todo o seu mundo a deixar que uma vírgula de sua lei seja eliminada (a esse respeito, cf. o exposto acerca do Sermão do Monte no Comentário Esperança, Mt 5.17-20).

Jesus dá a entender aos fariseus que são justamente eles, com sua hostilidade ao evangelho, que deixam de cumprir o mandamento de Deus, anulando-o. A fim de demonstrar a validade inalterável da lei, Jesus chama, como em outras ocasiões (Mt 5.32; 19.9), a demissão de uma esposa e o casamento com uma divorciada de adultério. O Senhor visa dizer-lhes com isso que a ordem insofismável da lei, revigorada por ele, condena os fariseus em seu abuso dos divórcios. Justamente por causa da frouxidão da interpretação e prática farisaicas em relação ao matrimônio Jesus foi motivado a citar a prescrição acerca do matrimônio como prova da indissolubilidade da lei. A ordem divina acerca do matrimônio conforme ensinada na lei era muito apropriada para refutar os fariseus, afirmando que apesar de alegarem ser observantes intocáveis da lei, eles estão em permanente contradição com a lei por meio de sua prática, sendo alvos da sentença condenatória dela. Essa interpretação sóbria é a apropriada.

Os comentaristas que falam de uma explicação alegórica ou espiritual das palavras de Jesus acerca do divórcio, defendem que as palavras de Jesus “Todo aquele que se separar de sua mulher e casar com outra comete adultério; e aquele que casa com uma mulher divorciada também comete adultério” significariam: “Quem rejeita a vigência permanente da lei com vistas à nova forma do reino de Deus, comete adultério, i. é, pecado.” As palavras “aquele que casa com uma mulher divorciada” teriam o sentido de: “Quem ainda visa preservar o relacionamento anterior com a antiga aliança depois que a lei foi substituída pelo evangelho comete adultério, i. é, pecado.” Indagamos seriamente: qual dos ouvintes teria entendido uma palavra sequer de um ensinamento exposto de maneira tão estranha?

c) A parábola do homem rico e do pobre Lázaro – Lc 16.19-31

O comportamento dos fariseus (Lc 16.14s) deu ensejo para que Jesus apresentasse a parábola de Lázaro e do homem rico. Jesus prega aqui a grande verdade de que omitir-se em relação à ordem de “com ajuda da riqueza fazer amigos” pode vir a causar a desgraça eterna. A parábola (Lc 16.19-31) é uma contrapartida para a parábola do administrador injusto, com a qual está ligada. Quem faz amigos com as riquezas da injustiça receberá o prêmio nos tabernáculos eternos (Lc 16.1-9). Quem por orgulho e egoísmo utiliza seus bens terrenos apenas para fins egoístas e interesseiros, é remetido ao tormento eterno (veja Lc 16.19-31).

De forma unilateral e superficial tentou-se detectar nessas exposições do Redentor uma justificativa para a tese de que Jesus teria visto na riqueza terrena algo condenável e na pobreza algo meritório. Chegou-se a essa interpretação porque não há nenhuma prova material da maldade natural do rico e da devoção natural do pobre, mas que Abraão menciona tão somente o destino diverso dos dois no além (Lc 16.25). Na parábola “do homem rico e do pobre Lázaro” não são citadas maldades e atrocidades reais do rico. Precisamente nesse ponto está a profunda gravidade do ensinamento. Não é o mal que o rico pratica, mas o bem que ele deixa de realizar que basta para que seja condenado por Deus. Essa exposição, que mostra como alguém que se entrega ao egoísmo se torna eternamente infeliz, tornou muito pertinente o ensinamento trazido pelo Senhor até então (Lc 16.9). Nem sequer era necessário que o rico maltratasse o pobre Lázaro na terra para que fosse remetido ao flagelo eterno. Para ser chamado à responsabilidade, bastava deixá-lo prostrado indefeso diante da porta, entregá-lo aos cães.

Lázaro, que não é o personagem principal, mas secundário da parábola, aparece somente sofrendo ou suportando. Porém seria complicado que Jesus declarasse que anjos o carregaram ao colo de Abraão se não tivesse outra carta de recomendação a apresentar a seu ancestral Abraão do que meramente sua pobreza no passado.

Vida e morte do rico e do pobre – Lc 16.19-22

19 – Ora, havia certo homem rico que se vestia de púrpura e de linho finíssimo (bisso) e que, todos os dias, se regalava esplendidamente.

20 – Havia também certo mendigo, chamado Lázaro, coberto de chagas, que jazia à porta daquele.

21 – E desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico; e até os cães vinham lamber-lhe as úlceras.

22 – Aconteceu morrer o mendigo e ser levado pelos anjos para o seio de Abraão; morreu também o rico e foi sepultado.

A primeira parte, mais curta, da parábola, que abrange o episódio terreno, mostra um homem rico em seus afazeres terrenos e a forma como aproveitava a vida, como um administrador infiel em relação ao que demandavam “a lei e os profetas”, que o rico conhecia. A devoção do pobre e a impiedade do rico são apenas aludidas.

As palavras “certo homem, porém, era rico” introduzem o personagem principal da narrativa. Na segunda frase é descrita a esplêndida vida de opulência desse homem rico. É uma pintura de traços vigorosos e características de fácil compreensão. A púrpura era a cor vermelho-escura de um tecido de lã, vendido por preço extremamente caro. O bisso era um tecido de algodão ou linho não menos precioso, que igualmente custava muito caro por causa de sua cor branca radiante. Ambos os tipos de tecido eram tão luxuosos que somente reis e sacerdotes tinham condições de usar tais vestimentas. Banquetes festivos aconteciam não uma vez ou outra, mas diariamente em sua casa. Em todos os divertimentos ele ostentava o esplendor pomposo de suas magníficas vestes, como expressa o termo grego *lamprós*.

No mais intenso contraste com essa descrição do esplendor e luxo é apresentado um homem destituído de qualquer sorte temporal na mais profunda miséria. Assim como o rico se regozijava magnificamente todos os dias, assim a penúria do mendigo era sua deplorável situação diária permanente.

Chama atenção que não se menciona o nome do rico, enquanto o do pobre é citado. Trata-se da única vez em que um nome é citado em todas as parábolas de Jesus. O nome *Lazaros* deve ser derivado tanto de *Lo-er* quanto de *Ele-azar*. O nome *Lo-er* significa “sem ajuda”, nesse caso o pobre destituído de ajuda. *Ele-azar* significa “Deus é a ajuda”, aceção em que Lázaro seria alguém que permite que Deus seja seu socorro. O significado idêntico do nome Lázaro com o recorrente “Eleazar” aponta para o fato de que o pobre suportou sua miséria na confiança em Deus.

Lázaro jazia “jogado” no acesso ao portão do rico. A forma “jogado” expressa melhor a construção da forma passiva do texto original. No entanto, é possível que estivesse prostrado por uma enfermidade (cf. Mt 8.6,16; Mc 7.30). Aqui o termo significa que o pobre nem mesmo era capaz de movimentar-se livremente e, além disso, que as pessoas que o traziam à frente da porta do rico livravam-se dele como de um fardo pesado que se lança por terra.

Jazia diante do portão coberto de chagas. Uma enfermidade maligna, claramente visível, demandava urgentemente um cuidado misericordioso. Ao lado da necessidade de cuidado sua fome não-saciada deveria ter causado a compaixão do rico. Contudo na casa do rico não havia disposição para ajudar. De forma análoga a uma das parábolas anteriores, ninguém se compadeceu dele (Lc 15.16).

De maneira drasticamente intensificada o relato prossegue, dizendo: “Mas até mesmo os cães vinham e lambiam suas chagas”. Ao pobre não eram propiciados nem cuidados nem atendimento. Recebia tão pouca atenção que somente os cães cuidavam dele, lambendo com compaixão canina suas feridas. Não há consenso entre os eruditos se o lamber dos cães aliviava ou aumentava as dores.

A sequência da narrativa fala do estado bem-aventurado ao qual Lázaro foi transferido por intermédio da morte. Nada é dito acerca de um sepultamento do pobre, de quem ninguém sentiu falta. Jesus permite entrever que a morte representou o fim do sofrimento e a entrada na beatitude para o pobre. Da terra, palco de seu sofrimento, os anjos o carregaram ao colo de Abraão. Na teologia

judaica o seio ou colo de Abraão é designação para a comunhão dos devotos falecidos com Abraão no *Sheol*. Abraão aparece aos israelitas como ponto de encontro e convergência pessoal no mundo dos mortos. Por isso, ser reunido com Abraão e poder fruir junto dele a bem-aventurança significa a felicidade máxima para o israelita. A concepção da comunhão de mesa não está necessariamente contida nessa expressão. Constitui tarefa dos anjos carregar os devotos que falecem até o colo de Abraão. Desse modo também Lázaro foi transferido até esse local pelo serviço dos anjos. Jesus diz acerca do pobre somente aquilo que vale também para todos os demais devotos em Israel.

As informações dadas acerca do pobre conduzem à história do rico. Relata-se que ele também morreu. Antes, porém, de se mencionar a situação em que ele se encontrava, é acrescentado: “E foi sepultado”. Da mesma forma como não se sente falta da observação de que o pobre não foi sepultado, tão impactante aparece, no entanto, esse adendo acerca do rico. De todos os bens deste mundo restou-lhe somente a sepultura, à qual o corpo foi entregue para apodrecer. Nessas palavras está uma alusão ao contraste referente ao fato de que o pobre foi carregado para o colo de Abraão. Para Lázaro a morte trouxe o fim de seu sofrimento terreno, para o rico o fim de sua felicidade na terra.

A condição do rico além da sepultura – Lc 16.23-31

A mudança de sorte aconteceu imediatamente após o falecimento. O *Hades*, termo grego para o hebraico *Sheol*, é onde ficam as almas que partiram (cf. Gn 37.35; At 2.27,31), e está dividido em duas partes, um lugar de beatitude para os devotos e um lugar de tormentos para os ímpios, também chamado de *Gehenna*.

O pedido daquele que se encontra nos suplícios e a resposta de Abraão - Lc 16.23-26

23 – No inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe a Abraão e Lázaro no seu seio.

24 – Então, clamando, disse: Pai Abraão, tem misericórdia de mim! E manda a Lázaro que molhe em água a ponta do dedo e me refresque a língua, porque estou atormentado nesta chama!

25 – Disse, porém, Abraão: Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, e Lázaro igualmente, os males; agora, porém, aqui, ele está consolado; tu, em tormentos.

26 – E, além de tudo, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós.

O rico estava no lugar dos suplícios. O gesto de levantar os olhos deve ser imaginado como um anseio e uma busca do atormentado por socorro. Fala-se de erguer o olhar, da língua do rico, do dedo de Lázaro, do sofrimento nas chamas e de ser refrigerado por meio da água. As almas que partiram são descritas nos mesmos termos da vida física. As sensações e exteriorizações vitais dos que passaram não podem ser expressas de nenhum outro modo que não pela maneira como Jesus o fez neste caso e como corresponde à realidade.

O fustigado, que buscava socorro levantando o olhar, viu Abraão à distância. O patriarca estava no lugar da bem-aventurança, longe do lugar dos tormentos. Lázaro encontrava-se em seu colo. Dessa forma ressalta-se de forma absoluta a retaliação que o rico obteve além da sepultura por seu comportamento na vida terrena.

Ele pede a Abraão para que envie Lázaro, a fim de que este lhe refrigere a língua com uma gota de água na ponta de seu dedo, para aliviar a queimação de seu suplício. Não há menosprezo a Lázaro, como se o rico ainda pudesse dispor dele. O pedido por uma prestação de serviço tão insignificante correspondia à consciência de que ele não podia esperar por uma libertação dos tormentos. A invocação de Abraão como pai não implica uma reivindicação de que tivesse direito de ser atendido em virtude de descender de Abraão. O rico visa tão-somente despertar a comiseração do patriarca.

Por meio da interpelação “filho” a réplica de Abraão transpira amor compassivo. Contudo é-lhe impossível atender ao pedido do rico. Lembra-o inicialmente daquilo que ele já recebera na vida terrena e do que, em contraposição, Lázaro fora obrigado a vivenciar. O rico usufruiu seus “bens” em sua vida temporal, ao passo que Lázaro, os males. A atual diversidade da situação de ambos no *Hades* relaciona-se de forma inversa com sua condição na vida terrena.

Entre os ditosos e os mal-aventurados no *Hades* há um “grande abismo”, que não será vencido por nenhum arbítrio e nenhuma compaixão. Trata-se de uma separação totalmente intransponível, enorme e profunda. Por meio do “grande abismo” a separação entre o lugar dos bem-aventurados e o

lugar dos condenados é definida como uma ordem inalterável do mundo. Por esse motivo é impossível atender o pedido do rico.

O segundo pedido do rico e a resposta de Abraão – Lc 16.27-31

27 – Então, replicou: Pai, eu te imploro que o mandes à minha casa paterna,

28 – porque tenho cinco irmãos; para que lhes dê testemunho, a fim de não virem também para este lugar de tormento!

29 – Respondeu Abraão: Eles têm Moisés e os Profetas; ouçam-nos!

30 – Mas ele insistiu: Não, pai Abraão; se alguém dentre os mortos for ter com eles, arrepender-se-ão.

31 – Abraão, porém, lhe respondeu: Se não ouvem a Moisés e aos Profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos.

Abraão rejeita o desejo do rico de que Lázaro fosse enviado a seus irmãos como testemunha, dizendo: “Eles têm Moisés e os Profetas; ouçam-nos!” A locução “lei e profetas” resume toda a Escritura do AT. O AT não fornece nenhuma informação explícita acerca do tormento que aguarda os ímpios no *Hades*, mas expressa a todo instante um testemunho de exortação e advertência contra os ricos, que desperdiçam sua riqueza ávidos de prazer e ostentação e são insensíveis em relação aos pobres e miseráveis. O juízo de Deus precipita-se sobre eles de forma incontornável. Os cinco irmãos do rico devem dar ouvidos e obedecer às testemunhas de que dispõem.

A recusa de Abraão provoca mais uma vez a réplica do pedinte. O rico acredita que seus irmãos persistirão na mesma descrença impenitente diante de Moisés e dos profetas, assim como ele mesmo demonstrara sua não-aceitação da Escritura enquanto vivia. Acredita que o testemunho de um falecido causaria um impacto mais eficaz sobre seus parentes. A expectativa de que o testemunho de um ser humano que surge dentre os mortos suscitaria o arrependimento é classificada por Abraão como um equívoco, porque a Escritura é que possui eficácia para o arrependimento.

Na verdade a situação real é que quem não crê em Moisés e os profetas também não poderá ser persuadido por meio da ressurreição de um morto. O testemunho da Escritura reveste-se de tanta relevância e validade plena que sozinho já é suficiente para produzir uma conversão. Um sinal milagroso que age sobre os sentidos de forma alguma é comparável ao testemunho extraordinário da Escritura.

Na presente parábola Jesus visava primordialmente os fariseus. Deveriam reconhecer a si mesmos na figura do rico, porque se equiparavam àquela pessoa com seu apego ao dinheiro e aos bens. Descartavam com escárnio a exortação e advertência do Senhor a seus discípulos quanto às riquezas. No entanto, se os fariseus tivessem escutado a Escritura ou Moisés e os profetas, não teriam zombado do ensinamento de Jesus, mas lhe teriam dado ouvidos, arrependendo-se.

Aquilo que Jesus diz a esses fariseus vale para todos que se apegam ao dinheiro e aos bens sem demonstrar compaixão com os pobres e miseráveis. Quem não atenta para a advertência da Escritura de precaver-se contra o uso egoísta do dinheiro, é alvo do mesmo juízo do Senhor.

Como já mencionamos na introdução, a parábola não oferece quaisquer revelações sobre a vida após a morte. O que se diz aqui acerca do reino dos mortos não excede os testemunhos do AT. Contudo, com razão pode-se deduzir plena e cabalmente dessa parábola o reencontro e a identificação das pessoas. A finalidade dessa narrativa, porém, é tornar palpável a verdade de que após a morte cada pessoa receberá por pagamento aquilo que corresponde à sua vida e conduta na terra. A parábola não oferece nenhuma explicação adicional acerca do momento da retribuição e da separação entre ímpios e devotos no *Hades* (cf. Mt 25.46). Ao remeter o homem rico a Moisés e os profetas ela formula claramente que as Sagradas Escrituras contêm tudo o que precisamos saber para a nossa conversão e redenção.

7. Diversos ensinamentos do Senhor sobre o comportamento correto dos discípulos – Lc 17.1-10

Todos os ditos do presente bloco os ditos de Jesus, exceto o do servo lavrador (Lc 17.7-10), também ocorrem em Mateus (cf. Mt 18.6-9,15,21s; 17.20; 21.21) e Marcos (cf. Mc 9.42-47; 9.24; 11.24) com uma formulação um pouco diferente e em outros contextos. É difícil relacionar as palavras do Senhor aqui alinhavadas com o que foi exposto anteriormente e estabelecer um nexo desses ditos entre si. O evangelista omite qualquer referência acerca do ensejo, da época e do lugar.

Não conseguimos aquilatar os motivos que levaram o evangelista a estabelecer essa seleção e sequência dos ditos de Jesus, colocando-os neste local. Contudo as palavras introdutórias “Disse, porém, a seus discípulos” parecem fornecer um indício de que essas afirmações devem ser lidas e entendidas em conjunto com o *antecedente*.

As formulações *ta skándala* = “os escândalos” ou “os tropeços” pressupõem algum fato.

Inicialmente a prece dos apóstolos para que lhes fosse aumentada a fé, no v. 5, parece ser uma inclusão sem nexo histórico. No entanto, ao final da última parábola (Lc 16.31), essa prece torna-se compreensível. Afinal, sempre é preciso lembrar o fato de que Jesus constantemente visa a *fé* e impele para ela.

Os ditos aqui comunicados contêm *quatro* ensinamentos. 1) Jesus fala primeiramente dos *escândalos* (v. 1-3a), inevitáveis neste mundo mau. Escândalos rodeiam cada pessoa. Contudo, sobre aquele que os provoca paira um grave ai de condenação. 2) Em seguida o Senhor fala sobre verdade e amor, o único remédio para superar os escândalos, até mesmo entre os discípulos (v. 3b-4). A exortação especial em prol da verdade refere-se à punição do pecador, e depois ao amor e à disposição de perdoar. O segundo elemento é o mais difícil e, não obstante, imprescindível. 3) Os apóstolos, que entendem o sentido do ensinamento, pedem (v. 5) pelo aumento da fé, porque da fé correta brota o *amor* para suportar e superar os tropeços. Na sequência Jesus fornece um ensinamento acerca dessa fé autêntica (v. 5). 4) A fé que supera escândalos é humilde e corajosa. De forma sensata ela reconhece que não possui méritos próprios, e que é até mesmo imprestável sem a graça de Deus, a única que gera o bem. Esse é o sentido e nexo profundo da parábola do *servo lavrador*, ao qual não se devem nem agradecimento nem recompensa pelo cumprimento da obrigação (v. 7-10).

a) A instrução de Jesus acerca dos escândalos – Lc 17.1-3a

1 – Disse Jesus a seus discípulos: É inevitável que venham escândalos (para o pecado), mas ai do homem pelo qual eles vêm!

2 – Melhor fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma pedra de moinho, e fosse atirado no mar, do que fazer tropeçar a um destes pequeninos.

3a – Acautelai-vos!

As alocações anteriores do Senhor eram dirigidas em parte aos fariseus, em parte aos discípulos (cf. Lc 15.2-16.31). *Agora* Jesus se volta de modo bem particular aos discípulos. Não se deve imaginar que o Senhor apresentaria instruções referentes aos assuntos pessoais dos discípulos perante o povo. Os fariseus tinham ouvido o suficiente (cf. Lc 15.2- 16.31), ao que responderam somente com desprezo (Lc 15.2) e escárnio (Lc 16.14). Enquanto os fariseus se retiravam da batalha, Jesus era rodeado apenas por um grupo maior de discípulos (cf. Lc 15.1; 16.1). Com certeza o tratamento dado aos ouvintes, ora “discípulos” (Lc 16.1; 17.1), ora o menos freqüente “apóstolos” (Lc 9.10; 17.5), não é despropositado. De acordo com as palavras introdutórias reuniu-se em torno de Jesus o grupo mais restrito dos discípulos, ao qual um dia seriam confiadas a pregação (Lc 5.10; 6.13; 8.1; 9.2) e a direção da igreja (Lc 12.42-48b). Não está descartado que além dos doze (Lc 6.17) também estivessem presentes numerosos discípulos, bem como publicanos em grande número (Lc 15.1).

Em Mt 18.6s e Mc 9.42 o dito de Jesus acerca dos escândalos está relacionado com a exortação dos discípulos à humildade, que Lucas relata no capítulo 9.46-48. O Senhor declara que é impossível que não ocorram estorvos, ou tropeços, ou escândalos, como diz o texto original. De acordo com os idiomas hebraico e grego um “estorvo” (chamado escândalo) é um tropeço para o pecado. Um *skándalon* é um laço, uma armadilha em que são capturados animais, é a estaca da arapuca na qual está fixada a isca. Ao usar a expressão *ta skádala* Jesus refere-se a tropeços que acontecem entre os *discípulos*. A sabida natureza do mundo e dos humanos e a grande influência sedutora de Satanás não permitem que deixem de ocorrer escândalos ou motivos de tropeços. Embora nada possa ser mudado nesse fato, isso não reduz a *responsabilidade* do ser humano por intermédio do qual surgem os escândalos.

O ai proferido por Jesus contra todo aquele por meio do qual vêm os escândalos vale para os discípulos quando ação e omissão, discurso equivocado ou mau exemplo induzem outros a tropeçar. A palavra severa e altamente ponderável da pedra de moinho ilustra a grave culpa e punição para os escândalos. Em muitos povos antigos se pendurava uma pesada pedra no pescoço da pessoa condenada ao afogamento, para que afundasse definitivamente. Era uma pena capital terrível, infame

e vergonhosa, na qual não se podiam conceber reavivamento e ressurgimento. Por mais grave que fosse essa punição, ela era mais leve e melhor que o fogo do inferno previsto para os sedutores.

A expressão “um desses pequeninos” refere-se a pessoas presentes. A suposição de que uma criança tenha estado no meio do grupo não é forçosa. A palavra não se refere a crianças, mas a “iniciantes na fé”, em comparação com membros mais antigos do grupo de discípulos. A diferença entre grandes e pequenos discípulos de Jesus corresponde aos fortes e fracos em Paulo (cf. Rm 14.1-15; 1Co 8.7-13; 9.22; 12.22). Dentro do grupo de discípulos há grandes, que estão avançados na maturidade da fé ou em dons e tarefas vocacionais em relação aos outros, e há os que ficam para trás. Os pequenos e humildes estão especialmente expostos ao perigo de serem prejudicados em sua vida de fé ou até mesmo de ser lançados à descrença e ao pecado pela dominação e pelo desamor dos grandes. O Senhor demanda dos discípulos que tenham consideração amorosa pelos pequeninos, para que não soçobrem em sua vida de fé ainda debilitada. Os discípulos do Senhor que ainda estão fracos na fé precisam experimentar uma dose especial de amor por parte dos grandes e fortes de seu grupo de discípulos.

Portanto, é muito fácil causarmos um tropeço aos iniciantes na fé, aos pequenos, por meio de desamor, desconsideração, orgulho, falta de atenção, indiferença e frieza no comportamento, bem como por falso zelo, de modo que duvidem da “própria verdade”, precisamente pela *culpa dos representantes da verdade*. O Senhor antevê assim que futuramente estes discípulos “falhos” estragarão de milhares de maneiras os inícios de sua sementeira. A tais pessoas, porém, que assim irritarem os pequeninos na fé, ou seja, que os lançarem na desgraça, o Senhor chama de infelizes em grau máximo.

Mais importante que todos os conhecimentos é o amor, que se empenha em não prejudicar a alma de ninguém.

b) Exortação de perdoar os pecados – Lc 17.3b-4

3b – Se teu irmão pecar contra ti, repreende-o; se ele se arrepender, perdoa-lhe!

4 – Se, por sete vezes no dia, pecar contra ti e, sete vezes, vier ter contigo, dizendo: Estou arrependido, perdoa-lhe!

O contrário de “causar escândalo” é amar. Para não ser motivo de tropeço não apenas precisamos deixar de fazer algo, mas também fazer algo. Cumpre amar sem limites. Aqui *repete-se* em outra formulação o que o Senhor afirma em Mt 18.15,21s. Conforme a passagem de Mateus, o Senhor ordena que se questione ou convença o irmão (Mt 18.15). O termo *epitimo* = “confrontar” usado no texto original de Lucas ordena um punir ou repreender. De forma alguma se trata de uma contradição, porque segundo o teor de ambas as passagens devemos ajudar o pecador a se “converter”. A punição fraterna como dever do amor foi formulada já em Lv 19.17s. Punir com sinceridade e amor se opõe ao ódio e desprezo do coração, e ainda mais à falsidade, que cria uma maldosa difamação por trás das costas do irmão (cf. Pv 27.5s). Jesus não demanda condenação judicial, mas uma reprimenda *fraterna*, uma ajuda com toda a longanimidade e amor, que visa o melhor (cf. 1Ts 5.14). Quando uma correção assim leva a uma humilde confissão de culpa, não se deve negar o perdão. Não se fala de tolerar e silenciar. Amor fraterno autêntico diz a verdade, sem fraqueza e falsa proteção, combatendo o perigo de que se alastre o pecado.

Nesse ensinamento de Jesus cruzam-se, portanto, *a sabedoria e o amor*: Primeiramente a sabedoria *crítica*. Depois, quando a repreensão foi aceita, o amor *perdoa*. Então se cumpre o mandamento de Jesus: “Acautelai-vos!” Não pode vigorar o argumento: “Acaso sou eu tutor de meu irmão?” [Gn 4.9]. Somos responsáveis uns pelos outros.

É instrutivo comparar esse preceito para o convívio pessoal dado pelo Senhor com a ordem de Mt 18.15-18, que vigora para o exercício da disciplina comunitária. Lucas não fala dos três estágios da correção como Mateus, mas somente de um diálogo entre pecador e conselheiro. Uma *pessoa sozinha*, porém, não tem permissão de fazer o que cabe a uma igreja, a saber, excluir como pecador um irmão de fé impenitente. Enquanto uma igreja como tal pode exigir provas da autenticidade do arrependimento em nome do Senhor, o irmão individual precisa limitar-se a permitir que a pessoa caída em pecado *retorne* para ele. Toda vez que alguém diz “Estou arrependido”, ainda que seja sete vezes ao dia, precisa haver a disposição de perdoar. À pergunta de Pedro, se basta perdoar sete vezes, Jesus responde que ele deve perdoar setenta vezes sete (cf. Mt 18.22). De acordo com os estatutos do Talmude (*Babil. Joma* f. 86,2), é possível perdoar somente três vezes, e não com frequência maior. O

Senhor recorre à locução bíblica “sete vezes ao dia” (Pv 24.16; Sl 119.164) a fim de expressar assim a disposição permanente de perdoar, como na resposta dada a Pedro.

c) O pedido dos apóstolos pelo aumento da fé – Lc 17.5s

5 – Então, disseram os apóstolos ao Senhor: Aumenta-nos a fé!

6 – Respondeu-lhes o Senhor: Se tiverdes fé como um grão de mostarda, direis a esta amoreira: Arranca-te e transplanta-te no mar; e ela vos obedecerá.

Enquanto os discípulos em geral se dividiam por orgulho e rivalidade, agora expressam unanimemente o pedido pela concessão da fé. É a única que vez que os evangelhos informam a respeito de um pedido tão unânime dos discípulos. Como tantas vezes, Lucas chama Jesus “o Senhor” (Lc 7.13; 22.61), a fim de salientar a perspectiva pela qual seus apóstolos o viam quando se sentiram impelidos a aproximar-se dele com a solicitação.

O pedido dos apóstolos diz literalmente “acrescenta-nos fé”, mas não “Acrescenta-nos *a* fé!” Toda vez que a fé é citada sem artigo (cf. Mc 4.40; 11.22; At 14.9), não se trata da fé que torna bem-aventurado, como nas passagens em que se usa “a fé” (Lc 18.8 At 15.9; 16.5). A fé na salvação não pode ser concedida em parcelas. Os discípulos solicitam, como mostra claramente a resposta de Jesus, não o aumento ou fortalecimento da fé salvadora em Deus ou em sua pregação, mas força de fé e autoridade de fé que Deus queira acrescentar ao agir e ao procedimento deles. Paulo designa essa fé de dom da graça para a vida e o florescimento da igreja (1Co 12.9; 13.2; cf. Rm 12.3,6). Os discípulos e apóstolos há muito haviam dado provas desse dom da fé (Lc 9.6; 10.17-20), mas igualmente tiveram de experimentar um fracasso desse dom (Lc 8.25; 9.40s).

A resposta do Senhor ao desejo dos discípulos de que sua fé fosse fortalecida como dádiva de fé evoca duas passagens do evangelho de Mateus (Mt 17.20; 21.21). A expressão ocorre pela primeira vez na cura do moço lunático, ao qual os discípulos foram incapazes de curar. Depois ela é citada quando a figueira condenada por Jesus seca, ocasião em que é mencionada também por Marcos 11.23. Em ambas as passagens a realização daquilo que é impossível para a força humana é comparada com o deslocamento de montanhas. Ainda mais do que pela referência à montanha, a ilustração do sicômoro usada pelo Senhor destaca que até mesmo a fé em forma de grão de mostarda realiza feitos admiráveis e a princípio impossíveis no mundo natural. Pelo fato de que o pedido dos apóstolos por eficácia do dom da fé talvez tivesse por fundamento uma busca ávida por cumprimento meritório da vocação, o Senhor apresenta-lhes, como instrução adicional, a parábola do servo lavrador.

Em resumo: Jesus visa dizer que importa não a quantidade da fé, mas a verdadeira essência da fé como dom. É decisivo para a essência do dom da fé se ela foi ativada pelo Espírito ou se tenta atuar com força própria. A fé gerada pelo Espírito vê possibilidades quando a razão já não as vê, a fim de afastar o *empecilho* para a construção do reino de Deus (replantar o sicômoro em lugar distante) e transformá-lo em instrumento para a construção do reino de Deus (plantar a árvore na areia do mar). Essa fé começa quando contamos com aquilo que o Senhor realiza, com aquilo de o Senhor é capaz, quando nos apegamos a ele. Quem, pois, quiser praticar essa fé, aprenda a manter o olhar permanentemente fixo nos interesses de seu Senhor. Para alcançar interesses próprios não existe fé. Somos tão somente servos, escravos *desse* Senhor do reino (cf. Comentário Esperança, Mateus, Mt 20.26, p. 341ss).

É dessa atitude de serviço de um escravo que falarão agora os v. 7-10.

d) A parábola do empregado servidor – Lc 17.7-10

7 – Qual de vós, tendo um servo ocupado na lavoura ou em guardar o gado, lhe dirá quando ele voltar do campo: Vem já e põe-te à mesa?

8 – E que, antes, não lhe diga: Prepara-me a ceia, cinge-te e serve-me, enquanto eu como e bebo; depois, comerás tu e beberás?

9 – Porventura, terá de agradecer ao servo porque este fez o que lhe havia ordenado?

10 – Assim também vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer.

Muitas vezes alegou-se que essa parábola não tem nenhuma relação com o texto anterior. No entanto, uma apreciação minuciosa dos quatro discursos doutrinários do Senhor revela que essa parábola forma uma boa conclusão do todo. A breve parábola, pertencente ao material exclusivo do

evangelho de Lucas, revela uma grande sabedoria pedagógica e psicológica que Jesus devotou a seus discípulos. Mencionando o sicômoro ele lhes mostrara que não importa a fé *vigorosa*, e sim a *essência interior* da fé. Até mesmo quando existe uma pequena fagulha de fé, ela é capaz de realizar o mais difícil, o que normalmente é impossível, demonstrando uma força que derrota o mundo. Jesus teve de explicar aos apóstolos que esse tipo de fé de forma alguma constitui mérito do ser humano. Jesus ilustra essa verdade do total desmerecimento “da fé” por meio da parábola do criado servidor.

Um escravo desse tipo era totalmente dependente de seu patrão e rigorosamente obrigado a executar a tarefa com obediência cega. Em troca do trabalho o escravo vitalício tinha somente direito à comida e bebida, a fim de poder labutar.

Digno de nota é que o serviço dos servos de Deus está sendo apresentado nesta parábola mediante a dupla ilustração do *trabalho na lavoura* e do *pastoreio*. No v. 7 é dito: “Quem tem... um servo que lavra ou cuida do rebanho?” Também Paulo cita essa forma diversas vezes (cf. 1Co 9.7-12; 1Tm 5.18; 2Tm 2.6), do mesmo modo como os evangelhos também usam a figura da colheita (Lc 10.2; Jo 4.38) e do pastoreio (Jo 10.9; 21.15; cf. Lc 12.32). Isso assinala o lado pesado e o lado fácil do trabalho apostólico. Todo discípulo deve executar fiel e pacientemente o trabalho que lhe foi imposto.

Jesus pergunta se o patrão agradece ao servo por ter executado tudo de que foi incumbido. A narrativa da parábola responde a cada uma das perguntas com “não”. Esse “não” de Jesus, porém, de forma alguma sanciona a atitude de jamais agradecer a um servo pelos serviços executados. Não, a questão é tomada assim como acontece na realidade, i. é, Jesus visa explicitar uma idéia bem específica por meio dessa parábola do criado servidor.

A frase final da parábola “Somos servos dispensáveis, porque apenas fizemos a obrigação que nos cabia realizar” esmaga toda a suposição de mérito pelo agir do servo. Cumpre notar que não é Jesus ou o Senhor na parábola que avalia os servos como servos inúteis, mas que essas palavras representam um testemunho dos próprios servos a respeito de si mesmos. Ainda que de resto Jesus chame seus discípulos “amigos” (Jo 15.14s), eles não obstante permanecem na humilde posição de servo diante de seu Senhor. Até no Apocalipse o título de servos de Deus ou de Jesus Cristo constitui a mais elevada honra para os filhos de Deus (cf. Ap 1.1; 7.3; 19.5; 22.3).

A derivação do termo grego *achreios*, de *chreia échein* = “carecer, ter necessidade” leva ao sentido de “dispensável”. Em consonância, os servos declaram-se “servos dispensáveis”. Essa é a mentalidade correta.

Em resumo: a idéia básica desta parábola é que todo recurso, toda confiança e todo apoio na *realização própria* são condenados. Tudo é pura graça. O juízo de Jesus sobre a obra do servo de Cristo aniquila plena e cabalmente o farisaísmo, apagando de maneira radical qualquer pensamento meritório por parte do ser humano e qualquer compromisso e obrigação de Deus perante o ser humano.

Um comentarista opina que “essa exortação não poderia ser dirigida, como mostra o v. 1, aos *discípulos*, porque possui expressamente a finalidade de combater o pensamento farisaico do mérito, da realização e da reivindicação de direitos.” Contudo, Jesus na verdade também exortou os apóstolos a se precaverem contra o fermento dos fariseus. E a parábola dos “trabalhadores chamados à vinha em horas diferentes do dia”, que contém a mesma idéia central dos v. 7-10, igualmente dirige-se aos discípulos (Mt 20.1ss). A pergunta de Pedro após a saída do jovem rico (Mt 19.27) “Que receberemos nós em troca?” mostra de modo cabal que esse perigo sempre existe para os crentes. O orgulho apega-se automaticamente, como um verme roedor, à raiz da obediência da fé.

É tão fácil surgirem demandas secretas e presunção oculta quando nos empenhamos com zelo e sucesso no serviço do Senhor. – Somos e não deixamos de ser servos, dos quais ele não precisa, mas que precisam dele!

Cabe notar, no entanto, a diferença entre um escravo do senhor terreno e o escravo do Senhor celestial. Naquele a disposição de servir é obrigatória, em nós ela é ditosa permissão. Lá é “deves”, aqui é “quero, posso”. Lá a lei, aqui a ação voluntária. Lá um patrão severo, muitas vezes egoísta. Aqui o mais benigno dos patrões, o Senhor, que ama seu servo de modo tão indizível que entregou a vida em favor dele. “Onde existe tal Senhor, que me dá tudo como Jesus, que redime de morte e pecado, com seu precioso sangue?”

O conceito da escravidão traz consigo também a idéia da servidão vitalícia (Lv 25.44-46). O escravo já não é senhor de si como no passado, quando ainda era livre. Pertence ao patrão de corpo e alma.

Os crentes, uma vez redimidos, tornaram-se o povo da propriedade (1Pe 2.9). São fundamentalmente propriedade de corpo e alma, mas carecem constantemente da exortação de entregar os corpos em sacrifício (Rm 12.1).

C. As últimas experiências de Jesus no percurso da Galiléia para Jerusalém – Lc 17.11-19.27

O fato de o evangelista relatar que Jesus circulara entre a Samaria e a Galiléia significa que durante a peregrinação ele se deteve por certo tempo na divisa entre as duas regiões. A passagem por essa área de fronteira torna compreensível que entre os dez leprosos houvesse nove judeus e um samaritano. A menção de Jerusalém, destino da viagem, permite reconhecer por que Jesus optou por esse caminho. Uma ligação do v. 11 com Lc 9.51-56 mostra nitidamente que o Senhor pretendia alcançar Jerusalém, alvo de sua vida na terra, saindo da Galiléia pela trajetória mais curta, que passava pela Samaria. Porém, diante do fato de que a primeira aldeia samaritana lhe negou a acolhida, ele optou pelo trajeto alternativo. Peregrinou pela divisa dos dois territórios tribais, a fim de cruzar o rio Jordão e evitar passar pela Samaria. É provável que o Senhor tenha atravessado o passo do Jordão em Citópolis, a fim de, chegada a hora, aderir à grande caravana de romeiros que subia de Jericó para Jerusalém. Como a festa da Páscoa, para a qual Jesus pretendia estar em Jerusalém, ainda não estava tão próxima, ele permaneceu certo tempo além do Jordão, na Peréia. O ultimo bloco do relato de viagem de Lucas conduz até Betânia, às portas de Jerusalém.

1. A cura de dez leprosos – Lc 17.11-19

A cura milagrosa aqui relatada pertence ao material exclusivo do evangelho de Lucas. O mais importante na cura dos dez leprosos é a circunstância de que nove israelitas foram ingratos, mas um samaritano se mostrou agradecido.

a) A cura dos leprosos – Lc 17.11-14

- 11 – De caminho para Jerusalém, passava Jesus pelo meio de Samaria e da Galiléia.**
- 12 – Ao entrar numa aldeia, saíram-lhe ao encontro dez leprosos,**
- 13 – que ficaram de longe e lhe gritaram, dizendo: Jesus, Mestre, compadece-te de nós!**
- 14 – Ao vê-los, disse-lhes Jesus: Ide e mostrai-vos aos sacerdotes. Aconteceu que, indo eles, foram purificados.**

Segundo a construção da frase do texto original Jesus deve ter passado pela divisa entre a Samaria e a Galiléia de modo que tinha à direita a Samaria, e ao lado esquerdo a Galiléia. Percorreu as regiões de fronteira de ambas as províncias.

O sofrimento comum havia reunido os nove leprosos judeus e o leproso samaritano na divisa.

Os homens leprosos que se depararam com Jesus permaneceram parados a considerável distância. Como impuros tinham a obrigação, segundo a lei, de conservar certa distância das pessoas (Lv 13.45s; Nm 5.2s). Imediatamente os leprosos reconheceram Jesus, talvez por causa de um encontro anterior ou da notícia trazida pelos moradores da aldeia de que ele também curava leprosos (cf. Lc 5.12-16; 7.22). De longe exclamaram o nome e o título dele, rogando que tivesse compaixão deles. Tão logo Jesus lhes deu atenção por causa de seus altos gritos, avistando-os, deu-lhes a instrução de que se mostrassem aos sacerdotes. A razão de falar em sacerdotes no plural talvez seja que judeus e samaritanos tivessem sacerdotes diferentes. Conforme a lei, um leproso livre de seu sofrimento tinha de apresentar-se ao sacerdote, para que este o declarasse puro, a fim de voltar a ser acolhido na comunhão teocrática do povo. À instrução do Senhor de mostrarem-se aos sacerdotes estava associada a promessa de que ao chegar até os sacerdotes estariam libertos de seu mal. A obediência à ordem recebida confirma a confiança deles na promessa implícita. A execução da instrução do Senhor foi recompensada, pois eles foram purificados tão logo se puseram a caminho dos sacerdotes.

b) O samaritano agradecido – Lc 17.15-19

- 15 – Um dos dez, vendo que fora curado, voltou, dando glória a Deus em alta voz.**
- 16 – E prostrou-se com o rosto em terra aos pés de Jesus, agradecendo-lhe; e este era samaritano.**

17 – Então, Jesus lhe perguntou: Não eram dez os que foram curados? Onde estão os nove?

18 – Não houve, porventura, quem voltasse para dar glória a Deus, senão este estrangeiro?

19 – E disse-lhe: Levanta-te e vai; a tua fé te salvou.

Os nove judeus que consideraram sua cura como algo natural prosseguiram a caminhada até o sacerdote. O décimo, um samaritano, profundamente tomado pelo sentimento de ser indigno, entendeu sua cura como dádiva, por causa da qual se sentiu impelido a agradecer de coração. A volta do samaritano não aconteceu somente depois de ser declarado puro pelo sacerdote, mas no momento em que constatou que sua lepra havia desaparecido.

Jesus expressa diante dos discípulos e do entorno sua surpresa com o fato de que, de todos os dez curados, somente esse único “estrangeiro” retorna e dá glórias a Deus. Dessa pergunta ressoa um tom de lástima pela ingratidão que os nove judeus curados manifestaram. A caminho de Jerusalém, particularmente em vista do que o esperava na “cidade santa”, esse episódio, a ingratidão dos judeus e o agradecimento do samaritano, certamente comoveu o coração do Senhor.

O Senhor declarou ao samaritano agradecido que jazia a seus pés: “Levanta-te e vai; a tua fé te salvou!” (cf. Lc 7.50). Ao se prostrar diante do Redentor, o samaritano entregou-se como oferta de gratidão: sou teu, quero que disponhas de mim. Jesus lhe assegura: “Tua fé te salvou”. Na verdade és um estranho e não pertences ao povo, que está de posse da revelação plena de Deus, mas tens a fé certa, ainda que os judeus não te reconheçam como ortodoxo. Vai nessa fé! Se nenhum ser humano pretende dar testemunho a ti de que estás no caminho certo, acabaste de recebê-lo de Deus. Tão certo como tua fé te salvou da lepra, ela também continuará trazendo a redenção até que chegues salvo ao destino.

Na presente história vemos, para concluir, que a desgraça é capaz de estabelecer comunhão entre pessoas na realidade separadas, hostis entre si. Os leprosos judeus da Galiléia haviam aceito o samaritano prontamente em seu grupo. Quando retorna o bem-estar, a união parece cessar.

Todos haviam experimentado ajuda exterior, mas somente um deles a cura da alma, aquele que agradeceu. Dessa forma cumpre-se o Salmo 50.23. “Cabe maravilhar-se de duas coisas: o persistente amor de Deus apesar da ingratidão dos humanos, e a persistente ingratidão dos humanos apesar do amor de Deus.”

2. A vinda do reino de Deus – Lc 17.20-37

João Batista já havia proclamado a vinda iminente do reino de Deus (cf. Mt 3.2; Jo 1.26). Jesus confirmou essa mensagem por meio de palavras e obras (Lc 16.16). Ele era o médico de seu povo, purificava os leprosos e acolhia em seu reino de graça a todos os que buscavam e tinham fé.

O discurso aqui relatado inicialmente rejeita a pergunta tola dos fariseus pelo verdadeiro reino de Deus, pois ignoravam seu começo inexpressivo (Lc 17.20s).

Na continuação Jesus ensina seus discípulos acerca da revelação “futura” do reino de Deus, agora oculto (v. 22-37). Esse ensinamento demonstra que após os atuais “dias do Filho do Homem” seu dia há de se manifestar e ser reconhecido com glória e toda a majestade.

a) Um breve diálogo de Jesus com os fariseus – Lc 17.20s

20 – Interrogado pelos fariseus sobre quando viria o reino de Deus, Jesus lhes respondeu: Não vem o reino de Deus com visível aparência (ou, que o possamos observar).

21 – Nem dirão: Ei-lo aqui! Ou: Lá está! Porque o reino de Deus está dentro de vós (ou, no meio de vós).

O diálogo de Jesus com os fariseus pertence à tradição exclusiva de Lucas. Não se pode detectar a correlação da pergunta dos fariseus com o tema anterior. A pergunta dos fariseus alicerçava-se sobre um conceito bem formal do reino divino, que para eles na verdade deve ser equiparado ao “reino messiânico”. Eles imaginavam a vinda do reino de Deus, ou seja, do “reino messiânico”, como um acontecimento histórico súbito, exteriormente grandioso, que poderia ser verificado com precisão como expectador.

Buscando ouvir dos lábios de Jesus *quando* o reino messiânico ardentemente esperado começaria na opinião dele, os fariseus certamente não buscavam saber a data exata em que este episódio ocorreria, mas queriam ouvir em que acontecimentos históricos ou fenômenos naturais se reconheceria o começo da soberania de Deus.

Jesus rejeita como errada a concepção terrena do reino do Messias. O reino de Deus não vem *metà parateréseos*, i. é, de maneira perceptível, no sentido de uma minuciosa observação dos fenômenos, comparável ao diagnóstico dos médicos, nem com base em cálculos astrológicos. Não! – O reino de Deus introduz-se também de um modo não-visível.

A continuação da resposta de Jesus é: “Tampouco se dirá nem se poderá dizer: Eis, está aqui ou acolá, porque eis, o reinado de Deus está presente no meio de vós!” Uma vez que isso não foi dito a ouvintes crentes e discípulos, mas aos *fariseus*, em cujo coração era governado não por Deus, mas por coisas muito diferentes (Lc 11.39,44; 12.1), o “no meio de vós” só pode ser interpretado como o reino de Deus está presente *na pessoa de Jesus e de seus seguidores* “em vosso entorno, nas cercanias mais próximas de vós”. No entanto, para reconhecer Jesus como representante do reino de Deus é preciso ter fé, i. é, estar interiormente pronto para reconhecer a Jesus como o Messias, como o Filho de Deus. Com essa declaração de fé na pessoa de Jesus acontece concomitantemente a percepção da característica espiritual interior do reino de Deus – que não tem absolutamente nada a ver com um reino terreno do Messias. Os fariseus deveriam empenhar-se para constatar e reconhecer isso, ao invés de perguntar por sinais com base nos quais seria possível perceber de antemão a revelação e o pleno desdobramento do governo de Deus.

Também hoje há muitos cristãos que têm um conhecimento muito preciso da data e da interpretação dos fatos do fim dos tempos, sabendo falar pronta, segura e persistentemente deles. Ao ilustrar o futuro do reino messiânico com cores terrenas, os fariseus daqueles dias omitiam completamente o tempo presente. Ignoravam totalmente aquilo que já estava extraordinária e inigualavelmente em seu meio na pessoa de Jesus.

Eichhorn formulou isso do seguinte modo: “Com a vinda do reino de Deus os fariseus esperavam uma poderosa reviravolta das circunstâncias e situações. O Messias, o segundo Davi, então se assentará sobre o trono (Is 9.5). Seu reino assume o lugar dos reinos deste mundo. O povo de Deus recebe o domínio (Dn 7.27). Não se pisará nem se lavrará mais sobre ele (Mq 3.12; Sl 129.3). – O ser humano em sua cegueira natural anseia por condições melhores, não porém pela melhora do coração. Visa uma nova realidade, não porém um novo pensamento. Por meio dos profetas Deus prometeu ambas as coisas: o reinado de seu Ungido e, com ele, de seu povo, e uma radical transformação, purificação e renovação interior (Jr 31.33s; Ez 36.25-27). Primeiramente lança um bom alicerce. Não constrói a casa de seu reinado em um pântano. Por essa razão ele a erige primeiramente no oculto do coração. Cria algo novo bem no fundo. Depois faz com que seu reino também se manifeste visivelmente. Por meio da pessoa do Senhor Jesus ele se instalou de forma bem despercebida. Os fariseus esperavam uma grande catástrofe mundial. Ignoravam o que já ocorria em seu meio. Transformação e libertação interiores do domínio do pecado não eram objetos de anseio para eles. Não tinham necessidade disso.” – Até aqui a exposição de Eichhorn.

Como acaba de ser assinalado por Eichhorn, persiste inabalável também para os verdadeiros cristãos que o reinado de Deus é um reino pelo qual temos de esperar. A vinda do governo de Deus é e continua sendo o grande alvo da fé cristã. Trata-se de um reino que não irrompe, como pensam os fariseus, de fora, mas que cresce aos poucos a partir de dentro rumo à grande revelação de Deus, visível para toda a humanidade.

Jesus teve de lembrar os fariseus de algo que eles não sabiam: a natureza *espiritual* do reino. E para testemunhar e anunciar a outra faceta do reino de Deus, isto é, a gloriosa e eterna *manifestação exterior* do reino de Deus, ele passa a voltar-se para seus discípulos. Ele só consegue falar de modo frutífero sobre sua futura manifestação em glória com aqueles que já possuem algo da vida espiritual.

b) O ensinamento de Jesus a seus discípulos sobre a aparição do reino de Deus – Lc 17.22-37

A correlação desse discurso com a pergunta anterior dos fariseus é muito flagrante. Lucas não usou como fonte, conforme defendem alguns críticos, o grande discurso sobre o futuro em Mateus 24. A presente instrução do Senhor contém três idéias principais: 1) Antes da aparição do Filho do Homem para estabelecer seu reino Jesus sofrerá muitas coisas e será rejeitado por seu povo. 2) Ao vir para edificar seu reino, o mundo continuará vivendo despreocupadamente. 3) Com sua vinda irrompe o juízo sobre o mundo seguro de si.

A primeira idéia mencionada, de que o Filho do Homem terá de sofrer e ser rejeitado, constitui a peculiaridade desse discurso. Ela está estreitamente relacionada com a pergunta dos fariseus, e também se reveste de importância para o conteúdo de todo o discurso. A idéia dos fariseus acerca da iminente instalação do reino de Deus como um poder terreno era acalentada também pelos

discípulos. Por isso foram tão incapazes de captar o anúncio de Jesus sobre sua paixão e morte a ponto de pouco antes da paixão os filhos de Zebedeu ainda solicitarem uma posição de honra em seu reino (Mt 20.20s; Mc 10.35-37). Os discípulos até mesmo perguntaram ao Senhor após a ressurreição se ele estabeleceria o reino de Israel naquela ocasião (At 1.6) ou não. Aos fariseus Jesus explicou sucintamente que seu reino possui característica intelectual e interior, e não chega como um reino terreno, porque eles não entendiam os ensinamentos pormenorizados. Os discípulos, aos quais cabia anunciar o reino de Deus entre os povos, careciam de um ensinamento mais preciso.

A grande escatologia em Mt 24 foi motivada pela pergunta acerca da destruição do templo. As tentativas de explicar esses dois discursos como diferentes versões do *mesmo* discurso do Senhor baseiam-se em um duplo equívoco: 1) Jesus falou não apenas uma vez, mas várias vezes sobre sua volta como consumação visível de seu reino. 2) As fontes dos evangelistas não são compilações de fontes em que a verdade foi turbada. O conteúdo e a constituição dos dois discursos não oferecem apoio para isso. A necessidade da paixão de Jesus para a vinda do reino de Deus não é mencionada em Mt 24 e Lc 21. No discurso de Lc 17 não há nenhuma alusão à destruição do templo e de Jerusalém. Cada um dos dois sermões tem sua própria estrutura de pensamento adequada e organizada, em consonância com o ensejo que o originou.

A instrução de Jesus aos discípulos sobre a expectativa errada e certa do dia do Filho do Homem – Lc 17.22-25

22 – A seguir, dirigiu-se aos discípulos: Virá o tempo em que desejareis ver um dos dias do Filho do Homem e não o vereis.

23 – E vos dirão: Ei-lo aqui! Ou: Lá está! Não vades nem os sigais!

24 – Porque assim como o relâmpago, fuzilando, brilha de uma à outra extremidade do céu, assim será, no seu dia, o Filho do Homem.

25 – Mas importa que primeiro ele padeça muitas coisas e seja rejeitado por esta geração.

O Senhor apenas havia asseverado que o reino de Deus já estava presente no meio deles por meio de sua própria pessoa, quando também se lembrou da prerrogativa de seus discípulos, que já haviam sido acolhidos nesse reino. Esse indício de forma alguma desconsidera a manifestação *definitiva, gloriosa, exterior* do reino, que abarca toda a terra. A expectativa da iminente aparição do reino messiânico, que tanto os discípulos quanto os fariseus acalentavam, é considerada por Jesus como um erro. Da afirmação de que o reino de Deus já teria chegado os discípulos poderiam tirar a conclusão de que o rei desse reinado sempre ficaria com eles. O Senhor apressou-se em preparar os seus para os tempos mais difíceis. São lembrados de que sob a pressão de numerosas tribulações eles ansiarão por um dia do Filho do Homem. Jesus não está dizendo que eles deveriam ter saudade de um dia de sua vida na terra, mas que eles aguardem ansiosamente a manifestação do Glorificado com grande poder e glória. Uma tribulação jamais havida intensifica o anseio de redenção por meio da aparição do Messias prometido, de modo que surgirão boatos de sua aparição e espíritos impuros se aproveitarão da expectativa dos crentes para se apresentarem como o Messias e seduzir os discípulos (cf. Mt 24.23-27; Mc 13.21s). Jesus adverte os seus a não se deixarem atrair por nenhuma satisfação falsa da saudade por ele. Não devem permitir ser desviados do caminho da paciência e da fé por meio da exclamação: “Eis ali, vejam aqui!”, nem perseguir com zelo um alvo falso.

Jesus adverte os discípulos para que não dêem ouvidos aos espíritos mentirosos e aos boatos. Os boatos de que o Senhor estaria ali ou acolá não merecem crédito. O retorno do Filho do Homem não é acontecimento oculto, mas ocorre perante toda a humanidade. O Senhor compara sua vinda com o relâmpago. Jesus há de aparecer do céu “no seu dia”, em todos os lugares da terra, súbita e visivelmente e com glória de rei.

O v. 23 parece conflitar com o v. 21. O v. 23 reza: “E vos dirão: Ei-lo aqui! Ou: Lá está! Não vades nem os sigais! O v. 21 diz: “Nem dirão: Ei-lo aqui! Ou: Lá está! Porque o reino de Deus está dentro de vós!” Uma análise mais minuciosa não permite constatar nenhuma contradição.

O v. 21 se refere ao reino *intelectual*, cuja vinda não pode ser percebida e anunciada, ao passo que no v. 23 se fala do reino de Deus visível no futuro, cuja aparição está sendo anunciada erroneamente. – O versículo subsequente diz por que todas essas notícias serão necessariamente falsas.

“Suas aparições milagrosas depois da ressurreição, por trás de portas trancadas, constituem o prelúdio dessa última vinda. Contudo, para retornar dessa maneira, ele precisa ausentar-se e ter sido repellido. É isso que recorda o v. 25. Essa geração somente pode referir-se a contemporâneos judaicos

do Messias. Será consumada a ruptura já iniciada entre Israel e seu Messias presente, e a rejeição do Messias por parte de seu povo terá por consequência o distanciamento de sua pessoa e a invisibilidade de seu reino durante toda uma era. De acordo com Lucas 13.35 esse período somente terminará com a conversão de Israel. Durante sua vida terrena Jesus não sabe quanto tempo durará essa incredulidade de Israel. Em contraposição, ele sabe e proclama que esse período de tempo, no qual o mundo não o verá mais, desembocará em uma condição bem materialista e exterior das coisas (v. 26-30), que somente sua vinda será capaz de terminar” (Godet). Para os crentes, porém, vale até o fim: andar na fé! Ditosos são os que não vêem e, não obstante, crêem.

Exemplos de tempos antigos como prelúdios do dia do Senhor – Lc 17.26-30

26 – Assim como foi nos dias de Noé, será também nos dias do Filho do Homem:

27 – comiam, bebiam, casavam e davam-se em casamento, até ao dia em que Noé entrou na arca, e veio o dilúvio e destruiu a todos.

28 – O mesmo aconteceu nos dias de Ló: comiam, bebiam, compravam, vendiam, plantavam e edificavam.

29 – Mas, no dia em que Ló saiu de Sodoma, choveu do céu fogo e enxofre e destruiu a todos.

30 – Assim será no dia em que o Filho do Homem se manifestar.

Na seqüência, com base em dois exemplos históricos do passado e em três acontecimentos da vida cotidiana (veja abaixo), o Senhor assinala os pontos decisivos em sua volta. “Como foi nos tempos de Noé.” “Como foi nos tempos de Ló... assim também aconteceram naquele dia, quando o filho do homem for manifesto.” E qual é o ponto de correlação? É a *impiedade* dos humanos, porque ao comer, beber, casar, comprar, vender, plantar e construir serviram somente ao mundo e não se preocuparam com Deus (Cf. Comentário Esperança, Mateus, Mt 24.37-39, p. 398s).

No primeiro exemplo (o caso de Noé), a atividade cotidiana consiste em comer, beber, casar e dar-se em casamento, no segundo exemplo (no tempo de Ló) em comprar, vender, plantar e edificar. Mateus menciona somente o exemplo de Noé (Mt 24.37s).

Nada de particularmente mau é relatado sobre aquelas pessoas, somente atividades da vida diária. Arrolam-se: comer, beber, casar, coisas que afinal são necessárias para que a humanidade possa continuar existindo. Nos tempos de Noé e Ló aconteceu o mesmo. Por que isso é citado dessa forma? Porque essas pessoas pensaram única e exclusivamente na imanência, e porque todas as necessidades estiveram direcionadas somente para a vida natural. Desse modo serviram apenas a si mesmos. Viveram unicamente para o tempo terreno. Deus e o mundo transcendente estavam fora de seu pensamento e empenho.

De acordo com os relatos do AT, o dilúvio (Gn 6.2-7) e o desaparecimento de Sodoma (Gn 18.20;19.4-11) aparecem como condenação por terríveis transgressões libidinosas. Por isso alguns exegetas concluem desses dois exemplos (Noé e Ló) que a sensualidade constituiu o pecado principal das pessoas castigadas naquela ocasião. Esse pecado retornaria nos últimos tempos. Na última era do mundo as grandes culturas urbanas dos tempos de Ló ressurgiriam numa dimensão máxima jamais ocorrida.

Então, quando o Senhor for manifesto do céu com sua glória naquele dia (cf. 1Co 1.7; 2Ts 1.7; Cl 3.4; 1Pe 4.13), o juízo incidirá sobre o mundo afundado em sensualidade e impiedade, de acordo com a tipologia do juízo de dilúvio e fogo (cf. 2Pe 2.6; Jd 7) na época de Noé e Ló.

A vigilância para a salvação no dia do Senhor – Lc 17.31-33

31 – Naquele dia, quem estiver no eirado e tiver os seus bens em casa não desça para tirá-los; e de igual modo quem estiver no campo não volte para trás.

32 – Lembrai-vos da mulher de Ló!

33 – Quem quiser preservar a sua vida perdê-la-á; e quem a perder de fato a salvará.

Quem tenta preservar a vida no retorno do Senhor, perde-a, e quem a perde ou larga, assegura para si a vida eterna. Por meio desse dito de duas partes, que reaparece em seis variações distintas (Mt 10.39; 16.25; Lc 9.24; Mc 8.35; Lc 17. 33; Jo 12.25), destaca-se vigorosamente a idéia principal dos vv. 31-33. – A idéia fundamental é: tentar salvar a vida significa apegar-se interiormente a qualquer coisa. Dessa maneira perdemos nossa vida verdadeira, a salvação, e permanecemos para trás com o mundo.

Perder sua vida significa largar tudo, a própria vida, soltar-se interiormente de tudo, despedindo-se de si mesmo a cada instante decisivo e dizendo sim à vontade e ao propósito de Deus. Esse é o único remédio para alcançar a vida verdadeira.

Na época em que o Senhor voltar, os discípulos não somente sofrem ameaças de catástrofes naturais, mas também tentações que podem seduzir para a apostasia e a negação da verdade (cf. Lc 18.8; 21.24-36; Mt 24.21-24).

Portanto, a fuga precipitada para a qual o Senhor aconselha não visa preservar a vida natural, mas redimir a alma para a vida eterna. Na última decisão por ocasião da vinda do Senhor importa segurar a vida eterna. Agora Jesus confere um sentido mais profundo a suas palavras! Enquanto até o momento falou do perigo dos totalmente seguros e despreocupados (v. 26-30), ele explica agora, apontando para a mulher de Ló, que também aos discípulos pode suceder o mesmo infortúnio. Assim como a mulher de Ló tinha dado o primeiro passo a fim de escapar da iminente destruição, mas ficou parada no meio do caminho da salvação, assim também os discípulos, que já agarraram a salvação, são ameaçados por essa desgraça se não forem absolutamente sérios em sua decisão.

A separação no dia da decisão – Lc 17.34-37

34 – Digo-vos que, naquela noite, dois estarão numa cama; um será tomado, e deixado o outro.

35 – Duas mulheres estarão juntas moendo; uma será tomada, e deixada a outra.

36 – (*consta somente em um manuscrito*: Dois estarão no campo; um será tomado, e o outro, deixado).

37 – Então, lhe perguntaram: Onde será isso, Senhor? Respondeu-lhes: Onde estiver o corpo, aí se ajuntarão também os abutres.

O dia do Filho do Homem não abre nenhum prazo para o salvamento dos bens terrenos e da vida natural. Então será o tempo da separação e da última decisão. É a hora de ser acolhido ou excluído do reino da glória. A radicalização dessa separação é concretizada com base nos dois exemplos dos vv. 34 e 35, enquanto a terceira ilustração penetrou no texto a partir de Mateus 24, faltando em quase todos os manuscritos. Na volta do Senhor separa-se aquilo que aqui muitas vezes convivía nos mais estreitos laços de união.

A primeira figura foi obtida da união noturna, a segunda figura repercute a ligação durante o dia. O primeiro exemplo pressupõe que a chegada do Senhor pode ocorrer à noite, o outro, que pode ocorrer de dia. Dessa maneira expressa-se mais uma vez o caráter inesperado da volta do Senhor. Reveste-se de certo exagero a explicação de que, pelo fato de o Senhor retornar no mesmo instante para o mundo todo, seria noite em um hemisfério e dia no outro.

Na inesperada volta do Senhor, independentemente se de noite ou de dia, são separados para sempre os que estão unidos somente do ponto de vista exterior. O repouso de duas pessoas no mesmo leito não precisa ser entendido como comunhão matrimonial, porque ambos os artigos são masculinos. De qualquer forma devemos imaginar a relação mais estreita possível, que justifica o descanso conjunto. O exemplo subsequente da atividade diurna comunitária cita, pelo artigo feminino, duas mulheres que moem, segundo o costume oriental, com o moinho manual usado naquele continente. Aqui na terra crentes e descrentes estão mesclados agora e até a chegada do Senhor. Descansam sobre o mesmo leito, trabalham na mesma profissão. Essas ligações mais íntimas serão definitivamente desfeitas no retorno de Jesus.

A idéia básica é: quem pertence inteiramente a Jesus no seu íntimo, quem possui seu Espírito, sua vida, será levado com ele. Todos os demais serão deixados para trás no lugar em que estiverem. Podem continuar dormindo ou moendo seu moinho, ou cumprindo sua lida no campo.

Nessas palavras de Jesus acerca da grande separação os discípulos reagem com espanto e indagam: “Senhor, onde?” Talvez lhes pareça terrível o fato de que também o povo de Israel deve ser julgado e separado dessa maneira de casa em casa. Jesus lhes respondeu: “Onde está o defunto, ali se reúnem os abutres.”

Jesus está usando um ditado. Ele significava que tão rapidamente como os abutres farejam a carcaça, a fim de reunir-se em torno dela, tão rapidamente também ocorrerá o juízo da separação.

Esse ditado dos abutres que se reúnem em torno do corpo em decomposição ocorre diversas vezes no AT (cf. Jó 39.30; Hc 1.8; Ez 39.17). É uma metáfora para a obrigatoriedade, inevitabilidade e onipresença do juízo. Os abutres farejam e visualizam os cadáveres que lhes servem de comida de

grandes distâncias. Os abutres são imagem dos executores da condenação, que fazem desaparecer a podridão. A sentença proverbial sobre a carniça e os abutres que a devoram expressa a seguinte idéia: quando o mundo estiver maduro para o juízo, o juízo acontecerá com tanta certeza e precisão como os abutres comparecem em torno de um cadáver combalido.

Moisés e os profetas comparam as nações que chegam correndo para a vingança contra o povo desobediente com abutres que chegam voando ao farejarem a carniça (cf. Dt 28.49; Jr 4.13). Esses julgamentos prefigurados alcançarão seu alvo final. O juízo atingirá o mundo inteiro, que então será como um grande cadáver em vias de apodrecer.

3. A igreja de Jesus antes da vinda do Senhor é comparável a uma viúva pedinte – Lc 18.1-8

Essa parábola da viúva que suplica com insistência e do juiz inflexível está estreitamente ligada ao diálogo antecedente acerca da vinda futura do reinado de Deus em glória. Jesus havia explicado aos fariseus que o reino de Deus é sobretudo algo *interior, intelectual*. Depois ele também anunciou aos discípulos a manifestação gloriosa exterior do reino de Deus.

Agora Jesus passa do fato da vinda gloriosa visível do reino de Deus para a utilização prática, exortando seus discípulos a acelerar esse grande evento da revelação vindoura do reino de Deus por meio de suas orações incessantes, ainda que a sua vinda no retorno do Senhor se estenda por longo tempo.

Conseqüentemente, todo o capítulo 18 do evangelho de Lucas estabelece, embora não cronologicamente, mas pelo conteúdo, uma íntima correlação com o que foi relatado em Lc 17.22-37. A parábola da viúva e do juiz injusto (Lc 18.1-8) contém um incentivo à oração persistente. A parábola do fariseu e do publicano ensina a renunciar, na oração, a todo o ser e querer pessoal (Lc 18.9-14).

A singeleza infantil (Lc 18.15-17) faz parte da oração incessante da viúva pobre e da profunda auto-renúncia do publicano. Por amor a Cristo o verdadeiro discípulo de bom grado renunciará a tudo, o que o rico não quis fazer (Lc 18.18-30). Um verdadeiro discípulo captará o mistério dos sofrimentos de Cristo (Lc 18.31-34). No final dessas reflexões sérias foi acrescentada sensatamente a cura do cego Bartimeu em Jericó (Lc 18.35-43), por meio da qual se revela aos discípulos que para ser aceito no reino de Deus carecemos de olhos “abertos”.

Quando o reinado de Deus se manifestar visível e gloriosamente, a humanidade terá mergulhado em um estado generalizado de mundanismo. Por causa desse fato Jesus exorta os discípulos a acelerar o grande dia da volta por meio da oração e a não negligenciar essa atitude, ainda que sua vinda demore. A parábola insiste na oração perseverante com vistas aos perigos dos últimos tempos e ao pequeno número de eleitos, que terão de superar grandes tentações.

a) A viúva e o juiz injusto – Lc 18.1-5

- 1 – Disse-lhes Jesus uma parábola sobre o dever de orar sempre e nunca esmorecer!**
- 2 – Havia em certa cidade um juiz que não temia a Deus, nem respeitava homem algum.**
- 3 – Havia também, naquela mesma cidade, uma viúva que vinha ter com ele, dizendo: Julga a minha causa contra o meu adversário (opressor).**
- 4 – Ele, por algum tempo, não a quis atender; mas, depois, disse consigo: Bem que eu não temo a Deus, nem respeito a homem algum;**
- 5 – todavia, como esta viúva me importuna, julgarei a sua causa, para não suceder que, por fim, venha a molestar-me.**

Até a volta do Senhor os discípulos vivem combatendo o pecado, motivo pelo qual não devem desistir da luta de oração e súplica antes de atingir o alvo. Essa exortação do Senhor aos discípulos evoca aquelas palavras de Mc 13.33: “Estai de sobreaviso, vigiai e orai!”, que também foram acrescentadas diretamente ao anúncio de sua volta. Ao analisar o mesmo assunto, Lucas ainda traz a aplicação prática: “Vigiai, pois, a todo tempo, orando!” (Lc 21.36). Portanto, a exortação à oração persistente está estreitamente ligada à expectativa da volta do Senhor. De Lc 17.22 depreende-se claramente que tipo de oração e perigo de esmorecimento na oração se tem em mente.

A narrativa começa literalmente assim: “Havia certo juiz em certa cidade.” De acordo com Dt 16.18 todas as cidades de Israel deveriam ter juízes. O juiz da parábola era um juiz local e urbano. No que se refere a seu caráter esse juiz não tinha temor a Deus nem respeito às pessoas. Não se

considerava responsável diante de Deus nem se importava com o que as pessoas falavam dele. Do mesmo modo como a parábola o descreve em termos de caráter, ele também se gloria no monólogo (Lc 18.2,4). Não considera queixas justificadas sobre suas sentenças judiciais. Nem todos os juizes daquela época tinham essa má fama. Jesus descreve uma exceção, a fim de mostrar que até mesmo esse juiz ímpio se deixou persuadir pela persistência de uma viúva.

A narrativa contrapõe a esse juiz uma pessoa que buscava seus direitos junto dele. Tratava-se de uma viúva. Uma viúva é uma mulher desprotegida e indefesa, que não possui mais um protetor natural. A forma verbal do texto grego (o imperfeito) “ela vinha” expressa que a viúva não veio uma vez, e sim repetidamente. Constantemente ela pedia ao juiz que lhe assegurasse o direito contra o opressor dela. Por mais premente e justificado que fosse seu pleito, não havia indícios de que o juiz local lhe daria ouvidos. A parábola diz acerca dele: “Ele não a quis atender”. A toda nova investida da viúva o juiz respondia com uma nova negativa. Desconhecia uma mentalidade humanitária. Em seu egoísmo, a miséria da mulher indefesa não o interessava.

O fato de que apesar disso o juiz decidiu fazer justiça à viúva tinha por base uma única razão: essa mulher não deveria importuná-lo mais com suas vindas e suas súplicas. A frase final acrescentada “para não suceder que, por fim, venha a esbofetear-me!” sublinha a motivação decisiva e definitiva do agir dele. Enquanto o juiz experimentara cabalmente que longo tempo de espera deixa as pessoas desanimadas, conheceu essa viúva por outro aspecto. Chegou a temer que um belo dia ela realmente chegaria às vias de fato contra ele. O termo grego aqui utilizado *hypopiazerein* = “bater abaixo dos olhos” não deve ser atenuado, como opina a maioria dos intérpretes, para “atormentar” ou “molestar”. O sentido da expressão é, como em 1Co 9.27, um verdadeiro golpear. O juiz, e não o narrador da parábola, descreve a viúva cinicamente como uma fúria. Teme uma intensificação do assédio dela a ponto de lhe “golpear a face”.

b) A aplicação da parábola – Lc 18.6-8

6 – Então, disse o Senhor: Considerai no que diz este juiz iníquo!

7 – Não fará Deus [a] justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite, embora pareça demorado em defendê-los?

8 – Digo-vos que, depressa, lhes fará [a] justiça. Contudo, quando vier o Filho do Homem, achará, porventura, fé na terra?

Depois de narrar a parábola, Jesus, como outras vezes (cf. Lc 16.8), expõe uma interpretação. A explicação é introduzida pela solicitação de que se considere aquilo que diz o juiz iníquo. A esse juiz injusto Jesus contrapõe o Deus justo. O Senhor pergunta se o Deus justo não está *muito mais* determinado a fazer a justiça a seus eleitos. Não se deve ignorar que em ambas as vezes consta: “a justiça”, porque se tem em mente o ato específico da salvação pela volta de Cristo. Aqueles aos quais essa redenção é prometida são propositadamente chamados de “seus eleitos”. De uma maneira especial eles são objeto do desígnio divino de amor, bem como do cuidado divino. Como clamam dia e noite a Deus, os eleitos podem ter certeza de que Deus os ajuda. Seu clamor de longos dias e noites representa um sinal seguro de sua eleição. Ao falar de um clamor dos eleitos de dia e de noite, Jesus refere-se não à oração interrompida, mas à oração perseverante e ininterrupta, àquela que não separa tempo nem para comer nem para dormir. O forte termo *boan* = “chamar, gritar” corresponde a um pedir intenso e premente apesar de uma delonga maior da resposta.

- 7 O adendo “embora os faça esperar por longo tempo” é explicado de maneiras muito distintas. Também há traduções como: “E sobre os quais é longânime”, o que tem o sentido de: “Ainda que ele retenha sua ira em vista da opressão de seus eleitos”. É bem aceitável a tradução de Lutero “ainda que se demorasse com eles”.

Em todas as possibilidades de tradução é preciso valorizar particularmente a expressão *makrothymein*. No presente contexto ela não representa um atendimento imediato, mas delonga e adiamento do atendimento. Nessas palavras concentra-se a idéia fundamental da parábola. De acordo com elas parece que as orações permaneceriam não-atendidas, que Deus hesitaria com seu auxílio. É por boas razões de sabedoria e amor que Deus aceita essa espera e essa delonga.

Não se trata de longanimidade para com o mundo mau (2Pe 3.9), mas com os eleitos. Nisso reside um enigma de cuja solução a fé precisa se apoderar. Como a viúva repetidamente assediou o juiz iníquo com súplicas, assim Deus deseja ser insistente e persistentemente solicitado pelos seus. A fé

provada e exercitada considerará esse tempo de espera como um meio para aclarar e purificar sua vida no discipulado.

Depois da longanimidade divina mencionada na interrogação “Não fará Deus justiça aos seus escolhidos?” Jesus responde que Deus realizará depressa o direito de seus eleitos. A conclusão final que o Senhor extrai desta parábola é reforçada mediante o uso da expressão “eu vos digo”. As palavras *en tachei* = “com pressa” significam transcurso rápido da ajuda (cf. Rm 16.20) ou início iminente do processo de salvação (Ap 1.1; 22.6). Ambos os sentidos são convergentes (At 12.7; 22.18; cf. Dt 32.43; Is 63.4; 2Pe 3.9,15; Rm 16.20). A declaração não contradiz a delonga, antes citada, do atendimento da oração. O “depressa” representa uma medida de tempo divina para todo o período de paciência. Ele não poderá conceder redenção e revelação mais rapidamente do que sua sabedoria permitir. Deus realiza tudo incessantemente, uma coisa após a outra. Tudo o que precisa acontecer irromperá definitiva e subitamente no fim dos dias. Então a libertação “com pressa” se tornará real em sentido pleno. Com essas palavras Jesus de forma alguma revela com que rapidez ocorrerá sua chegada.

No final da parábola Jesus não pergunta se o Filho do Homem constatará fé ao retornar, mas se ele encontrará “a fé”. Citando “a fé”, Jesus refere-se à fé da súplica incessante, que não esmorece, em suma, à fé perseverante.

Uma vez que a postergação do atendimento e a delonga da volta do Senhor leva a fé dos eleitos a superar uma grave tribulação, o Senhor dá o seguinte sentido à pergunta: será que depois da longa provação a fé ainda é suficientemente persistente para experimentar um livramento igual ao daquela viúva? O leve questionamento do Senhor visa estimular a perseverança na oração fiel e a não se tornar desanimado e negligente.

Sintetizamos o conteúdo da parábola do juiz iníquo quanto à interpretação e aplicação prática.

Embora pelo v. 1 apenas esperássemos uma exortação geral à oração incessante, concluímos da própria parábola assim introduzida, bem como de sua aplicação, que Jesus tinha em mente a oração voltada para sua nova revelação e para o estabelecimento generalizado de seu reinado na terra. Por essa razão o presente trecho também traz mais que um complemento às instruções anteriores acerca do fim. Assim como a viúva insiste durante algum tempo em vão com suas súplicas ao juiz iníquo, assim também a igreja sentirá como demorado o tempo da espera aparentemente vã. Contudo ela não deve esquecer que isso também representa um período de espera longânimo de Deus por seu desenvolvimento para a *maturidade*.

Na presente parábola a igreja, que por sua essência e finalidade é a noiva de Cristo e aguarda a festiva manifestação nupcial, aparece como uma viúva. Parece que seu esposo tinha morrido em terra longínqua. Entrementes ela vive em uma cidade em que é permanentemente acossada por um forte adversário, o príncipe deste mundo. No entanto, como ela invoca permanentemente a Deus por socorro, pode lhe parecer em um momento de fraqueza que ele se tornou um juiz iníquo para ela, que estaria agindo absolutamente sem justiça divina e sem amor para com as pessoas. Não, ela persevera na oração pelo futuro redentor dele. Ainda que ele demore muito tempo, porque Deus possui uma visão mais ampla que a igreja e por conseqüência educa seus filhos para a grande vida intelectual da eternidade por meio de grandes provações, por fim a hora do desprendimento e da redenção do corpo, a hora da volta de Jesus, virá com surpreendente rapidez.

Reiteramos: não raro Deus *parece* ser como o juiz iníquo representado nesta parábola, inclusive na vida de cada servo de Deus. Há períodos em que o coração paterno de Deus parece ao servo ser duro como pedra e frio como gelo, e o céu parece estar trancado e chaveado contra suas orações. Não ouve nenhuma resposta às suas perguntas, nenhum olhar amoroso o desperta para nova coragem, nenhum sinal de graça o mantém desperto e aprumado. O Senhor cala-se, a ponto de a alma aflita estar prestes a indagar (Sl 77.8s): “Cessou perpetuamente a sua graça? Caducou a sua promessa para todas as gerações? Esqueceu-se Deus de ser benigno?”

Contudo Deus visa exercitar os seus na escola da oração. Ele deseja que aprendam na escola da fé a grandiosa palavra: “Não ver e, não obstante, crer!” [Jo 20.29].

Laible afirma o seguinte em sua obra *Evangelium für jeden Tag* [Evangelho para cada dia]: “Existem pessoas que duvidam que as orações sejam atendidas, visto que Deus teria determinado tudo de antemão e não se deixaria influenciar pelos desejos e orações das pessoas. Jesus nunca discutiu com esse tipo de céticos. Também a parábola do juiz e da viúva não tem nada a ver com eles. Ela dirige-se àqueles que crêem no atendimento, mas que por fim esmorecem na oração, porque

a ajuda tarda demais. Debatem-se dia e noite com o sofrimento e clamam a Deus sem cessar. Por fim desistem de ser salvos. Jesus declara a estes que todas as orações atingiram o coração de Deus, e nenhuma caiu no chão.”

Da mesma forma a pergunta pela resposta às orações também inquietou pessoas de fé. Jesus declara explicitamente: “Tudo o que pedirdes, se tiverdes fé, vos será concedido” [Mt 21.22]. A experiência parece ensinar que muitas preces não são atendidas. Paulo já se deparou com esse enigma. Três vezes ele ora por redenção de seu espinho na carne, e apesar disso não foi liberto. O Senhor responde que para ele seria melhor permanecer com o espinho, porque “meu poder se aperfeiçoa nos fracos” [2Co 12.9]. Precisamente esse era o lamento do apóstolo, de não poder exercer sua profissão por causa de extrema fraqueza. A resposta do Senhor o satisfaz. Agora ele mesmo deseja continuar sendo fraco e tolhido, para que a força de Cristo possa jorrar livremente para dentro dele e a partir dele. Sua oração foi atendida “além da prece e do entendimento”. Segundo esse processo os maiores sofrendores na igreja de Deus experimentaram o maior número de respostas de oração. Conservaram seu espinho na carne, porém forças da vida eterna foram transmitidas a partir delas.

4. A parábola do fariseu e do publicano – Lc 18.9-14

Como a parábola anterior, também esta pertence ao material exclusivo do evangelho de Lucas. Na parábola do juiz iníquo e da viúva suplicante chega ao fim o fluxo dos discursos de Lc 17.20 a Lc 18.8. A parábola subsequente evidencia uma nova forma didática do Senhor. Não há correlação cronológica com o ensinamento escatológico anterior, embora haja uma ligação no conteúdo.

É provável que Lucas tenha acolhido essa parábola na presente sequência porque ela também está relacionada com a “oração” e porque o final forma uma transição apropriada para a narrativa seguinte (Lc 18.15-17). Não restam dúvidas de que Jesus tenha apresentado essa parábola durante a marcha para Jerusalém. O fato de que muitos peregrinos seguiam para a festa no templo deve ter dado ensejo a que Jesus descrevesse duas pessoas que subiram ao templo para orar ali.

a) A oração do fariseu orgulhoso – Lc 18.9-12

9 – Propôs também esta parábola a alguns que confiavam em si mesmos, por se considerarem justos, e desprezavam os outros:

10 – Dois homens subiram ao templo com o propósito de orar: um, fariseu, e o outro, publicano.

11 – O fariseu, posto em pé, orava de si para si mesmo, desta forma: Ó Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros, nem ainda como este publicano.

12 – Jejuo duas vezes por semana e dou o dízimo de tudo quanto ganho.

As palavras introdutórias da parábola “Falou, porém, também a alguns” caracterizam os ouvintes aos quais Jesus se dirige. Não se trata nem dos fariseus (Lc 17.20s) nem dos discípulos para os quais valia o exposto de Lc 17.22 a 18.8.

Os ouvintes aos quais a parábola é dirigida são caracterizados de três formas: 1) como pessoas que estavam cheias de autoconfiança, 2) que estavam muito convictas de sua própria justiça, e 3) que olhavam todos os demais com desprezo, de cima para baixo.

Os judeus de Jerusalém costumavam fazer sua oração nas horas costumeiras (às 9 h da manhã e às 3 h da tarde). Contudo, fora dos horários regulares de oração (Lc 1.10; At 3.1) também sempre havia pessoas orando no templo (Lc 2.37; At 22.17). Um fariseu e um coletor de impostos subiram ao templo para esse fim à mesma hora. No aspecto religioso e moral reinava no judaísmo daquele tempo a maior distância concebível entre essas duas classes do povo. O fariseu era tido como homem de cumprimento exemplar rigoroso e inatacável da lei. Já o outro, o publicano, era considerado pela opinião geral como uma pessoa que vivia em flagrantes pecados e vícios, e era equiparado aos gentios.

Inicialmente a narrativa se detém no fariseu, a fim de dizer como ele formulava sua oração. O versículo (Lc 18.11) é traduzido e entendido de diversas maneiras. De acordo com uma das interpretações o fariseu postou-se em local isolado e orou. Segundo outro manuscrito lemos: “Colocou-se de pé e orou para si próprio como segue”. A primeira explicação enfatiza uma posição

distinta, separada, do fariseu. Conseqüentemente ele postou-se de tal forma que chamava a atenção e atraía sobre si todos os olhares dos presentes (cf. Mt 6.5).

Mais simples é a explicação de que ele falava em relação a si próprio. Pode-se comparar a isso a expressão usual: “Ele arrazoava consigo mesmo” (Lc 20.5,14; 12.17; 3.15; Mc 11.31; 12.7). Orar silenciosamente “para si próprio” contrariava o costume de oração daquele tempo. Com base em 1Sm 1.13, os escribas defendiam a exigência de que se orasse em *tom de sussurro*. Não era permitido orar em voz alta, porque a reverência a Deus o proibia. A partir deste ponto entendemos Rm 8.15, onde Paulo usa o termo *kragomen* devido à alegria pelo presente da graça da filiação divina, i. é, exclamando em voz alta “Abba, querido Pai”.

- 11** A oração do fariseu começa com as palavras: “Deus, eu te agradeço!” Ele não perde nenhuma palavra para agradecer a Deus pelo que este lhe fez ou lhe deu, e pelo que deve a ele, mas, falando imediatamente dos pecados e vícios das demais pessoas que se encontram muito abaixo dele, faz na verdade uma autoprojeção de sua religiosidade. O fariseu enaltece suas próprias obras meritórias. Começa a classificar a grande multidão dos pecadores em grupos especiais. Ele próprio, que ao contrário das outras pessoas não se designa como pecador, condena com muito desdém todos os demais, chamando-os de injustos, ladrões, adúlteros. A essa glorificação geral ele acrescenta ainda uma comparação pessoal: “Ou também como esse publicano!” Olha com especial desprezo para o publicano, a quem considerava injusto e ladrão.

A oração do fariseu mostrou inicialmente *quem ele é*. Na segunda parte de sua oração ele passa a destacar as obras excedentes *que ele realiza*. Excedia o jejum anual prescrito na lei (cf. Lv 16.29ss) com mais dois jejuos semanais, de acordo com o costume farisaico, no segundo e quinto dia da semana, ou seja, nas terças e sextas-feiras. A lei prescrevia que se entregasse o dízimo do produto da terra e dos rebanhos para o sustento dos levitas (Lv 27.30,32; Nm 18.21,24). O fariseu, porém, pagava o dízimo de todas as receitas. Para não correr o risco de consumir algo de que não pagara o dízimo, ele dava o dízimo de tudo o que comprava, embora muitas vezes os produtos agrícolas já tivessem sido tributados pelo produtor. Excedendo o preceito da lei, ele dava o dízimo de todas as hortaliças, como a hortelã, o endro e o cominho (Mt 23.23) e da arruda (Lc 11.42). O fariseu agradece no começo de sua oração não apenas por “*quem ele é*”, mas também pelo que *ele* faz para Deus.

b) A oração do publicano e sua justificação – Lc 18.13s

13 – O publicano, estando em pé, longe, não ousava nem ainda levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, sê propício a mim, pecador!

14 – Digo-vos que este desceu justificado para sua casa, e não aquele; porque todo o que se exalta será humilhado; mas o que se humilha será exaltado.

Não é sem razão que se descreve a atitude de oração do publicano. Fica parado ao longe, para que o fariseu pudesse vê-lo e apontar para ele. Ao contrário do fariseu, que se projetou do grupo dos demais devotos, o coletor de impostos permanece solitário no fundo. Lá um presunçoso destacar-se e projetar-se, aqui um temeroso encolhimento.

O publicano, que não possuía direitos honoríficos civis e era evitado por todas as pessoas de bem, não ousava erguer os olhos ao céu. Erguer os olhos ao céu significava na pessoa que orava a postura em que a alma se elevava para Deus. Em contrapartida o publicano baixa os olhos, porque se sente culpado perante Deus. O motivo de não orar de olhos levantados é evidenciado também pelo fato de que golpeava o peito. O termo grego aqui utilizado, *typtein*, é uma expressão forte e definida para uma contrição dolorosa e arrependida (Lc 23.48). Nessa contrição ele bate no peito, de olhos e cabeça abaixados. O publicano tampouco consegue formular muitas palavras. Nem mesmo com asserções e promessas ele conseguiria obter quaisquer direitos. O publicano tem consciência disso. Pode apenas render-se inteiramente às mãos de Deus. Com profunda dor ele exclama: “Deus, tem misericórdia de mim, o pecador!” Nessa breve, porém, séria oração a ênfase recai sobre as duas palavras “o pecador”. É desse modo que também se deve entender seu gemido. Ele não intercede em favor de si no sentido de que, afinal, é um pecador como são também os demais, mas em favor de si como alguém bem definido e especialmente sobrecarregado. Visa distinguir-se daqueles que não são pecadores na mesma proporção como ele. Nesse sentido o artigo antes de “pecador”, ou seja “o” pecador”, e a brevidade da oração correspondem à posição peculiar do orador que, acabrunhado, deseja isolar-se de todos os devotos e, cabisbaixo, golpeia o peito com profunda dor. Segundo as

palavras do fariseu todos os humanos eram pecadores, somente ele era justo. Segundo a confissão do publicano, porém, todos eram justos, e somente ele era o pecador. Ao expressar gratidão pela avaliação positiva que faz de si mesmo, a oração do fariseu foi somente um enaltecimento de si mesmo. A breve e significativa confissão do publicano, no entanto, era uma prece que subia das profundezas de um coração dilacerado pela dor. Ele, o pecador, implorava a condescendência do favor divino, ao qual não tinha direito, pelo qual no entanto rogava como livre dádiva da misericórdia divina.

Assim se encerra a narrativa no que diz respeito aos processos exteriormente constatáveis. Na realidade não seria necessário mencionar a descida e o retorno para casa depois de proferida a oração. Porém, o fator decisivo desse relato de voltar para casa não é o ato terreno, mas divino, que permanece oculto às evidências. Jesus assevera inicialmente: “Digo-vos que este desceu para casa justificado!” O que o Senhor afirma significa inequivocamente nesse contexto: Ele, o pecador, foi para casa na certeza de que Deus havia atendido sua oração por clemência.

A justiça concedida ao publicano é comparada com a justiça do fariseu. Na locução *par' ekeinon* trata-se da reprodução de um *min* comparativo aramaico. Conseqüentemente o significado é: “mais justificado que aquele outro”. A justiça que o publicano alcançou por meio da graça que perdoa pecados era uma justiça melhor que a justiça farisaica, que se gloriava da realização pessoal (Cf. o comentário a Mt 5.20 no Comentário Esperança, Mateus, p. 84s).

Nas demais passagens do evangelho de Lucas (Lc 7.29,35; 10.2,9; 16.15) em que ocorre o termo *dikaion*, ele significa “declarar justo”, e não “tornar justo”. Aqui a declaração da justificação constitui a resposta de Deus à oração do publicano, em contraposição à confiança farisaica na justiça própria. Quando muitas vezes se destaca que Lucas teria planejado preparar, pela atividade de pregação de Jesus, a base histórica para a doutrina da justificação em Paulo, essa parábola condiz de forma muito especial com esse objetivo. Esse aspecto destacado na parábola evidencia uma concordância harmônica com a doutrina da justificação, já proclamada no AT (Is 50.8; 53.11; Sl 143.2; Gn 15.6; Hc 2.4).

Usando um ditado da sabedoria popular, Jesus fundamenta no final da parábola a inversão escatológica da situação. A respectiva superioridade e subordinação que os dois oradores atribuíam a si mesmos perante Deus são invertidos por Deus. A sabedoria popular, diversas vezes repetida por Jesus (Mt 23.12; Lc 14.11), de que todo aquele que a si mesmo exalta será rebaixado, mas quem a si próprio se rebaixa será exaltado, representa uma lei típica do reino de Deus.

Algumas idéias práticas acerca da parábola do fariseu e do publicano: Não será o coração de cada ser humano por natureza um fariseu? Vê severamente os pecados de outras pessoas, porém olvida os próprios. O fariseu deixou o templo da mesma maneira como havia entrado nele. Nada havia sido mudado dentro dele. É assim que muitos permanecem, apesar de todas as orações, apesar de toda a leitura da palavra de Deus, sempre as velhas pessoas não-quebrantadas, das quais Deus não se agrada. “Ele salva os homens de olhos baixos” (Jó 22.29 – TEB). Quem se curva ao pó será amorosamente atraído por Deus ao coração do Pai (Sl 51.19). “Das ruínas Deus constrói templos.” “Deus somente consegue trabalhar com pessoas falidas” (von Rothkirch).

5. Jesus e as crianças – Lc 18.15-17

[Comentário Esperança, Mateus, p. 327, Marcos, p. 296s].

15 – Traziam-lhe também as crianças, para que as tocassem; e os discípulos, vendo, os repreendiam.

16 – Jesus, porém, chamando-as para junto de si, ordenou: Deixai vir a mim os pequeninos e não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus.

17 – Em verdade vos digo: Quem não receber o reino de Deus como (à maneira de) uma criança de maneira alguma entrará nele.

Encerrada uma longa inclusão, o chamado relato de viagem, a partir da presente história Lucas volta aos acontecimentos que se desenrolam paralelamente com os dois outros evangelhos sinóticos, mantendo basicamente a mesma seqüência até a história da paixão. O evangelista Lucas não define com detalhes o local em que Jesus se encontrava com os bebês, mas de Mt 19.1 pode-se depreender que o Senhor estava em sua última viagem para Jerusalém, despedindo-se definitivamente da Galiléia. A narrativa da bênção às crianças é relatada de forma mais breve no evangelho de Lucas.

Omite-se a “indignação” de Jesus. Além disso Lucas deixa de mencionar que Jesus abraçou as crianças, que as abençoou e lhes impôs as mãos. Lucas traz a história neste local por causa do ensinamento e da ligação do conteúdo com o tema anterior.

No intuito de envergonhar os discípulos ambiciosos e ciumentos, Jesus já colocara um pequeno menino no meio deles em uma ocasião anterior (Lc 9.46ss), para que se conscientizassem do valor de uma criancinha perante Deus e da despreensão dela. Na parábola anterior de Lc 18.9-14 há um nexo lógico natural com o presente relato dos vv. 15-17. Acontecia repetidas vezes que familiares levavam a Jesus as crianças que ainda não conseguiam andar. Ao contrário de Mateus e Marcos, Lucas chama essas criancinhas, que lhe eram trazidas, de “lactentes”. Com certeza eram os bebês ainda completamente indefesos daquelas mães que escutavam os ensinamentos do Senhor. Desejavam que Jesus tocasse seus recém-nascidos.

Os discípulos consideravam esse desejo das pessoas como uma importunação inútil de seu Mestre e uma interrupção de sua atividade de salvação e ensino. Apesar de que no geral fosse costume em Israel que se solicitasse tal benefício a rabinos e presidentes de sinagogas, os discípulos ameaçaram e criticaram as pessoas que apresentavam esse pedido.

Enquanto os discípulos pensavam que as criancinhas não cabiam na proximidade do Senhor, Jesus comunicou-lhes que desejava ser rodeado justamente por elas. Os apóstolos pensavam que as crianças tinham de se tornar primeiramente aquilo que eles mesmos já eram a fim de obter o agrado do Senhor. Jesus, ao contrário, assegura que os discípulos deveriam tornar-se primeiramente aquilo que as crianças são, a fim de se participarem da graça dele.

A exigência de Jesus de acolher o reinado de Deus como uma criancinha contém uma referência à receptividade que é própria da índole infantil. Somente quem for receptivo e confiante como uma criança consegue ingressar no reino de Deus. Quem despreza, aquela mentalidade, dos pequenos, corre o risco de perder o legado do reino de Deus. Carece de quaisquer justificativas exegéticas derivar dessa história o fundamento para o batismo de crianças.

A presente história mostra que segundo a visão de Jesus é possível exercer influências intelectuais sobre a alma humana já nos primeiros estágios da vida.

Os adultos precisam tornar-se primeiramente como crianças se pretendem entrar no reinado de Deus. Quando impedimos nossas crianças de aproximarem-se de Jesus? Quando rejeitamos conversões de crianças; quando lhes damos mau exemplo; quando julgamos o próximo com desamor. Como levamos nossos filhos a Jesus, à semelhança daquelas mães? Pela oração e palavra de Deus, por devoções na família, pela escola dominical e por um exemplo de santidade. Trabalho educativo continua sendo trabalho de joelhos (cf. as pregações de Arndt).

6. Jesus e o homem rico – Lc 18.18-30

[Comentário Esperança, Mateus, p. 327ss, Marcos, p. 298ss]

Todos os três sinóticos relatam o episódio seguinte na mesma sequência após a bênção das crianças. Pode-se constatar com nitidez que o discurso do Senhor se desenvolve e aperfeiçoa progressivamente por meio dos ensejos com que se depara, que os pensamentos de Jesus progridem cada vez mais do exterior para o interior. Jesus fala do discipulado e da renúncia que faz parte dele. Desde o começo do seguimento o Senhor exige renúncia à riqueza ou à propriedade. O homem rico, que se prontificou a segui-lo, forneceu o ensejo para essa exigência. Da continuação do discipulado faz parte a renúncia a qualquer afeição de recompensa, à busca egoísta pelo futuro como compensação pelo que foi deixado para trás. A pergunta de Pedro propicia ao Senhor o estímulo para estabelecer essa condição.

O diálogo aqui registrado com o homem rico oscila três vezes entre a pergunta e a resposta. Diante da primeira indagação equivocada do rico, se herdar a vida depende do mérito de fazer algo, Jesus propõe em sua réplica uma tentativa de cumprir os mandamentos do bom Deus e fazer o bem. À segunda pergunta tola do rico o Senhor respondeu questionando, se ele, afinal, de fato já terminara de cumprir os velhos e conhecidos mandamentos. Depois que o rico em sua ignorância assevera ter realizado tudo desde a mocidade, Jesus revela com toda a franqueza o que significa despojar-se de toda a riqueza exterior e interior, a fim de ingressar como pobre no reino de Deus e seguir a ele, obter a graça dele, comprovando e preservando esse bem da salvação.

Depois da saída do homem rico o Senhor explicou com maiores detalhes a seus discípulos a importância do episódio e de suas palavras. Instruiu-os de que pessoas ricas e pobres só podem obter a bem-aventurança pela onipotência da graça de Deus. Pedro acreditava que eles tinham feito aquilo que o rico não fizera. Por terem entregado os bens os discípulos acreditavam ter direito à recompensa. O Senhor atesta que está preparado para eles um prêmio abundante da graça, mas que podem perdê-lo se a ânsia por recompensa sorrateiramente tomar conta deles.

a) O diálogo de Jesus com o presidente – Lc 18.18-23

18 – Certo homem de posição (árchon) perguntou-lhe: Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?

19 – Respondeu-lhe Jesus: Por que me chamas bom? Ninguém é bom, senão um, que é Deus!

20 – Sabes os mandamentos: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, honra a teu pai e a tua mãe!

21 – Replicou ele: Tudo isso tenho observado desde a minha juventude.

22 – Ouvindo-o Jesus, disse-lhe: Uma coisa ainda te falta: vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro nos céus; depois, vem e segue-me!

23 – Mas, ouvindo ele estas palavras, ficou muito triste, porque era riquíssimo.

O homem que aparece neste episódio, ao qual Mateus e Marcos simplesmente designam de “alguém”, que posteriormente é chamado de “jovem” por Mateus, é, segundo o relato de Lucas, “um presidente”. Trata-se provavelmente de um líder ou superior da sinagoga.

Marcos descreve de maneira muito mais dramática a chegada do entusiasmado jovem adulto: “E, pondo-se Jesus a caminho, correu um homem ao seu encontro e, ajoelhando-se, perguntou-lhe...” Após uma breve frase introdutória Lucas limita-se à interpelação: “Bom Mestre”. O presidente dirige-se ao Senhor com o título mais bem-intencionado. O tratamento “bom” ou “nobilíssimo” era usual. Por exemplo, mais tarde os sete anciãos de uma sinagoga foram chamados *tobim* = “os bons”. Sua pergunta “Que tenho de fazer para herdar a vida eterna?” lembra a pergunta idêntica do mestre da lei que tinha o intuito de Jesus tentar a Jesus (Lc 10.25). Ao longo da resposta subsequente à mesma pergunta, no entanto, patenteia-se uma grande diferença. Contudo também a intenção dos dois perguntadores é muito diferente. Aquele professor da lei perguntou com intenção maldosa, a fim de testar o Senhor. Esse presidente perguntou com seriedade franca e boa intenção, apesar de todo seu equívoco. Não é difícil esboçar uma caracterização palpável desse rico interlocutor. Entusiasmo, loquacidade e reverência diante de Jesus caracterizam o presidente. Não era um santo de obras de qualidades costumeiras, cuja justiça própria vinha aliada à hipocrisia. O rico presidente não estava em busca de clemência, mas de recompensa. Visava alcançar por virtudes pessoais “a vida eterna”, na qual ele acreditasse talvez por ser membro do partido dos fariseus. Interiormente, no entanto, sua consciência constantemente lhe mostrava claramente que o tesouro de suas boas obras não bastava. Buscava acrescentar à sua justiça algo extraordinário, a fim de assegurar com plena certeza a posse da vida eterna. Esses pensamentos o levaram a ouvir do Senhor uma resposta à sua mais importante indagação vital. O rico presidente, portanto, era um homem cheio de boa vontade, porém sem uma visão correta de si mesmo.

Na seriedade e no zelo de sua religiosidade legalista o presidente visava “fazer o bem”. Falava seriamente da vida eterna. (Os sinóticos falam de vida eterna neste caso e em Mt 25.46, um tema que é dominante no evangelho de João. Esse pequeno indício assinala que o conceito pertence a todos os evangelhos. O AT fala textualmente da vida eterna somente em Daniel 12.2, um pensamento que passou a ser fixado pela doutrina em Israel, cf. Sabedoria 2.23; 15.3, passando a ser uma expressão e um conceito corrente na época de Jesus.)

Portanto, a pergunta enfoca a vida eterna. – Ele acredita na vida eterna. Vê concretizado vivamente em Jesus aquilo que buscou nas melhores horas de sua vida, pelo que ansiavam suas mais secretas aspirações e lutas.

As condições prévias para que esse jovem agora encontrasse Jesus como seu Redentor e pudesse se tornar, por meio dele, uma nova pessoa foram cumpridas da forma mais favorável que se pode imaginar.

19 E Jesus? Será que seu coração palpita ao encontro daquele que está diante dele de joelhos? Será que o toma pela mão e o levanta? Porventura lhe dá as boas-vindas com alegria em seu grupo mais

chegado de discípulos? Serena, fria, quase em tom de rejeição, soa a resposta de Jesus ao entusiasmo do jovem comovido. “Por que me chamas bom? Ninguém é bom, senão um, que é Deus!” Ao rejeitar a saudação “Bom Mestre” Jesus não está dizendo “Não sou bom”. Afinal, o Senhor se autodenomina o bom Pastor (Jo 10.14). Igualmente tem consciência de sua não-pecaminosidade (Jo 8.46). Jesus não aceita a palavra de saudação no sentido superficial daquele que o interpela. Assim como não queria ser saudado como Messias por causa do mal-entendido, agora ele também rejeita essa saudação. A resposta de Jesus deve ser entendida em termos cristológicos. Quem define Jesus como bom precisa reconhecer sua unidade com Deus, bem como a divindade de Jesus. Por isso a réplica de Jesus não deve ser enfatizada como “Por que me chamas bom?”, mas “Por que me chamas bom?”, i. é, “Por que razão me chamas bom?”.

Após consertar o equívoco básico o Senhor responde à pergunta do maioral quanto à obra que precisa ser realizada para herdar a vida eterna. Jesus não diz nada sobre uma obra extraordinária ou especial, mas simplesmente recomenda o cumprimento da lei.

O rico deve se dar conta de que não há necessidade de novos mandamentos para cumprir a vontade de Deus. Jesus age como bom pedagogo. Muito longe de destroçar aquele que crê em sua própria força, ele o incentiva a seguir fiel e coerentemente esse caminho até o final. Porque Jesus sabe muito bem que o jovem, se for sincero, morrerá como Paulo por meio da lei para a própria lei (Gl 2.19). Encarar inteiramente a seriedade da lei é o único caminho verdadeiro para chegar a Jesus Cristo.

- 22** O jovem não sabe nada a respeito do verdadeiro sentido dos mandamentos, razão pela qual pensa de fato tê-los cumprido. Nesse ponto é preciso complementar o relato a partir dos dois primeiros sinóticos. De acordo com Mateus o rico pergunta: “O que ainda me falta?” Marcos informa que Jesus o fitou e o amou. O olhar amoroso de Jesus reconheceu as qualidades positivas e negativas do íntimo dele. A resposta de Jesus mostra o que realmente faltava ao moço, e desvendou a profundidade do coração. É nesse sentido que se deve entender a afirmação seguinte do Senhor: “Uma coisa ainda te falta! Tudo o que tens – vende-o! – partilha-o – entre os pobres!” Seguir a esse chamado significa para o rico a renúncia total às propriedades. De acordo com o relato de Marcos e Lucas é essa “uma coisa que ainda lhe falta”, que Lutero reproduz muito bem por meio de um comentário à parte: “Com essa uma coisa falta-te na verdade tudo, a saber, o principal!” Ordenando que vendesse tudo e depois distribuísse a renda aos pobres o Senhor atendeu o pedido de que lhe mostrasse uma obra especial.

O Senhor havia constatado que a riqueza de bens terrenos representava um ídolo para o rico presidente. Nesse pecado freqüente, ainda desconhecido pelo jovem rico, convergiam todas as linhas de sua natureza corrupta. Ele estava firmemente preso pelas amarras da riqueza. Somente rompendo totalmente esses vínculos ele poderia ser redimido. Jesus viu que o coração do rico não podia ser salvo de outra maneira senão pelo total despojamento exterior da riqueza. O chamado para seguir a Jesus custa o sacrifício de abandonar tudo e tornar-se um “portador da cruz” (cf. Mc 10.21). Essa exigência exterior feita ao jovem rico precisa ser cumprida interiormente por todo crente, entregando tudo o que possui em termos de vontade e força próprias, a fim de, pobre e nu perante Deus, obter pela fê o tesouro no céu. Ou seja, “tornar-se rico em Deus” (cf. Lc 9.23s; 14.33; 12.33s).

A “profunda tristeza”, a aflição (cf. Mt 19.22) ou a consternação (cf. Mc 10.22) indicam o impacto tremendo que a resposta do Senhor causou no jovem adulto. O rico precisa admitir que seu presumido “edifício de virtudes” carecia de fundamento, embora até o final ele acreditasse que apenas precisava aplicar por si só uma última demão de verniz para consumir sua obra virtuosa. – O jovem afasta-se profundamente entristecido. Não é mencionado se Jesus teria criticado o homem rico e, não obstante, tão pobre. Os discípulos do Senhor, porém, não deveriam orgulhar-se em relação a ele, mas ser conduzidos ao auto-reconhecimento.

b) A instrução de Jesus sobre o perigo da riqueza – Lc 18.24-27

24 – E Jesus, vendo-o assim triste, disse: Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas!

25 – Porque é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus.

26 – E os que ouviram disseram: Sendo assim, quem pode ser salvo?

27 – Mas ele respondeu: Os impossíveis dos homens são possíveis para Deus!

Esse acontecimento levou Jesus a fornecer aos seus um ensinamento sobre o perigo da riqueza. Um rico dificilmente entra no reino de Deus, porque o coração pecaminoso se apega demais à propriedade terrena. A fim de incutir mais firmemente essa verdade em seus ouvintes, o Senhor acrescenta ao que foi dito até agora um provérbio: “É mais fácil que um camelo passe pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reinado de Deus.” O ponto de comparação desse provérbio é o humanamente impossível. Com certeza não é condizente imaginar aqui a pequena entrada no muro de Jerusalém pela qual um camelo carregado passava apenas com dificuldade. Um ditado semelhante ocorre no Alcorão (Surata 7,38) e no Talmude (neste caso, com um elefante). Alguns manuscritos gregos trazem em lugar de *kamelos* = “camelo” uma corda marítima ou de ancoragem, que se chama *kamilos*. Essa última explicação na verdade foi freqüentemente questionada, porém ela expressa muito bem a total impossibilidade.

A declaração do Senhor ensinou os ouvintes a lançar um olhar sincero para seu próprio coração. Consternados eles perguntam quem, então, poderá ser salvo? A pergunta não é “que pessoa rica pode tornar-se bem-aventurada?”, como consta no título do livrinho de Clemente de Alexandria, mas: “que pessoa realmente pode tornar-se bem-aventurada?”

Não obstante, tornar-se bem-aventurado, ser salvo, algo impossível a partir do ser humano, pode ser viabilizado por Deus. Nenhuma pessoa é capaz de transformar seu coração por força própria, para não se apegar mais às coisas terrenas. A onipotência da graça de Deus, porém, consegue renovar o coração, para que abra mão de tudo o que é terreno por causa do reino de Deus, para que busque, ao invés de bens terrenos, o tesouro celestial.

c) O ensinamento de Jesus sobre a recompensa pela negação de si mesmo – Lc 18.28-30

28 – E disse Pedro: Eis que nós deixamos nossa casa (propriedade) e te seguimos.

29 – Respondeu-lhes Jesus: Em verdade vos digo que ninguém há que tenha deixado casa, ou mulher, ou irmãos, ou pais, ou filhos, por causa do reino de Deus,

30 – que não receba, no presente, muitas vezes mais e, no mundo por vir, a vida eterna.

Por não conseguir se separar dos bens terrenos, aquele homem rico abriu mão do “tesouro no céu”. Os discípulos, porém, haviam deixado tudo, a saber, a profissão, as propriedades, os familiares, a fim de seguir o Senhor. O fato de Pedro destacar esses fatos contém certa presunção, e no “nós abandonamos” reside uma maneira amável de mostrar que não pretende colocar a si mesmo em primeiro plano, mas que fala somente por incumbência do grupo dos apóstolos. Todos os discípulos fizeram aquilo a o que o homem rico não conseguiu se decidir. A forma peculiar aqui em Lucas “Nós abandonamos o próprio (*ta idia*), a propriedade”, destaca a dificuldade do sacrifício prestado. Em lugar do temor de não ser salvos, surge entre os discípulos a expectativa de uma recompensa extraordinária. Afinal, o próprio Senhor relacionou o despojamento da propriedade terrena com a obtenção do tesouro celestial. Diante do fato de que Pedro associou com essa promessa a pergunta pela recompensa e retribuição, o Senhor refreou e santificou o anseio dele, anunciando-lhe o presente mais precioso imaginável. Ainda que falte em Marcos e Lucas a pergunta: “Que será, pois, para nós?” [Mt 19.27] ela sem dúvida está implícita na resposta do Senhor.

Os discípulos receberão uma rica compensação pela renúncia ao que é terreno por amor ao reino de Deus não somente no mundo transcendente, mas já no tempo atual. Essa promessa não vale somente para os apóstolos, mas para todos os crentes. A retribuição múltipla, que já começa nesta vida, será, então, gloriosamente aperfeiçoada em proporções imensuráveis na vida eterna. Marcos e Lucas distinguem expressamente a compensação aqui e no além, o que é demonstrado em Mateus pela referência às atribuições na regeneração do mundo. Isso não deve ser explorado como contradição em relação aos dois outros evangelistas. Deixar para trás o que é terreno será algo pelo que os discípulos de Cristo serão multiplamente recompensados pela obtenção dos respectivos bens espirituais; o amor dos pais, irmãos e filhos pela alegria da comunhão com os filhos de Deus e do amor fraterno; a renúncia a bens terrenos por meio da solicitude e beneficência fraterna, e continuamente pela riqueza da graça de Deus e pela firme esperança da vida eterna.

7. O terceiro anúncio da paixão de Jesus – Lc 18.31-34

[Comentário Esperança, Mateus, p. 337s, Marcos, p. 307ss]

31 – Tomando consigo os doze, disse-lhes Jesus: Eis que subimos para Jerusalém, e vai cumprir-se ali tudo quanto está escrito por intermédio dos profetas, no tocante ao Filho do Homem.

32 – Pois será ele entregue aos gentios, escarnecido, ultrajado e cuspidos.

33 – E, depois de o açoitarem, tirar-lhe-ão a vida; mas, ao terceiro dia, ressuscitará.

34 – Eles, porém, nada compreenderam acerca destas coisas; e o sentido destas palavras era-lhes encoberto, de sorte que não percebiam o que ele dizia.

Das palavras iniciais “Tomou, porém, consigo os doze” depreende-se que os discípulos não eram seus únicos companheiros de viagem. Quanto mais a alma dos discípulos ficava comovida pelo diálogo acerca dos múltiplos presentes, tanto mais necessário pareceu ao Senhor agir contrariamente à expectativa de cunho terreno. Jesus preparou os discípulos para que o seguissem no caminho da morte, para o que os separou da multidão dos outros seguidores.

Jesus diz aos discípulos “Nós subimos para Jerusalém!” Este “nós” traz o indício de que também o discipulado e a disposição dos discípulos estão englobados. As palavras ditas pelo Senhor aos doze são uma repetição das que já expressara duas vezes acerca de sua paixão e morte (cf. Lc 9.22,44; Mt 16.21; 17.22s; Mc 8.21; 9.44). Agora, ao aproximar-se de Jerusalém, Jesus pronunciou-se de forma ainda mais determinada sobre o desfecho de sua vida e sobre sua ressurreição. Usar essa oportunidade para apontar a palavra profética é uma peculiaridade de Lucas. O Senhor declara enfaticamente: tudo o que está escrito (cf. Lc 22.37). O anúncio da paixão do Messias como um todo está diante de seu olhar. A palavra profética alude a cada traço singular de seu sofrimento, como é descrito por Lucas. Tudo o que foi escrito pelos profetas acerca do Filho do Homem terá de ser consumado. Pode-se ler uma profecia especial em Is 53 sobre a paixão e a glorificação do servo de Deus. Zacarias profetiza sobre o pagamento infame ao bom pastor (Zc 11.12s), o pranto do povo por aquele a quem eles traspassaram (Zc 12.10), e a cruz que há de vitimar o pastor (Zc 13.7). De escárnios, cuspidas e açoites fala-se em Is 50.6. Em seu relato sumário Lucas silenciosamente omite a primeira entrega de Jesus aos sumo sacerdotes e escribas, bem como a condenação à morte pelo Sinédrio. Em paralelo com Marcos, ele menciona a entrega aos gentios. Jesus fala expressamente de sua ressurreição no terceiro dia. Sua trajetória orienta-se pelo princípio divino do reino: “pela paixão até a glória!”

A incompreensão dos discípulos não era intencional, no entanto de certo modo ocorria por culpa própria. A constatação de que compreenderam muito pouco do que o Senhor disse resulta do pedido dos filhos de Zebedeu. Lucas enfatiza de forma precisa seu completo mal-entendido. A causa disso residia na circunstância de que o discurso de Jesus lhes era enigmático. O coração dos discípulos rejeitava obstinadamente o único sentido inteligível das palavras do Senhor. Sua mente buscava em vão por um sentido diferente e mais tolerável. Os doze eram intelectualmente tão cegos quanto Bartimeu era fisicamente cego naquele momento. A incapacidade dos discípulos de entender o anúncio da paixão do Senhor constitui mais uma prova da verdade de que na esfera cristã o verdadeiro entendimento espiritual acontece por meio do coração. Quando o coração se distancia de uma verdade nitidamente proferida, também a razão se torna incapaz de reconhecer seu conteúdo e sua relevância. Também nesse caso vale a conhecida palavra de Pascal, de que é preciso conhecer coisas humanas para poder amá-las; mas que é preciso amar as divinas, para que se possa compreendê-las bem. Ao mesmo tempo, porém, essa incapacidade dos discípulos constitui uma prova inequívoca da necessidade incontornável de que sejam iluminados pelo Espírito Santo, em consequência do que mais tarde aprenderam a considerar como absolutamente necessária a paixão que inicialmente lhes era tão escandalosa e precisamente por isso tão incompreensível. Todos os quatro evangelhos dedicaram o espaço maior de seus relatos à narrativa da paixão. Praticamente cada hora dela foi preservada por eles.

8. A cura do cego Bartimeu perto de Jericó – Lc 18.35-43

[Comentário Esperança, Mateus, p. 345s, Marcos, p. 316s]

De acordo com Mateus Jesus curou dois cegos ao sair de Jericó, Marcos fala em um cego na saída e Lucas, em um cego na entrada. Nossa opinião é que se pode presumir dois cegos: um na entrada, o outro na saída da cidade; dentre os dois, Marcos destaca Bartimeu como o mais conhecido.

a) A situação do cego – Lc 18.35-39

35 – Aconteceu que, ao aproximar-se ele de Jericó, estava um cego assentado à beira do caminho, pedindo esmolas.

36 – E, ouvindo o tropel da multidão que passava, perguntou o que era aquilo.

37 – Anunciaram-lhe que passava Jesus, o Nazareno.

38 – Então, ele clamou: Jesus, Filho de Davi, tem compaixão de mim!

39 – E os que iam na frente o repreendiam para que se calasse; ele, porém, cada vez gritava mais: Filho de Davi, tem misericórdia de mim!

A trajetória levou primeiro para Jericó e depois passou por essa cidade. Durante essa viagem Jesus estava rodeado de uma multidão de discípulos, mas também de um grande ajuntamento popular (Lc 19.39). A iminente festa da Páscoa (Lc 22.1) permite supor sem sombra de dúvida que Jesus viajava para Jerusalém junto com caravanas de peregrinos.

O cego no caminho para Jericó perguntou à multidão ruidosa que passava o que era aquilo que ele ouvia. Obteve a resposta de que Jesus de Nazaré estava passando. O povo designa o Senhor com o linguajar costumeiro. As palavras do cego, pelas quais ele implora misericórdia a Jesus, “o filho de Davi”, são uma honraria messiânica que caracteriza o Senhor como herdeiro do trono israelita. O que Bartimeu afirma praticamente caracteriza o espírito das pessoas naquele momento. A crítica que os acompanhantes dirigem ao cego de forma alguma diz respeito ao louvor messiânico que expressou. No entanto, deve parecer à multidão uma impertinência que um mendigo apresente ao Messias seu pleito. O mendigo cego, porém, não se deixa tranquilizar, mas chama com voz ainda mais forte, repetindo seu pedido.

b) O milagre da cura e suas conseqüências – Lc 18.40-43

40 – Então, parou Jesus e mandou que lho trouxessem. E, tendo ele chegado, perguntou-lhe:

41 – Que queres que eu te faça? Respondeu ele: Senhor, que eu torne a ver!

42 – Então, Jesus lhe disse: Recupera a tua vista; a tua fé te salvou.

43 – Imediatamente, tornou a ver e seguia-o glorificando a Deus. Também todo o povo, vendo isto, dava louvores a Deus.

O grito ou a saudação do cego fez com que Jesus parasse. Desse modo Jesus revelou-se claramente como o Messias diante da multidão que o acompanhava. Lucas relata que o Senhor ordenou que lhe trouxessem o cego. O fato de Marcos informar que Bartimeu se desvencilhou das vestes e chegou correndo não pode ser utilizado como contradição com a narrativa de Lucas. Com certeza o cego reagiu tão rapidamente que não deu tempo para que algum dos presentes executasse a ordem de Jesus.

Ao perguntar ao cego “Que queres que eu te faça?” Jesus praticamente lhe disponibiliza todos os tesouros de seu poder divino. Concedeu ao mendigo uma liberdade irrestrita para pedir. O cego havia ouvido de vários milagres de cura do Senhor, provavelmente também acerca da ressurreição de Lázaro. Com fé singela ele roga que possa tornar a ver. Esse pedido mostra que ele não era cego de nascença, mas que perdera a visão mais tarde. Jesus atende seu desejo. Ele não declara “por meio do meu poder tornaste a ver!”, mas “Tua fé te salvou!” O Senhor revela-lhe que valor ele atribui à fé de Bartimeu. Trata-se da fé que se apegou a Jesus como o Filho de Davi e o Messias. Testemunhou essa fé apesar da ameaça da multidão. Tampouco deixou-se dissuadir dela, mas repetiu o pedido com voz cada vez mais intensa.

O relato acerca da impressão que o milagre causou sobre o povo foi preservada unicamente por Lucas. É como se o evangelista quisesse fazer ouvir às portas da cidade de Jericó um prelúdio dos gritos de Hosana, que em breve ressoariam mais intensamente diante de Jerusalém (cf. Lc 19.37s).

O próprio Senhor já não queria deter esse júbilo. O Senhor não impõe silêncio ao cego curado, como fez no passado com o possesso (cf. Mc 5.19). Tampouco o deixou ir para casa, mas permitiu a Bartimeu que aderisse à multidão entusiasmada. A menção da doxologia, à qual os milagres do Senhor motivam repetidas vezes, é peculiar ao evangelista Lucas (cf. Lc 5.26; 7.16; 9.43; 13.17), mas também se enquadra bem no pensamento de Paulo (cf. Rm 11.33-36). A glorificação refere-se mais ao poder, e o louvor, à bondade de Deus (cf. Lc 2.20).

9. Jesus e Zaqueu – Lc 19.1-10

A cura do cego Bartimeu aconteceu em Jericó. Conforme o relato exclusivo de Lucas aconteceu na cidade das palmeiras ainda outro episódio que manifestou a misericórdia e indulgência de Jesus frente a um pecador arrependido. Na enorme multidão que desejava ver o grande profeta havia também um maioral dos publicanos. Naquele tempo florescia em Jericó um intenso comércio de passagem, principalmente de bálsamo (cf. Josefo, *Ant.* XIV, 4,1, XV 4-2). O bálsamo ali produzido e pesadamente tributado foi a razão de que ali se instalasse uma coletoria superior, p. ex., à de Cafarnaum (cf. Lc 5.27). O *architelones* citado no texto grego não era um funcionário público, mas um simples coletor de impostos (Lc 3.12; 15.1), um *agente* do arrendatário geral dos tributos, porém em cargo de direção.

Quem eram os publicanos? Desde os tempos de César os tributos não eram recolhidos diretamente pelo Estado, mas arrendados por um tempo considerável, geralmente um *lustrum* (período de cinco anos), ao que oferecia mais. O arrendatário da tributação arrendava as alfândegas de um determinado distrito por um soma estabelecida, de sorte que lhe cabia o excedente dos tributos combinados ou cobrindo uma eventual arrecadação deficitária.

Todo o sistema alfandegário e seus os respectivos arrendatários e funcionários eram extremamente desprezados e odiados entre os judeus, uma vez que nele encontravam impulsos renovados para sua aversão contra a Roma estrangeira. O ódio principal incidia sobre os funcionários subalternos dos grandes senhores tributadores, que recolhiam os tributos nas cidades limítrofes e localidades portuárias e *constantemente importunavam o tráfego em estradas, pontes e depósitos*. Os coletores de impostos geralmente eram recrutados entre escravos alforriados, provavelmente às vezes também entre cidadãos romanos, bem como entre nativos da respectiva província. São esses os publicanos do NT. É flagrante que um sistema tributário como o romano e herodiano favorecia os maiores abusos, especialmente em províncias negligentemente administradas. Os senhores alfandegários não apenas visavam conseguir a renda elevada, mas enriquecer, da mesma forma como também os *subarrendatários* (Zaqueu era um coletor superior, um supervisor, não pessoalmente um publicano). Dessa maneira havia infinitos casos de extorsão, falcatura, rudeza e injustiça na arrecadação dos tributos; cf. Lc 3.12s; 19.8 (cf. Comentário Esperança, Mateus, o exposto sobre Mt 9.9-13 e Marcos, o exposto sobre Mc 2.13-17).

Era considerada traição *nacional* a função de, como judeu, recolher as receitas estatais para a odiada Roma, sustentando assim a dominação estrangeira e além disso amontoando uma fortuna às custas de compatriotas oprimidos.

Como Israel na realidade conhecia somente tributos para fins *religiosos*, o publicano judeu também era um *traidor da religião*.

Aconteceu, pois, que em sua rápida e, poderíamos dizer, breve passagem por Jericó, Jesus não se hospedou com um dos muitos sacerdotes ali residentes, mas com um publicano. Essa história, preservada pela tradição, faz parte daquelas que Lucas provavelmente colecionou com máxima alegria no coração. Nota-se nitidamente com que contentamento ele a relata.

a) O encontro de Zaqueu com Jesus – Lc 19.1-5

- 1 – Entrando em Jericó, atravessava Jesus a cidade.**
- 2 – Eis que um homem, chamado Zaqueu, maioral dos publicanos e rico,**
- 3 – procurava ver quem era Jesus, mas não podia, por causa da multidão, por ser ele de pequena estatura.**
- 4 – Então, correndo adiante, subiu a um sicômoro a fim de vê-lo, porque por ali havia de passar.**
- 5 – Quando Jesus chegou àquele lugar, olhando para cima, disse-lhe: Zaqueu, desce depressa, pois me convém ficar hoje em tua casa.**

A palavra final da história anterior, que anunciava que todo o povo louvava a Deus (Lc 18.43), permite supor que a notícia da chegada de Jesus foi divulgada em Jericó antes que ele chegasse de fato. Diversos moradores dessa cidade sentiram-se motivados a ir ao encontro dele e acompanhar seu séquito. O mesmo desejo também tomou conta do rico publicano-mor Zaqueu: ele, que com certeza havia ouvido muitas coisas acerca de Jesus, anseia vê-lo face a face. Em vão, porém, ele se esforçava para encontrar um lugar que lhe permitisse ver o Salvador. Sua baixa estatura representava um empecilho para que pudesse satisfazer seu grande anseio.

Portanto, Zaqueu queria ver Jesus. E quem deseja ver Jesus, quem deseja ter um encontro com ele, a esse o Pai no céu sempre concederá uma oportunidade, seja de um ou de outro modo.

Depois que Zaqueu acompanhou a multidão por certo tempo, sem alcançar seu objetivo, ele passa correndo à frente. – O sicômoro é uma amoreira com galhos baixos, paralelos ao chão, e por isso fácil de escalar.

Zaqueu, que desejava ver o Senhor, foi visto antes por aquele que também vira alguém como Natanael sob a figueira (Jo 1.48). Está escrito: “Quando Jesus chegou àquele lugar, olhando para cima, disse-lhe: Zaqueu, desce depressa, pois tenho de ficar hoje em tua casa.” Jesus encontrou aquele que subira na árvore, chamou-o pelo nome, olhou para dentro de seu coração e convidou-se para ser hóspede na casa dele.

Cumpra notar bem cada traço da história. Jesus chama Zaqueu pelo nome, assim como o próprio Deus também chama seus redimidos pelo nome (cf. Is 43.1). O Senhor chama Zaqueu para uma decisão rápida, de descer depressa da árvore e, antecipando-se a ele, convida-se pessoalmente à casa dele. Esse caso é único nos evangelhos. Interrompendo sua viagem, Jesus determinou ser hóspede dele. Não consta “eu quero”, mas “Tenho de pernoitar hoje em tua casa”. Jesus fala a partir da consciência da determinação divina. A palavra “hoje” assinala que não havia mais tempo a perder, que não seria permitido nenhum adiamento. Para Jesus havia tão-somente uma necessidade: não entrar em nenhuma outra moradia senão na casa do coletor de impostos. Seu coração assim o ordenava.

b) A permanência de Jesus com Zaqueu – Lc 19.6-10

6 – Ele desceu a toda a pressa e o recebeu com alegria.

7 – Todos os que viram isto murmuravam, dizendo que ele se hospedara com homem pecador.

8 – Entrementes, Zaqueu se levantou (se aproximou) e disse ao Senhor: Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, restituo quatro vezes mais.

9 – Então, Jesus lhe disse: Hoje, houve salvação nesta casa, pois que também este é filho de Abraão.

10 – Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o perdido.

Zaqueu não se espantou, nenhum protesto aflorou em seus lábios. Tampouco constatou-se nele vergonha, mas ele foi subitamente conquistado para o Senhor. Por essa razão acolheu com alegria o hóspede famoso.

Com pressa maior do que ele jamais usara para recolher o mais palpável rendimento, Zaqueu abriu a casa para o importante viajante, ao qual seu coração se sentira tão extraordinariamente atraído. – O Senhor Jesus havia dito “depressa”, e rapidamente Zaqueu organizara tudo.

Na multidão ainda dominada por preconceitos farisaicos manifesta-se mais uma vez a insatisfação geral. Contudo, nada alude à circunstância de que os discípulos estivessem incluídos nas palavras “todos murmuravam”.

- 8** A expressão “Zaqueu, porém, se aproximou do Senhor” coloca as palavras subseqüentes do publicano em estreita ligação com a murmuração do povo. A palavra “aproximou-se do Senhor” denota uma atitude firme (Lc 18.11, ao contrário de Lc 18.13). Quais foram as palavras que Zaqueu proferiu, postando-se diante de Jesus?

“Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado (extorquido injustamente) alguém, restituo quatro vezes mais.” Em caso de fraude cuja restituição acontecesse espontaneamente, a lei exigia que se devolvesse a quantia extorquida acrescida de um quinto (Lv 5.21ss). Quando o bem fraudado não mais existia e a devolução não era espontânea, era prescrito restituir quatro vezes mais (Êx 22.3). Quando ainda existia, devolvia-se apenas o dobro (Êx 22.1). Portanto, Zaqueu aplicou à devolução espontânea que ele faria, a regra que fora estabelecida para a restituição forçada no *caso mais grave*.

Se a promessa e obra de Zaqueu tivessem sido um ato de aparência, ele não teria conseguido subsistir perante Jesus.

A promessa de Zaqueu é a expressão de um coração repleto de gratidão, que há muito ansiava ver Jesus de Nazaré. Ao mesmo tempo constitui uma prova de que o coração de Zaqueu já não estava

apegado às riquezas. *A história de Zaqueu representa a melhor prova de que não é impossível que uma pessoa rica entre no reino de Deus.*

A promessa de Zaqueu, porém, representa igualmente um sinal da seriedade com que ele não apenas se arrepende de suas faltas do passado, mas também se empenha para compensar o dano causado a outros por meio delas. O relato extremamente sucinto não permite depreender quanto dessa mentalidade já estava operando nele antes do encontro com Jesus e o que foi produzido e transformado nele apenas sob o impacto da pessoa e fala de Jesus. O Senhor Jesus declara: “Hoje foi concedida salvação a esta casa, visto que também ele é um filho de Abraão; porque o Filho do Homem veio para procurar e salvar aquilo que está perdido.” Jesus não fala da elevada dignidade de sua visita, mas de um grato episódio de sua obra de busca e redenção. Por ora ela se restringe a Israel. Mas ela abarca todos os membros desse povo, incluindo os publicanos desprezados e odiados por seus concidadãos, como aliás todos os que decaíram nas profundezas e se desgarraram do rebanho. A aplicação a estes é até mesmo proeminente, porque os mais carentes são em geral também os mais receptivos (Lc 5.32; 6.20; 15.1-32) e, quando se deixam encontrar e resgatar por ele, os mais agradecidos, o que foi novamente comprovado pelo exemplo de Zaqueu (cf. Lc 7.36-50).

O pecador e “salteador” Zaqueu, como a multidão o via, de fato havia sido transformado em *outra* pessoa. Por meio de sua conversão tornara-se um verdadeiro israelita. Os críticos desdenhosos haviam desconsiderado que esse desprezado e indigno, sendo filho de Abraão, continuava sendo seu parente segundo a carne. Jesus concedeu-lhe o elogio de que agora também pertencia à descendência do amigo de Deus (cf. Lc 13.16) segundo o *Espírito*. A declaração do Senhor de que hoje acontecera salvação à “casa” dele contém uma alusão à circunstância de que toda a sua família experimenta essa salvação. Existe aqui uma referência à casa ou família como fundamento da igreja a ser construída. Já durante sua atuação vocacional Jesus mostra a família e a comunhão domiciliar como meio e caminho para a expansão da fé redentora. Deparamo-nos várias vezes com esse fato no NT (cf. Jo 4.53; Lc 10.5). As duplas de irmãos entre os apóstolos, a mãe dos filhos de Zebedeu e a família do próprio Jesus (At 1.14) são provas de como a mensagem da salvação se disseminou inicialmente na família. Na história da evangelização realizada pelos apóstolos (At 16.15,31s; 18.8) a família exerce um importante papel nesse aspecto. Por exemplo, citam-se expressamente nesse sentido as famílias de Timóteo, Filemom, Onesíforo e Estéfanos.

O dia da entrada de Jesus na casa de Zaqueu é o dia natal de um novo ser humano interior, e enquanto ele empobrece por opção pessoal em termos de bens terrenos, aumenta sua riqueza em termos celestiais, de modo que o hoje traça uma nítida linha divisória em sua consciência entre o ontem e o amanhã.

10. A parábola das libras dadas em custódia – Lc 19.11-27

[Comentário Esperança, Mateus, p. 403ss]

A parábola transmitida aqui por Lucas coincide em diversos aspectos com a parábola dos talentos em custódia, registrada por Mateus (Mt 25.14-30), mas *de forma alguma é idêntica a ela*.

Nossa opinião é que divergências objetivas e formais apontam para o fato de que Jesus não evitou apresentar duas *parábolas distintas, e não obstante, análogas*, em duas oportunidades diferentes.

1) Em Mateus falta a moldura da história contemporânea, que em Lucas se evidencia na descrição da recompensa dos servos fiéis (cf. Lc 19.17,19). 2) De acordo com a versão de Lucas, Jesus visa corrigir a expectativa de que sua vinda acontece em data cronologicamente *próxima*. Pela maneira como Mateus a reproduz, o Senhor *anima* a expectativa por seu futuro próximo. 3) Na presente parábola o Senhor é um nobre que deve tomar posse de um reino. Mateus fala apenas de um simples proprietário. 4) Em Mateus o patrão distribui *tudo*, todos os seus bens, a seus empregados. Por isso a magnitude das quantias, ao passo que em Lucas ele lhes entrega somente uma *pequena parcela* de seus bens. 5) O relato de Lucas descreve a *ausência* do senhor como um afastamento geográfico, o primeiro evangelista como um *afastamento cronológico*. 6) A parábola das libras dadas em custódia cita *dez* empregados, a parábola em Mateus fala apenas de *três*. 7) Conforme a versão de Mateus os empregados receberam talentos *diversos* de acordo com suas capacidades: um cinco, o outro dois, e o terceiro apenas um talento. Conforme a versão de Lucas *todos* os empregados receberam somente *uma* libra. 8) No primeiro evangelho o ganho é *proporcional* aos talentos distribuídos. Em Lucas o ganho *não* corresponde às capacidades. 9) Na parábola de Mateus um servo *enterra* o talento que lhe

foi confiado. Segundo a parábola de Lucas o servo o *guarda* no lenço. 10) O servo infiel é *duramente castigado* em Mateus. No caso de Lucas apenas lhe é *tirada* a libra confiada. Na parábola de Lucas há outro aspecto ausente em Mateus, a saber: a *indignação* dos cidadãos revoltosos e a sentença condenatória executada neles.

Esses pontos levam à conclusão de que Jesus apresentou duas parábolas distintas em épocas diversas e em lugares diferentes. A divergência das duas parábolas deve-se ao fato de que ambas servem a finalidades diferentes.

Em *Mateus* a idéia básica é que os menos capazes não devem se tornar ciumentos ou desanimados em relação aos que possuem bens intelectuais mais ricos. A atividade de cada um será julgada conforme a medida de dons espirituais que lhe foi concedida. Em *Lucas* a idéia fundamental da parábola é que a economia da glória só virá depois da economia da prova, porque todo crente deve determinar pessoalmente, pela forma como utiliza a graça redentora que recebeu, a parcela que obterá no reinado do Senhor. Por isso, enquanto em Mateus os talentos significam *dons do Espírito*, cuja proporção é distinta de acordo com a respectiva capacidade natural, as libras ou minas em Lucas representam *a salvação presenteada* por Deus, com a determinação de disseminá-la, uma graça e uma incumbência que em certo sentido são as mesmas para todos.

A parábola das libras ou minas dadas em custódia contém dois aspectos: 1) A prova que o patrão impõe aos servos durante sua ausência; 2) o juízo que se abate sobre os servos no retorno do patrão.

a) A prova dos servos durante a ausência de seu senhor – Lc 19.11-14

11 – Ouvindo eles estas coisas, Jesus propôs uma parábola, visto estar perto de Jerusalém e lhes parecer que o reino de Deus havia de manifestar-se imediatamente.

12 – Então, disse: Certo homem nobre partiu para uma terra distante, com o fim de tomar posse de um reino e voltar.

13 – Chamou dez servos seus, confiou-lhes dez minas (Pfunde) e disse-lhes: Negociai até que eu volte!

14 – Mas os seus concidadãos o odiavam e enviaram após ele uma embaixada, dizendo: Não queremos que este reine sobre nós.

À primeira vista o conteúdo dessa parábola parece ser bem diferente do que Jesus havia dito a Zaqueu. Uma observação mais minuciosa do contexto, porém, revela que esta parábola faz muito sentido na atual localização. O ensejo que levou o Senhor a apresentar essa parábola é elucidado pelas seguintes palavras: “visto estar perto de Jerusalém e lhes parecer que o reino de Deus havia de manifestar-se imediatamente”. É bem plausível essa expectativa de seus companheiros de viagem. O cego no caminho para Jericó exclamou perante toda a grande multidão o nome messiânico “Filho de Davi”, o povo entusiasmou-se a ponto de prestar um ruidoso louvor a Deus, e Jesus não o impediu. Ainda que uma murmuração passasse pela multidão por causa da estada na casa de Zaqueu, todos os corações com certeza estavam tomados integralmente pelo interesse na pessoa do Senhor. Pelo fato de que Jesus tolerava as honrarias messiânicas dos peregrinos festivos cada vez mais numerosos rumo a Jerusalém (de cujos portões ele distava menos de uma jornada), provavelmente os ânimos exaltados estivessem propensos à expectativa de que sua chegada a Jerusalém se transformaria em uma caravana pública festiva com a chegada do Messias à cidade de Sião.

Como sempre Jesus se esforça para abafar essas expectativas e excitações carnis. Os seus não se encaminham para um triunfo. O que os aguarda é um longo tempo de trabalho e confirmação. A fidelidade que eles evidenciarem durante esse tempo de trabalho e prova será o gabarito para a participação na glória e no poder, que lhes será concedida quando de fato vier o dia do triunfo. – No que diz respeito ao povo judeu como um todo, não será presenteado com a glória que geralmente se espera, mas será rejeitado e completamente destruído. Esse é o segundo significado do discurso em parábolas a seguir.

A narrativa começa dizendo que um homem nobre viajou a uma terra distante para receber um reino e depois retornar.

Provavelmente Jesus se refere a um episódio daquele tempo. O filho de Herodes, Arquelau, que pelo testamento do pai se tornara senhor sobre a Judéia (Mt. 2.22), viajara para Roma a fim de que César Augusto o reconhecesse como sucessor de seu pai, que fora rei. Foi bem sucedido nisso, embora uma comitiva judaica houvesse solicitado simultaneamente em Roma o fim do domínio da casa herodiana e a inclusão da Judéia na administração direta de Roma (cf. Josefo, *Antiguidades*,

XVII 11,1). Arquelau na verdade não obteve o título de “rei”, mas apenas a dignidade de um etnarca, mas na prática exercia poderes de rei (ibid., 11,4). Em virtude das constantes queixas de seus súditos ele perdeu, após dez anos de governo, o cargo e o território, sendo obrigado a se exilar (cf. o exposto sobre Lc 3.1). Uma vez que Jesus está falando de si mesmo, é flagrante o termo de comparação: também ele, o Messias (= Rei), que no entanto ainda não foi reconhecido por seu povo como tal, somente exercerá seu ministério real depois de ter ido ao lugar (cf. Lc 23.42) onde lhe será conferida a autoridade.

Antes de viajar, o futuro rei convocou seus dez servos e lhes deu dez libras. Cumpre considerar que cada um dos dez servos recebeu uma libra (uma mina = 30 dólares). Cada um foi incumbido de realizar negociações comerciais. Estranhamente a tradução literal é: “Negociar enquanto estou vindo!” Os servos devem lembrar-se constantemente da vinda de seu patrão e agir de acordo.

Diferentemente da parábola dos talentos em Mateus, a pequena quantia em dinheiro parece incompreensível para alguns comentaristas. Essa dificuldade desaparece quando se leva em consideração que não se trata da administração de um patrimônio deixado por aquele que parte em viagem. A quantia em dinheiro é dada aos servos com a tarefa de que façam negócios com ela. Essa característica revela a sabedoria administrativa do futuro rei. Na pequena quantia que entregou aos servos e na atividade comum de que ele os incumbiu podia-se testar sua fidelidade e adequação para a administração como funcionários de seu futuro reino.

Pouco tempo depois que o nobre havia partido, seus concidadãos, que na verdade se tornariam seus súditos, protestaram contra sua nomeação como rei. Por ódio contra sua pessoa enviaram uma delegação atrás dele para protestar contra sua nomeação real. Junto à autoridade suprema levantaram sua teimosa obstinação com ruidoso protesto: “Não queremos que esse rei governe sobre nós!” Sua tentativa não teve êxito. O rei recebeu o reino apesar de tudo. Da continuação da parábola depreende-se que ele retornou como juiz. Antes de castigar seus inimigos, seus servos tiveram de prestar contas.

b) A recompensa aos servos fiéis – Lc 19.15-19

15 – Quando ele voltou, depois de haver tomado posse do reino, mandou chamar os servos a quem dera o dinheiro, a fim de saber que negócio cada um teria conseguido.

16 – Compareceu o primeiro e disse: Senhor, a tua mina rendeu dez.

17 – Respondeu-lhe o senhor: Muito bem, servo bom; porque foste fiel no pouco, terás autoridade sobre dez cidades.

18 – Veio o segundo, dizendo: Senhor, a tua mina rendeu cinco.

19 – A este disse: Terás autoridade sobre cinco cidades.

A continuação da narrativa nos transporta para o período após o retorno do nobre, agora munido de majestade e autoridade reais. Nada é dito a respeito de como os servos usaram o dinheiro a eles confiado para trabalhar durante sua ausência. Aquilo que não foi mencionado é expresso na subsequente prestação de contas dos servos. Um servo após o outro se aproxima e presta contas de sua atividade. O primeiro não diz que uma mina se transformou em dez no total, mas: “Tua mina acrescentou dez”. O servo não exalta a si mesmo, mas exalta a libra do senhor. Com modesta alegria ele enaltece aquilo que o patrão lhe confiou e relata como isso provou ser frutífero em proporção tão abundante. Seu senhor, porém, lhe dedica grande porção de louvor e recompensa. A fiel atuação do primeiro servo é recompensada com uma extensa área de atuação e com o reconhecimento do senhor. De acordo com o montante do rendimento obtido é dimensionada também a quantia da recompensa concedida a ele. O servo que comprovou sua fidelidade nas coisas mais humildes recebe poder sobre algo grande, uma grande área administrativa no reinado do rei. Recebe tantas cidades para administrar quantas minas conseguiu obter.

Depois do primeiro servo vem o segundo. Com a mesma alegria humilde ele enaltece o resultado da mina que lhe foi confiada, com a diferença de que o resultado é 50% menor. Obteve a mesma resposta amável do senhor, embora o número de cidades sobre as quais é colocado se reduz agora ao mesmo número das cinco minas conseguidas. A circunstância de que a elogiosa interpelação “Muito bem, servo bom” não é expressamente repetida no caso do segundo servo não representa uma privação desse elogio. Igualmente foi omitida a justificativa: “Porque foste fiel no pouco!” Ambas as partes se completam por si mesmas. Em Mt 25.21, no entanto, toda a interpelação do patrão é reiterada na formulação literal, a fim de destacar dessa maneira a identidade do elogio e da recompensa. Essa motivação não acontece no atual caso. Importa aqui a diferença que se evidencia

na quantidade distinta da recompensa atribuída. De acordo com a proporção da fidelidade que demonstraram, como ficou evidenciada pela respectiva magnitude do resultado obtido, o rei concedeu-lhes uma posição correspondente de poder em seu reino.

c) O servo infiel e sua punição – Lc 19.20-26

20 – Veio, então, outro, dizendo: Eis aqui, senhor, a tua mina, que eu guardei embrulhada num lenço.

21 – Pois tive medo de ti, que és homem rigoroso; tiras o que não puseste e ceifas o que não semeaste.

22 – Respondeu-lhe: Servo mau, por tua própria boca te condenarei. Sabias que eu sou homem rigoroso, que tiro o que não pus e ceifo o que não semeiei?

23 – Por que não puseste o meu dinheiro no banco? E, então, na minha vinda, o receberia com juros.

24 – E disse aos que o assistiam: Tirai-lhe a mina e dai-a ao que tem as dez.

25 – Eles ponderaram: Senhor, ele já tem dez.

26 – Pois eu vos declaro: a todo o que tem dar-se-lhe-á; mas ao que não tem, o que tem lhe será tirado.

Nem todos os dez servos cumpriram fielmente sua tarefa durante a ausência do senhor. O exemplo dos dois servos que representam a classe fiel é contraposto ao outro que guardou no lenço a mina de que fora fiel-depositário. Baseou-se na mesma lógica que o terceiro servo em Mt 25.24s ao tentar justificar-se, apenas invertendo a sequência das idéias. No evangelho de Mateus a dureza do patrão constitui o ponto de partida. Aqui a conservação inativa do dinheiro é derivada do temor do servo. As palavras “eis aqui a tua mina” estão no começo de tudo. Com a devolução da propriedade ao patrão ele combina a confissão de que guardou a mina em um lenço. Sua desculpa é hipócrita pelo fato de que, ao invés de admitir sua *preguiça*, alega o *temor diante da dureza* de seu patrão. O rei, porém, mostra que ele deveria ter-se deixado determinar justamente pela dureza alegada pelo servo, para fazer, no cumprimento de sua incumbência, pelo menos aquilo que não teria exigido nenhum esforço especial.

Aquilo que o servo preguiçoso apresenta em sua defesa abre caminho justamente para sua condenação. Um princípio jurídico geral é o julgamento de um criminoso pela própria boca e confissão do culpado (cf. Jó 15.6; 2Sm 1.16). O argumento levantado contra o servo é que, se fosse honesto, sua justificativa acerca do caráter do senhor deveria tê-lo levado a um procedimento totalmente diferente. Se o servo acreditava que seu patrão somente visava obter ganhos pessoais por meio do trabalho do servo, como, então, fora capaz de guardar o dinheiro morto e sem utilidade? O servo, que não queria trabalhar para o lucro do patrão, nesse caso poderia ter levado o dinheiro ao banco, para que produzisse juros. A circunstância, porém, de que ele conservou o dinheiro do patrão, devolvendo-o sem alterações, não podia servir nem para sua desculpa nem para sua justificação, porém unicamente imputada como um agravamento da culpa. Cada desculpa apenas revela uma contradição após a outra.

Por ter guardado a libra, o servo não obteve um lugar na administração do reino, mas o rei ordenou que lhe fosse tirado aquilo que lhe confiara, encerrando a relação de serviço mantida até então. Os assistentes foram incumbidos de tirar dele a mina que lhe fora confiada e entregá-la àquele que tinha dez. Diante da objeção de que aquele já tinha dez minas, o rei replica com um ditado, de que todo aquele que possui ainda receberá por acréscimo, e todo o que não tem nada ainda será despojado do que possui! O montante tirado pelo rei do preguiçoso beneficia aquele que havia produzido rendimento abundante para seu patrão com fidelidade e esforço. Quando o Senhor retornar, aquela frase do provérbio terá sua aplicação.

d) A sentença punitiva sobre os inimigos do rei – Lc 19.27

27 – Quanto, porém, a esses meus inimigos, que não quiseram que eu reinasse sobre eles, trazei-os aqui e executai-os na minha presença!

O discurso do rei voltou-se de seus servos para seus inimigos, a fim de declarar o que agora aconteceria com estes. Seus concidadãos haviam sido chamados em *primeiro* lugar para participar das bênçãos de seu reino. Esses concidadãos, porém, haviam se tornado seus inimigos, razão pela qual já não havia outra designação para eles. A expressão “esses meus inimigos” remete à asserção

deles “Não queremos que esse seja rei sobre nós!” A sentença relacionada com a apresentação dos inimigos foi formulada em tom sucinto e grave: “Abatei-os diante de mim!” A forte expressão no texto original *kataspháxete* = “imolai” significa, nos lábios do juiz real, que os rebeldes não experimentam nenhum tipo de indulgência branda, mas que terão o castigo de uma morte violenta sem nenhuma clemência.

O conteúdo da presente parábola contrapõe-se a qualquer expectativa de uma manifestação imediata do reino de Deus, da forma como os judeus a imaginavam (cf. Lc 19.11).

A parábola na verdade fala da instalação de um reinado. Esse estabelecimento, porém, é precedido por uma viagem a uma terra distante e por uma ausência mais demorada do futuro rei. Durante esse período a fidelidade dos servos do rei precisa ser comprovada, e o ódio de seus concidadãos contra o governo dele, desmascarado.

A viagem do nobre é usada por Jesus para referir-se à sua própria iminente saída do mundo; com a volta do rei o Senhor visa descrever seu próprio retorno com poder e glória. A hora de seu retorno com grande poder e glória torna-se para os discípulos um momento de prestar contas, e para os inimigos uma hora de juízo. A primeira parte da parábola (Lc 19.12-14) caracteriza o iminente tempo intermediário, no qual o Senhor estará distante, como um período de prova para a fidelidade dos discípulos, bem como de revelação do ódio de seus inimigos. A segunda parte da narrativa (Lc 19.15-27) mostra quanta relevância a hora do retorno do Senhor adquire para os fiéis e para os inimigos.

SEÇÃO V

A ÚLTIMA PERMANÊNCIA DE JESUS EM JERUSALÉM – LC 19.28-21.38

O relato acerca da entrada do Senhor em Jerusalém, que no geral apresenta semelhanças com a exposição de Marcos, mostra a multidão de discípulos que ovacionam como rei aquele que vem em nome do Senhor, e evoca o canto de louvor dos anjos na história do nascimento, enquanto Marcos fala de forma mais indefinida sobre o reino vindouro do pai Davi. A narrativa subsequente em Marcos, acerca da figueira estéril, é omitida por Lucas, porque já apresentou um discurso equivalente em parábola anterior (cf. Lc 13.6-9). Nesse local Lucas oferece, em contraste com a imprecação contra a figueira, uma impressionante descrição de que perto de Jerusalém Jesus verteu lágrimas de compaixão por causa da obsessão contra a salvação. Por causa dela a cidade santa caminhará impreterivelmente para o juízo punitivo da destruição (Lc 19.41-44). A purificação do templo, que em Marcos se revestia de importância especial para o curso dos acontecimentos na semana da Páscoa em Jerusalém, é relatada por Lucas de forma abreviada. Não atribui, como Marcos, os planos de assassinato do hierarca e dos maiores do povo à purificação do templo, mas à sua atividade doutrinária no templo. A pergunta pela autoridade para esse tipo de atuação (Lc 20.1-8) em Lucas refere-se igualmente ao ensino mencionado anteriormente. As controvérsias em Jerusalém são narradas por Lucas na mesma ordem de Marcos e com uma coincidência básica no conteúdo, apenas omitindo o diálogo com os escribas sobre o mandamento mais importante, porque um substitutivo para este diálogo já fora relatado previamente (Lc 10.25-27). Lucas manteve o final do diálogo de acordo com Marcos (cf. Mc 12.34), e acrescenta aqui a controvérsia sobre a ressurreição.

Na grande escatologia Jesus confere às enigmáticas palavras apocalípticas sobre uma grave tribulação a referência bem definida e franca à destruição de Jerusalém e o desterro dos judeus para todas as nações. Jerusalém será pisada pelos gentios por tanto tempo até que se tenha cumprido o tempo dos gentios (Lc 21.24). Com esse prazo Paulo relaciona a perspectiva da recuperação de Israel após a conversão do mundo gentio (Rm 11.25). A palavra de que não se sabe o dia nem a hora do fim, de Mc 13.32, não é mencionada por Lucas.

Conforme a visão panorâmica fornecida aqui, esse bloco do evangelho de Lucas relata três coisas:

- 1) A entrada de Jesus em Jerusalém (Lc 19.28-44).
- 2) A atuação de Jesus no templo de Jerusalém (Lc 19.45-21.4).
- 3) A profecia de Jesus sobre a ruína de Jerusalém e do povo judeu (Lc 21.5-38).

1. A entrada de Jesus em Jerusalém – Lc 19.28-44

[Comentário Esperança, Mateus, p. 347ss, Marcos, p. 319ss]

De acordo com o relato dos três evangelhos sinóticos parece que Jesus acompanhou a caravana de peregrinos festivos de Jericó a Jerusalém, de modo que adentrou a capital ainda no mesmo dia dessa caminhada. Conforme Jo 12.1, porém, antes disso o Senhor ainda passou por Betânia. Aqui os moradores da casa lhe ofereceram uma refeição, na qual Maria, a irmã de Marta, ungiu o Senhor, algo não mencionado por Lucas. O boato da chegada do Senhor a Betânia disseminou-se pelos peregrinos da festa, de maneira que na manhã seguinte muitos vieram àquela localidade, a fim de ver Jesus e Lázaro, que havia sido ressuscitado por ele (cf. Jo 12.9-11). Os quatro relatos dos evangelhos fornecem um quadro completo acerca de todo os detalhes das circunstâncias. A presente narrativa contém a) os preparativos para a entrada em Jerusalém (Lc 19.28-36), b) a alegria dos discípulos e das massas populares (Lc 19.37-40) e c) as lágrimas de Jesus sobre Jerusalém (Lc 19.41-44).

a) Os preparativos para a entrada em Jerusalém – Lc 19.28-36

28 – E, dito isto, prosseguia Jesus subindo para Jerusalém.

29 – Ora, aconteceu que, ao aproximar-se de Betfagé e de Betânia, junto ao monte das Oliveiras, enviou dois de seus discípulos,

30 – dizendo-lhes: Ide à aldeia fronteira e ali, ao entrardes, achareis preso um jumentinho que jamais homem algum montou; soltai-o e trazei-o!

31 – Se alguém vos perguntar: Por que o soltais? Respondereis assim: Porque o Senhor precisa dele.

32 – E, indo os que foram mandados, acharam segundo lhes dissera Jesus.

33 – Quando eles estavam soltando o jumentinho, seus donos lhes disseram: Por que o soltais?

34 – Responderam: Porque o Senhor precisa dele!

35 – Então, o trouxeram e, pondo as suas vestes sobre ele, ajudaram Jesus a montar.

36 – Indo ele, estendiam no caminho as suas vestes.

A frase “dito isso” no v. 28 conecta a narrativa seguinte igualmente com o acontecimento anterior. Após ensinar seus discípulos e adeptos, Jesus prosseguiu na ponta da caravana de peregrinos que subia para Jerusalém. Esse dado não significa que ele chegou a Jerusalém no mesmo dia em que apresentou a parábola anterior, mas que ele prosseguiu adiante de Jericó logo após aquele ensinamento, a fim de encaminhar-se para Jerusalém. Conforme o relato de Jo 12.1s e 12, Jesus passou em Betânia a noite anterior à entrada triunfal, seguindo de lá sem mais interrupções a Jerusalém.

A massa dos peregrinos da festa havia continuado a marcha até a capital no dia anterior, espalhando o boato da chegada de Jesus a Betânia. Isso motivou uma porção de pessoas a irem até Betânia na manhã seguinte, a fim de ver Jesus e também Lázaro, como já indicamos preliminarmente.

O caminho, que subia do vale de Betânia sobre as colinas de Betfagé até o cume intermédio do Monte das Oliveiras, para depois descer até o vale do Cedrom, que separa os altos de Jerusalém do cume do Monte das Oliveiras, situado cem metros acima do leito do Cedrom, percorria ricos hortos de palmeiras, frutíferas e oliveiras. Na época da Páscoa, no entanto, esse caminho poderia ser bem comparado a uma viela de acampamentos, festivamente agitada, por causa das caravanas de peregrinos e dos abrigos na encosta do Monte das Oliveiras. Essa estrada tornava-se ainda mais movimentada na noite de sábado e na manhã de domingo por causa das caravanas de peregrinos que iam para Jerusalém, levando para lá a notícia de que Jesus pretendia chegar hoje à cidade. Todos os adeptos de Jesus ficaram sumamente agitados por essa notícia, e aconteceu que, sem planejamento, se formasse em breve uma grande comitiva festiva que pretendia ir ao encontro dele.

Com Betfagé e Betânia define-se com maior exatidão a localidade de onde Jesus enviou os dois discípulos em busca do animal de montaria. A nomeação dos dois lugares se explica pelo fato de que o envio dos discípulos aconteceu nas cercanias de Betfagé e Betânia. De Betfagé, local mais próximo de Jerusalém, foi trazido o potro. Segundo o Talmude, Betfagé ficava a leste dos muros de Jerusalém na direção do Monte das Oliveiras.

Até então Jesus havia se distanciado das aclamações do povo. Agora ele pretendia revelar-se como o Messias no meio da multidão. Pelo fato de Jesus saber que sua vida em breve chegaria ao fim em Jerusalém, essa manifestação já não seria perigosa para sua obra (Lc 13.32s). Com certeza Pedro foi

um dos dois discípulos enviados, pelo que se explica a precisão na descrição dos detalhes em Marcos.

O potro aqui mencionado sem dúvida é um filhote de jumento, porque os jumentos eram os animais de montaria usuais (Jz 10.4; 12.14; Zc 9.9). A nota “que jamais homem algum montou” caracteriza a suma relevância do evento. Para fins sagrados escolhiam-se animais que nunca haviam sido utilizados para nenhum trabalho (Nm 19.2; Dt 21.3; 1Sm 6.7). Jesus podia inaugurar seu reinado messiânico somente com um animal novo, que ainda não havia sido montado.

O fato de que diante da frase “O Senhor precisa dele!” o proprietário do jumentinho concordou em entregar o animal aos discípulos, conforme Jesus previra, permite concluir que esse homem com certeza conhecia o Senhor e o havia reconhecido como o “Senhor”. O conhecimento a respeito da disposição do proprietário de liberar imediatamente o animal atesta o saber *profético* de Jesus, o que não deve ser confundido com onisciência (Lc 22.10,31-34; Jo 1.47s; 4.17-19).

Os discípulos executam a incumbência do Senhor, prestando-lhe sua reverência. Ao lhe dedicarem suas túnicas para que as usasse, eles expressam a entrega de toda a sua pessoa e de seus bens.

b) O júbilo dos discípulos e dos adeptos na marcha de entrada – Lc 19.37-40

37 – E, quando se aproximava da descida do monte das Oliveiras, toda a multidão dos discípulos passou, jubilosa, a louvar a Deus em alta voz, por todos os milagres que tinham visto,

38 – dizendo: Bendito é o Rei que vem em nome do Senhor! Paz no céu e glória nas maiores alturas!

39 – Ora, alguns dos fariseus lhe disseram em meio à multidão: Mestre, repreende os teus discípulos!

40 – Mas ele lhes respondeu: Asseguro-vos que, se eles se calarem, as próprias pedras clamarão.

Lucas diferencia os detalhes da reverência com uma precisão maior que Mateus e Marcos. O entusiasmo chegou ao ápice quando o alvo final da marcha pacífica se descortinou diante dos olhos. Enquanto a caravana se aproximava do declive do Monte das Oliveiras, ao chegar cada vez mais perto de Jerusalém, a multidão começou a enaltecer a Deus em alta voz por causa dos grandes feitos poderosos dos quais foi testemunha ocular na companhia de Jesus. Havia alcançado o ponto em que o caminho começava a subir, onde o pico do monte fica a cerca de 700 metros acima do nível do mar e cerca de 100 metros acima do vale de Josafá. Toda a cidade de Jerusalém descortina-se aqui como um grande panorama. Enquanto o caminho descia, o júbilo se intensificava cada vez mais.

Lucas traz o louvor conforme o Salmo 118.26-29, omitindo o termo hebraico “Hosana”. Esse cântico faz parte do grande Aleluia (Sl 115-118) entoado no final da ceia da Páscoa e na festa dos tabernáculos. Aqui em Lucas o hino denota uma característica menos própria do AT que em Mateus e Marcos. Às palavras do salmo “Que vem em nome do Senhor” era conferida uma importância messiânica. Sob vivo aplauso da multidão o Vindouro foi saudado como “o Rei”. Dessa maneira se reconhece a dignidade real de Jesus. Ele é o Rei enviado por Deus. Ao grito de júbilo são acrescentadas duas expressões “Paz no céu e glória nas alturas!” Elas não verbalizam apenas o desejo de que agora se faça paz entre Deus e os humanos, e de que Deus mostre sua glória no céu. Não, pelo contrário, essas palavras são hinos de adoração. Correspondem ao louvor dos anjos no nascimento do Senhor. Devem ser entendidas no sentido de que existe paz no céu porque Deus se compadeceu de seu povo ao enviar o prometido Rei da Paz de Jerusalém.

Para observar o que acontecia, os fariseus haviam se misturado entre as massas populares. Pelo fato de notar que já não gozavam do respeito necessário para poder ordenar ao povo que se calasse (cf. Jo 12.19), dirigiram-se a Jesus com o objetivo de estabelecer a ordem entre seus seguidores. O Senhor devia proibir esse júbilo aos discípulos. Visto que Jesus não era aquilo que seus discípulos proclamavam, o júbilo da multidão, segundo a opinião dos fariseus, não passava de blasfêmia!

Jesus concordou sem rodeios com o júbilo do povo, respondendo aos fariseus: “Se eles se calarem, as próprias pedras clamarão.” A expressão “as pedras clamarão” é proverbial (cf. Hc 2.11). Aqui ela representa uma alusão velada à destruição de Jerusalém, sendo que as pedras da cidade e do templo representam o juízo condenatório de Deus. Depois da confissão de Pedro o Senhor proibiu os discípulos de dizerem que ele é o Messias. No caminho até sua paixão e morte, já em Jericó ele concordara perante todo o povo com a confissão do cego, que o invocou como Messias para obter auxílio. Agora, por ocasião de sua entrada em Jerusalém, ele desejava ser enaltificado pelos discípulos

como o Redentor de seu povo, prenunciado pelos profetas. Jerusalém deveria decidir se queria ou não acolhê-lo como seu Rei e Salvador. A decisão já havia sido tomada, porque o discurso anterior de alguns fariseus atestava a disposição dos dirigentes espirituais do povo contra ele.

c) As lágrimas de Jesus sobre Jerusalém – Lc 19.41-44

41 – Quando ia chegando, vendo a cidade, chorou

42 – E dizia: Ah! Se conheceras por ti mesma, ainda hoje, o que é devido à paz! Mas isto está agora oculto aos teus olhos!

43 – Pois sobre ti virão dias em que os teus inimigos te cercarão de trincheiras e, por todos os lados, te apertarão o cerco.

44 – E te arrasarão e aos teus filhos dentro de ti; não deixarão em ti pedra sobre pedra, porque não reconheceste a oportunidade da tua visita.

Jesus chorou por Jerusalém! De acordo com a expressão do texto original, *eklausen*, ele não somente verteu lágrimas, mas foi tomado de um forte lamento.

O relato sobre as lágrimas de Jesus pertence ao material exclusivo de Lucas. Não há necessidade de mencionar que um elemento desses faz parte do evangelho. Esse relato evidencia Jesus como verdadeiro e santo Filho do Homem. O dia da entrada do Senhor na cidade santa foi o último dia de decisão para Jerusalém. Todo o passado do povo poderia ter sido reparado naquele único dia. Contudo, o que é necessário à paz dos habitantes de Jerusalém está agora velado a seus olhos. A graça divina, que o Rei pretendia trazer ao entrar marchando, estava oculta ao povo segundo o justo desígnio de Deus (cf. Mt 11.25s), mas sem excluir a culpa pessoal do povo.

A iminente *destruição de Jerusalém* é o tema de seu emocionante discurso que ocorre aqui (Lc 21.5s), que ele proferiu dois dias depois perante seus discípulos. O Senhor não somente está prenunciando o desaparecimento de Jerusalém de forma geral, mas também descreve com minúcias a maneira pela qual a sentença do juízo será cumprida. Jesus anuncia literalmente um sítio, na qual se recorre a todos os meios de cerco bélico daquele tempo e se admitem todas as crueldades que vitoriosos exercem contra derrotados. Inicialmente é mencionada uma trincheira de cerco, relatada por Josefo (cf. Josefo, *Bellum Judaicum*, V, 6,2; V, 12,2), e que foi erguida em torno de Jerusalém e queimada pelos judeus. Na seqüência Jerusalém é sitiada e acossada. Nesse caso pode-se pensar no muro de 30 estádios de comprimento que Tito mandou construir em três dias no lugar da trincheira queimada, rodeando a cidade inteira. Em decorrência, essa medida precipita a desolação sobre Jerusalém e seus habitantes. A expressão *edaphizein* possui um significado duplo: arrasas ao nível do chão ou arremeter contra o chão (cf. Sl 137.9). A última parte da profecia foi cumprida na íntegra somente por ocasião da revolta liderada por Barcochba nos dias do imperador Adriano. Esse destino terrível é consequência da obsessão do povo judeu até o dia atual.

O presente relato pertence às preciosidades mais comoventes do evangelho de Lucas. Depois dessa descrição avassaladora o autor nem sequer cita mais a entrada na cidade. Tão somente pensa nos eventos vindouros.

2. A atuação de Jesus no templo de Jerusalém – Lc 19.45-21.4

Depois da entrada em Jerusalém ocorreu a ida do Senhor até o seu templo, pelo que se cumpriu a profecia de Malaquias (cf. Ml 3.1s). Tudo o que é relatado de Lc 19.45 a 21.4 aconteceu no templo de Jerusalém. Ao purificar o templo Jesus apresentou-se como juiz punitivo e legislador restaurador (Lc 19.45-48). As narrativas subseqüentes descrevem o que ocorreu no interior do templo. Primeiramente Jesus respondeu à pergunta dos membros do Sinédrio sobre a perfeição da autoridade de sua atuação (Lc 20.1-8). Segundo essa resposta, o Senhor mostra aos emissários do Sinédrio, por meio da parábola dos maus vinhateiros, que o poder das trevas comanda seus corações e deliberações contra ele (Lc 20.9-19). A parábola da grande ceia é omitida por Lucas porque já fora trazida anteriormente (Lc 14.16ss). Segundo o relato dele Jesus passa a responder à pergunta dos fariseus sobre a legitimidade da regulamentação dos tributos ao imperador romano, bem como à interrogação dos saduceus sobre a ressurreição dos mortos (Lc 20.20-40). Se antes anunciara sua paixão e morte na parábola dos maus vinhateiros e citara os causadores de tudo, agora Jesus enfatiza que ele, o Cristo, não é apenas Filho de Davi, mas igualmente de Deus (Lc 20.41-44). Antes de Jesus se despedir do templo, ele adverte o povo contra os fariseus e escribas (Lc 20.45-47). No final dessas

controvérsias no templo com os maioraís do povo encontra-se a singela história da moedinha ofertada pela viúva (Lc 21.1-4).

a) A purificação do templo e o ensino de Jesus no templo – Lc 19.45-48

[Comentário Esperança, Mateus, p. 350s, Marcos, p. 324ss]

45 – Depois, entrando no templo, expulsou os que ali vendiam,

46 – dizendo-lhes: Está escrito: A minha casa será casa de oração. Mas vós a transformastes em covil de salteadores.

47 – Diariamente, Jesus ensinava no templo; mas os principais sacerdotes, os escribas e os maioraís do povo procuravam eliminá-lo.

48 – Contudo, não atinavam em como fazê-lo, porque todo o povo, ao ouvi-lo, ficava dominado por ele.

Sem o relato de Marcos teríamos de supor que Jesus expulsou os vendedores do templo ainda no mesmo dia de sua entrada em Jerusalém. O informe preciso de Marcos permite constatar que Jesus entrou à tarde em Jerusalém e não realizou mais nada à noite, limitando-se a observar tudo no templo. Somente no dia seguinte, quando retornou de Betânia, Jesus purificou o templo da flagrante profanação. Pelo fato de os comerciantes serem chamados de “vendedores” fica claro que eles são pessoas conhecidas que dispunham de um credenciamento das autoridades para esse negócio.

Em seu relato resumido sobre a purificação do templo o evangelista Lucas tem interesse primordial na asserção do Senhor da qual se depreende a finalidade e a total profanação do templo. As palavras de Jesus são emprestadas de Is 56.7 e Jr 7.11. Naquele texto Isaías profetiza a acolhida dos gentios crentes no reino de Deus, pelo que o templo se tornará uma casa de oração para todos os povos. Em Jeremias Deus se dirige contra os blasfemos que consideravam o comparecimento ao templo como uma carta branca para suas atrocidades. É a eles que Deus anuncia a destruição do santuário. No tempo de Jesus a casa do Senhor havia sido transformada pelos ímpios em covil de salteadores, não apenas através do comércio e câmbio ali praticados, mas também através da profanação representada pelos rudes pecadores que compareciam sem receios para comprar a anulação dos pecados diante de Deus por meio de sacrifícios sem arrependimento.

A purificação do templo realizada por Jesus foi de fato uma declaração de que ele como Messias chegara para expulsar os não-santos do reino de Deus e executar o juízo sobre os pecadores. Segundo Mt 3.1-3 competia ao Messias um esse ato de atestação de sua autoridade perfeita. Jesus havia realizado um ato análogo já no começo de sua atuação pública (cf. Jo 2.13ss). Com a dupla purificação do templo Jesus atesta sua atuação messiânica, começada e encerrada em Jerusalém.

Na seqüência da purificação do templo Lucas acrescenta uma descrição resumida da atividade de Jesus. A apresentação traz a transição para os cap. 20 e 21. De forma precisa e palpável Lucas delineia a situação naquele momento histórico crítico. Diariamente Jesus demonstrava em público coragem destemida, serenidade e força do Espírito. Para sua própria segurança ele não pernoitava em Jerusalém, mas em Betânia.

b) A pergunta do Sinédrio pela autoridade de Jesus e sua réplica com outra pergunta – Lc 20.1-8

[Comentário Esperança, Mateus, p. 354ss, Marcos, p. 332ss]

Sobre a aparição pública de Jesus em Jerusalém durante os últimos dias antes de sua paixão, Lucas relata de modo sucinto o que se repetia diariamente (cf. Lc 19.47-20.1; 20.9,45). Ele ensinava o povo (Lc 19.47-20.38) no templo, que se reunia ali em grande número desde o começo da manhã a fim de ouvi-lo (Lc 21.38; 20.45). Como a maioria dos peregrinos da festa, Jesus passou as noites fora da cidade (porque os alojamentos na cidade estavam todos tomados por causa da festa da Páscoa), a saber, no Monte das Oliveiras (Lc 21.37). O presente evangelista destaca particularmente, sem maiores definições, um dia dentre o período de vários dias da semana da paixão (Lc 20.1). Na seqüência a exposição dos acontecimentos nestes capítulos de Lucas acompanha, de forma muito estreita, o relato a Marcos. Lucas omite nesse contexto a impreciação contra a figueira estéril (Mc 11.20-22,13s), o ensinamento sobre o poder da fé que opera milagres (Mc 11.23-25) e a pergunta sobre os dois mandamentos fundamentais da lei (Mc 12.28-34), porque para essas partes já havia oferecido um substitutivo apropriado previamente (cf. Lc 13.6-9; 17.5-6; 10.25-28).

A pergunta do Sinédrio e a resposta de Jesus com outra pergunta – Lc 20.1-4

1 – Aconteceu que, num daqueles dias, estando Jesus a ensinar o povo no templo e a evangelizar, sobrevieram os principais sacerdotes e os escribas, juntamente com os anciãos,

2 – e o argüiram nestes termos: Dize-nos: com que autoridade fazes estas coisas? Ou quem te deu esta autoridade?

3 – Respondeu-lhes: Também eu vos farei uma pergunta; dizei-me:

4 – o batismo de João era dos céus ou dos homens?

Como os dois primeiros evangelistas, também Lucas mostra o comportamento exterior de Jesus em relação a seus inimigos durante seus últimos dias de vida. O evangelista João não traz essas controvérsias do Senhor dentro dos muros do templo. O quarto evangelho dá preferência aos relatos sobre as horas do convívio íntimo de Jesus com seus apóstolos.

Além de ensinar, a atividade de Jesus no templo consistia também em anunciar o evangelho (cf. Lc 3.18,43; 16.16). Quem desejava ser salvo ainda tinha oportunidade. Lucas não dá amostras detalhadas da proclamação do evangelho nos últimos dias do Senhor, como faz João (cf. Jo 12.28-36,44-50; 18.20). Os discursos que o atual evangelista traz em Lc 20 e 21 são todos provocados por manifestações hostis dos líderes do povo. Os ataques partiam do Sinédrio, composto pelas três categorias aqui mencionadas: os sumo sacerdotes, os escribas e os anciãos. Na verdade não declaravam que estavam falando em nome de todo o Sinédrio. Por causa da notória hostilidade da maioria contra o Senhor, a comitiva pode ser comparada com outra similar que se aproximou de João por ocasião do início da atuação pública de Jesus (cf. Jo 1.19-28). Talvez a coincidência da pergunta tivesse exercido uma influência sobre a resposta do Senhor. A autoridade máxima de Israel sem dúvida era competente para se orientar acerca da autoridade de todos os mestres que vinham a público. Jesus também estava disposto a responder com sinceridade a todas as perguntas levantadas.

A pergunta dos adversários contém dois aspectos. Eles indagam pela origem e pela pessoa mediadora de sua autoridade. Primeiramente visavam extrair dele uma declaração acerca de seu envio celestial, para ter motivos para acusá-lo de blasfêmia. Além disso, os inimigos desejavam saber qual enviado de Deus lhe havia dado autoridade para essa atividade. Na primeira pergunta a forma grega no plural *tauta* = “essas coisas” não se refere somente ao ensino e à purificação do templo, mas a tudo o que Jesus fez e faz desde a entrada em Jerusalém. A entrada, a purificação do templo, as curas milagrosas e o ensino no templo, tudo isso revelava Jesus como o Rei messiânico. Seus inimigos eram da opinião de que todo o desdobramento de sua majestade e autoridade no templo durante os últimos dias não podia ser legitimado.

A réplica em forma de pergunta não representava, como parece à primeira vista, um hábil esquivar-se da situação. O Senhor primeiro precisava constatar se ao perguntar eles também eram capazes de ouvir a resposta correta. Isso só poderia ser presumido se eles evidenciassem um caráter de *amor* à verdade. Enquanto os membros do Sinédrio, como representantes do povo, não eram capazes de externar uma opinião definida acerca de João Batista, ele não lhes poderia dizer nada acerca da origem e do mediador de *sua* autoridade. Quem admitia o envio divino do Batista (que na realidade não fizera milagres), teria de reconhecer ainda mais o envio de Jesus por parte de Deus, como no passado também fizera Nicodemos (cf. Jo 3.2). Se, no entanto, os adversários de Jesus rejeitavam o envio do Batista e sua obra, eles mereciam ser acusados de incapacidade de opinar sobre a autoridade de Jesus.

O embaraço dos adversários do Senhor – Lc 20.5-8

5 – Então, eles arrazoavam entre si: Se dissermos: do céu, ele dirá: Por que não acreditastes nele (no Batista)?

6 – Mas, se dissermos: dos homens, o povo todo nos apedrejará; porque está convicto de ser João um profeta.

7 – Por fim, responderam que não sabiam.

8 – Então, Jesus lhes replicou: Pois nem eu vos digo com que autoridade faço estas coisas.

A réplica de Jesus em forma de pergunta bastou para desarmar seus inimigos. Ele os pegara em sua própria rede. Restavam-lhes apenas duas coisas: reconhecer a autoridade divina do Batista ou contrariar a convicção unânime do povo. Foi o temor das pessoas, mas não o temor a Deus que impediu que os inimigos falassem contra a opinião do povo. Nisso se revela sua miserável hipocrisia.

Todos os três evangelistas anotam com precisão os pensamentos do coração deles, não exteriorizados em palavras audíveis. Ponderam o que eles poderiam dizer e o que Jesus diria então. Sua consciência já os condena de antemão: “Por que, então, não crestes no Batista?” Era essa a pergunta dos lábios do Senhor que eles pretendiam evitar a qualquer custo. Curiosa é sua consideração de que a fé na natureza profética do Batista estava difundida entre o povo. O povo mostrava tamanha firmeza nessa convicção que os proeminentes senhores, caso discordassem disso, temiam ser apedrejados. Esse traço é característico de Lucas.

Para os inimigos do Senhor ficara muito difícil sair do embaraço. Ambas as alternativas eram igualmente duras para eles: confessar a verdade ou negá-la. Em seu constrangimento encontraram uma terceira solução, por meio da qual no entanto escancararam sua estultice. A explicação de que não sabiam “de onde” era duplamente constrangedora, porque em geral sempre diziam “nós sabemos” (Jo 9.24-34). Sua resposta era tão curta e indefinida quanto possível. O fato mais constrangedor para os inimigos foi que sua resposta concedeu ao Senhor o direito de dar uma resposta categórica: “Então tampouco digo a vocês com que autoridade faço essas coisas.”

c) A parábola dos maus vinhateiros – Lc 20.9-19

[Comentário Esperança, Mateus, p. 358ss, Marcos, p. 335ss]

Em Mateus essa parábola antecede a dos dois filhos, que se referia, segundo as palavras de Jesus, à atitude dos representantes do Sinédrio frente a João Batista (Mt 21.28-32).

A parábola é um grandioso retrato de todo o percurso da história teocrática de Israel. De forma impressionante o seu verdadeiro significado é desvendado. Toda a história da velha aliança, o tempo dos profetas, a vinda do Messias, sua rejeição e morte, as conseqüências da morte, a condenação de Israel, a transferência do reino para os gentios, tudo isso é descrito com as mais simples ilustrações, porém com a mais terrível nitidez. É praticamente a resposta à pergunta deles pela origem de sua autoridade: ele é o Filho, o herdeiro, o enviado supremo de seu Deus.

A parábola descreve três aspectos: 1) a posição de honra dos maioraes da teocracia, 2) o comportamento criminoso das autoridades teocráticas, 3) a punição por esse comportamento.

A posição de honra dos maioraes da teocracia – Lc 20.9

9 – A seguir, passou Jesus a proferir ao povo esta parábola: Certo homem plantou uma vinha, arrendou-a a lavradores e ausentou-se do país por prazo considerável.

De acordo com Mateus e Marcos esta parábola dirige-se aos fariseus e anciãos, com os quais possui certa relação, ao passo que Lucas apresenta o Senhor falando ao povo. Conforme a situação (cf. Lc 19.36,43; 22.2) os ouvintes neste caso não são apenas os moradores de Jerusalém, mas os peregrinos judeus que estavam presentes para a festa na capital, vindos de todas as regiões do território. Entre esse povo mencionado em Lc 20.9, vindo de todas as regiões da terra judaica, havia também membros do Sinédrio (termo rabínico: *Sanhedrin*, cf. Lc 20.19). As palavras introdutórias em Mc 12.1 “Depois, entrou Jesus a falar-lhes por parábola” designam um recomeço, em que o Senhor, como fez com o povo na Galiléia, agora falava também aos superiores do povo primordialmente por parábolas (cf. Mt 22.1). Nesta parábola Jesus revela a seus ouvintes o comportamento vergonhoso dos líderes frente aos enviados de Deus desde o tempo dos pais, bem como o juízo sobre todo o povo.

Em numerosas passagens do Antigo e do Novo Testamentos a vinha é uma ilustração comum para a teocracia israelita, com a qual Deus não mediu esforços (cf. Sl 80.8ss; Is 5.1ss; 27.2s; Jr 2.21; Os 10.1; Ez 15.2ss; Mt 20.1ss; 21.28ss,33ss). Sem dúvida, nessa parábola Jesus lembra o cântico do profeta Isaías acerca da vinha (cf. Is 5.1ss), que era bem conhecido de todos os ouvintes judaicos.

Além disso, as palavras introdutórias informam que o proprietário entregou a vinha aos vinhateiros e partiu em viagem. A escolha do verbo grego *ekdídomi* = “largar algo da mão” ou “entregar”, associada à simultânea partida por longo tempo, permite constatar que o proprietário deixou os vinhateiros trabalhar com autonomia em sua vinha. Os vinhateiros não eram escravos, nem diaristas, nem empregados, mas a vinha lhes fora entregue com todos os equipamentos para o trabalho e a gestão autônomos, evidentemente mediante a condição de entregar ao proprietário os frutos no tempo da safra. A autonomia dos vinhateiros e sua responsabilidade pela produção da vinha diante de seu senhor constituem o ponto decisivo na parábola.

O fato de Jesus se referir ao cântico do profeta Isaías acerca da vinha contém uma indicação para a interpretação da parábola. De acordo com esse modelo do AT trata-se, no caso da vinha, de uma figura para o povo judeu, e no caso do proprietário da vinha, de Deus. É absolutamente plausível imaginar na figura dos vinhateiros aqueles que cuidam do povo judeu, a saber, seus dirigentes, os sumo sacerdotes e anciãos, escribas e fariseus (cf. Mt 21.23,45; Lc 20.19).

O comportamento criminoso dos líderes – Lc 20.10-15

10 – No devido tempo, mandou um servo aos lavradores para que lhe dessem do fruto da vinha; os lavradores, porém, depois de o espancarem, o despacharam vazio.

11 – Em vista disso, enviou-lhes outro servo; mas eles também a este espancaram e, depois de o ultrajarem, o despacharam vazio.

12 – Em vista disso, enviou-lhes outro servo; mas eles também a este espancaram e, depois de o ultrajarem, o despacharam vazio.

13 – Então, disse o dono da vinha: Que farei? Enviarei o meu filho amado; talvez o respeitem.

14 – Vendo-o, porém, os lavradores, arrazoavam entre si, dizendo: Este é o herdeiro; matemo-lo, para que a herança venha a ser nossa.

15 – E, lançando-o fora da vinha, o mataram. Que lhes fará, pois, o dono da vinha?

O Senhor da vinha enviou servos, ou escravos, para receber a safra. Cada um dos três evangelhos sinóticos preserva sua peculiaridade nesse relato. Mateus menciona duas delegações, cada uma das quais com diversos servos. Marcos fala de três comitivas, formadas duas vezes por um servo e na terceira vez por muitos outros servos. Lucas refere-se apenas a três envios, sempre com um servo. Cada evangelista também descreve de maneira distinta os maus tratos e o assassinato dos servos enviados. Lucas relata que cada um dos três servos enviados recebeu um tratamento cada vez mais violento por parte dos vinhateiros: 1) espancamento, 2) espancamento e ofensas, 3) ferimento e expulsão. Aqui se descreve o comportamento criminoso das autoridades teocráticas contra o profetismo na época dos antepassados.

Os relatos divergentes dos evangelistas, no entanto, são unânimes ao narrar que o proprietário da vinha enviou mensageiros com indizível paciência e que os vinhateiros pecaram com crescente maldade contra os enviados e o próprio senhor. A idéia básica da parábola revela a longânima preservação de Deus em relação ao povo do AT, desde os tempos mais antigos até o tempo de Jesus. Os líderes teocráticos do povo - sacerdotes, anciãos, príncipes, reis e por fim membros do Sinédrio - perseguiram, maltrataram e assassinaram os mensageiros de Deus, os profetas até João Batista. O dono da vinha supera com irrestrita condescendência e bondade todos os envios anteriores. O proprietário da vinha entrega seu último bem, seu filho amado. A pergunta do proprietário “talvez o respeitem?” poderia ser entendida erroneamente como se Deus não tivesse enviado seu Filho ao mundo para sofrer e morrer. Com essa pergunta na parábola Jesus apenas assinala que Deus poderia esperar uma acolhida melhor para seu Filho do que para seus servos anteriormente enviados.

A visão do filho, que deveria encher os vinhateiros de reverência, pelo contrário, suscitou em seus corações os mais terríveis planos de morte. Ao colocar nos lábios dos vinhateiros as palavras “para que a herança seja nossa!” Jesus desmascara diante de todos os ouvintes os planos secretos desses superiores hipócritas, bem como o egoísmo que fundamenta o ódio com que eles o perseguem. Um pensamento quase idêntico se expressa no parecer de Caifás (cf. Jo 11.50).

A narrativa conclui o destino do filho com seu assassinato. Chama atenção que em Marcos o filho é morto dentro da vinha e que depois o corpo é lançado para fora sobre o muro da vinha. Esse aspecto descreve a perversidade dos vinhateiros. O cadáver é violado, ao assassinado é negado o sepultamento. Em Mateus e Lucas, porém, o filho é primeiramente expulso da vinha e depois assassinado fora dela. Nisso reside uma alusão à morte de Jesus fora da cidade (cf. Mt 27.33; Jo 19.17s; Hb 13.12s).

Depois de terem assassinado o herdeiro, o proprietário da vinha os convoca a prestar contas. A pergunta “Que lhes fará, pois, o dono da vinha?” foi formulada na forma futura, enquanto toda a parábola até então fora narrada no passado. Isso constitui um indício de que se trata de um evento futuro que está sendo anunciado agora. De acordo com o relato de Mateus a pergunta do Senhor é respondida pelos próprios envolvidos. Marcos e Lucas, porém, trazem o julgamento confirmado por Jesus dito por ele mesmo.

O relato distinto dos evangelistas com certeza pode ser harmonizado de tal forma que alguns dos ouvintes julgaram sobre si mesmos, enquanto outros se assustaram com essas palavras.

O julgamento de Deus sobre a teocracia judaica– Lc 20.16-19

16 – Virá, exterminará aqueles lavradores e passará a vinha a outros. Ao ouvirem isto, disseram: Tal não aconteça!

17 – Mas Jesus, fitando-os, disse: Que quer dizer, pois, o que está escrito: A pedra que os construtores rejeitaram, esta veio a ser a principal pedra, angular?

18 – Todo o que cair sobre esta pedra ficará em pedaços; e aquele sobre quem ela cair ficará reduzido a pó.

19 – Naquela mesma hora, os escribas e os principais sacerdotes procuravam lançar-lhe as mãos, pois perceberam que, em referência a eles, dissera esta parábola; mas temiam o povo.

Lucas não continua com a descrição da morte dos maus vinhateiros, e tampouco diz expressamente a que “outros” a vinha é transferida. Contudo prevalece o fato de que a vinha será transferida dos judeus para os gentios. Os presentes que ouviram essa palavra de ameaça tentaram evitá-lo, afirmando: “Tal não aconteça!”

Com olhar sério, o Senhor traz como lembrete aos que tentam afastar suas palavras de ameaça os dizeres do Salmo 118.22. O Senhor pergunta praticamente: “Em que isso é diferente de uma profecia acerca de mim e de meu reino?” Jesus declara abertamente que o reino de Deus será tirado deles e que sua oposição resultará em sua própria ruína.

As palavras do Salmo 118, do qual também se origina o grito de Hosana, representam, segundo o contexto do salmo, uma expressão figurada para o feliz reconhecimento do milagre da graça que a congregação experimentou durante a construção do templo por Zorobabel. O começo precário dessa casa de Deus foi concluído com êxito mediante graves obstáculos. O povo da aliança recebeu no templo reconstruído um penhor da fidelidade divina na aliança, que lhe assegurava a continuidade do reino de Deus. Como o templo formava o centro do reino de Deus na velha aliança, a congregação podia reconhecer no templo concluído pelo apoio gracioso de Deus um cumprimento da profecia de Is 28.16, onde consta: “Eis que eu assentei em Sião uma pedra, pedra já provada, pedra preciosa, angular, solidamente assentada; aquele que crer não vacilará.” As citadas palavras do salmo fazem parte das promessas messiânicas.

A história de Israel foi recapitulada de forma cumulativa na história de Jesus Cristo. De acordo com diversas palavras da Escritura (cf. Jo 2.19-21; Zc 6.12s) Jesus, que em sua humilhação foi desprezado e rejeitado, tornou-se, na sua glorificação, o eterno, glorioso templo, no qual habita corporalmente toda a plenitude da divindade, e com o qual um dia toda a humanidade reconciliada estará unida para sempre. Jesus é a pedra fundamental e angular desse novo templo, que será construído em Sião segundo os desígnios de Deus. De acordo com a imagem da parábola Jesus é o fundador e sustentáculo do reino de Deus designado pelo Pai. Os construtores, os cabeças e dirigentes do povo judeu rejeitaram a Jesus Cristo, porém através de um milagre do Senhor ele se tornou pedra fundamental, angular e final (cf. At 4.11; Ef 2.20-22; 1Pe 2.4).

A rejeição de Cristo, a pedra fundamental para a nova construção, não apenas traz consigo a perda do reino, mas também a destruição de seus antagonistas. Jesus retoma a metáfora da pedra e mostra, pela alusão a outras palavras do AT, que com sua descrença seus adversários preparam para si a ruína. A primeira parte de sua declaração, de que quem tropeçar nessa pedra será despedaçado, está alicerçada em Is 8.14s. Segundo essa passagem muitos esbarrarão nessa pedra de tropeço e rocha de escândalo, eles cairão e ficarão despedaçados. Essa profecia foi plenamente cumprida em Cristo. A segunda frase lembra a grande pedra no edifício da monarquia (cf. Dn 2.34) que se desprende da montanha. Lembra o colosso que bate em impérios mundiais e os despedaça. Essa pedra ilustra o reino de Deus. Essa profecia de Daniel igualmente se cumpre em Cristo, o fundador do reino de Deus. Quem lhe resiste é aniquilado. O juízo prometido começa pela destruição de Jerusalém. Desde então o povo judeu, que repudiou a Cristo, dispersou-se pelos quatro ventos como palha na eira movida pela pá.

Pela explicação da parábola, os sumo sacerdotes e fariseus perceberam que Jesus falava *deles* e que o conteúdo do discurso bíblico se referia a eles. A palavra final da parábola mostra que os inimigos do Senhor não se tornaram cada vez mais empedernidos por não compreender suas palavras, mas porque entendiam muito bem o que ele lhes pretendia dizer e porque se sentiam

mortalmente ofendidos pelo discurso de Jesus. Com a crescente obsessão de seus olhos aumenta o ódio em seu coração. Não desistiram de sua hostilidade contra Jesus por temor dos juízos de Deus, mas em seu endurecimento buscaram tirá-lo do caminho pela violência. Apenas o medo do povo, que considerava Jesus um profeta, conseguiu impedir que seu intento se concretizasse. Não tinham a coragem de, naquele momento, perpetrar seu atentado contra Jesus. Não queriam aparecer como assassinos de profetas perante o povo.

d) A pergunta dos fariseus quanto ao imposto imperial – Lc 20.20-26

[Comentário Esperança, Mateus, p. 365ss, e Marcos, p. 341ss]

20 – Observando-o, subornaram emissários que se fingiam de justos para verem se o apanhavam em alguma palavra (irrefletida), a fim de entregá-lo à jurisdição e à autoridade do governador.

21 – Então, o consultaram, dizendo: Mestre, sabemos que falas e ensinas retamente e não te deixas levar de respeitos humanos, porém ensinas o caminho de Deus segundo a verdade.

22 – É lícito pagar tributo a César ou não?

23 – Mas Jesus, percebendo-lhes o ardil, respondeu:

24 – Mostrai-me um denário. De quem é a effigie e a inscrição? Prontamente disseram: De César. Então, lhes recomendou Jesus:

25 – Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus!

26 – Não puderam apanhá-lo em palavra alguma diante do povo; e, admirados da sua resposta, calaram-se.

Aquilo que os maioraís do povo não conseguiram por via oficial eles esperavam concretizar agora pela astúcia. Aparentando afeição pelo aprendizado, alguns ouvintes e observadores foram enviados a Jesus para lhe apresentarem perguntas capciosas. Pretendiam formular uma acusação judicial contra ele com base nas afirmações que dele extrairiam. Os ouvintes fingiam ser pessoas justas ou fiéis à lei, que buscavam uma importante instrução sobre uma questão difícil da lei.

Os emissários farisaicos elogiavam hipocritamente a insubornável ousadia e a hombridade do Senhor. Em sua ilusão acreditavam que poderiam atordoar Jesus ou conseguir sua confiança por meio de elogios, como se fosse alguém da laia deles. Mas como a verdade está nele, ele sabe o que há nas pessoas falsas. Nenhum poeta seria capaz de descrever a unificação da pior falsidade e tolice com profundidade e precisão psicológica maiores do que a singela narrativa do evangelista.

À longa e bem refletida introdução dos emissários farisaicos segue uma pergunta sumamente candente sobre o pagamento de impostos ao imperador romano. Em virtude de sua franqueza e seu amor pela verdade Jesus deve posicionar-se diante da questão. O Senhor devia emitir uma sentença justa acerca da cobrança do imperador, com a qual os herodianos concordavam, mas que não era apoiada pelos fariseus. Aos fariseus parecia ser pecaminoso e injusto pagar ao imperador gentio, uma vez que eles já pagavam seus tributos ao templo. Além disso a questão possuía uma dificuldade peculiar, porque conforme Dt 17.15 era proibido que um estrangeiro, e sobretudo um gentio, dominasse o território e o povo de Israel, como ocorria naquele tempo. Judas, o Galileu, e seus adeptos, que não defendiam outro imposto senão o do templo, que também tentavam desvencilhar-se do jugo romano, aparentemente estavam alicerçados na Escritura (cf. At 5.37; Josefo, *Antiguidades* XVIII,111; 2,6; XX 5,2; *Guerra* II,8,1). Se Jesus declarasse concordar com o princípio farisaico, ele se oporia à autoridade romana e cairia em conflito pessoal com o poder secular do governador. Então os herodianos, simpatizantes de Roma, teriam se somado à acusação como testemunhas de que Jesus teria afirmado que não se deveria pagar tributos ao César. E os fariseus, que por um lado se apresentavam como “os justos” e devotos e guardiões da lei, então por outro lado obviamente seriam solícitas co-testemunhas e teriam alardeado a mesma informação que os herodianos.

Se Jesus tivesse respondido afirmativamente à pergunta dos fariseus, declarando: “Cabe pagar o tributo ao imperador”, ele teria sido considerado um mau Messias, porque o povo esperava pela libertação do jugo de Roma.

Nesse caso também não era possível não dar resposta nenhuma.

As ponderações evidenciam como a situação era complexa para o Senhor.

O Senhor solicitou a seus adversários que lhe mostrassem ou trouxessem uma moeda. Marcos e Lucas descrevem a moeda do imposto pessoal como um denário. O denário romano, que circulava na

Judéia no tempo de Jesus, trazia no anverso a imagem de Tibério com os dizeres latinos *Ti(berius) Caesar Divi Aug(usti) F(ilius) Augustus* = “Tibério César, filho do divino Augusto, Augusto”. O reverso apresenta a efígie da imperatriz Lúcia, sua mãe, com cetro e flor, e o letreiro: *Pontifex Maximus* = “sacerdote-mor”. Jesus, que perguntou seus adversários pela figura e pelos dizeres da moeda, obteve a lacônica resposta: “De César”. Um provérbio rabínico diz: “Onde a moeda do rei possui alguma validade, ali os habitantes reconhecem o rei como senhor”. Uma vez que a moeda, pela efígie e pelos dizeres, se caracterizava como propriedade do imperador, Jesus conclui que ele pode requerer um tributo. A resposta a essa questão altamente política dirige-se contra os revolucionários judaicos (os zelotes), que definiam como pecado pagar tributos a um gentio. Ao solicitar “dai a César o que é de César!” o Senhor incute a obediência à autoridade estatal.

Na resposta à pergunta dos antagonistas Jesus justapõe à obediência perante a autoridade estatal também a obediência a Deus, pela qual ninguém havia perguntado. A demanda “Dai a Deus o que é de Deus!” exorta a não esperar salvação de nenhum golpe político. Uma melhora das circunstâncias civis tem raízes na posição do ser humano perante Deus, que é completamente independente de qualquer poder político. Desse modo Jesus delineou com rigor fundamental as linhas divisórias entre duas áreas legais, o direito do reino de Deus e do Estado. O Senhor instruiu seus questionadores que o dever perante Deus não é anulado pela subordinação política ao imperador. Tudo o que cumpre fazer para manter a ordem legal na vida civil deve ser realizado para Deus, ao qual está sujeita também a vida civil. Pois quem se esforça com obediência condizente para cumprir os mandamentos de Deus nem sequer pergunta pelo direito do pagamento de tributos. Quem dá a Deus o que cabe a ele também dá à autoridade secular o que lhe compete legalmente. Tertuliano declara acerca desta passagem: “Por isso o Senhor também solicitou que lhe fosse mostrada uma moeda e perguntou de quem era a efígie, e ao obter a resposta ‘de César’, declarou: ‘Portanto dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus, ou seja, a efígie de César que está em relevo na moeda, a César, e a imagem de Deus, que se encontra no ser humano, a Deus, de modo que a César entregas teu dinheiro, porém a Deus teu coração. Do contrário, porém, se tudo pertencer a César, que restará para Deus?’” (Tertuliano, *Idol.* 15). As palavras do Senhor evidenciam o equilíbrio correto entre o dever e a obrigação perante as autoridades e perante Deus. A segunda parte da frase constitui uma fundamentação da primeira, contendo ao mesmo tempo uma restrição, o limite correto da obediência.

Os ardilosos interrogadores que pretendiam armar uma cilada para o Senhor foram cabalmente dispersos por meio dessa resposta sucinta, porém sábia. Todos os sinóticos relatam a admiração dos interrogadores que se patenteou em seguida.

e) A pergunta dos saduceus por causa da ressurreição dos mortos – Lc 20.27-40

[Comentário Esperança, Mateus, p. 368s; 372s, e Marcos, p. 346ss, 353ss]

Depois que os fariseus versados nas Escrituras haviam sido devidamente despachados pelo Senhor, também os saduceus fizeram a tentativa (cf. Comentário Esperança, Mateus, p. 56!) de lhe propor uma pergunta capciosa. Até então os saduceus não haviam se posicionado com uma hostilidade tão ferrenha contra Jesus quanto os fariseus. Mais tarde eles perseguiram os apóstolos (cf. At 4.1-3; 5.17s; 23.6s). De posse dos mais altos cargos espirituais davam maior preferência à boa vida material do que ao cultivo da vida religiosa. Como pessoas racionais colocavam em dúvida verdades irracionais da Escritura, como a ressurreição dos mortos, a existência dos anjos e dos espíritos, uma continuidade da vida e uma retribuição após a morte (cf. At 23.8; Josefo, *Antiguidades* XVIII, 1,4; *Guerra*, II,8,14).

Nenhum dos evangelhos sinóticos relata que os saduceus se aproximaram de Jesus com sua pergunta para testá-lo. Na convicção de que ele acreditava na ressurreição dos mortos da mesma forma como os fariseus, eles pretendiam ridicularizar os elementos contraditórios de sua fé e doutrina se conseguissem arrancar de sua boca uma palavra que contradissesse essa esperança. A atitude antifarisaica que Jesus externou levou-os a verificar se sua mentalidade era igualmente anti-saducéia.

A maneira peculiar com que Jesus reafirma a ressurreição aqui merece uma atenção especial. Filósofos tentam derivar sua idéia de imortalidade da natureza da alma humana. Jesus, no entanto, encontra o melhor fundamento da esperança da vida eterna na comunhão pessoal do ser humano com Deus. Desse modo Jesus desvenda a razão mais íntima da dúvida dos saduceus. No caso deles era a total desvinculação entre sua vida interior e Deus. O Senhor indica o único caminho para a certeza completa de uma vida eterna, bem como o verdadeiro fundamento para a esperança de futuro. A mais

profunda experiência do coração ensina que a fé na eternidade é incerta e incômoda enquanto não tivermos encontrado a Deus.

De acordo com o relato de Lucas os saduceus tentam por meio de uma pergunta ridicularizar a fé na ressurreição e a pessoa de Jesus (Lc 20.27-33). Jesus soluciona essa dificuldade levando a questão para uma esfera superior (Lc 20.34-36). O Senhor fundamenta a ressurreição dos mortos a partir da Escritura (Lc 20.37-38). Os escribas elogiam a sabedoria de Jesus ao responder essa questão difícil (Lc 20.39s).

Uma pergunta complexa dos saduceus por causa do levirato – Lc 20.27-33

27 – Chegando alguns dos saduceus, homens que dizem não haver ressurreição,

28 – perguntaram-lhe: Mestre, Moisés nos deixou escrito que, se morrer o irmão de alguém, sendo aquele casado e não deixando filhos, seu irmão deve casar com a viúva e suscitar descendência ao falecido!

29 – Ora, havia sete irmãos: o primeiro casou e morreu sem filhos.

30 – O segundo e o terceiro também desposaram a viúva

31 – Igualmente os sete não tiveram filhos e morreram..

32 – Por fim, morreu também a mulher.

33 – Esta mulher, pois, no dia da ressurreição, de qual deles será esposa? Porque os sete a desposaram.

O mesmo processo é relatado por Mateus e Marcos. Aqui no evangelho de Lucas o diálogo dos saduceus com Jesus segue imediatamente à controvérsia anterior com os fariseus. O primeiro evangelista não explica a seus leitores, como Marcos e Lucas, que opinião os saduceus defendiam, negando até mesmo a ressurreição. Para os leitores judeus de Mateus não havia necessidade disso.

Segundo a lei, quando um marido morria sem deixar descendência, o irmão remanescente tinha de desposar a viúva a fim de suscitar descendentes para seu irmão. Quando o cunhado se negava a casar, a rejeitada devia publicamente tirar um dos calçados do pé dele e cuspir em seu rosto.

Com base no mandamento do levirato, os saduceus citam um caso que com certeza era inventado, embora pudesse ocorrer que uma viúva se casasse com vários cunhados. A história aqui relatada, de que uma mulher tinha sete maridos, tão somente visava ridicularizar o preceito de Moisés. Essa pergunta dos saduceus expressa a visão escarninha de que é impossível que Moisés tivesse pensado na ressurreição quando dera a lei do levirato, porque, afinal, os sete irmãos não poderiam ter a mesma mulher na ressurreição. Daí os saduceus concluíam que a doutrina da ressurreição está em conflito com a opinião de Moisés e fundamentalmente contrária ao ensinamento bíblico.

As objeções contra as verdades fundamentais da Sagrada Escritura em geral são oriundas do fato de que os conceitos do presente mundo físico são aplicados à transcendência. Os saduceus e fariseus são repetidamente os dois principais grupos a seduzir os humanos. Os fariseus são defensores da hipocrisia. Os saduceus defendem, sob a aparência das ciências e do iluminismo, a descarada incredulidade. O partido farisaico apóia sua devoção na santidade da letra. O grupo saduceu aqui citado enfatiza seus argumentos racionais, sua dúvida e a liberdade do intelecto.

A solução da dificuldade pela referência às circunstâncias celestiais – Lc 20.34-36

34 – Então, lhes acrescentou Jesus: Os filhos deste mundo casam-se e dão-se em casamento.

35 – Mas os que são havidos por dignos de alcançar a era vindoura e a ressurreição dentre os mortos não casam, nem se dão em casamento.

36 – Pois não podem mais morrer, porque são iguais aos anjos e são filhos de Deus, sendo filhos da ressurreição.

O Senhor mostra a seus adversários que essas circunstâncias terrenas não persistem no além. Jesus contrapõe “este mundo” (esta era [éon]) e “aquele mundo” (aquela era [éon]). No éon atual o matrimônio foi instituído por Deus para a procriação e preservação da espécie humana. A ressurreição de que o Senhor fala renova a carne e o sangue terrenos, que não podem herdar o reino de Deus. A conservação da comunhão matrimonial será descartada para gerar novos mortais. Ao falar aqui dos “filhos deste éon”, que se casam e se dão em casamento, e dos “filhos de Deus”, que no éon futuro já não praticam esse modo de vida, Lucas não afirma que os crentes devem rejeitar o matrimônio no atual estado da não-perfeição. O gnóstico Marcião, p. ex., distorce esta passagem,

prescrevendo a seus seguidores que “já aqui não se casem, porque do contrário não serão filhos eternos dele”. Só que o Senhor fala daqueles que recebem a honra de se tornarem participantes do éon futuro e da ressurreição em contraste com os filhos da morte. Como não existirá mais morte, torna-se desnecessária a procriação da espécie humana. “Filhos de Deus” é equivalente à filiação perfeita também em termos corporais (cf. Rm 8.23; 1Jo 3.1s). Essa expressão é paralela a “descendência de Deus” ou “herdeiros de Deus” ou companheiros da ressurreição, contrastando com os filhos da morte. Uma vez que os ressuscitados são “filhos de Deus” e “filhos da ressurreição”, não existem mais as relações familiares terrenas de “filhos e pais”.

Com o objetivo de fundamentar a anulação da procriação do gênero humano por causa da imortalidade no mundo futuro perante os saduceus, o Senhor argumenta que os filhos de Deus e os filhos da ressurreição serão iguais a anjos (*isangelos*).

É digno de nota que Jesus não fala da “ressurreição dos mortos”, i. é, de todos os mortos, mas da “ressurreição dentre mortos”. Existe uma ressurreição dos mortos, dos justos e dos injustos (cf. At 24.15), ou, como o Senhor ensina em unanimidade com os profetas, uma ressurreição da vida e do juízo (Jo 5.29; Dn 12.2). Na realidade a ressurreição para a eterna vergonha e infâmia não merece ser chamada de ressurreição como tal. O NT fala primordialmente da ressurreição dos justos (Lc 14.14). De modo geral fala-se da ressurreição dos mortos (At 24.15,21; 17.32; 1Co 15.12,21; Hb 6.2). Para caracterizar a vantagem daqueles que herdaram a vida eterna emprega-se a expressão “ressurreição dentre mortos”, como no presente local em Marcos e Lucas, ou como em Paulo: “ressurreição seletiva” dentre os mortos (Fp 3.11). Essa verdadeira ressurreição dos justos dentre mortos para uma verdadeira vida eterna, a saber, para a “corporeidade transformada” constitui a “primeira ressurreição” (cf. Ap 20.4-6,12-15).

A fundamentação da ressurreição pela Escritura – Lc 20.37s

37 – E que os mortos hão de ressuscitar, Moisés o indicou no trecho referente à sarça, quando chama ao Senhor o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó.

38 – Ora, Deus não é Deus de mortos, e sim de vivos; porque para ele todos vivem.

Da autodenominação de Deus Jesus deduz que Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos. Se Deus designa a si mesmo como Deus dos patriarcas que há muito haviam falecido, eles devem estar vivos também após a morte, ou, como consta na presente passagem, viver para ele (Hb 11.16). A partir do “Pentateuco de Moisés” Jesus refutou a opinião dos saduceus, porque tentavam negar a ressurreição a partir da lei de Moisés. Com base na própria lei seu equívoco e sua falta de entendimento correto da Escritura são comprovados.

A impressão da arguição sobre os ouvintes – Lc 20.39s

39 – Então, disseram alguns dos escribas: Mestre, respondeste bem!

40 – Dali por diante, não ousaram mais interrogá-lo.

A inesperada e excelsa resposta do Senhor à pergunta dos saduceus causou até mesmo a admiração de alguns escribas. Com certeza os fariseus e escribas já haviam procurado muitas vezes por uma demonstração cabal do escritos de Moisés em favor da verdade bíblica da ressurreição, mas talvez não a tenham encontrado. Por isso os escribas externaram sua feliz surpresa com a resposta precisa do Senhor.

Reconheceram que nenhuma cilada preparada para ele o faria cair, mas que apenas o conduziria a uma nova revelação de sua sabedoria. Essa experiência convence os inimigos, de modo que desistem de continuar atacando Jesus dessa forma.

f) A pergunta de Jesus acerca de sua filiação divina – Lc 20.41-44

[Comentário Esperança, Mateus, p. 372s, Marcos, p. 353s]

41 – Mas Jesus lhes perguntou: Como podem dizer que o Cristo [Ungido, Messias] é filho de Davi?

42 – Visto como o próprio Davi afirma no livro dos Salmos: Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita,

43 – até que eu ponha os teus inimigos por estrado dos teus pés.

44 – Assim, pois, Davi lhe chama Senhor, e como pode ser ele seu filho?

A controvérsia entre Jesus e seus antagonistas havia chegado a um ponto de virada. Depois que Jesus respondera suficientemente às perguntas deles, ele próprio fez uso da palavra e propôs uma questão importante aos maioraes do povo. A pergunta do Senhor “Como dizem?” não significa “Como, afinal, é possível que eles falem dessa maneira?”, mas: “Em que sentido esse nome é conferido ao Messias?”

Jesus parte do ponto em que ele e seus adversários concordam, isto é, que o Messias também é filho de Davi, uma honraria que ele aceitou freqüentemente sem se opor. Os profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel, Miquéias, Zacarias e Ageu, e até mesmo os salmos de Salomão anunciam que o Messias descende de Davi. O Senhor, porém, apresentou a seus ouvintes um enigma adicional, a saber, por que Davi podia falar simultaneamente de seu “filho” e de seu “Senhor”.

A pergunta de como Davi pode chamar seu filho e descendente ao mesmo tempo de seu Senhor não representa problema para os membros da igreja de Cristo. Os ouvintes judaicos do Senhor, que esperavam um Messias munido de dons e poderes celestiais, e que é Filho de Deus apenas em sentido teocrático, mas não em sentido sobrenatural, não foram capazes de desvendar esse mistério. O rígido monoteísmo que predominava no judaísmo sobretudo desde o exílio babilônico obstruía a visão da maioria para as profecias do AT acerca da origem sobrenatural e da dignidade divina do Messias. Jesus visava mostrar a seus ouvintes acima de tudo que sua cristologia era incompleta e contraditória enquanto lhes faltasse essa importante complementação. Faz com que silenciem, ao levá-los ao entendimento de que lhes faltava a chave para a compreensão correta da Escritura.

Ele estava ciente de que o condenariam por blasfêmia porque ele se chamava Filho de Deus (Jo 5.18; 10.33; Mt 26.63-65). Jesus sabia de antemão que não poderia defender sua causa tranqüilamente no tribunal. Por isso o Senhor já demonstrava sua divindade ao povo com base no AT desde antes de sua paixão e morte. Referiu-se ao Salmo 110 quando respondeu à conjuração do sumo sacerdote (Mt 26.64) com as palavras: “De agora em diante vereis o Filho do Homem sentado à direita do poder e vindo sobre as nuvens do céu”. Jesus confirma a declaração dos escribas “Cristo é Filho de Davi”, considerando-se como um ser humano verdadeiro e real como todas as demais pessoas. Contudo essa é apenas a metade da verdade, não sua totalidade. Suas primeiras palavras, proferidas aos doze anos de idade, quando ele chamou Deus de “seu Pai” durante sua primeira visita ao templo, soam unânimes com esse último discurso no templo, quando ele chama a si mesmo de “Filho de Deus. A verdadeira pergunta vital dos milênios é sempre uma questão relevante, bem como o Alfa e Ômega da igreja de Cristo: “É Jesus o Filho de Deus”? Tão logo essa pergunta é respondida com um “não”, não existe reconciliação, nem justificação por fé, nem certeza da salvação.

g) A advertência de Jesus diante dos escribas – Lc 20.45-47

[Comentário Esperança, Mateus, p. 375ss, 379s, Marcos, p. 356ss]

45 – Ouvindo-o todo o povo, recomendou Jesus a seus discípulos:

46 – Guardai-vos dos escribas, que gostam de andar com vestes talares e muito apreciam as saudações nas praças, as primeiras cadeiras nas sinagogas e os primeiros lugares nos banquetes;

47 – os quais devoram as casas das viúvas e, para o justificar, fazem longas orações; estes sofrerão juízo muito mais severo.

Os dois primeiros evangelhos sinóticos informam sobre a impressão causada pela última pergunta do Senhor (Mc 12.37). Evidentemente Lucas se antecipa e comunica apenas poucas coisas sobre o detalhado discurso de advertência que o Senhor proferiu contra os fariseus e escribas antes de sair do templo. O pouco que Lucas comunica aqui é um resumo do grande discurso de lamento contra as autoridades israelitas. O presente evangelista já havia preservado diversas condenações terríveis em outro contexto (Lc 11.37-54). De qualquer modo todos os três evangelhos sinóticos situaram esse discurso no *momento* em que fora proferido de fato.

O Senhor afastou-se dos que não aceitavam ensinamento dentre as autoridades israelitas para voltar-se aos receptivos dentre o povo. Mais uma vez adverte o povo contra os cegos guias de cegos. Lucas escreve que Jesus proferiu essa advertência perante seus discípulos. Seus ouvintes não eram apenas os apóstolos, mas um grupo mais amplo de adeptos e amigos.

O Senhor menciona os escribas como os piores perversos do povo. “Devorar as casas das viúvas” pode significar duas coisas. Sob o pretexto de interceder por elas, extorquem das devotas mulheres presentes significativos. Igualmente pode ser que eles levavam as mulheres a preparar-lhes

caros banquetes como pagamento por seus aconselhamentos. A índole facilmente influenciável do sexo mais frágil foi, desde tempos imemoriais, objeto da atenção dos hipócritas e hereges (cf. 2Tm 3.6).

O anúncio do grave castigo por meio das poucas palavras de encerramento representa uma síntese das condenações que Mateus relata em detalhe. É bem próprio do evangelho de Lucas não mencionar especialmente os terríveis juízos com os quais Jesus sacudiu a poeira dos pés ao deixar o templo. Para os leitores gentio-cristãos esse discurso condenatório talvez fosse um “tempero forte demais”.

h) A oferta da viúva pobre – Lc 21.1-4 [Comentário Esperança, Marcos, p. 358ss]

- 1 – Estando Jesus a observar, viu os ricos lançarem suas ofertas no gazofilácio.**
- 2 – Viu também certa viúva pobre lançar ali duas pequenas moedas.**
- 3 – E disse: Verdadeiramente, vos digo que esta viúva pobre deu mais do que todos.**
- 4 – Porque todos estes deram como oferta daquilo que lhes sobrava; esta, porém, da sua pobreza deu tudo o que possuía, todo o seu sustento.**

É digno de nota que o Senhor tenha ficado sentado tão tranqüilamente no templo, quando pouco antes soara seu terrível “ai de vós”. É improvável a idéia de que Jesus teria saído do templo por inquietação ou temor de novos ataques. O Senhor encontrava-se diante da caixa do tesouro ou da caixa de ofertas.

A viúva pobre, que depositou na caixa de ofertas dois *lepta* (cerca de 40 centavos de dólar), o que perfazia todo o seu sustento, aparece diante de nós como exemplo de devoção beneficente, em contraste com a ganância dos escribas.

Jesus não despreza os donativos dos ricos. Porém muito acima dos donativos dos ricos está para ele a pequena doação da viúva pobre. Os abastados davam de suas sobras, a pobre deu, de sua penúria, tudo o que ela tinha para seu sustento. O valor da dádiva não é calculado pelo o montante financeiro, mas de acordo com o sacrifício associado a ela. Não se sabe como o Senhor conhecia a pobreza da viúva. Talvez ela estivesse entre os pobres que ele conhecia. Nada impede que pensemos no dom do Senhor de discernir espíritos, capaz de perscrutar pessoas como Natanael e a samaritana. O Senhor a elogia, porque em sua visão o coração dela era mais rico que sua dádiva.

A viúva pobre ofertou pela fé todo o seu sustento (para um dia). Sua confiança era maior que a preocupação com o futuro do templo e seu próprio futuro. Jesus valoriza o motivo, a característica e a finalidade do ato dela: o Senhor julga a ação com base no coração. Por essa razão a Sagrada Escritura relata muitas coisas que a história profana deixa de lado. Feitos heróicos e acontecimentos mundiais não são mencionados nos evangelhos, porém eles lembram do copo de água fresca, do donativo da viúva e do nardo de Maria.

3. O grande discurso de Jesus sobre o futuro – Lc 21.5-36

[Comentário Esperança, Mateus, p. 389ss, e Marcos, p. 363ss]

A grande escatologia de Jesus, relatada por todos os três evangelhos sinóticos com convergências nos aspectos essenciais, também está em plena harmonia com outras declarações escatológicas do NT. Não existe nenhum discurso do Senhor tão grande em que os relatos dos três primeiros evangelistas (Mt 24; Mc 13; Lc 21) coincidam com tanta exatidão no conteúdo principal e na seqüência dos momentos mais significativos. Contudo existem igualmente importantes diferenças, as quais no entanto apenas realçam tornam os traços singulares de todo o quadro.

O comentarista da grande escatologia não pode ignorar a relação entre os três relatos sinóticos. O resultado inquestionável de tudo isso é que pouco antes de sua paixão e morte Jesus fez um detalhado discurso escatológico. A harmonia na essência dos relatos atesta um esforço dos sinóticos em fornecer uma reprodução fiel do conteúdo.

Sem dúvida, no discurso Jesus fala acerca da devastação de Jerusalém e do fim do mundo. Permanece aberta a pergunta sobre a correlação que há entre esses dois episódios na apresentação profética do presente texto. Para solucionar esse problema precisamos sobretudo entender a pergunta dos discípulos ao Senhor. Mateus foi quem transmitiu essa pergunta dos discípulos com mais fidelidade, particularmente em sua forma original. Primeiramente perguntam a Jesus quando essas

coisas aconteceriam. Aqui não podiam pensar em nada além da destruição da cidade e do templo, cuja profecia os abalou até o âmago (cf. Mt 23.37-38). Além disso os discípulos perguntaram pelos sinais do retorno do Senhor e da consumação da era do mundo. Não tinham em vista dois eventos distintos, mas pensavam em um único acontecimento *com duas facetas*. Os discípulos viam a ruína do templo, o futuro de Jesus e o fim do éon atual como eventos convergentes.

Até este momento os discípulos, como autênticos judeus, acreditavam que o templo teria de permanecer em pé eternamente, que Jerusalém formava o centro do reino messiânico, que todas as nações convergiriam ali a fim de desfrutar das bênçãos do reino de Deus. Nos últimos dias e horas de seu Mestre os discípulos ouviram a profecia de Jesus, que aniquilava toda a sua concepção. Até então acreditavam que o Senhor permaneceria eternamente e o templo perduraria além dos tempos. Agora ouviam que Jesus morreria e o templo se tornaria um monturo de ruínas. Nenhum israelita conseguia imaginar a continuidade da administração secular sem o templo. Os discípulos desejavam saber em que presságios é possível reconhecer a aproximação da catástrofe decisiva, na qual irrompe o grande evento duplo.

Para vir ao encontro da necessidade e da receptividade dos discípulos, o Senhor conta o que são capazes de suportar (cf. Jo 16.12). Não lhes diz expressamente que um acontecimento será separado do outro por um intervalo de muitos séculos. Como um educador sábio Jesus coloca-se na posição dos que o perguntam. Ele parte da ruína de Jerusalém, acrescentando-lhe a consumação da era mundial. No entanto, o conteúdo do discurso não permite delimitar com precisão o momento em que o Senhor deixa o primeiro episódio para trás e fala somente acerca do segundo. Na realidade Jesus também comenta, na seqüência, acontecimentos que a geração daquele tempo ainda experimentaria. Seria contrário ao entendimento cristão da Escritura supor nesse ponto um erro doutrinário do Senhor ou uma concepção errada ou reprodução imprecisa da escatologia de Jesus por parte dos evangelistas.

Com vistas ao sentido de toda a escatologia persiste o fato de que Jesus fala da devastação de Jerusalém como tipificação do juízo final sobre o mundo. Isso significa, em outras palavras, que ele fala profeticamente daquilo que vem antes como tipo para o que vem depois. A destruição de Jerusalém na acepção de sua relevância tipológica constitui, portanto, o tema do discurso escatológico de Jesus, porém no sentido de que ele vislumbra e profetiza, a partir desse acontecimento, também o desaparecimento da administração terrena posterior.

A escatologia de Jesus, como apresentada aqui, representa uma pintura profética geral da evolução do reino de Deus até o fim do mundo, cujos traços individuais se tornam realidade histórica em diversos estágios de uma evolução seqüencial.

Em suma, cabe dizer: o discurso escatológico de Jesus contém uma resposta precisa à pergunta dos discípulos. Esse fato explica por que as cartas apostólicas atestam a expectativa de um retorno iminente do Senhor, p. ex., como Paulo, que pensava que ainda o presenciaria pessoalmente (cf. 1Ts 4.15; 2Co 5.4). Os discípulos viam aproximar-se cada vez os presságios da destruição de Jerusalém. Contudo não tinham aprendido que depois desse acontecimento a administração atual ainda perduraria por longo tempo. O leitor atento dessa escatologia não ignorará as dicas do Senhor, aqui fornecidas, de que o futuro do Senhor não ocorrerá tão logo e que, com a ruína de Jerusalém, a última palavra da história universal ainda não foi proferida (cf. Mt 24.48; 25.5,19; Lc 21.24).

Conforme o relato dos três evangelhos sinóticos a presente escatologia contém três partes: 1) Uma introdução, na qual a pergunta dos discípulos motiva o Senhor para esse discurso (Lc 21.5-7; Mt 24.1-3; Mc 13.1-4); 2) A resposta do Senhor: a profecia propriamente dita (Lc 21.8-27; Mt 24.4-31; Mc 13.5-27); 3) Uma exortação final à vigilância com algumas referências cronológicas (Lc 21.28-36; Mt 24.32-51; Mc 13.28-37). Cada um desses blocos contém os mesmos elementos em todos os relatos sinóticos; no entanto não são igualmente minuciosos em todos os três, evidenciando diversas diferenças nos detalhes.

a) A pergunta dos discípulos sobre os sinais do futuro – Lc 21.5-7

5 – Falavam alguns a respeito do templo, como estava ornado de belas pedras e de dádivas;

6 – então, disse Jesus: Vedes estas coisas? Dias virão em que não ficará pedra sobre pedra que não seja derribada.

7 – Perguntaram-lhe: Mestre, quando sucederá isto? E que sinal haverá de quando estas coisas estiverem para se cumprir?

O ensejo dessa exposição profética do desenvolvimento futuro do reino de Deus foi, segundo todos os três relatos, a menção da suntuosidade do templo, ao que Jesus replicou que um dia esse glorioso edifício seria completamente destruído. Os discípulos perguntaram ao Senhor quando isso aconteceria e em que indícios a iminência dessa catástrofe seria notada. Conforme Mateus e Marcos os discípulos interrogaram o Senhor no Monte das Oliveiras, quando ele havia saído do templo e estava a caminho de Betânia, onde ele passava as noites.

Alguns, diz Lucas, chamaram a atenção do Senhor para o esplendor do templo. Eram parte do grupo que rodeava o Senhor, seus discípulos, aos quais ele dirigira as afirmações precedentes. É como se os discípulos estivessem profundamente consternados com a palavra de despedida ao templo (cf. Mt 23.37-39), a ponto de tentarem interceder pelo santuário gravemente condenado. Mostraram ao Senhor as edificações (Mt 24.1), que ainda não estavam concluídas, as massas de pedra (Mc 13.1), que poderiam durar séculos, e as dádivas (Lc 21.5), com as quais a generosidade e a suntuosidade haviam ornado a casa do Senhor. Grande parte dessas dádivas sacrificiais havia sido doada por gentios. Os utensílios sagrados foram doados por César Augusto e outros recipientes pelo egípcio Filadelfo. De acordo com o relato de Josefo (*Antiguidades*, XV, 11.8; *Guerra*, VI, 5,2), Herodes Magno havia presenteado a suntuosa videira dourada, ornada com uvas do tamanho de pessoas, como enfeite para o pátio do templo. Uma recordação das declarações proféticas (Sl 72.10; Is 60.9) de que também gentios trazem donativos e presentes para o Sião torna a pergunta dos discípulos particularmente compreensível.

As palavras do Senhor “Estas coisas que vedes” pressupõem que eles estavam um pouco distantes do templo, podendo contemplar o conjunto.

A asserção do Senhor, de que não restará pedra sobre pedra que não seja despedaçada (cf. Lc 19.43s) foi cumprida literalmente nos dias de hoje. Todo visitante moderno em Jerusalém sente grande impacto ao ver que de fato restou apenas o local do templo e nada mais.

Na derrubada normal de uma casa uma pedra é retirada após a outra até que não reste mais nenhuma. Aqui, porém, se fala de um despedaçamento total e violento. Toda pedra será tirada de sua posição e depois ainda destroçada.

Os discípulos levantam uma pergunta dupla. Queriam saber com precisão a hora e os sinais da catástrofe que se aproximava. O Senhor respondeu somente sua última pergunta, fornecendo apenas indícios gerais quanto à primeira (cf. Mt 24.34-36). Os presságios citados por Jesus caracterizam-se por serem preliminarmente visíveis apenas na devastação de Jerusalém. Somente no fim do mundo eles se manifestarão com sua natureza plenamente terrível. Em sua resposta, pois, o Senhor assinalou uma série de acontecimentos que começam na destruição do templo e, depois hão de se concretizar até o fim do mundo.

b) A profecia escatológica propriamente dita – Lc 21.8-28

Jesus descreve a configuração que sucederá sua partida, para o mundo em geral e especialmente para os crentes (Lc 21.8-19). O Senhor menciona a destruição de Jerusalém e suas conseqüências (Lc 21.20-24). Por fim são descritos os indícios da volta de Jesus e a volta em si (Lc 21.25-27). A única diferença entre o fluxo do discurso em Lucas e dos dois primeiros sinóticos é que no final da segunda parte são intercalados alguns versículos (cf. Mt 24.22-28; Mc 13.20-23). O versículo final em Lucas (Lc 21.24) corresponde a essa intercalação em Mateus e Marcos.

A advertência contra os sedutores – Lc 21.8-11

8 – Respondeu ele: Vede que não sejais enganados; porque muitos virão em meu nome, dizendo: Sou eu! E também: Chegou a hora! Não os sigais!

9 – Quando ouvirdes falar de guerras e revoluções, não vos assusteis; pois é necessário que primeiro aconteçam estas coisas, mas o fim não será logo.

10 – Então, lhes disse: Levantar-se-á nação contra nação, e reino, contra reino;

11 – haverá grandes terremotos, epidemias e fome em vários lugares, coisas espantosas e também grandes sinais do céu.

Como em Mateus e Marcos, também Lucas começa com a advertência contra a sedução por falsos cristos. Os discípulos fiéis, que esperavam com saudade pelo Senhor vindouro, facilmente poderiam ser desviados por um desses falsos mestres, que se apresentava como o Messias que retorna! Muitas vezes a impaciência torna as pessoas crédulas.

Os discípulos do Senhor tampouco devem assustar-se diante de guerras e rebeliões, porque esses eventos precisam acontecer, apesar de ainda não trazerem o fim em si. Levantes, abalos, epidemias de fome e outras pragas, como são arroladas aqui, até mesmo antes da destruição de Jerusalém tinham certa importância. Sob o imperador Cláudio ocorreu uma epidemia de fome (cf. At 11.28). No tempo de Nero cidades inteiras submergiram em terremotos na Itália e na Ásia Menor. Os historiadores Josefo e Tácito informam a respeito de períodos estranhos e terríveis na Judéia. As declarações enigmáticas do Senhor recebem uma primeira explicação e concretização por meio de vários acontecimentos históricos.

Neste contexto cumpre destacar sobretudo a palavra do Senhor citada por Mateus e Marcos: que todas essas coisas constituem *os inícios* das dores.

As palavras do Senhor indicam que todos os acontecimentos dessa espécie precederão, em medida cada vez maior, o fim do mundo. A destruição de Jerusalém é uma tipificação de todos esses episódios. A seguir o mesmo pensamento é expresso de outra maneira ainda mais nítida.

Um anúncio das perseguições aos discípulos – Lc 21.12-19

12 – Antes, porém, de todas estas coisas, lançarão mão de vós e vos perseguirão, entregando-vos às sinagogas e aos cárceres, levando-vos à presença de reis e governadores, por causa do meu nome.

13 – e isto vos acontecerá para que deis testemunho.

14 – Assentai, pois, em vosso coração de não vos preocupardes com o que haveis de responder!

15 – porque eu vos darei boca e sabedoria a que não poderão resistir, nem contradizer todos quantos se vos opuserem.

16 – E sereis entregues até por vossos pais, irmãos, parentes e amigos; e matarão alguns dentre vós.

17 – De todos sereis odiados por causa do meu nome.

18 – Contudo, não se perderá um só fio de cabelo da vossa cabeça.

19 – É na vossa perseverança que ganhareis a vossa alma! (outra tradução: “Com vossa paciência obtereis vossa vida eterna”)

A frase “Antes de todas essas coisas” no v. 12a pode ter dois sentidos. 1) É possível que se tenha em mente uma prioridade em termos de importância, como um “sobretudo”; ou seja, as citadas perseguições podem ser consideradas *o mais importante*. 2) No entanto provavelmente é mais natural relacionar as palavras cronologicamente com *o tempo* antes do retorno do Senhor. O Senhor chama a atenção dos discípulos para o fato de que eles serão atacados por perseguições antes que ele volte. A igreja de Cristo já suportou tais sofrimentos logo nos primórdios em Jerusalém (cf. At 4.3; 5.18,26s; 6.12; 8.3; 9.2; 12.1ss).

Os perseguidores lançarão mão deles. Ser arrastado para as sinagogas e ser açoitado ali ainda está entre os sofrimentos menores (cf. Mt 10.17). Diante deles está uma luta ainda mais árdua, em que serão conduzidos diante de reis e governadores para dar testemunho da fé (cf. Mt 10.18). O pior espera por eles quando pais, familiares e amigos os delatam e matam. Nesse tempo de aflição eles podem alegrar-se com um tríplice consolo. 1) Tudo lhes acontecerá por causa do nome do Senhor (cf. At 5.41). 2) Isso redundará em lucro para eles. 3) Durante os duros processos judiciais eles experimentarão o apoio do Senhor. – As palavras “isso lhes acontecerá como testemunho” significam: “Terá um desfecho favorável para eles no tribunal”. Serão considerados inocentes quando forem submetidos a autoridades gentias por amor ao nome de Jesus ou porque pregam a Cristo, sob a acusação de crime contra o Estado. Por essa razão tampouco devem preocupar-se ou refletir sobre como se justificarão perante os tribunais. A expressão “boca e sabedoria” significa: “O Senhor lhes concede a capacidade de falar e o conteúdo apropriado do discurso” (cf. Lc 12.11s; Mt 10.19s). Os antagonistas sentirão como dificuldade a sua resistência perseverante, como foi atestado diversas vezes em Atos dos Apóstolos (cf. At 6.10; 7.51; 13.8-10).

Os discípulos não serão perseguidos somente pelos inimigos de Cristo, mas mesmo os familiares mais próximos os entregarão aos tribunais e matarão alguns deles. Essas declarações de Jesus não valem apenas para os apóstolos, mas para os fiéis de todos os tempos. Mas nem todos sofreriam a morte pelo martírio. Os ouvintes do Senhor que registraram esse prenúncio seriam somente as

primícias de uma multidão incontável de mártires que morreriam em prol da causa do Senhor ao longo dos séculos.

A menção de que os discípulos serão odiados por todos em virtude do nome de Jesus é confirmada por diversas provas nas cartas apostólicas (cf. Rm 8.35-37; 1Co 4.9s; 2Co 11.23-29; Hb 10.32-34). O cumprimento preciso dessa palavra já podia ser percebido nos primeiros tempos da igreja. Os três evangelhos sinóticos e também João (Jo 15.20s) gravaram profundamente a lembrança do ódio generalizado. Igualmente podemos recordar aqui os perigos que obrigaram os primeiros cristãos a fugir para Pela. Não devemos ignorar que esse ódio se avoluma cada vez mais, à medida que a história da evolução do reino de Deus se encaminha rapidamente para o fim.

A promessa de que nenhum cabelo de sua cabeça será perdido recebe diversas interpretações neste contexto. Como antes foi dito que alguns dos discípulos seriam mortos, essa asserção não pode significar que "... saireis ilesos no corpo e na vida". Não é correto pensar em uma preservação ileso da igreja. Pelo contrário, a expressão proverbial visa declarar que sua vida verdadeira e eterna não sofrerá o menor dano. Ainda que Jesus não garanta a sobrevivência dos discípulos em toda e qualquer circunstância (cf. Lc 12.7; Mt 10.30), eles não obstante permanecem na terra o tempo que for preciso para o serviço do Senhor. Até mesmo sua morte redundará em salvação e glorificação de Cristo (cf. Fp 1.20).

A promessa dada aqui é explicitada pela frase subsequente: "Em vossa perseverança ganhareis a vossa alma!", i. é, obtereis vossa vida eterna. Essas palavras são o outro lado da promessa de que nenhum cabelo lhes seria danificado (cf. At 27.34). Nada daquilo que faz parte da consistência da vida eterna será perdido. Os discípulos deverão obter sua alma (ou vida eterna) pela persistência diante de todas as perseguições. Trata-se da mesma promessa de Mt 24.13 e Ap 2.10, enquanto a compreensão, segundo a tradução usual, de munir as almas com paciência (cf. Hb 10.36 [RC]) não corresponde precisamente ao teor do versículo.

A devastação de Jerusalém pelas nações – Lc 21.20-24

20 – Quando, porém, virdes Jerusalém sitiada de exércitos, sabeí que está próxima a sua devastação.

21 – Então, os que estiverem na Judéia, fujam para os montes; os que se encontrarem dentro da cidade (de Jerusalém), retirem-se; e os que estiverem nos campos, não entrem nela.

22 – Porque estes dias são de vingança, para se cumprir tudo o que está escrito.

23 – Ai das que estiverem grávidas e das que amamentarem naqueles dias! Porque haverá grande aflição na terra e ira contra este povo.

24 – Cairão a fio de espada e serão levados cativos para todas as nações; e, até que [os] tempos dos gentios se completem, Jerusalém será pisada por eles.

Nesse ponto Mateus e Marcos mencionam, com referência à profecia de Daniel, o horror da devastação. Lucas deixa de lado o que se reveste de particular importância para os leitores judeus cristãos do evangelho de Mateus. De acordo com a versão do presente evangelista a própria aparição dos exércitos hostis diante de Jerusalém já representa um sinal funesto pelo qual os discípulos devem constatar que então não se poderá mais esperar salvação apesar da mais destemida defesa. Em sua solene entrada em Jerusalém Jesus já visualizara e anunciara o sítio e a destruição da cidade (cf. Lc 19.41-44); agora, ao sair do templo, ele prenuncia o desmantelamento completo do esplendoroso edifício do santuário. Na sequência o Senhor passa a tratar da pergunta dos discípulos (Lc 21.5ss).

Quanto à profecia de Daniel sobre o cerco e a devastação de Jerusalém e seu santuário Jesus diz aos discípulos, conforme Mateus e Marcos, que esse evento dará início aos dias da grande tribulação que acabarão com seu retorno para o juízo. Lucas destaca com isso a conquista e desolação de Jerusalém como um momento essencial da proclamação profética. Ao contrário de Lucas, Mateus e Marcos trazem a destruição de Jerusalém e o retorno do Senhor em intervalos muito breves (cf. Mt 24.29; Mc 13.24). A coincidência de todos os três relatos sinóticos em convocar para a fuga imediata permite constatar que também Mateus e Marcos imaginaram o horror da destruição associado à conquista de Jerusalém.

A exortação para fugir nos três evangelhos sinóticos tem conteúdo quase idêntico. Lucas abreviou um pouco a forma da apresentação. Uma fuga apressada representa o único meio de salvamento. A igreja de Cristo na Palestina foi preservada por meio dessa afirmação, diante da ilusão que tomou conta de toda a nação judaica desde o começo da guerra judaica. Quando o exército romano se

aproximou, a Igreja não buscou refúgio atrás dos muros da capital, mas fugiu para Pela e escapou da terrível catástrofe (cf. Eusébio, *Hist. Eccl.* III, 5). É aconselhável alcançar as montanhas solitárias. É preciso sair da cidade a qualquer custo, cumpre abandoná-la em tempo hábil. Não se aconselha o retorno em hipótese nenhuma. Ninguém deve ousar ir das áreas rurais para Jerusalém. Jesus justifica sua exortação à fuga com a frase: “Porque estes dias são de vingança, para se cumprir tudo o que está escrito.” Evoquemos Lv 26.14ss e Dt 28, que de certo modo trazem o tema básico que é elaborado em detalhe nos escritos proféticos. Por essa razão pode-se aduzir aqui todas as profecias de Moisés até os últimos profetas, nas quais Deus manda anunciar a seu povo o castigo que impérios gentios executarão nele em caso de impenitência.

O lamento sobre as grávidas e os lactantes que não podem fugir fundamenta a magnitude da aflição. Não se trata de um ai de condenação, mas de amargo pranto, que manifesta a misericórdia e a compaixão do Senhor (cf. Lc 23.29).

A ira de Deus contra esse povo será manifestada no fato de que ele sucumbirá pelo fio da espada e será levado cativo entre todos os povos. Jerusalém será pisoteada pelos gentios, i. é, será tratada com desdém (cf. Ap 11.2; 1Macabeus 3.45; 4.60). Ocorre aqui uma nítida alusão à profecia de Daniel (cf. Dn 8.13). Essa ira divina sobre Jerusalém durará o tempo necessário até que se cumpra o prazo dos gentios. Nesse contexto não se deve pensar em um prazo de clemência que sirva à conversão dos gentios (cf. Ap 11.2). Esses tempos começam pela conquista e devastação de Jerusalém por exércitos gentios, até o fim do prazo durante o qual Deus concedeu poder aos gentios sobre o povo dele.

No presente caso não consta “os tempos dos gentios”, mas “tempos dos gentios”. Jesus não se refere especificamente aos três e meio tempos em que o anticristo destrói a cidade e o santuário, exercendo poder sobre o povo de Deus (Dn 9.27; 12.7), até que o juízo do Filho do Homem ponha fim à atuação dele (Dn 7.14). O plural “tempos” foi escolhido em vista do fato de que no passado também já houve períodos em que Jerusalém fora profanada e desolada, como p. ex. através de Nabucodonosor e Antíoco Epífanês. Tais tempos serão concluídos na instalação do reino de Deus por ocasião da volta de Cristo em glória.

A volta propriamente dita do Senhor – Lc 21.25-28

[Comentário Esperança, Mateus, p. 395s, e Marcos, p. 376s]

25 – [E] haverá sinais no sol, na lua e nas estrelas; sobre a terra, angústia entre as nações em perplexidade por causa do bramido do mar e das ondas.

26 – Haverá homens que desmaiarão de terror e pela expectativa das coisas que sobrevirão ao mundo; pois os poderes dos céus serão abalados.

27 – Então, se verá o Filho do Homem vindo numa nuvem, com poder e grande glória.

28 – Ora, ao começarem estas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça; porque a vossa redenção se aproxima.

Por meio do “e” Lucas combina esta exposição claramente com a anterior. A afirmação de que o evangelista estaria evitando o “logo em seguida” de Mateus, porque escreveu após a destruição de Jerusalém, não é consistente. Essa diferença é decorrente da forma mais livre na reprodução do discurso. O fato de que deixam de ser mencionados a fuga no sábado, a abreviação dos dias, os falsos profetas judeus e uma especificação maior dos sinais, como acontece em Mateus e Marcos, deve ser atribuído ao fato de que Lucas dirige seu evangelho aos gentios.

A referência ao inenarrável pavor que tomará conta da humanidade é peculiar a Lucas. A mesma idéia é desenvolvida em Ap 6.12-14. O Senhor anuncia que pouco antes de sua volta uma sombria premonição de grandes eventos pesará como um grave pesadelo sobre várias pessoas. Medo e perplexidade preencherão o mundo das nações. O bramido do mar e das ondas igualmente fará lembrar coisas terríveis que se abaterão sobre a face da terra. O abalo das forças celestes mostra a dissolução do atual curso da natureza e do mundo, bem como a irrupção de uma nova ordem mundial.

Pessoas expiram por medo e expectativa das coisas que virão sobre o orbe habitado. Já não é caso raro que a tensão excessiva e a tensão psicológica do momento acarretem a perda da vida. O Senhor visa dizer resumidamente que tudo cambaleia e se desagrega (cf. 2Pe 3.10-12).

Como Mateus e Marcos, Lucas fala do retorno pessoal do Messias no tempo em que toda a criação ameaça submergir no caos. Mateus fala primeiro dos sinais do Filho do Homem, e depois do próprio

Filho do Homem. Marcos e Lucas informam de imediato acerca da aparição do Filho do Homem, Marcos “sobre as nuvens” e Lucas “sobre uma nuvem”, e ambos silenciam acerca dos sinais. É imaginável que a nuvem de luz que o sustém seja o sinal. Cabe lembrar a palavra do anjo na Ascensão, de que o Senhor retornaria da mesma maneira como os discípulos o viram subir ao céu (cf. At 1.11). A menção da aparição e atuação dos anjos no dia do juízo aparece somente em Mateus e Marcos. Lucas enfatiza mais o lado prático da questão, a saber, a expectativa e alegria com que os discípulos do Senhor verão a aproximação desses eventos.

Para os discípulos os presságios do retorno do Senhor devem ser um motivo de alegria! Não se tem em mente exclusivamente a vinda do Senhor em glória. Essa manifestação será instantânea, quando a hora tiver chegado. Então a redenção não apenas estará próxima, mas já estará realmente presente. Jesus lembra os discípulos dos indícios (cf. Lc 21.25s) que durarão certo tempo. Os acontecimentos pelos quais o mundo fica paralisado em perplexo terror são para os crentes uma voz que desperta para a alegre esperança e expectativa. Suas cabeças, que até então muitas vezes estiveram curvadas sob vários lamentos e perseguições, devem agora ser levantadas (cf. Rm 8.19; Tg 5.8).

c) A instrução e exortação do Senhor a seus discípulos – Lc 21.29-36

[Comentário Esperança, Mateus, p. 396s, e Marcos, p. 378s]

Jesus instrui seus discípulos por meio de uma parábola sobre a proximidade dos eventos profetizados. O final de seu discurso escatológico contém uma exortação à vigilância.

A parábola da figueira – Lc 21.29-33

29 – Ainda lhes propôs uma parábola, dizendo: Vede a figueira e todas as árvores!

30 – Quando começam a brotar, vendo-o, sabeis, por vós mesmos, que o verão está próximo.

31 – Assim também, quando virdes acontecerem estas coisas, sabeis que está próximo o reino de Deus.

32 – Em verdade vos digo que não passará esta geração, sem que tudo isto aconteça.

33 – Passará o céu e a terra, porém as minhas palavras não passarão.

Jesus fala especialmente da figueira porque ela é um antigo símbolo do povo de Deus (cf. Os 9.10; Mq 7.1; Jr 8.13; 24.1ss), que ele mesmo também já utilizara (Mc 11.12-14; Lc 13.6-9). A figueira é mencionada especialmente porque se distingue de outras árvores da Palestina pelo fato de perder as folhas no inverno, parecendo completamente morta por causa de seus salientes galhos desnudos, de modo que ela exhibe com especial nitidez o retorno da seiva que nela circula. Seus brotos são presságio do verão, um símbolo para a irrupção da vida através da morte. Com essa ilustração Jesus diz aos discípulos que também o Messias possui precursores, o que é assinalado justamente pelos indícios. A imagem da figueira, pois, não aponta apenas para os terrores do fim dos tempos, mas também para os sinais do tempo da salvação. A figueira amortecida torna-se verde, suas folhas brotam, o inverno passou definitivamente, o verão está às portas, o povo de Deus chega a uma nova vida, a última consumação começa, o reino de Deus está às portas.

O Senhor define com maior precisão ainda a proximidade de seu retorno, declarando: “Em verdade vos digo que não passará esta geração, sem que tudo isto aconteça.”

A difundida exegese de que “esta geração” deve ser relacionada com o povo judeu é a melhor e mais segura.

Os comentaristas que opinam que Jesus não pensou no povo judeu, mas na geração que vivia naquele tempo, tentam interpretar da seguinte maneira o sentido das palavras “até que tudo isso tenha acontecido”: dizem que a palavrinha “tudo” não deve ser interpretada como a destruição de Jerusalém, tampouco seu retorno, mas como “presságios de sua vinda”, sinalizados figuradamente pelo brotar das folhas da figueira. Esses presságios demandam certo período de tempo, eles começam e acontecem. Aquilo que serve de “sinal precursor” de sua vinda acontece atual e continuamente: “até que tudo isso tenha começado a acontecer”. Portanto isso de fato aconteceu durante o tempo de vida dos contemporâneos do Senhor. Viram na destruição de Jerusalém a tipificação do iminente fim do mundo. Jesus pretendia dizer que essa geração não partiria desta vida sem que o fim do mundo previamente anunciado tivesse começado com a destruição factual de Jerusalém. O Senhor não pretende dizer que eles vivenciarão “tudo” o que ainda ocorrer antes do fim.

Para confirmar sua promessa Jesus acrescenta que céus e terra passarão, mas não as suas palavras. Tudo o que ele afirmou na presente escatologia sobre sua volta perdurará além dos céus e da terra. O Senhor visa destacar aqui a não-transitoriedade ou a duração eterna de suas palavras, ao contrário do universo atual. Não estava nos planos do Senhor informar a hora em que céus e terra desaparecerão, e tampouco os discípulos perguntaram por ela. Quando a ordem completamente nova das coisas for estabelecida, as palavras do Senhor ainda conservarão sua validade.

A exortação final do discurso escatológico de Jesus – Lc 21.34-36

34 – Acautelai-vos por vós mesmos, para que nunca vos suceda que o vosso coração fique sobrecarregado com as conseqüências da orgia, da embriaguez e das preocupações deste mundo, e para que aquele dia não venha sobre vós repentinamente (inesperadamente), como um laço.

35 – Pois há de sobrevir [como um laço] a todos os que vivem sobre a face de toda a terra.

36 – Vigiai, pois, a todo tempo, orando, para que possais escapar de todas estas coisas que têm de suceder e estar em pé na presença do Filho do Homem!

O encerramento da escatologia atesta a sabedoria pedagógica do Senhor. O olhar dos discípulos, que se perdera no futuro distante, é reconduzido até seu próprio coração. A grave exortação “Acautelai-vos!” visa estimulá-los a aproveitar a expectativa do retorno dele para sua salvação e consolação. Jesus adverte os discípulos a não onerarem seus corações, o que pode acontecer pela superficialidade ou pela avidez por prazer. Essa circunstância pode ocorrer por meio de três coisas: pela superficialidade, causada pela glotonaria de ontem, pela embriaguez, que torna inepto para hoje, pelas preocupações com o alimento, que afligem o amanhã. Essas coisas privam o intelecto de clareza e sobriedade, necessárias para aguardar o futuro do Senhor. Não apenas devemos evitar cuidadosamente o que é cabalmente ilícito, mas igualmente usar com sabedoria o que é permitido, na consciência de que não podemos contar com um tempo longo. O grande dia do Senhor é inesperado até mesmo para os crentes (cf. 1Ts 5.2), contudo chega como um laço para todos os demais habitantes da terra, que vivem despreocupadamente. A comparação dessa figura designa tanto o inesperado quanto o destrutivo. As palavras: “... sobre todos que habitam ou estão sentados” indicam os que estão sentados tranqüila e confortavelmente (cf. Am 6.1-6), uma postura em que são imediatamente capturados tão logo um laço é lançado sobre eles (cf. Jr 25.29; Ap 18.7s).

Os discípulos devem vigiar e orar a todo instante. Ambas as coisas são necessárias. Aquele dia sobrevirá subitamente a todos que prosseguem a vida em segurança terrena. Por essa razão torna-se necessária uma vigilância constante. Igualmente é preciso vigiar a cada instante em oração, porque uma vigilância sem oração impossibilita uma acolhida apropriada para o Senhor.

Escapar das tribulações pela força de Deus constitui a condição prévia para ser confrontado com o Filho do Homem. Trata-se de comparecer com franqueza, permanecer diante de seu trono com serenidade, para contemplá-lo, servi-lo e glorificá-lo. Trata-se de ser reunido a Cristo (cf. Mt 24.31). Essas últimas palavras da escatologia de Jesus evidenciam aos discípulos não somente o começo, mas a quintessência da suprema felicidade, cujo oposto é descrito no Sl 1.5; Na 1.5s; Ap 6.16s.

d) Visão geral da atividade doutrinária de Jesus – Lc 21.37-38

37 – Jesus ensinava todos os dias no templo, mas à noite, saindo, ia pousar no monte chamado das Oliveiras.

38 – E todo o povo madrugava para ir ter com ele no templo, a fim de ouvi-lo.

Lucas é o único a encerrar a descrição da atividade do Senhor em Jerusalém com uma observação sintética. Esse relato de Lucas precisa ser complementado com a ajuda dos outros evangelistas. De Jo 12.36 deve-se depreender que Jesus saiu do templo e se ocultou dos judeus, o que permite concluir que buscava o silêncio durante algumas horas ou um dia inteiro, a fim de fortalecer-se para a luta iminente. Os sinóticos não fornecem um relato tão rico como este dos vv. 37s a respeito de nenhum outro dia da atuação pública de Jesus. O encontro com os gregos no templo também deve ter acontecido na semana da paixão (Jo 12.20-36). Deve-se supor que Jesus familiarizou um grupo maior de seus adeptos com sua paixão. O relato em Jo 12.37-43 com certeza representa uma síntese da grande essência da instrução que Jesus expunha nos últimos dias antes de sua paixão.

Lucas relata o desejo do povo, que levantava de madrugada para ouvi-lo. Desse modo os ouvintes demonstram que, enquanto ainda não tinham sido obcecados e desencaminhados pelos fariseus,

sabem dignificar corretamente seu profeta. Poucos dias depois tudo havia mudado (cf. Lc 23.18). Os poucos dias finais em que o Senhor permanecia no templo devem ter sido dias plenos de conteúdo. Precisamos considerar de suma importância a inabalável serenidade com que o Senhor perseverou em seu posto até o último instante. Até o final Jesus desfrutou de uma audiência sem refluxo à sua palavra. Aqui reside mais uma prova de que ele se entregou nas mãos de seus inimigos espontaneamente e sem ser coagido. O mistério do poder irrestrito até a última hora de sua vida pública com certeza pode ser encontrado nas horas noturnas no Monte das Oliveiras.

SEÇÃO VI

PAIXÃO E MORTE DE JESUS EM JERUSALÉM– LC 22.1-23.56

O evangelista permite que o leitor acompanhe o Senhor passo a passo em sua trajetória de sofrimento. Como seus antecessores sinóticos e João, Lucas destaca enfaticamente a inocência e magnitude do Senhor diante de seus inimigos, evidenciando sobretudo a ação divina, digna de adoração, frente aos atos dos humanos. Na seleção dos relatos e nas partes omitidas Lucas coincide mais com Mateus e Marcos do que com João, que mesmo na história da paixão segue seu próprio curso. A ordem cronológica dos acontecimentos não é tão precisa no evangelho de Lucas. Uma comparação de seu relato da celebração no cenáculo com a reprodução em Mateus e Marcos permite constatar isso de forma clara. Sua narrativa da paixão no Getsêmani é menos completa e organizada que nos demais evangelistas. Sumárias e gerais são suas comunicações sobre o episódio no tribunal de Pilatos.

Devemos ao evangelista Lucas uma série de informações por meio das quais o conhecimento da história da paixão do Senhor é elucidada e ampliada. Ele é o único que cita Pedro e João como aqueles que preparam a Páscoa (Lc 22.8). Lucas transmite as comoventes palavras com as quais o Senhor iniciou a ceia (Lc 22.15). Somente ele, entre os sinóticos, relata a competição dos discípulos (Lc 22.24ss), que provavelmente motivou o lava-pés. Além disso, pertencem a seu material exclusivo os diálogos especiais dos vv. 28-30. Na luta com o sofrimento no Getsêmani ele é o único a lembrar o anjo confortante e o suor de sangue (Lc 22.43s). Todos os evangelistas relatam a negação de Pedro, mas apenas Lucas fala do olhar do Senhor (Lc 22.61). Todos descrevem o interrogatório noturno, somente Lucas informa acerca de uma sessão matinal do Sinédrio (Lc 22.66-71), que não deve ser confundida com a primeira. Sem Lucas não ficaríamos sabendo da primeira acusação dos judeus perante Pilatos (Lc 23.2) e do suplício do Senhor perante Herodes (Lc 23.5-16). Fazem parte do material exclusivo de Lucas as palavras de Jesus às mulheres que choram (Lc 23.27-31), sua primeira palavra na cruz (Lc 23.34), o perdão ao criminoso (Lc 23.39-43), a última exclamação do moribundo (Lc 23.46) e o comportamento de José de Arimatéia no conselho judaico (Lc 23.51). É peculiar em Lucas a menção especial das mulheres que estiveram em contato com o Senhor durante a paixão (Lc 23.27-31,55s), assim também já informara anteriormente sobre o serviço das mulheres (Lc 8.2s).

O relato da história da paixão contém: A) a preparação para o sofrimento (Lc 22.1-46), B) a paixão em si e os acontecimentos subsequentes (Lc 22.47-23.56).

A. A preparação para o sofrimento – Lc 22.1-46

[Comentário Esperança, Mateus, p. 411s, e Marcos, p. 383ss]

Este bloco da história da paixão contém três episódios: 1) a traição de Judas (Lc 22.1-6), 2) a última ceia de Páscoa e a instituição da santa ceia (Lc 22.7-38), 3) a luta de Jesus em oração no Getsêmani (Lc 22.39-46).

1. A traição de Judas – Lc 22.1-6

[Comentário Esperança, Mateus, p. 414s, e Marcos, p. 392s]

- 1 – Estava próxima a Festa dos Pães Asmos, chamada Páscoa.**
- 2 – Preocupavam-se os principais sacerdotes e os escribas em como tirar a vida a Jesus; porque temiam o povo.**
- 3 – Ora, Satanás entrou em Judas, chamado Iscariotes, que era um dos doze.**

4 – Este foi entender-se com os principais sacerdotes e os capitães sobre como lhes entregaria a Jesus.

5 – Então, eles se alegraram e combinaram em lhe dar dinheiro.

6 – Judas concordou e buscava uma boa ocasião de lho entregar sem tumulto [pelas costas do povo].

O começo da história da paixão em Lucas coincide mais com o de Marcos. Mas Lucas não escreve: “Dali a dois dias, era a Páscoa” (Mc 14.1; Mt 26.2), mas: “Estava próxima a Festa dos Pães Asmos” (Lc 22.1). Lucas recorre a um termo grego em lugar de um termo hebraico ou aramaico: *Pésach* ou *Pashta*. Emprega diversas vezes os nomes gregos: a festa dos pães asmos ou os dias dos pães asmos (cf. At 12.3; 20.6), e acrescenta o conhecido *Pashta* aramaico (At 12.4) quando enfatiza em sentido mais estrito o cordeiro da Páscoa ou a ceia da Páscoa (cf. Lc 22.7s,11,13,15). O uso das duas expressões pode ser explicado pela circunstância de que a festa da Páscoa ordenada na lei para o dia 14 do mês Nisã era distinta da festa dos pães asmos, que durava do 15º a 21º dia de Nisã (Nm 28.16s). Pelo fato de que todo o fermento tinha de estar fora das casas (Êx 12.15) já no 14º dia de Nisã, o linguajar popular aplicava o nome Páscoa para todos os sete dias da festa dos *Mazzot* ou pães asmos (cf. Dt 16.1ss; 2Cr 35.9,18). As duas referências em Josefo (*Ant.* XIV,2.1; III,10,5) contêm dois aspectos: a primeira passagem liga ambas as festas, a segunda as distingue.

O Sinédrio (o conselho supremo) já havia decidido anteriormente matar a Jesus (Lc 19.47; 20.20). Lucas explica como era difícil para os líderes de Israel executar esse plano, e como seu medo do povo tolhia a execução de seu propósito (cf. Lc 19.47s; 20.26). Aqui o relato de Lucas precisa ser complementado a partir de Mt 26.3-5. Ele mostra que não se deve imaginar uma busca irrefletida e desorientada do Sinédrio por uma oportunidade. Em uma reunião específica por parte do Sinédrio, relatada em Jo 11.47-53, os membros que defendiam este pensamento haviam secretamente decidido a morte de Jesus. Não havia nenhuma intenção de tentar fazer isto antes da festa. Pretendiam deixar passar o período da festa a fim de aguardar uma oportunidade melhor e uma data mais propícia. Contudo a execução de seu plano de assassinato foi inesperadamente acelerada: o cumprimento da profecia do Senhor (Mt 26.2) foi preparado pela oferta de Judas, que surpreendeu a todos.

Lucas enfatiza que Satanás entrou em Judas e se apoderou dele. Assim, a traição é, por um lado, designada integralmente como obra de Satanás. O relato de Lucas também coincide com Jo 13.27.

Por outro lado, todos os três sinóticos informam que o traidor foi um dos doze. Esse destaque mostra nitidamente que apesar da ação satânica Judas foi culpado e responsável (Jo 12.4; At 1.16s). Já ao ser convocado para o ministério apostólico seu nome é complementado com a frase “que também o entregou” (Mt 10.4) e “que se tornou um traidor” (Lc 6.16). Judas é caracterizado dessa forma, e isso constitui um indício do desfecho trágico de sua convocação de apóstolo. Persiste o grande problema teológico de que Judas Iscariotes tenha sido chamado por Jesus para ser apóstolo, apesar de ser um diabo (Jo 6.70), um ladrão (Jo 12.6), um filho da perdição (Jo 17.12) e um traidor (Lc 6.16). Embora reconhecesse Judas desde o começo, Jesus o escolheu como apóstolo.

Os membros do Sinédrio ficaram sumamente contentes com a oferta de Judas, porque agora realizariam seus mais ardentes desejos. Entre os próprios discípulos do Senhor aparecia um espírito de infidelidade e ódio. Em sua alegria os membros do Sinédrio comprometeram-se a entregar dinheiro a Judas por sua oferta. Provavelmente devemos supor que a recompensa profetizada pelo profeta Zacarias era somente uma quantia antecipada, que após a concretização do plano seria complementada com uma soma maior.

Judas tentou entregar Jesus aos sumo sacerdotes longe de um ajuntamento popular. O povo não deveria estar presente. A expressão poética *ater* = “sem” ocorre somente duas vezes neste capítulo (Lc 22.6,35). Para o próprio Judas uma execução sorrateira do plano parece tão desejável quanto para os sumo sacerdotes, que consideravam isso necessário para o interesse geral.

2. A última ceia de Páscoa e a instituição da santa ceia – Lc 22.7-38

[Comentário Esperança, Mateus, p. 415ss, Marcos, p. 393ss]

O relato sobre a ceia de Páscoa é mais completo em Lucas que em Mateus e Marcos. Ele menciona algumas circunstâncias que seus dois antecessores sinóticos não relatam. O presente evangelista cita o nome dos dois apóstolos que foram incumbidos por Jesus da preparação da ceia (Lc 22.8). Ele também informa o discurso do Senhor no começo da ceia (Lc 22.15-18). Depois da

refeição Lucas menciona a crítica aos discípulos quanto à sua disputa pela preferência (Lc 22.24-30). A profecia ligada a ela, acerca da negação de Pedro (Lc 22.31-38), é mencionada por Lucas em um contexto diferente do que em Mateus e Marcos. A alusão ao traidor (Lc 22.21-23), trazida por Lucas apenas após a instituição da santa ceia, está formulada de maneira mais sucinta que em Mateus e Marcos. Os detalhes dos acontecimentos na ceia de Páscoa não estão em ordem cronológica, mas temática. Primeiramente é descrita a ceia de Páscoa com a instituição da santa ceia, e depois são trazidos os diálogos com os discípulos.

a) Os preparativos da última ceia de Páscoa – Lc 22.7-13

7 – Chegou o dia da Festa dos Pães Asmos, em que importava comemorar a Páscoa. 7-13; Mt 26.17-29; Mc 14.12-25; Êx 12.18-20

8 – Jesus, pois, enviou Pedro e João, dizendo: Ide preparar-nos a Páscoa para que a comamos!

9 – Eles lhe perguntaram: Onde queres que a preparemos?

10 – Então, lhes explicou Jesus: Ao entrardes na cidade, encontrareis um homem com um cântaro de água; segui-o até à casa em que ele entrar!

11 – e dizei ao dono da casa: O Mestre manda perguntar-te: Onde é o aposento no qual hei de comer a Páscoa com os meus discípulos?

12 – Ele vos mostrará um espaçoso cenáculo mobilado; ali fazei os preparativos!

13 – E, indo, tudo encontraram como Jesus lhes dissera e prepararam a Páscoa.

Na noite que iniciava o 14º dia de Nisã Jesus celebrou a Páscoa com seus discípulos e instituiu a santa ceia (Lc 22.14-23). No final dessa celebração ele se dirigiu com seus discípulos ao Monte das Oliveiras, ou Getsêmani (Lc 22.39ss). Ali ele foi aprisionado (Lc 22.47ss) e conduzido ao sumo sacerdote Caifás, em cuja casa se haviam reunido os sumo sacerdotes e anciãos (Lc 22.54). Aqui Jesus foi interrogado e declarado culpado. Na manhã do dia seguinte Jesus foi entregue ao governador Pilatos e condenado à morte na cruz (Lc 23.1ss). Imediatamente depois Jesus foi ridicularizado pelos soldados, conduzido à crucificação e pregado à cruz (Lc 23.25ss). Em poucas horas o Senhor estava morto (Lc 23.46). De acordo com o relato dos três sinóticos Jesus foi crucificado no 14º dia de Nisã, e morreu e foi sepultado no mesmo dia. Esse dia era o da preparação (Mt 27.62). Marcos explica essa expressão para os leitores gregos como a “véspera do sábado” (Mc 15.42) e Lucas elucida: “Era o dia da preparação, e começava o sábado” (Lc 23.54). Conforme esses relatos Jesus morreu na sexta-feira à tarde e foi deitado na sepultura ao entardecer, antes do começo do sábado.

Os relatos sinóticos de que Jesus realizou a ceia da Páscoa com seus discípulos no 14º dia de Nisã à noite, no horário prescrito, também está em harmonia com as anotações de João (Jo 19.14,31). O “dia da preparação da Páscoa” designa a sexta-feira como preparação do sábado que ocorre durante a festa da Páscoa. Foi nesse dia da preparação, i. é, antes de irromper o sábado, que os corpos dos crucificados foram retirados da cruz, conforme Jo 19.41. Logo os quatro evangelhos concordam sobre a última ceia de Páscoa e o dia da morte de Jesus.

Na manhã do dia 13 de Nisã Jesus encarregou Pedro e João da preparação da ceia da Páscoa, enviando-os adiante dele para a cidade. Por volta das 18 horas desse dia começou o dia 14 de Nisã, quando também se iniciava o abate dos cordeiros (Êx 12.6; Dt 16.6). Conforme os relatos de Mateus e Marcos os discípulos começam a falar com o Senhor sobre a refeição da Páscoa. O relato de Lucas pode muito bem ser combinado com os dois outros sinóticos, de que Jesus, diante da pergunta preliminar dos discípulos pelo “onde”, dá a Pedro e João a instrução de que saíssem para providenciar a Páscoa.

Os discípulos recebem uma instrução enigmática quanto ao homem com o cântaro de água, algo sobre o que Lucas não dá mais detalhes. Essa ordem não pode ser considerada como algo arranjado. A passagem de um homem com o cântaro pela rua não pode ser combinada nem determinada previamente. Somente sua pré-ciência profética permitiu que Jesus fosse capaz de indicar a pessoa certa aos discípulos. Os discípulos deviam seguir esse homem até em casa, solicitando ao proprietário uma sala em que o Senhor pudesse comer a refeição com seus amigos. O Senhor lhes declara que o dono da casa lhes indicaria uma sala superior, equipada com estofados. Pedro e João constatarem tudo exatamente da forma como o Senhor havia prenunciado.

b) A celebração da última ceia de Páscoa – Lc 22.14-18

14 – Chegada a hora, pôs-se Jesus à mesa, e com ele os apóstolos.

15 – E disse-lhes: Tenho desejado ansiosamente comer convosco esta Páscoa, antes do meu sofrimento.

16 – Pois vos digo que nunca mais a comerei, até que ela se cumpra no reino de Deus.

17 – E, tomando um cálice, havendo dado graças, disse: Recebei e reparti entre vós!

18 – Pois vos digo que, de agora em diante, não mais beberei do fruto da videira, até que venha o reino de Deus.

Uma comparação do relato de Lucas sobre a Páscoa e a celebração da santa ceia com os relatos dos demais evangelistas confirma que todos comunicam a mesma ceia solene e a mesma revelação do traidor. Contudo é igualmente flagrante que Lucas não mantém a seqüência cronológica. Para obter uma visão completa, precisamos preencher seu relato a partir dos outros evangelhos. Aqui não se impõe a ordem dos diversos momentos durante a ceia festiva. Na descrição de Lucas, pelo contrário, está em primeiro plano o forte contraste entre o ânimo dos discípulos e as palavras do Senhor.

A hora em que Jesus se deitou à mesa com os apóstolos era o momento prescrito pela lei para a celebração da Páscoa. Mateus e Marcos mencionam que foi à noite. De acordo com a lei a prescrição original era celebrar a Páscoa em pé, com o cajado na mão (cf. Êx 12.11). Mais tarde tornou-se costume deitar-se à mesa, apoiado com o braço esquerdo sobre o divã. Um dito rabínico explica: “É costume dos escravos comer em pé, agora porém eles comem reclinados, para que se reconheça que foram conduzidos da escravidão para a liberdade.” Acerca da ordem na comunhão de mesa, só poucas coisas podem ser determinadas com exatidão. De acordo com Jo 13.23 João recebeu o primeiro lugar ao lado do Senhor. Pedro deve ter ficado próximo dele, porque não falou com João, limitando-se a acenar para ele (Jo 13.24). O lugar do dono da casa, que preside a celebração da Páscoa, foi ocupado pelo próprio Senhor. Lucas apresenta o momento em que Jesus deu início à celebração (Lc 22.15s).

A comunhão de mesa de uma ceia de Páscoa não podia ser constituída por menos de dez pessoas (Josefo, *Guerra* VI, 9.3). Precisava ser uma família completa. A ordem da festa era determinada pela seqüência dos cálices, cheios de vinho tinto. O dono da casa proferia as ações de graças ou a bênção sobre o vinho e a festa, tomando o primeiro cálice. Depois eram consumidas ervas amargas, molhadas com vinagre ou salmoura, como recordação das amarguras que os antepassados suportaram no Egito. Traziam-se os pratos da Páscoa, a sopa temperada, os pães asmos, as oferendas da festa e o cordeiro. Todas as partes da festa eram explicadas. Cantava-se a primeira parte do grande Aleluia (Sl 113-114) e bebia-se do segundo cálice. Agora começava a ceia propriamente dita, para a qual as pessoas se recostavam. O dono da casa tomava dois pães, partia um deles, colocando-o sobre o inteiro, abençoava o pão, enrolava-o com ervas amargas, mergulhava-o e realizava a distribuição com as palavras: “Esse é o pão da penúria, comido por nossos pais no Egito.” Na seqüência abençoava-se o cordeiro da Páscoa, comia-se dele, e as oferendas da festa eram consumidas com o pão, mergulhado em pasta, e por fim consumia-se o cordeiro da Páscoa. Em seguida eram proferidos louvor e agradecimento pela refeição, bem como se abençoava e bebia o terceiro cálice. Depois se cantava a segunda parte do grande Aleluia (Sl 115-118) e se bebia o quarto cálice. Eventualmente se acrescentava um quinto cálice mediante a recitação dos Salmos 120 a 137.

O primeiro cálice era dedicado ao anúncio da festa. De acordo com o relato de Lucas foi no momento de beber este cálice que Jesus declarou que ele esperara ansiosamente por comer esse cordeiro da Páscoa com os discípulos, antes que tivesse de padecer. O Senhor lhes anunciou que seria a última celebração que ele realizava na vida terrena, mas que celebraria uma nova festa no reino de Deus. O cordeiro da Páscoa atingirá sua plena concretização na consumação do reino de Deus. Assim como a Páscoa era uma celebração alegre da grata recordação da redenção do Egito (Êx 12.14,24-27), assim ela também será celebrada na consumação do reino de Deus, como grata recordação, na conclusão da redenção da igreja de Cristo.

Ao consumir o cordeiro assado da Páscoa bebia-se vinho, distribuído pelo dono da casa. Vários copos, cheios de vinho, eram oferecidos aos participantes da festa. De acordo com esse costume festivo Jesus recebeu um cálice e, após uma oração de graças, passou-o aos discípulos, dizendo: “Tomem-no e o distribuam entre vocês mesmos!” Ele afirma que de agora em diante não mais beberá

do fruto da videira até que o reino de Deus tenha chegado. Alguns comentaristas concluem dessas palavras que o próprio Jesus não teria bebido desse vinho. Essa afirmação carece de qualquer comprovação. Beber o vinho fazia parte do costume da ceia da Páscoa. Não há necessidade de mencionar especialmente que Jesus, o dono da casa, bebera desse cálice. A circunstância de que o vinho é símbolo da alegria não depõe absolutamente contra o fato de que Jesus estava tomado de pesar naquela hora e que não obstante foi o primeiro a beber. Ao lado de seus sentimentos de dor, também a alegria tinha espaço em seu coração, porque afinal vislumbrava o cumprimento de seu mais ardente desejo.

A perspectiva de sua paixão, por meio da qual sua obra redentora chegava à consumação, era capaz de deixar seu coração alegre, ainda que sentisse a mais profunda dor. Nessa condição de espírito ele era capaz de usufruir a bebida.

Jesus tornou o consumo do vinho um componente essencial da ceia da Páscoa, que ele pretendia celebrar com os discípulos ainda antes de padecer. Isso não ocorreu primordialmente para preparar a si e aos discípulos para o sofrimento iminente, mas para transformar a ceia de Páscoa, celebração da memória da antiga aliança, em festa memorial da nova aliança, fundada por ele através de sua morte. Vinho e pão asmo constituem os símbolos da santa ceia.

c) A instituição da santa ceia e a caracterização do traidor – Lc 22.19-23

19 – E, tomando um pão, tendo dado graças, o partiu e lhes deu, dizendo: Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim!

20 – Semelhantemente, depois de cear, tomou o cálice, dizendo: Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós.

21 – todavia, a mão do traidor está comigo à mesa!

22 – Porque o Filho do Homem, na verdade, vai segundo o que está determinado, mas ai daquele por intermédio de quem ele está sendo traído!

23 – Então, começaram a indagar entre si quem seria, dentre eles, o que estava para fazer isto.

A instituição da santa ceia é, nos três evangelhos, o centro do relato. Uma comparação da descrição de Lucas com os dois primeiros sinóticos mostra que Mateus e Marcos trazem a descoberta do traidor antes da celebração da ceia, enquanto Lucas traz este comunicado após a santa ceia. Uma comparação cuidadosa de todos os relatos evangélicos mostra a seguinte sequência dos respectivos momentos na sala da Páscoa: 1) abertura da refeição (Lc 22.15-18); 2) competição entre os discípulos (Lc 22.24-27; cf. Jo 13.1-11); 3) outros diálogos do Senhor (Jo 13.18-20; Lc 22.28-30); 4) a descoberta do traidor (Mt 26.21-25; Mc 14.18-21; Lc 22.21-23; Jo 13.21-30); 5) Intercalação do trecho de Jo 13.34s depois da saída do traidor. Do relato literal de Lucas poderia ser inferido que Judas ainda estava presente por ocasião da instituição da santa ceia, mas a comparação de todos os demais relatos deixa claro o contrário.

A instituição da santa ceia acontece imediatamente após a refeição da Páscoa. Ela aconteceu ainda antes do terceiro cálice, que foi consagrado como cálice da nova aliança. O Senhor tomou um pão que sobrava, partiu-o, deu-o aos discípulos e proferiu as palavras da instituição. Na fórmula “Isso é meu corpo” a palavra “é” não foi proferida por Jesus, porque conforme no aramaico bastava que ele dissesse “Isso meu corpo”. Porventura trata-se de algo essencial ou de uma metáfora? Apesar de todas as objeções de Lutero, o segundo sentido provavelmente é o correto. Todas as vezes em que a Escritura apresenta um “é”, trata-se de uma metáfora (cf. Sl 23.1). Aqui naturalmente se trata de um significado simbólico. Na descrição das palavras da instituição Lucas diverge de Mateus e Marcos, ao deixar de fora as palavras “*tomai, comei*” e complementar “meu corpo” com “que é oferecido por vós” e “fazei isso em minha memória!” O teor dessa fórmula de instituição é o que coincide mais com as palavras da instituição citadas por Paulo (1Co 11.24) e corresponde na última parte à prescrição acerca da celebração da Páscoa (cf. Êx 12.14; 13.9; Dt 16.3). A Páscoa tornou-se uma mera reminiscência do ato clemente da remissão do Egito; o cordeiro que sofrera a morte para poupar Israel era comido como memorial dessa ação clemente. Os discípulos devem comer o pão como recordação de que o Senhor entregou seu corpo à morte para consumir a redenção.

Após o término da ceia era costume fazer circular o terceiro cálice, que era chamado cálice da bênção (cf. 1Co 10.16). Isso não significa que a ceia da Páscoa tenha chegado ao fim, porque ainda

faziam parte dela um quarto ou até quinto cálices e o cântico do louvor (Mt 26.30). A instituição da santa ceia constitui um ato especial no transcurso da celebração da Páscoa.

Dos relatos de Lucas e Paulo depreende-se particularmente que Jesus ordenou aqui uma refeição permanente de recordação para os que o confessam ao longo de todos os milênios.

A referência de Jesus ao traidor foi acrescentada como um contraponto ao anterior. O interesse de Lucas não é comunicar detalhadamente esse episódio. Assim como ele relata somente o começo da celebração da Páscoa, assim ele também agora situa em primeiro plano a descoberta do traidor.

As palavras do Senhor “todavia, eis a mão do traidor está comigo à mesa” designam uma comunhão de mesa das mais íntimas. A circunstância de que dentro do círculo de discípulos de Jesus surgiu um que o entregaria a seus inimigos mortais forma um terrível contraste com a comunhão de vida que Jesus visa fundar com seus discípulos através da instituição da santa ceia. As duas palavras “todavia, eis” enfatizam sumamente esse contraste. As palavras ditas aqui por Jesus são as mesmas que podem ser lidas de forma mais livre em Mt 26.21; Mc 14.18; Jo 13.21. O Senhor não diz “cuja mão está conosco”, mas “cuja mão está comigo à mesa”. Ele separa o traidor dos discípulos fiéis, de modo que somente ele o tem por inimigo.

O Senhor justifica por que volta a falar de um “oferecido” (cf. Mt 26.2). O Filho do Homem caminha conforme está determinado, ou como relatam Mateus e Marcos: “como está escrito”. O Filho do Homem precisa morrer segundo o desígnio de Deus, como foi previamente proclamado nos escritos proféticos. Esse fato não anula, porém, a responsabilidade daquele que concretiza o plano. Para Judas o ai de Jesus sobre o traidor ainda representa uma palavra de advertência que visa abrir-lhe os olhos antes do passo decisivo à beira do abismo. As palavras do Senhor transmitem compaixão e lamento acerca daquilo que espera pelo traidor, e daquilo que ele planeja. Jesus está ciente de que nenhuma maldade se iguala a essa traição. Nesse ponto perde sustentação a doutrina da reconciliação universal, porque o adendo “seria melhor para essa pessoa que não tivesse nascido” (Mt 26.24; Mc 14.21) seria uma formulação forte demais se Jesus tivesse vislumbrado o menor raio de luz na noite da tragédia eterna sobre Judas. A exclamação do ai sobre Judas caracteriza um caso e uma maldição das mais graves consequências.

A afirmação do Senhor acerca do traidor perturbou tanto os discípulos que eles perguntaram entre si quem deles seria capaz de cometer um crime desses. Lucas não finaliza, como os demais evangelistas, essa cena trágica (cf. Mt 26. 22; Mc 14.19; Jo 13.22-25). Quando o Senhor disse “um de vocês há de me delatar” ele não estava indicando expressamente a Judas. Todos os doze ficaram tomados de temor, a fim de não privar o “um de vocês” do último impulso para arrepende-se. O “um de vocês” perfuraria o coração daquele “um” a quem ele se referia. Na realidade causou medo e pavor nos demais discípulos. Aqui somos brindados com uma percepção do coração dos discípulos. Eles tremem na consciência plena de sua própria fraqueza. Na realidade confiavam inteiramente nele, porém não em si mesmos. Eles ficaram entristecidos em sua inocência, Judas não se assustou em sua maldade.

d) Os diálogos à mesa entre o Senhor e seus discípulos após a santa ceia – Lc 22.24-38

Não é concebível que a descoberta do traidor e a disputa por privilégios entre os discípulos tenham acontecido *após* a instituição da santa ceia. Devemos presumir que os discípulos estavam em desacordo sobre quem deveria realizar o lava-pés nos demais antes da refeição. É provável que essa discussão tenha causado o lava-pés, ocasião em que foram ditas as palavras de Lc 22.25-27. A disputa dos discípulos não apenas moveu o Senhor para esse ato simbólico, mas também para exortações específicas.

Os diálogos subsequentes referem-se: 1) a uma disputa iniciada ao entardecer entre os discípulos (Lc 22.24-30); 2) à negação de Pedro (Lc 22.31-34); 3) ao perigo que os aguarda em breve (Lc 22.35-38).

A disputa por privilégios entre os discípulos – Lc 22.24-30

[Comentário Esperança, Mateus, p. 34ss, Marcos, p. 280ss]

24 – Suscitaram também entre si uma discussão sobre qual deles parecia ser o maior.

25 – Mas Jesus lhes disse: Os reis dos povos dominam sobre eles, e os que exercem autoridade são chamados benfeitores.

26 – Mas vós não sois assim; pelo contrário, o maior entre vós seja como o menor; e aquele que dirige seja como o que serve.

27 – Pois qual é maior: quem está à mesa ou quem serve? Porventura, não é quem está à mesa? Pois, no meio de vós, eu sou como quem serve.

28 – Vós sois os que tendes permanecido comigo nas minhas tentações.

29 – Assim como meu Pai me confiou um reino, eu vo-lo confio.

30 – para que comais e bebais à minha mesa no meu reino; e vos assentareis em tronos para julgar as doze tribos de Israel.

O episódio relatado por João de que Jesus se levantou da ceia e lavou os pés dos discípulos para lhes dar um exemplo instrutivo do amor que serve (Jo 13.4s, 14s) somente se explica a partir do fato de que no começo da refeição os discípulos lhe deram motivo para um ensinamento desses. O motivo desse ensinamento simbólico é informado pela presente narrativa de Lucas.

A ocupação com a glória futura do reino messiânico suscitou diversas vezes a ambição dos discípulos. É aqui que entra o conteúdo do que foi relatado em Lc 9.46-48; Mt 18.1-5; e Mc 9.33-37, onde Jesus corrigiu seus discípulos por causa de suas ambições. O que Lucas informa e amplia agora coincide quase literalmente com Mt 20.25-27.

O Senhor instrui os discípulos de que não se pode aplicar o relacionamento entre os senhores nos reinos terrenos e seus súditos ao relacionamento no reino de Deus. O Senhor deseja que seus discípulos sejam diferentes dos reis e príncipes da terra. Quem de fato for o maior no reino de Deus, terá de ser como o menor, cuja tarefa consiste em servir (At 5.6,10). Jesus não veta qualquer diferença de categorias e cargos em seu reino. O Senhor de fato reconhece uma aristocracia dentro do grupo de seus seguidores, porém uma aristocracia da *humildade*. O Senhor não apenas exige humildade, mas a concretiza através de seu próprio exemplo.

Não há palavra mais bela para descrever a figura do lava-pés em João do que a declaração preservada por Lucas: “No meio de vós eu sou como quem serve.”

Junto com o que foi dito até essa hora (Lc 22.25-27) o Senhor também recorda a exaltação de seus discípulos que acontecerá depois de sua humilhação (Lc 23.28-30). Ele certificou-lhes a glória futura em seu reino messiânico. Arbitrária é a opinião de alguns comentaristas de que Jesus teria proferido essas palavras mais tarde. Tampouco se trata de uma repetição da promessa que Jesus fez em Mt 19.28. Certamente está correta a suposição de que esse trecho do lava-pés se insere antes da descoberta do traidor, que também João informa (cf. Jo 13.18-27).

Depois de deixar clara a relação entre senhores e servos no reino de Deus, Jesus passa a explicar o que caberá aos seus em seu reino. Fala deles, que perseveraram durante as provações dele. As palavras “vós, porém” diferenciam-nos de outros que o abandonaram no discipulado. As ofensas, perseguições e privações que Jesus teve de suportar durante toda a vida na terra (cf. Hb 2.18; 4.15) são chamadas por Jesus “minhas tentações”. Depois de quarenta dias de tentação no deserto Satanás o deixou em paz apenas por certo tempo (Lc 4.13), de sorte que por isso toda a vida de Jesus na terra se apresentava como uma permanente tentação.

O contraste assinalado por “mas” não deve ser considerado como uma transição da humilhação por ocasião da disputa por privilégios entre seus discípulos para a verdadeira exaltação. Jesus contrapõe o “mas vós” ao seu “mas eu”. Ele foi um servo entre eles, e mesmo na humilhação dele eles não deixaram de ficar ao lado dele. Por causa dessa disposição Jesus lhes dará participação no domínio que o Pai lhe destinou. Por terem perseverado nas tentações, ele lhes ordena o governo em seu reino. O termo grego *diatithemai* designa não apenas um conceder e investir, mas também uma determinação que o moribundo emite em testamento para os remanescentes. Jesus, que se tornou pobre por nossa causa, cujas peças de roupa em breve seriam distribuídas sob o seu olhar na cruz, lega aqui a seus discípulos a mais sublime herança por causa da fidelidade deles.

A fim de descrever-lhes a beleza no reino de sua glória, ele escolhe uma de suas imagens prediletas, de que ele os recepcionará em seu banquete. Será concedida a eles a honra de julgar sobre as doze tribos de Israel. O Senhor não está falando de doze tronos, como em Mt 19.28, mas de doze tribos. Alguns comentaristas atribuem essa diferença à traição de Judas. Mas é mais provável que seja decorrente da forma mais livre do discurso do Senhor em Lucas.

Paulo igualmente fala de julgar o mundo, o que será uma prerrogativa dos santos na vinda do Senhor (1Co 6.2). Por fim o vidente do Apocalipse viu doze tronos de apóstolos no reino da consumação (cf. Ap 21.12-14).

A predição de Jesus quanto à negação de Pedro – Lc 22.31-34

[Comentário Esperança, Mateus, p. 419ss, Marcos, p. 395ss]

31 – Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como trigo!

32 – Eu, porém, roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; tu, pois, quando te converteres, fortalece os teus irmãos.

33 – Ele, porém, respondeu: Senhor, estou pronto a ir contigo, tanto para a prisão como para a morte.

34 – Mas Jesus lhe disse: Afirmo-te, Pedro, que, hoje, três vezes negarás que me conheces, antes que o galo cante.

A predição do Senhor acerca da negação de Pedro é introduzida no *Textus receptus* por meio das palavras: “Disse, porém, o Senhor”, enquanto outros manuscritos omitem essa introdução.

Mateus e Lucas relatam apenas as idéias principais do conteúdo do diálogo, de modo que seus relatos se completem. Mateus traz o começo do diálogo (Mt 26.31s), Lucas apenas a conversa com Pedro. O relato detalhado de Lucas pode muito bem ser inserido na exposição mais breve de Mateus e Marcos. A palavra do Senhor é a resposta à declaração de Pedro de que ele jamais se escandalizará com Jesus (cf. Lc 22.31s; Mt 26.33). O Senhor exclamou uma advertência que é trazida unicamente por Lucas: “Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como trigo!” Jesus não interpela o apóstolo pelo nome “Pedro”, mas duas vezes (cf. Lc 10.41; At 9.4) com “Simão”, a fim de chamá-lo conforme seu caráter natural. Era preciso que ele o fizesse sentir que em breve não se pareceria com uma rocha, mas com um caniço que tremula. De acordo com a tradução literal Satanás requereu para si todos os discípulos, por assim dizer demandou sua entrega. Satanás requer para si os discípulos de Deus da maneira como fez no passado com Jó (cf. Jó 1.4ss), a fim de peneirá-los como o trigo. Visa sacudi-los na peneira, para separar os grãos da palha. Satanás deseja frustrar a obra da redenção. Jesus dá a entender que sua oração vale mais perante Deus que a solicitação de Satanás. O Senhor declara: “Eu, porém, roguei por ti, para que a tua fé não cesse!” Nas palavras “por ti”, ao contrário de “vós”, reside a idéia de que Pedro carecia de forma especial, em relação aos demais, da intercessão do Senhor para que sua fé não desfalecesse. Certamente é permitido a Satanás verificar o trigo, para que a palha seja separada do trigo. Deus, porém, já tomou providências para que nenhum grãozinho se perca (Am 9.9). Jesus evoca a pá que ele próprio maneja segundo as palavras de João Batista, a fim de separar, na eira, toda a palha dos grãos. Ao verificar ou remexer Satanás recebe tão somente a palha, ao passo que Deus guarda os próprios grãos. Embora Pedro chegue quase a perder a fé por causa de sua profunda queda, o Senhor apesar disso lhe promete que continuará sendo apóstolo e, depois de se arrepender, fortalecerá seus irmãos.

A promessa dada de antemão pelo Senhor encerra uma exigência ao apóstolo, para que faça a mesma coisa que Davi prometeu ao se arrepender no passado, cumprindo-o com integridade (cf. Sl 51.4s). Embora o Senhor designe os discípulos de seus irmãos, Pedro deve fortalecer os “irmãos dele”, que como ele estão na mesma fraqueza e nos mesmos pecados. A exigência do Senhor foi fielmente obedecida por Pedro mais tarde. A pregação de Pentecostes (At 2) e suas duas cartas, nas quais esse termo ocorre com frequência (1Pe 5.10; 2Pe 3.17) são testemunhos do fato de como ele passou a cuidar dos atribulados e dos fracos na fé.

Audaciosamente seguro de si, e confiando em sua fidelidade e seu amor pelo Senhor, Pedro contradiz as palavras de Jesus. O discípulo fala como se nem mesmo precisasse da intercessão de seu Mestre, porque sua fé já seria suficientemente forte. Ele arrisca-se a manter a fidelidade ao Senhor apesar da prisão e da morte.

Não sem motivo Jesus agora interpela o discípulo com Pedro, em vez de Simão. Ele, que confessou em nome de todos a fé no Senhor, quando era Pedro, ainda hoje o negará três vezes, asseverando que nem sequer o conhece.

A referência de Jesus ao futuro dos discípulos – Lc 22.35-38

35 – A seguir, Jesus lhes perguntou: Quando vos mandei sem bolsa, sem alforje e sem sandálias, faltou-vos, porventura, alguma coisa? Nada, disseram eles.

36 – Então, lhes disse: Agora, porém, quem tem bolsa, tome-a, como também o alforje; e o que não tem espada, venda a sua capa e compre uma.

37 – Pois vos digo que importa que se cumpra em mim o que está escrito: Ele foi contado com os malfeitores. Porque o que a mim se refere está sendo cumprido (terminado).

38 – Então, lhe disseram: Senhor, eis aqui duas espadas! Respondeu-lhes: Basta!

Esse discurso final do Senhor, trazido unicamente por Lucas, é impropriamente designado de discurso da espada. Assim como o prenúncio da negação de Pedro representa um indício do perigo interior, assim Jesus descreve agora aos discípulos a aflição exterior que os espera.

Na hora da despedida Jesus lembra aos discípulos os dias passados em que ele os enviara sem sacola e sandálias. Era a ocasião em que ele enviou os doze (Lc 9.1-6) e os setenta (Lc 10.5-8) para proclamar o evangelho. Naquela ocasião eles não tinham nem carência nem preocupações, encontravam muitos ouvidos e corações abertos: após o retorno puderam até mesmo relatar sucessos na obra. O nome de seu Mestre viabilizava tudo de que precisavam. Como um catequizador Jesus lembra os discípulos de suas experiências daquele tempo, deixando-os responder pessoalmente se passaram por necessidades antes de prosseguir em seu discurso.

O Senhor revela aos discípulos que doravante será diferente. Para poder exercer o ministério apostólico eles devem munir-se de todas as coisas necessárias. Já não podem contar com a hospitalidade dos tempos anteriores. Quem tem uma sacola deve levar e usá-la. Quem não tem sacola nem bolsa, deve vender a capa e comprar uma espada. O sentido é: “Além de sacola e bolsa é imprescindível levar uma espada”. De acordo com o contexto Jesus expressa a seguinte idéia: Quem precisa de sacola e bolsa, não pode contar com a possibilidade de receber o necessário a qualquer instante. Quem precisa mais de uma espada do que de uma capa, deve temer mais a maldade das pessoas que as intempéries. É uma situação dessas que Jesus visa explicitar por meio de seu linguajar figurado.

O destino do Senhor de em breve ser um Messias crucificado acarreta perigos e perseguições aos discípulos. Jesus baseia-se em uma palavra da Escritura do capítulo da paixão em Isaías 53, que profetizava o seu destino de sofrimento. Se Jesus é contado entre os malfeitores conforme o desígnio de Deus, os discípulos não podem esperar nada melhor para si.

A frase seguinte (v. 37) “Porque o que foi determinado para mim está sendo terminado!” é entendida de maneiras distintas. Geralmente se interpreta “tem um fim” (*echei telos*) como “ser consumado” ou “cumprido”.

Os discípulos mostraram-lhe duas espadas, porque entendiam que Jesus lhes recomendava que se munissem de uma espada para a realização de seu ministério, a fim de rechaçar ataques hostis. Alguns comentaristas pensam que se trata de duas facas de abate, necessárias para a preparação do cordeiro da Páscoa. Como o NT não comprova que tal ferramenta era necessária para essa finalidade, essa explicação não possui qualquer relevância objetiva. A resposta do Senhor “Basta!” contém um sentido duplo. Ela pode referir-se às duas espadas, que são suficientes, mas também pode significar, em vista de todo o diálogo todo: Basta desse assunto, estou vendo que vocês não me entendem!

3. A luta de oração de Jesus no monte das Oliveiras – Lc 22.39-46

[Comentário Esperança, Mateus, p. 419ss, Marcos, p. 406ss]

39 – E, saindo, foi, como de costume, para o monte das Oliveiras; e os discípulos o acompanharam.

40 – Chegando ao lugar escolhido, Jesus lhes disse: Orai, para que não entreis em tentação!

41 – Ele, por sua vez, se afastou, cerca de um tiro de pedra, e, de joelhos, orava,

42 – dizendo: Pai, se queres, passa de mim este cálice; contudo, não se faça a minha vontade, e sim a tua!

43 – Então, lhe apareceu um anjo do céu que o confortava. E, estando em agonia, orava mais intensamente.

44 – E aconteceu que o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra.

45 – Levantando-se da oração, foi ter com os discípulos, e os achou dormindo de tristeza,

46 – e disse-lhes: Por que estais dormindo? Levantai-vos e orai, para que não entreis em tentação.

Segundo sua peculiaridade literária, Lucas não relata a luta de oração do Senhor no Getsêmani com tantos detalhes e tão completamente quanto Mateus e Marcos. O presente evangelista resume

tudo, deixando até mesmo de designar o local em que ocorreu a luta de oração no Monte das Oliveiras, pressupondo-o como conhecido. Ele omite a seleção que o Senhor fez entre os discípulos, a tríplice repetição da oração e as advertências a Pedro. Em contrapartida devemos a Lucas a menção do suor de sangue, do anjo que o fortaleceu e do sono de tristeza dos discípulos. Somente Lucas define a distância entre o Senhor que ora e os discípulos: cerca de um lance de pedra. Lucas comunica que Jesus orava no Monte das Oliveiras segundo seu costume. Ainda que a exposição de Lucas não seja tão detalhada como em Mateus e Marcos, seu relato não deixa de ter um valor singular.

As palavras iniciais do trecho indicam que Jesus saiu da sala e da cidade para dirigir-se, segundo seu costume, ao Monte das Oliveiras. Esse lugar também era conhecido de Judas (Jo 18.2). Se o traidor não encontrasse o Senhor no recinto da Páscoa, ele sabia que o localizaria ali. Longe do júbilo alegre da cidade na noite da Páscoa, ele busca sossego e concentração ao ar livre, orando no local ao qual se dirigira tantas vezes (Lc 21.37).

De acordo com Lucas a solicitação para orar a fim de não cair em tentação parece ter sido dirigida por Jesus a todos os discípulos. De Mateus e Marcos pode-se depreender que o Senhor levou seus três discípulos mais próximos junto consigo para o horto, solicitando que orassem. O conteúdo da oração refere-se à preservação na tentação. No presente texto a tentação está no perigo iminente que eles experimentarão em breve, por meio do qual poderiam soçobrar na fé.

Jesus afastou-se dos discípulos à distância de um arremesso de pedra. Lucas sintetiza aqui dois momentos que são diferenciados por Mateus e Marcos. O Senhor afastou-se primeiramente dos discípulos, porém levou consigo a Pedro, João e Tiago. A eles confidenciou seu medo. Na sequência ele também se afasta deles, a fim de ficar completamente sozinho. O Senhor dobrou os joelhos para orar. Marcos diz: “Ele caiu ao chão”, e Mateus: “caiu sobre o semblante”. Neste momento não consegue orar em pé, com o rosto levantado. Lucas sintetiza o conteúdo das três orações em uma só, embora indique que Jesus orou diversas vezes (Lc 22.44).

Em todas as épocas houve formas muito distintas de interpretar a forma e a finalidade do fortalecimento trazido por um anjo. Não é correto supor uma manifestação interior. Provavelmente deve-se refutar também a idéia de uma fortificação para a oração, p. ex., de que Jesus seria fortalecido no sentimento mais intenso da paixão pela antevisão transfigurada da alegria futura. Certamente deve tratar-se, como no caso de Elias, no passado (1Rs 19.7), de um fortalecimento físico trazido por um anjo.

O Senhor orou de forma ainda mais intensa ao lutar com o pecado, a morte e o diabo. Na real agonia de morte o Senhor arregimenta todas as forças para uma incessante luta de oração. A melhor explicação para essa passagem é fornecida pelas palavras da carta aos Hebreus, onde se fala do forte grito e das lágrimas com as quais Jesus oferecia sua oração e súplica àquele que o podia livrar da morte (cf. Hb 5.7-9).

A exposição acerca do curso posterior da luta de oração evidencia que o autor é médico. Lucas relata que de Jesus o suor caía ao chão como grossas gotas de sangue. Não cabe imaginar aqui um ornato poético ou um poema mítico. A medicina atesta que é possível que uma pessoa atemorizada até a morte produza um suor como gotas de sangue. Assim o estado do Senhor durante o sofrimento é ilustrado com todo o seu grave alcance.

Como médico Lucas também sabia que alguém pode adormecer de tristeza. Quando a tristeza é extrema, todo o ser humano, físico e interior, pode desfalecer, a ponto de cair em um estado de letargia. Os demais evangelistas tampouco dizem que tenha sido um sono comum, saudável, que tomou conta dos discípulos. Não é impossível que também o poder das trevas pesasse sobre eles nesses graves momentos.

Com uma exclamação de advertência Jesus se dirigiu aos que dormiam. A versão exata de suas palavras é relatada por Mateus e Marcos. A narrativa de Lucas, em contrapartida, é breve, de modo que não obtemos uma idéia completa das palavras. O Senhor concedeu aos discípulos uma recuperação, da qual em breve não disporiam mais nessa noite terrível. Ele até mesmo vigiou por alguns instantes seu breve repouso (Mt 26.44): “Deixando-os novamente, foi orar pela terceira vez.” Somente quando Judas veio com a horda ele exortou os discípulos a se levantarem, porque agora não havia mais tempo a perder. Chamou-os para que esperassem os inimigos em estado vigilante. Mais uma vez recomenda-se aos discípulos a já mencionada atitude de oração (Lc 22.40,46), para que pudessem ir corajosamente ao encontro do bando de inimigos.

B. Paixão e morte de Jesus – Lc 22.47-23.56

O presente bloco da história da paixão relata: 1) a detenção de Jesus (Lc 22.47-53); 2) o inquérito de Jesus perante a autoridade espiritual (Lc 22.54-71); 3) Jesus perante o tribunal civil (Lc 23.1-25); 4) a crucificação de Jesus (Lc 23.26-49); 5) o sepultamento (Lc 23.50-56).

1. A detenção de Jesus – Lc 22.47-53

[Comentário Esperança, Mateus, p. 422ss, Marcos, p. 411ss]

47 – Falava ele ainda, quando chegou uma multidão; e um dos doze, o chamado Judas, que vinha à frente deles, aproximou-se de Jesus para o beijar.

48 – Jesus, porém, lhe disse: Judas, com um beijo trais o Filho do Homem?

49 – Os que estavam ao redor dele, vendo o que ia suceder, perguntaram: Senhor, feriremos à espada?

50 – Um deles feriu o servo do sumo sacerdote e cortou-lhe a orelha direita.

51 – Mas Jesus acudiu, dizendo: Deixai, basta. E, tocando-lhe a orelha, o curou.

52 – Então, dirigindo-se Jesus aos principais sacerdotes, capitães do templo e anciãos que vieram prendê-lo, disse: Saístes com espadas e porretes como para deter um salteador?

53 – Diariamente, estando eu convosco no templo, não pusestes as mãos sobre mim. Esta, porém, é a vossa hora e o poder das trevas.

O relato de Lucas sobre esse acontecimento limita-se ao essencial da atitude de Jesus. Lucas comunica a última palavra do Senhor ao traidor. Menciona como Pedro foi corrigido por ter desferido um golpe com a espada. A crítica do Senhor sobre o modo de agir dos meirinhos permite notar que Jesus não estava inferiorizado diante do poder de seus inimigos, mas que se deixou prender em obediência à vontade de seu Pai, a fim de revelar-se também nessa oportunidade como Senhor e Redentor.

Todos os sinóticos relatam que o traidor se antecipou enquanto Jesus ainda falava com os discípulos. Com suspense Lucas descreve a inesperada e rápida ação dos inimigos. Inicialmente ele menciona a aparição de uma multidão, sem dizer que pessoas formavam a turba, como fazem Mateus e Marcos. No fundo o sinal que Judas havia combinado com os meirinhos para deter Jesus era completamente desnecessário, uma vez que segundo o relato de João a turba caiu por terra diante da poderosa e augusta aparência do Senhor e que o próprio Jesus foi espontaneamente ao encontro do grupo (Jo 18.3-9). Lucas não diz nada sobre a intenção de Judas ao saudá-lo, porque ela é auto-explicativa.

O informe “os que estavam ao redor dele, vendo o que ia suceder” mostra o contraste extremo entre o traidor infiel e os discípulos fiéis. A aproximação do bando e o ato infame de Judas convenceram os discípulos de que a hora temida não estava mais longe. Consternados, indagaram ao Senhor se deveriam agir com a espada. Antes de Jesus poder concordar ou discordar, um deles já executara o ato incauto. Nenhum dos sinóticos cita o nome do autor. Somente João, que escreveu seu evangelho após a morte de Pedro, mencionou que Pedro cortou a orelha de Malco, servo do sumo sacerdote. A omissão do nome provavelmente aconteceu para não colocar o apóstolo em perigo.

A resposta do Senhor: “Deixai até esse ponto!” ou “Deixai-os!” é um pouco obscura e recebe diferentes explicações. Essas breves palavras em Lucas substituem uma longa e importante resposta do Senhor, trazida por Mateus. O contexto revela que Jesus não dirigiu essas palavras aos oficiais, mas aos discípulos.

O fato de João, Mateus e Marcos não dizerem nada sobre a cura da orelha não é porque esse milagre de cura lhes pareceu insignificante em comparação com os demais feitos de Jesus, mas eles pressupõem como óbvio que o Senhor consertasse o dano. Lucas, o médico, não podia deixar de mencionar a intervenção curativa de Jesus.

Não é nada inverossímil que também os dois sumo sacerdotes estivessem pessoalmente no Getsêmani, a fim de se certificar do aprisionamento do Senhor. Talvez Lucas apresente os sumo sacerdotes, os oficiais do templo e os anciãos por último porque os meirinhos teriam sido enviados na frente para prender o Senhor. Visto que não retornavam tão rapidamente do Getsêmani, os líderes e dirigentes correram impacientemente atrás de seus subalternos.

A palavra de reprovação do Senhor a seus aprisionadores no v. 53 soa idêntica nos evangelhos. Ele mostra que sua detenção não se concretizou por meio da astúcia e do poderio deles, mas que ela aconteceu segundo o desígnio de Deus. Era necessário explicar isso aos superiores do povo, a fim de impedir a ilusão de que ele não seria o Messias, mas o agitador e blasfemo que eles pensavam que ele era. Por causa dessa ilusão seus inimigos reuniram um contingente armado à noite, a fim de prendê-lo! Foram ao encontro dele como se ele fosse um assaltante, que tentaria se esconder e se livrar da prisão pela violência. O que Jesus lhes contrapõe serviria para envergonhá-los profundamente se ainda estivessem abertos a este sentimento.

O Senhor dirige o olhar de seus captores no v. 53 para o memorável passado em que estivera diariamente com eles no templo, quando não tiveram coragem de pôr as mãos nele. Temiam o povo, porque considerava Jesus como o Messias (Mt 26.5). Os inimigos são lembrados de vários atentados frustrados (cf. Jo 7.30,44; 8.20) que planejavam executar. Conforme Mateus, porém, o Senhor diz que justamente através dessa ação estão cumprindo a Escritura. Já Lucas enfatiza, em benefício de seus leitores gentios cristãos, que o aprisionamento de Jesus é obra das trevas, que tinha permissão de suceder pela providência divina.

As palavras finais de Jesus “Esta, porém, é a vossa hora e o poder das trevas” fundamentam o motivo pelo qual eles não o prenderam em dia claro, já que estivera diariamente no templo. Não se trata do momento propício para eles, e sim do instante da concretização de seu ato determinado segundo deliberação divina sobre eles. O que executam naquele instante acontece por meio do poder que Deus concedeu ao reino das trevas, segundo seu desígnio eterno. Jesus sem dúvida recorre a esse linguajar figurado sobre a noite, que eles escolheram para executar sua atrocidade. Judas, o traidor, e todo o bando que deteve Jesus, são chamados por isso cúmplices do reino das trevas.

2. A condenação de Jesus pelo tribunal religioso – Lc 22.54-71

A condenação de Jesus à morte foi alcançada através de um processo religioso e um processo secular. O Senhor teve de responsabilizar-se diante do Sinédrio (o supremo conselho) e diante do governador romano. Com o processo religioso (Lc 22.54-71) estão relacionados a) a negação de Pedro (Lc 22.54-62); b) os maus tratos por parte dos judeus (Lc 22.63-65). c) a sentença de morte do Sinédrio (Lc 22.66-71).

a) A negação de Pedro – Lc 22.54-62

[Comentário Esperança, Mateus, p. 425s; 428ss, Marcos, p. 415ss]

[Mt 26.57s,69-75; Mc 14.53s,66-72; Jo 18.12-18,25-27]

54 – Então, prendendo-o, o levaram e o introduziram na casa do sumo sacerdote. Pedro seguia de longe.

55 – E, quando acenderam fogo no meio do pátio e juntos se assentaram, Pedro tomou lugar entre eles.

56 – Entrementes, uma criada, vendo-o assentado perto do fogo, fitando-o, disse: Este também estava com ele.

57 – Mas Pedro negava, dizendo: Mulher, não o conheço!

58 – Pouco depois, vendo-o outro, disse: Também tu és dos tais. Pedro, porém, protestava: Homem, não sou!

59 – E, tendo passado cerca de uma hora, outro afirmava, dizendo: Também este, verdadeiramente, estava com ele, porque também é Galileu!

60 – Mas Pedro insistia: Homem, não compreendo o que dizes. E logo, estando ele ainda a falar, cantou o galo.

61 – Então, voltando-se o Senhor, fixou os olhos em Pedro, e Pedro se lembrou da palavra do Senhor, como lhe dissera: Hoje, três vezes me negarás, antes de cantar o galo. [v. 34]

62 – Então, Pedro, saindo dali, chorou amargamente.

De acordo com os relatos sinóticos, dois episódios sucedem à detenção de Jesus: a tríplice negação de Pedro e a condenação de Jesus no tribunal religioso. Os três evangelistas introduzem esses dois acontecimentos com as mesmas palavras, contando que Jesus foi conduzido na casa do sumo sacerdote e que Pedro o seguia de longe. Lucas relata primeiramente a negação de Pedro (Lc

22.54-62), depois os escárnios contra Jesus (Lc 22.63-65) e depois a condenação pelo sumo sacerdote (Lc 22.66-71). Mateus e Marcos, no entanto, relatam primeiro o interrogatório, depois a condenação, na sequência os escárnios e por final a negação de Pedro (Mt 26.59-75; Mc 14.55-72). Lucas posiciona a negação em primeiro lugar para mostrar que o prenúncio do Senhor se cumprira brevemente, mas também que se confirmara a promessa de Jesus: “Eu, porém, roguei por ti para que a tua fé não cesse” (Lc 22.32). Bastou um olhar do Senhor para que o discípulo renegado fosse levado a cair em si e arrepender-se sinceramente de seu pecado. As diferenças dos quatro relatos evangélicos acerca de detalhes podem ser harmonizadas tão logo o transcurso correto da tríplice negação tenha ficado claro.

Lucas omite os detalhes do interrogatório no tribunal religioso, que no entanto são comunicados por Mateus, Marcos e João. Comparando os diversos relatos pode-se detectar a sequência histórica dos fatos. 1) Jesus foi conduzido primeiro até Anás e então até Caifás. Na casa do último aconteceu um diálogo sobre os discípulos e a doutrina de Jesus (Jo 18.12-14,19-24). 2) A primeira negação aconteceu diante da casa de Anás (cf. Mt 26.69s; Mc 14.66-68; Lc 22.56s; Jo 18.15-18). 3) Informa-se a respeito das falsas testemunhas, uma ofensa e uma condenação preliminar durante a reunião noturna (Mt 26.59-66; Mc 14.55-64). 4) A sessão é interrompida provisoriamente, o Senhor é debochado pelos serviçais (Mt 26.67s; Mc 14.65; Lc 22.63-65). 5) Durante esses acontecimentos ocorreram a segunda e terceira negações. No instante da terceira negação, no segundo cantar do galo, Jesus estava sendo conduzido novamente pelo pátio interno à sala do sumo sacerdote. Nessa oportunidade o Senhor fitou o discípulo, o que causou o arrependimento deste. 6) A reunião matinal, que Mateus e Marcos mencionam apenas sucintamente, é descrita por Lucas com mais detalhes. Essa reunião matinal termina com a condução de Jesus até Pilatos (Mt 27.1; Mc 15.1; Lc 22.66-23.1; Jo 18.28).

A primeira negação é combinada com a observação de que naquela noite Pedro se sentou entre os serviçais no pátio perto de um fogo que ardia. De acordo com todos os relatos sinóticos Pedro estava sentado, de acordo com João ele estava em pé (Jo 18.18). A fim de ver e ouvir bem o que acontecia durante o processo ele se posicionou bem no meio dos empregados que se aqueciam junto ao fogo. Essa inquietação de Pedro pode ter levado os servos e soldados a dedicar-lhe atenção especial.

Lucas relata que a criada que provocou a primeira negação por parte do apóstolo falou a outras pessoas acerca de Pedro. Mateus e Marcos escrevem que ela se dirigiu diretamente a Pedro, e conforme João ela falou em forma de pergunta. O evangelista Lucas mostra com uma de suas expressões prediletas: *atenizein* = “encarar firmemente, fitar sem interrupção” (Lc 4.20; 22.56; At 1.10; 3.4,12; 6.15; 7.55; 10.4; 11.6; 13.9; 14.9; 23.1) que essa criada dirigiu o olhar firmemente a Pedro. João, que relata a entrada de Pedro no pátio do sumo sacerdote, designa a criada como guardiã da porta (Jo 18.15-17). Ela viu no discípulo, a quem concedera acesso, um estranho, pelo que se explica sua atenção especial nele. Pedro repeliu o inesperado ataque com rápida e indefinida resposta: “Não o conheço!” A formulação de suas palavras diverge em cada um dos evangelistas. Aqui Pedro nega o Senhor; em Mt 26.70 e Mc 14.68 ele deu uma resposta evasiva, e conforme Jo 18.17 ele nega a si mesmo como discípulo do Senhor.

O primeiro cantar do galo após a primeira negação, mencionado unicamente por Marcos (Mc 14.68), foi ignorado por Pedro. O discípulo, agitado pela inquietação, tentou sair pelo portão (Mt 26.71), mas constatou que estava fechado. Não tinha coragem para solicitar a abertura do portão, a fim de não provocar nenhuma suposição desfavorável. Pedro teve de retornar a seu lugar antigo. Essa inquietação provocou nova suspeita. Conforme Lucas é outra pessoa que agora pergunta, conforme Marcos é a mesma, conforme Mateus é outra criada. Essas diferenças podem ser dissolvidas de forma harmônica. Os serviçais começaram a ridicularizar a Pedro. Um após o outro, empregadas e servos, diziam: Esse também esteve com Jesus e é seu seguidor. A falação fez com que o discípulo negasse seu convívio com Jesus. De acordo com João diversos outros integrantes da guarda zombavam de Pedro. Para se livrar desses curiosos importunos, ele reforçou sua negativa com um juramento, como relata Mateus.

Após cerca de uma hora (Mateus diz: após breve tempo) os presentes perguntaram de forma mais enfática se ele não estivera com Jesus, porque ele, afinal, era um galileu. João relata que um dos servos do sumo sacerdote, aquele de quem Pedro havia decepado a orelha, disse: “Não te vi eu no jardim com ele?” (Jo 18.26). De acordo com todos os sinóticos as pessoas que o interrogavam argumentavam com seu dialeto galileu, a fim de justificar o questionamento. Nestas duas arguições

eles constrangeram Pedro a tal ponto que ele negou o Senhor pela terceira vez. Mateus e Marcos mencionam que sua negação estava associada a terríveis pragas e auto-imprecações.

Enquanto Pedro ainda falava, cantou o galo. Agora ele se recordou da predição do Senhor. Lucas é o único a acrescentar que o Senhor se voltou para Pedro e o fitou. Dois momentos, o cantar do galo e o olhar do Senhor, suscitaram no apóstolo amargas lágrimas de contrição por sua tríplice negação. O fruto da intercessão do Senhor de que sua fé não minguasse e seu olhar misericordioso preservaram Pedro do desespero. A queda e o arrependimento fizeram parte dos meios pelos quais ele se tornou um destacado apóstolo. Afirmções de suas cartas, que espelham a história de sua queda e seu arrependimento (1Pe 1.13; 2.1,11; 3.12,15; 5.5,8), são apropriadas para proteger contra esse pecado e soerguer novamente um pecador caído.

b) A ridiculização do Senhor pelos judeus – Lc 22.63-65

[Comentário Esperança, Mateus, p. 425ss, Marcos, p. 415s]

63 – Os que detinham Jesus zombavam dele, davam-lhe pancadas e,

64 – vendando-lhe os olhos, diziam: Profetiza-nos: quem é que te bateu?

65 – E muitas outras coisas diziam contra ele, blasfemando.

A ridiculização aqui mencionada é narrada por Mateus e Marcos após a condenação do Senhor pelo Sinédrio. Cronologicamente os maus tratos relatados por Lucas parecem situar-se entre a reunião noturna e a sessão matinal. Uma vez que uma parte dos membros do Sinédrio deixou a sala quando a reunião noturna se encerrou, Jesus ficou nas mãos dos servos e oficiais de justiça. Em todos os povos com tradição de direito um condenado está sob a proteção da lei enquanto estiver vivo. Os servos do tribunal, porém, que vigiavam a Jesus, fizeram-no sentir o ódio que seus superiores alimentavam contra ele. Nesses maus tratos escarneceram-no sobretudo como profeta e rei. Mt 26.67 não faz distinção entre aqueles que condenaram e os que maltrataram o Senhor, e Mc 14.65 distingue expressamente os homens que cuspiam no rosto de Jesus daqueles servos que o açoitavam. Disso pode-se depreender que tanto os membros do Sinédrio quanto os servos levantaram as mãos para arrastar Jesus à lama da mais profunda humilhação. Uma unificação das diversas características preservadas por cada sinótico mostra o quadro em que a dignidade real é escarnecida, provocando espanto e pavor e contrariando qualquer senso de direito! O todo evoca vivamente a profecia anotada em Is 50.4-8.

c) A condenação de Jesus pelo Sinédrio – Lc 22.66-71

[Comentário Esperança, Mateus, p. 425ss, Marcos, p. 415ss]

66 – Logo que amanheceu, reuniu-se a assembléia dos anciãos do povo, tanto os principais sacerdotes como os escribas, e o conduziram ao Sinédrio, onde lhe disseram:

67 – Se tu és o Cristo (o Messias), dize-nos! Então, Jesus lhes respondeu: Se vo-lo disser, não o acreditareis.

68 – Também, se vos perguntar, de nenhum modo me respondereis.

69 – Desde agora, estará sentado o Filho do Homem à direita do Todo-Poderoso Deus.

70 – Então, disseram todos: Logo, tu és o Filho de Deus? E ele lhes respondeu: Vós dizeis que eu sou!

71 – Clamaram, pois: Que necessidade mais temos de testemunho? Porque nós mesmos o ouvimos da sua própria boca.

Uma comparação dos relatos sinóticos sobre a condenação de Jesus leva à constatação que após a detenção do Senhor aconteceram duas reuniões das autoridades religiosas: uma reunião noturna e outra pela manhã. A sessão noturna é descrita com muitos detalhes por Mateus e Marcos e omitida por Lucas. Este traz tão somente o resultado da reunião da manhã. O que ele informa (Lc 22. 66-71) coincide em diversos pontos com o interrogatório noturno, descrito por Mateus e Marcos. O relato de Lucas caracteriza justamente a segunda reunião oficial e decisiva do Sinédrio. A primeira sessão, à noite, na qual a sentença de morte já havia sido formulada, traz todas as marcas da precipitação e incompletude. Nessa sessão o sumo sacerdote deve ter usado apenas sua vestimenta caseira, porque não lhe era permitido rasgar sua veste de magistrado. Contudo, para salvar as aparências da

legalidade, convocou-se uma segunda sessão no começo da manhã, à qual compareceram todos os membros do Sinédrio.

As primeiras palavras do v. 66 “quando amanheceu” na verdade são elásticas. Elas dizem: tão logo que clareou. Essa definição cronológica refere-se a todo o processo. Pode ser entendida de tal forma que a reunião do Sinédrio e o interrogatório aconteceram cedo, já ao raiar do sol (cf. Mt 27.1; Mc 15.1).

Já não havia mais o embaraço que poucas horas antes ainda se manifestara em todas as palavras, durante a primeira tramitação noturna. O supremo conselho baseou-se em um sólido ponto de partida, constatado na declaração do Senhor nos v. 69s. Faltava apenas selar a sentença condenatória já prolatada. Com base naquilo que era plenamente conhecido do Sinédrio devido à primeira sessão, logo no começo do interrogatório o Senhor foi perguntado: “És tu o Cristo, o Messias, dize-nos!” As palavras podem significar: “*Caso* fores o Cristo, o Messias, dize-o a nós!”, ou: “Dize-nos *se* tu és o Cristo, o Messias!” Não é possível definir com precisão qual parte da primeira sessão foi repetida na audiência matinal. De qualquer modo os membros do Sinédrio primeiramente destacaram o lado político da questão. Que prazer eles teriam em arrancar mais alguma coisa de Jesus, mas tiveram de ouvir as mesmas palavras dele!

Alguns comentaristas consideram a resposta de Jesus imprópria para um processo no tribunal: “Se vo-lo disser, não o acreditareis. Também, se vos perguntar, de nenhum modo me respondereis.” Essas interpretações somente podem ser apresentadas se deixarmos de levar em conta o resultado da primeira sessão. De acordo com as experiências feitas, o Senhor considera inútil expressar-se com maior clareza. Ainda que um acusado tenha o direito de se defender, Jesus sabia muito bem que sua condenação seria mantida, independentemente de ser justa ou não.

O conteúdo fundamental da resposta que Jesus deu ao Sinédrio reside nas palavras: “Desde agora, estará sentado o Filho do Homem à direita do Todo-Poderoso Deus.” Por meio delas o Senhor declarou sua filiação divina abertamente diante de seus juízes terrenos. Sua condenação à morte foi baseada nessa declaração. É a última vez em que ele se designa como Filho do Homem. Nesta ocasião ele se mostra no pleno esplendor da majestade divina. A partir da afirmação formulada segundo o Sl 110.1 e Dn 7.13 o juiz replicou perguntando: “Tu és, portanto, o Filho de Deus?” Jesus responde sucinta e claramente: “Vós o dizeis, eu o sou!” Os judeus esperavam o Messias no sentido teocrático também como Filho de Deus. Os membros do Sinédrio proferiram esse nome porque quase não podiam acreditar no que ouviam, de que ele, o extremamente humilhado e já condenado à morte, atribuía a si essa dignidade máxima. O Sinédrio enfoca agora o lado religioso; ele se expressa da forma mais enfática possível a fim de justificar a condenação por blasfêmia. Jesus não acrescenta mais nenhuma sílaba às suas claras palavras.

Em decorrência, a sessão da manhã transcorreu de forma semelhante à da noite. Assim como Caifás exclamou, em vista de duas testemunhas falsas: “De que outro testemunho carecemos?” [Mt 26.65], assim os inimigos do Senhor também declaram agora, com base em sua própria resposta, que não precisam mais de testemunhos. Não proferem uma sentença expressa de morte, pois mantêm a decisão da primeira sessão. Consideram comprovado o crime.

3. Jesus perante o tribunal civil – Lc 23.1-25

A condução do Senhor até Pilatos e sua entrega a ele é um episódio da história da paixão visivelmente enfatizado por todos os evangelistas. Com essa transferência do Senhor a Pilatos todo o processo passa para um novo estágio. Agora Jesus é trazido para o tribunal secular.

Pelo fato de que o processo secular foi conduzido pelo governador romano são necessárias algumas observações sobre Pilatos. A tensão entre o espírito cosmopolita gentio-romano e o fanatismo judaico já se faz sentir com força em Pilatos. Diversas vezes ele se excedera em sarcásticas palavras de desprezo aos judeus. Sua aversão aos judeus predispunha Pilatos a enfocar a causa de Jesus sob uma luz favorável. A dignidade de Jesus e a advertência da esposa de Pilatos o deixaram apavorado. Nesse clima e sob essas impressões Pilatos esforçou-se para eximir Jesus da vingança de seus inimigos. Ao mesmo tempo tentou livrar a si mesmo da condenação de Jesus. Consideremos o envio de Jesus a Herodes, a comparação de Jesus com Barrabás, o gesto de lavar as mãos e a apresentação do açoitado. Infelizmente Pilatos tinha um caráter débil e insincero demais para fazer valer os pontos de vista da “justiça” e da coerência profissional. Com sua astúcia mundana demoníaca ele foi superado pelo demonismo mais forte dos membros do Sinédrio judaico.

O trecho mostra: 1) Jesus perante Pilatos (Lc 23.1-5); 2) seu envio a Herodes (Lc 23.6-12); 3) as tentativas frustradas de Pilatos para soltar Jesus (Lc 23.13-25).

a) Jesus perante o governador romano – Lc 23.1-5

- 1 – Levantando-se toda a assembléia, levaram Jesus a Pilatos.**
- 2 – E ali passaram a acusá-lo, dizendo: Encontramos este homem pervertendo a nossa nação, vedando pagar tributo a César e afirmando ser ele o Cristo, o Rei.**
- 3 – Então, lhe perguntou Pilatos: És tu o rei dos judeus? Respondeu Jesus: Tu o dizes.**
- 4 – Disse Pilatos aos principais sacerdotes e às multidões: Não vejo neste homem crime algum.**
- 5 – Insistiam, porém, cada vez mais, dizendo: Ele alvoroça o povo, ensinando por toda a Judéia, desde a Galiléia, onde começou, até aqui.**

Os romanos haviam retirado da autoridade judaica o direito de sentenciar à morte. O Sinédrio, que havia deliberado a morte do Senhor, era obrigado a entregá-lo ao procurador, para que ele deliberasse e executasse a sentença capital.

Para os membros do Sinédrio não era fácil introduzir a questão de maneira que Pilatos ficasse positivamente impressionado desde o começo. A circunstância de começarem dizendo “Encontramos esse homem” denota todo seu desdém e menosprezo pela pessoa do Senhor. Destoa notavelmente da afirmação deles a sentença posterior de sua inocência, proferida por Pilatos e Herodes (Lc 23.4,14). Diante de Pilatos, os acusadores do Senhor fingiram ser cálidos e autênticos amigos do povo, incapazes de tolerar que os verdadeiros interesses populares corressem perigo. Sua acusação é formada por três imputações: 1) Jesus é apresentado como agitador do povo. De acordo com o termo grego *diastréphonta* ele dava ao povo um rumo errado, tornando-o confuso e rebelde. Desviava-o do bom caminho, em que os superiores religiosos e os romanos tanto queriam ver o povo andar. 2) O Senhor teria proibido pagar tributos a César. Essa imputação era uma mentira deslavada; porque Jesus não havia proibido mas *ordenado expressamente* o pagamento dos impostos ao imperador (cf. Lc 20.25). 3) Por fim os acusadores destacaram que Jesus afirmava de si mesmo que era Cristo, um rei. Não é sem propósito que evitam falar do rei dos judeus. Pilatos, porém, captou esse significado da formulação indefinida deles. Sua tática astuta é colocar em primeiro plano o aspecto “político” de sua queixa. Desse modo visam encobrir a verdadeira motivação de seu agir. Pilatos, porém, que conhecia os judeus, voltou-se o mais rápido possível dos acusadores ao acusado.

O procurador romano tinha conhecimento da expectativa reinante pela vinda do Messias. Formulou sua pergunta com precisão, examinando se Jesus de fato era o prometido e há muito almejado rei de Israel. À pergunta de Pilatos “És tu o rei dos judeus?” Jesus pôde responder tão somente com um “sim”. O tom, a forma e a maneira com que Jesus emitiu sua resposta levaram o governador a examinar melhor a questão. De Jo 18.36ss pode-se depreender que Jesus explicou ao romano a natureza intelectual de seu reinado. Desse modo Pilatos tinha de admitir que Jesus não visava ser um rei *político*, que ambicionasse contestar o domínio do imperador romano.

Por isso a declaração de inocência por parte de Pilatos não está baseada na impressão inicial, mas foi precedida de uma investigação. No diálogo pessoal entre Pilatos e Jesus, transmitido por João (Jo 18.33-37) está subentendida a imputação relatada por Lucas (Lc 23.2). A narrativa de Lucas seria incompreensível neste ponto sem a complementação de João.

b) Jesus perante Herodes – Lc 23.6-12

- 6 – Tendo Pilatos ouvido isto (a saber, a palavra Galiléia), perguntou se aquele homem era galileu.**
- 7 – Ao saber que era da jurisdição de Herodes, estando este, naqueles dias, em Jerusalém, lho remeteu.**
- 8 – Herodes, vendo a Jesus, sobremaneira se alegrou, pois havia muito queria vê-lo, por ter ouvido falar a seu respeito; esperava também vê-lo fazer algum sinal.**
- 9 – E de muitos modos o interrogava; Jesus, porém, nada lhe respondia.**
- 10 – Os principais sacerdotes e os escribas ali presentes o acusavam com grande veemência.**
- 11 – Mas Herodes, juntamente com os da sua guarda, tratou-o com desprezo, e, escarnecendo dele, fê-lo vestir-se de um manto aparatoso, e o devolveu a Pilatos.**

12 – Naquele mesmo dia, Herodes e Pilatos se reconciliaram, pois, antes, viviam inimizados um com o outro.

A presente narrativa faz parte do material exclusivo de Lucas. A última acusação que os judeus trouxeram a Jesus, a agitação do povo, não obteve a devida repercussão. Agora eles enfatizam que Jesus sublevava o povo da Galiléia até Jerusalém com sua doutrina. Pilatos ficou embaraçado. Tão logo, porém, ouviu o nome “Galiléia”, acolheu essa circunstância como uma bem-vinda saída. Os judeus esperavam que, se apresentassem Jesus como galileu, Pilatos ficaria ainda mais irado com o Senhor. No entanto, seu desejo não se cumpriu da maneira como intentavam. Pilatos enviou Jesus a Herodes, o tetrarca da Galiléia, que justamente naqueles dias se encontrava em Jerusalém para a festa da Páscoa.

Em geral acredita-se que o objetivo de Pilatos foi afastar de si a questão contra Jesus. O romano teria esperado que Herodes transportasse o prisioneiro para a Galiléia. Então Pilatos se teria livrado de Jesus. Esse tipo de transferência não era desconhecida para os romanos (cf. At 26.3s). Mas é questionável se essa intenção de fato existia em Pilatos no presente caso. Em nenhum momento o governador indicou que tentava se livrar dessa questão, por mais aborrecedora que lhe fosse. É provável que Pilatos desejasse obter um parecer benévolo de Herodes para o acusado. Talvez ele buscasse um esclarecimento sobre a pessoa e o projeto de Jesus, que se tornavam cada vez mais nebulosos para ele. Por sabedoria política Pilatos demonstrou certa gentileza a Herodes, entregando-lhe a decisão em uma questão tão relevante.

Da circunstância de que Jesus se manteve calado perante Herodes depreende-se que o Senhor não reconhecia o tetrarca como juiz legal. Por essa razão é compreensível que Pilatos nem sequer tenha ficado decepcionado após o retorno do Senhor. A impressão que o governador tinha do acusado também lhe fora comunicada pelo tetrarca (Lc 23.13-16).

Herodes alegrou-se muito ao ver Jesus, porque acreditava que agora se cumpriria seu desejo há muito acalentado. No passado ele tremera quando o boato acerca dos milagres do Senhor lhe chegara aos ouvidos. Esse espinho agora se embotara. O tetrarca leviano tinha a esperança de presenciar um sinal miraculoso de Jesus para seu próprio entretenimento e da sua corte. O silêncio do Senhor é notável. A história da paixão informa que o Senhor permaneceu calado em quatro ocasiões: perante Caifás (Mt 26.63), perante Herodes (Lc 23.9) e duas vezes perante Pilatos (Mt 27.12; Jo 19.9). O Senhor silenciou quando poderia ter falado. Ele falou quando poderia ter-se calado. A majestade de seu silêncio manifesta sua glória.

Os sumo sacerdotes e escribas também estavam presentes na corte de Herodes. Não perdiam a ocasião de manter seu prisioneiro sob firme vigilância. Talvez temessem que Herodes agisse de forma excessivamente indulgente com Jesus. Contudo, o desprezo do tetrarca não se abateu sobre o Senhor pelo fato de os sumo sacerdotes e escribas o acusarem, mas porque Herodes viu frustradas suas expectativas.

Para escarnecer de sua dignidade messiânica, Herodes mandou colocar nele um manto de cor ofuscante. Com essa veste devolveu Jesus a Pilatos. Para Pilatos isso significava um indício de que um suposto rei desse tipo não merecia condenação, mas no máximo desprezo.

O relato sobre esse episódio termina na observação de que Herodes e Pilatos, que até então eram inimigos, naquele dia se tornaram amigos. Esse desfecho parece suficientemente relevante ao presente evangelista para ser mencionado.

A ligação amigável entre Herodes e Pilatos perante o Senhor que padecia exemplificam uma série de alianças firmadas por inimigos inconciliáveis quando visam combater conjuntamente a Cristo e sua obra. Esse aspecto da história da paixão representa um espelho claro de que, no curso da história, correntes intelectuais irreconciliáveis se uniram para derrotar a fé em Cristo pela incredulidade.

c) As tentativas frustradas de Pilatos para soltar o Senhor – Lc 23.13-25

Herodes devolveu Jesus a Pilatos sem tomar uma decisão judicial sobre a acusação feita contra ele. Pilatos teve de retomar o processo. Lucas menciona os momentos principais desse inquérito. De sua breve síntese descobre-se nitidamente que Jesus foi condenado à morte sendo totalmente inocente. Pilatos tentou comunicar a inocência do Senhor aos superiores judeus por três vezes. Somente depois da obstinada rejeição de suas propostas, Pilatos cedeu à pressão dos inimigos do Senhor, condenando o inocente à morte na cruz.

A afirmação da inocência de Jesus por Pilatos – Lc 23.13-16

13 – Então, reunindo Pilatos os principais sacerdotes, as autoridades e o povo,

14 – disse-lhes: Apresentastes-me este homem como agitador do povo; mas, tendo-o interrogado na vossa presença, nada verifiquei contra ele dos crimes de que o acusais.

15 – Nem tampouco Herodes, pois no-lo tornou a enviar. É, pois, claro que nada contra ele se verificou digno de morte.

16 – Portanto, após castigá-lo, soltá-lo-ei.

Pilatos não se limitou a comunicar sua opinião aos membros do Sinédrio, mas convocou também o povo. Por meio de um discurso Pilatos fundamenta a inculpabilidade do Senhor. A primeira imputação, de que Jesus estaria agitando o povo, é refutada na presença deles pelo resultado de seu inquérito (cf. Lc 23.2s; Mt 27.12-14; Mc 15.3-5). O fato aqui informado não contradiz Jo 18.33, pois é preciso distinguir entre o diálogo particular e a audiência pública. É do último que se está falando aqui. Pilatos levava a questão a sério. Em contradição direta ao que os inimigos do Senhor queriam que fosse constatado (Lc 23.2), ele não encontrara nada que um juiz secular pudesse considerar como causa legal para um indiciamento. Nem sequer Herodes fora capaz de constatar algo consistente em sua acusação. Depois dessa introdução a única opção possível parece ser a soltura do Senhor.

Pilatos sintetizou o resultado de sua investigação, derivando dele sua sugestão de disciplinar Jesus e depois soltá-lo. Cumpre levar em conta que em nossa acepção a sugestão de castigar Jesus representa um simples castigo disciplinar, que não deve ser identificada com os açoites mencionados por Mateus, Marcos e João. Esses açoites citados pelos dois primeiros sinóticos e por João como etapa prévia à crucificação não são mencionados por Lucas.

O que Pilatos realizara até aquele instante fora positivo sob três aspectos. Empreendeu uma investigação minuciosa, declarou solenemente a inocência de Jesus e prosseguiu num trâmite lícito em busca de mais informações. A sugestão de disciplinar o Senhor revelou seu ponto fraco. Dessa maneira Pilatos abriu mão de seu direito. Assim os inimigos de Jesus constataram claramente que, se continuassem obstinadamente com sua demanda, obteriam tudo paulatinamente.

Jesus ou Barrabás – Lc 23.17-19

17 – E era-lhe forçoso soltar-lhes um detento por ocasião da festa.

18 – Toda a multidão, porém, gritava: Fora com este! Solta-nos Barrabás!

19 – Barrabás estava no cárcere por causa de uma sedição na cidade e também por homicídio.

Essa libertação parece ter sido mais uma tradição ou hábito judaico do que gentílico (cf. Jo 18.39). De acordo com Marcos 15.6-8 partia do povo o desejo de que Pilatos soltasse um prisioneiro na festa da Páscoa. Esse pedido do povo fez com que Pilatos equiparasse Jesus a Barrabás.

A demanda do povo “Solta-nos Barrabás!” liga-se à proposta de libertar Jesus (Lc 23.16). Conforme Jo 18.38s, Pilatos praticamente oferece aos judeus a soltura do rei dos judeus, considerando o costume da festa da Páscoa. Provavelmente foi isso que realmente aconteceu. Mateus informa a respeito de uma eleição entre Jesus e Barrabás. Marcos relata que o povo interrompeu a negociação referente a Jesus, exigindo subitamente a libertação de um prisioneiro. Lucas apresenta essa solicitação do povo como unânime e independente. Mateus e Marcos informam que os superiores e seus servos exerceram determinada pressão sobre o povo, levando-o a expressar esse desejo.

O nome “Barrabás” significa “filho do pai”. Conforme alguns manuscritos minúsculos, algumas traduções, notas de rodapé e Orígenes, esse facínora chamava-se “Jesus Barrabás” (cf. a nota de rodapé da edição grega de Nestlé sobre Mt 27.16). Temos a impressão de que o santo nome de Jesus foi arrasado nessa degradante combinação com um criminoso. Vários comentaristas constataram uma providência divina no fato de Jesus, o verdadeiro Filho do Pai, ser contraposto a uma caricatura de nome idêntico.

O grito furioso da multidão “Fora com este!” pressupõe que Jesus estava postado do lado de Barrabás. A maneira como o povo chegou a essa resolução é descrita particularmente por Marcos. A narrativa do sonho da mulher de Pilatos em Mateus soluciona o enigma de como era possível que em tão pouco tempo o povo ficasse possuído de uma fúria tão fanática. A breve ausência do governador fora aproveitada pelos líderes para influenciar o povo a favor deles.

A escolha entre Jesus e Barrabás representa uma nítida demonstração de como é perigoso deixar a voz do povo decidir sobre as questões mais importantes da vida, sobre verdade e justiça.

A eleição entre Jesus e Barrabás é uma significativa ilustração para a escolha que os seres humanos de todos os séculos precisam enfrentar. Cabe-lhes optar entre vida e morte, entre bênção e maldição (cf. Gn 30.18s; Js 24.15). Os motivos que levam um povo a uma escolha tão fatídica são sempre os mesmos. É a rebelião contra o Senhor e seu Cristo.

Pilatos entrega Jesus à mercê de seus inimigos – Lc 23.20-25

20 – Desejando Pilatos soltar a Jesus, insistiu ainda.

21 – Eles, porém, mais gritavam: Crucifica-o! Crucifica-o!

22 – Então, pela terceira vez, lhes perguntou: Que mal fez este? De fato, nada achei contra ele para condená-lo à morte; portanto, depois de o castigar, soltá-lo-ei.

23 – Mas eles instavam com grandes gritos, pedindo que fosse crucificado. E o seu clamor prevaleceu.

24 – Então, Pilatos decidiu atender-lhes o pedido.

25 – Soltou aquele que estava encarcerado por causa da sedição e do homicídio, a quem eles pediam; e, quanto a Jesus, entregou-o à vontade deles.

Novamente Pilatos fez um discurso.

O discurso de Pilatos foi interrompido pela gritaria dos judeus. A exclamação do povo “Crucifica, crucifica-o!” expressou com ódio fanático o abjeto plano dos dirigentes do povo.

Lucas é o único que relata que nesse ponto do processo Pilatos tomou, pela terceira vez, a palavra em favor de Jesus. O desejo de libertar Jesus, mais uma vez declarado, desencadeou uma fúria insana no povo. De acordo com alguns manuscritos também os sumo sacerdotes acompanharam a penetrante gritaria assassina do povo descontrolado. Essas vozes prevaleceram.

Pilatos decretou a sentença final de que fosse feita a vontade deles.

Jesus não foi entregue à determinação do juiz ou às exigências da lei, mas à vontade do povo.

4. A crucificação de Jesus em Gólgata e sua morte – Lc 23.26-49

Mateus e Marcos relatam as circunstâncias exteriores da crucificação com mais detalhes do que Lucas. O presente evangelista complementou o relato sobre a ida ao local da execução. Além dos eventos da crucificação mencionados por Mateus e Marcos, Lucas traz a crucificação simultânea de dois malfeitores em cada lado do Senhor (Lc 23.33), a intercessão de Jesus por seus inimigos (Lc 23.34) e o perdão ao criminoso arrependido (Lc 23.39-43). São fatos que comprovam que aquele que foi contado entre os malfeitores evidencia-se como rei do reino de Deus, exercendo clemência e justiça, orando por seus inimigos, exortando os impenitentes acerca do juízo, e anunciando aos contritos a acolhida no paraíso.

a) A trajetória de Jesus ao lugar da execução – Lc 23.26-32

26 – E, como o conduzissem, constringendo um Cireneu, chamado Simão, que vinha do campo, puseram-lhe a cruz sobre os ombros, para que a levasse após Jesus.

27 – Seguia-o numerosa multidão de povo, e também mulheres que batiam no peito e o lamentavam.

28 – Porém Jesus, voltando-se para elas, disse: Filhas de Jerusalém, não choreis por mim; chorai, antes, por vós mesmas e por vossos filhos!

29 – Porque dias virão em que se dirá: Bem-aventuradas as estéreis, que não geraram, nem amamentaram.

30 – Nesses dias, dirão aos montes: Caí sobre nós! E aos outeiros: Cobri-nos!

31 – Porque, se em lenho verde fazem isto, que será no lenho seco?

32 – E também eram levados outros dois, que eram malfeitores, para serem executados com ele.

Jesus teve de carregar sua cruz pessoalmente (cf. Jo 19.17; Mt 10.38). Não se sabe o que levou os soldados romanos a forçar Simão de Cirene a prestar esse serviço. A Escritura não diz que o Senhor teria sucumbido debaixo desse peso, e tampouco informa que Simão teria manifesto sua simpatia por

Jesus. A observação de que Simão vinha do campo não fornece dados sobre quanto sua propriedade distava da cidade. Provavelmente ele devia estar trabalhando no campo. Esse pequeno aspecto certamente demonstra que não era feriado.

Na grande multidão que acompanhava Jesus até o local de execução, onde soldados romanos, comandados por um centurião, cumpriam a sentença, havia também numerosas mulheres que pranteavam o Senhor em alta voz. O episódio aqui mencionado faz parte do material exclusivo de Lucas. Neste local foi intercalado um belo aspecto de genuína humanidade. O evangelho de Lucas, que é o que mais se refere às mulheres que estavam em contato com Jesus, narra aqui que o Senhor condenado à morte na cruz ainda tinha uma palavra de compaixão pelas filhas de Jerusalém. Não há razão para identificar essas mulheres com as amigas da Galiléia que mais tarde se encontram debaixo da cruz (Lc 23.49).

As manifestações de comiseração feminina e humana das filhas de Jerusalém evidenciam claramente que os membros do Sinédrio e a multidão incitada, que expressavam com veemência a crucificação de Jesus, não deixaram que o verdadeiro sentimento do povo tivesse voz. Jesus viu que a compaixão das mulheres não se referia na mesma medida aos dois outros condenados, mas somente a ele. Por essa razão o Senhor não diz “Não choreis por nós”, mas: “Não choreis por mim!” A terrível equiparação dos três condenados aconteceu somente por meio da ação dos carrascos. Jesus dirige o olhar delas de si mesmo para o futuro delas por meio da comovente palavra: “Chorai por vós mesmas e por vossos filhos!” Com certeza trata-se de uma alusão à imprecação dos judeus (Mt 27.25), cujo cumprimento também haveria de atingir os filhos dessas mulheres.

Jesus anuncia dias em que a mais sublime bênção conjugal será considerada maldição, quando a infertilidade e incapacidade de gerar filhos normalmente eram consideradas castigo de Deus (cf. Os 9.14). As mulheres estéreis e sem filhos deverão ser declaradas ditosas durante a punição sobre Jerusalém, porque não terão de presenciar o lamento e a desgraça de seus filhos, sofrendo sozinhas. Quando o juízo de extermínio, anunciado por Oséias, se precipitar sobre Jerusalém, os moradores dessa cidade desejarão, por puro desespero, nas palavras daquele profeta, ser soterrados sob as montanhas que desmoronam, a fim de escapar do horror dessa punição (cf. Os 10.8). Numa aplicação mais livre, essas palavras proféticas devem ser relacionadas com os horrores que precedem o juízo final (Ap 6.16).

A vinda do terrível juízo de extermínio sobre Jerusalém é fundamentada por Jesus com a frase proverbial: “Se em lenho verde fazem isto, que será no lenho seco?” Lenha verde e seca são ilustrações para os justos e injustos. Usando a metáfora do fogo que consome toda a lenha verde e seca, Ezequiel (Ez 40.47) descreve o juízo que há de se precipitar sobre Jerusalém, e ele explica a ilustração do aniquilamento de justos e ímpios (Ez 21.3). Jesus, que será crucificado como um reles criminoso, compara-se com a lenha verde. A população de Jerusalém, na medida em que depende da liderança dos maiores de seu povo, iguala-se cada vez mais à madeira seca com que se alimenta o forno, i. é, ela amadurece para o juízo.

Uma infâmia adicional que os superiores certamente cometeram contra o Senhor foi crucificar com ele dois outros criminosos.

b) A execução da crucificação – Lc 23.33-38

33 – Quando chegaram ao lugar chamado Calvário, ali o crucificaram, bem como aos malfetores, um à direita, outro à esquerda.

34 – Contudo, Jesus dizia: Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem. Então, repartindo as vestes dele, lançaram sortes.

35 – O povo estava ali e a tudo observava. Também as autoridades zombavam e diziam: Salvou os outros; a si mesmo se salve, se é, de fato, o Cristo de Deus, o escolhido.

36 – Igualmente os soldados o escarneciam e, aproximando-se, trouxeram-lhe vinagre, dizendo:

37 – Se tu és o rei dos judeus, salva-te a ti mesmo.

38 – Também sobre ele estava esta epígrafe em letras gregas, romanas e hebraicas: Este é o rei dos judeus.

Em hebraico o local da execução ao qual Jesus foi levado chamava-se *Golgotha*; de acordo com a pronúncia exata ele se chama *Gulgoleth* e no aramaico *Gulgaltha*, o que significa “caveira”. Mateus, Marcos e João explicam *Golgotha* como *kranion topos* = “lugar da caveira”. Lucas traduz com mais

precisão para seus leitores gregos: *kranion* “caveira”. A origem desse nome é controvertida. Muitos comentaristas supõem que seja devido às caveiras dos executados enterradas ali no chão. Outros intérpretes entendem o nome a partir do formato da colina. A localização do Calvário ainda é muito controvertida até hoje. A tradição que remonta ao séc. IV situa o monte do Calvário e o santo sepulcro na atual Jerusalém, no local em que está construída a igreja do sepulcro.

Lucas não somente menciona que os dois malfeitores foram crucificados com Jesus, mas ele enriquece a descrição por intermédio da comunicação da primeira palavra de oração proferida pelo Senhor logo após ser pregado à cruz: “Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem!”

Sem sombra de dúvida Jesus sintetiza em sua prece os executores e os causadores de sua morte, os gentios e seu governador e os judeus e seu sumo sacerdote. Pode-se afirmar, a respeito de todas as pessoas, até mesmo das mais hostis, que sua maldade estava associada a uma grande dose de cegueira (cf. At 3.14; 1Co 2.8s). Ainda que essa cegueira fosse resultante de culpa pessoal, o amor divino em Cristo não obstante considerava esse fato como razão para interceder, a fim de implorar clemência para todos os culpados.

Lucas menciona a distribuição das vestes apenas com uma breve palavra. Pelas roupas dos crucificados, que segundo a legislação romana pertenciam aos executores da sentença, foi lançada duas vezes a sorte, primeiramente sobre o manto, o boné, o cinto e as sandálias, e depois pelo casacão ou pela túnica.

A presença e atitude observadora do povo representam um intenso contraste com a intercessão expressa pelo Senhor. Lucas não diz expressamente que o povo participava da zombaria. Trata-se mais de um comportamento indiferente. À assistência e observação do povo acrescentava-se ainda que os líderes torciam o nariz e zombavam. O presente evangelista menciona o escárnio dos líderes apenas *de passagem*. Aqui no texto os zombadores falam do Senhor na terceira pessoa, ao passo que de acordo com Mateus e Marcos eles dirigem os impropérios diretamente ao Senhor. A sarcástica solicitação de ajudar-se a si mesmo refere-se aos feitos de cura (Lc 19.37) e à sua confissão perante o Sinédrio (Lc 22.67-70).

Lucas é o único que informa a zombaria dos soldados, que foram estimulados a isso pelo mau exemplo dos líderes. Além disso lhe ofereceram vinagre. O fato aqui mencionado é precedido pelas exclamações de Jesus “Eli, Eli, lamá sabactâni” (Mt 27.46; Mc 15.34) e “Tenho sede!” (Jo 19.28). Um dos soldados estendeu a Jesus uma esponja embebida de vinagre, enquanto outros zombavam: “Deixa, vejamos se Elias vem salvá-lo” (Mt 27.48s). Essa zombaria é mencionada por Lucas sem indicar o motivo e as circunstâncias. Sua intenção é mostrar como Jesus foi afrontado pelas diferentes categorias de pessoas. A isso também se deve a formulação mais genérica das palavras de escárnio.

A observação “Estava, porém, acima dele esta epígrafe: Este é o rei dos judeus!” explica o teor das palavras de zombaria dos mercenários: “Se tu és o rei dos judeus, salva-te a ti mesmo.” Os soldados, que haviam afixado esse título, também eram capazes de lê-lo, sendo dessa forma levados a debochar dele.

c) O perdão ao criminoso arrependido – Lc 23.39-43

39 – Um dos malfeitores crucificados blasfemava contra ele, dizendo: Não és tu o Cristo? Salva-te a ti mesmo e a nós também.

40 – Respondendo-lhe, porém, o outro, repreendeu-o, dizendo: Nem ao menos temes a Deus, estando sob igual sentença?

41 – Nós, na verdade, com justiça, porque recebemos o castigo que os nossos atos merecem; mas este nenhum mal fez.

42 – E acrescentou: Jesus, lembra-te de mim quando vieres no teu reino.

43 – Jesus lhe respondeu: Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso!

Lucas relata que um dos malfeitores crucificados praguejava contra o Senhor. Conforme Mt 27.44 ambos os crucificados com ele o injuriavam. Houve tentativas freqüentes de harmonizar essa divergência. Um comentarista enfatiza que é preciso diferenciar entre *oneidizein* = “difamar” e *blasphemein* = “blasfemar”. No caso do impenitente poderíamos falar de blasfêmia, ao passo que o mais sensato teria apenas ofendido o Senhor antes de mudar de opinião.

Essa história, que revela a justificação por soberana graça, faz parte do material exclusivo de Lucas.

Com frequência a clemência para com o criminoso é tratada de forma leviana. Quem lê essa história com atenção chega a uma conclusão diferente. O criminoso curvou-se diante de sua sentença; reconheceu sua culpa perante Deus e os humanos.

Em seguida o arrependido foi conduzido do reconhecimento de sua própria condição e culpa ao verdadeiro reconhecimento do Salvador. Ao contrário de todos que haviam condenado o Senhor à morte de criminoso, ele atestou a total inocência do crucificado. A formulação amena de que Jesus não fez nada de mal, descreve tanto mais intensamente a inocência do Senhor. O testemunho da inocência imaculada vinda dos lábios de um malfeitor no momento em que todas as vozes se juntavam contra ele deve suscitar nossa admiração.

O assassino evidenciou uma fé ainda mais clara e firme quando se voltou confiante ao próprio Jesus. Orou: “Jesus, lembra-te de mim.” De Jesus, que estava pregado pelos pés e pelas mãos e em vias de morrer, a quem todos os discípulos haviam abandonado, ele esperava que se lembrasse dele. Acima da coroa de espinhos ele enxergava uma coroa real, pedindo que se lembrasse dele quando entrasse em seu reino. O criminoso reconheceu em Jesus o Messias, ele creu em sua ressurreição e seu retorno. O malfeitor na cruz superou a muitos outros em clareza de percepção, em força de fé e em ousadia de testemunho.

Jesus, que na cruz perseverou calado diante de todos os escárnios e gozações, não deixou a prece do criminoso nem por um minuto sem resposta. O Senhor prometeu-lhe muito mais do que ele desejava, pedia e podia conceber. O Senhor prometeu-lhe o paraíso, e ainda por cima “para hoje” e na comunhão com ele. Não é consistente a associação “Eu te digo hoje”, no intuito de postergar a presença com Jesus no paraíso a um futuro remoto. Atribuir à palavrinha “hoje” um significado desses de forma alguma condiz com o linguajar do evangelho de Lucas (cf. Lc 2.11; 4.21; 19.5,9; 22.34; 24.21). Jesus fala ao criminoso acerca do estado para o qual as almas dos crentes passam após a morte. Assim como a bem-aventurada continuidade dos devotos do AT é descansar no colo de Abraão (Lc 16.22), assim os que crêem em Jesus entram no paraíso no instante de sua morte, para estar “com Cristo”, como declarou Paulo (Fp 1.23). O criminoso, que partilhava com ele o torturante sofrimento, que testemunhou com humilde contrição sua culpa e a inocência de Jesus, que esperava por ele como o Rei e se dirigiu a ele em oração com fé, também partilharia com ele da bem-aventurança a que Jesus chegaria através de sua morte.

d) A morte de Jesus na cruz – Lc 23.44-49

44 – Já era quase a hora sexta, e, escurecendo-se o sol, houve trevas sobre toda a terra até à hora nona.

45 – E rasgou-se pelo meio o véu do santuário.

46 – Então, Jesus clamou em alta voz: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito! E, dito isto, expirou.

47 – Vendo o centurião o que tinha acontecido, deu glória a Deus, dizendo: Verdadeiramente, este homem era justo.

48 – E todas as multidões reunidas para este espetáculo, vendo o que havia acontecido, retiraram-se a lamentar, batendo nos peitos.

49 – Entretanto, todos os conhecidos de Jesus e as mulheres que o tinham seguido desde a Galiléia permaneceram a contemplar de longe estas coisas.

No relato de Lucas a história da paixão é cada vez mais sucinta à medida que se precipita em direção do desfecho. Não são mencionados aqui o instante em que Jesus recomenda sua mãe a João, o lamento do crucificado e o último refrigério do moribundo. A ruptura da cortina do templo é mencionada como ocorrendo antes da morte do Senhor. De acordo com Mateus ela aconteceu um instante depois. Diante da rápida seqüência dos acontecimentos é impossível falar de um momento anterior e posterior. Lucas foi o único a registrar a última palavra do Senhor na cruz. Em vista de sua breve síntese, a relação dos sinais durante a morte de Jesus no relato de Lucas assemelha-se mais a Marcos que a Mateus. Como seus dois antecessores sinóticos, Lucas omite que as pernas dos dois criminosos executados foram quebradas e que se furou o lado do Senhor. Na descrição bastante minuciosa do sepultamento do Senhor, Lucas converge com as narrativas dos outros evangelistas.

Conforme Mc 15.25 Jesus foi crucificado na terceira hora, i. é, 9 horas da manhã. A sexta hora, por conseguinte, era por volta do meio-dia. Portanto, Jesus estava pendurado há três horas na cruz quando se iniciou a escuridão que durou três horas, até por volta das 15 horas da tarde. Os escárnios

dirigidos contra Jesus situam-se nas primeiras três horas. Jesus, que nesse período se calou diante da zombaria, interrompeu o silêncio com sua promessa ao criminoso arrependido. Com o começo das trevas provavelmente toda a zombaria silenciou. Essa escuridão em pleno meio-dia não deve ser imaginada como um eclipse solar, porque de acordo com as leis da astronomia ele não pode ocorrer na época da lua cheia, quando se celebrava a Páscoa. Mateus e Marcos não falam a respeito de um eclipse solar. Somente Lucas fala do escurecimento do sol. Trata-se de um escurecimento milagroso, uma linguagem divina nos sinais da natureza. O significado das trevas na morte de Jesus resulta da advertência com que o Senhor se despediu do povo: “Ainda por um pouco a luz está convosco. Andai enquanto tendes a luz, para que as trevas não vos apanhem; e quem anda nas trevas não sabe para onde vai” (Jo 12.35). A nação judaica desprezou essa advertência. Jesus morreu porque Israel assim o quis. Pelas mãos de Israel “a luz do mundo” apagou-se para este povo, e as trevas infernais tornaram-se sua morada. A escuridão foi um sinal com que Deus interpretou a morte de seu Filho para o povo judeu.

A ruptura da cortina no templo atestou o efeito da morte de Jesus, apavorando os judeus e fortalecendo a fé dos discípulos do Senhor. Tratava-se da cortina entre o santo e o santíssimo do templo que impedia o olhar para dentro do santíssimo e encobria o acesso ao trono da graça. Uma explicação sobre o significado da ruptura dessa cortina é fornecida pela carta aos Hebreus (Hb 6.19s; 9.12; 10.19s), que apresenta a morte vicária de Cristo, o verdadeiro sumo sacerdote, como entrada para o santíssimo. Dessa maneira o novo e vivo acesso através da cortina foi preparado para nós. A ruptura da cortina no momento da morte do Senhor caracteriza sua morte como a reconciliação entre Deus e as pessoas, por meio da qual foi tirado o muro que separa o pecador de Deus. Através desse sinal Deus apresenta a morte de Jesus como morte sacrificial expiatória, atestando que o Filho do Homem entregou sua vida como resgate por muitos (Mt 20.28). É praticamente um sinal de que o culto sacrificial do AT fora suspenso, o que acarretaria a decadência do templo judeu. Rasgando-se a cortina, o templo deixava de ser a morada de Deus entre seu povo. Pela morte de Jesus o templo, portanto, foi demolido, para que, ressuscitado após três dias, edificasse o novo templo, não feito por mãos, de seu corpo transfigurado. Para os sumo sacerdotes descrentes a ruptura da cortina visava ser um sinal de Deus de que aquele que fora rejeitado por eles de fato era o Cristo e o Filho de Deus e que o templo e seu culto, ao qual defendiam fanaticamente, estava fadado ao desaparecimento.

Lucas acrescenta a esses dois episódios a última exclamação de Jesus, depois do que faleceu imediatamente. A prece “Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito!” evoca o Salmo 31.5, no qual falta, porém, a interpelação “Pai”. A justificação no Sl 31 “Porque tu me redimiste, Senhor, Deus fiel!”[t.a.?] não é repetida por Jesus em sua oração. Aquele salmo expressa a confiança total em Deus, que salva do perigo de vida. Jesus, no entanto, expressa a consciência plena da unidade não turbada com o Pai no céu, a cuja proteção ele, ao morrer, confia sua vida terrena.

Lucas ainda informa acerca do impacto do sofrimento do Jesus moribundo sobre os circunstantes. Primeiramente é citado o capitão romano, depois o povo e por fim os adeptos do Senhor. Em concordância com Mateus e Marcos o presente evangelista menciona o tipo de impressão que a morte do Senhor causou sobre o capitão gentio que realizava a vigília na cruz. Conforme Lucas o gentio declarou que “Este homem era justo”, que Jesus não era um malfeitor, como se pensava. “O acontecido” visto pelo capitão não se refere apenas ao último grito do Senhor pouco antes de morrer, mas a todo o comportamento de Jesus na cruz. O capitão sabia agora que Jesus era mais que um justo. Porque na cruz Jesus havia, por duas vezes, chamado *Deus* de seu Pai. Em decorrência, conforme Mateus e Marcos o centurião também era capaz de testemunhar o Senhor como *Filho* de Deus.

Ao complementar os relatos dos demais evangelistas, Lucas cita especialmente a impressão da morte de Jesus sobre as multidões que haviam se aglomerado para esse espetáculo. O termo *theoria* = “espetáculo” assinala a curiosidade que atraiu a multidão. Bateram no peito e deram meia-volta quando presenciaram esses fatos.

Os mesmos acontecimentos também foram vistos por todos os conhecidos do Senhor, que estavam presentes em Jerusalém, e pelas mulheres que o haviam seguido da Galiléia. Mateus e Marcos igualmente se referem à presença das mulheres, mencionando também seus nomes. As mulheres, já citadas anteriormente por Lucas, são mencionadas por ele somente na ida até o sepulcro na manhã da ressurreição (Lc 24.10). Enquanto o povo se afastava da cruz, os amigos de Jesus aos poucos se reuniram em torno de seu corpo.

5. O sepultamento de Jesus – Lc 23.50-56

[Comentário Esperança, Mateus, p. 445s, Marcos, p. 448ss]

50 – E eis que certo homem, chamado José, membro do Sinédrio, homem bom e justo

51 – (que não tinha concordado com o desígnio e ação dos outros), natural de Arimatéia, cidade dos judeus, e que esperava o reino de Deus,

52 – tendo procurado a Pilatos, pediu-lhe o corpo de Jesus,

53 – e, tirando-o do madeiro, envolveu-o num lençol de linho, e o depositou num túmulo aberto em rocha, onde ainda ninguém havia sido sepultado.

54 – Era o dia da preparação, e começava o sábado.

55 – As mulheres que tinham vindo da Galiléia com Jesus, seguindo, viram o túmulo e como o corpo fora ali depositado. [v. 49]

56 – Então, se retiraram para preparar aromas e bálsamos. E, no sábado, descansaram, segundo o mandamento.

A introdução fundamental dessa história é trazida pelo evangelho de João. Os judeus foram os primeiros a solicitar a remoção do corpo, depois José de Arimatéia pediu pelo corpo do Senhor. Conforme João juntou-se ainda Nicodemos, que trazia unguentos para o sepultamento. José de Arimatéia é caracterizado com mais detalhes por Marcos e Lucas que por Mateus. Dentre as mulheres Mateus salienta com maior nitidez as duas Marias, a Madalena e “a outra”. Conforme Marcos trata-se da Maria de José, que se sentou defronte à sepultura. Mateus é o único a relatar o lacre do sepulcro (Mt 27.62-66).

Lucas descreve José de Arimatéia como um homem bom e justo. Ele não era justo no sentido jurídico, mas teocrático. Bengel faz a excelente observação: “Toda pessoa boa também é justa, mas não vice-versa.” Não se afirma que José de Arimatéia tenha sido o único que discordou da decisão e do procedimento do Sinédrio.

José de Arimatéia pediu a Pilatos o corpo do Senhor. Muitas vezes os procuradores romanos concediam esses favores em troca de dinheiro. Conforme determinações da lei romana os corpos dos condenados não podiam ser negados aos conhecidos. Não é mencionada a razão pela qual Pilatos entregou o corpo de Jesus ao eminente conselheiro.

Acerca do sepulcro em que Jesus foi deitado afirma-se com grande ênfase que ninguém ainda havia sido colocado nele. A referência cronológica “dia da preparação e começo do sábado” coincide com Mc 15.42 e Jo 19.42. Isso diz respeito ao entardecer de sexta-feira por volta do pôr do sol. Por causa da proximidade do sábado foi preciso acelerar o sepultamento do corpo. As mulheres da Galiléia que haviam seguido a Jesus ainda compraram ervas e unguentos após o sepultamento do corpo, a fim de concluir o embalsamento em si depois do sábado. O fato de Marcos informar que foram compradas especiarias apenas *depois* do sábado não contradiz o que Lucas escreve aqui.

Talvez possamos imaginar a situação toda da seguinte maneira: considerando que urgia o tempo por causa da proximidade do sábado, o sepultamento e a preparação do corpo só podiam ser feitos às pressas. Conforme Jo 19.40 “tomaram o corpo de Jesus e o envolveram em lençóis com os aromas, como é de uso entre os judeus na preparação para o sepulcro” e também aconteceu com o falecido Lázaro. Baseado em Jo 19.39 cita-se Nicodemos, “que levou cerca de cem libras de um composto de mirra e aloés”. O fato de que na seqüência, nos v. 55b-56, se afirma que as mulheres contemplavam o sepulcro, observando como seu corpo era posicionado, e que depois de seu retorno à cidade aproveitaram o restante do dia da preparação para providenciar os unguentos e perfumes – mostra que cada palavra desse relato possui um valor muito grande. – O rico estoque de mirra e aloés adquirido por Nicodemos parece não ter sido suficiente para honrarem a Jesus. Por isso planejaram completar a precipitada preparação do corpo com outra mais exaustiva e final, i. é, adquirir mais alguns unguentos e perfumes além dos já preparados, após o sábado, visando correr de volta ao sepulcro no primeiro dia da semana, ou seja, na manhã do domingo de Páscoa, com a finalidade de arrumar e aprontar tudo da melhor forma. As mulheres não haviam corrido ao sepulcro na manhã do domingo da Páscoa para saudar o Ressuscitado, mas para terminar de embalsamar o morto.

SEÇÃO VII

A RESSURREIÇÃO E A ASCENSÃO DE JESUS CRISTO – LC 24.1-53

A morte na cruz, a “maior tragédia da história universal”, não foi o fim da existência terrena de Jesus, mas sua gloriosa ressurreição e ascensão constituíram o coroamento final de sua vida e atuação. Enquanto o Senhor pendia da cruz, muitas pessoas observaram sua humilhação e seus padecimentos. Muitos ouviram seus lamentos, e vários contemplaram o momento em que inclinou a cabeça e expirou! A ressurreição do Senhor, porém, foi vista somente por anjos. Pelo fato de nenhum ser humano ter visto como o Senhor despertou e saiu da sepultura, nenhum dos evangelistas descreve o acontecimento propriamente dito da ressurreição. O *fato* da ressurreição do Senhor, porém, e a aparição do Ressuscitado são atestadas com credibilidade em todos os quatro evangelhos, nos Atos dos Apóstolos e por Paulo.

Todos os quatro evangelhos são idênticos na informação de que cedo na manhã da Páscoa as mulheres da Galiléia foram até a sepultura, encontrando aberta a sepultura e ouvindo dos lábios de anjos a mensagem da ressurreição do Senhor, e que o Ressuscitado apareceu a essas mulheres e a Maria Madalena. As variações dos diversos relatos acerca desses fatos referem-se tão somente a momentos secundários. Significativa é a circunstância de que Mateus fala apenas de uma aparição do Ressuscitado (cf. Mt 28.1-10); Marcos descreve em seu anexo três aparições (Mc 16.9-20); Lucas não fala de nenhuma aparição na Galiléia, mas de aparições em Jerusalém; João menciona três aparições, uma no grupo dos discípulos reunidos em Jerusalém e outra na Galiléia (Jo 21).

Disso somente se pode concluir que os evangelistas nem tentaram relatar *todas* as aparições do Ressuscitado, mas apenas mencionaram *aquelas* aparições que bastavam para solidificar a fé na ressurreição de Cristo. Cada evangelista fez uma seleção das aparições do Ressuscitado de acordo com o plano e a disposição de seu evangelho.

O fato de Mateus se restringir às revelações do Ressuscitado acontecidas na Galiléia corresponde ao plano de seu evangelho de descrever a atuação messiânica de Jesus preferencialmente no solo da Galiléia. Lucas e João citam as aparições do Ressuscitado em Jerusalém porque Jerusalém era o lugar a partir do qual o testemunho da ressurreição do Senhor haveria de se disseminar por todo o mundo.

A apresentação das histórias da ressurreição e ascensão no evangelho de Lucas restringe-se integralmente ao aspecto principal. Na descrição do sepultamento não há nenhuma menção à pedra que selava a sepultura. As mulheres, que vieram à sepultura, encontraram a pedra removida (Lc 24.2). Lucas relata as duas aparições, que eram particularmente apropriadas para alicerçar a convicção da ressurreição de Cristo. Corresponde inteiramente ao plano de seu evangelho transmitir aos gentios cristãos a certeza histórica acerca dos fatos da salvação. A primeira aparição de Jesus após a ressurreição mostra que no início até mesmo os discípulos duvidaram da verdade da ressurreição, mas que foram convencidos dela por meio de fatos irrefutáveis. A aparição de Jesus no caminho para Emaús e depois na reunião dos apóstolos em Jerusalém produziu a comprovação de que sua ressurreição foi física.

A narrativa da ressurreição em Lucas subdivide-se em quatro blocos: 1) as mulheres da Galiléia diante da sepultura aberta do Ressuscitado (Lc 24.1-12); 2) o encontro do Ressuscitado com os discípulos de Emaús (Lc 24.13-35); 3) a aparição do Ressuscitado no grupo dos discípulos em Jerusalém (Lc 24.36-43); 4) a ascensão de Jesus Cristo (Lc 24.44-53).

1. A ida das mulheres da Galiléia e de Pedro à sepultura – Lc 24.1-12

[Comentário Esperança, Mateus, p. 449ss, Marcos, p. 451ss]

O presente trecho relata a chegada das mulheres à sepultura (Lc 24.1-3), a aparição e a mensagem dos anjos (Lc 24.4-7), e por fim, a saída das mulheres e a chegada de Pedro (Lc 24.8-12).

a) A ida das mulheres da Galiléia à sepultura – Lc 24.1-3

1 – Mas, no primeiro dia da semana, alta madrugada, foram elas ao túmulo, levando os aromas que haviam preparado.

2 – E encontraram a pedra removida do sepulcro.

3 – Mas, ao entrarem, não acharam o corpo do Senhor Jesus.

Depois do relato de que as mulheres da Galiléia olharam com atenção onde e como o corpo do Senhor fora depositado, preparando depois unguentos em casa e descansando durante o sábado segundo a lei (Lc 23.55s), Lucas passa a narrar a história da ressurreição do Senhor. Por essa razão essas mulheres são, forçosamente, aquelas que haviam seguido o Senhor desde a Galiléia. Lucas cita três dessas mulheres por nome (Lc 24.10). Todos os evangelistas citam Maria Madalena; Mateus e Marcos falam também da “outra Maria”, a mãe de Tiago; Marcos menciona como terceira apenas Salomé, enquanto Lucas cita como terceira Joana. Mais provável é que todas elas juntas fizeram essa caminhada bem cedo ao raiar do dia.

Lucas relata que, chegadas à sepultura, as mulheres viram que a pedra fora afastada. Conforme Marcos durante o caminho até a sepultura as mulheres consideraram uma série de planos e preocupações quanto à retirada da pedra. Mateus informa acerca de um tremor no local da sepultura, depois do qual desceu um anjo que afastou a pedra. Lucas não mencionada nada disso. De forma muito palpável, porém, Lucas descreve o susto e a alegria das mulheres.

b) A aparição e a mensagem dos anjos – Lc 24.4-7

4 – Aconteceu que, perplexas a esse respeito, apareceram-lhes dois varões com vestes resplandecentes.

5 – Estando elas possuídas de temor, baixando os olhos para o chão, eles lhes falaram: Por que buscais entre os mortos ao que vive?

6 – Ele não está aqui, mas ressuscitou. Lembrai-vos de como vos preveniu, estando ainda na Galiléia,

7 – quando disse: Importa que o Filho do Homem seja entregue nas mãos de pecadores, e seja crucificado, e ressuscite no terceiro dia.

Enquanto as mulheres ainda estavam perplexas, perguntando-se quem teria retirado a pedra da sepultura, surgiram diante delas dois homens com vestes reluzentes. As mulheres ficaram espantadas pelo fato de que a pedra fora afastada. Lucas explica, por meio dos discípulos que caminham para Emaús, que os dois homens eram “anjos” (Lc 24.23). Por consequência, o presente texto fala de dois anjos. Marcos e também Mateus, no entanto, falam apenas de um anjo em forma humana. O relato do presente evangelista coincide neste aspecto com Jo 20.12. Não há fundamento para declarar que essas diferenças constituem contradições. Os dois primeiros sinóticos tão somente mencionam o anjo que falou às mulheres. O verbo *ephistemi* = “aproximar-se” é usado para aparições de anjos (Lc 2.9; At 12.7), e descreve o fato *inesperado* e súbito. Certamente é incorreto considerar as vestes brancas dos anjos como trajes festivos, porém constituem a apresentação exterior da condição interior imaculada e pura. Marcos indica o local exato em que o anjo estava sentado na sepultura. Mateus, que antes descrevera o anjo sentado sobre a pedra, silencia sobre onde ele estava depois no interior da sepultura. Lucas não diz nada a respeito de tudo isso.

Ao olhar para os dois personagens angelicais as mulheres foram tomadas de grande susto. Marcos relata de forma sucinta e completo que “ficaram atemorizadas”, expressando assim o supremo grau de surpresa e espanto. Lucas, no entanto, ilustra ainda mais a forma como o temor das mulheres se manifestou. Ele escreve: “E baixaram os rostos para o chão.” Por temor as mulheres inclinaram o rosto até o solo. A vestimenta alva e radiante dos anjos ofuscava os olhos, a forma e a aparição incomuns atordoavam os ânimos.

O espanto das mulheres, porém, foi de natureza completamente diversa do pavor dos guardas romanos da sepultura. Os anjos não traziam para aqueles vigias palavras de tranquilidade, de fortalecimento e consolo. As mulheres, porém, foram interpeladas amigavelmente pelos anjos, para livrá-las do medo e permitir que se alegrassem com o Senhor, que teria ressuscitado dentre os mortos. A fala dos anjos é transmitida por todos os sinóticos. Mateus e Marcos trazem adicionalmente a breve palavra pela qual as mulheres receberam encorajamento.

Conforme Mateus o anjo *justifica* por que era capaz de falar tão amigavelmente com as mulheres. Ele sabia que elas procuravam Jesus, o crucificado, na sepultura. Procuravam-no com uma fé fraca, mas com um amor intenso, com esperanças desfeitas, mas com persistente fidelidade. Amigos de Jesus não têm motivos para temer os anjos. De acordo com Lucas os anjos dirigiram às mulheres a pergunta: “Por que buscais entre os mortos ao que vive?” A pergunta dos anjos não diz que Jesus tornou a viver, mas que ele é, em sentido supremo, o Vivo por excelência. Ele é o Vivo porque ele próprio é a vida (Jo 6.35). Tudo o que está vivo em toda a criação recebe vida dele, em sua pessoa

vivem todos os seres vivos, porque ele próprio é essencialmente a vida. Por isso ele concede aos vivos a vida natural, aos crentes a vida espiritual e eterna. Por isso não pôde ficar retido na morte (At 2.24).

Agora as mulheres estavam preparadas para ouvir a grande palavra da Páscoa que todos os três sinóticos trazem quase que simultaneamente. Pelo fato de o anjo afirmar que Jesus fora ressuscitado, o grande milagre da Páscoa é atribuído a Deus como impulso e causa. A ressurreição de Jesus Cristo é atribuída a Deus também em outras passagens do NT (cf. At 2.24; 3.15; 4.10; 10.40; Rm 4.24; 1Co 6.14; 15.15; 2Co 4.14). Dessa forma, contudo, não é contestado que Jesus tenha ressurgido dentre os mortos por sua própria autoridade divina. Ele declara, referindo-se ao templo de seu sagrado corpo: “Em três dias eu o edificarei” (Jo 2.19), aludindo à sua ressurreição (Jo 2.22). Jesus declara igualmente: “Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi-o de meu Pai” (Jo 10.18). Assim a ressurreição é enfatizada tanto como obra de Deus Pai, quanto também como obra do próprio Redentor.

A ressurreição de Jesus é apresentada às mulheres não como ato do Crucificado, mas como um feito de Deus. Corresponde à posição e identidade dos anjos, como espíritos ministradores e mensageiros a serviço de Deus [Hb 1.14], anunciar *a obra de Deus*, o que também é o que melhor se adapta ao estágio de fé das mulheres. Aquilo que as discípulas de Jesus não esperavam do Mestre crucificado e morto elas ainda esperavam da onipotência de Deus. A fé em Jesus havia soçobrado, a fé no Deus todo-poderoso ainda estava viva em seus corações abalados. O que Deus fizera com muitos por meio da palavra de seu Filho, ele agora fazia com seu Filho unigênito ao ressuscitá-lo. No primeiro instante as mulheres provavelmente não entenderam o sentido correto da mensagem pascal. O Ressuscitado precisava introduzir-se somente aos pouco na compreensão dessa palavra do anjo.

De acordo com Lucas e Mateus os dois homens ou anjos tentam conduzir as duas mulheres galiléias à fé na ressurreição de Jesus não apenas pela referência à sepultura vazia, mas enveredando por um caminho ainda mais digno. As mulheres devem considerar o que o Senhor lhes dissera pessoalmente há muito tempo. Os dois anjos enfatizam que há muito tempo Jesus falara de sua paixão, morte e ressurreição, já na Galiléia e não somente nos últimos dias. Diversas vezes o Senhor apontou para essa verdade (cf. Mt 12.40; 16.21; 17.22s). O que Jesus dissera há tanto tempo e em tantas ocasiões precisava voltar ainda mais facilmente à recordação delas. Cumpriu-se a primeira parte da profecia, a saber, aquela sobre a cruz e a morte, para a mais profunda dor delas. Será que conseguiriam confiar em que sua profecia da ressurreição também se cumpriria? O que Jesus profetizou acerca de sua ressurreição acaba, portanto, de se cumprir. Deus despertou-o contra todas as expectativas humanas.

c) Saída das mulheres e chegada de Pedro – Lc 24.8-12

8 – Então, se lembraram das suas palavras.

9 – E, voltando do túmulo, anunciaram todas estas coisas aos onze e a todos os mais que com eles estavam.

10 – Eram Maria Madalena, Joana e Maria, mãe de Tiago; também as demais que estavam com elas confirmaram estas coisas aos apóstolos.

11 – Tais palavras lhes (aos apóstolos) pareciam um como delírio, e não acreditaram nelas.

12 – Pedro, porém, levantando-se, correu ao sepulcro. E, abaixando-se, nada mais viu, senão os lençóis de linho; e retirou-se para casa, maravilhado do que havia acontecido.

Os anjos lembraram às mulheres o prenúncio de Jesus. Pode-se compreender facilmente que elas se recordavam dos discursos do Senhor.

Se o Ressuscitado não tivesse aparecido às mulheres e se não as tivesse instado expressamente para uma santa alegria, a alegria da Páscoa teria acabado em breve; porque tiveram pouco sucesso com os apóstolos. Os apóstolos de forma alguma deram crédito à mensagem delas acerca da ressurreição de Jesus. A notícia das mulheres parecia aos discípulos como falação tola ou farsa. A expressão *leros*, que ocorre somente aqui no NT, significa, conforme Hesíquio, o mesmo que “tolice”, “fofoca” ou “mentira”. Lucas descreve de forma muito sumária a impressão causada pelas primeiras notícias. Parece que todos os onze apóstolos consideraram essas mulheres doidas. As discípulas do Senhor, porém, não se deixaram perturbar ou demover pela incredulidade e zombaria dos apóstolos, e levaram a boa nova da Páscoa aos outros. Disseminaram sem cessar o evangelho da ressurreição de Cristo.

Que estranho e extraordinário! Mulheres, que segundo a ordem apostólica devem calar-se na igreja (1Co 14.34s), foram incumbidas da mensagem da Páscoa: “O Senhor ressuscitou!” – Isso está certo? Por que isso acontecia? Essas perguntas raramente são levantadas. Estamos inclinados a pensar que as mulheres da Galiléia foram incumbidas do primeiro anúncio da ressurreição do Senhor porque foram as primeiras presentes no local em que aconteceu o milagre da manhã da Páscoa. Enquanto os discípulos haviam se dispersado e fugido, elas não apenas foram juntas até a sepultura, mas também permaneceram muito unidas entre si. Por isso as mulheres eram as mais aptas para reunir novamente os discípulos dispersos. Os apóstolos, que o Redentor havia escolhido para suas testemunhas até o fim do mundo, “tropeçaram” e se “escandalizaram” na cruz, perdendo por isso a prerrogativa de serem as primeiras testemunhas. Por isso as mulheres, como primeiras testemunhas da ressurreição, tiveram de lembrar os apóstolos dessas coisas.

Conforme o quarto evangelho, Pedro e João foram imediatamente até a sepultura, depois de receber a notícia de Maria Madalena. Segundo Lucas, Pedro dirige-se sozinho até a sepultura. Lucas, porém, declara depois que Pedro não correu sozinho até a sepultura (Lc 24.24). Por isto, as pequenas e insignificantes diferenças do relato completam-se até formar uma unidade, e não há contradições.

2. O encontro do Ressuscitado com os discípulos de Emaús – Lc 24.13-35

[Comentário Esperança, Marcos, p. 463s]

De todas as aparições do Cristo ressuscitado, nenhuma foi mais detalhadamente descrita pelos evangelistas, nem tampouco de forma mais bela e edificante, do que essa que se refere aos discípulos a caminho de Emaús. Nessa rica e minuciosa descrição recupera-se a memória de como Cristo não apenas se une aos peregrinos, mas também dialoga com eles amistosamente durante cerca de 2 a 3 horas a respeito das profecias do AT que prenunciam sua paixão, morte e ressurreição, e de como ele finalmente é reconhecido por aqueles na pousada em Emaús, e como eles apresentam com grande alegria toda a questão aos demais apóstolos.

Assim como João narra com muitos detalhes as duas aparições de Cristo diante de seus discípulos em Jerusalém, assim Lucas delineou um quadro vivo, cálido, claro e profundamente comovente da aparição do Senhor diante dos discípulos a caminho de Emaús. A narrativa do presente evangelista fornece um belo complemento às duas aparições trazidas por João. As demais revelações do Ressuscitado passam para um modesto segundo plano em comparação com essas três aparições. Lucas atribui uma eminente relevância a essa aparição do Senhor ressuscitado. A breve nota em Mc 16.12s constitui um indicativo para essa narrativa de Lucas.

O relato de Lucas acerca da aparição do Ressuscitado diante dos discípulos de Emaús traz o seguinte: a) o encontro de Jesus com os discípulos no caminho para Emaús (Lc 24.13-16); b) o diálogo dos peregrinos com o Ressuscitado (Lc 24.17-24); c) a interpretação de Jesus dos escritos do AT (Lc 24.25-27); d) a entrada do Ressuscitado na pousada em Emaús (Lc 24.28-32); e) a mensagem dos discípulos de Emaús sobre o Ressuscitado aos apóstolos do Senhor (Lc 24.32,33-36).

a) O encontro de Jesus com os discípulos no caminho para Emaús – Lc 24.13-16

13 – Naquele mesmo dia, dois deles estavam de caminho para uma aldeia chamada Emaús, distante de Jerusalém sessenta estádios (cerca de 3 horas a pé).

14 – E iam conversando a respeito de todas as coisas sucedidas.

15 – Aconteceu que, enquanto conversavam e discutiam, o próprio Jesus se aproximou e ia com eles.

16 – Os seus olhos, porém, estavam como que impedidos de o reconhecer.

De forma complicada Lucas enceta o relato: “E eis que dois deles estavam no mesmo dia no caminho para uma aldeia, que dista sessenta estádios de Jerusalém.” Todos os comentaristas dedicaram-se intensamente à tentativa de descobrir quem eram esses dois viajantes. É errado pensar em Simão Pedro, em Natanael ou em Tiago, o jovem, porque, quando retornaram, os dois peregrinos encontraram os onze discípulos reunidos.

A definição cronológica mais específica de Lucas “... no mesmo dia” situa esse episódio no *primeiro dia da Páscoa*, no qual aconteceu a ressurreição. Isso também decorre indubitavelmente de Lc 24.21. A hora exata do dia não é fornecida, mas podemos supor que a história se desenrolou na tarde do dia da Páscoa. Depõe em favor disso o fato de que os dois caminhantes sabiam que mulheres

e homens haviam estado na sepultura e a encontraram vazia. Acima de tudo os dois discípulos chegaram à aldeia ao entardecer, quando o sol se punha (Lc 24.29).

Lucas relata com exatidão que os dois viajantes iam à aldeia de Emaús, que fica a uma distância de sessenta estádios de Jerusalém. Iam caminhando profundamente tristes, mas não com os corações e lábios cerrados. O diálogo dos dois discípulos demonstra que a fé ainda não se apagara completamente em seus corações. Esses dois discípulos muitas vezes são descritos como homens totalmente desesperados. Mas não há garantia para isso. Verdade é que esses dois buscavam consolo e luz. Acreditavam poder se consolar pelo aconselhamento recíproco. A mensagem pascal das mulheres não conseguia alegrá-los. Por um lado a pedra fora tirada da sepultura, mas na opinião deles a única pessoa que poderia consolá-los já não estava entre os vivos. Porque, afinal, não fora vista por ninguém.

Enquanto os dois viajantes conversavam intensamente sobre a morte do Senhor, Jesus literalmente seguiu seus passos. Pelo fato de que os discípulos a caminho se lamentaram muito a respeito do Redentor, sua conversa teve como resultado que o Senhor, conforme prometera, em breve também apareceria de fato no meio deles (cf. Mt 18.20). O Senhor apareceu real e pessoalmente a esses discípulos no dia de sua grande vitória, a fim de lhes trazer luz e consolo. Por que deixou os outros discípulos em Jerusalém esperarem até a noite pelo seu aparecimento? Alguns intérpretes pensam que os discípulos de Emaús eram as ovelhas que estavam mais distantes de seu rebanho. Outro comentarista opina que Jesus lhes apareceu para preparar os apóstolos para a sua ressurreição. Do relato de Lucas, porém, pode-se depreender que Jesus apareceu aos discípulos por causa deles mesmos. Ainda que Cleopas e seu companheiro não nomeado não fossem personalidades destacadas do grupo mais amplo de discípulos do Senhor, o bom e fiel Pastor se importava justamente com os pequenos de seu rebanho.

Os dois caminhantes não reconheceram o Senhor, da mesma forma como Maria Madalena pensou que o Ressuscitado fosse um jardineiro [Jo 20.15]. Os dois discípulos consideraram Jesus um peregrino, assim como eles próprios eram viajantes. Marcos e Lucas relatam que os dois discípulos não reconheceram o Ressuscitado por razões determinadas. Marcos declara que Jesus apareceu com um aspecto diferente; Lucas menciona que os olhos deles estavam impedidos. Caberia esclarecer a pergunta: será que o Ressuscitado apareceu com um corpo novo? ou: será que acontecera uma transformação no Senhor, para que suas feições ficassem alteradas?

Os discípulos de Emaús não reconheceram o Senhor (Lc 24.16) até que ele lhes partiu o pão (Lc 24.30s). Maria Madalena reconheceu o Senhor somente quando ele a chamou pelo nome (Jo 20.14ss). Os discípulos também levaram certo tempo para reconhecer o Senhor ressuscitado quando esteve à margem do lago (Jo 21.4,7,12). Suas idas e vindas, portanto, caracterizavam-se por algo fantasmagórico e súbito. Quando os discípulos de Emaús finalmente reconheceram o Senhor, ele já havia desaparecido diante dos olhos deles (Lc 24.31). O Senhor também chegou subitamente no meio da reunião dos discípulos em Jerusalém (Lc 24.36), de modo que eles pensaram que estavam vendo a manifestação de um espírito (Lc 24.37). Em ambas as visitas relatadas por João o Ressuscitado apareceu da mesma forma repentina entre eles e, além de tudo, quando as portas estavam fechadas (Jo 20.19,26).

A corporeidade do Senhor era, portanto, uma corporeidade diferente. Era uma corporeidade transfigurada.

O fato de os discípulos de Emaús não reconhecerem o Ressuscitado não pode ser explicado a partir de sua incredulidade. Certamente podemos afirmar que foi Deus quem causou essa incompreensão. A força da ressurreição de Cristo na realidade não é constatada por meio de um olhar e sentir físicos, mas pela palavra e pela fé.

b) O diálogo dos viajantes com o Ressuscitado – Lc 24.17-24

17 – Então, lhes perguntou Jesus: Que é isso que vos preocupa e de que ides tratando à medida que caminiais? E eles pararam entristecidos.

18 – Um, porém, chamado Cleopas, respondeu, dizendo: És o único, porventura, que, tendo estado em Jerusalém, ignoras as ocorrências destes últimos dias?

19 – Ele lhes perguntou: Quais? E explicaram: O que aconteceu a Jesus, o Nazareno, que era varão profeta, poderoso em obras e palavras, diante de Deus e de todo o povo.

20 – E como os principais sacerdotes e as nossas autoridades o entregaram para ser condenado à morte e o crucificaram.

21 – Ora, nós esperávamos que fosse ele quem havia de redimir a Israel; mas, depois de tudo isto, é já este o terceiro dia desde que tais coisas sucederam.

22 – É verdade também que algumas mulheres, das que conosco estavam, nos surpreenderam, tendo ido de madrugada ao túmulo. [v. 1-11]

23 – E, não achando o corpo de Jesus, voltaram dizendo terem tido uma visão de anjos, os quais afirmam que ele vive!

24 – De fato, alguns dos nossos foram ao sepulcro e verificaram a exatidão do que disseram as mulheres; mas não o viram.

O desconhecido pergunta aos dois viajantes pelo objeto de sua discussão. Como conselheiro espiritual Jesus é cuidadoso e compreensivo. Ele sabia de sua aflição, porém deu-lhes oportunidade para aliviarem o coração por meio de um diálogo franco. Jesus colocou-se como desconhecedor, embora soubesse tudo. Os discípulos de Emaús podiam abrir-se franca e livremente com ele, ainda que esse diálogo demandasse um longo tempo.

O olhar sombrio dos dois viajantes era sinal de sua profunda tristeza e de sua dor ingente. A pergunta interessada do desconhecido estimulou-lhes tanto o coração que perceberam sua perda da forma mais intensa. O fardo do lamento pesava tanto sobre o coração que eles ficaram parados, simplesmente incapazes de continuar, tendo de tomar fôlego e suspirar profundamente.

Jesus perguntou como se não soubesse de absolutamente nada. Por isso a plenitude do lamento deles jorrou com todo o ímpeto. Queixaram-se ao amigável companheiro de viagem de sua profunda dor. Demandava coragem confessar-se aberta e livremente como adepto de Jesus, que havia sido crucificado e rejeitado pelo povo. Eles não tiveram receio de ser amigos desse executado. Seu amor ao grande profeta que Deus havia suscitado para o povo era tão grande que não podiam deixar de testemunhar e falar dele diante desse estranho.

Antes de os dois discípulos, portanto, falarem do lastimável desfecho que ocorrera com seu grande amigo nos últimos dias em Jerusalém, eles definem o Crucificado como um profeta. Jesus de Nazaré apresentou-se como profeta. Foi como profeta que ele se destacara cada vez mais. Revelara uma glória cada vez maior, de modo que seu ministério profético obteve cada vez mais reconhecimento. Nesse caso não é dito “que era”, mas “que se tornou um profeta”, visando apontar para a formação e o aumento de sua ação profética. Ele se tornou um profeta, poderoso em palavra e ação. Jesus agiu vigorosamente por meio de sua palavra, de modo que seus ouvintes foram tomados de total admiração (Lc 7.28s). Com as palavras do Senhor também coincidiam seus feitos e obras. Ao que parece, os dois viajantes aludiam aos prodígios do Redentor, a seus milagres e sinais. Ainda que os profetas da antiga aliança tenham feito milagres, os atos milagrosos do Senhor superavam todas as obras dos profetas.

Após uma breve caracterização da *pessoa* de Jesus os discípulos passam a relatar as coisas terríveis que sucederam a esse grande profeta nesses dias em Jerusalém. Os maioraes da hierarquia e os líderes de todo o povo condenaram esse profeta à maldição da morte na cruz. Crucificaram-no para acumular sobre ele o máximo de infâmia. Os dois caminantes sabiam que os sumo sacerdotes e príncipes do povo não o crucificaram pessoalmente por intermédio de seus guardas, mas que fora Pilatos quem dera a ordem. No entanto estavam muito bem informados sobre todos os acontecimentos, de que os sumo sacerdotes e líderes deviam ser considerados os verdadeiros causadores de sua crucificação. Em tom lastimoso acusam os líderes de seu povo de ter assassinado terrivelmente esse reconhecido profeta de Deus, de modo que esse profeta tivera de sofrer esse fim por culpa dos sumo sacerdotes.

Ao homem de Nazaré, poderoso em feitos e palavras, que inicialmente é visto como um profeta, eles agora vêem como o profeta prometido por Moisés (Dt 18.18), que seria capaz de realizar a redenção de Israel. O profeta que redimiria Israel deve ser entendido como um homem que torna a erigir o trono real de Davi, que aniquila os inimigos do povo de Deus, que submete a si toda a terra. Com coração partido e cheio de dor eles se defrontavam com o sepulcro vazio do Senhor, que devorara todas as suas esperanças.

[22] As palavras gregas seguintes *alla ge kai* são muito difíceis de traduzir. Podem ser reproduzidas por “Mas ainda também...” Dessas palavras pode-se depreender que ainda havia algo que talvez pudesse de alguma maneira reerguer as esperanças arrasadas. Apesar de tudo que haviam

experimentado e padecido ainda existia algo que reduzia um pouco o pavor e o espanto diante da paixão e morte do Redentor. Apesar de toda a dor restava-lhes ainda um pequeno vislumbre de esperança. Em suas palavras transparece o que isto era: citam o “terceiro dia”. Eles haviam esperado silenciosamente por esse terceiro dia. Esperavam nesse dia a solução do enigma da morte do Messias na cruz e uma grande guinada de toda a situação. Jesus havia falado com toda a determinação desse terceiro dia após sua morte. Mas eles não compreendiam o conteúdo da promessa de Jesus nessas palavras.

Os dois viajantes relatam ao desconhecido que algumas mulheres do grupo de discípulos do Senhor provocaram neles espanto, pavor, admiração ou surpresa. O que elas haviam contado de manhã apagara neles impiedosamente o último vislumbre de esperança. Depois dessa notícia deram adeus a todas as esperanças e saíram de Jerusalém, porque agora tudo acabara. As mulheres foram à sepultura bem cedo no terceiro dia. O corpo do crucificado, ao qual buscavam, não se encontrava mais ali. Na sequência elas vieram declarando ter visto uma aparição de anjos que disseram: “Ele vive”. Os dois discípulos não emitem um julgamento sobre essa aparição, mas deixam a questão de lado. A afirmação dos anjos sobre a ressurreição de Jesus, relatada pelas mulheres, não era digna de crédito por parte dos dois discípulos.

Depois da notícia das mulheres, porém, dois apóstolos haviam ido à sepultura, a fim de averiguar ali os fatos. Os viajantes não dizem quem eram esses dois apóstolos. Contudo certamente será correto pensar em Pedro e João. Os dois homens constataram que as mulheres haviam informado fatos verdadeiros: não haviam tido nenhuma visão, mas encontraram a sepultura vazia. Aqueles anjos teriam dito que ele estava vivo – eles foram para lá a fim de procurar aquele que estaria vivo, porém não o encontraram. Os dois discípulos chegam à conclusão de que seria inconcebível que Jesus tivesse ressuscitado dentre os mortos. Se assim fosse, ele teria se revelado a esses homens. Essa conclusão reveste-se de certa razão. Os dois viajantes encontravam-se na mais deprimente disposição de espírito. Havia esperado que algo acontecesse no terceiro dia. Apesar de receberem notícias muito estranhas a respeito de anjos que haviam se manifestado, a sepultura estava vazia e o Ressuscitado não se fizera visível. Como eles não haviam entendido os pensamentos de Deus, não conseguiam crer na gloriosa ressurreição do Redentor. Conceitos falsos pré-estabelecidos retinham a luz da verdade. Trevas encobriam-lhes a claridade do Senhor.

c) A explicação de Jesus acerca dos escritos do AT – Lc 24.25-27

25 – Então, lhes disse Jesus: Ó néscios e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram!

26 – Porventura, não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória?

27 – E, começando por Moisés, discorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras.

No início o Ressuscitado não trouxe aos deprimidos nenhuma palavra de consolo, mas primeiramente uma dura correção. A linguagem enérgica do Senhor provavelmente deveria ajudá-los a animar-se. No começo Jesus chama os dois viajantes de “néscios”. Carecem do entendimento apropriado e de discernimento claro. Se tivessem entendimento, agora não estariam tão tristes, mas rejubilariam e agradeceriam a Deus pela verdadeira redenção do povo dele.

A raiz de sua ignorância é a lerdeza de coração. O coração dos discípulos se embotara. Esperavam que o grande profeta, poderoso em atos e palavras, os faria usufruir a glória e bem-aventurança do povo eleito. Sem dúvida prezavam e valorizavam o que os profetas haviam anunciado acerca da glória do Messias e de seu reino, porque entendiam a linguagem figurada como descrições literais do glorioso reino futuro. As profecias, porém, acerca da paixão e morte do Messias haviam permanecido estranhas e obscuras para eles. Cristo não via outra coisa em sua paixão e morte senão o cumprimento da profecia. Os discípulos néscios e lerdos scandalizaram-se justamente naquilo que fazia de Jesus o Messias. Sua trajetória passou pelo padecimento até a glória. A paixão representou para ele a ponte, a transição da condição de humilhação para o estado de exaltação.

O Ressuscitado havia proposto aos dois discípulos uma pergunta axial, depois de tê-los remetido para as profecias do AT. Se o Senhor desejava obter uma resposta à sua pergunta ele primeiramente precisava dar-lhes um ensinamento profundo. Por essa razão o Senhor começou a explicar-lhes as profecias messiânicas, que se referem à sua paixão e à glória subsequente. Era uma instrução fundamental. Jesus não se limitou a expor aos discípulos apenas algumas passagens do AT, mas

começou com Moisés e interpretou-lhes todas as passagens dos profetas. Os discípulos eram conduzidos do crepúsculo matinal à luz do dia pela elucidação do que é o próprio Jesus Cristo. Pode-se notar um avanço nas profecias das Escrituras, porque no início Deus ainda fala de maneira encoberta acerca da paixão e morte do Messias, até falar claramente delas no final. No começo são apenas leves alusões, mais tarde, porém, anúncios claros. Se o Ressuscitado tivesse êxito em convencer os discípulos de que todo o AT profetiza acerca da paixão e morte, bem como da ressurreição do Messias, então tudo estaria ganho. O Ressuscitado visava construir a fortaleza da fé sobre o alicerce do AT. Através de uma interpretação exaustiva ele mostrou aos discípulos como as diversas profecias se encaixam em um sólido edifício. Uma interpretação do AT que não trouxer, nesses escritos, profecias que apontam para Cristo, prenúncios de sua paixão e morte e de sua ressurreição não tem lugar na igreja de Jesus.

d) A entrada do Ressuscitado na pousada em Emaús – Lc 24.26-31

28 – Quando se aproximavam da aldeia para onde iam, fez ele menção de passar adiante.

29 – Mas eles o constrangeram, dizendo: Fica conosco, porque é tarde, e o dia já declina. E entrou para ficar com eles.

30 – E aconteceu que, quando estavam à mesa, tomando ele o pão, abençoou-o e, tendo-o partido, lhes deu.

31 – Então, se lhes abriram os olhos, e o reconheceram; mas ele desapareceu da presença deles.

Não é dito quanto tempo durou o ensino. Os dois discípulos finalmente haviam alcançado o alvo de sua viagem. O companheiro de viagem, porém, parecia ainda não ter chegado a seu destino. Provavelmente o Senhor fez ares de prosseguir para que eles se conscientizassem de que ele queria abandoná-los e de que eles não podiam largá-lo.

Os dois discípulos sentiram profundamente o que o desconhecido significara para eles nessas poucas horas. Por isso insistiram com ele, pedindo que permanecesse com eles. São tímidos. Insistem com o desconhecido para que fique com eles não por causa *deles*, mas por causa *de si mesmo*. O acompanhante deve ficar ali porque a noite já teria começado. Deve ficar porque está ficando tarde; um peregrino pára de caminhar e descansa quando chega o entardecer e começa a noite.

O Senhor atende seus insistentes pedidos. Ele entra na casa para permanecer com eles. Agora o Senhor não se sente como *hóspede* dos dois, mas age como Senhor e Mestre, como dono da casa no meio deles. Depois de se terem acomodado à mesa, o Senhor tomou nas mãos o pão, proferiu a fórmula de bênção sobre ele, partiu-o e o distribuiu. Jesus jamais consumiu alimento e bebida sem dar graças ao Doador de todas as boas e perfeitas dádivas. Em outras ocasiões o Senhor também proferia a palavra de bênção sobre o pão, depois do que o partia e distribuía (cf. Mt 14.19; Mc 6.41; Lc 9.16; Jo 6.11). Nesse momento eles reconheceram aquele a quem não haviam identificado durante horas, embora ele estivesse a caminho com eles e falando com eles.

Na realidade o Ressuscitado somente se revelou para de imediato tornar a se ocultar, e não para *permanecer* junto dos discípulos. Os discípulos se Emaús tiveram de reconhecer que ele lhes concedeu sua presença visível e reconhecível apenas por curto tempo, e que fisicamente logo se afastara outra vez deles. Tão logo o reconheceram, tornou a desaparecer de diante de seus olhos.

e) A mensagem dos discípulos de Emaús sobre o Ressuscitado aos apóstolos do Senhor – Lc 24.32-35

32 – E disseram um ao outro: Porventura, não nos ardia o coração, quando ele, pelo caminho, nos falava, quando nos expunha as Escrituras?

33 – E, na mesma hora, levantando-se, voltaram para Jerusalém, onde acharam reunidos os onze e outros com eles,

34 – os quais diziam: O Senhor ressuscitou e já apareceu a Simão!

35 – Então, os dois contaram o que lhes acontecera no caminho e como fora por eles reconhecido no partir do pão.

O Ressuscitado desaparecera. Os dois discípulos estavam novamente a sós. O fato de dizerem que já na estrada seu coração ardia quando ele lhes explicava a Escritura não significa que esse fogo já se apagara. Pelo contrário, o fogo era tão forte que eles se sentiram impelidos a ir para Jerusalém, falar aos outros irmãos, para atizar e desencadear com o seu fogo as chamas da bendita alegria pascal. O Ressuscitado não havia dado instruções aos dois discípulos para que levassem a seus irmãos a ditosa

notícia da ressurreição. Eles sabiam em que estado se encontrava o grupo dos irmãos quando saíram de Jerusalém. O amor fraterno os impelia a agradecer ao Ressuscitado que os havia ajudado a crer, servindo a ele em seus irmãos e instruindo-os na fé.

Os dois viajantes desejavam contar aos onze discípulos, cheios de alegria, que o Ressuscitado lhes aparecera. Tão logo, porém, entraram no recinto em que os onze estavam reunidos, foram recebidos com o alegre testemunho: “O Senhor de fato ressuscitou e apareceu a Simão”. A aparição experimentada por Simão desencadeou nos demais discípulos a decisão para crer na ressurreição de Jesus.

Após essa vigorosa e alegre saudação de Páscoa por parte dos onze e da igreja reunida os dois viajantes relatam suas experiências. Também eles contam com grande felicidade acerca de uma aparição do Ressuscitado.

3. A aparição do Ressuscitado ao grupo dos discípulos em Jerusalém – Lc 24.36-43

[Comentário Esperança, Marcos, p. 463s]

Lucas relata a) uma súbita aparição do Ressuscitado (Lc 24.36-38); b) marcas palpáveis da ressurreição corporal do Senhor (Lc 24.39-43).

a) Uma súbita aparição do Ressuscitado – Lc 24.36-38

36 – Falavam ainda estas coisas quando Jesus apareceu no meio deles e lhes disse: Paz seja convosco!

37 – Eles, porém, surpresos e atemorizados, acreditavam estarem vendo um espírito.

38 – Mas ele lhes disse: Por que estais perturbados? E por que sobem dúvidas ao vosso coração?

Enquanto os dois viajantes ainda falavam, Jesus apareceu de súbito no meio deles. Aparece ali repentinamente. Os discípulos não o vêem chegar. Ele está parado no meio deles. Essa maneira de mostrar-se agita de tal maneira os discípulos que eles acreditam ver um espírito. Conforme Mc 16.14 o Senhor teve de criticá-los por causa da dureza de seu coração e por causa de sua incredulidade. A intercalação do relato de Marcos parece estar correta no presente local. O quanto os onze apóstolos e os demais discípulos ainda careciam da fé correta e alegre pode ser depreendido do fato de que no primeiro momento sentiram medo e pavor quando o Senhor se mostrou a eles. Sua aparição aconteceu tão repentina, misteriosa e milagrosamente que eles chegaram a imaginar que estavam vendo um espírito. Os discípulos acreditavam que estavam vendo um fantasma que imitava as feições do Salvador.

O Ressuscitado tinha a incumbência de convencer os discípulos de que ele em pessoa estava diante deles. Perguntou-os: “Por que estais consternados, e por que surgem dúvidas em vosso coração?” Primeiro Jesus tinha de conduzir os discípulos de volta da perturbação para a concentração e reflexão. Por meio das palavras “Por que estais confusos ou chocados?” eles são exortados a separar seus sentidos do pavor. Enquanto as pessoas estão confusas, elas permanecem ofuscadas mesmo diante da mais clara luz. Para que seus discípulos cheguem ao entendimento correto, ele os estimula a refletir o todo de forma tranqüila e singela.

b) As marcas palpáveis da ressurreição – Lc 24.39-43

39 – Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo; apalpai-me e verificai, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho.

40 – Dizendo isto, mostrou-lhes as mãos e os pés.

41 – E, por não acreditarem eles ainda, por causa da alegria, e estando admirados, Jesus lhes disse: Tendes aqui alguma coisa que comer?

42 – Então, lhe apresentaram um pedaço de peixe assado (*e um favo de mel*).

43 – E ele comeu na presença deles.

Depois que Jesus acalmou os discípulos assustados e confusos, ele lhes oferece as mãos e os pés para observar e tocar, a fim de convencê-los de sua presença pessoal. As marcas dos pregos nas mãos e nos pés, e a ferida lateral, conforme João, tinham de afastar qualquer dúvida de que se tratava realmente dele e de mais ninguém.

Desse modo Jesus convenceu seus discípulos do fato de que estava entre eles em pessoa, e fisicamente.

O evangelista não relata se os discípulos de fato apalparam o Senhor, porém certamente devemos supor que eles atenderam à solicitação dele. A alegria dos discípulos foi tão grande que eles ainda não conseguiam crer corretamente. O coração humano é pequeno demais para imediatamente acolher uma grande alegria que sobrevém contra qualquer suspeita e expectativa. Primeiro medo e pensamentos de pavor impedem a fé dos discípulos. Agora a grande alegria representa um empecilho, de modo que não conseguem crer. Somente aos poucos os discípulos conseguem habituar-se a sua felicidade.

Jesus veio amigavelmente ao encontro da fraqueza de seus discípulos. A fim de mostrar-lhes com mais clareza que ele está de fato fisicamente no meio deles, pergunta se eles têm qualquer coisa para comer. O Senhor faz este pedido não por causa de si mesmo, mas por causa da incredulidade deles. Foi-lhe dado um pedaço de peixe assado. As palavras "... e do mel de favo", trazidas pelos manuscritos da Koiné, estão ausentes nos demais manuscritos. A alegoria que os pais da igreja extraem do peixe assado e do mel de favo deve ser rejeitada. Jesus não visava dar ocasião para brincadeiras alegóricas mas, ao vê-lo comer, os discípulos deviam ficar convictos de que estava entre eles de forma fisicamente real.

Agora, depois que o Senhor havia comido do alimento deles, ruíram por terra todas as objeções e dúvidas. Os discípulos alegraram-se ao ver o Senhor. Agora o reconheceram corretamente, e que era ele mesmo em pessoa e realidade física. Sua alegria pascal irrompe plenamente.

4. A ascensão do Senhor – Lc 24.44-53

No encerramento de seu evangelho Lucas faz um resumo de tudo que Jesus concedeu a seus discípulos em termos de ensinamentos e promessas entre sua ressurreição e sua ascensão. Aquilo que é relatado em Lc 24.44-48 não estabelece que Jesus teria dito estas palavras na noite da Páscoa (Lc 24.36-43) ou apenas no dia da ascensão. Um renomado exegeta bíblico coloca os 40 dias decorridos entre a ressurreição e a ascensão (At 1.3) ao longo de Lc 24.44s. Em decorrência, esse comentarista constata em Lc 24.44-49 um relato sintético sobre aquilo que Jesus falou desde o dia da ressurreição até sua ascensão, 40 dias mais tarde. Lucas resume brevemente (Lc 24.44-53) o resultado dos diversos discursos do Ressuscitado e a ascensão, no intuito de abordar a ascensão de forma mais detida no segundo livro.

Lucas relata aqui: a) os últimos discursos do Ressuscitado a seus discípulos (Lc 24.44-49); b) a acolhida do Ressuscitado no céu (Lc 24.50-53).

a) Os últimos discursos do Ressuscitado aos discípulos – Lc 24.44-49

44 – A seguir, Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco: importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos.

45 – Então, lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras.

46 – E lhes disse: Assim está escrito que o Cristo havia de padecer e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia.

47 – E que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações, começando de Jerusalém.

48 – Vós sois testemunhas destas coisas.

49 – Eis que envio sobre vós a promessa de meu Pai; permaneçei, pois, na cidade, até que do alto sejais revestidos de poder.

Assim como o Senhor esteve junto dos discípulos antes de sua paixão e morte, comendo com eles e oferecendo-lhes através da refeição um sinal de seu amor, assim também agora, antes de se despedir dos discípulos, ele desejava deixar-lhes um legado especial, no qual pudessem regozijar-se a vida toda.

Com frequência o Senhor explicou aos discípulos que nenhum jota, nenhuma vírgula da lei e dos profetas deveriam ser anulados, mas, pelo contrário, que ele veio para consumir as profecias da velha aliança que se referem a ele. Toda promessa messiânica, desde que relativa à presente era, será cumprida por ele. De acordo com essa declaração solene, de que as profecias da Escritura que se

referem a ele teriam de ser cumpridas, ele lhes desvenda os escritos do AT. Todas as promessas, na medida em que podem ser cogitadas nesse caso, são resumidas pelo Senhor sob os quatro aspectos principais: paixão, morte, ressurreição e proclamação aos povos.

Essas palavras ou discursos aos quais ele remete seus discípulos foram ditos em um momento muito específico. Ele as disse aos seus quando ainda peregrinava com eles. Agora, porém, ele está transfigurado e possui um corpo glorificado. A convivência anterior com os discípulos acabara por causa de sua morte na cruz.

Nos dias de sua carne Jesus dissera aos discípulos que era preciso que se cumprisse tudo o que estava escrito a respeito dele na lei de Moisés, nos profetas e nos salmos. Embora ele transmitisse esse ensinamento aos discípulos não apenas uma vez, mas várias, ele teve de constatar que suas explicações específicas da Escritura não eram compreensíveis para eles. Pelo contrário, idéias falsas haviam se fixado nos discípulos, coincidindo com seus desejos carnavais. Por ser agora a última vez em que ele falava face a face com os discípulos, ele não podia esperar mais tempo para introduzi-los no entendimento pleno do AT. Quando Lucas escreve que Jesus criou nos discípulos as premissas para entenderem a Escritura, ele não deixa claro se não lhes abriu também o coração, como com Lídia, a comerciante de púrpura (cf. At 16.14). A explicação das palavras, que apela para a razão, precisa vir acompanhada de uma iluminação interior.

Interessante é que se enfatiza a ressurreição no terceiro dia, como faz também Paulo em seu conhecido ensinamento sobre a ressurreição (1Co 15.4). A ressurreição no terceiro dia foi ensinada por Jesus segundo a Escritura. Na verdade o AT não contém profecias diretas sobre o prazo da ressurreição. O Senhor desenvolveu o terceiro dia somente a partir de tipos como a história do profeta Jonas (cf. Mt 12.40).

- 47 Nesse “abrir a Escritura” o Senhor mostrou aos discípulos ainda um terceiro ponto central, uma ordem divina, a saber, “a pregação às nações”. A *universalidade* do evangelho de Jesus Cristo é declarada pelo AT com a mesma determinação que a paixão e morte dele, e igualmente como sua ressurreição. Nesse sentido é possível citar uma série de passagens comprobatórias do AT (Is 49.1; Sl 2.8; Os 2.23; Jl 3.5; Ml 1.11; Dn 7.14; Sl 117.1). O Senhor descerrou o olhar dos apóstolos para a distância. Várias vezes ele lhes confiou, expressamente e por indicações inequívocas, a pregação do evangelho a todas as nações (Mt 8.11; 10.18; Lc 14.23; Jo 10.16; Mt 26.13; Mc 14.9; Mt 24.14). Somente agora, quando a tarefa da pregação às nações em breve demandaria a ação dos discípulos, ele fornece-lhes o embasamento bíblico de suas indicações e ordens. O conteúdo da pregação é mudança de pensamento ou conversão, uma alteração do modo de pensar e de toda a natureza, para obter o perdão dos pecados. Sua mensagem não constitui um fim em si mesmo, mas é o cerne do evangelho. Essa pregação de conversão deve acontecer de acordo com a Escritura. Cumpre prestar atenção nas palavras *epi to onomati autón*, que não significam “em seu nome”, mas devem ser melhor traduzidas por “em virtude de seu nome”. O nome de Cristo é o fundamento, o ponto de apoio do evangelho do arrependimento para o perdão dos pecados. Os apóstolos precisam unicamente desse nome para desenvolver seu significado, seu conteúdo, sua natureza e obra.

O Senhor fornece aos discípulos a importante instrução de que eles devem começar com a pregação do evangelho em Jerusalém. Essa é a trajetória bíblica. O trono fora prometido ao Messias na cidade de Davi (Sl 132). Deus estabeleceu seu Rei sobre o Sião (Sl 2.6). Do Sião emana a lei, e a palavra de Deus de Jerusalém (Is 2.3). Em Sião foi posta a preciosa pedra angular (Is 28.16). Sião e Jerusalém devem erguer poderosamente sua voz (Is 40.9). Os discípulos facilmente poderiam ter pensado em não começar a pregação do evangelho na cidade de Jerusalém, que afinal matara a Cristo, e de não tentar mais nada com Israel. Contudo Jerusalém tornou-se por longo tempo o ponto central da missão, e ali permaneceram os apóstolos, que eram as colunas da igreja. Quando atuava missionariamente, Paulo procurava primeiro os judeus (At 13.46). A justificativa da pregação às nações a partir da Escritura atesta a veneração do Senhor pelo AT (cf. Mt 22.43). Se o Filho de Deus tinha uma reverência dessas pela Escritura, quanto mais seus servos deveriam se importar com a palavra de Deus escrita!

Depois que o Senhor encarregou os discípulos das partes principais da Escritura, ele os convoca para serem suas testemunhas. Cumpria-lhes testemunhar perante todo o mundo o que ele lhes mostrara a partir da Escritura. O testemunho dos apóstolos refere-se à paixão, morte e ressurreição dele como mensagem a todo o mundo. Se Jesus solicitava que testemunhassem isso, eles deviam suspeitar que a palavra da cruz e da ressurreição seria uma pedra de tropeço entre os judeus e os

gentios. Ser verdadeira testemunha do evangelho na realidade significa, conforme o texto original, ser um “mártir”, que, se necessário, sela seu testemunho com a morte.

Cabia-lhes executar em breve o ministério de testemunha para o qual o Senhor convocara seus discípulos. Para essa função ele lhes mandaria o Espírito Santo a partir do céu. Com a expressão composta *exapostellein* Lucas gosta de descrever o envio do Espírito Santo (cf. Lc 1.53; 20.10s; At 7.12; 9.30; 11.22; 12.11; etc.) para fora do céu, rumo ao qual ele se eleva agora. Essa declaração do envio do Espírito Santo está no tempo presente, para expressar que essa promessa não é apenas certa, mas que também deve ser aguardada para um momento muito próximo. A partir do Pai o Senhor envia o Espírito prometido, saído de sua própria plenitude de poder.

Os discípulos devem receber a promessa do Pai para tornarem-se aptos a atuar como testemunhas dele. Até então, porém, cabe-lhes ficar tranquilos e sossegados. Devem permanecer na cidade até que se tenham revestido do poder do alto. Conforme At 1.1s essa palavra do Senhor é com certeza atribuída ao dia da ascensão. A instrução de perseverar em Jerusalém não vale para depois do dia de Pentecostes. Portanto, o dia da efusão do Espírito Santo está por acontecer. Os discípulos não devem sair de Jerusalém porque a promessa está para ser cumprida em um prazo extremamente curto, já não restando mais semanas, mas apenas dias. Aqui em Jerusalém eles devem aguardar as coisas que estão por vir.

b) A acolhida do Ressuscitado no céu – Lc 24.50-53

[Comentário Esperança, Marcos, p. 467]

50 – Então, os levou para Betânia e, erguendo as mãos, os abençoou.

51 – Aconteceu que, enquanto os abençoava, ia-se retirando deles, sendo elevado para o céu.

52 – Então, eles, adorando-o, voltaram para Jerusalém, tomados de grande júbilo.

53 – E estavam sempre no templo, louvando a Deus.

Atos dos Apóstolos não menciona Betânia, mas sim o Monte das Oliveiras como local em que aconteceu a ascensão (At 1.12). Ambas as informações formam a mais bela harmonia. O Monte das Oliveiras está situado entre Jerusalém e Betânia. A observação “para Betânia” não significa “até chegarem à vila”, mas “até as proximidades” ou “na direção de”, “no caminho até o local em que se desce para Betânia”.

Esta foi a única vez em que Jesus abençoou seus discípulos com mãos levantadas. Diariamente ele os abençoara com todas as boas dádivas enquanto andavam com ele. Era função do sumo sacerdote colocar a bênção sobre o povo (Nm 6.23). Agora, ao se despedir deles, o Senhor revelou-se como seu verdadeiro sumo sacerdote.

Durante esse gesto de bênção o Senhor afastou-se dos discípulos. Não há outra maneira de interpretar a não ser que ele foi levado às alturas diante dos olhos deles. Dessa vez o afastamento foi muito especial e maravilhoso, como anteriormente também fora maravilhosa sua súbita aparição no meio deles (cf. Jo 20.19,26). Lucas, que encerra com esse fato sua narrativa, diz claramente que desde então Cristo não apareceu mais. O ponto de sua reunião já não é a pessoa de Jesus, mas o templo em Jerusalém. Na maioria dos manuscritos aparece ainda a frase: “E ele foi erguido para o céu.” Embora essa frase seja uma glosa, ela não obstante fornece a explicação objetivamente correta sobre como o Senhor se afastou dos discípulos. Enquanto nas aparições anteriores ele desaparecera subitamente tornando-se invisível, agora ele se distanciou visivelmente diante dos olhos dos discípulos, subindo perceptivelmente ao céu. Com isso o Senhor não somente visava propiciar um término claro de suas aparições pascais, mas convencer os discípulos de que ele agora retornou à glória do Pai (cf. Lc 24.25; Jo 17.5), a qual ele abandonara ao ingressar no mundo.

Depois que o Senhor havia subido ao céu os discípulos retornaram com grande alegria para Jerusalém. Assim procedendo eles obedecem à instrução do Senhor de que ali aguardassem o recebimento da promessa do Pai. Naquela ocasião seu coração assustou-se com o anúncio de sua partida. Agora está repleto de júbilo, porque reconheceram sua ascensão como seu retorno ao Pai. O fato de que os discípulos estavam no templo não exclui que eles também se reuniam nas casas (At 1.13). Na hora dos cultos oficiais eles se dirigiam ao templo, assim como mesmo depois do derramamento do Espírito também iam diariamente ao templo à hora da oração (At 2.46; 3.1). Louvavam e enalteciam a Deus por tudo o que haviam vivenciado. Particularmente a ressurreição e exaltação de Jesus à direita de Deus constituíam a razão de seu incessante louvor!

¹Rienecker, F. (2005; 2008). *Comentário Esperança, Evangelho de Lucas; Comentário Esperança, Lucas* (4). Editora Evangélica Esperança; Curitiba.